ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil 200 ANOS IMPRENSA NACIONAL Imprensa Nacional

SEÇÃO 1

Ano CXLV Nº 166

Brasília - DF, quinta-feira, 28 de agosto de 2008

Sumário

PÁGINA

Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Poder Executivo 4
Presidência da República 5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 6
Ministério da Ciência e Tecnologia 8
Ministério da Cultura 11
Ministério da Defesa 12
Ministério da Educação 14
Ministério da Fazenda 16
Ministério da Integração Nacional 34
Ministério da Justiça 34
Ministério da Previdência Social 38
Ministério da Saúde 38
Ministério das Cidades 42
Ministério das Comunicações 44
Ministério das Relações Exteriores 51
Ministério de Minas e Energia 53
Ministério do Desenvolvimento Agrário 96
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 96
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 96
Ministério do Esporte 98
Ministério do Meio Ambiente 99
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 100
Ministério do Trabalho e Emprego 100
Ministério dos Transportes 101
Ministério Público da União 102
Tribunal de Contas da União 103
Poder Judiciário 129
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 130

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 192, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE PACAJUS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacajus, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 462, de 28 de agosto de 2003, que outorga autorização à Associação Cultural de Pacajus para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacajus, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 193, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E COMUNICAÇÃO DE MUCAMBO - DISTRITO DE GUARACIABA DO NORTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraciaba do Norte, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 388, de 15 de agosto de 2006, que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário e Comunicação de Mucambo - Distrito de Guaraciaba do Norte para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraciaba do Norte, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 194, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO JOSÉ CÂNDIDO SILVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saboeiro, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 381, de 15 de agosto de 2006, que outorga autorização à Fundação José Cândido Silva para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saboeiro, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 195, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO RAFAEL CARLOS DE MEDEIROS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eusébio, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 701, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Fundação Rafael Carlos de Medeiros para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eusébio, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 196, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CONCEIÇÃO DA FEIRA - BA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição da Feira, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 777, de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Conceição da Feira - BA para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição da Feira, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 197, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO MUNDIAL FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 19, de 3 de janeiro de 2007, que outorga permissão à Rádio Mundial FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 198, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BETEL DE AÇÃO SOCIAL E RADIODIFUSÃO - ACBAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 173, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Co-

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

munitária Betel de Ação Social e Radiodifusão - ACBAS para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 199, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE CONCEIÇÃO DO JACUÍPE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Jacuípe, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 724, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores de Conceição do Jacuípe para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Jacuípe, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 200, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM SERTANEJA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nossa Senhora da Glória, Estado de Sergipe.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 956, de 20 de novembro de 2006, que outorga permissão à Rádio FM Sertaneja Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Nossa Senhora da Glória, Estado de Sergipe.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 201, DE 2008

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA TRÊS PASSOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de agosto de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 8 de fevereiro de 1998, a concessão outorgada à Rádio Difusora Três Passos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 202, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE GRANITO PERNAMBUCO - ARCOMUG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Granito, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 733, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Granito Pernambuco - ARCOMUG para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Granito, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 203, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CASANOVENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Casa Nova, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 676, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Casanovense de Radiodifusão Comunitária para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Casa Nova, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 204, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à PRISMA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cambará do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 186, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Prisma Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cambará do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 205, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO INDEPENDENTE DE APOIO À CULTURA POPULAR DE ARARUNA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araruna, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 121, de 11 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Independente de Apoio à Cultura Popular de Araruna para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araruna, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 206, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Baturité, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 502, de 8 de novembro 2005, que outorga permissão à FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Baturité, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 207, DE 2008

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PAJEÚ FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.027, de 8 de outubro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 15 de junho de 1998, a permissão outorgada à Rádio Pajeú FM

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

DILMA VANA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

ERENICE ALVES GUERRA
Secretária Executiva da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 208, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à CLUBE DO ROCK para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 653, de 11 de outubro de 2006, que outorga autorização à Clube do Rock para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 209, DE 2008

Aprova o ato que outorga concessão à SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belém, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 25 de novembro de 2003, que outorga concessão à Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belém, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 210, DE 2008

Aprova o ato que outorga concessão à SPC - SISTEMA PARAENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Maria, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 15 de junho de 2007, que outorga concessão à SPC - Sistema Paraense de Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Maria, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 211, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO CULTURAL 10 DE ABRIL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parnarama, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 698, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Fundação Cultural 10 de Abril para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parnarama, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 212, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO PAZ FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 47, de 19 de janeiro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Paz FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 213, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CAMPOS VERDES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Zortéa, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 677, de 9 de dezembro de 2003, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Campos Verdes para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Zortéa, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 214, DE 2008

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIÁRIO DA MANHÃ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 18 de julho de 2006, que renova a concessão outorgada à Rádio Diário da Manhã Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, a partir da data de publicação deste Decreto Legislativo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 215, DE 2008

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL CASTELENSE DE MONTE CASTELO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 130, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Castelense de Monte Castelo a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 216, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA TRENTINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rodeio, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 752, de 24 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Trentina para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rodeio, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 217, DE 2008

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL AMIGOS DE MONTE CARLO (ACCAMC) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 154, de 16 de fevereiro de 2005, que autoriza a Associação Comunitária Cultural Amigos de Monte Carlo (ACCAMC) a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 218, DE 2008

Aprova o ato que renova a concessão deferida à TELEVISÃO LAGES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 31 de agosto de 1994, que renova por quinze anos, a partir de 9 de dezembro de 1992, a concessão deferida à Televisão Lages Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 2008.
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 6.550, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte - CONIT, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º, 6º, 7º-A e 99 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e no inciso V do § 1º do art. 1º e art. 11 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003,

D E C R E T A :

Art. 1º O Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte - CONIT é órgão de assessoramento vinculado à Presidência da República, com atribuição de propor políticas nacionais de integração dos diferentes modos de transporte de pessoas e bens, em conformidade com:

I - as políticas de desenvolvimento nacional, regional e urbano, de meio ambiente e de segurança das populações, formuladas pelas diversas esferas de governo;

II - as diretrizes para a integração física e de objetivos dos sistemas viários e das operações de transporte sob jurisdição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - a promoção da competitividade, para redução de custos, tarifas e fretes, e da descentralização, para melhoria da qualidade dos serviços prestados;

IV - as políticas de apoio à expansão e ao desenvolvimento tecnológico da indústria de equipamentos e veículos de transporte; e

V - a necessidade da coordenação de atividades pertinentes ao Sistema Federal de Viação e atribuídas pela legislação vigente à Casa Civil da Presidência da República e aos Ministérios dos Transportes, da Defesa, da Justiça, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, das Cidades, do Meio Ambiente e à Secretaria Especial de Portos da Presidência da República.

Art. 2º Caberá ao CONIT:

I - propor medidas que propiciem a integração dos transportes aéreo, aquaviário e terrestre e a harmonização das respectivas políticas setoriais;

II - definir os elementos de logística do transporte multimodal a serem implementados pelos órgãos reguladores dos transportes aéreo, terrestre e aquaviário, vinculados aos Ministérios da Defesa e dos Transportes, e pela Secretaria Especial de Portos da Presidência da República;

III - harmonizar as políticas nacionais de transporte com as políticas de transporte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, visando à articulação dos órgãos encarregados do gerenciamento dos sistemas viários e da regulação dos transportes interestaduais, intermunicipais e urbanos;

IV - aprovar, em função das características regionais, as políticas de prestação de serviços de transporte às áreas mais remotas ou de difícil acesso do País, submetendo ao Presidente da República e ao Congresso Nacional as medidas específicas que implicarem a criação de subsídios; e

V - aprovar as revisões periódicas das redes de transportes que contemplam as diversas regiões do País, propondo ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional as reformulações do Sistema Nacional de Viação que atendam ao interesse nacional.

Art. 3º São Conselheiros do CONIT:

I - o Ministro de Estado dos Transportes, que o presidirá;

II - o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República;

III - o Ministro de Estado da Defesa;

IV - o Ministro de Estado da Justiça;

V - o Ministro de Estado da Fazenda;

VI - o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

VII - o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VIII - o Ministro de Estado das Cidades;

IX - o Ministro de Estado do Meio Ambiente; e

X - o Secretário Especial de Portos da Presidência da República.

§ 1º Os Ministros de Estado serão substituídos, nos seus impedimentos, pelos Secretários-Executivos dos respectivos Ministérios.

§ 2º O Ministro de Estado da Defesa será substituído, em seus impedimentos, pelo Secretário de Ensino, Logística, Mobilização e Ciência e Tecnologia e o Secretário Especial de Portos da Presidência da República, pelo respectivo Secretário-Adjunto.

§ 3º Em razão da pauta e a critério do Presidente do CONIT, poderão participar de reuniões do colegiado outros Ministros de Estado, dirigentes de outros órgãos ou entidades públicas, dirigentes de entidades não-governamentais da área de transportes e representantes da sociedade civil.

Art. 4º São atribuições do Presidente do CONIT:

I - convocar e presidir as reuniões do colegiado;

II - manifestar voto próprio e de qualidade, em caso de empate, na deliberação de proposições a serem encaminhadas ao Presidente da República; e

III - encaminhar ao Presidente da República as propostas aprovadas pelo CONIT e o relatório anual de atividades.

Art. 5º O CONIT deliberará mediante resoluções, por maioria de votos, a serem publicadas no Diário Oficial da União, cabendo ao Presidente a prerrogativa de deliberar, nos casos de urgência e relevante interesse, **ad referendum** dos demais membros.

Parágrafo único. Quando deliberar **ad referendum** do CONIT, o Presidente submeterá a decisão ao colegiado na primeira reunião que se seguir à respectiva deliberação.

Art. 6º O CONIT poderá constituir comitês técnicos, para analisar e opinar sobre matérias específicas sob sua apreciação, inclusive com a participação de representantes da sociedade civil.

Art. 7º A Secretaria-Executiva do CONIT será exercida pelo Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes, nos termos do regimento interno do colegiado, competindo-lhe:

I - organizar as pautas das reuniões;

II - coordenar e acompanhar a execução das propostas aprovadas pelo Presidente da República;

III - prestar apoio técnico-administrativo ao colegiado;

IV - dar suporte aos trabalhos dos comitês técnicos; e

V - cumprir outras atribuições que lhe forem conferidas.

Art. 8º O CONIT reunir-se-á ordinariamente a cada seis meses, e extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente.

Parágrafo único. O CONIT poderá se reunir extraordinariamente por solicitação de um terço de seus membros dirigida ao seu Presidente.

Art. 9º O regimento interno, aprovado pelo CONIT, disporá sobre sua organização, a forma de apreciação e deliberação das matérias, bem como o funcionamento dos comitês técnicos.

Parágrafo único. O regimento interno do CONIT será aprovado pela maioria absoluta de seus membros.

Art. 10. O CONIT avaliará a integração das atividades desenvolvidas pelos diversos setores ligados ao transporte aéreo, aquaviário e terrestre, elaborando relatório anual da situação e das perspectivas, a ser encaminhado ao Presidente da República.

Art. 11. As atividades dos integrantes do CONIT, inclusive dos comitês técnicos que vierem a ser constituídos, serão consideradas serviço público relevante e não serão remuneradas.

Art. 12. As despesas relativas ao funcionamento do CONIT correrão à conta de dotações orçamentárias do Ministério dos Transportes, que adotará as providências necessárias para sua inclusão no Orçamento da União.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de agosto de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Tarso Genro
Nelson Jobim
Guido Mantega
Alfredo Nascimento
Miguel Jorge
Paulo Bernardo Silva
Carlos Minc
Marcio Fortes de Almeida

DECRETO Nº 6.551, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Dispõe sobre a composição dos Conselhos de Administração e Fiscal das Companhias Docas vinculadas à Secretaria Especial de Portos da Presidência da República.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nas Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 8.630, de 25 de fevereiro de 1993,

D E C R E T A :

Art. 1º Os Conselhos de Administração e os Conselhos Fiscais das Companhias Docas, vinculadas à Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, terão a seguinte composição:

I - o Conselho de Administração: sete membros, incluída a representação dos acionistas minoritários; e

II - o Conselho Fiscal: três membros e respectivos suplentes, não computados os eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e pelas ações preferenciais, se houver.

§ 1º As vagas no Conselho de Administração serão preenchidas da seguinte forma:

I - dois conselheiros indicados pelo Conselho de Autoridade Portuária, sendo um da classe empresarial e outro da classe trabalhadora;

II - um conselheiro indicado e eleito pelos acionistas minoritários, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro 1976;

III - dois conselheiros indicados pelo Secretário Especial de Portos, dentre os quais o Presidente do Conselho;

IV - um conselheiro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; e

V - um conselheiro indicado pelo Ministro de Estado dos Transportes.

§ 2º As vagas no Conselho Fiscal serão preenchidas da seguinte forma:

I - um conselheiro indicado pelo Secretário Especial de Portos;

II - um conselheiro indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional; e

III - um conselheiro indicado pelo Ministro de Estado dos Transportes.

§ 3º Os conselheiros indicados na forma dos incisos III a V do § 1º e incisos I a III do § 2º deverão ser previamente aprovados pela Presidência da República e escolhidos dentre brasileiros de notórios conhecimentos e experiência, idoneidade moral e reputação ilibada.

Art. 2º Para cumprimento do disposto neste Decreto, deverão ser promovidas, no âmbito das respectivas Companhias, a edição dos atos cabíveis e a convocação de assembléia geral extraordinária de acionistas para a reforma do estatuto social.

Art. 3º Os órgãos integrantes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e os respectivos Conselhos Fiscais fiscalizarão o cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de agosto de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Alfredo Nascimento
Paulo Bernardo Silva

DECRETO DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais que menciona, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 2º da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de interesse social, para fins de reforma agrária, os seguintes imóveis rurais:

I - "Fazenda Mulunguzinho", com área registrada de mil, quatrocentos e cinqüenta e três hectares e doze ares, e área medida de mil, trezentos e noventa e cinco hectares, dezoito ares e oitenta e seis centiares, situado no Município de Porteirinha, objeto do Registro nº R-1-12.422, fls. 02, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porteirinha, Estado de Minas Gerais (Processo INCRA/SR-06/nº 54170.006208/2007-94); e

II - "Fazenda Esperança", com área registrada de mil, setecentos e noventa e três hectares, sessenta e dois ares e vinte centiares, e área medida de mil, novecentos e sete hectares, cinco ares e noventa e oito centiares, situado no Município de Paracatu, objeto dos Registros nºs R-8-16.152, Ficha 15.686-A, Livro 2; e R-60-16.152, Ficha 15.686-I, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paracatu, Estado de Minas Gerais (Processo INCRA/SR-06/nº 54170.001646/2007-66).

Art. 2º Este Decreto, independentemente de discriminação ou arrecadação, não outorga efeitos indenizatórios a particular, relativamente as áreas de domínio público constituído por lei ou registro e a áreas de domínio privado colhido por nulidade, prescrição, comisso ou ineficácia operada exclusivamente a benefício de qualquer pessoa jurídica de direito público, excetuadas as benfeitorias de boa-fé nelas existentes anteriormente à ciência do início do procedimento administrativo, excluindo-se ainda dos seus efeitos os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas e qualquer benfeitoria introduzida por quem venha a ser beneficiado com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, atestada a legitimidade dominial privada das mencionadas áreas planimetradas, fica autorizado a promover as desapropriações dos imóveis rurais de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e a manter as áreas de Reserva Legal e preservação permanente previstas na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de agosto de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guilherme Cassel

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 634, de 27 de agosto de 2008. Encaminhamento ao Congresso Nacional do relatório de avaliação do Plano Plurianual 2004/2007.

Nº 635, de 27 de agosto de 2008. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009".

Nº 636, de 27 de agosto de 2008. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do "Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM 2".

Nº 637, de 27 de agosto de 2008. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Manaus, Estado do Amazonas e a Corporação Andina de Fomento - CAF, destinada ao financiamento parcial do "Programa de Infra-Estrutura Urbana e Ambiental no Município de Manaus no âmbito do Programa de Apoio aos Governos Municipais - PRAM".

Nº 638, de 27 de agosto de 2008. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R$ 578.962.471,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Nº 639, de 27 de agosto de 2008. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 4.680.200,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Nº 640, de 27 de agosto de 2008. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 139.422.780,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Nº 641, de 27 de agosto de 2008. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R$ 5.000.000,00, para o fim que especifica".

Nº 642, de 27 de agosto de 2008. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral, da Presidência da República e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor global de R$ 5.829.976,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Nº 643, de 27 de agosto de 2008. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R$ 167.400.000,00, para o fim que especifica".

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE

Entidade: AR SINCOR
CNPJ: 44.921.823/0001-25
Processo Nº: 00100.000214/2008-13

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 09/11), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro SINCOR, operacionalmente vinculada à AC SINCOR, com fulcro no item 2.2.2.1.2 da Resolução CG ICP Brasil, nº 47 de 03 de dezembro de 2007. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização. Publique-se. Em 26 de agosto de 2008.

Entidade: AR ATRIBUTO
CNPJ: 04.199.040/0001-65
Processo Nº: 00100.000215/2008-68

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 07/09), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro ATRIBUTO, operacionalmente vinculada à AC SINCOR, com fulcro no item 2.2.2.1.2 da Resolução CG ICP Brasil, nº 47 de 03 de dezembro de 2007. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização. Publique-se. Em 26 de agosto de 2008.

Entidade: AR SCORPIUS
CNPJ: 53.323.499/0001-34
Processo Nº: 00100.000213/2008-79

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 08/10), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro SCORPIUS, operacionalmente vinculada à AC SINCOR, com fulcro no item 2.2.2.1.2 da Resolução CG ICP Brasil, nº 47 de 03 de dezembro de 2007. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização. Publique-se. Em 26 de agosto de 2008.

Entidade: AR ZCR
CNPJ: 40.626.483/0001-59
Processo Nº: 00100.000208/2008-66

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 42/47), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro ZCR, operacionalmente vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA, com fulcro no item 2.2.2.1.2 da Resolução CG ICP Brasil, nº 47 de 03 de dezembro de 2007. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização. Publique-se. Em 26 de agosto de 2008.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 813, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

Atribui ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Ilhéus/BA a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200 de 25 de fevereiro de 2008, tendo em vista o contido no processo 00407.004154/2008-63, resolve:

Art. 1º Atribuir ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Ilhéus/BA a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, observada sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

PORTARIA Nº 818, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Rio Grande/RS.

O **SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Rio Grande/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do Procurador Federal Eduardo Fernandes de Oliveira, matrícula SIAPE nº 1379098.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria PGF nº 153, de 11 de fevereiro de 2008.

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.284, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

Dispõe sobre o ressarcimento de despesas de fornecimento de cópias reprográficas de documentos pela Controladoria-Geral da União- CGU.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º do Anexo I do Decreto nº 5.683, de 24 de janeiro de 2006, e o art. 62 do Regimento Interno da Controladoria-Geral da União, aprovado pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2007, do Ministro de Estado do Controle e da Transparência,

RESOLVE:

Art. 1º Os interessados em obter cópias de documentos sob a gestão e guarda das unidades da Controladoria-Geral da União estão sujeitos ao recolhimento prévio de valor pecuniário a título de ressarcimento de despesas incorridas com o serviço reprográfico.

Art. 2º Conceder-se-á dispensa do recolhimento previsto no art. 1º desta Portaria nos casos de:

I - pessoas reconhecidamente pobres;

II - interesse de presidentes de comissões de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, bem como de órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública Federal, estadual ou municipal; e

III - cópias de documentos até 20 (vinte) unidades.

§ 1º Considera-se reconhecidamente pobre todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar o valor do ressarcimento de que trata o art. 1º sem prejuízo do sustento próprio ou da família, nos termos declarados no formulário de requisição de cópia de documentos.

§ 2º Para efeitos da comprovação de pobreza a que se refere o § 1º deste artigo, o interessado poderá, ainda, fazer prova de sua condição através da Declaração de Isento do Imposto de Renda de Pessoa Física, cuja cópia deverá ser anexada à solicitação.

Art. 3º O interessado, ou seu representante legalmente constituído, deverá se encaminhar ao setor de protocolo para verificar a unidade organizacional na qual se encontram os autos ou documentos de seu interesse ou, se for o caso, o seu pedido formal de cópia anteriormente enviado.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta portaria, considera-se:

a) unidade organizacional - aquelas listadas no Anexo I da Portaria nº 527, de 11 de abril de 2008; e

b) solicitante-o interessado, ou seu representante legalmente constituído.

Art. 4º O solicitante deverá se dirigir ao gabinete da unidade organizacional onde se encontram os autos ou documento(s) para verificar a viabilidade legal de acesso a informação pleiteada, bem como determinar o quantitativo de cópia.

Parágrafo único. Os casos de pedido formal de cópia de processos/documentos deverão ser deliberados para enquadramento ao contido nesta Portaria, inclusive para que se possa determinar com precisão o quantitativo de cópias e o nível de acesso ao processo/documento(s) requerido(s).

Art. 5º Aprovado o pedido, deverá ser entregue ao solicitante o FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS, modelo ANEXO, disponível na INTRACGU, para preenchimento, e, posteriormente, providenciado pelo dirigente da Unidade Organizacional ou a servidor a quem ele delegar, o encaminhamento do referido formulário preenchido ao setor de reprografia.

§ 1º O solicitante apresentará, juntamente com o formulário devidamente preenchido, um por processo, a Guia de Recolhimento da União - GRU, código 18855-7, gestão 00001, UG 170940, devidamente paga, cujo recolhimento será feito na importância de R$ 0,15 quinze centavos de real por cópia excedente ao limite indicado no art. 2º, inciso III.

§ 2º Caso seja dispensado do recolhimento, o solicitante informará que se enquadra nas hipóteses elencadas no art. 2º, mediante declaração de pobreza no próprio formulário, ou, anexando a ele cópia da Declaração de Isento do Imposto de Renda de Pessoa Física, ou, ainda, que se trata de solicitação de órgão da administração pública.

§ 3º Tratando-se de solicitante que não pode ou não sabe assinar, o preenchimento do formulário será efetuado a rogo por servidor da unidade organizacional onde se encontra o processo ou documento, sendo firmado ainda por duas testemunhas.

§ 4º Preenchido devidamente o FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS, e comprovado o recolhimento ou a situação de dispensa, os autos ou documentos, capeados pela "Via - Setor de Reprografia" do Anexo desta Portaria serão encaminhados pela unidade organizacional ao setor de reprografia.

§ 5º As cópias serão retiradas pelo solicitante em hora e dia previamente especificados na unidade organizacional onde foi feita a solicitação, mediante recibo firmado pelo solicitante ou nos moldes do § 3º deste artigo.

§ 6º O prazo para entrega das cópias ao solicitante não excederá a dez dias da data em que foi encaminhada a solicitação ao setor de reprografia.

§ 7º A unidade organizacional, após a entrega das cópias, deverá juntar ao processo original o formulário de solicitação, o comprovante de recolhimento e o recibo das cópias devidamente assinado pelo interessado.

Art. 6º A declaração falsa sujeitará o declarante às sanções civis, administrativas e criminais, na forma da lei.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 8º Fica revogada a Portaria nº 816, de 13 de junho de 2008.

LUIZ NAVARRO DE BRITTO FILHO

ANEXO

(PORTARIA Nº 1.284, DE 26 DE AGOSTO DE 2008)

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

PROCESSO Nº: _____
PÁGINAS A SEREM COPIADAS: _____
Nº TOTAL DE CÓPIAS:_____
JUSTIFICATIVA: _____

IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

INTERESSADO (A): _____
CPF Nº: _____
REPRESENTANTE LEGAL:
_____
CPF Nº: _____
_____, _____ de _____de _____

_____
ASSINATURA DO INTERESSADO (A) OU REPRESENTANTE LEGAL

NO CASO DE PREENCHIMENTO POR SERVIDOR DESIGNADO (§ 3º DO ART. 5º DA PORTARIA Nº 1.284/2008):
SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: _____
CPF: _____ SIAPE: _____

_____
ASSINATURA DO SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____
Assinatura Assinatura
NOME: NOME:
CPF: CPF:
SIAPE: SIAPE:

PROCESSO Nº: _____
INTERESSADO (A): _____

RESSARCIMENTO

( ) RECOLHIMENTO (anexar comprovante de pagamento)
INFORMAÇÕES PARA A EMISSÃO DA GRU - GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO:
- VALOR: R$ 0,15 (QUINZE CENTAVOS) A PARTIR DA 21ª COPIA
- CÓDIGO DE RECOLHIMENTO: 18855-7
- UG / GESTÃO: 170940 / 00001

QUANTIDADE DE CÓPIAS ACIMA DE 20 (VINTE) UNIDADES: _____
VALOR A SER RECOLHIDO:_____
( ) DISPENSADO DO RECOLHIMENTO (ART. 2º)
( ) I - POBRE:
( ) DECLARAÇÃO DE POBREZA (preencher abaixo) **ou ( ) ISENTO IRPF** (anexar comprovante)
( ) II - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
( ) III - ATÉ 20 CÓPIAS

DECLARAÇÃO DE POBREZA
Eu, _____, CPF nº _____, RG nº _____, **declaro**, para os fins especificados na Portaria nº 1.284, de 26/08/2008, do Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União - CGU**, que minha situação econômica não me permite pagar o valor do ressarcimento de que trata o art. 1º da mencionada portaria sem prejuízo do sustento próprio ou da família.**

Declaro, também, que as informações prestadas são verdadeiras e que estou ciente de que minha falsa declaração sujeitar-me-á às sanções civis, administrativas e criminais na forma da lei.
_____, _____ de _____de _____

_____
ASSINATURA DO INTERESSADO (A) OU REPRESENTANTE LEGAL

VIA - SETOR DE REPROGRAFIA

PROCESSO Nº: _____
PÁGINAS COPIADAS: _____
Nº TOTAL DE CÓPIAS:_____
INTERESSADO (A): _____

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a reprodução dos trechos do processo ou documento especificados neste formulário, conforme informações constantes no cabeçalho desta página, para sua posterior entrega ao solicitante.
_____, _____ de _____ de _____

_____
ASSINATURA E CARIMBO DO DIRIGENTE DA CGU

DATA PROVÁVEL DE ENTREGA: ____/____/_____

RECIBO

Recebi as cópias solicitadas neste formulário, conforme informações constantes no cabeçalho desta página.
_____, _____ de _____ de _____

_____
ASSINATURA DO INTERESSADO (A) OU REPRESENTANTE LEGAL

PROCESSO Nº:_____
INTERESSADO (A):_____
LOCAL DE RETIRADA DAS CÓPIAS:_____ **RAMAL:** _____
DATA PROVÁVEL DE ENTREGA: ____/____/_____

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 9º e 42, do Anexo I, do Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, tendo em vista o disposto no Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, e o que consta do Processo nº 21000.007596/2008-12, resolve:

Art. 1º Aprovar os procedimentos operacionais para habilitação de estabelecimentos fabricantes de produtos de origem animal interessados em destinar seus produtos ao comércio internacional e para as auditorias e supervisões para a verificação do cumprimento dos requisitos sanitários específicos dos países ou blocos de países importadores, constantes do Anexo I.

Art. 2º Esta Secretaria, por indicação do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA, designará Fiscais Federais Agropecuários - FFAs - para realizar auditorias e supervisões, a que se refere o art. 1º.

Parágrafo único. O DIPOA comunicará, previamente, às Divisões Técnicas das Superintendências Federais de Agricultura - SFAs, os FFAs designados para a realização das auditorias e supervisões nos estabelecimentos exportadores.

Art. 3º Quando constatadas não conformidades durante as auditorias e supervisões, os estabelecimentos terão suspensa a certificação sanitária internacional.

Parágrafo único. A retirada de um estabelecimento da lista de estabelecimentos exportadores deverá ser imediatamente comunicada ao país ou países interessados.

Art. 4º O restabelecimento da autorização da certificação destinada ao(s) país(es) da(s) lista(s) para a (s) qual(is) o estabelecimento está habilitado é de competência exclusiva do DIPOA, por meio de comprovação do cumprimento e da efetividade das ações corretivas aplicadas pelo estabelecimento.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Resolução DIPOA/SDA nº 7, de 10 de abril de 2003.

INÁCIO AFONSO KROETZ

ANEXO I

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PARA HABILITAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS FABRICANTES DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL INTERESSADOS EM DESTINAR SEUS PRODUTOS AO COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARA AS AUDITORIAS E SUPERVISÕES PARA A VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE REQUISITOS SANITÁRIOS ESPECÍFICOS DOS PAÍSES OU BLOCOS DE PAÍSES IMPORTADORES

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Para efeito desta Instrução Normativa, considera-se:

I - habilitação para exportação: concessão de autorização para emissão de certificação sanitária internacional para produtos de origem animal, com embasamento na legislação nacional e nos requisitos sanitários específicos do país ou países importadores;

II - suspensão de certificação: suspensão da emissão de certificação sanitária internacional;

III - lista geral de estabelecimentos exportadores: lista de estabelecimentos que atendem integralmente a legislação nacional e que estão habilitados a exportar produtos de origem animal a países terceiros;

IV - listas específicas de estabelecimentos exportadores: listas de estabelecimentos que atendem integralmente a legislação nacional e que estão habilitados a exportar produtos de origem animal para países ou blocos de países que apresentam requisitos sanitários específicos.

CAPÍTULO II
DA HABILITAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PARA EXPORTAÇÃO

Art. 2º O interesse de um estabelecimento na habilitação para a exportação de produtos de origem animal será manifestado ao DIPOA por meio de solicitação acompanhada, quando for o caso, de termo de compromisso de atendimento das exigências estabelecidas pela autoridade sanitária dos países ou blocos de países importadores, de forma suplementar à legislação nacional, firmado pelo responsável pelo estabelecimento.

Parágrafo único. Toda solicitação será acompanhada da relação de produtos que pretende exportar.

Art. 3º A habilitação poderá ser requerida para inclusão na lista geral de estabelecimentos exportadores ou em lista específica de estabelecimentos exportadores.

Parágrafo único. O estabelecimento deverá estar previamente incluído na lista geral de exportadores ao manifestar interesse para inclusão na lista específica de exportadores.

Art. 4º O Serviço de Inspeção Federal - SIF receberá a solicitação do responsável pelo estabelecimento e a remeterá para o Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários - SIPAG, acompanhada de parecer técnico conclusivo que incluirá:

I - avaliação do atendimento aos requisitos sanitários previstos na legislação nacional vigente;

II - avaliação da implementação dos programas de autocontrole;

III - avaliação do atendimento aos requisitos sanitários específicos dos países ou blocos de países importadores, quando for o caso.

Art. 5º O SIPAG constituirá processo com solicitação de habilitação, parecer técnico do SIF, relatório recente de supervisão e parecer conclusivo quanto ao solicitado, e o enviará ao DIPOA para análise técnica.

Art. 6º Quando concluído o processo de habilitação do estabelecimento pelo DIPOA, será expedido documento a todos os SIPAGs, ao Sistema de Vigilância Agropecuária - VIGIAGRO, à Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio - SRI e à Divisão de Produtos de Base - DPB do Ministério das Relações Exteriores - MRE.

Art. 7º Nos casos em que seja necessária a homologação da habilitação pela autoridade sanitária do país importador ou bloco de países importadores, o documento somente poderá ser expedido após confirmação da autoridade sanitária competente.

Art. 8º A emissão da certificação sanitária internacional para os produtos de origem animal estará autorizada a partir da inclusão do estabelecimento na lista geral de estabelecimentos exportadores ou na(s) lista(s) específica(s) de estabelecimentos exportadores.

CAPÍTULO III
DAS AUDITORIAS PARA A VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE REQUISITOS SANITÁRIOS ESPECÍFICOS DOS PAÍSES OU BLOCOS DE PAÍSES IMPORTADORES

Art. 9º A auditoria tem por objetivo a avaliação do gerenciamento das atividades fiscais desenvolvidas pelo SIPAG relacionadas aos estabelecimentos habilitados para exportação.

Art. 10. A auditoria avaliará:

I - o atendimento à legislação nacional vigente;

II - a implementação dos programas de autocontrole pelos estabelecimentos;

III - os procedimentos de inspeção e as atividades de verificação oficial dos elementos de inspeção junto aos estabelecimentos;

IV - o cumprimento de requisitos sanitários específicos dos países ou blocos de países importadores pelos estabelecimentos, quando for o caso;

V - a efetividade dos procedimentos de gerenciamento das atividades fiscais de cada SIPAG, por amostragem de estabelecimentos.

Art. 11. O DIPOA programará, no mínimo, uma auditoria anual em cada SIPAG, nas Unidades da Federação onde existam estabelecimentos habilitados a exportar produtos de origem animal.

Parágrafo único. A freqüência das auditorias poderá ser alterada segundo prioridades identificadas e em atendimento às exigências adicionais e específicas de países importadores.

Art. 12. O DIPOA avaliará, no mínimo, 40% (quarenta por cento) dos estabelecimentos habilitados à exportação, existentes em cada Unidade da Federação.

Parágrafo único. A amostragem poderá ser alterada mediante estudo dos indicadores de desempenho dos estabelecimentos, das atividades fiscais dos SIFs, das atividades de gerenciamento dos SIPAGs ou de requisitos sanitários específicos dos países ou blocos de países importadores.

Art. 13. O DIPOA programará a execução das atividades de auditoria para verificar o cumprimento de requisitos sanitários específicos dos países ou blocos de países importadores.

Art. 14. O relatório final de auditoria deverá ser encaminhado ao DIPOA e ao SIPAG, apresentando os relatórios:

I - das atividades do SIPAG; e

II - individuais dos estabelecimentos amostrados.

Art. 15. O SIPAG deverá gerar plano de ação para correção das não conformidades descritas no relatório final de auditoria, e o enviará ao DIPOA para análise técnica.

Art. 16. Os relatórios individuais dos estabelecimentos amostrados serão encaminhados ao SIF, ao estabelecimento auditado, ao SIPAG e ao DIPOA. Estes estabelecimentos apresentarão plano de ação para a correção das não conformidades descritas, e enviarão ao SIPAG para análise técnica.

Parágrafo único. O DIPOA verificará o cumprimento e a efetividade das ações corretivas aplicadas pelos estabelecimentos amostrados, por ocasião da auditoria subseqüente.

CAPÍTULO IV
DA SUPERVISÃO PARA A VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE REQUISITOS SANITÁRIOS DOS PAÍSES OU BLOCOS DE PAÍSES IMPORTADORES

Art. 17. A supervisão tem por objetivo a avaliação do gerenciamento das atividades fiscais desenvolvidas pelo SIF relacionadas aos estabelecimentos habilitados para a exportação.

Art. 18 A supervisão avaliará:

I - o atendimento à legislação nacional vigente;

II - a implementação dos programas de autocontrole pelos estabelecimentos;

III - os procedimentos de inspeção e as atividades de verificação oficial dos elementos de inspeção junto aos estabelecimentos;

IV - o cumprimento de requisitos sanitários específicos dos países ou blocos de países importadores pelos estabelecimentos, quando for o caso.

Art. 19. A freqüência das supervisões será definida pelo DIPOA, considerando os indicadores de desempenho dos estabelecimentos habilitados à exportação.

Parágrafo único. Todos os estabelecimentos habilitados à exportação serão supervisionados, pelo menos uma vez, no decorrer do ano.

Art. 20. O SIPAG das Unidades da Federação onde existam estabelecimentos habilitados a exportar produtos de origem animal encaminhará ao DIPOA a programação anual das supervisões.

Art. 21. Os FFAs designados para realizar as supervisões enviarão os relatórios de supervisão ao SIF, ao estabelecimento supervisionado e ao SIPAG das Unidades da Federação onde existam estabelecimentos habilitados a exportar produtos de origem animal.

Art. 22. O estabelecimento supervisionado apresentará plano de ação para a correção das não conformidades descritas no relatório de supervisão, e enviará ao SIPAG das Unidades da Federação onde existam estabelecimentos habilitados a exportar produtos de origem animal, para análise técnica.

Parágrafo único. O SIPAG verificará o cumprimento e a efetividade das ações corretivas aplicadas pelo estabelecimento, por ocasião da supervisão subseqüente.

CAPÍTULO V
DOS RESULTADOS DAS AUDITORIAS E SUPERVISÕES PARA A VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE REQUISITOS SANITÁRIOS DOS PAÍSES OU BLOCOS DE PAÍSES IMPORTADORES

Art. 23. No relatório individual de auditoria e no relatório de supervisão, para a verificação do cumprimento de requisitos sanitários específicos dos países ou blocos de países importadores, deverá ser emitido parecer técnico conclusivo que contemple uma das seguintes alternativas:

I - o estabelecimento detém o controle dos processos para a certificação sanitária internacional;

II - o estabelecimento detém o controle dos processos para a certificação sanitária internacional, porém apresenta indícios de perda de controle;

III - o estabelecimento não demonstra controle dos processos para a certificação sanitária internacional.

Art. 24. O estabelecimento que detém o controle dos processos para a certificação sanitária internacional terá mantida a certificação para exportação.

Art. 25. O estabelecimento que detém o controle dos processos para a certificação sanitária internacional, porém apresenta indícios de perda de controle, terá mantida a certificação para exportação.

§ 1º O estabelecimento deverá elaborar plano de ação em até 30 dias após a data da auditoria ou supervisão.

§ 2º O SIPAG verificará o cumprimento e a efetividade das ações corretivas aplicadas pelo estabelecimento, determinando a realização de nova supervisão ou auditoria, a critério do DIPOA.

§ 3º No caso do não cumprimento do plano de ação proposto pelo estabelecimento, ou recorrência da não conformidade, será suspensa a certificação sanitária internacional.

Art. 26. Quando o estabelecimento não demonstra controle dos processos, será suspensa a certificação sanitária internacional.

§ 1º Poderá ser realizada nova supervisão ou auditoria, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias após suspensão, visando à verificação do cumprimento e da efetividade das ações corretivas propostas no plano de ação do estabelecimento.

§ 2º No caso do não cumprimento do plano de ação proposto ou recorrência da não conformidade, o estabelecimento deverá ser retirado da lista ou listas de exportação.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 22, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao § 7º do art. 18 da Lei n.º 9.456/97, torna público aos interessados que tramitou neste Serviço, o pedido de proteção de cultivar de copo-de-leite (Zantedeschia Spreng.), com solicitação de denominação Captain Reno, protocolizado sob o número 21806.000016/2008-82, apresentado pela empresa holandesa Kapiteyn Breeding B.V. O pedido de proteção foi INDEFERIDO, por não atender o inciso V do Art. 3 da Lei 9.456, de 25 de abril de 1997. Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação deste Aviso.

DANIELA DE MORAES AVIANI
Coordenadora

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 271, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA SUBSTITUTO, no uso das atribuições contidas no item XIV e XXII, art. 39, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 300 de 16/06/05, e tendo em vista o disposto no art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 17 de novembro de 2006, Art. 3º da Lei nº 7802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21050.001941/2008-19, resolve:

Art. 1º - Credenciar sob número BR-SC-0361, a empresa MADÊMER MADEIRAS LTDA., CNPJ nº 85.937.431/0001-31, Inscrição Estadual nº 250.027.488, localizada na Rodovia SC-416, nº 4.606, Bairro Rodeio 32, em Rodeio/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamentos fitossanitários com fins quarentenários, no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira, executar os seguintes tratamentos: Tratamento Térmico (HT); Secagem em Estufa (KD).

Art. 2º - O Credenciamento de que trata esta Portaria será provisório por um ano e, em não constatando nenhuma irregularidade neste período, este será convertido em definitivo pelo prazo normal estipulado de cinco (5) anos, mantido o mesmo número do credenciamento provisório, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa nº 66, de 27/11/2006, republicada no DOU de 12/01/2007, Seção 1, pg. 2 a 5.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO ALEXANDRO POWELL
VAN DE CASTEELE

...após a
Imprensa Nacional
ter várias sedes
provisórias,
foi inaugurado,
por D. Pedro II,
em 1877,
o primeiro prédio
construído para
abrigar os prelos
e todo o material
usado na gráfica?
Que este edifício
pegou fogo
na noite de
15 de setembro
de 1911,
onde se perdeu
vasto material
histórico?



SIG, Quadra 6, Lote 800,
Brasília - DF
CEP 70610-460

www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

Ministério da Ciência e Tecnologia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 564, DE 26 DE AGOSTO 2008

Autoriza a descentralização de Crédito Orçamentário e Financeiro para o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, da Constituição Federal e com base no inciso III, §1º, art. 1º do Decreto n.º 6.170, de 25 de julho de 2007, alterado pelo Decreto n.º 6.428, 14 de abril de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização de créditos orçamentários e financeiros para o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília, UG n.º 154019, Gestão n.º 15257, no valor de R$ R$ 70.000,00 (setenta mil reais) a fim de apoiar à realização da "V Conferência Internacional de Integração de Sistemas - ICSI 2008", conforme processo n.º 01200.001362/2008-90.

Art. 2º A unidade recebedora dos recursos deverá apresentar à Secretaria de Política de Informática relatórios periódicos referentes à execução do projeto, bem como prestação de contas final, conforme disposto no art. 4º, da Portaria MCT n.º 192, de 17 de março de 2006.

SERGIO MACHADO REZENDE

PORTARIA Nº 565, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

Autoriza a descentralização de Crédito Orçamentário e Financeiro para o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico - CDT/UNB.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, da Constituição Federal e com base no inciso III, §1º, art. 1º do Decreto n.º 6.170, de 25 de julho de 2007, alterado pelo Decreto n.º 6.428, 14 de abril de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização de créditos orçamentários e financeiros para o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico - CDT/UNB, UG n.º 154019, Gestão n.º 15257, no valor de R$ 798.400,00 (setecentos e noventa e oito mil e quatrocentos reais), a fim de apoiar o projeto "Estruturação Tecnológica de Empreendimentos Solidários do DF e Entorno", conforme processo n.º 01200.001290/2008-81.

Art. 2º A unidade recebedora dos recursos deverá apresentar à Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social relatórios periódicos referentes à execução do projeto, bem como prestação de contas final, conforme disposto no art. 4º, da Portaria MCT n.º 192, de 17 de março de 2006.

SERGIO MACHADO REZENDE

PORTARIA Nº 566, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCT nº 01200.004934/2007-10, de 11 de setembro de 2007, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Force Line Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 03.762.480/0001-16, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

Produto 1: Equipamento de alimentação ininterrupta de energia (UPS ou "No-break");

Modelos: UPS OFFICEµ 1BAT, UPS OFFICEµ FAX 1BAT, UPS OFFICE SECURITY 650µ 1BAT-M1, UPS OFFICE SECURITY 650µ 1BAT-BI, UPS OFFICE SECURITY 650µ 1BAT-BI+FAX, UPS 700VA OFFICE SECURITY PLUS BIV, UPS 700VA OFF SEC PLUS BIVOLT+INTEL, UPS OFFICE SECURITY PLUS 650µ BAT AUT, UPS 1500 VA OFFICE SECURITY PLUS BIV, UPS 1500 VA OFF SEC PLUS BIV L1, UPS OFFICE SECURITY PLUS 1300µ INT+FAX 2BAT, UPS 1500 VA OFFICE SECURITY PLUS BIV+INT, UPS 1300 VA OFF SEC PLUS BIV AUTOM, UPS 1300 VA OFF SEC PLUS BIV+FAX+INT, UPS 1500 VA OFF SEC PLUS BIV AUTOM L5, UPS 1200 VA OFF SEC PLUS BIV AUTOM L3, UPS 1500 VA OFF SEC PLUS BIV+FAX, UPS 1500 VA OFF SEC PLUS BIV P/BAT AUT, UPS OFF SEC PLUS BIV/115 C/BAT SEL, UPS OFFICE SECURITY PLUS 1350µ BAT AUT INTERNA, UPS OFFICE SECURITY PLUS 5000VA, UPS OFF SEC PLUS BIV/115 C/BAT SEL BIV, UPS 700 OFFICE SECURITY BIV/115V, UPS OFFICE SECURITY PLUS 3000 VA, UPS 1000 OFFICE SECURITY MONO 220V, UPS 700 OFFICE SECURITY M1/115V, UPS OFFICE SECURITY 700 VA BIVOLT AUTO, UPS 700 OFFICE SECURITY BIV/115V L1, UPS 1000 OFFICE SECURITY BIV/230V, UPS 700 OFFICE SECURITY BIV/115V+FAX, UPS 1000 OFFICE SECURITY BIV/115V+FAX L1, UPS 1000 OFFICE SECURITY M1/115V, UPS 1350 OFFICE SECURITY BIV/115V, UPS 1000 OFFICE SECURITY BIV/115V, UPS 1300 OFF SEC BIV AUTOM/115V, UPS 1000 OFFICE SECURITY BIV/115V+FAX, UPS 1000 OFFICE SECURITY MONO 115V+FAX, UPS 1350 OFFICE SECURITY M1/115V, OFFICE INTERACTIVE PLUS 650µ 1BAT-M1, UPS 1350 OFFICE SECURITY BIV/115+FAX, OFFICE INTERACTIVE PLUS 1200µ 2BAT-B1, OFFICE INTERACTIVE PLUS 650µ 1BAT-B1, OFFICE INTERACTIVE PLUS 1200µ 2BAT-BI+FAX+INT, OFFICE INTERACTIVE PLUS 1300µ 2BAT-M1, NB GRANDE AUTONOMIA BAT AUT INTERNA+FAX, OFFICE INTERACTIVE PLUS 1200µ 2BAT-BI+FAX, NB ALTA FREQUENCIA 1 BAT-M1+FAX, UPS GRANDE AUTONOMIA 700 VA, UPS P/PABX/KS 150 VA 230V/230V MET, NB ALTA FREQUENCIA 1 BAT-M1, UPS MONO, 220/220V DATA SOUND, UPS P/PAABX/KS 150 VA BIV/115V MET, UPS MONO 115/115V DATA SOUND PR, UPS MONO 115/115V DATA SOUND, UPS 700 OFFICE SECURITY 115/115V PR, UPS BIVOLT/115V DATA SOUND, UPS 700 OFFICE SECURITY BIV/115 BAT SEL, UPS BIVOLT/115 DATA SOUND PR, UPS 700 OFFICE SECURITY BIV/115V PR, UPS 700 OFFICE SECURITY BIV/115V, UPS 1350 OFFICE SECURITY BIV/115V PR, UPS 700 OFFICE SECURITY BIV AUT/115V, UPS PARA PORTAO AUTOMÁTICO 500 VA BIVOLT, UPS PARA PORTAO AUTOMÁTICO 1000 VA BIVOLT, UPS 1000 VA BIV AUT. TRUE RMS C/INT PT, UPS 700 VA MONO TRUE RMS CZ, UPS 700 VA BIV AUT. TRUE RMS CZ, UPS 1000 VA MONO TRUE RMS CZ, UPS 1000 VA BIV AUT. TRUE RMS CZ, UPS 700 VA BIV AUT. TRUE RMS+BAT EX, UPS 700 VA MONO TRUE RMS PRETO, UPS 700 VA BIV AUT. TRUE RMS PRETO, UPS 1000 VA BIV AUT. TRUE RMS C/INT PT, UPS 1350 VA MONO TRUE RMS CZ, UPS 1350 VA BIV AUT.TRUE RMS CZ e UPS 1350 VA BIV AUT. TRUE RMS PT.

Produto 2: Estabilizador de tensão microprocessado.

Modelos: EST ETERNITY 250 VA MONOVOLT 115V CZ, EST ETERNITY 250 VA BIVOLT AUTO 115V CZ, EST ETERNITY 250 VA MONOVOLT 115V PR, EST ETERNITY 250 VA BIVOLT AUTO 115V PR, EST ETERNITY 300 VA MONOVOLT 115V CZ, EST ETERNITY 300VA MONOVOLT 115 CZ, EST ETERNITY 300 VA MONOVOLT 220V CZ, EST ETERNITY 300 VA BIVOLT AUTO 115V CZ, EST ETERNITY 300 VA BIV AUT 115V CZ+FAX, EST ETERNITY 300 VA MONOVOLT 115V PR, EST ETERNITY 300 VA MONOVOLT 220V PR, EST ETERNITY 300 VA BIVOLT AUT 115V PR+ FAX, EST MKTECK 300 VA MONOVOLT 115V PR, EST MKTECH 300 VA BIVOLT AUTO 115V PR, EST ETERNITY 600 VA MONOVOLT 115V CZ, EST ETERNITY 600 VA MONOVOLT 115V PR, EST EVO III 1000 VA BIVOLT AUTO 115V CZ, EST EVO III 1000 VA BIVOLT AUTO 115V PT, EST EVO III 500 VA BIVOLT AUTO 115V CZ, EST EVO III 500 VA BIVOLT AUTO 115V PT, EST EVO III 300 VA BIVOLT 115V CZ, EST EVO III 300 VA BIVOLT 115V PRETO, EST EVO III 440 VA BIVOLT 115V CZ e EST EVO III 440 VA BIVOLT 115V PT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO MACHADO REZENDE

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 1.476/2008

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 115ª Reunião Ordinária, ocorrida em 21 de agosto de 2008, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000969/2008-52
Requerente: Monsanto do Brasil Ltda
CNPJ: 64.858.525/0001-45
Endereço: Av. Nações Unidas, 12901 Torre Norte -7 e 8 andares CEP: 04578-000 -São Paulo -SP.
Assunto: Liberação planejada no meio ambiente
Extrato Prévio: nº 1369/2008, publicado em 06/05/2008
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da solicitação de Liberação planejada no meio ambiente de soja geneticamente modificada resistente a insetos e tolerante ao glifosato MON 87702 x MON 89788, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste Parecer Técnico.

A Monsanto do Brasil Ltda -CQB 003/96 solicitou à CTNBio parecer técnico para Liberação planejada no meio ambiente de soja resistente a insetos e tolerante ao glifosato MON 87701 x MON 89788. O proposta tem como objetivo requer autorização para conduzir ensaios em campo no Brasil, especificamente para a avaliação de organismos não-alvo em áreas cultivadas com a soja MON 87701 x MON 89788, avaliação a tolerância da soja MON 87701 x MON 89788 a diferentes doses de herbicida à base de glifosato e avaliação da produtividade da soja MON 87701 x MON 89788. Os experimentos serão realizados nas Estações Experimentais de Não-Me-Toque -RS, Cachoeira Dourada -MG, Rolândia -PR e Sorriso -MT. A área total da liberação planejada no meio será de aproximadamente1,67 ha, sendo que a área com OGM será de aproximadamente 0,37 ha. As estações experimentais possuem estrutura física adequada e pessoal capacitado à condução segura dos experimentos propostos e estão localizadas em regiões representativas do ponto de vista agronômico da produção da soja. O isolamento da soja MON 87701 x MON 89788 e da soja convencional será espacial, respeitando uma distância de 5 metros. Serão instaladas bordaduras experimentais de soja que consistirão de 2 m na frente e no fundo do protocolo 08-03-SNEW -REG7 e de 4 linhas laterais e 3 m na frente e no fundo do protocolo 08-03-71-REG8. Não serão instaladas bordaduras experimentais no protocolo 08-03-NEW-REG. As bordaduras experimentais serão instaladas obedecendo-se os mesmos procedimentos de plantio, manejo e descarte das parcelas experimentais. As práticas agronômicas recomendadas à cultura da soja serão adotadas para o controle de pragas e doenças, e o manejo dos experimentos será realizado de forma compatível com seu objetivo. A testemunha convencional será utilizada com ou sem a aplicação de herbicidas. A destruição dos grãos produzidos será realizada através de enterrio em vala específica ao descarte de OGMs. A destruição do material proveniente da área experimental será realizada através do arranquio manual ou trituração (triton, ensiladeira, moinho, etc.) do material e posterior incorporação ao solo com implemento agrícola no sistema de plantio convencional ou mantido como cobertura (mulching) no sistema de plantio direto. Incineração controlada em incinerador presente na Estação Experimental. Após a colheita, a área será mantida em pousio ou será cultivada com uma cultura alternativa a soja, como milho, sorgo ou uma cultura de cobertura, de acordo com recomendação técnica para cada local. Será respeitado o período de 4 meses nas área experimentais das Estações localizadas em Não-Me-Toque -RS, Rolândia -PR, Cachoeira Dourada -MG e Sorriso -MT em função das condições de irrigação dessas áreas. Após a colheita dos experimentos, as plantas voluntárias que emergirem na área experimental serão eliminadas de forma manual, mecânica ou química. O OGM poderá ser utilizado apenas para os fins propostos na liberação planejada e aprovados pela CTNBio conforme este parecer técnico. Assim sendo e atendidas as recomendações da CTNBio e as medidas de biossegurança contidas no processo, essa atividade NÃO É potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou prejudicial à saúde humana.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

WALTER COLLI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 1.477/2008

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 115ª Reunião Ordinária, ocorrida em 21 de agosto de 2008, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004010/1996-19
Requerente: Bayer S.A
CNPJ: 18.459.628/0043-74
Endereço: Rua Domingos Jorge, 1100, Prédio 9504, 3º. Andar CEP 04779-900, Socorro, São Paulo, SP
Assunto: Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança -CQB
Extrato Prévio: nº 1310/2008, publicado em 27/03/2008
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da solicitação de Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança -CQB, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste Parecer Técnico.

A Bayer S.A, detentora do CQB 005/96, solicitou à CTNBio a extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança -CQB para a inclusão dos lotes de apoio (campos experimentais) presentes na Região Sul, que são a Estância da Graça, no Município de Pelotas - RS; Fazenda Corticeiras, município de Cristal -RS e Fazenda Umbu, em Charqueadas -RS, para desenvolver atividades de liberação planejada no meio ambiente e descarte de plantas (Arroz) geneticamente modificadas, pertencentes a classe de risco I. As propriedades selecionadas se encontram em locais de rápido acesso pelos técnicos da entidade. O ensaio será semeado sob isolamento espacial de outros cultivos, utilizando uma bordadura dividida em dois componentes: i) uma faixa de 6 metros, adjacente às taipas que circulam as parcelas experimentais. Esta faixa será mantida livre de qualquer outra planta de arroz e sob monitoramento para detectar e eliminar a presença de qualquer planta do gênero Oryza antes da emissão dos órgãos reprodutivos viáveis; ii) uma Segunda faixa de aproximadamente 5 metros (27 linhas de plantio), exterior à segunda taipa, onde serão cultivados plantas de arroz convencional, que serão eliminadas após o período de floração e liberação dos pólens das plantas de arroz GM. O local do experimento foi selecionado em pontos mais altos do terreno para facilitar o escoamento da água e evitar a dispersão de sementes devido ao excesso de lâmina d'água de irrigação. Será utilizada taipa dupla, evitando possível esgotamento (vazamento) da água das parcelas para fora da área do experimento. Não será permitido a utilização da água da irrigação das parcelas em outros cultivos de arroz dentro do propriedade. Mesmo com a informação de que animais (pássaros) não são responsáveis pela dispersão de sementes de arroz, a área que envolve as parcelas experimentais será coberta com tela de nylon quando se verificar o início da fase reprodutiva (antes da formação de sementes). A área será constantemente observada para monitorar a presença de plantas de arroz vermelho e, em caso de ocorrência, eliminá-las antes que emitam órgãos reprodutivos viáveis. Será feita a instalação de filtros (telas) nas saídas para os drenos, com o objetivo de reter as sementes que

por ventura tenham caído na água de irrigação, na eventualidade de haver necessidade de drenar a água de forma rápida das parcelas. A colheita será manual, em panículas. Estas serão embaladas no campo, conforme o lote, sendo identificados e fechados, para posterior análise na Unidade Experimental de Capão do Leão. Após as análises de pesagem, avaliação do aspecto do grão, entre outras, as amostras serão eliminadas por incineração no forno utilizado para a secagem do material, na Estação Experimental da Requerente. Após a colheita, a área experimental será trabalhada de forma a eliminar a presença do VGM do local onde o ensaio estava instalado. Propõe-se que a área fique em monitoramento pós-colheita durante um período de 12 meses, onde o pesquisador principal e/ou membro da CIBio, inspecionará a área regularmente. Neste monitoramento a área não será cultivada com a mesma cultura, mas poderá o ser com cultivos que permitam a identificação e eliminação das plantas espontâneas de arroz. Os equipamentos de proteção individual utilizados são: óculos, máscaras, luvas e botas, que serão necessários para a utilização durante a aplicação de defensivos agrícolas nas áreas experimentais. Kits de primeiros socorros estão disponíveis para funcionários dentro das fazendas. Nos casos de maior gravidade, os atendimentos médicos serão realizados em postos de saúde ou hospitais presentes nas proximidades das propriedades. Após análise das medidas de biossegurança descritas na solicitação, a CTNBio entendeu que os OGMs e derivados devem ser utilizados nesta unidade operativa apenas para os fins propostos. Assim sendo e atendidas as recomendações da CTNBio e as medidas de biossegurança contidas no processo, essa atividade NÃO É potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou prejudicial à saúde humana.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

WALTER COLLI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 1.478/2008

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 115ª Reunião Ordinária, ocorrida em 21 de agosto de 2008, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000628/2008-87
Requerente: Bayer S.A
CNPJ: 18.459.628/0043-74
Endereço: Rua Domingos Jorge, 1100, Prédio 9504, 3º. Andar CEP 04779-900, Socorro, São Paulo, SP
Assunto: Liberação planejada no meio ambiente
Extrato Prévio: nº 1307/2008, publicado em 26/03/2008
Decisão: INDEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da solicitação de Liberação planejada no meio ambiente de arroz geneticamente modificado tolerante ao glufosinato de amônio (LLRice62), concluiu pelo seu INDEFERIMENTO, nos termos deste Parecer Técnico.

A Bayer S.A -CQB 005/96 solicitou à CTNBio liberação planejada no meio ambiente de arroz geneticamente modificado para uso seletivo do herbicida Glufosinato de Amônio. A proposta intitulada "Avaliação a campo do desempenho da tecnologia LibertyLink em arroz" tinha como objetivo a análise comparativa do desempenho do Arroz LibertyLink em relação a cultivares convencionais em condições de cultivo a campo. Os ensaios seriam realizados em três localidades: Estância da Graça, município de Pelotas -RS; Fazenda Corticeiras, município de Cristal -RS e Fazenda do Umbu, Charqueadas -RS. Em cada localidade a área total seria de 3246 m² (incluindo área de circulação e bordadura), dos quais 30,6 m² seriam utilizados com cultivar de arroz geneticamente modificado. A CTNBio concluiu pelo Indeferimento em virtude das áreas solicitadas para a experimentação não estarem incluídas no CQB 005/96 pertencente à proponente.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas não atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

WALTER COLLI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 1.479/2008

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 115ª Reunião Ordinária, ocorrida em 21 de agosto de 2008, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000482/2008-70
Requerente: Monsanto do Brasil Ltda
CNPJ: 64.858.525/0001-45
Endereço: Av. Nações Unidas, 12901 Torre Norte -7 e 8 andares CEP: 04578-000 -São Paulo -SP.
Assunto: Importação de sementes de milho geneticamente modificado
Extrato Prévio: nº 1295/2008, publicado em 12/03/2008
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da solicitação de Importação de sementes de milho geneticamente modificado, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste Parecer Técnico.

A Monsanto do Brasil Ltda -CQB 003/96 solicitou à CTNBio parecer técnico para Importação de 62,95 Kg de sementes de milho geneticamente modificado de resistência a insetos e tolerante ao glifosato MON88017. As sementes do milho MON 88017 serão utilizadas na liberação planejada no meio ambiente protocolada na CTNBio com o nº 01200.000476/2008-12. A liberação será realizada na Estação Experimental de Uberlândia -MG. A instituição que está enviando o material é a Monsanto AG Products L.L.C, Kihei, HI, nos Estados Unidos e seu destino será a Estação Experimental de Uberlândia -MG. O local de desembarque no Brasil será em Campinas - SP. A Estação de quarentena credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento será a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - CENARGEN - EMBRAPA em Brasília -DF. As sementes do milho MON 88017 produzidas nesta liberação planejada serão colhidas e armazenadas para plantio em outros talhões, para fins de pesquisa em contenção e uso em futuras liberações planejadas no meio ambiente, ou serão exportadas para outros países para realizar outros estudos. Parte dos grãos e restos culturais serão descartados seguindo as normas e procedimentos de descarte descritos: A destruição dos grãos produzidos será realizada através de enterrio em vala específica para o descarte de OGMs. A destruição do material proveniente da área experimental será realizada através do arranquio manual e/ou trituração (triton, ensiladeira, roçadeira, moinho,etc.) do material e posterior incorporação ao solo com implemento agrícola no sistema de plantio convencional ou mantido como mulching no sistema de plantio direto. O isolamento a ser utilizado na liberação planejada no meio ambiente de milho MON 88017 e do milho convencional será temporal, baseado em distâncias, diferenças de épocas de plantio e com instalação de bordadura de isolamento. O intervalo de 40 dias entre datas de emergência de milho MON 88017 em relação ao milho convencional será respeitado até uma distância de 400 metros. A bordadura de isolamento de 20 linhas de milho convencional (espaçamento 0,7 metros) e a área de trânsito de 10 metros serão instaladas ao redor do conjunto de experimentos instalados. A bordadura de isolamento que será instalada ao redor do conjunto de experimentos instalados seguirá os mesmos procedimentos de plantio, manejo e descarte da área experimental, sendo descartada após o término da polinização. As práticas agronômicas recomendadas à cultura do milho serão adotadas para o controle de pragas e doenças, e o manejo dos experimentos será realizado de forma compatível com seus objetivos. Após análise das medidas de biossegurança descritas na solicitação, a CTNBio entendeu que os OGMs devem ser utilizados apenas para os fins propostos. Assim sendo e atendidas as recomendações da CTNBio e as medidas de biossegurança contidas no processo, essa atividade NÃO É potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou prejudicial à saúde humana.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

WALTER COLLI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 1.480/2008

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 115ª Reunião Ordinária, ocorrida em 21 de agosto de 2008, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000476/2008-12
Requerente: Monsanto do Brasil Ltda
CNPJ: 64.858.525/0001-45
Endereço: Av. Nações Unidas, 12901 Torre Norte -7 e 8 andares CEP: 04578-000 -São Paulo -SP.
Assunto: Liberação planejada no meio ambiente
Extrato Prévio: nº 1298/2008, publicado em 12/03/2008
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da solicitação de Liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado resistente a insetos e tolerante ao glifosato (MON 88017), concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste Parecer Técnico.

A Monsanto do Brasil Ltda -CQB 003/96 solicitou à CTNBio parecer técnico para liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado resistente a insetos e tolerante ao glifosato MON 88017. O objetivo da proposta é a introdução do evento MON 88017 em linhagens e híbridos adaptados às condições de cultivo no Brasil. Esta liberação planejada no meio ambiente será conduzida na Estação Experimental de Uberlândia -MG. A área total dos experimentos será de aproximadamente 1,73ha, sendo que a área com OGM será de aproximadamente 1,08 ha. As estações experimentais possuem estrutura física adequada e pessoal capacitado à condução segura dos experimentos propostos e situam-se em ambiente favorável à produção de milho. O isolamento a ser utilizado na liberação planejada no meio ambiente de milho MON 88017 e do milho convencional será temporal, baseado em diferenças de épocas de plantio, instalação de bordadura de isolamento e distância entre os plantios. O intervalo de 40 dias entre datas de emergência de milho MON 88017 em relação ao milho convencional será respeitado até uma distância de 400 metros. A bordadura de isolamento de 20 linhas de milho convencional (espaçamento 0,7 metros) e a área de trânsito de 10 metros serão instaladas ao redor do conjunto de experimentos instalados. A bordadura de isolamento que será instalada ao redor do conjunto de experimentos instalados seguirá os mesmos procedimentos de plantio, manejo e descarte da área experimental, sendo descartada após o término da polinização. As práticas agronômicas recomendadas à cultura do milho serão adotadas para o controle de pragas e doenças, e o manejo dos experimentos será realizado de forma compatível com seus objetivos. A destruição dos grãos produzidos será realizada através de enterrio em vala específica para o descarte de OGMs. A destruição do material proveniente da área experimental será realizada através do arranquio manual e/ou trituração (triton, ensiladeira, roçadeira, moinho,etc.) do material e posterior incorporação ao solo com implemento agrícola no sistema de plantio convencional ou mantido como mulching no sistema de plantio direto. As máquinas, os equipamentos e/ou os utensílios que serão utilizados para efetuar o plantio, a colheita e/ou as análises do material serão limpos para garantir que nenhuma semente seja manuseada sem o devido controle. Após a colheita, a área experimental será mantida em pousio ou será cultivada com uma cobertura alternativa ao milho, como soja, trigo, sorgo ou uma cultura de cobertura, de acordo com a recomendação técnica para cada época. Será respeitado o período de 4 meses em função das condições de irrigação dessas áreas. Após a colheita dos experimentos, as plantas voluntárias que emergirem na área experimental serão eliminadas de forma manual, mecânica ou química. O OGM poderá ser utilizado apenas para os fins propostos na liberação planejada e aprovados pela CTNBio conforme este parecer técnico. Assim sendo e atendidas as recomendações da CTNBio e as medidas de biossegurança contidas no processo, essa atividade NÃO É potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou prejudicial à saúde humana.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

WALTER COLLI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 1.481/2008

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 115ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 21 de agosto de 2008, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.002366/1997-17
Requerente: Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola - COODETEC
CNPJ: 00.685.383/0001-89
Endereço: BR 467 Km 98 - Caixa Postal 301, Cascavel-PR
Assunto: Solicitação de Parecer Técnico para Extensão do CQB nº 018/97.
Extrato Prévio: 1308/08 publicado em 26/03/08
Decisão: DEFERIDO

A instituição solicitou à CTNBio Parecer Técnico para solicitação de extensão do CQB 18/97 para atualização dos laboratórios: Fitopatologia, Controle de Qualidade/Sementes, Soja, Fitotecnia, Trigo, Entomologia, Biotecnologia; Casas de Vegetação, Estufas Agrícolas e a área de descarte. As atividades a serem desenvolvidas são: pesquisa em regime de contenção, uso comercial, liberação planejada no meio ambiente, armazenamento, transporte, avaliação de produto, detecção e identificação de OGM, descarte e produção industrial de plantas e microrganismos geneticamente modificados da classe de risco I e derivados. Do processo de pedido constam as especificações relacionadas no anexo da resolução Normativa Nº 01 de 20 de junho de 2006; constam também as plantas baixas referentes às novas instalações. As medidas de Biossegurança estão descritas segundo as recomendações.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

WALTER COLLI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 1.482/2008

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 115ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 21 de agosto de 2008, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.005204/1997-21

Requerente: Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo - IPT

CNPJ: 60.633.674/0001-55

Endereço: Avenida Prof. Almeida Prado, 532 - Cidade Universitária - Caixa Postal 0141 - Butantã. São Paulo -SP CEP: 05508-901 Fones: (11) 3767-4542 Fax: (11) 3767-4055.

Assunto: Solicita à CTNBio análise referente à alteração da Comissão Interna de Biossegurança da instituição - CQB 055/98

Extrato Prévio: 1411/08 publicado em 05/06/08

Decisão: DEFERIDO

O Dr. Vahan Agopyan, Diretor Presidente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, através da RD-8395/07 de 21 de agosto de 2007, nomeia para compor a Comissão Interna de Biossegurança desta instituição a Profª. Drª. Patrícia Léo (Presidente), Dra. Elizabeth de Fátima Pires Augusto, Sr. Silas Derenzo, Sra. Sorahia Domenice, Sra. Cláudia Yuri Mizuta e Dra. Maria Filomena de Andrade Rodrigues e o desligamento da Sra. Arlete Martini desta comissão. A cópia do documento nomeando os novos membros foi encaminhada junto com os demais documentos necessários a este pedido. Há, pelo menos, 3 membros com experiência em temas compatíveis com OGM, e conseqüentemente nosso parecer é pelo DEFERIMENTO desta alteração de CIBio.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

WALTER COLLI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 1.483/2008

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 115ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 21 de agosto de 2008, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004893/1997-93

Requerente: Instituto Butantan

CNPJ: 61.821.344/0001-56

Endereço Av. Vital Brasil, 1500 São Paulo, SP CEP 05503-900. Telefone: (11) 3726-7222. Fax: (11)3726-1505.

Assunto: Solicitação de parecer técnico para realização de projeto de pesquisa e importação do organismo geneticamente modificado da classe II de risco biológico.

Extrato Prévio: 1462/2008 publicado em 15 de julho de 2008.

Decisão: DEFERIDO

Resumo: A CTNBio, após apreciação do processo de solicitação de parecer técnico para projeto de pesquisa envolvendo organismos geneticamente modificados, conclui pelo deferimento nos termos deste parecer técnico. O presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Butantan, Or. Paulo Lee Ho, solicita à CTNBio Parecer Técnico referente a realização de projeto de pesquisa com organismo geneticamente modificado da classe 11 de risco biológico. As atividades de pesquisa serão desenvolvidas nas instalações do Laboratório de Bacteriologia do Instituto Butantan, com nivel de biossegurança NB-2. Os organismos a serem manipulados são E.coli que expressará antigenos de Leptospira interrogans sorovar Copenhageni que possam ser imunogênicos. A finalidade é a que tais antigenos sejam utilizados para compor kit de diagnóstico. Este organismo geneticamente modificado foi classificado como sendo da classe de risco 11. A pesquisadora responsável pelo laboratório será a Ora. Patricia Antonia Estima Abreu de Aniz e esta declara que o laboratório dispõe de estrutura fisica e equipamentos adequados às atividades propostas no pedido. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

WALTER COLLI

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 6 de agosto de 2008

111ª RELAÇÃO PESQUISADORES CREDENCIADOS IMPORTAÇÃO - Lei 10.964/2004

Nº REGISTRO	CPF	NOME	VENCIMENTO
920.003420/2008	993.915.118-72	ALBA REGINA MONTEIRO SOUZA BRITO	14/08/2013
920.003421/2008	232.297.486-20	ANTONIO VALADAO CARDOSO	14/08/2013
920.003422/2008	046.385.378-47	CAROLINA VAUTIER TEIXEIRA GIONGO	14/08/2013
920.003423/2008	177.363.231-00	JOAO BATISTA DE PINHO	14/08/2013
920.003424/2008	120.816.908-45	MARCO AURELIO PIZO FERREIRA	14/08/2013
920.003425/2008	716.082.908-59	MARIO TOMAZELLO FILHO	14/08/2013
920.003426/2008	252.024.805-04	ANSELMO ELOY SILVEIRA VIANA	18/08/2013
920.003427/2008	228.521.918-06	EDUARDO ARIEL PONZIO	18/08/2013
920.003428/2008	554.999.535-20	MARCIO DOS SANTOS PEDREIRA	18/08/2013
920.003429/2008	586.299.391-68	OLACIR ALVES ARAUJO	18/08/2013
920.003430/2008	270.542.334-68	PEDRO JOSE ROLIM NETO	18/08/2013
920.003431/2008	334.055.731-49	SEBASTIAO RIOS CORREA JUNIOR	18/08/2013
920.003432/2008	206.165.384-72	ODELSIA LEONOR SANCHEZ DE ALSINA	18/08/2013
920.003433/2008	260.140.798-07	HENRIQUE TAKACHI MORIYA	19/08/2013
920.003434/2008	667.561.388-04	HERCH MOYSES NUSSENZVEIG	19/08/2013
920.003435/2008	025.432.337-50	JEAN MARIE DESIR	19/08/2013
920.003436/2008	745.889.828-34	JOAQUIM MANSANO GARCIA	19/08/2013
920.003437/2008	242.642.455-91	WALDEMIR SANTIAGO JUNIOR	19/08/2013
920.003438/2008	595.509.880-15	CARLOS MARCELO DE OLIVEIRA STEIN	19/08/2013
920.003439/2008	001.207.297-41	CESAR CLAUDIO GORDON JR	20/08/2013
920.003440/2008	733.505.166-53	ERNANE RONIE MARTINS	20/08/2013
920.003441/2008	543.022.005-10	JOAO CARLOS TEIXEIRA DIAS	20/08/2013
920.003442/2008	134.516.168-90	NIKLAUS URSUS WETTER	20/08/2013
920.003443/2008	882.570.961-72	CARLOS LASARO PEREIRA DE MELO	21/08/2013
920.003444/2008	489.679.981-04	JOSE ALBERTO NEDER	21/08/2013
920.003445/2008	857.573.147-53	MARIA AMELIA NOVAIS SCHLEICHER	21/08/2013
920.003446/2008	538.646.039-00	MARIA LUIZA MARINHO	21/08/2013
920.003447/2008	425.555.155-34	CELSO DE AMORIM CAMARA	25/08/2013
920.003448/2008	120.036.878-90	ELISABETH MAROSTICA	25/08/2013
920.003449/2008	502.003.641-20	HEMERSON PISTORI	25/08/2013
920.003452/2008	528.913.133-72	CLEONILSON PROTASIO DE SOUZA	26/08/2013

313ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
FUNDAÇÃO MINEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - FUMEC / UNIVERSIDADE FUMEC	900.0421/1992	07.253.253/0001-70
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG	900.0468/1993	17.879.859/0001-15
FACULDADES CATÓLICAS (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO) - PUC-RJ	900.0740/1998	33.555.921/0001-70

GILBERTO PEREIRA XAVIER

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS

PORTARIA Nº 96, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Presidente da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 22, IX do Estatuto da FINEP, de 07/02/1996, resolve:

1- Autorizar a publicação do Acordo Coletivo de Trabalho firmado em 18/08/2008 entre a FINEP e o SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO conforme disposto nos anexos.

LUIS MANUEL REBELO FERNANDES

ANEXO I

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, A FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, DORAVANTE DENOMINADA EMPRESA E DE OUTRO LADO, O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, NA CONFORMIDADE DAS CLÁUSULAS SEGUINTES:A FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, Empresa Pública Federal, regida pelo Decreto nº 1.808, de 7 de fevereiro de 1996, com sede em Brasília, Distrito Federal e escritório na Praia do Flamengo n. 200, 13º andar, no Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 33.749.086/0001-09, doravante denominada FINEP, de um lado, e, de outro, O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, sediado nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 502, 21º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 33.094.269/0001-33, doravante designado SINDICATO, resolvem, de conformidade com o artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal, e 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, celebrar o presente Acordo Coletivo de Trabalho, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes: CLÁUSULA 1a - Índice de Reajuste das Tabelas Salariais a partir de janeiro de 2008. Fica ratificada a concessão de reajuste salarial de 4,46% (quatro vírgula quarenta e seis por cento), incidente sobre as tabelas salariais do Plano de Carreiras e Remuneração - PCR e no Plano de Cargos e Salários - PCS (em extinção) vigentes em dezembro de 2007. Parágrafo Único - As partes reconhecem que o reajuste mencionado nesta cláusula vem sendo praticado pela FINEP desde fevereiro de 2008, retroativamente a janeiro de 2008. CLÁUSULA 2a - Mudança da data-base. Ajustam as partes que a data-base da FINEP será deslocada de 1º de janeiro para 1º de setembro de cada ano. O estipulado nesta cláusula será implementado em 1º de setembro de 2008, precedendo a esta data a negociação coletiva entre as partes. CLÁUSULA 3ª - Ajuste das Tabelas Salariais em 1º junho de 2008. A FINEP ajusta as tabelas salariais vigentes no Plano de Carreiras e Remuneração - PCR e no Plano de Cargos e Salários - PCS, procedendo à revisão de cada uma das tabelas, contribuindo, assim, para a atratividade na contratação e na permanência de profissionais de alto nível em seus quadros. O valor absoluto em reais a incidir sobre cada tabela será equivalente a 23,9 % (vinte e três vírgula nove por cento) do salário vigente para o primeiro internível de cada uma delas, respectivamente, daí resultando as tabelas em anexo, que integram o presente Acordo e que serão aplicadas aos empregados com vigência a partir de 1º de junho de 2008. CLÁUSULA 4ª - Quitação das Datas-base Anteriores e Prevalência dos Acordos Coletivos entre as Partes. Para a consecução do presente acordo e pelas condições gerais de trabalho dos empregados da FINEP, o Sindicato dá plena e total quitação à FINEP quanto às datas-base pretéritas, reconhecendo inexistir qualquer débito por parte da Empresa quanto aos reajustes salariais de 2005 (7 % - sete por cento); de 2006 (6 % - seis por cento; e 2 % - dois por cento); e de 2007 (3,14 % - três vírgula quatorze por cento; e 2 % - dois por cento) - concedidos administrativamente pela empresa a título de adiantamento para compensação quando da assinatura de acordo coletivo de trabalho. Parágrafo Único - Além dos reajustes salariais mencionados, o Sindicato também dá plena e total quitação à FINEP quanto aos reajustes do limite do reembolso à graduação, do auxílio pré-escolar e do auxílio-babá, no percentual de 5,69% (cinco vírgula sessenta e nove por cento), praticados pela FINEP a partir de 2006. Parágrafo Segundo - As condições pactuadas pelas partes em Acordo Coletivo de Trabalho sempre terão prevalência sobre as ajustadas pelo Sindicato para a generalidade da categoria profissional, por meio da convenção coletiva de trabalho, dissídio coletivo ou qualquer outro instrumento. CLÁUSULA 5ª - Processo de Promoção por Mérito no ano de 2008. A Empresa compromete-se a realizar processo de promoção por mérito no ano de 2008, nas seguintes condições: 1) a verba destinada ao processo de promoção corresponderá a 3% (três por cento) do valor da folha de pagamento referente ao mês de julho de 2008, sendo certo que tal verba não poderá ser superada em hipótese alguma; 2) não integrarão os grupos de promoção aqueles que: a) estiver com seu contrato de trabalho suspenso em 31.07.2008; b) em 31.07.2008, contarem com menos de 6 meses de efetivo exercício de suas funções na FINEP; c) em 31.07.2008, encontrarem-se no internível mais alto de sua respectiva carreira, de acordo com as exigências do plano de cargos em que estiverem inseridos. 3) metade do montante apurado conforme o item 1 será distribuído entre os diversos grupos de promoção de maneira proporcional à soma das remunerações de seus integrantes no mês de julho de 2008; a outra metade será distribuída entre os diversos grupos de promoção de maneira proporcional à quantidade de integrantes de cada grupo de promoção; 4) como subsídio para a decisão a respeito da recomendação para promoção, cada gestor considerará os elementos constantes das alíneas desta cláusula em relação a cada integrante do grupo de promoção sob sua responsabilidade, competindo à Área de Recursos Humanos - ARH fornecer as seguintes informações individualizadas sobre: a) média final de cada uma das avaliações de desempenho ocorridas desde 2005; b) movimentação na carreira desde 2001; c) data de contratação; d) ocorrência de indicação de pro-

moção do empregado à Diretoria Executiva em 2007. 5) observados os parâmetros acima estabelecidos, a FINEP se compromete a divulgar as regras gerais do processo de promoção, indicando os critérios de distribuição da verba disponível entre as unidades da empresa e de elegibilidade dos empregados, assim como o resultado final do processo, com a relação nominal dos empregados contemplados e a respectiva quantidade de interníveis concedidos a cada empregado; 6) a quantidade máxima de interníveis a ser concedida a um mesmo empregado será limitada em 4 (quatro); 7) o processo ocorrerá durante o mês de agosto de 2008, tendo o seu resultado efeitos sobre a folha do mesmo mês, ou retroagindo a esta, caso se encerre após seu processamento. CLÁUSULA 6ª - Elaboração de Novo Plano de Carreira. A FINEP, por intermédio da Área de Recursos Humanos, se compromete a elaborar proposta de um novo Plano de cargos e salários a ser submetida aos Órgãos de Controle (Conselho de Administração; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) em 2009, conforme decisão de sua Diretoria. Parágrafo Primeiro - O novo Plano deve possibilitar o reconhecimento das habilidades e das competências profissionais dos empregados e garantir a adequação da carreira funcional às necessidades e aos desafios que se apresentam para o desempenho relevante da missão pública da FINEP. Parágrafo Segundo - A FINEP, por intermédio de sua Área de Recursos Humanos, compromete-se a apresentar ao Sindicato o escopo do novo Plano de Carreira a que se refere o caput desta Cláusula, bem como o andamento dos trabalhos, durante seu desenvolvimento. Parágrafo Terceiro - O Sindicato, na qualidade de representantes dos empregados, poderá encaminhar sugestões à Área de Recursos Humanos como contribuição para elaboração do novo Plano de Carreira de que trata esta Cláusula. Parágrafo Quarto - Para a elaboração do novo Plano de Carreira, inclusive para a definição de seu escopo, a FINEP e o Sindicato definirão, ao longo do processo, mecanismos para garantir a participação dos empregados. CLÁUSULA 7ª - Compromisso de encerramento consensual das ações de horas extras O Sindicato e a FINEP comprometem-se a envidar esforços para alcançar uma solução definitiva e transacionada para a totalidade das ações trabalhistas em execução, que condenaram a FINEP ao pagamento de duas horas extras, e reiteram o intento de eliminar as pendências judiciais existentes, de modo a encerrar por acordo nos respectivos autos as ações que não estejam transitadas em julgado. A presente Cláusula não implica reconhecimento sobre a procedência ou improcedência desta pretensão. CLÁUSULA 8ª - Vigência do Acordo O presente Acordo Coletivo de Trabalho terá vigência até 31 de agosto de 2008. Parágrafo Único - A vigência deste Acordo poderá ser prorrogada, de comum acordo entre as partes, por períodos sucessivos de, no máximo, 30 (trinta) dias cada. E, por estarem, assim, justas e assentes, assinam as partes em 10 vias de igual teor, para um só efeito, depositando uma delas na Delegacia Regional do Trabalho do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2008. Pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, Luis Manuel Rebelo Fernandes, Presidente, CPF 797.578.477-04 e Fernando de Nielander Ribeiro, Diretor, CPF 627.437.597-04. Pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Município do Rio de Janeiro - SEEB/RJ, José Alexandre Santos de Lima Costa, Presidente, em Exercício, CPF 633.814.947-91.

ANEXO II

TABELAS SALARIAIS - FINEP

Reajuste Linear em reais equivalentes 23,90% do Salário referente ao 1º internível de cada carreira - a partir de junho/2008

PCR - ANALISTA		PCR - TÉCNICO	
Nível	Salário (R$)	Nível	Salário (R$)
A-A-01	5.184,07	T-A-01	1.244,19
A-A-02	5.293,20	T-A-02	1.277,27
A-A-03	5.405,17	T-A-03	1.311,49
A-A-04	5.520,08	T-A-04	1.346,80
A-A-05	5.638,00	T-A-05	1.383,29
A-A-06	5.758,96	T-A-06	1.420,97
A-A-07	5.883,08	T-A-07	1.459,89
A-B1-01	6.010,45	T-A-08	1.500,12
A-B1-02	6.141,17	T-A-09	1.541,66
A-B1-03	6.275,25	T-A-10	1.584,57
A-B1-04	6.412,86	T-B1-01	1.628,90
A-B1-05	6.554,02	T-B1-02	1.674,69
A-B1-06	6.698,91	T-B1-03	1.722,00
A-B1-07	6.847,55	T-B1-04	1.770,84
A-B2-01	7.000,08	T-B1-05	1.821,31
A-B2-02	7.156,56	T-B1-06	1.873,44
A-B2-03	7.317,16	T-B1-07	1.927,27
A-B2-04	7.481,92	T-B1-08	1.982,92
A-B2-05	7.650,99	T-B1-09	2.040,36
A-B2-06	7.824,48	T-B1-10	2.099,72
A-B2-07	8.002,48	T-B2-01	2.161,01
A-C1-01	8.185,15	T-B2-02	2.224,34
A-C1-02	8.372,54	T-B2-03	2.289,75
A-C1-03	8.564,84	T-B2-04	2.357,35
A-C1-04	8.762,18	T-B2-05	2.427,15
A-C1-05	8.964,65	T-B2-06	2.499,25
A-C1-06	9.172,37	T-B2-07	2.573,72
A-C1-07	9.385,56	T-B2-08	2.650,67
A-C2-01	9.604,27	T-B2-09	2.730,13
A-C2-02	9.828,70	T-B2-10	2.812,20
A-C2-03	10.058,98	T-C1-01	2.897,01
A-C2-04	10.295,27	T-C1-02	2.984,61
A-C2-05	10.537,72	T-C1-03	3.075,08
A-C2-06	10.786,53	T-C1-04	3.168,55
A-C2-07	11.041,77	T-C1-05	3.265,10
		T-C1-06	3.364,82
		T-C1-07	3.467,83
		T-C1-08	3.574,24
		T-C1-09	3.684,14
		T-C1-10	3.797,70
		T-C2-01	3.914,97
		T-C2-02	4.036,13
		T-C2-03	4.161,27
		T-C2-04	4.290,54
		T-C2-05	4.424,07
		T-C2-06	4.562,01
		T-C2-07	4.704,50
		T-C2-08	4.851,65
		T-C2-09	5.003,69
		T-C2-10	5.160,74

PCS - TÉCNICO		PCS - APOIO	
Nível	Salário (R$)	Nível	Salário (R$)
T-01	2.330,40	A-01	432,36
T-02	2.363,47	A-02	458,01
T-03	2.492,80	A-03	505,67
T-04	2.562,58	A-04	537,86
T-05	2.644,45	A-05	588,90
T-06	2.683,88	A-06	625,94
T-07	2.781,77	A-07	631,39
T-08	2.883,44	A-08	704,56
T-09	2.993,55	A-09	758,52
T-10	3.105,49	A-10	806,46
T-11	3.212,31	A-11	851,88
T-12	3.292,25	A-12	909,73
T-13	3.329,54	A-13	956,28
T-14	3.488,80	A-14	1.011,44
T-15	3.655,84	A-15	1.113,13
T-16	3.718,60	A-16	1.158,84
T-17	3.864,18	A-17	1.241,30
T-18	4.016,31	A-18	1.332,46
T-19	4.188,85	A-19	1.420,59
T-20	4.238,31	A-20	1.501,52
T-21	4.475,85	A-21	1.591,72
T-22	4.652,28	A-22	1.692,64
T-23	4.816,15	A-23	1.764,32
T-24	4.858,84	A-24	1.857,57
T-25	5.094,41	A-25	1.894,12
T-26	5.341,72	A-26	2.011,34
T-27	5.524,22	A-27	2.136,26
T-28	5.723,20	A-28	2.269,87
T-29	5.913,25	A-29	2.412,72
T-30	6.121,91	A-30	2.565,20
T-31	6.372,07	A-31	2.727,25

Ministério da Cultura

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 501, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto no § 6º do artigo 19 da Lei n.º 8313, de 23 de dezembro de 1991, resolve:

Art. 1.o - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.o - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

ANEXO I

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO
(ART. 18)
07 8503 - Ateliês de São Paulo
Barléu Edições Ltda.
CNPJ/CPF: 05.246.975/0001-18
Processo: 01400.009038/07-82
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 285.055,00
Prazo de Captação: 28/08/2008 a 31/12/2008
Resumo do Projeto:
Tem por objetivo publicar livro de arte registrando em seu conteúdo os ateliês de alguns artistas plásticos de São Paulo.

07 3269 - Muitas Minas e a Vastidão das Gerais (As)
Veredas Edição de Jornais e Revistas Ltda.
CNPJ/CPF: 04.936.808/0001-36
Processo: 01412.000031/07-66
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 414.172,00
Prazo de Captação: 28/08/2008 a 31/12/2008
Resumo do Projeto:
Produção e edição de livro fotográfico e literário "As Muitas Minas e a Vastidão das Gerais" que pretende apresentar toda a diversidade cultural do estado expressa em suas manifestações artísticas e culturais e, ainda, em suas riquezas naturais edificadas. As cópias serão gratuitas.

08 2879 - Paraíso é no Piauí: a descoberta da arqueóloga Niède Guidon (O)
Família Bastos Produções Ltda
CNPJ/CPF: 05.167.495/0001-61
Processo: 01405.000212/08-62
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 358.281,00
Prazo de Captação: 28/08/2008 a 31/12/2008
Resumo do Projeto:
Publicação de cinco mil exemplares do livro "O Paraíso é no Piaui: a descoberta da arqueóloga Niède Guidon", cientista brasileira ligada à Fundação Museu do Homem American (FUMDHAM). A publicação, em versão digitalizada, será feita também em espanhol, francês e inglês, anexada ao livro impresso na forma de um CD.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
07 11305 - Festival de música instrumental cidade de Itajaí (11º)
Fundação Cultural de Itajaí
CNPJ/CPF: 02.362.976/0001-30
Processo: 01400.012485/07-19
SC - Itajai
Valor do Apoio R$: 678.700,00
Prazo de Captação: 28/08/2008 a 31/12/2008
Resumo do Projeto:
Realizar no período de 05 a 14 de setembro de 2008 a 11ª edição de um grande festival de música instrumental, reunindo em Itajaí os melhores músicos e professores brasileiros e catarinenses. Serão 09 shows, sendo 04 gratuitos e 05 com preços populares, 20 oficinas, 4 palestras relacionandas a MPB e 28 apresentações de rua com músicos locais em bairros da cidade, praças, fábricas, universidades, supermercados, shopping, etc.

ÁREA: 4 ARTES PLÁSTICAS - (ART. 26)
08 2538 - Saúde e Medicina no Brasil e Portugal-200 anos Cultura & Arte Ltda
CNPJ/CPF: 05.014.454/0001-35
Processo: 01400.002069/08-93
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 822.403,34
Prazo de Captação: 28/08/2008 a 31/12/2008
Resumo do Projeto:
Realizar exposição que terá como tema a história/trajetória da saúde e da medicina no Brasil e suas ligações com Portugal, no marco das celebrações dos 200 anos de chegada da corte portuguesa ao país.

PORTARIA Nº 502, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto no § 6º do artigo 19 da Lei n.º 8313, de 23 de dezembro de 1991, resolve:

Art.1.o - Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados no anexo à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
07 7579 - Orquestra de Cordas Solidariedade - Ano 03
Associação Viking
CNPJ/CPF: 75.214.718/0001-80
PR - Curitiba
Período de captação: 01/07/2008 a 31/12/2008
ÁREA: 4 ARTES PLÁSTICAS - (ART. 18)
07 1930 - Galeria Millan 2007
André Penteado Millan
CNPJ/CPF: 129.560.958-46
SP - São Paulo
Período de captação: 01/07/2008 a 31/12/2008

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

RETIFICAÇÃO

Na Deliberação nº 209, de 22/08/2008, publicada no DOU nº 165 de 27/08/2008, Seção 1, página 9, em relação ao projeto "As Vidas de Chico Xavier", para considerar o seguinte:

ONDE SE LÊ: "08-0208"

LEIA-SE: "08-0280"

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 1.227 /MD, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Dispõe sobre o Projeto Soldado-Cidadão e altera a composição de seu Comitê Gestor.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1o O Projeto Soldado-Cidadão operacionaliza as ações da Atividade 6557 - Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado-Cidadão e tem por objetivo oferecer aos jovens brasileiros incorporados às fileiras das Forças Armadas cursos profissionalizantes que lhes proporcionem capacitação técnico-profissional básica, formação cívica e ingresso no mercado de trabalho em melhores condições, consoante disposto na regulamentação anexa a esta Portaria Normativa.

Art. 2o O Comitê Gestor do Projeto Soldado-Cidadão, instituído pela Portaria Normativa nº 1.259/MD, de 19 de outubro de 2004, passa a adotar a seguinte composição :

I - três representantes da Secretaria de Ensino, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia (SELOM);

II - um representante de cada Força Singular.

Parágrafo único. A presidência do Comitê Gestor será exercida pelo Secretário de Ensino, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia, a quem cabe indicar o Vice-Presidente e o Coordenador Executivo do Comitê.

Art. 3o Constituem atribuições do Comitê Gestor:

I - planejar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelos Comandos das Forças Singulares;

II - acompanhar os convênios realizados pelos Comandos das Forças Singulares;

III - exercer, em conjunto com a SEORI, a gestão orçamentária e financeira das ações cujos recursos sejam destinados ao projeto;

IV - definir e orientar os parâmetros pedagógicos;

V - acompanhar a execução físico-financeira do projeto realizada pelos Comandos das Forças Singulares; e

VI - elaborar relatório anual, a ser encaminhado ao Ministro de Estado da Defesa até 31 de janeiro do exercício subseqüente.

Art. 4o As atividades dos integrantes do Comitê Gestor são consideradas serviço público relevante e não são remuneradas.

Art. 5o Constituem entidades parceiras do Projeto Soldado-Cidadão as organizações públicas ou privadas que interajam com o Ministério da Defesa, objetivando a consecução do projeto.

Art. 6o Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7o Fica revogada a Portaria Normativa no 1.137/MD, de 25 de agosto de 2006.

NELSON A. JOBIM

ANEXO

REGULAMENTAÇÃO

PROJETO SOLDADO-CIDADÃO

TÍTULO: Projeto SOLDADO-CIDADÃO (Atividade 6557 - Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado-Cidadão)

COORDENAÇÃO: Ministério da Defesa

PARCERIAS POSSÍVEIS: - Ministério do Trabalho e Emprego;

- Comando da Marinha;
- Comando do Exército;
- Comando da Aeronáutica;
- Fundação Cultural Exército Brasileiro;
- Escolas Técnicas;
- Centros de Educação Profissional;
- Entidades do Sistema "S"; e
- outras entidades.

1 - OBJETIVO

Oferecer aos jovens brasileiros incorporados às fileiras das Forças Singulares cursos profissionalizantes que lhes proporcionem capacitação técnico-profissional básica, formação cívica e ingresso no mercado de trabalho em melhores condições.

2 - PÚBLICO-ALVO

Jovens, incorporados às Forças Singulares para a prestação do Serviço Militar, de perfil socioeconômico carente e que necessitem de formação profissional básica que os habilite ao primeiro emprego e à conseqüente inserção no mercado de trabalho.

3 - APRESENTAÇÃO

As transformações sociais que vêm ocorrendo neste início de século provocam mudanças profundas no mercado de trabalho. Um país como o Brasil enfrenta o duplo desafio de fazer frente aos avanços tecnológicos e às novas expectativas das empresas, que agora competem com mercados globalizados, e de integrar à economia produtiva um número crescente de jovens com pouca ou nenhuma qualificação profissional.

Isso significa reconhecer que, para tal, é necessário ampliar e racionalizar programas de educação profissional e formação cívica, uma vez que os profissionais que irão encarar o mundo moderno devem estar preparados para o trabalho e para o exercício da cidadania.

Especificamente no Brasil, cerca de 1.600.000 jovens atingem, anualmente, a faixa etária destinada à prestação do Serviço Militar. Desses, aproximadamente 80.000 ingressarão nas Forças Singulares. A maioria deles será inserida no mercado de trabalho com uma formação educacional média, lastreada apenas no ensino fundamental ou no ensino médio incompleto, sem qualquer aperfeiçoamento técnico-profissional, e deficiente formação sobre cidadania.

Nesse sentido, existe hoje um grande número de ações isoladas, tanto no âmbito da iniciativa privada quanto governamental, com o objetivo de proporcionar ao jovem brasileiro uma melhor formação profissional para inseri-lo no mercado de trabalho.

Essas iniciativas, muitas vezes bem-sucedidas, podem ser associadas e disponibilizadas a um maior número de jovens, numa comunhão de esforços que, certamente, pode gerar a racionalização do uso dos recursos e a participação integrada de diversos segmentos da sociedade, comprometidos com o desenvolvimento sociocultural do jovem brasileiro e sua profissionalização.

A atuação conjunta de militares e civis, estes do setor público ou da iniciativa privada, deve gerar condições favoráveis a uma melhor qualificação da mão-de-obra brasileira, a custos baixos. Assim, o Projeto SOLDADO-CIDADÃO tem a finalidade de apresentar uma proposta para o desenvolvimento de cursos básicos profissionalizantes para jovens incorporados às fileiras das Forças Singulares.

Os cursos serão desenvolvidos, preferencialmente, em organizações militares (OM) ou em outros locais, com a parceria dos órgãos formadores de mão-de-obra qualificada, públicos ou privados. A execução e a administração estarão a cargo de cada Força Singular.

Baseado no princípio da agregação de forças, o Projeto SOLDADO-CIDADÃO propõe-se a disponibilizar cursos profissionalizantes por preços inferiores aos praticados no mercado, substituindo o uso de instalações, laboratórios, oficinas e monitores particulares por instalações e pessoal qualificado das Forças Singulares.

4 - ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO SOLDADO-CIDADÃO

4.1 - DESCRIÇÃO

Anualmente, a primeira fase do Projeto SOLDADO-CIDADÃO é destinada à sua estruturação.

4.2 - AÇÕES

Com vistas à implementação do Projeto SOLDADO-CIDADÃO, são adotadas as seguintes ações preliminares:

a) estruturação do Comitê Gestor;

b) formalização de Protocolo de Intenções entre o Ministério da Defesa e o Ministério do Trabalho e Emprego, se for o caso;

c) apresentação do planejamento inicial do Projeto SOLDADO-CIDADÃO de cada Força Singular ao Ministério da Defesa, para conhecimento do Comitê Gestor, contendo processo seletivo, módulos didáticos a serem desenvolvidos, delimitação de ambientes, calendário dos cursos, recursos necessários, parcerias regionais, entre outros; e

d) formalização de parcerias nacionais e regionais.

4.3 - DEFINIÇÕES

4.3.1 - Comitê Gestor

É o órgão instituído no âmbito do Ministério da Defesa, que compreende Grupo de Trabalho formado por três representantes do Ministério da Defesa e um de cada Força Armada, previamente designados por esses órgãos.

Constituem atribuições do Comitê Gestor: planejar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas Forças Singulares.

A presidência do Comitê Gestor será exercida pelo Secretário de Ensino, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia, a quem cabe indicar o Vice-Presidente e o Coordenador Executivo do Comitê.

4.3.2 - Entidades Parceiras Nacionais e Regionais

São organizações públicas ou privadas que venham a interagir com o Ministério da Defesa, objetivando a consecução do Projeto SOLDADO-CIDADÃO.

Destacam-se as seguintes formas de interação:

a) entidades que, por intermédio de instrumento jurídico adequado, estabelecido com as Forças Singulares, poderão ser chamadas a participar do desenvolvimento do Projeto SOLDADO-CIDADÃO no aporte de recursos, na cessão de instalações (oficinas, laboratórios, salas de aula, refeitórios, entre outros), na administração e na execução das atividades de formação profissional e social; e

b) empresas públicas ou privadas que venham a participar do Projeto SOLDADO-CIDADÃO, patrocinando salas de aula adicionais, publicidade e difusão do projeto. Essas parcerias devem ser buscadas pelas três Forças Singulares e informadas ao Comitê Gestor.

As entidades parceiras encarregadas das ações de qualificação social e profissional dos jovens devem possuir reconhecida experiência nacional e/ou regional na aplicação dos cursos, estágios e palestras requeridos. Como exemplo, citam-se as entidades do Sistema "S".

4.4 - CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

É primordial que todos os parceiros envolvidos no Projeto SOLDADO-CIDADÃO levem em conta a principal característica que deve norteá-lo: o comprometimento com a transparência e com a maximização dos resultados, por intermédio de uma efetiva e eficaz integração de todos os participantes.

Para que o projeto seja exeqüível a custos baixos, como se espera, deve prevalecer em todos os parceiros a exata noção de que só um lucro é esperado: o aperfeiçoamento cívico e profissional do jovem brasileiro.

Todos devem trabalhar na busca desse objetivo, estando cientes de que o esforço de minimizar custos contribuirá decisivamente para a correta implementação do Projeto SOLDADO-CIDADÃO.

5 - DESENVOLVIMENTO DO PROJETO SOLDADO-CIDADÃO

5.1 - DESCRIÇÃO

No contexto do Projeto SOLDADO-CIDADÃO, devem ser realizados cursos cívico-profissionalizantes nas regiões selecionadas, de acordo com planejamento pormenorizado elaborado pelas Forças Singulares, a partir dos parâmetros estabelecidos neste Regulamento.

5.2 - REGIÕES SELECIONADAS E EFETIVOS PREVISTOS

A escolha das localidades que irão receber o Projeto SOLDADO-CIDADÃO deve levar em conta a existência de representações regionais dos possíveis parceiros condutores do ensino, bem como a disponibilidade de efetivos e dependências nas organizações militares de cada Força Singular.

5.3 - COORDENAÇÃO

Cabe ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comitê Gestor, estabelecer os necessários instrumentos de controle e coordenação.

5.4 - PÚBLICO-ALVO

Consideram-se como prioritários os jovens, que prestam o Serviço Militar nas Forças Singulares, com perfil socioeconômico mais carente ou em situação de risco social.

5.5 - PROCESSO SELETIVO

O processo seletivo deve basear-se no levantamento do perfil socioeconômico dos jovens que prestam o Serviço Militar, dando prioridade àqueles em situação de risco social e aos mais necessitados.

A difusão nacional e regional do Projeto SOLDADO-CIDADÃO cabe ao Ministério da Defesa, aos Comandos das Forças Singulares e às Entidades Parceiras.

5.6 - MÓDULOS DIDÁTICOS A SEREM OFERECIDOS

Os jovens incorporados às Forças Singulares apresentam um perfil educacional mediano, entre o final do ensino fundamental e o início do ensino médio. Isso quer dizer que necessitam complementar a sua educação básica com cursos profissionalizantes de pequena e média duração.

Outro aspecto primordial é a importância da contextualização para essa fase do aprendizado, o que vem corroborar a necessidade de retirar do aluno a condição de espectador passivo, de orientá-lo rumo ao exercício da cidadania plena e à profissionalização.

De igual maneira, em razão das difíceis condições de inserção no mercado de trabalho, as ações que valorizem o espírito empreendedor devem ser contempladas no conteúdo curricular. Desse modo, os módulos didáticos a serem oferecidos estarão voltados à profissionalização inicial, com carga horária mínima de 160 horas, preferencialmente nas seguintes áreas profissionais:

a) Telecomunicações: Instalador e Reparador de Linhas e Cabos Telefônicos e de Dados;

b) Automobilística: Auxiliar de Mecânico Veicular e Ajustador Mecânico;

c) Alimentícia: Cozinheiro, Padeiro, Confeiteiro e Trabalhador de Fabricação e Conservação de Alimentos, Pizzaiolo e Garçom;

d) Construção Civil: Ajudante-de-Obras Civis, Bombeiro Hidráulico, Operador de Equipamentos de Elevação, Montador de Estruturas de Concreto Armado, Trabalhador de Terraplanagem e Fundações, Aplicador de Revestimentos Cerâmicos, Pastilhas, Pedras e Madeira, Estucador e Gesseiro, Pedreiro, Carpinteiro e Soldador;

e) Artes Gráficas: Profissional de Acabamento Gráfico;

f) Confecção: Profissional de Fabricação e Instalação de Artefatos de Tecido e de Couro;

g) Têxtil: Profissional de Acabamento, Tingimento e Estamparia da Indústria Têxtil;

h) Eletricidade: Eletricista Instalador Predial, Eletrotécnica e Eletricidade Básica;

i) Comércio: Operador de Supermercado, Operador de Almoxarifado, Operador de Telemarketing e Vendedor;

j) Comunicação: Fotógrafo Básico e Cartazista de Supermercado e Varejo;

l) Conservação e Zeladoria: Profissional de Portaria, Ascensorista, Frentista, Zelador, Porteiro e Vigia;

m) Informática: Operador de Microcomputador Básico (Windows, Word, Excel e lnternet), Linnux Básico, Montagem e Configuração de Microcomputador, Redes, Lógica de Programação, Banco de Dados, Programação para Web;

n) Saúde: Auxiliar de Enfermagem;

o) Lazer e Desenvolvimento Social: Monitor de Lazer e Recreação;

p) outros módulos: Barbeiro, Sapateiro, Ferrador, Auxiliar de Ferrador, Auxiliar de Veterinário, Tratador de Eqüinos, Tratador de Cães, Gerente de Pavilhões de Baias, Gerente de Canil, Cavaleiro, Cinófilo, Segurança de Empresas, Segurança de Autoridades e outros.

Outras áreas da Indústria, Comércio e Prestação de Serviços, disponibilizadas pelos parceiros e que apresentem cursos de interesse, devem ser acrescentadas.

A definição dos módulos didáticos e do número de cursos por área deve ser objeto da conjugação dos seguintes fatores:

a) perfil socioeconômico e cultural do jovem, com base, inclusive, em sua inclinação pessoal;

b) perfil socioeconômico e cultural da região, com base em características do mercado de trabalho regional; e

c) especificidades das organizações militares e as parcerias engajadas em cada região.

5.7 - DELIMITAÇÃO DO AMBIENTE

Os cursos devem ser realizados, em princípio, nas OM previamente designadas, em unidades móveis instaladas nos quartéis ou nas dependências fixas das entidades parceiras.

A designação das OM hospedeiras cabe aos Comandantes das Forças Singulares.

5.8 - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DE CIDADANIA

Todos os cursos profissionalizantes oferecidos devem possuir, também, um módulo de, no mínimo, doze horas de Empreendedorismo e Educação para a Cidadania.

São sugestões de unidades didáticas para o módulo Educação para a Cidadania:

Unidade 1: Cidadania: Definição, Direitos e Deveres do Cidadão; Voto; Cidadania e Direitos Humanos; Estado Democrático de Direito; o Estado e os Direitos Humanos; Legislação: Constituição, Códigos e Estatutos; Sociedade Civil e Movimentos Organizados; Justiça e Segurança Pública;

Unidade 2: Mecanismos, Instrumentos e Órgãos de Apoio à Cidadania; Atores Sociais: Partidos Políticos, Movimentos, Sindicatos, ONG, Justiça; Órgãos de Apoio: Ouvidorias, Defensorias, PROCON, Corregedorias; Códigos e Estatutos: Estatuto da Criança e do Adolescente, Código de Defesa do Consumidor, Código Nacional de Trânsito, Código Civil; Conselhos de Direitos Humanos;

Unidade 3: Defesa Civil: Conceituação, Sistema Nacional de Defesa Civil, Ações dos Órgãos de Defesa Civil, Situação de Emergência em Caso de Calamidade Pública, Papel do Cidadão na Defesa Civil; e

Unidade 4: Meio Ambiente: Ambiente, Definição, Ecossistemas, Equilíbrio Ambiental, Principais Ameaças, Preservação e Desenvolvimento Sustentável, Reciclagem, Saúde e Segurança do Trabalho e na Comunidade.

Na complementação do trabalho destinado a oferecer ao jovem a formação cívica e de cidadania desejável, a OM hospedeira, juntamente com a entidade parceira, deve prover facilidades para que o jovem possa receber, além do diploma de conclusão do curso, os documentos a que faça jus como cidadão, tais como: Carteira de Identidade, Carteira Profissional, Título de Eleitor, Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, entre outros.

5.9 - INTEGRAÇÃO: QUARTEL E ENTIDADES PARCEIRAS

A boa integração entre a OM hospedeira e as entidades parceiras condutoras do Projeto SOLDADO-CIDADÃO proporcionará redução dos custos operacionais do Projeto.

Buscar-se á a maior disponibilidade de meios materiais possível da instituição militar, de forma que o condutor do curso tenha seu custo operacional minimizado.

Para tanto, pode a OM, a partir da definição dos cursos a serem ministrados, realizará um levantamento dos recursos mínimos necessários à compra de algum equipamento ou meio auxiliar de ensino não disponível, nos limites apresentados no orçamento estimativo.

5.10 - DELIMITAÇÃO DO CALENDÁRIO

O período de funcionamento pode ser definido regionalmente em função das especificidades locais, das peculiaridades das Forças Singulares e de suas OM e das disponibilidades dos parceiros.

Fatores como carga horária, dependências disponíveis, exigências do adestramento do militar e outros definirão os dias e horários letivos, que poderão estender-se aos sábados, períodos vespertinos ou durante o expediente militar.

Cada OM hospedeira, em coordenação com o executor do curso, deve definir a melhor oportunidade para o cumprimento total da carga horária estipulada, segundo o planejamento estabelecido.

5.11 - ENCARGOS BÁSICOS DO COMITÊ GESTOR, DOS COMANDOS DAS FORÇAS SINGULARES, DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES HOSPEDEIRAS E DAS ENTIDADES PARCEIRAS

5.11.1 - Comitê Gestor

a) planejar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelos Comandos das Forças Singulares;

b) acompanhar os convênios realizados pelos Comandos das Forças Singulares;

c) exercer, em conjunto com a Secretaria de Organização Institucional (SEORI/MD), a gestão orçamentária e financeira das ações cujos recursos sejam destinados ao projeto;

d) definir e orientar os parâmetros pedagógicos;

e) acompanhar a execução físico-financeira do projeto, realizada pelos Comandos das Forças Singulares; e

f) elaborar relatório anual, a ser encaminhado ao Ministro de Estado da Defesa até 31 de janeiro do exercício subseqüente.

5.11.2 - Comandos das Forças Singulares

a) planejar, coordenar, administrar e controlar a implantação e a execução do Projeto SOLDADO-CIDADÃO no respectivo Comando;

b) elaborar e implementar a sistemática de supervisão e monitoramento do Projeto SOLDADO-CIDADÃO;

c) detalhar o Projeto SOLDADO-CIDADÃO, de forma a viabilizar sua execução de acordo com a orientação do Comitê Gestor;

d) firmar convênios ou contratos com os demais parceiros (Serviços do Sistema "S", Escolas Técnicas, Centros de Educação Profissional, Fundações ou Associações Culturais e de Ensino, entre outros), com vistas à execução do Projeto SOLDADO-CIDADÃO, encaminhando-os ao Comitê Gestor;

e) estabelecer, nos convênios firmados com as entidades parceiras, quando necessário, os benefícios para alimentação, transporte e seguro;

f) coordenar e fiscalizar a execução dos cursos profissionalizantes procedidos pelas entidades parceiras, mantendo o Comitê Gestor informado de todo o processo;

g) produzir e encaminhar ao Comitê Gestor relatório mensal relativo à execução físico-financeira do Projeto SOLDADO-CIDADÃO;

h) desenvolver ações que facilitem a inscrição, por parte das OM hospedeiras, dos concludentes dos cursos profissionalizantes nos postos ou agências vinculados ao Sistema Nacional de Emprego (SINE), com o detalhamento dos cursos realizados e respectivas cargas horárias;

i) produzir e encaminhar ao Comitê Gestor, até trinta dias após o término do último curso, tendo como data-limite o dia 10 de janeiro do exercício financeiro subseqüente, relatório detalhado da execução do Projeto SOLDADO-CIDADÃO; e

j) receber o relatório final, do Ministério da Defesa, divulgando-o às suas OM.

5.11.3 - Organizações Militares Hospedeiras

a) disponibilizar salas de aula, oficinas e outras dependências necessárias ao desenvolvimento das atividades docentes, assim como meios auxiliares de ensino existentes;

b) realizar o controle de freqüência, em coordenação com a instituição parceira encarregada da atividade docente;

c) preparar e servir refeição aos alunos e professores, quando for o caso;

d) oferecer pessoal especializado para o emprego em monitoria, quando possível, em coordenação com a instituição parceira encarregada da atividade docente, com o objetivo de minimizar custos e otimizar resultados;

e) providenciar a inscrição dos concludentes dos cursos profissionalizantes nos postos ou agências vinculados ao SINE, com o detalhamento dos cursos realizados e respectivas cargas horárias; e

f) produzir e encaminhar aos Comandos das respectivas Forças Singulares, até vinte dias após o término do último curso, relatório detalhado da execução do Projeto SOLDADO-CIDADÃO.

5.11.4 - Entidades Parceiras

a) elaborar, propor e conduzir a execução dos cursos profissionalizantes, de acordo com as orientações dos Comandos das Forças Singulares;

b) disponibilizar os meios de apoio ao ensino, tais como: máquinas, ferramentas, equipamentos e outros;

c) confeccionar e distribuir o material didático necessário; e

d) confeccionar os certificados de conclusão de curso e, consoante o planejamento dos Comandos das Forças Singulares, participar da entrega desses certificados, em solenidades específicas.

5.12 - APORTE DE RECURSOS AO PROJETO SOLDADO-CIDADÃO

Os recursos dimensionados devem suprir as seguintes despesas:

a) Despesas-Padrão

São aquelas que visam a atender:

- o quantitativo de alunos beneficiários do Projeto SOLDADO-CIDADÃO abrigados nas OM;

- o número de refeições necessárias;

- as despesas com transporte;

- os gastos com material para higiene e limpeza das salas de aulas; e

- outras atividades do Projeto SOLDADO-CIDADÃO".

b) Despesas de Qualificação

São aquelas relativas às entidades parceiras, de acordo com os contratos estabelecidos, em especial com os Serviços do Sistema "S", entre outros.

c) Despesas de Coordenação, Acompanhamento e Supervisão

São aquelas relativas a gastos executados pelo Comitê Gestor e pelos Comandos das Forças Singulares na coordenação, supervisão e acompanhamento do Projeto SOLDADO-CIDADÃO.

ORÇAMENTO TOTAL DO PROJETO SOLDADO-CIDADÃO = Despesas-Padrão + Despesas de Qualificação + Despesas de Coordenação, Acompanhamento e Supervisão

5.13 - INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O Ministério da Defesa, os Comandos das Forças Singulares e as entidades parceiras devem comprometer-se a desenvolver ações que facilitem a inserção dos jovens participantes do Projeto SOLDADO-CIDADÃO no mercado de trabalho, sendo a primeira delas remeter aos postos ou agências vinculados ao SINE a relação completa dos concludentes, em nível nacional, detalhando os cursos realizados, com as respectivas cargas horárias.

5.14 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Até trinta dias após o término do último curso, os Comandos das Forças Singulares devem consolidar os relatórios de avaliação do Projeto SOLDADO-CIDADÃO e dos seus cursos, remetendo-os ao Ministério da Defesa, tendo como prazo-limite o dia 10 de janeiro do exercício financeiro seguinte.

O Comitê Gestor deve elaborar o relatório final de avaliação do Projeto SOLDADO-CIDADÃO, que será encaminhado ao Ministro de Estado da Defesa.

5.15 - ETAPAS DO PROJETO

a) planejamento inicial das atividades do Projeto SOLDADO-CIDADÃO;

b) formalização das parcerias nacionais e regionais e apresentação do detalhamento do Projeto SOLDADO-CIDADÃO de cada Força Armada ao Ministério da Defesa, para conhecimento do Comitê Gestor, contendo processo seletivo, módulos didáticos a serem desenvolvidos, delimitação de ambientes, calendário dos cursos, recursos necessários, parcerias regionais, entre outros;

c) início das ações de qualificação social e profissional nas respectivas OM;

d) término das ações de qualificação social e profissional nas respectivas OM, até dezembro do exercício corrente;

e) término do exercício físico-financeiro, de acordo com o cronograma dos Comandos das Forças Singulares, não ultrapassando o mês de dezembro do exercício corrente; e

f) remessa do relatório físico-financeiro anual de prestação de contas, pelos três Comandos das Forças Singulares, para o Ministério da Defesa, até o dia 10 de janeiro do exercício seguinte.

5.16 - OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Os casos não previstos, apresentados pelas Forças Singulares ao Ministério da Defesa, serão avaliados pelo Ministro de Estado da Defesa que, com a assessoria do Comitê Gestor, orientará as soluções.

6 - CONCLUSÃO

A experiência vivida e a realidade atual têm revelado que a amplitude das questões concernentes à educação profissional passa, necessariamente, pela conjugação de esforços dos diversos segmentos do Governo e da sociedade.

Por essa razão, a legislação do ensino profissional busca:

a) a democratização e diversificação dos sistemas de educação profissional;

b) a construção de redes de parcerias; e

c) a articulação com os setores produtivos.

Nesse contexto, o Projeto SOLDADO-CIDADÃO atende plenamente ao contido nos instrumentos legais que regem o ensino no Brasil. É, ademais, uma efetiva resposta do Governo e da sociedade a questões básicas que envolvem o jovem brasileiro de perfil socioeconômico carente ou em situação de risco social como: a profissionalização; o empreendedorismo; o pleno exercício da cidadania; e a inclusão no mercado de trabalho, na maioria dos casos como primeiro emprego.

O Ministério da Defesa, quando for o caso, aliado ao Ministério do Trabalho e Emprego e a setores da sociedade comprometidos com o desenvolvimento social do País, poderá contribuir decisivamente, por intermédio do Projeto SOLDADO-CIDADÃO, no processo de reversão do atual quadro de incertezas com que se depara o jovem brasileiro, oferecendo-lhe melhor preparação cívica e profissional para enfrentar esse momento decisivo de sua vida.

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 640/GC3, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Altera dispositivo da Portaria nº 1.151/GC3, de 6 de dezembro de 2006.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no Inciso V do Art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 5.196, de 26 de agosto de 2004, resolve:

Art. 1º O Inciso VI do art. 4º da Portaria nº 1.151/GC3, de 6 de dezembro de 2006, que "Desativa a Base Aérea de Santos, ativa o Núcleo da Base Aérea de Santos e dá outras providências", publicada no Diário Oficial da União nº 234, de 7 de dezembro de 2006, Seção 1, página 40, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O NuBAST tem a seguinte estrutura organizacional:

.....

VI - Seção de Próprios Nacionais Residenciais." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten.-Brig. do Ar JUNITI SAITO

SECRETARIA DE ENSINO, LOGÍSTICA, MOBILIZAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 1.224/MD, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O SECRETÁRIO DE ENSINO, LOGÍSTICA, MOBILIZAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo Art. 1º da Portaria nº 536/MD, de 24 de junho de 2003, e considerando o disposto nos Art. 4º e 6º do Decreto-Lei Nº 1.177, de 21 de junho de 1971, combinado com o Art. 9º do Decreto Nº 2.278, de 17 de julho de 1997, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição junto ao Ministério da Defesa (MD) à empresa SERVIÇOS AÉREOS INDUSTRIAIS S/I LTDA - SAI, com sede social na Rua Dr. Renato Paes de Barros Nº 750, Conjunto 52, Itaim Bibi, CEP 04530-001, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o Nº 06.006378/0001-89 como Organização Especializada Privada, categoria c, no período de 26 de agosto de 2008 a 25 de agosto de 2011.

Art. 2º Durante o período de vigência da inscrição, a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente à sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

General-de-Exército JOSÉ CARLOS DE NARDI

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

PORTARIA Nº 1.328/SEP, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 36 do Anexo I ao Decreto Nº . 5.731, de 20 de março de 2006, e o inciso XII do art. 87º do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Nº . 38, de 07 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a TRIPLE A 2006 Serviços Auxiliares do Transporte Aéreo Ltda., com Sede em São Paulo - SP, a ministrar os cursos Básico em Segurança da Aviação Civil e Familiarização em Segurança da Aviação Civil, conforme despacho dado ao requerimento atinente ao Processo Nº . 60800.049444/2008-15.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO SEROA DA MOTTA

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.068, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 1º da Portaria MP Nº 95, de 06 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º Fica deduzido do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais um provimento do quantitativo autorizado para o cargo de Professor de 1º e 2º Graus, no Anexo à Portaria Nº 545, de 06/05/2008, publicada no DOU de 07/05/2008, seção 1, páginas 26 a 30.

Parágrafo Único. O provimento deduzido do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, nos termos do caput do presente artigo, fica acrescido ao quantitativo de provimentos autorizados ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto, no Anexo à Portaria Nº 545, de 06/05/2008, publicada no DOU de 07/05/2008, seção 1, páginas 26 a 30.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

PORTARIA Nº 1.069, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 1º da Portaria MP Nº 95, de 06 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º Fica deduzido do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária um provimento do quantitativo autorizado para o cargo de Professor de 1º e 2º Graus, no Anexo à Portaria Nº 545, de 06/05/2008, publicada no DOU de 07/05/2008, seção 1, páginas 26 a 30.

Parágrafo Único. O provimento deduzido do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária, nos termos do caput do presente artigo, fica acrescido ao quantitativo de provimentos autorizados ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto, no Anexo à Portaria Nº 545, de 06/05/2008, publicada no DOU de 07/05/2008, seção 1, páginas 26 a 30.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 509, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Ato da Reitoria nº 425, de 18.03.2008, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo para Professor Substituto, correspondente à Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Parcial - TP-20 (vinte) horas semanais nas Áreas de Administração, Contabilidade e Contabilidade Pública do Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHL, habilitando para Área de Administração: FRANCISCO TAVARES DE MIRANDA FILHO, JOSÉLIA DE CARVALHO LEÃO, KELSEN ARCÂNGELO FERREIRA E SILVA e VANESSA NUNES DE SOUSA ALENCAR, primeiro, segundo, terceiro e quarto colocados, respectivamente, classificando para contratação os dois primeiros habilitados; na Área de Contabilidade, BETINA DOS SANTOS BRITO e DIELSON MOREIRA GOMES, primeiro e segundo colocados, respectivamente, classificando para contratação o primeiro habilitado; na Área de Contabilidade Pública: MANOEL DE JESUS CARVALHO e LIANA DE CASTRO MELO, primeiro e segundo colocados, classificando para contratação o primeiro habilitado. (considerando O Edital nº. 04/2008/ CCHL, publicado DOU 25/07/2008; o Processo nº. 23111.010794/08-43 e as Leis nº.s 8.745/93; 9.849/99, e 10.667/2003, publicadas em 10/12/93; 27/10/99 e 15/05/2003, respectivamente.

ANTÔNIO PÁDUA CARVALHO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

RESOLUÇÃO Nº 89, DE 19 DE AGOSTO DE 2008

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, na qualidade de PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, considerando o disposto no Edital GR 2/2008, de 21 de maio de 2008, publicado no DOU de 23 de maio de 2008, considerando ainda, o que consta no Processo n.º 23115.8252/2008-40, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público para provimento dos cargos de Assistente em Administração, Técnico em Contabilidade, Técnico de Laboratório Área: Informática, Técnico de Laboratório-Área: Química, Analista de Tecnologia da Informação, Bibliotecário - Documentalista, Estatístico, Médico - Área: Medicina do Trabalho, Psicólogo e Secretário Executivo, conforme consta do Anexo Único desta Resolução.

NATALINO SALGADO FILHO

ANEXO

CARGO: Assistente em Administração

	NOME	IDENTIDADE	INSCR	PONTOS
1	NAYARA REJANNE BARROS	125168819992 SSP-MA	198102	94
2	FABIO BRAGA CAMPOS	229345948 SSP-MA	147109	92
3	JOCILENE MARY FURTADO LIMA	954505980 GESEP-MA	110892	92
4	MARA RACHEL SILVA DE SOUZA	162032820015 SSP-MA	156761	92
5	MAIRA ARAUJO DOS SANTOS SOUZA	857217984 SSP-MA	152382	92
6	ORNILDA NASCIMENTO ALVES	117747939 SSP-MA	194697	90
7	CRISTIANO MORENO DUTRA	192219420011 SSP-MA	106861	90
8	BRUNO TOLEDO DE CARVALHO	0145647620000 GEJUSPC-MA	101371	88
9	LUCIANA GUEDES GONCALVES TRABULSI	915162989 SSP-MA	155349	88
10	LUCIANA GOMES DA SILVA	123973399 SSP-MA	194727	88
11	FABIO DE JESUS MARTINS FREIRE	0917248988 SSP-MA	160521	88
12	EVELISE MENDES ARAUJO	161945920012 GEJUSPC-MA	123552	88
13	LAISSE LIMA SILVA	186664020015 SSP-MA	183679	88
14	EUCLIDES ANTONIO MORENO LEMOS	19296292920013 SSP-MA	214361	88
15	TASSIO CARLOS RODRIGUES FILGUEIRAS	1078821990 SSP-MA	105228	88
16	MARCELLUS GIOVANNI DA SILVEIRA PEREIRA	69058383 SSP-CE	189065	88
17	MARCELO FERREIRA PINHO	123667933 SSP-MA	249581	88
18	TASSIA MENDES E SILVA	418772959 SSP-MA	106658	86
19	GILMAR GOMES BARROSO SOARES JUNIOR	960172980 SSP-MA	253189	86
20	NATASHA MACARIO CARVALHO	1100323993 SSP-MA	165433	86
21	EMILIO EDUARDO PEREIRA PIRES	163403820014 SSP-MA	178641	86
22	ANANDA RAQUEL SILVA COUTINHO	0145213820003 GEJUSPC-MA	101125	86
23	JOSE AUGUSTO CISNE NETO	0284318020041 SSP-MA	108162	86
24	ANNY CRISTINE CASTELO BRANCO COSTA	823517977 SSP-MA	145904	86
25	THIAGO PEREIRA AGUIAR	1087512996 SSP-MA	151122	86
26	BRUNA ARIANE AIRES LUSTOSA	231051620020 SSP-MA	121321	86
27	LUIS CARLOS SOUSA JUNIOR	236485820023 SSP-MA	109291	86
28	ALDELINO PEREIRA COSTA	0283863720047 SSP-MA	137171	86

Vagas: 14

CARGO: Assistente em Administração - Portadores de deficiência

	NOME	IDENTIDADE	INSCR	PONTOS
1	MARCOS ANDRE DIAS SOARES	195779220022 GEJUSP-MA	153371	80
2	KATIA EVELUCE LIMA DE SIQUEIRA	2039238 SSP-PI	249351	76

Vagas: 01

CARGO: Técnico em Contabilidade

	NOME	IDENTIDADE	INSCR	PONTOS
1	LOURDIVALDO DE ANDRADE RIBEIRO	1207616 SSP-MA	128139	86
2	JOEL RODRIGUES DE ARAUJO	188998020017 SSP-MA	132179	86

Vagas: 01

CARGO: Técnico de Laboratório - Área: Informática

	NOME	IDENTIDADE	INSCR	PONTOS
1	HELIO ANDRADE DA SILVA JUNIOR	778244970 SSP-MA	102581	88
2	LAUDEMIRO RABELO DE SOUZA NETO	192056820011 SSP-MA	200301	86
3	GISLAINE COSTA DA SILVA	174500920012 SSP-MA	139432	84
4	LEANDRO RIBEIRO RAMOS	797164979 SSP-MA	203858	80

Vagas: 02

CARGO: Técnico de Laboratório - Química

	NOME	IDENTIDADE	INSCR	PONTOS
1	THAIS FRAZAO PINTO	20998929 SSP-MA	100579	74
2	LUIZA MARIA FERREIRA DANTAS	205521940 SSP-MA	136557	72

Vagas: 01

CARGO: Analista de Tecnologia da Informação

	NOME	IDENTIDADE	INSCR	PONTOS
1	JONE DOS SANTOS SODRE CORREIA	192437941 SSP-MA	233048	80
2	JOAO DALLYSON SOUSA DE ALMEIDA	0078107938 SSP-MA	128872	80

Vagas: 01

CARGO: Bibliotecário-Documentalista

	NOME	IDENTIDADE	INSCR	PONTOS
1	GILVANE CARVALHO FERREIRA	666255962 SSP-MA	167436	76
2	INGRID GUTERRES SIMAS	495811955 SSP-MA	162485	70
3	CLEYCIANE CASSIA MOREIRA PEREIRA	1199941996 SSP-MA	162604	70
4	NELI PEREIRA LIMA	0304228020059 SSP-MA	188778	68
5	WILTON CERVEIRA MARQUES	146680020005 SJSP-MA	106011	66
6	CARLOS WELLINGTON SOARES MARTINS	704058979 SSP-MA	191914	66

Vagas: 03

CARGO: Enfermeiro

	NOME	IDENTIDADE	INSCR	PONTOS
1	LUCIANA BARROSO DIAS	491480954 SSP-MA	127701	86
2	BRUNA BRYENNA BRITO SOUSA	778772977 SSP-MA	123927	80

Vagas: 01

CARGO: Estatístico

	NOME	IDENTIDADE	INSCR	PONTOS
1	ROSANI BRUNE DE ALMEIDA	1394940 SSP-ES	101133	72
2	DAVID PEREIRA DE FARIA	6006973 MM-RN	182613	66

Vagas: 01

CARGO: Psicólogo

	NOME	IDENTIDADE	INSCR	PONTOS
1	JOAYTH ALINE DE MOURA SOARES	1973445 SSP-PI	241938	70
2	MARCIA CRISTINA COSTA PINTO	289062942 SSP-MA	131695	66
3	VALERIA CRISTINE ALBUQUERQUE DE SA MATOS	434548952 SSP-MA	119083	64
4	ALYNNE VIRGINYA DE QUEIROZ LIMA	1229726997 SSP-MA	180491	64

Vagas: 02

CARGO: Secretário Executivo

	NOME	IDENTIDADE	INSCR	PONTOS
1	KATIANA VASCONCELOS DA SILVA	1660855 SSP-MA	187011	88
2	EVELYN FRAZAO SOARES	185668620012 SSP-MA	100048	86
3	MAISA RAMOS PEREIRA	115452099 SSP-MA	129003	82
4	CONCEICAO DE MARIA CORREA FEITOSA	31999921 SSP-MA	103365	82
5	ADMA PINHEIRO LOPES	491735952 SSP-MA	196975	82
6	DARLENE ABREU DA SILVA	1152218 SSP-PI	179621	80

Vagas: 03

CARGO: Secretário Executivo - Portadores de deficiência

	NOME	IDENTIDADE	INSCR	PONTOS
1	MARIA APARECIDA DE ALMEIDA ARAUJO	89820932 SSP-MA	173592	62

Vagas: 01
CARGO: Médico - Área : Medicina do Trabalho

	NOME	IDENTIDADE	INSCR	PONTOS
1	LANA REGINA LEITE MAIA	676610950 SSP-MA	197611	74
2	JOAO PEREIRA CASTRO	374723940 SSP-MA	188212	68

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 360, DE 7 DE AGOSTO DE 2008

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria Nº 824, de 29 de setembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2005, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: artigo 214 da Constituição Federal, a Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei Nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, a Lei 11.647, de 24 de março de 2008, o Decreto Nº 6.320, de 20 de dezembro de 2007, o Decreto Nº 6.439, de 22 de abril de 2008, o artigo 12 da IN Nº 01 da Secretaria do Tesouro Nacional/STN/MF, de 15 de janeiro de 1997, a Súmula da Coordenação Geral de Normas e Avaliação e Execução da Despesa - CONED Nº 04/2004/STN/MF e Portaria SETEC Nº 213, publicada no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2008, resolve:

Art. 1.º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ação 6358 - Capacitação de Recursos Humanos na Educação, para fins de apoio ao desenvolvimento da educação nas instituições federais de educação profissional e tecnológica, de acordo com o Anexo I desta Portaria, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.363.1062.6358.0001 - Capacitação de Recursos Humanos na Educação - Nacional - PTRES 020883, PI 6358P90216, PI 6358P10116Fonte de Recursos: 0112915023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ELIEZER MOREIRA PACHECO

ANEXO I

	INSTITUIÇÃO BENEFICIADA	PROCESSO	NOTA DE CRÉDITO	VALOR
1	Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos - RJ - PI 6358P910216	23000.008414/2008-48	638	73.740,00
2	Escola Agrotécnica Federal de Catu-BA - PI 6358P90216	23000.008412/2008-59	640	49.104,00
3	Fundação Unifversidade Federal do Rio Grande - PI 6358P90216	23000.008415/2008-92	657	30.720,00
4	Centro Federal de Educação Técnológica de Uberaba-MG - PI 6358P910216	23000.08639/2008-02	682	116.400,00
5	Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - MT PI 6358P90216	23000.008857/2008-39	683	51.675,00
6	Fundação Universidade de Brasília - 6358P10116	23000.019826/2006-41	703	552.100,00
	TOTAL			**873.739,00**

PORTARIA Nº 374, DE 15 DE AGOSTO DE 2008

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria Nº 824, de 29 de setembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2005, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: artigo 214 da Constituição Federal, a Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei Nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, a Lei 11.647, de 24 de março de 2008, o Decreto Nº 6.320, de 20 de dezembro de 2007, o Decreto Nº 6.439, de 22 de abril de 2008, o artigo 12 da IN Nº 01 da Secretaria do Tesouro Nacional/STN/MF, de 15 de janeiro de 1997, a Súmula da Coordenação Geral de Normas e Avaliação e Execução da Despesa - CONED Nº 04/2004/STN/MF e Portaria SETEC Nº 213, publicada no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2008, resolve:

Art. 1.º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ação 6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional, para fins de apoio ao desenvolvimento da educação nas instituições federais de educação profissional e tecnológica, de acordo com o Anexo I desta Portaria, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.363.1062.20AW.0001 - Implementação e Manutenção do Sistema de Informação da Educação Profissional - PTRES 020882, PI 20AWP10116, Fonte de Recursos: 0112915022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ELIEZER MOREIRA PACHECO

ANEXO I

	INSTITUIÇÃO BENEFICIADA	PROCESSO	NOTA DE CRÉDITO	VALOR
1	Centro Federal de Educação Tecnológica da Pernambuco / SIEP	23000.005486/2008-79	686	2.000,00
		TOTAL		**2.000,00**

PORTARIA Nº 392, DE 19 DE AGOSTO DE 2008

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria Nº 824, de 29 de setembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2005, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: artigo 214 da Constituição Federal, a Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei Nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, a Lei 11.647, de 24 de março de 2008, o Decreto Nº 6.320, de 20 de dezembro de 2007, o Decreto Nº 6.439, de 22 de abril de 2008, o artigo 12 da IN Nº 01 da Secretaria do Tesouro Nacional/STN/MF, de 15 de janeiro de 1997, a Súmula da Coordenação Geral de Normas e Avaliação e Execução da Despesa - CONED Nº 04/2004/STN/MF e Portaria SETEC Nº 213, publicada no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2008, resolve:

Art. 1.º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ação 8650 - Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, para fins de apoio ao desenvolvimento da educação nas instituições federais de educação profissional e tecnológica, de acordo com o Anexo I desta Portaria, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.363.1062.8650.0001 - Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional - PTRES 020884, PI 8650P10116, Fonte de Recursos: 0112915024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ELIEZER MOREIRA PACHECO

ANEXO I

	INSTITUIÇÃO BENEFICIADA	PROCESSO	NOTA DE CRÉDITO	VALOR
1	Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte - Reitoria	23000.014288/2008-61	699	1.990.000,00
		TOTAL		1.990.000,00

PORTARIA Nº 393, DE 21 DE AGOSTO DE 2008

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria Nº 824, de 29 de setembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2005, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: artigo 214 da Constituição Federal, a Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei Nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, a Lei 11.647, de 24 de março de 2008, o Decreto Nº 6.320, de 20 de dezembro de 2007, o Decreto Nº 6.439, de 22 de abril de 2008, o artigo 12 da IN Nº 01 da Secretaria do Tesouro Nacional/STN/MF, de 15 de janeiro de 1997, a Súmula da Coordenação Geral de Normas e Avaliação e Execução da Despesa - CONED Nº 04/2004/STN/MF e Portaria SETEC Nº 213, publicada no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2008, resolve:

Art. 1.º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ação 1H10 - Expansão da Rede Federal da Educação Profissional e Tecnológica, para fins de apoio ao desenvolvimento da educação nas instituições federais de educação profissional e tecnológica, de acordo com o Anexo I desta Portaria, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.363.1062.1H10.0001 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - PTRES 013838, PI 1H10P10116

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ELIEZER MOREIRA PACHECO

ANEXO I

	INSTITUIÇÃO BENEFICIADA	PROCESSO	NOTA DE CRÉDITO	VALOR
1	Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - UNED de Venda Nova - obras - Expansão Fase II - PI 1H10P10116	23000.015677/2008-11	705	3.103.737,34
2	Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo - UNED Araraquara - obras - Expansão Fase II - PI 1H10P10116	23000.017391/2008-62	706	1.942.797,66
3	Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo - UNED Itapetininga - obras - Expansão Fase II - PI - 1H10P10116	23000.017394/2008-04	707	3.969.548,04
4	Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo - UNED Barretos - obras - Expansão Fase II - PI 1H10P10116	23000.017393/2008-51	708	4.217.529,38
5	Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo - UNED Avaré - obras - Expansão Fase II - PI 1H10P10116	23000.017390/2008-18	709	3.489.893,91
6	Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará - UNED de Canindé - Expansão Fase II - Obras - PI 1H10P10116	23000.014708/2008-17	715	3.622.915,36
7	Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí - UNED de Formiga - Expansão Fase II - manutenção - PI 1H10P10116	23000.122477/2008-14	716	500.000,00
8	Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - UNEDs de Itumbiara e Uruaçu - Expansão Fase II - manutenção - PI 1H10P10116	23000.017011/2008-90		1.000.000,00
		TOTAL		21.846.421,69

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 598, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi delegada pela Resolução nº 13, de 20 de dezembro de 2007, considerando o disposto no Decreto 5.773, de 9 de maio de 2005, e tendo em vista o Relatório Nº: 115/2008-MEC/SESu/DRE-SUP/COACRE, conforme consta do Sidoc 23000.011139/2008-40 e do Registro Sapiens nº 20070009916, resolve:

Art. 1º Aprovar a unificação da Faculdade de Tecnologia Latino Americana de Anápolis (3994) à Faculdade Latino Americana (2479), ambas sediadas à Avenida Universitária, 683 - CEP 75080-150 - ANÁPOLIS - GO, mantidas pela Anhangüera Educacional S.A. (2600), CNPJ 05.808.792/0001-49, na forma de aditamento aos seus atos de credenciamento, nos termos do § 4º do art. 10 do Decreto n. 5.773/2006.

§ 1º. A Faculdade Latino Americana (2479), assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados na instituição unificada neste ato, garantindo a manutenção e melhoria da qualidade dos mesmos, a continuidade de sua oferta e a manutenção de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados.

§ 2º. Declara-se extinta a Faculdade de Tecnologia Latino Americana de Anápolis (3994), ficando a cargo da Faculdade Latino Americana (2479) e de sua entidade mantenedora toda a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite nesta Secretaria de Educação Superior.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

PORTARIA Nº 599, DE 28 DE AGOSTO DE 2008

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi delegada pela Resolução nº 13, de 20 de dezembro de 2007, considerando o disposto no Decreto 5.773, de 9 de maio de 2005, e tendo em vista o Relatório Nº: 114/2008-MEC/SESu/DRE-SUP/COACRE, conforme consta do Sidoc 23000.010683/2008-74 e do Registro Sapiens nº 20070009319, resolve:

Art. 1º Aprovar a unificação da Faculdade Maria Augusta Ribeiro Daher (771) às Faculdades Integradas de Jacareí (3687), ambas sediadas à Rua Santa Catarina, 75 - Bairro Vila Pinheiro - CEP 12307-130- JACAREÍ - SP, mantidas pela Anhangüera Educacional S.A. (2600), CNPJ 05.808.792/0001-49, na forma de aditamento aos seus atos de credenciamento, nos termos do § 4º do art. 10 do Decreto n. 5.773/2006.

§ 1º. As Faculdades Integradas de Jacareí (3687), assumem responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituição unificada neste ato, garantindo a manutenção e melhoria da qualidade dos mesmos, a continuidade de sua oferta e a manutenção de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados.

§ 2º. Declara-se extinta a Faculdade Maria Augusta Ribeiro Daher (771), ficando a cargo das Faculdades Integradas de Jacareí (3687) e de sua entidade mantenedora toda a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite nesta Secretaria de Educação Superior.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

PORTARIA Nº 600, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi delegada pela Resolução nº 13, de 20 de dezembro de 2007, considerando o disposto no Decreto 5.773, de 9 de maio de 2005, e tendo em vista o Relatório Nº: 103/2008-MEC/SESu/DRE-SUP/COACRE, conforme consta do Sidoc 23000.002780/2008-93 e do Registro Sapiens nº 20070007623, resolve:

Art. 1º Aprovar a unificação da Faculdade Pontal do Paranapanema (3282) à Faculdade de Presidente Prudente (1711), credenciada por meio da Portaria Ministerial nº 911 de 17/05/2001 (DOU 21/05/2001), ambas sediadas à Avenida Presidente Prudente, 6.093 - Jardim Aeroporto - CEP 19053-210 - PRESIDENTE PRUDENTE - SP, e mantidas pela Sociedade Brasileira de Educação Renascentista (2977), CNPJ 07.245.843/0001-05, na forma de aditamento aos seus atos de credenciamento, nos termos do § 4º do art. 10 do Decreto n. 5.773/2006.

§ 1º. A Faculdade de Presidente Prudente (1711), assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção e melhoria da qualidade dos mesmos, a continuidade de sua oferta e a manutenção de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados.

§ 2º. Declara-se extinta a Faculdade Pontal do Paranapanema (3282), ficando a cargo da Faculdade de Presidente Prudente (1711) e de sua entidade mantenedora toda a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite nesta Secretaria de Educação Superior.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

PORTARIA Nº 601, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi delegada pela Resolução nº 13, de 20 de dezembro de 2007, considerando o disposto no Decreto 5.773, de 9 de maio de 2005, e tendo em vista o Relatório Nº: 105/2008-MEC/SESu/DRE-SUP/COACRE, conforme consta do Sidoc 23000.010450/2008-71 e do Registro Sapiens nº 20070008984, resolve:

Art. 1º Aprovar a unificação, sob a denominação de Faculdade Campo Real, da Faculdade de Direito de Guarapuava (1555), da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Cescareli (1698) e da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde do Cescareli (2357), sediadas à Rua Comendador Norberto, 1.299 - Bairro Santa Cruz - CEP 85015-240 - GUARAPUAVA - PR e mantidas pelo Cescareli - Complexo de Ensino Superior Campo Real Ltda. (1120), CNPJ 03.291.761/0001-38, na forma de aditamento aos seus atos de credenciamento, nos termos do § 4º do art. 10 do Decreto n. 5.773/2006.

§ 1º. A Faculdade Campo Real, assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção e melhoria da qualidade dos mesmos, a continuidade de sua oferta e a manutenção de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados.

§ 2º. Declaram-se extintas a Faculdade de Direito de Guarapuava (1555), a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Cescareli (1698) e a Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde do Cescareli (2357), ficando a cargo da Faculdade Campo Real e de sua entidade mantenedora toda a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite nesta Secretaria de Educação Superior.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

PORTARIA Nº 602, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi delegada pela Resolução nº 13, de 20 de dezembro de 2007, considerando o disposto no Decreto 5.773, de 9 de maio de 2005, e tendo em vista o Relatório Nº: 113/2008-MEC/SESu/DRE-SUP/COACRE, conforme consta do Sidoc 23000.010213/2008-19 e do Registro Sapiens nº 20070008651, resolve:

Art. 1º Aprovar a unificação, sob a denominação de Faculdade Cathedral, da Faculdade de Roraima (1684), Faculdade de Ciências Humanas, Biológicas e da Saúde (2293), Faculdade de Direito de Boa Vista (3181) e Faculdade de Tecnologia de Roraima (3806), sediadas à Avenida Luis Canuto Chaves, 293 - Bairro Caçari - CEP 69307-053 - BOA VISTA - RR, mantidas pela entidade denominada Faculdades Cathedral de Ensino Superior (1109), CNPJ 03.485.283/0001-05, na forma de aditamento aos seus atos de credenciamento, nos termos do § 4º do art. 10 do Decreto n. 5.773/2006.

§ 1º. A Faculdade Cathedral, assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção e melhoria da qualidade dos mesmos, a continuidade de sua oferta e a manutenção de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados.

§ 2º. Declaram-se extintas a Faculdade de Roraima (1684), Faculdade de Ciências Humanas, Biológicas e da Saúde (2293), Faculdade de Direito de Boa Vista (3181) e Faculdade de Tecnologia de Roraima (3806), ficando a cargo da Faculdade Cathedral e de sua entidade mantenedora toda a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite nesta Secretaria de Educação Superior.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

PORTARIA Nº 603, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi delegada pela Resolução nº 13, de 20 de dezembro de 2007, considerando o disposto no Decreto 5.773, de 9 de maio de 2005, e tendo em vista o Relatório Nº: 106/2008-MEC/SESu/DRE-SUP/COACRE, conforme consta do Sidoc 23000.014214/2008-24 e do Registro Sapiens nº 20070010725, resolve:

Art. 1º Aprovar a unificação, sob a denominação de Faculdade Guarapuava, da Faculdade Novo Ateneu de Guarapuava (1517) e Faculdade de Tecnologia Instituto Politécnico do Paraná - Unidade Guarapuava (4279), sediadas à Rua Novo Ateneu, 1.015 - Bairro Jordão - CEP 85015-180 - GUARAPUAVA - PR, mantidas pela União de Ensino e Cultura de Guarapuava (3419), CNPJ 09.150.706/0001-04, na forma de aditamento aos seus atos de credenciamento, nos termos do § 4º do art. 10 do Decreto n. 5.773/2006.

§ 1º. A Faculdade Guarapuava, assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção e melhoria da qualidade dos mesmos, a continuidade de sua oferta e a manutenção de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados.

§ 2º. Declaram-se extintas a Faculdade Guarapuava, da Faculdade Novo Ateneu de Guarapuava (1517) e Faculdade de Tecnologia Instituto Politécnico do Paraná - Unidade Guarapuava (4279), ficando a cargo da Faculdade Guarapuava e de sua entidade mantenedora toda a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite nesta Secretaria de Educação Superior.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

PORTARIA Nº 604, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista o Relatório SESu/DESUP/COREG nº 670/2008, da Diretoria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento dos cursos superiores de graduação, a serem ministrados pelas instituições isoladas de ensino superior nos endereços, turnos e com o número de vagas, conforme discriminado na planilha anexa.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

ANEXO

	Processos SIDOC e Registros Sapiens	Mantenedora e Mantida	Curso	Vagas/turno	Endereço
1	23000.018922/2006- 72; 20060008357	UNNESA - União de Ensino Superior da Amazônia Ocidental S/C Ltda. e Faculdade Metropolitana	Letras, licenciatura, habilitação em Língua Portuguesa e respectivas Literaturas, no âmbito do ISE	200 totais anuais, diurno e noturno	Rua Araras, nº 241, bairro Jardim Eldorado, Porto Velho/RO
2	23000.010946/2006-83; 20060002422	Associação Educacional Zacarias de Góes Vasconcelos e Faculdade Zacarias de Góes	Letras, licenciatura, habilitação em Língua Portuguesa e respectivas Literaturas, no âmbito do ISE	100 totais anuais, diurno e noturno	Rua A, Loteamento Jardim Grimaldi, s/n, bairro Jardim Grimaldi, Valença/BA
3	23000.019152/2006-85; 20060008810	Fundação Getúlio Vargas e Escola Superior de Ciências Sociais	História, licenciatura, no âmbito do ISE	100 totais anuais, diurno	Praia de Botafogo, nº 190, bairro Botafogo, Rio de Janeiro/RJ

PORTARIA Nº 605, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista o Relatório SESu/DESUP/COREG nº 666/2008, da Diretoria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.004032/2007-64, Registro SAPIEnS nº 20060013104, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do curso de Fisioterapia, bacharelado, com 96 (noventa e seis) vagas totais anuais, no turno diurno, a ser ministrado pela Faculdade Integrada Tiradentes, situada na Avenida Gustavo Paiva, n° 5.017, bairro Cruz das Almas, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, mantida pela Sociedade de Educação Tiradentes S/S Ltda., com sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

PORTARIA Nº 606, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, considerando o disposto na Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, e tendo em vista o Relatório SESu/DESUP/COREG nº 650/2008, da Diretoria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.001929/2007-36, Registro SAPIEnS nº 20060009948, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer, unicamente para efeito de expedição e de registro de diplomas dos alunos ingressantes até o 2º semestre de 2006, o Curso Pedagogia, licenciatura, habilitações em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Magistério da Educação Infantil e Supervisão, com 150 (cento e cinqüenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, ministrado pelo Instituto Catuaí de Ensino Superior, no âmbito do instituto superior de educação, na Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, nº 210, Shopping Center, Conjunto habitacional Castelo Branco, Lojas 8 e 9, bairro Jardim Castelo Branco, na cidade de Cambé, Estado do Paraná, mantido pela Associação de Ensino de Cambé, com sede na cidade de Cambé, Estado do Paraná.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

PORTARIA Nº 607, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista o Relatório SESu/DESUP/COREG nº 634/2008, da Diretoria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.005784/2007-42, Registro SAPIEnS nº 20060015725, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para funcionamento do curso de Fisioterapia, bacharelado, pleiteado pelo Instituto Sudeste Mineiro de Educação e Cultura, na rua Santo Antônio, nº 1130, Centro, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, mantido pela Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 189, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista as disposições contidas no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e o que consta no Processo nº 11070.000107/2008-14, resolve:

Art. 1º Aplicar à pessoa jurídica Mercúrio Serviços Terceirizados S/S Ltda., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 06.026.940/0001-36, a sanção administrativa prevista no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, declarando-a impedida de licitar e de contratar com a União, e descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, pelo prazo de cinco anos.

Art. 2º A penalidade será obrigatoriamente registrada no SICAF.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GUIDO MANTEGA

DESPACHO DO MINISTRO
Em 26 de agosto de 2008

Processo nº: 17944.000808/2001-29.
Interessado: União e Banco do Brasil S.A
Assunto: Minuta do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços (Contrato nº 392/PGFN/CAF) celebrado entre a União e o Banco do Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2007, tendo por objeto o acompanhamento, controle e cobrança dos créditos da União decorrentes da extinção do Banco Nacional de Crédito Cooperativo-BNCC. Aditamento visando a indicar a Nota de Empenho para atender as despesas no exercício corrente.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração, observadas as formalidades de praxe.

GUIDO MANTEGA

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
4ª CÂMARA

PAUTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco "J", No 3º Andar, Edifício Alvorada, Brasília/DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 10 DE SETEMBRO DE 2008, ÀS 09:00 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) NELSON MALLMANN

01 - Recurso: 153917 - Processo: 10245.000829/2002-63 - Recorrente: ANTÔNIO HERVÉ SIMÕES DA FONSECA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Ex(s): 2000.

02 - Recurso: 158554 - Processo: 15374.000033/2002-59 - Recorrente: MARIA LUIZA DA GAMA LIMA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1997.

03 - Recurso: 158901 - Processo: 13707.002773/00-99 - Recorrente: JOÃO FRANCISCO VIEIRA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1996.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) HELOÍSA GUARITA SOUZA

04 - Recurso: 159311 - Processo: 10840.003147/2001-11 - Recorrente: JOSÉ CARLOS SIMÕES FLÓRIA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 2000.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

05 - Recurso: 154282 - Processo: 13710.000139/2001-88 - Recorrente: JACYRA SALLIBI DO NASCIMENTO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1998.

06 - Recurso: 154453 - Processo: 13640.000095/96-20 - Recorrente: KRAFT FOODS BRASIL S.A. (NOVA DENOMINAÇÃO DE PRODUTOS FLEISCHMANN & ROYAL S.A.) - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRF - Ano(s): 1996.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANÇA

07 - Recurso: 157611 - Processo: 19740.000409/2005-11 - Recorrente: BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A. - Recorrida: 9ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRF - Ano(s): 2000.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) ANTONIO LOPO MARTINEZ

08 - Recurso: 144681 - Processo: 10660.000325/2003-23 - Recorrente: JOSÉ DE RESENDE PINTO FILHO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001.

09 - Recurso: 157666 - Processo: 15889.000430/2006-54 - Recorrente: COLÉGIO ATHENEU S/C LTDA. - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: IRF - Ano(s): 2002 e 2004.

10 - Recurso: 164094 - Processo: 13816.000470/2002-09 - Recorrente: ALCAN PACKAGING DO BRASIL - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IRF - Ano(s): 2001.

11 - Recurso: 166072 - Processo: 19515.000474/2006-83 - Recorrente: MODINVEST MODA E VESTUÁRIO LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRF - Ano(s): 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PEDRO ANAN JÚNIOR

12 - Recurso: 159127 - Processo: 10860.001600/2001-16 - Recorrente: GERT MULLER - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999.

- Vista para o(a) Conselheiro(a) Heloísa Guarita Souza

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) GUSTAVO LIAN HADDAD

13 - Recurso: 155926 - Processo: 10166.009442/2002-52 - Recorrente: CIA. URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRF - Ano(s): 1997.

14 - Recurso: 159886 - Processo: 13708.001583/2004-11 - Recorrente: EXPRESSÃO DA CHINA RESTAURANTES LTDA. - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRF - Ano(s): 2001.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MARIA HELENA COTTA CARDOZO

15 - Recurso: 157615 - Processo: 13603.000042/2002-73 - Recorrente: GRÁFICA E EDITORA DEL REY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRF - Ano(s): 1997.

DIA 10 DE SETEMBRO DE 2008, ÀS 14:15 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) NELSON MALLMANN

16 - Recurso: 155591 - Processo: 11522.000028/2003-25 - Recorrente: CARLOS CÉSAR CORREIA DE MESSIAS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRPF - Ex(s): 1997 a 1999.

17 - Recurso: 155779 - Processo: 10320.003341/2005-91 - Recorrente: NELSON JOSÉ NAGEM FROTA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001.

18 - Recurso: 156893 - EX OFFICIO - Processo: 18471.000841/2002-14 - Recorrente: 7ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Interessado: FEDERAÇÃO AQUÁTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Matéria: IRF - Ano(s): 1998,1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) HELOÍSA GUARITA SOUZA

19 - Recurso: 155662 - Processo: 13839.002292/2001-01 - Recorrente: DUGAN RAMOS DE OLIVEIRA - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999 e 2001.

- Vista para o(a) Conselheiro(a) Gustavo Lian Haddad

20 - Recurso: 156423 - Processo: 10945.004165/2006-48 - Recorrente: ADRIE MOHAMAD KADRI - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001 e 2002.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

21 - Recurso: 158355 - Processo: 18471.000543/2005-69 - Recorrente: VULCAN MATERIAL PLÁSTICO LTDA. - Recorrida: 9ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRF - Ano(s): 2000 a 2002.

22 - Recurso: 160153 - Processo: 10725.001874/2001-51 - Recorrente: PAULO ROBERTO SIMÕES FERREIRA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRPF - Ex(s): 1998 a 2001.

23 - Recurso: 160620 - Processo: 11516.002233/2001-42 - Recorrente: EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL S.A. - ELETROSUL - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRF - Ano(s): 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANÇA

24 - Recurso: 148232 - Processo: 10215.000323/2004-73 - Recorrente: HOSPITAL DOM BOSCO LTDA. - EPP - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Matéria: IRF - Ano(s): 1999.

25 - Recurso: 156684 - Processo: 13808.000838/99-54 - Recorrente: HEBE CAMARGO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1995 a 1998.

26 - Recurso: 156907 - Processo: 10073.000696/2005-97 - Recorrente: MARCELO COSTA PEREIRA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 2002.

- Vista para o(a) Conselheiro(a) Maria Helena Cotta Cardozo

- Vista para o(a) Conselheiro(a) Heloísa Guarita Souza

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) ANTONIO LOPO MARTINEZ

27 - Recurso: 156348 - Processo: 19515.002034/2005-80 - Recorrente: PLAYER EMPREENDIMENTO ESPORTIVOS E CULTURAIS LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRF - Ano(s): 2002.

28 - Recurso: 157527 - Processo: 10855.002150/00-42 - Recorrente: PAULO JOSÉ GARCIA DE OLIVEIRA - Recorrida: 2ªTURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IRPF - Ex(s): 1996 a 1998.

29 - Recurso: 160006 - Processo: 18471.001967/2003-89 - Recorrente: F. K. PRODUTOS AUTOMOTIVOS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRF - Ano(s): 1999.

30 - Recurso: 160828 - EX OFFICIO - Processo: 16327.003446/2003-02 - Recorrentes: 8ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I e SANTANDER BRASIL. S.A. CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS - Matéria: IRF - Ano(s): 1998.

31 - Recurso: 161764 - Processo: 13807.002724/2001-43 - Recorrente: WEIR DO BRASIL LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRF - Ano(s): 1995 a 2000.

- Vista para o(a) Conselheiro(a) Nelson Mallmann

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PEDRO ANAN JÚNIOR

32 - Recurso: 153001 - Processo: 13808.001222/2001-95 - Recorrente: ELIANA TRINDADE MUNHOZ - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1996.

33 - Recurso: 160158 - Processo: 18471.001410/2006-91 - Recorrente: PAULO CÉZAR REIS SIMÃO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001 a 2003 .

34 - Recurso: 160667 - Processo: 10835.000404/2001-23 - Recorrente: CARLOS ANTÔNIO GOMES MESQUITA - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) GUSTAVO LIAN HADDAD

35 - Recurso: 148652 - Processo: 13656.000468/2005-54 - Recorrente: RICARDO MANNE - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPF - Ex(s): 2000 a 2004.

36 - Recurso: 156366 - Processo: 10830.005085/2001-92 - Recorrente: ANTONIO LUIZ FADUL - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1997 a 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MARIA HELENA COTTA CARDOZO

37 - Recurso: 157325 - Processo: 15374.001472/2001-06 - Recorrente: MANOEL ANTÔNIO LOPES DA CRUZ - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRPF - Ex(s): 1996.

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2008, ÀS 08:30 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) NELSON MALLMANN

38 - Recurso: 156107 - Processo: 16707.004241/2003-61 - Recorrente: ANA ZÉLIA PRISTO DE MEDEIROS OLIVEIRA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999.

39 - Recurso: 156245 - Processo: 13116.001448/2005-16 - Recorrente: MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA RAMOS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Ex(s): 2004.

40 - Recurso: 157428 - Processo: 13808.000696/99-61 - Recorrente: JOE HORN - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRPF - Ex(s): 1996 a 1998.

41 - Recurso: 158916 - Processo: 13808.004550/96-15 - Recorrente: CLÁUDIO FUSCO FILHO - Recorrida: 2ªTURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IRPF - Ex(s): 1992.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) HELOÍSA GUARITA SOUZA

42 - Recurso: 156247 - Processo: 15889.000051/2006-64 - Recorrente: NELSON JOSÉ LIRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 2002 a 2005.

43 - Recurso: 159248 - Processo: 10825.002462/2001-19 - Recorrente: PREVE SOCIEDADE CIVIL DE ENSINO LTDA. - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: IRF - Ano(s): 1998.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

44 - Recurso: 153747 - Processo: 11618.004375/2005-20 - Recorrente: EDGARD SEAGER FILHO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Ex(s): 2003.

45 - Recurso: 153831 - Processo: 10840.003200/2005-07 - Recorrente: RANULFO COSTA - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001 a 2005.

46 - Recurso: 157568 - Processo: 13706.001063/2001-77 - Recorrente: VERA MARIA SAYÃO CARNEIRO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1998.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANÇA

47 - Recurso: 155761 - Processo: 13839.002076/00-79 - Recorrente: VAGNER GIMENEZ BORIN - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRPF - Ex(s): 1996.

48 - Recurso: 156792 - Processo: 13851.001777/2005-35 - Recorrente: GERALDO CÉLIO MEIRA MAGALHAES - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 2000 a 2004.

49 - Recurso: 156820 - Processo: 16707.003236/2005-01 - Recorrente: VERDI DANTAS NÓBREGA JÚNIOR - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001 a 2003.

50 - Recurso: 162834 - Processo: 10768.010021/2002-95 - Recorrente: C.P.A. FOMENTO MERCANTIL LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRF - Ano(s): 1997.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) ANTONIO LOPO MARTINEZ

51 - Recurso: 157365 - Processo: 11080.005095/2002-00 - Recorrente: CHRISTIAN EIPELDAUER - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Ex(s): 1997 a 1999.

- Vista para o(a) Conselheiro(a) Nelson Mallmann

52 - Recurso: 158679 - Processo: 11516.003455/2005-14 - Recorrente: RBG DIVERSÕES LTDA. - EPP - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRF - Ano(s): 2001 e 2002.

53 - Recurso: 158825 - Processo: 13805.000151/97-12 - Recorrente: JOSÉ LUÍS ARANHA MOURA - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1993.

- Vista para o(a) Conselheiro(a) Heloísa Guarita Souza

54 - Recurso: 159390 - Processo: 10980.010020/2006-50 - Recorrente: RIMAPAR LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRF - Ano(s): 2004, 2005.

55 - Recurso: 161196 - Processo: 10805.000607/2007-62 - Recorrente: SIGMATRONIC TECNOLOGIA APLICADA LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IRF - Ano(s): 2004,2005.

56 - Recurso: 162004 - Processo: 14041.000006/2007-90 - Recorrente: BRASIL CENTRAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRF - Ano(s): 2003.

57 - Recurso: 163784 - Processo: 13808.002365/2001-14 - Recorrente: INTERLATINAS DE PNEUS LTDA. - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRF - Ano(s): 1997 a 2000.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PEDRO ANAN JÚNIOR

58 - Recurso: 155317 - Processo: 10070.000179/2001-14 - Recorrente: JOSÉ CARLOS CABRAL DE ALMEIDA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1998.

59 - Recurso: 157937 - Processo: 15374.000795/2001-74 - Recorrente: PAULO CÉSAR COSTEIRA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRPF - Ex(s): 1994.

60 - Recurso: 158150 - Processo: 15374.001348/2001-32 - Recorrente: DANUZA LEÃO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRPF - Ex(s): 1997.

61 - Recurso: 158197 - Processo: 11080.009103/2001-06 - Recorrente: BANCO SANTANDER MERIDIONAL S.A. - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRF - Ano(s): 2000.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) GUSTAVO LIAN HADDAD

62 - Recurso: 156371 - Processo: 10480.007294/2003-50 - Recorrente: LAÍS MOREIRA BELTRÃO COUTINHO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999.

63 - Recurso: 156410 - Processo: 10825.003058/2005-88 - Recorrente: FAUSTO DE CHIACCHIO GUIMARÃES - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001,2002,2004.

64 - Recurso: 161185 - Processo: 10821.000729/2002-46 - Recorrente: ANTÔNIO CARLOS DA SILVA - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1998.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MARIA HELENA COTTA CARDOZO

65 - Recurso: 157828 - Processo: 10725.001588/2001-96 - Recorrente: DICAL DIESEL CAMPOS LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRF - Ano(s): 2001.

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2008, ÀS 14:15 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) NELSON MALLMANN

66 - Recurso: 153715 - Processo: 10410.000111/2002-18 - Recorrente: CONVEM - COMÉRCIO DE VEÍCULOS E MOTORES LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRF - Ano(s): 1997.

67 - Recurso: 156611 - Processo: 11080.007083/2002-10 - Recorrente: JAIRO ROLIM CACENOTE - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999,2000.

68 - Recurso: 159433 - Processo: 13808.004555/00-97 - Recorrente: LUÍS EDUARDO SALEM - Recorrida: 2ªTURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IRPF - Ex(s): 1995 a 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) HELOÍSA GUARITA SOUZA

69 - Recurso: 160036 - Processo: 13808.001148/2002-98 - Recorrente: JUVÊNCIO JOSÉ DUAILIBE FURTADO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IRPF - Ex(s): 1994.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

70 - Recurso: 158471 - Processo: 13707.000393/2001-35 - Recorrente: GIL PIRES DE SÁ - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1998.

71 - Recurso: 158752 - Processo: 10860.005744/2001-33 - Recorrente: LÍRIO ANNA SALVADORI - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Ex(s): 2000.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) RAYANA ALVES DE OLIVEIRA FRANÇA

72 - Recurso: 156856 - Processo: 13609.000730/2006-15 - Recorrente: MIGUEL ANDRETTA - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Ex(s): 2002.

73 - Recurso: 157291 - Processo: 10166.009065/2002-51 - Recorrente: INSTITUTO ADVENTISTA DE JUBILAÇÃO E ASSISTÊNCIA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRF - Ano(s): 1998.

74 - Recurso: 157797 - Processo: 10680.007966/2001-17 - Recorrente: RAFAEL GIOVANNI GOMES SPORTELLI - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Ex(s): 2000.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) ANTONIO LOPO MARTINEZ

75 - Recurso: 132686 - Processo: 10680.003573/97-61 - Recorrente: PAULO HENRIQUE LADEIRA AMANTEA - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: IRPF - Ex(s): 1992.

76 - Recurso: 152997 - Processo: 13808.002432/2001-09 - Recorrente: ELIANA TRINDADE MUNHOZ - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRPF - Ex(s): 1997 a 2000.

77 - Recurso: 158332 - Processo: 10730.000941/00-16 - Recorrente: EDUARDO MENDONÇA SANTOS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1997, 1998.

78 - Recurso: 160549 - Processo: 11516.002310/2001-64 - Recorrente: NILTON FERRAZ DA SILVA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF - Ex(s): 1998 a 2001.

- Vista para o(a) Conselheiro(a) Pedro Anan Júnior

79 - Recurso: 163057 - Processo: 10805.000605/2007-73 - Recorrente: SIGMATRONIC MANUTENÇÃO E MONTAGENS LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IRF - Ano(s): 2004, 2005.

80 - Recurso: 165665 - Processo: 10980.007554/2003-56 - Recorrente: BLOUNT INDUSTRIAL LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRF - Ano(s): 1998.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PEDRO ANAN JÚNIOR

81 - Recurso: 125572 - Processo: 13706.000754/99-50 - Recorrente: DOMINGOS DRUMOND TORRES - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: IRPF - Ex(s): 1992.

82 - Recurso: 158110 - Processo: 15374.002111/2001-79 - Recorrente: RAULITO ALVES DA SILVA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1993.

83 - Recurso: 159149 - Processo: 16327.002962/2001-40 - Recorrente: BANCO ÚNICO S.A. (NOVA DEN. DE BANCO BNL DO BRASIL S.A.) - Recorrida: 10ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRF - Ano(s): 1997.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) GUSTAVO LIAN HADDAD

84 - Recurso: 155748 - Processo: 10830.005793/95-51 - Recorrente: RUBENS FERREIRA DA SILVA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPF - Ex(s): 1991 a 1993.

85 - Recurso: 155871 - Processo: 13884.001496/2005-03 - Recorrente: NEURON ENGENHARIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IRF - Ano(s): 2000 e 2001.

86 - Recurso: 156498 - Processo: 10980.004729/2005-35 - Recorrente: LUIZ SEITI HATASHITA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MARIA HELENA COTTA CARDOZO

87 - Recurso: 165003 - EX OFFICIO - Processo: 13971.001971/2006-35 - Recorrente: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Interessado: RENATO WAMSER - Matéria: IRPF - Ex(s): 2001.

88 - Recurso: 165084 - Processo: 19515.000674/2007-17 - Recorrente: HELDER JOSÉ SIMÕES FRANCO TAVEIRA - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 2002 e 2003.

DIA 12 DE SETEMBRO DE 2008, ÀS 08:30 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

89 - Recurso: 153692 - Processo: 10735.000187/2004-42 - Recorrente: MARCONDES MAGNO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 2003.

90 - Recurso: 159183 - Processo: 11610.008925/2003-98 - Recorrente: GERSON BORGHESAN - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1993.

DIA 12 DE SETEMBRO DE 2008, ÀS 12:15 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

91 - Recurso: 158923 - Processo: 10166.001849/2006-65 - Recorrente: ANTÔNIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPF - Ex(s): 2005.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PEDRO ANAN JÚNIOR

92 - Recurso: 160661 - Processo: 10830.007399/2001-20 - Recorrente: LUIZ CLÁUDIO NÓBREGA DE SOUZA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Matéria: IRPF - Ex(s): 1999.

MARIA HELENA COTTA CARDOZO
Presidente da Câmara

CLEONICE ALVES DA MOTA LEONIS
Chefe da Secretaria

7ª CÂMARA

PAUTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, 3º Andar, Em Brasília - Distrito Federal.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 15 DE SETEMBRO DE 2008, ÁS 08:30 HORAS

Relator(a): SELENE FERREIRA DE MORAES

01 - Recurso: 154924 - Processo: 16327.000416/2001-74 - Recorrente: BANCO RIBEIRÃO PRETO S.A. Recorrida: 10ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1997.

02 - Recurso: 155509 - Processo: 10980.008759/2003-59 - Recorrente: SERRA NEGRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPJ - Ex(s): 2000.

03 - Recurso: 155762 - Processo: 10920.000304/2001-38 - Recorrente: AB ADMINISTRAÇÃO DE BENS, NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1998.

04 - Recurso: 155798 - Processo: 10880.002855/2001-50 - Recorrente: FADEMAC S.A. Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1994 e 1995.

05 - Recurso: 156318 - Processo: 16327.003394/2002-85 - Recorrente: ZOGBI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. Recorrida: 8ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1998.

06 - Recurso: 156804 - Processo: 13819.004570/2002-76 - Recorrente: TRANSPORTES CEAM LTDA. Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1998.

Relator(a): LAVÍNIA MORAES DE ALMEIDA NOGUEIRA JUNQUEIRA

07 - Recurso: 154647 - Processo: 10835.002281/2003-27 - Recorrente: JOJO DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1999.

08 - Recurso: 156256 - Processo: 13962.000093/2001-35 - Recorrente: IRMÃOS ZEN S.A. Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1997.

09 - Recurso: 156259 - Processo: 10380.000685/2003-71 - Recorrente: LOCATUR FAMAS LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA. Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1998.

10 - Recurso: 156384 - Processo: 10882.000597/2002-38 Recorrente: SAINT - GOBAIN QUARTZOLIT LTDA. Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1998.

DIA 15 DE SETEMBRO DE 2008, ÁS 14:00 HORAS

Relator(a): SELENE FERREIRA DE MORAES

11 - Recurso: 156879 - Processo: 13016.000031/2003-94 Recorrente: FARINA S.A. COMPONENTES AUTOMOTIVOS Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPJ E OUTRO - Ex(s): 1996,2002.

12 - Recurso: 156939 - Processo: 13851.001183/99-61 Recorrente: USINA SANTA FÉ S.A Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1993 e 1994, 1996 a 1999.

13 - Recurso: 156973 - Processo: 10830.003900/2003-41 Recorrente: SUPERMERCADO PAULÍNIA LTDA. Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1999,2000.

14 - Recurso: 157300 - Processo: 10840.002846/2002-16 Recorrente: COLÉGIO ITAMARATI LTDA. Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1998.

15 - Recurso: 157307 - Processo: 10380.000164/2002-33 Recorrente: TINTAS E LATARIAS PADRE CÍCERO LTDA. Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1998.

16 - Recurso: 157331 - Processo: 18471.000010/2003-15 Recorrente: WILLIS CORRETORES DE SEGUROS LTDA. Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1993.

Relator(a): LAVÍNIA MORAES DE ALMEIDA NOGUEIRA JUNQUEIRA

17 - Recurso: 156461 - Processo: 13805.009975/98-49 Recorrente: PORTO NAZARETH CORRETORA DE SEGUROS ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SERVIÇOS LTDA. Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1993 a 1998.

18 - Recurso: 156482 - Processo: 18471.000467/2003-20 Recorrente: COMPROVE COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS DE VENDAS E SERVIÇOS LTDA. Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1999 a 2002 .

19 - Recurso: 156560 - Processo: 13643.000353/2003-47 Recorrente: MBC MATERIAIS BÁSICOS PARA CONTRUÇÃO LTDA. Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1999.

20 - Recurso: 156696 - Processo: 13805.010937/96-95 Recorrente: ENGESOLOS ENGENHARIA DE SOLOS E FUNDAÇÕES LTDA. Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1994.

DIA 16 DE SETEMBRO DE 2008, ÁS 08:30 HORAS

Relator(a): SELENE FERREIRA DE MORAES

21 - Recurso: 154209 - Processo: 19647.010893/2005-47 Recorrente: H. FORTE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPJ E OUTRO - Ex(s): 2004.

22 - Recurso: 155831 - Processo: 16542.000345/2001-65 Recorrente: SAIBRITA MINERAÇÃO CONSTRUÇÃO LTDA. Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPJ E OUTRO - Ex(s): 1995.

23 - Recurso: 156866 - Processo: 18471.001580/2003-22 Recorrente: CHAVAL NAVEGAÇÃO LTDA. Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRPJ - Ex(s): 2000.

24 - Recurso: 157001 - Processo: 13808.001379/00-50 Recorrente: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS TUCURUVI LTDA. Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1997.

25 - Recurso: 157044 - Processo: 13830.000407/2003-67 Recorrente: CONSTRUTORA GELAS E MENIN LTDA. Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1999.

26 - Recurso: 157319 - Processo: 13005.001045/2004-35 Recorrente: EDITH SCHIMITH SPRENGER Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 2005.

Relator(a): LAVÍNIA MORAES DE ALMEIDA NOGUEIRA JUNQUEIRA

27 - Recurso: 156699 - Processo: 14041.000396/2004-55 Recorrente: SERRANA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA. Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPJ - Ex(s): 2000.

28 - Recurso: 156708 - Processo: 11516.002859/2002-30 Recorrente: INDÚSTRIA CARBOQUÍMICA CATARINENSE S.A. Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1998 a 2000.

29 - Recurso: 156912 - Processo: 18471.002207/2002-16 Recorrente: J.B. TANKO FILMES LTDA. Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRPJ E OUTRO - Ex(s): 1999.

30 - Recurso: 157085 - Processo: 13974.000025/2001-37 Recorrente: COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO VLE DO CANOINHAS LTDA. Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1992.

MARCOS VINÍCIUS NEDER DE LIMA
Presidente da Câmara

AUZÔNIA EVANGELISTA DE SOUZA
Chefe da Secretaria

8ª CÂMARA

PAUTA DE JULGAMENTO DOS RECURSOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, Sala 304, Em Brasília - Distrito Federal.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 15 DE SETEMBRO DE 2008, ÁS 14:00 HORAS

Relator(a): JOSÉ DE OLIVEIRA FERRAZ CORRÊA

01 - Recurso: 151851 - Processo: 11543.003707/2002-27 - Recorrente: CONSTRUTORA JATOBÁ LTDA. Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - Ex(s): 1999.

02 - Recurso: 152583 - Processo: 10845.002197/2005-56 - Recorrente: TECHNOENG ENGENHARIA ESPECIALIZADA LTDA. Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRPJ - Ex(s): 2001.

03 - Recurso: 152596 - Processo: 11065.002925/2002-27 - Recorrente: SD CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA. Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1998.

04 - Recurso: 152222 - Processo: 10850.002777/2004-93 - Recorrente: ENGITEL TELEMÁTICA LTDA. Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: IRPJ/SIMPLES - Ex(s): 1999.

Relator(a): JOÃO FRANCISCO BIANCO

05 - Recurso: 150611 - Processo: 13603.001308/2002-03 - Recorrente: CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASA MG Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1998.

06 - Recurso: 151360 - Processo: 10435.001500/2002-82 - Recorrente: JOSÉ CARLOS DE SOUZA NASCIMENTO - ME Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1999 e 2000.

07 - Recurso: 151433 - Processo: 11516.002603/2005-75 - Recorrente: AGÊNCIA DA CASA DIVERSÕES ELETRÔNICAS LTDA. - EPP Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPJ E OUTROS/SIMPLES - Ex(s): 2002.

08 - Recurso: 151229 - Processo: 10820.001678/2003-61 - Recorrente: CEREALISTA AURIFLAMA LTDA. - ME Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: PIS/PASEP - Ex(s): 1999.

Relator(a): EDWAL CASONI DE PAULA FERNANDES JÚNIOR

09 - Recurso: 153019 - Processo: 10865.001254/2002-07 - Recorrente: TRANSPORTADORA PORTO FERREIRA LTDA. Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: PIS/REPIQUE - Ex(s): 1995 a 1996.

10 - Recurso: 153204 - Processo: 10835.000685/2004-67 Recorrente: LINOFORTE AGROPECUÁRIA LTDA. Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 2000.

11 - Recurso: 153206 - Processo: 16327.003731/2003-15 Recorrente: JAL - FOMENTO MERCANTIL LTDA. Recorrida: 10ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1999.

12 - Recurso: 153308 - Processo: 10120.001138/2004-55 Recorrente: ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO SAGA S/C LTDA. Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IRPJ - Ex(s): 2000.

13 - Recurso: 153599 - Processo: 11543.004703/2002-66 Recorrente: DUCOURO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRPJ - Ex(s): 2001 e 2002.

14 - Recurso: 153021 - Processo: 10920.003036/2002-97 Recorrente: CIA. INDUSTRIAL H. CARLOS SCHNEIDER Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 2003.

DIA 16 DE SETEMBRO DE 2008, ÁS 08:30 HORAS

Relator(a): JOSÉ DE OLIVEIRA FERRAZ CORRÊA

15 - Recurso: 164184 - Processo: 13830.002226/2006-18 Recorrente: VALENTE & VALENTE REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS LTDA. Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRPJ E OUTROS - Ex(s): 2003 a 2005.

16 - Recurso: 152867 - Processo: 10073.000410/2003-10 Recorrente: CEMIBRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO INTERNACIONAL S.A. Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1999 e 2000.

17 - Recurso: 152821 - Processo: 10073.000411/2003-56 Recorrente: CEMIBRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO INTERNACIONAL S.A. Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Matéria: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1999 e 2000.

18 - Recurso: 152672 - Processo: 10830.006530/2002-12 Recorrente: UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1998.

19 - Recurso: 152673 - Processo: 10830.001153/2002-25 Recorrente: UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1998.

Relator(a): JOÃO FRANCISCO BIANCO

20 - Recurso: 160466 - Processo: 19647.008736/2006-52 Recorrente: AB ASSESSORIA PROMOÇÃO & MERCHANDISING LTDA. Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPJ E OUTROS - Ex(s): 2002 e 2003.

21 - Recurso: 162143 - Processo: 10950.000024/2007-68 Recorrente: SPAGOLLA & B. SILVA LTDA. Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: SIMPLES - Ex(s): 2003.

22 - Recurso: 160751 - Processo: 19647.011400/2006-77 Recorrente: PAULO SÉRGIO ANDRADE SILVA MERCADINHO - ME Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: SIMPLES - Ex(s): 2002.

23 - Recurso: 160707 - Processo: 10640.003182/2006-92 Recorrente: CLIDEM ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA. Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IRPJ - Ex(s): 2003,2004.

Relator(a): EDWAL CASONI DE PAULA FERNANDES JÚNIOR

24 - Recurso: 153348 - Processo: 11065.002677/2005-67 Recorrente: PEDRASUL CONSTRUTORA LTDA. Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - Ex(s): 2004.

25 - Recurso: 153363 - Processo: 10830.008006/2003-67 Recorrente: VAN ZANTEN SHOENMAKER LTDA. Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - Ex(s): 1999.

26 - Recurso: 153635 - Processo: 10875.002952/2002-01 Recorrente: WESSANEN DO BRASIL LTDA. Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1997.

27 - Recurso: 164541 - Processo: 10830.002426/2007-63 Recorrente: CALMITEC CALDEIRARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA. Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IRPJ E OUTROS - Ex(s): 2005 e 2006.

28 - Recurso: 165249 - Processo: 15983.000195/2006-42 Recorrente: ROBERTO CARVIELLO Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRPJ E OUTROS - Ex(s): 2002.

DIA 16 DE SETEMBRO DE 2008, ÁS 14:00 HORAS

Relator(a): JOSÉ DE OLIVEIRA FERRAZ CORRÊA

29 - Recurso: 152909 - Processo: 16327.000066/2003-16 Recorrente: CREDIBEL FACTORING FOMENTO COMERCIAL S.A. Recorrida: 8ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: IRPJ E OUTRO - Ex(s): 1996.

30 - Recurso: 152895 - Processo: 10909.002729/2005-63 Recorrente: CARLOS ALBERTO RÉGIS Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPJ - Ex(s): 2004.

Relator(a): JOÃO FRANCISCO BIANCO

31 - Recurso: 150650 - Processo: 10845.003743/2002-23 Recorrente: LUCAM AGROPASTORIL LTDA. Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Matéria: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1998.

32 - Recurso: 150633 - Processo: 11060.001668/2005-07 Recorrente: ENY COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA. Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1999.

Relator(a): EDWAL CASONI DE PAULA FERNANDES JÚNIOR

33 - Recurso: 153088 - Processo: 11618.001374/2002-81 Recorrente: ESTRUTURAL- CONSTRUÇÕES, INCORPORAÇÕES E COMÉRCIO LTDA. Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1997, 1998.

34 - Recurso: 153087 - Processo: 11618.001375/2002-25 Recorrente: ESTRUTURAL- CONSTRUÇÕES, INCORPORAÇÕES E COMÉRCIO LTDA. Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - Matéria: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - Ex(s): 1997, 1998.

35 - Recurso: 153208 - Processo: 10980.000399/2002-66 Recorrente: BERMAN S.A. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: IRPJ - Ex(s): 1998.

36 - Recurso: 153153 - Processo: 13971.001916/2005-64 Recorrente: HMH COMÉRCIO DE VESTUÁRIO EPP. Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IRPJ - Ex(s): 2004.

MÁRIO SÉRGIO FERNANDES BARROSO
Presidente da Câmara

MOEMA NOGUEIRA SOUZA
Chefe da Secretaria

TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
1ª CÂMARA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, bloco J, Sobreloja, Edifício Alvorada, em Brasília-DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

Dia 10 de setembro de 2008, às 09:00 horas

Relator(a): OTACÍLIO DANTAS CARTAXO

1 - Recurso: 135866 Tipo: RV Processo: 13971.001953/2005-72 Recorrente: SYNCROTAPE SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA Recorrida: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL

- Vista para o(a) Conselheiro(a) SUSY GOMES HOFFMANN

Relator(a): JOSÉ LUIZ NOVO ROSSARI

2 - Recurso: 138473 Tipo: RV Processo: 10283.005479/2004-37 Recorrente: DM ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA. Recorrida: DRJ-FORTALEZA/CE Matéria: II/IPI - FALTA DE RECOLHIMENTO

Relator(a): LUIZ ROBERTO DOMINGO

3 - Recurso: 137474 Tipo: RO/RV Processo: 12466.004385/2006-90 Recorrente: SAB SP TRADING COMPANY SA (ANTIGA DENOMINAÇÃO SAB COMPANY COM. INT. SA) Recorrida: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC Matéria: II/IPI - FALTA DE RECOLHIMENTO

- Vista para o(a) Conselheiro(a) IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

- Vista para o(a) Conselheiro(a) JOSÉ LUIZ NOVO ROSSARI

4 - Recurso: 140156 Tipo: RO Processo: 11131.000066/2006-24 Recorrente: DRJ-FORTALEZA/CE Interessado: CGTF - CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA Matéria: IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO

- Vista para o(a) Conselheiro(a) IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

- Vista para o(a) Conselheiro(a) RODRIGO CARDOZO MIRANDA

- Vista para o(a) Conselheiro(a) SUSY GOMES HOFFMANN

Relator(a): IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

5 - Recurso: 135562 Tipo: RV Processo: 10921.000465/2002-01 Recorrente: TIGRE S.A. TUBOS E CONEXÕES Recorrida: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC Matéria: IPI/CLASSIFICAÇÃO FISCAL

6 - Recurso: 136059 Tipo: RV Processo: 10283.004094/2002-91 Recorrente: LG ELETRONICS DA AMAZÔNIA LTDA. Recorrida: DRJ-FORTALEZA/CE Matéria: II/IPI - FALTA DE RECOLHIMENTO

- Vista para o(a) Conselheiro(a) SUSY GOMES HOFFMANN

- Vista para o(a) Conselheiro(a) JOSÉ LUIZ NOVO ROSSARI

- Vista para o(a) Conselheiro(a) JOÃO LUIZ FREGONAZZI

7 - Recurso: 137476 Tipo: RO Processo: 12466.000982/2006-45 Recorrente: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC Interessado: SAB SP TRADING COMPANY SA (ANTIGA DENOMINAÇÃO SAB COMPANY COM. INT. SA) Matéria: II/IPI - FALTA DE RECOLHIMENTO

- Vista para o(a) Conselheiro(a) JOSÉ LUIZ NOVO ROSSARI

8 - Recurso: 137858 Tipo: RV Processo: 10831.000487/2001-91 Recorrente: PRODESMAQ INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA. Recorrida: DRJ-SAO PAULO/SP Matéria: II/IPI - FALTA DE RECOLHIMENTO

- Vista para o(a) Conselheiro(a) LUIZ ROBERTO DOMINGO

Relator(a): JOÃO LUIZ FREGONAZZI

9 - Recurso: 135029 Tipo: RV Processo: 11050.001003/2003-42 Recorrente: HOPEGRAF IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. Recorrida: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL

10 - Recurso: 135079 Tipo: RV Processo: 13896.004743/2002-33 Recorrente: COLUMBIA TRISTAR HOME ENTERTAINMENT DO BRASIL LTDA. Recorrida: DRJ-CAMPINAS/SP Matéria: RESTITUIÇÕES DIVERSAS

Relator(a): SUSY GOMES HOFFMANN

11 - Recurso: 139844 Tipo: RV Processo: 13884.005064/2003-00 Recorrente: KODAK BRASILEIRA COM. E IND. LTDA Recorrida: DRJ-SAO PAULO/SP Matéria: DRAWBACK - ISENÇÃO

12 - Recurso: 140071 Tipo: RV Processo: 10314.007181/2005-38 Recorrente: LIPMAN DO BRASIL SERV. AUTOM. COML. LTDA. E OUTROS Recorrida: DRJ-SAO PAULO/SP Matéria: II/IPI - FALTA DE RECOLHIMENTO

- Vista para o(a) Conselheiro(a) RODRIGO CARDOZO MIRANDA

Dia 10 de setembro de 2008, às 14:00 horas
Relator(a): JOSÉ LUIZ NOVO ROSSARI

13 - Recurso: 133028 Tipo: RV Processo: 10140.003638/2001-41 Embargante: UNIÃO IND. E COM. DE PLÁSTICOS LTDA. Embargada: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes Matéria: IPI/CLASSIFICAÇÃO FISCAL

14 - Recurso: 135035 Tipo: RV Processo: 13888.001957/99-81 Recorrente: BENEVIDES TEXTIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. Recorrida: DRJ-SAO PAULO/SP Matéria: DRAWBACK - SUSPENSÃO

15 - Recurso: 135036 Tipo: RV Processo: 11065.000671/2003-93 Recorrente: DELLANO MÓVEIS LTDA. Recorrida: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL

Relator(a): LUIZ ROBERTO DOMINGO

16 - Recurso: 137465 Tipo: RV Processo: 10907.002433/2003-09 Recorrente: TCP - TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ Recorrida: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC Matéria: VISTORIA ADUANEIRA

- Vista para o(a) Conselheiro(a) JOÃO LUIZ FREGONAZZI

17 - Recurso: 137585 Tipo: RV Processo: 10882.001443/2003-44 Recorrente: SND COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Recorrida: DRJ-CAMPINAS/SP Matéria: CIDE - FALTA DE RECOLHIMENTO

Relator(a): IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

18 - Recurso: 135552 Tipo: RV Processo: 11128.004472/00-68 Recorrente: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S/A Recorrida: DRJ-SAO PAULO/SP Matéria: IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO

19 - Recurso: 135555 Tipo: RV Processo: 11128.003989/2001-82 Recorrente: TELCON FIOS E CABOS PARA TEL. LTDA Recorrida: DRJ-SAO PAULO/SP Matéria: IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO

20 - Recurso: 135759 Tipo: RV Processo: 10660.001779/2005-83 Recorrente: SOLUÇÕES OPERACIONAIS IND. COM. PROD. TELEC. Recorrida: DRJ-SAO PAULO/SP Matéria: II/IPI - FALTA DE RECOLHIMENTO

- Vista para o(a) Conselheiro(a) SUSY GOMES HOFFMANN

- Vista para o(a) Conselheiro(a) OTACÍLIO DANTAS CARTAXO

- Vista para o(a) Conselheiro(a) LUIZ ROBERTO DOMINGO

- Vista para o(a) Conselheiro(a) RODRIGO CARDOZO MIRANDA

Relator(a): RODRIGO CARDOZO MIRANDA

21 - Recurso: 140004 Tipo: RV Processo: 13603.002556/2007-78 Recorrente: IMAR INDUSTRIA DE ARGAMASSA LTDA Recorrida: DRJ-JUIZ DE FORA/MG Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL

22 - Recurso: 140019 Tipo: RV Processo: 13603.000549/2005-70 Recorrente: IMAR INDUSTRIA DE ARGAMASSA LTDA. Recorrida: DRJ-JUIZ DE FORA/MG Matéria: II/IPI - FALTA DE RECOLHIMENTO

Relator(a): VALDETE APARECIDA MARINHEIRO

23 - Recurso: 136115 Tipo: RV Processo: 11610.003128/00-82 Recorrente: SERRANA PARTICIPAÇÕES LTDA. Recorrida: DRJ-FORTALEZA/CE Matéria: RESTITUIÇÕES DIVERSAS

24 - Recurso: 136127 Tipo: RV Processo: 10945.011173/2004-89 Recorrente: ROSELI AMAZILIA DE MELO LARGO Recorrida: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC Matéria: MULTA DIVERSA

Relator(a): JOÃO LUIZ FREGONAZZI

25 - Recurso: 135592 Tipo: RV Processo: 16327.001941/2001-15 Recorrente: POLYGRAM DO BRASIL LTDA. Recorrida: DRJ-SAO PAULO/SP Matéria: II/IPI - FALTA DE RECOLHIMENTO

Relator(a): SUSY GOMES HOFFMANN

26 - Recurso: 137449 Tipo: RV Processo: 12466.004161/2004-16 Recorrente: GARNER COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA. Recorrida: DRF-FLORIANOPOLIS/SC Matéria: DIREITO ANTIDUMPING

27 - Recurso: 137876 Tipo: RV Processo: 10314.003834/2004-29 Recorrente: TYCO ELECTRONICS BRASIL S.A. Recorrida: DRJ-SAO PAULO/SP Matéria: REGIME AUTOMOTIVO

Dia 11 de setembro de 2008, às 09:00 horas
Relator(a): LUIZ ROBERTO DOMINGO

28 - Recurso: 136826 Tipo: RV Processo: 11128.000848/2001-16 Recorrente: CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA BANDEIRANTES LTDA. Recorrida: DRJ-SAO PAULO/SP Matéria: MULTA DIVERSA

29 - Recurso: 141604 Tipo: RV Processo: 19615.000844/2006-54 Recorrente: ANA ELIZABETH ARAÚJO TABOSA - ME Recorrida: DRJ-FORTALEZA/CE Matéria: MULTA DIVERSA

Relator(a): IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

30 - Recurso: 135242 Tipo: RV Processo: 10907.000455/2002-45 Recorrente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA. Recorrida: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC Matéria: IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO

31 - Recurso: 137782 Tipo: RV Processo: 15165.000723/2003-54 Recorrente: JUSTINO, FILHOS E CIA. LTDA. Recorrida: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC Matéria: II/IPI - FALTA DE RECOLHIMENTO

Relator(a): RODRIGO CARDOZO MIRANDA

32 - Recurso: 137443 Tipo: RV Processo: 10831.013183/2004-36 Recorrente: LUFTHANSA CARGO AG. Recorrida: DRJ-SAO PAULO/SP Matéria: MANIFESTO

33 - Recurso: 141099 Tipo: RV Processo: 10830.004225/2006-10 Recorrente: BLAZE VEÍCULOS LTDA. Recorrida: DRJ-CAMPINAS/SP Matéria: MULTA DIVERSA

Relator(a): VALDETE APARECIDA MARINHEIRO

34 - Recurso: 136119 Tipo: RV Processo: 11128.003154/2004-75 Recorrente: ZIMBARDI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Recorrida: DRJ-SAO PAULO/SP Matéria: IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO

35 - Recurso: 136373 Tipo: RV Processo: 10283.003958/2004-19 Recorrente: BRAZSHIPPING MARÍTIMA LTDA. E OUTROS Recorrida: DRJ-FORTALEZA/CE Matéria: IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO

Dia 11 de setembro de 2008, às 14:00 horas
Relator(a): OTACÍLIO DANTAS CARTAXO

36 - Recurso: 135691 Tipo: RV Processo: 13161.001291/2003-11 Recorrente: JAYME PLANAS NAVARRO Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relator(a): LUIZ ROBERTO DOMINGO

37 - Recurso: 136962 Tipo: RV Processo: 10825.002841/2002-81 Recorrente: AGROPECUÁRIA SÃO FRANCISCO DO TIETÊ LTDA Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

38 - Recurso: 136966 Tipo: RV Processo: 10218.000673/2003-29 Recorrente: MÁRCIO JOSÉ LOUREIRO BORGES Recorrida: DRJ-RECIFE/PE Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

39 - Recurso: 136967 Tipo: RV Processo: 10218.000702/2003-52 Recorrente: LUIZ ANTÔNIO CUNHA CASTRO Recorrida: DRJ-RECIFE/PE Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

40 - Recurso: 141285 Tipo: RV Processo: 10768.720164/2006-32 Recorrente: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

41 - Recurso: 141286 Tipo: RV Processo: 10768.720165/2006-87 Recorrente: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

42 - Recurso: 141287 Tipo: RV Processo: 10768.720163/2006-98 Recorrente: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relator(a): IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

43 - Recurso: 132137 Tipo: RV Processo: 10215.000108/2001-20 Recorrente: FRANCINEUDO FRANCISCO DE SOUZA Recorrida: DRJ-RECIFE/PE Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

- Vista para o(a) Conselheiro(a) LUIZ ROBERTO DOMINGO

44 - Recurso: 135526 Tipo: RV Processo: 11075.002337/2003-55 Recorrente: RENATO JOSÉ MARTINI Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

- Vista para o(a) Conselheiro(a) RODRIGO CARDOZO MIRANDA

Relator(a): RODRIGO CARDOZO MIRANDA

45 - Recurso: 136912 Tipo: RV Processo: 10950.002686/2004-20 Recorrente: MARILENE TEIXEIRA MARCONDES Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

46 - Recurso: 136913 Tipo: RV Processo: 10950.002684/2004-31 Recorrente: MARILENE TEIXEIRA MARCONDES Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

47 - Recurso: 136914 Tipo: RV Processo: 10950.002685/2004-85 Recorrente: MARILENE TEIXEIRA MARCONDES Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Dia 12 de setembro de 2008, às 09:00 horas
Relator(a): VALDETE APARECIDA MARINHEIRO

48 - Recurso: 136438 Tipo: RV Processo: 10183.004057/2005-53 Recorrente: LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S/A Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

49 - Recurso: 136461 Tipo: RV Processo: 10183.002973/2005-59 Recorrente: COMPANHIA AGROPECUÁRIA AGROSAN Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

- Vista para o(a) Conselheiro(a) SUSY GOMES HOFFMANN

Relator(a): JOÃO LUIZ FREGONAZZI

50 - Recurso: 123799 Tipo: RV Processo: 13849.000145/96-60 Recorrente: JEFFERSON PLATZECK ESTRELLA Recorrida: DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

51 - Recurso: 132238 Tipo: RV Processo: 13116.001653/2003-10 Recorrente: ALDA MARIA MINOTTO Recorrida: DRJ-BRASILIA/DF Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

52 - Recurso: 133609 Tipo: RV Processo: 13971.002149/2004-20 Recorrente: INDUMA INDÚSTRIA DE MADEIRAS S A Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

53 - Recurso: 137029 Tipo: RV Processo: 13984.000647/2004-99 Recorrente: ISOLDE MARGARIDA MANFE Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

54 - Recurso: 137030 Tipo: RV Processo: 11030.001824/2004-06 Recorrente: ESPÓLIO DE LUCY DUTRA MARTINS Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

55 - Recurso: 137031 Tipo: RV Processo: 11030.000667/2004-11 Recorrente: ESPÓLIO DE LUCY DUTRA MARTINS Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

56 - Recurso: 137032 Tipo: RV Processo: 10510.002855/2003-20 Recorrente: CARLOS ALCINO BARROS MENDONÇA Recorrida: DRJ-RECIFE/PE Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relator(a): SUSY GOMES HOFFMANN

57 - Recurso: 132143 Tipo: RV Processo: 10283.003822/2004-17 Recorrente: ISAAC BENAYON SABBÁ Recorrida: DRJ-RECIFE/PE Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

58 - Recurso: 136995 Tipo: RV Processo: 10183.005185/2005-14 Recorrente: COLNIZA COLONIZAÇÃO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

59 - Recurso: 136996 Tipo: RV Processo: 10183.005183/2005-25 Recorrente: COLNIZA COLONIZAÇÃO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

60 - Recurso: 136997 Tipo: RV Processo: 10675.003481/2005-49 Recorrente: INÁCIO CARLOS URBAN Recorrida: DRJ-BRASILIA/DF Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

- Vista para o(a) Conselheiro(a) JOSÉ LUIZ NOVO ROSSARI

61 - Recurso: 137408 Tipo: RV Processo: 10240.000520/2004-85 Recorrente: ALDO ALBERTO CASTANHEIRA SILVA Recorrida: DRF-RECIFE/PE Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

62 - Recurso: 137409 Tipo: RV Processo: 10240.000511/2004-94 Recorrente: ALDO ALBERTO CASTANHEIRA SILVA Recorrida: DRF-RECIFE/PE Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Dia 12 de setembro de 2008, às 14:00 horas
Relator(a): OTACÍLIO DANTAS CARTAXO

63 - Recurso: 135606 Tipo: RV Processo: 11962.000095/2003-61 Recorrente: MARMORARIA CAMPO GRANDE LTDA -ME Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ Matéria: SIMPLES - INCLUSÃO

- Vista para o(a) Conselheiro(a) IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

Relator(a): JOSÉ LUIZ NOVO ROSSARI

64 - Recurso: 131852 Tipo: RV Processo: 13891.000117/00-11 Recorrente: MARIA DO CARMO F. MARCELINO & CIA. LTDA. Recorrida: DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO

65 - Recurso: 132118 Tipo: RV Processo: 10855.001183/00-66 Recorrente: CONSTRUTORA SOROCABA LTDA. Recorrida: DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO

Relator(a): LUIZ ROBERTO DOMINGO

66 - Recurso: 136975 Tipo: RV Processo: 13839.001200/2003-20 Recorrente: ARISTIDES LEME DA SILVA - ME Recorrida: DRJ-CAMPINAS/SP Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

67 - Recurso: 136976 Tipo: RV Processo: 10950.000140/2004-34 Recorrente: IRÁPIDA TELECOM LTDA Recorrida: DRJ-CURITIBA/PR Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

68 - Recurso: 137040 Tipo: RV Processo: 13851.001016/2003-11 Recorrente: ARASERV S/C LTDA Recorrida: DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP Matéria: SIMPLES - INCLUSÃO

69 - Recurso: 137057 Tipo: RV Processo: 13020.000223/2002-51 Recorrente: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VERANÓPOLIS - ASSEVE Recorrida: DRJ-PORTO ALEGRE/RS Matéria: SIMPLES - INCLUSÃO

70 - Recurso: 137058 Tipo: RV Processo: 13874.000084/2002-14 Recorrente: PULSO CINEMA E VÍDEO LTDA - ME Recorrida: DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

71 - Recurso: 137060 Tipo: RV Processo: 13708.001011/2003-42 Recorrente: ENXOVAIS ARTE FINA LTDA Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ Matéria: SIMPLES - INCLUSÃO

Relator(a): IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

72 - Recurso: 126039 Tipo: RV Processo: 10510.002153/98-27 Recorrente: JALUZI COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA Recorrida: DRJ-SALVADOR/BA Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO

- Vista para o(a) Conselheiro(a) LUIZ ROBERTO DOMINGO

73 - Recurso: 130743 Tipo: RV Processo: 13802.001391/95-67 Recorrente: STELA MAR IND. COM. IMP. DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA. Recorrida: DRJ-SALVADOR/BA Matéria: FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO

- Vista para o(a) Conselheiro(a) LUIZ ROBERTO DOMINGO

Relator(a): RODRIGO CARDOZO MIRANDA

74 - Recurso: 136917 Tipo: RV Processo: 10950.003577/2004-20 Recorrente: INSTALMONT INSTALÇÕES E MONTAGENS LTDA Recorrida: DRJ-CURITIBA/PR Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

75 - Recurso: 136926 Tipo: RV Processo: 10945.010580/2004-79 Recorrente: IMMUNE - CLÍNICA DE IMUNIZAÇÃO E VACINAS LTDA Recorrida: DRJ-CURITIBA/PR Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

76 - Recurso: 136928 Tipo: RV Processo: 11543.005068/2003-15 Recorrente: METRAMIM PESQUISAS METALÚRGICAS E TRATAMENTO DE MINÉRIOS LTDA Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

Relator(a): VALDETE APARECIDA MARINHEIRO

77 - Recurso: 136748 Tipo: RV Processo: 10120.006999/2005-19 Recorrente: RM SOLUÇÕES E SISTEMAS LTDA Recorrida: DRJ-BRASILIA/DF Matéria: SIMPLES - INCLUSÃO

78 - Recurso: 136794 Tipo: RV Processo: 13893.000738/2003-62 Recorrente: MÁRIO MINORU OGIMI FEIRANTE -ME Recorrida: DRJ-CAMPINAS/SP Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

79 - Recurso: 136816 Tipo: RV Processo: 13708.000185/2005-50 Recorrente: AAMS INSTITUTO DE IDIOMAS E INFORMÁTICA LTDA. Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ Matéria: SIMPLES - INCLUSÃO

80 - Recurso: 136954 Tipo: RV Processo: 10945.000014/2004-59 Recorrente: AGUAFOZ COMÉRCIO DE HIDRÁULICOS LTDA - ME Recorrida: DRJ-CURITIBA/PR Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

81 - Recurso: 136956 Tipo: RV Processo: 13710.000131/2005-45 Recorrente: IICL - INSTITUTO DE IDIOMAS COTA LTDA Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ Matéria: SIMPLES - INCLUSÃO

Relator(a): SUSY GOMES HOFFMANN

82 - Recurso: 137092 Tipo: RV Processo: 13855.001261/2006-31 Recorrente: SILMARA DONIZETTI FRANCHI PACAGNAN Recorrida: DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

83 - Recurso: 137798 Tipo: RV Processo: 13603.001512/00-47 Recorrente: BEMA TINTAS LTDA Recorrida: DRJ-BELO HORIZONTE/MG Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO

- Vista para o(a) Conselheiro(a) LUIZ ROBERTO DOMINGO

- Vista para o(a) Conselheiro(a) IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

- Vista para o(a) Conselheiro(a) JOSÉ LUIZ NOVO ROSSARI

OTACÍLIO DANTAS CARTAXO
Presidente da Câmara

SILVANA CRISTINA DOS SANTOS FERNANDES
Chefe da Secretaria

3ª CÂMARA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, bloco J, Sobreloja, Edifício Alvorada, em Brasília-DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

Dia 10 de setembro de 2008, às 10:00 horas

Relator(a): TARÁSIO CAMPELO BORGES

1 - Recurso: 125830 Tipo: RV Processo: 11128.004438/97-52 Recorrente: KENKO DO BRASIL IND. E COM. LTDA Recorrida: DRJ-SAO PAULO/SP Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL

2 - Recurso: 129587 Tipo: RV Processo: 13851.001863/2002-03 Recorrente: BALDAN IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS S/A. Recorrida: DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP Matéria: IPI/CLASSIFICAÇÃO FISCAL

3 - Recurso: 133478 Tipo: RV Processo: 11065.004409/2004-07 Recorrente: SPRINGER CARRIER LTDA. Recorrida: DRJ-PORTO ALEGRE/RS Matéria: IPI/CLASSIFICAÇÃO FISCAL

Relator(a): NILTON LUIZ BARTOLI

4 - Recurso: 137724 Tipo: RV Processo: 11065.004022/2002-81 Recorrente: EDLO S/A PRODUTOS MÉDICOS Recorrida: DRJ-SANTA MARIA/RS Matéria: IPI/CLASSIFICAÇÃO FISCAL

- Vista para o(a) Conselheiro(a) CELSO LOPES PEREIRA NETO

5 - Recurso: 137823 Tipo: RV Processo: 10314.002361/2002-81 Recorrente: NISSHO IWAI DO BRASIL S/A Recorrida: DRJ-SAO PAULO/SP Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL

- Vista para o(a) Conselheiro(a) NANCI GAMA

- Vista para o(a) Conselheiro(a) ANELISE DAUDT PRIETO

6 - Recurso: 138979 Tipo: RV Processo: 10831.009395/00-97 Recorrente: DAN AGRO COMERCIAL LTDA Recorrida: DRJ-SAO PAULO/SP Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL

Relator(a): CELSO LOPES PEREIRA NETO

7 - Recurso: 138985 Tipo: RV Processo: 10314.004484/2001-75 Recorrente: WACKER MÁQUINAS LTDA Recorrida: DRJ-SAO PAULO/SP Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL

Relator(a): NANCI GAMA

8 - Recurso: 131750 Tipo: RV Processo: 11042.000254/2004-90 Recorrente: MBN PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. Recorrida: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL

Relator(a): SÍLVIO MARCOS BARCELOS FIUZA

9 - Recurso: 131746 Tipo: RV Processo: 11042.000262/2004-36 Recorrente: MBN PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. Recorrida: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL

Dia 10 de setembro de 2008, às 14:00 horas

Relator(a): TARÁSIO CAMPELO BORGES

10 - Recurso: 133339 Tipo: RO/RV Processo: 10074.000485/2002-00 Embargante: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIIONAL Embargada: TERCEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES Interessado: DRJ-FLORIANOPOLIS-SC / INDUSTRIAS VEROLME - ISHIBRÁS A/A - IVI Matéria: DRAWBACK - SUSPENSÃO

11 - Recurso: 137819 Tipo: RV Processo: 11075.002507/2003-00 Recorrente: ALESSANDRO TREVISAN SCHIMITZ Recorrida: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC Matéria: TRÂNSITO ADUANEIRO

12 - Recurso: 137861 Tipo: RV Processo: 10726.000582/2003-53 Recorrente: BASDRIL SOCIEDADE DE PERFURAÇÕES LTDA. Recorrida: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC Matéria: ADMISSÃO TEMPORÁRIA

Relator(a): NILTON LUIZ BARTOLI

13 - Recurso: 137514 Tipo: RO Processo: 10314.008148/2004-44 Recorrente: DRJ-SAO PAULO/SP Interessado: IMPSAT COMUNICAÇÕES LTDA. Matéria: II/IPI - FALTA DE RECOLHIMENTO

- Vista para o(a) Conselheiro(a) LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO

14 - Recurso: 139396 Tipo: RV Processo: 18471.001642/2004-87 Recorrente: IBM BRASIL- INDÚSTRIA MAQUINAS E SERVIÇOS LIMITADA Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ Matéria: CIDE - FALTA DE RECOLHIMENTO

- Vista para o(a) Conselheiro(a) NANCI GAMA

- Vista para o(a) Conselheiro(a) ANELISE DAUDT PRIETO

Relator(a): LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO

15 - Recurso: 130322 Tipo: RO/RV Processo: 10831.007012/2001-25 Recorrente: FUND. CPQD - CENTRO DE PESQ. E DESENV. EM TELECOMUNICAÇÕES Recorrida: DRJ-SAO PAULO/SP Matéria: ISENÇÃO

16 - Recurso: 137519 Tipo: RV Processo: 10909.001261/2003-28 Recorrente: TUBOZAN INDÚSTRIA PLÁSTICA LTDA. Recorrida: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC Matéria: MULTA DIVERSA

17 - Recurso: 137527 Tipo: RV Processo: 11050.000629/2005-01 Recorrente: FERTIMPORT S. A. Recorrida: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC Matéria: MANIFESTO

18 - Recurso: 137528 Tipo: RV Processo: 11050.000751/2005-70 Recorrente: FERTIMPORT S. A. Recorrida: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC Matéria: MANIFESTO

19 - Recurso: 137588 Tipo: RV Processo: 10882.001596/2003-91 Recorrente: SND - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Recorrida: DRJ-CAMPINAS/SP Matéria: CIDE - FALTA DE RECOLHIMENTO

Relator(a): HEROLDES BAHR NETO

20 - Recurso: 139347 Tipo: RV Processo: 11128.000769/2004-40 Recorrente: VOLKSWAGEN DO BRASIL LTDA. Recorrida: DRJ-SAO PAULO/SP Matéria: DRAWBACK - SUSPENSÃO

Relator(a): CELSO LOPES PEREIRA NETO

21 - Recurso: 123244 Tipo: RO Processo: 10711.003874/94-19 Recorrente: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS Matéria: II/ALÍQUOTA

Relator(a): NANCI GAMA

22 - Recurso: 128507 Tipo: RV Processo: 10835.002053/92-14 Recorrente: AÇUCAREIRA QUATÁ S/A Recorrida: DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP Matéria: CONTRIBUIÇÃO E ADICIONAL SOBRE AÇÚCAR E ÁLCOOL

23 - Recurso: 137621 Tipo: RV Processo: 10283.006428/2002-61 Recorrente: WEMOTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Recorrida: DRJ-FORTALEZA/CE Matéria: II/IPI - FALTA DE RECOLHIMENTO

24 - Recurso: 138920 Tipo: RV Processo: 10855.003512/2006-24 Recorrente: CAMPARI DO BRASIL LTDA. Recorrida: DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP Matéria: II/IPI - FALTA DE RECOLHIMENTO

- Vista para o(a) Conselheiro(a) NILTON LUIZ BARTOLI

Dia 11 de setembro de 2008, às 09:00 horas

Relator(a): TARÁSIO CAMPELO BORGES

25 - Recurso: 137719 Tipo: RV Processo: 13896.002754/2003-60 Recorrente: ALEXANDRE GASPARELLO DE ARAÚJO - ME Recorrida: DRJ-CAMPINAS/SP Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

26 - Recurso: 137720 Tipo: RV Processo: 13899.002123/2003-11 Recorrente: CB PRODUÇÃO DE VÍDEO LTDA - ME Recorrida: DRJ-CAMPINAS/SP Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

Relator(a): NILTON LUIZ BARTOLI

27 - Recurso: 135607 Tipo: RV Processo: 13770.000274/2003-81 Recorrente: CENTRO EDUCACIONAL BRUNOW LTDA. Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

28 - Recurso: 137707 Tipo: RV Processo: 10820.001095/2003-30 Recorrente: ANTÔNIO ROBERTO PICCININ BIRIGUI - ME Recorrida: DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP Matéria: SIMPLES - INCLUSÃO

29 - Recurso: 138675 Tipo: RV Processo: 11065.003371/2004-47 Recorrente: GMT TRANSPORTES LTDA Recorrida: DRJ-PORTO ALEGRE/RS Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

30 - Recurso: 138677 Tipo: RV Processo: 11070.001612/2006-14 Recorrente: CEZAR DE ALMEIDA - ME Recorrida: DRJ-SANTA MARIA/RS Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

31 - Recurso: 138678 Tipo: RV Processo: 13706.003718/2003-11 Recorrente: FUZO PRODUÇÕES VIDEOGRÁFICAS S/C LTDA ME. Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

32 - Recurso: 138680 Tipo: RV Processo: 10070.002845/2003-11 Recorrente: SOL ENTERTAINMENT LTDA Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

33 - Recurso: 138681 Tipo: RV Processo: 10882.000285/2004-96 Recorrente: LANCHONETE SÃO PAULO I OSASCO LTDA EPP Recorrida: DRJ-CAMPINAS/SP Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

34 - Recurso: 138683 Tipo: RV Processo: 10730.005236/2003-01 Recorrente: CIÊNCIA LIVRE RECURSOS EDUCACIONAIS LTDA ME Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ Matéria: SIMPLES - INCLUSÃO

35 - Recurso: 139001 Tipo: RV Processo: 13875.000098/2003-17 Recorrente: SANTA RITA FLORESTAL LTDA. Recorrida: DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

Relator(a): LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO

36 - Recurso: 137694 Tipo: RV Processo: 13005.000233/2004-46 Recorrente: I & K GROUP LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA Recorrida: DRJ-SANTA MARIA/RS Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

Relator(a): MARCIEL EDER COSTA

37 - Recurso: 137660 Tipo: RV Processo: 13811.001655/2003-53 Recorrente: A A COSTA S/C LTDA Recorrida: DRJ-SAO PAULO/SP Matéria: SIMPLES - INCLUSÃO

Relator(a): NANCI GAMA

38 - Recurso: 135901 Tipo: RV Processo: 10935.001903/2003-71 Recorrente: MAIRA PRADO & CIA. LTDA. -EPP Recorrida: DRJ-CURITIBA/PR Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

39 - Recurso: 135916 Tipo: RV Processo: 11543.003205/2003-87 Recorrente: WIX TERRAPLANAGEM LTDA ME Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

40 - Recurso: 135933 Tipo: RV Processo: 13819,003634/2003-01 Recorrente: MICROCAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Recorrida: DRJ-CAMPINAS/SP Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

Dia 11 de setembro de 2008, às 14:00 horas

Relator(a): NILTON LUIZ BARTOLI

41 - Recurso: 138612 Tipo: RO/RV Processo: 10670.000101/2007-26 Recorrente: LIGAS DE ALUMÍNIO S/A LIASA Recorrida: DRJ-BRASILIA/DF Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

42 - Recurso: 138616 Tipo: RV Processo: 10640.000373/2006-01 Recorrente: JOSÉ BONIFÁCIO TAMM DE ANDRADA Recorrida: DRJ-BRASILIA/DF Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

43 - Recurso: 138673 Tipo: RV Processo: 10120.006461/2006-87 Recorrente: MARIA DO ROSÁRIO CASTRO Recorrida: DRJ-BRASILIA/DF Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

44 - Recurso: 138684 Tipo: RV Processo: 10232.000004/2004-50 Recorrente: JOSÉ ODALSI LINK Recorrida: DRJ-RECIFE/PE Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

45 - Recurso: 138686 Tipo: RV Processo: 13971.002584/2005-35 Recorrente: IINDUMA INDÚSTRIA DE MADEIRAS S.A. Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

46 - Recurso: 138687 Tipo: RV Processo: 10675.004313/2004-90 Recorrente: OPHIR PELAQUIM JUNIOR Recorrida: DRJ-BRASILIA/DF Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relator(a): LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO

47 - Recurso: 138004 Tipo: RV Processo: 10183.004821/2005-91 Recorrente: AGROPECUÁRIA GRENDENE LTDA Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

48 - Recurso: 139635 Tipo: RV Processo: 10670.001407/2004-57 Recorrente: CLAUDIO GIANOTTI Recorrida: DRJ-BRASILIA/DF Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relator(a): TARÁSIO CAMPELO BORGES

49 - Recurso: 137890 Tipo: RV Processo: 10183.003499/2005-82 Recorrente: DALVA PINTO DA SILVA Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relator(a): HEROLDES BAHR NETO

50 - Recurso: 138994 Tipo: RO/RV Processo: 10980.009366/2004-43 Recorrente: LEONES RODRIGUES DA SILVEIRA Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

51 - Recurso: 138995 Tipo: RV Processo: 10980.010797/2004-52 Recorrente: INDÚSTRIA ANDRADE LATORRE S/A Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

52 - Recurso: 138998 Tipo: RV Processo: 10980.014222/2005-90 Recorrente: BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

53 - Recurso: 138999 Tipo: RV Processo: 10980.014223/2005-34 Recorrente: BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relator(a): NANCI GAMA

54 - Recurso: 132414 Tipo: RV Processo: 10675.003565/2003-11 Recorrente: JOSÉ GUSTAVO ROSA Recorrida: DRJ-BRASILIA/DF Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relator(a): VANESSA ALBUQUERQUE VALENTE

55 - Recurso: 138044 Tipo: RV Processo: 13116.000955/2004-43 Recorrente: ALDA PARTITIPAÇÕES E AGROPECUÁRIA S/A. Recorrida: DRJ-BRASILIA/DF Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

56 - Recurso: 138135 Tipo: RV Processo: 10660.002446/2004-91 Recorrente: PAULO ROBERTO DE ALMEIDA Recorrida: DRJ-BRASILIA/DF Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

57 - Recurso: 138137 Tipo: RV Processo: 10670.000154/2001-51 Recorrente: ASTÉRIO ITABAYANA - ESPÓLIO Recorrida: DRJ-BRASILIA/DF Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

58 - Recurso: 140966 Tipo: RV Processo: 10650.720008/2007-70 Recorrente: COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG Recorrida: DRJ-BRASILIA/DF Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relator(a): CELSO LOPES PEREIRA NETO

59 - Recurso: 137569 Tipo: RV Processo: 10183.006528/2005-68 Recorrente: JULIAN GARCIA GRIMAS - ESPÓLIO Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

60 - Recurso: 138124 Tipo: RV Processo: 10980.009249/2004-80 Recorrente: ARNOLDO KLAS NETO E OUTROS Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

61 - Recurso: 138141 Tipo: RV Processo: 10909.003186/2004-11 Recorrente: SUPERMERCADOS XANDE LTDA. Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

62 - Recurso: 138143 Tipo: RV Processo: 10909.002690/2004-01 Recorrente: JEANIR JORGE FLEITH Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

63 - Recurso: 138144 Tipo: RV Processo: 10909.002691/2004-48 Recorrente: CLÁUDIA AMÉLIA FLEITH Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

64 - Recurso: 139081 Tipo: RV Processo: 10735.004260/2001-11 Recorrente: INDUSTRIAL AGRÍCOLA FAZENDA BARRA GRANDE S/A Recorrida: DRJ-RECIFE/PE Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relator(a): TARÁSIO CAMPELO BORGES

65 - Recurso: 131065 Tipo: RV Processo: 13116.001383/2002-58 Embargante: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL Embargada: TERCEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES Interessado: ORLANDO VICENTE ANTÔNIO TAURISANO Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relator(a): ZENALDO LOIBMAN

66 - Recurso: 134817 Tipo: RV Processo: 13851.001553/2003-61 Recorrente: ALESSANDRO BORDINI Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Dia 12 de setembro de 2008, às 09:00 horas

Relator(a): TARÁSIO CAMPELO BORGES

67 - Recurso: 126644 Tipo: RV Processo: 15374.001503/2001-11 Recorrente: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ Matéria: FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO

- Vista para o(a) Conselheiro(a) CELSO LOPES PEREIRA NETO

- Vista para o(a) Conselheiro(a) HEROLDES BAHR NETO

Relator(a): NILTON LUIZ BARTOLI

68 - Recurso: 125881 Tipo: RV Processo: 10930.000736/00-69 Recorrente: WAJDI IBRAHIM CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA Recorrida: DRJ-CURITIBA/PR Matéria: FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO

- Vista para o(a) Conselheiro(a) HEROLDES BAHR NETO

69 - Recurso: 138626 Tipo: RV Processo: 10768.009946/00-23 Recorrente: BANCO PEBB S.A Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ Matéria: FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO

70 - Recurso: 138628 Tipo: RV Processo: 13832.000003/00-67 Recorrente: MICHELIN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA Recorrida: DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO

Relator(a): LUIS MARCELO GUERRA DE CASTRO

71 - Recurso: 137267 Tipo: RV Processo: 10855.000565/2005-11 Recorrente: INFERTEQ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ETIQUETAS LTDA. Recorrida: DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP Matéria: COMPENSAÇÕES - DIVERSAS

72 - Recurso: 138111 Tipo: RV Processo: 13896.000950/2005-61 Recorrente: GALORO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. Recorrida: DRJ-CAMPINAS/SP Matéria: DCTF

73 - Recurso: 138112 Tipo: RV Processo: 10830.006870/2003-24 Recorrente: BRASILF REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. Recorrida: DRJ-CAMPINAS/SP Matéria: DCTF

74 - Recurso: 138113 Tipo: RV Processo: 13364.000140/2005-13 Recorrente: ITAPISSUMA S/A Recorrida: DRJ-FORTALEZA/CE Matéria: DCTF

75 - Recurso: 138114 Tipo: RV Processo: 13364.000139/2005-99 Recorrente: ITAIPISSUMA S/A Recorrida: DRJ-FORTALEZA/CE Matéria: DCTF

76 - Recurso: 138115 Tipo: RV Processo: 13401.000511/2005-73 Recorrente: PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Recorrida: DRJ-RECIFE/PE Matéria: DCTF

Relator(a): HEROLDES BAHR NETO

77 - Recurso: 137635 Tipo: RV Processo: 13637.000071/2005-91 Recorrente: LUIZ ANTONIO DE ASSIS Recorrida: DRJ-JUIZ DE FORA/MG Matéria: DCTF

78 - Recurso: 138634 Tipo: RV Processo: 13038.000052/2005-13 Recorrente: INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LÍDER LTDA Recorrida: DRJ-PORTO ALEGRE/RS Matéria: DCTF

79 - Recurso: 138635 Tipo: RV Processo: 10380.007112/2005-31 Recorrente: CONFIANÇA MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA Recorrida: DRJ-FORTALEZA/CE Matéria: DCTF

80 - Recurso: 138636 Tipo: RV Processo: 11159.000280/2004-19 Recorrente: CARLOS F. A. BAHIA Recorrida: DRJ-BELEM/PA Matéria: DCTF

81 - Recurso: 138649 Tipo: RV Processo: 19647.007787/2005-86 Recorrente: VIA MIX DISTRIBUIDORA LTDA Recorrida: DRJ-RECIFE/PE Matéria: DCTF

82 - Recurso: 138650 Tipo: RV Processo: 11020.000688/2004-48 Recorrente: RR MATTANA REPRESENTAÇÕES LTDA Recorrida: DRJ-PORTO ALEGRE/RS Matéria: DCTF

83 - Recurso: 138651 Tipo: RV Processo: 13964.000045/2005-51 Recorrente: FAZENDA REVOREDO LTDA Recorrida: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC Matéria: DCTF

Relator(a): VANESSA ALBUQUERQUE VALENTE

84 - Recurso: 137571 Tipo: RV Processo: 10580.022593/99-67 Recorrente: MFX DO BRASIL EQUIPAMENTOS DE PETRÓLEO LTDA. Recorrida: DRJ-SALVADOR/BA Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO

85 - Recurso: 138666 Tipo: RV Processo: 10140.003318/2004-33 Recorrente: METAP COMÉRCIO DE SUCATAS LTDA. Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: DCTF

86 - Recurso: 138667 Tipo: RV Processo: 10140.003177/2004-59 Recorrente: METAP COMÉRCIO DE SUCATAS LTDA. Recorrida: DRJ-CAMPO GRANDE/MS Matéria: DCTF

Relator(a): CELSO LOPES PEREIRA NETO

87 - Recurso: 140676 Tipo: RV Processo: 10830.003258/2005-61 Recorrente: ALPINI VEÍCULOS LTDA. Recorrida: DRJ-CAMPINAS/SP Matéria: COMPENSAÇÕES - DIVERSAS

Relator(a): TARÁSIO CAMPELO BORGES

88 - Recurso: 133956 Tipo: RV Processo: 10580.011230/2004-14 Recorrente: TEÓFILO ALONSO PELETEIRO Recorrida: DRJ-SALVADOR/BA Matéria: DCTF

Relator(a): NANCI GAMA

89 - Recurso: 137595 Tipo: RV Processo: 10920.003118/2005-84 Recorrente: BIG MAIA COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA - ME Recorrida: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC Matéria: DCTF

Relator(a): VANESSA ALBUQUERQUE VALENTE

90 - Recurso: 138992 Tipo: RV Processo: 13973.000341/2005-42 Recorrente: AGG ELETRO-ELETRÔNICA LTDA Recorrida: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC Matéria: DCTF

Relator(a): ZENALDO LOIBMAN

91 - Recurso: 137622 Tipo: RV Processo: 10950.002319/2005-15 Embargante: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL Embargada: TERCEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES Interessado: BERTUCI & GARCIA LTDA. Matéria: DCTF

ANELISE DAUDT PRIETO
Presidente da Câmara

LUIZ HUMBERTO CRUZ FERNANDES
Chefe da Secretaria

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
3ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco "J", Sala 802, Edifício Alvorada, Brasília/DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 8 DE SETEMBRO DE 2008, ÀS 8:30: HORAS

Relator: ANTÔNIO JOSÉ PRAGA DE SOUZA

01 - Recurso: RP/301-119725 - Processo: 11128.006017/97-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): BASF S/A - Matéria: CLASSIFICAÇÃO TARIFÁRIA.

02 - Recurso: RD/301-123097 - Processo: 13874.000241/96-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PAULO VIEIRA PINHEIRO - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

03 - Recurso: RD/301-123410 - Processo: 10735.001839/96-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): BAYER DO BRASIL S.A. - Matéria: OUTROS.

04 - Recurso: RD/301-124285 - Processo: 10168.003653/98-04 - Recorrente: FRIULI AGROPECUÁRIA LTDA - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

05 - Recurso: RD/301-124950 - Processo: 10880.066081/93-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): SÉRGIO PINHO MELLÃO - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

06 - Recurso: RD/301-125660 - Processo: 13839.000085/00-99 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): COMPANHIA LINDOYANA DE ÁGUAS MINERAIS - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

07 - Recurso: RD/301-125672 - Processo: 10880.014948/00-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO IMM LTDA EPP - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

08 - Recurso: RD/301-125859 - Processo: 13804.000212/00-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PRAVE BAR E RESTAURANTE LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

09 - Recurso: RD/301-125878 - Processo: 10880.030504/99-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): HONOLULU MOTEL LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

10 - Recurso: RD/301-126080 - Processo: 10880.026594/99-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PANIFICADORA NOVA SATÉLITE LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

11 - Recurso: RD/301-126358 - Processo: 13888.000756/98-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): INDÚSTRIAS MECÂNICAS ALVARCO LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

12 - Recurso: RD/301-126519 - Processo: 13805.011911/96-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): RODRIMAR S. A. TRANSPORTES - Matéria: FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO.

13 - Recurso: RD/301-127283 - Processo: 13819.000399/2002-26 - Recorrente: PROQUIGEL IND. E COM. DE PROD. QUÍMICOS LTDA. - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO.

14 - Recurso: RD/301-128522 - Processo: 13808.001840/91-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ROBERTO AUGUSTO FERREIRA DE BARROS GALVÃO - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

15 - Recurso: RD/301-128535 - Processo: 13804.001660/96-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): MOACIR PADOVESE - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

16 - Recurso: RP/301-128586 - Processo: 10120.008566/00-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): REICHERT AGROPECUÁRIA LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

17 - Recurso: RD/301-128961 - Processo: 13840.000606/99-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): SUPERMERCADO MARTIN DE ITAPIRA LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

18 - Recurso: RD/301-128991 - Processo: 10120.000958/99-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): CASA FORTE COMERCIAL COUROS LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

19 - Recurso: RD/301-130242 - Processo: 10620.000833/2003-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): CIA. FERROLIGAS MINAS GERAIS - MINASLIGAS - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

20 - Recurso: RD/301-130243 - Processo: 10620.000835/2003-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Re-

corrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): CIA. FERROLIGAS MINAS GERAIS - MINASLIGAS - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

21 - Recurso: RD/301-130244 - Processo: 10620.000834/2003-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): CIA. FERROLIGAS MINAS GERAIS - MINASLIGAS - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

22 - Recurso: RD/301-130593 - Processo: 10215.000277/2001-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): CIA. AGRO INDUSTRIAL TAPAJOS - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

23 - Recurso: RP/301-130680 - Processo: 13975.000158/00-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): POSSAMAI & CIA. LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

24 - Recurso: RD/301-130681 - Processo: 13975.000164/00-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): POSSAMAI & CIA. LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

25 - Recurso: RD/301-130861 - Processo: 11516.000689/2001-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PEDRO LUCINDO SCHMITZ - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

26 - Recurso: RD/301-131864 - Processo: 13891.000092/00-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): EDINO SANTORO & IRMÃOS LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

27 - Recurso: RP/301-131881 - Processo: 10880.044566/92-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): GAZETA MERCANTIL S/A. - Matéria: FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO.

28 - Recurso: RD/301-132159 - Processo: 10821.000593/2003-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): AVIBRÁS INDÚSTRIA AEROESPACIAL S. A. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

29 - Recurso: RD/301-132815 - Processo: 10821.000590/2003-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): AVIBRÁS INDÚSTRIA AEROESPACIAL S.A. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

30 - Recurso: RD/301-133172 - Processo: 11040.001372/2002-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): NELLY BARBOSA KARAM - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

31 - Recurso: RD/301-133176 - Processo: 10820.002094/2002-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): LÍDIA ABRANTKOSKI GARCEZ - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

32 - Recurso: RD/301-133177 - Processo: 10820.002090/2002-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): LÍDIA ABRANTKOSKI GARCEZ - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

33 - Recurso: RD/301-135001 - Processo: 13707.001281/2002-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): DIBBA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS DA BARRA LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

34 - Recurso: RP/302-123013 - Processo: 10467.005549/91-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): NELSON ALBINO PIMENTEL - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

35 - Recurso: RP/302-123640 - Processo: 10665.001017/00-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ANTONIO ALVES FIGUEIRAS CAMPOS - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

36 - Recurso: RP/302-125787 - Processo: 13807.006339/99-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PÃES E DOCES NATÁLIA LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

37 - Recurso: RP/302-125869 - Processo: 13807.006416/99-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PANIFICADORA E CONFEITARIA J.J.J. LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

38 - Recurso: RP/302-126026 - Processo: 13804.000846/00-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PAPÉIS JARAGUÁ LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

39 - Recurso: RD/302-126032 - Processo: 10305.001431/95-10 - Recorrente: UNIMED RIO - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO.

40 - Recurso: RD/302-126185 - Processo: 10680.027388/99-13 - Recorrente: CONSTRUTORA EFERCO LTDA - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO.

41 - Recurso: RP/302-127018 - Processo: 13804.000189/98-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): MULTISCREEN IND. E COM. LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

42 - Recurso: RD/302-127188 - Processo: 10665.001127/00-12 - Recorrente: ZAGAIA AGROPECUÁRIA LTDA. - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

43 - Recurso: RP/302-127313 - Processo: 13837.000003/98-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): MARZITA DISTRIBUIDORA DE FRIOS LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

44 - Recurso: RP/302-128233 - Processo: 13811.001459/98-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): COMERCIAL DIMEL LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

45 - Recurso: RP/302-128778 - Processo: 10680.000230/99-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): EMPRESA NOSSA SENHORA SANTANA LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

46 - Recurso: RP/302-129442 - Processo: 10620.000994/2003-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): V & M FLORESTAL LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

47 - Recurso: RP/302-129447 - Processo: 10620.000995/2003-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): V & M FLORESTAL LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

48 - Recurso: RP/302-129484 - Processo: 10746.000045/2001-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): TERTULINO GUIMARÃES - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

49 - Recurso: RP/302-129485 - Processo: 10640.001622/2001-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

50 - Recurso: RP/302-129563 - Processo: 10670.002059/2002-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PLANTAR S/A - PLANEJAMENTO TÉC. E ADM. DE REFLORESTAMENTOS. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

51 - Recurso: RP/302-129566 - Processo: 10670.002061/2002-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PLANTAR S/A - PLANEJAMENTO TÉC. E ADM. DE REFLORESTAMENTOS. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

52 - Recurso: RP/302-130235 - Processo: 10670.001814/2002-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): J E N - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

53 - Recurso: RP/302-130585 - Processo: 13116.000650/2003-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): CLEMENTINO DE MIRANDA - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

54 - Recurso: RP/302-131320 - Processo: 10108.000261/2001-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): LINOFORTE AGROPECUÁRIA LTDA - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

55 - Recurso: RP/302-131461 - Processo: 13826.000056/00-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): DAKEL CALÇADOS LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

56 - Recurso: RP/302-132855 - Processo: 10830.000251/98-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): GEDAKO S/A. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

57 - Recurso: RP/302-133398 - Processo: 10845.001057/00-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS GUARUJÁ LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

58 - Recurso: RP/302-133481 - Processo: 10880.026587/99-86 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): COMPANHIA BRASILEIRA DE FIAÇÃO - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

59 - Recurso: RP/302-133823 - Processo: 11040.001177/2003-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): NELLY BARBOSA KARAM - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

60 - Recurso: RP/302-134392 - Processo: 11060.002207/99-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): CEREALISTA POTREIRINHO LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

61 - Recurso: RD/303-123165 - Processo: 10480.005435/00-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): UNINEURO - SERVIÇO DE IMAGENS RADIOGRAFICAS DO RECIFE LTDA. - Matéria: II/ALÍQUOTA.

62 - Recurso: RP/303-123722 - Processo: 10140.002413/96-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): HODROSERVICE CENTRO OESTE AGR INDL LTDA - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

63 - Recurso: RP/303-123926 - Processo: 13891.000220/99-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): TERTULINO GUIMARÃES - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

64 - Recurso: RD/303-123996 - Processo: 10845.002533/99-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): COSTA RIBEIRO EXP. E IMPORTAÇÃO LTDA - Matéria: RESTITUIÇÃO.

65 - Recurso: RD/303-124734 - Processo: 12689.001386/00-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): DETEN QUÍMICA S/A - Matéria: EXPORTAÇÃO TEMPORÁRIA.

66 - Recurso: RP/303-124933 - Processo: 10875.003314/00-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): INDÚSTRIAS BRASILEIRAS DE ARTIGOS REFRATÁRIOS - IBAR LTDA. - Matéria: DCTF.

67 - Recurso: RD/303-125617 - Processo: 10680.004926/97-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): MADEIRAS PENEDO LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

68 - Recurso: RD/303-125840 - Processo: 13804.000703/99-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): IRMÃOS NOGATA LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

69 - Recurso: RP/303-125993 - Processo: 10880.034212/99-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PAPELARIA E LIVRARIA MAX CENTER LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

70 - Recurso: RD/303-126085 - Processo: 13808.005058/98-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PHENICIA COMERCIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

71 - Recurso: RD/303-126322 - Processo: 10880.027662/99-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): INDÚSTRIA METALÚRGICA DIMOSIL LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

72 - Recurso: RP/303-127189 - Processo: 10650.001293/00-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): AUGUSTO DEVOS - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

73 - Recurso: RD/303-127485 - Processo: 10680.022887/99-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): OTO CALÇADOS LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

74 - Recurso: RD/303-128141 - Processo: 10620.000207/2001-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ANCORA AGROPASTORIL GIR SOCIEDADE LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

75 - Recurso: RP/303-128166 - Processo: 10215.000259/2001-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): JOÃO FRANCISCO AGUIAR RIBEIRO DO VALE - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

76 - Recurso: RD/303-128184 - Processo: 13709.001868/99-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): POSTO DE GASOLINA IV CENTENÁRIO LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

77 - Recurso: RD/303-128242 - Processo: 13410.000116/2001-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): JARBAS BEDOR JARDIM - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

78 - Recurso: RP/303-128756 - Processo: 10240.001736/2002-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ISAAC BENAYON SABBA (ESPÓLIO) - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

79 - Recurso: RP/303-128760 - Processo: 10240.001229/2002-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ISAAC BENAYON SABBA (ESPÓLIO) - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

80 - Recurso: RD/303-128922 - Processo: 10540.001511/2002-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PLANTA 7 - EMPREENDIMENTOS RURAIS LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

81 - Recurso: RP/303-129045 - Processo: 10670.000605/2001-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): EDER DE OLIVEIRA MARTINS - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

82 - Recurso: RP/303-129084 - Processo: 10670.000991/2001-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): DÉLIO BERNARDINO FILHO - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

83 - Recurso: RD/303-129088 - Processo: 10670.000999/00-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): SÃO PEDRO AGROPECUÁRIA LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

84 - Recurso: RD/303-129346 - Processo: 10670.001068/2001-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PASTORIL TERRA NOVA LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

85 - Recurso: RD/303-129361 - Processo: 10650.001666/2002-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): JOSÉ AUGUSTO GUERRA - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

86 - Recurso: RD/303-129575 - Processo: 10665.000353/2001-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): COMPANHIA CIMENTO PORTLAND ITAÚ - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

87 - Recurso: RD/303-129692 - Processo: 13805.011134/96-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): HÉLIO PEREIRA DE MORAIS AGROPASTORIL LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

88 - Recurso: RD/303-129705 - Processo: 10640.000419/2001-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): MAURÍCIO BOTELHO JUNQUEIRA - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

89 - Recurso: RD/303-129768 - Processo: 10670.001852/2002-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ITASIDER - USINA SIDERÚRGICA ITAMINAS S/A. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

90 - Recurso: RD/303-129778 - Processo: 13847.000092/2003-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ROGÉRIO GONÇALVES FAVARO - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

91 - Recurso: RD/303-129820 - Processo: 13116.000331/2002-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): MARINA MEIRA NETO - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

92 - Recurso: RD/303-129850 - Processo: 10875.001068/95-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): MORIO SAKAMOTO - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

93 - Recurso: RD/303-129903 - Processo: 10880.016491/95-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): MOMBRAS SEGURADORA S/A. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

94 - Recurso: RD/303-129995 - Processo: 10240.000673/2003-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ISAAC BENAYON SABBA - (ESPÓLIO) - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

95 - Recurso: RD/303-130086 - Processo: 13808.004671/96-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ITACUMBI AGRÍCOLA E PASTORIL LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

96 - Recurso: RD/303-130430 - Processo: 10215.000559/2003-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ANTÔNIO CELSO SGANZERLA - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

97 - Recurso: RP/303-130508 - Processo: 10670.000505/2002-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PLANTAR S/A.- PLANEJAMENTO TEC E ADM DE REFLORESTAMENTOS - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

98 - Recurso: RP/303-130533 - Processo: 10814.009234/98-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAIRWAY FÁBRICA DE FILAMENTOS LTDA. - Matéria: II/IPI - FALTA DE RECOLHIMENTO.

99 - Recurso: RD/303-130595 - Processo: 10215.000279/2001-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): CIA. AGRO INDUSTRIAL TAPAJOS - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

100 - Recurso: RD/303-130774 - Processo: 11040.000278/99-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): COMERCIAL DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS BETTIN LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

101 - Recurso: RP/303-130974 - Processo: 10314.004322/98-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA. - Matéria: RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO.

102 - Recurso: RD/303-130994 - Processo: 13748.000045/99-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAIR MODAS LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

103 - Recurso: RD/303-130995 - Processo: 13748.000047/99-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FARGO CONFECÇÕES LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

104 - Recurso: RP/303-131326 - Processo: 11543.001576/2001-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): MEYSE KALIL ISAAC - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

105 - Recurso: RD/303-131390 - Processo: 10168.003340/98-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PAULINA PINTO DE ARRUDA - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

106 - Recurso: RD/303-131398 - Processo: 10140.003406/2002-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): DANIEL DE SOUZA FERREIRA - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

107 - Recurso: RP/303-132309 - Processo: 13984.000691/2002-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PECÃ AGROPASTORIL LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

108 - Recurso: RP/303-132406 - Processo: 10675.003575/2003-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): OPHIR PELAQUIM JÚNIOR - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

109 - Recurso: RD/303-132431 - Processo: 10860.001209/00-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): HILDELENA FERRARI PENNELLI - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

110 - Recurso: RD/303-132433 - Processo: 13161.000948/2002-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): AGLAÊ MAZORRA FERNANDEZ - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

111 - Recurso: RD/303-132552 - Processo: 10820.002080/2002-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ORENSY RODRIGUES DA SILVA - ESPÓLIO - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

112 - Recurso: RD/303-132553 - Processo: 10820.001916/2002-57 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ORENSY RODRIGUES DA SILVA - ESPÓLIO - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

113 - Recurso: RP/303-132708 - Processo: 10620.000668/2004-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): V & M FLORESTAL LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

114 - Recurso: RP/303-132710 - Processo: 10620.000671/2004-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): V & M FLORESTAL LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

115 - Recurso: RP/303-132716 - Processo: 10620.000661/2004-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): V & M FLORESTAL LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

116 - Recurso: RP/303-132766 - Processo: 13971.002986/2003-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): INDUMA INDÚSTRIA DE MADEIRAS S.A. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

117 - Recurso: RD/303-132768 - Processo: 10650.000742/2004-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): OSÓRIO GUIMARÃES JÚNIOR - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

118 - Recurso: RD/303-132770 - Processo: 10650.000743/2004-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): OSÓRIO GUIMARÃES JÚNIOR - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

119 - Recurso: RD/303-132771 - Processo: 10120.005997/2003-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ORMILANDO BORGES DA ROCHA - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

120 - Recurso: RD/303-132793 - Processo: 13116.001337/2003-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): NÍCIO DE OLIVEIRA - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

121 - Recurso: RD/303-133578 - Processo: 10880.010813/95-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): EINAR ALBERTO KOK - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

122 - Recurso: RP/303-133627 - Processo: 13116.001895/2003-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): OSMAR DE SOUZA MORAIS - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

123 - Recurso: RD/303-133943 - Processo: 10580.019063/99-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): EMPRESA DE TRANSPORTES PARANÁ LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

124 - Recurso: RP/303-134051 - Processo: 13848.000093/2004-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): LINOFORTE AGROPECUÁRIA LTDA - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

125 - Recurso: RD/303-134106 - Processo: 13888.001151/99-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): DISTRIBUIDORA DE BATERIAS NOIVA DA COLINA LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

126 - Recurso: RD/303-134127 - Processo: 10840.001022/2001-48 - Recorrente: GALLÃO CAÇA E PESCA LTDA - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

127 - Recurso: RD/303-134141 - Processo: 13832.000022/00-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): CLÓVIS PINTO DA FONSECA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

128 - Recurso: RD/303-134153 - Processo: 13738.000688/99-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FRIVEL - FRIBURGO VEÍCULOS S.A. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

129 - Recurso: RP/303-134329 - Processo: 10830.008987/2003-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA PARAISO LTDA - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

130 - Recurso: RD/303-135870 - Processo: 13887.000041/00-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): TRANSPORTADORA LEME LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

Relator: OTACÍLIO DANTAS CARTAXO

131 - Recurso: RP/202-102165 - Processo: 10880.015933/90-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes - Interessado(a): METALÚRGICA SUPRENS LTDA - Matéria: FINSOCIAL FATURAMENTO.

132 - Recurso: RD/301-125560 - Processo: 13807.007940/99-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): BAR E LANCHES RAMOS LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

133 - Recurso: RD/301-125758 - Processo: 11040.002957/99-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): GARAGEM DYMO LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

134 - Recurso: RD/301-125938 - Processo: 10880.004109/00-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): BOM BOKADO IND. E COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

135 - Recurso: RD/301-126460 - Processo: 10880.014959/00-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ELETRO MECÂNICA ELETRÔNICA RT LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

136 - Recurso: RD/301-126924 - Processo: 11610.002062/00-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): CANTINA CAPUANO LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

137 - Recurso: RD/301-127337 - Processo: 13832.000210/99-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): B. C. DUARTE & CIA. LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

138 - Recurso: RD/301-127687 - Processo: 11080.003404/00-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): DHB COMPONENTES AUTOMOTIVOS S/A. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

139 - Recurso: RD/301-128056 - Processo: 13884.004544/99-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): AUTO MECÂNICA PRIMOS LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

140 - Recurso: RD/301-128183 - Processo: 13748.000335/97-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): SERRARIA ITAIPAVA LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - COMPENSAÇÃO.

141 - Recurso: RD/301-128597 - Processo: 13840.000299/00-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): SUPERMERCADO CEDRO IRMÃOS BARACAT LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

142 - Recurso: RD/301-131856 - Processo: 10283.007872/00-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): CASA DO ELETRICISTA LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

143 - Recurso: RD/302-125524 - Processo: 10830.002339/99-44 - Recorrente: CONSTRUBEL - CONSTRUÇÕES CIVIS E INCORPORAÇÕES LTDA - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

144 - Recurso: RD/302-125815 - Processo: 10880.009835/00-85 - Recorrente: VENETO VEÍCULOS LTDA - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO.

145 - Recurso: RP/302-125908 - Processo: 12466.000151/98-57 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): CIA. IMPORTADORA E EXPORTADORA - COIMEX - Matéria: VALOR ADUANEIRO.

146 - Recurso: RD/302-125909 - Processo: 12466.001423/98-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): CIA. IMPORTADORA E EXPORTADORA - COIMEX - Matéria: VALOR ADUANEIRO.

147 - Recurso: RD/302-126526 - Processo: 13887.000187/97-71 - Recorrente: BORLEME BORRACHAS E PEÇAS LTDA - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

148 - Recurso: RP/302-131784 - Processo: 13891.000115/00-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): LOJA DA FÁBRICA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

149 - Recurso: RP/302-136164 - Processo: 13832.000088/00-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): CALISTRO & CIA LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

150 - Recurso: RP/303-118860 - Processo: 10314.002494/95-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): BANCO BRADESCO S/A - Matéria: CLASSIFICAÇÃO FISCAL.

151 - Recurso: RD/303-125702 - Processo: 10183.004618/99-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): BANCO DO ESTADO DE MATO GROSSO S/A - BEMAT - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

152 - Recurso: RD/303-125731 - Processo: 13605.000381/99-46 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): NEVES E SILVA LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

153 - Recurso: RP/303-125754 - Processo: 10865.001431/98-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FÁBRICA DE PAPELÃO SANTA MARIA S/A - Matéria: FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO.

154 - Recurso: RP/303-126105 - Processo: 13808.000793/2001-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): IBÉRIA - LINEAS AÉREAS DE ESPANÃ S/A. - Matéria: FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO.

155 - Recurso: RP/303-126562 - Processo: 10730.003344/96-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): SISTEMA TRANSRIO DE COMUNICAÇÃO LTDA - Matéria: FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO.

156 - Recurso: RD/303-126942 - Processo: 10805.001723/00-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE LAMINADOS E MADEIRAS LTDA - Matéria: FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO.

157 - Recurso: RD/303-127128 - Processo: 13827.000310/92-26 - Recorrente: LABOR - SERVIÇOS AGRÍCOLAS LTDA. - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

158 - Recurso: RD/303-128604 - Processo: 10880.035859/97-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PROTENDIT CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

159 - Recurso: RP/303-128681 - Processo: 10880.009040/00-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): BATISTA COMÉRCIO DE LEGUMES LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

160 - Recurso: RP/303-129372 - Processo: 13805.003539/97-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): IRMÃOS GUIMARÃES LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO.

161 - Recurso: RD/303-130008 - Processo: 10305.001607/97-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): H. STRATTNER & CIA. LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

162 - Recurso: RD/303-130165 - Processo: 13851.001135/99-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): VIEIRA & ROCETI LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

163 - Recurso: RD/303-130171 - Processo: 10875.001231/00-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PAUPEDRA PEDREIRAS PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

164 - Recurso: RD/303-130226 - Processo: 10768.000181/2001-45 - Recorrente: SOCIEDADE CONSIGNATÁRIA HOBECO LTDA. - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

165 - Recurso: RD/303-130745 - Processo: 13805.002621/97-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PEDRA PRETA CORRETORA DE SEGUROS LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO.

166 - Recurso: RD/303-130900 - Processo: 10120.003008/97-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): MALDI PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

167 - Recurso: RP/303-133935 - Processo: 10768.024570/99-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): BRADESCO SEGUROS S. A. - Matéria: FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO.

168 - Recurso: RP/303-134240 - Processo: 10880.016323/97-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): DROGARIA SÃO PAULO LTDA - Matéria: FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO.

DIA 08 DE SETEMBRO DE 2008, ÀS 14:30 HORAS

Relatora: SUSY GOMES HOFFMANN

169 - Recurso: RD/301-124219 - Processo: 13154.000107/95-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): JOSÉ FELIPE MAIA - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

170 - Recurso: RD/301-128162 - Processo: 13804.001871/96-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): LUIZ BARCO - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

171 - Recurso: RD/301-128313 - Processo: 13118.000078/95-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): OSCAR PARANAÍBA DE ANDRADE - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

172 - Recurso: RD/301-131139 - Processo: 13128.000129/2001-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): BUNGE ALIMENTOS S/A. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

173 - Recurso: RP/302-124893 - Processo: 13802.000374/98-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): TECH SPRAYER EMBALAGENS LTDA. - Matéria: IPI/CLASSIFICAÇÃO FISCAL.

174 - Recurso: RD/303-120685 - Processo: 11131.001076/98-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): QUIAVE - QUIXADÁ ALIMENTOS AVÍCOLAS LTDA. - Matéria: REDUÇÃO.

175 - Recurso: RD/303-122554 - Processo: 11041.000615/99-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ESPÓLIO DE GEDEÃO FREITAS DA SILVA - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

176 - Recurso: RP/303-125053 - Processo: 10675.000505/97-46 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): JOSÉ EMÍDIO COSTA - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

177 - Recurso: RD/303-125077 - Processo: 13807.000592/95-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ERCILIA DA CUNHA FERREIRA - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

178 - Recurso: RD/303-128449 - Processo: 13851.000798/96-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): OLGO FRANCISCHINI - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

179 - Recurso: RD/303-128617 - Processo: 10314.005683/95-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): INTERAMERICANA RELÓGIOS IND. COM. IMP. E EXP. LTDA. - Matéria: IPI/CLASSIFICAÇÃO FISCAL.

180 - Recurso: RD/303-129697 - Processo: 11128.001733/98-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): LORD INDUSTRIAL LTDA. - Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL.

181 - Recurso: RD/303-129706 - Processo: 13656.000733/2002-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): LUIZ DE ANDRADE NAVARRO - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

182 - Recurso: RD/303-129917 - Processo: 10240.000298/2004-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ELBA INÊS LAGO CHONGOR - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

183 - Recurso: RP/303-132287 - Processo: 11050.003120/2004-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ADUBOS TREVO S/A - Matéria: INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA.

184 - Recurso: RP/303-133253 - Processo: 10907.000686/2004-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): MARTINI MEAT S/A. - Matéria: INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA.

Relatora: ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO

185 - Recurso: RD/301-122253 - Processo: 11080.007791/95-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ANNA CATHARINA FABEL - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

186 - Recurso: RD/301-122570 - Processo: 11042.000575/93-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ALDIRIA ALSINA PEREIRA DE SOUZA - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

187 - Recurso: RD/301-126463 - Processo: 13827.000314/92-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): COMPANHIA AGRÍCOLA PEDRO OMETTO - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

188 - Recurso: RP/301-128034 - Processo: 10746.000305/99-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): TOBASA - TOCANTINS BABAÇU S/A. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

189 - Recurso: RD/303-120084 - Processo: 10580.007414/94-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): DOW QUÍMICA S/A - Matéria: DRAWBACK/SUSPENSÃO.

190 - Recurso: RD/303-122987 - Processo: 13908.000014/97-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ROLDÃO ZAMBON - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

191 - Recurso: RP/303-125836 - Processo: 13827.000313/92-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): COMPANHIA AGRÍCOLA RODRIGUES ALVES - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

192 - Recurso: RD/303-127707 - Processo: 13121.000035/2002-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): MÁRIO CASTELLANI - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

193 - Recurso: RD/303-128515 - Processo: 10620.000270/2001-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): WALTER DA MOTA LINS (ESPÓLIO) - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

194 - Recurso: RD/303-128905 - Processo: 10209.000701/00-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS - Matéria: RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO.

195 - Recurso: RD/303-129347 - Processo: 10670.000824/2001-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PASTORIL TERRA NOVA LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

196 - Recurso: RP/303-129583 - Processo: 10209.000669/00-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS - Matéria: RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO.

197 - Recurso: RD/303-129693 - Processo: 13808.000679/97-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ITACUMBI AGRÍCOLA E PASTORIL LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

198 - Recurso: RP/303-129818 - Processo: 10240.001264/2001-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): LEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

199 - Recurso: RD/303-130140 - Processo: 10814.013400/97-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): TRANSPALLET TRANSPORTES RODOVIÁRIO DE CARGAS LTDA. - Matéria: TRÂNSITO ADUANEIRO.

200 - Recurso: RD/303-130432 - Processo: 10215.000557/2003-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ANTÔNIO CELSO SGANZERLA - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

201 - Recurso: RD/303-130434 - Processo: 10215.000530/2003-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ANTÔNIO CELSO SGANZERLA - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

202 - Recurso: RD/303-130973 - Processo: 10314.004319/98-10 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA. - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO.

203 - Recurso: RP/303-132707 - Processo: 10620.000664/2004-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): V & M FLORESTAL LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

Relatora: ANELISE DAUDT PRIETO

204 - Recurso: RD/203-097963 - Processo: 11065.003592/93-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes - Interessado(a): DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS VITORIA LTDA. - Matéria: IPI.

205 - Recurso: RP/301-120009 - Processo: 11050.001916/97-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): TECNOVIN DO BRASIL INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - Matéria: ISENÇÃO.

206 - Recurso: RD/301-120191 - Processo: 11131.000926/98-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): GRANJA AURORA LTDA - Matéria: II/ALÍQUOTA.

207 - Recurso: RP/301-120349 - Processo: 11128.004703/96-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS MAGUARY S/A - Matéria: REDUÇÃO.

208 - Recurso: RD/301-120630 - Processo: 10109.000414/99-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): SUZANA COELHO LIMA KAYATT - Matéria: OUTROS.

209 - Recurso: RP/301-120689 - Processo: 11020.000135/94-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): RANDON S.A. VEÍCULOS E IMPLEMENTOS - Matéria: OUTROS.

210 - Recurso: RD/301-121292 - Processo: 10176.000553/96-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): RUBENS CARLOS BUSCHMANN - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

211 - Recurso: RD/301-122638 - Processo: 10835.001239/96-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ENRICO CÉSAR VOLPON - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

212 - Recurso: RP/301-123099 - Processo: 11080.010395/97-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS. - Matéria: II/ALÍQUOTA.

213 - Recurso: RD/301-123723 - Processo: 10140.000633/95-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): HIDROSERVICE CENTRO OESTE AGR INDL LTDA - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

214 - Recurso: RD/301-123897 - Processo: 10283.005189/98-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): SONY DA AMAZÔNIA LTDA - Matéria: II/IPI.

215 - Recurso: RP/301-124328 - Processo: 11131.001145/2001-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS - Matéria: REDUÇÃO.

216 - Recurso: RD/301-125351 - Processo: 10840.003012/2001-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): IRMÃOS ROSSANES LTDA. - Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO.

217 - Recurso: RV/301-125955 - Processo: 12466.005239/2001-77 - Recorrente: TEC IMPORTS IMP. EXP. E DISTRIBUIÇÃO LTDA - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL.

218 - Recurso: RD/301-127011 - Processo: 10680.010802/2001-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): INÁCIO FRANCO E OUTRO - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

219 - Recurso: RD/301-127220 - Processo: 13054.000586/2001-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ANDRADE & DUTRA LTDA. - Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO.

220 - Recurso: RD/301-127723 - Processo: 10845.000266/99-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ANICE CURY - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

221 - Recurso: RP/301-128159 - Processo: 13838.000055/99-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): UNIÃO SÃO PAULO S/A - AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

222 - Recurso: RD/301-128500 - Processo: 13814.001583/90-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): BICA DE PEDRA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

223 - Recurso: RD/301-128673 - Processo: 10670.000327/2001-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): DOMINGOS MARIA DE VASCONCELOS - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

224 - Recurso: RD/301-128806 - Processo: 11543.007963/99-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): MAITA CONFECÇÕES LTDA. - Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO.

225 - Recurso: RD/301-131140 - Processo: 13128.000130/2001-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): BUNGE ALIMENTOS S/A. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

226 - Recurso: RP/302-124557 - Processo: 10950.001498/2001-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): K. YOSHIDA LTDA. - Matéria: SIMPLES.

227 - Recurso: RD/302-124685 - Processo: 13839.000999/00-12 - Recorrente: CASA LEOPARDI LTDA. - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: DCTF.

228 - Recurso: RD/302-124760 - Processo: 10380.002506/99-20 - Recorrente: SCVS - COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES.

229 - Recurso: RP/302-125030 - Processo: 10950.001121/2001-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): MULTICOR TINTAS LTDA. - Matéria: SIMPLES.

230 - Recurso: RP/302-127167 - Processo: 10283.001631/2001-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): COENCIL - COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Matéria: ISENÇÃO - ZONA FRANCA DE MANAUS.

231 - Recurso: RD/303-124475 - Processo: 10950.000829/2001-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): MURILLO VIANA & CIA. LTDA. - Matéria: SIMPLES.

Relatora: JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO

232 - Recurso: RD/301-120179 - Processo: 10875.001431/96-46 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FORD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Matéria: IPI/CLASSIFICAÇÃO FISCAL.

233 - Recurso: RP/303-130483 - Processo: 10218.000077/2003-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): AGROPECUÁRIA NICOBRAN LTDA. - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL.

234 - Recurso: RD/301-125226 - Processo: 10314.002093/99-31 - Recorrente: CCE IND. E COM. DE COMPONENTES ELETRÔNICOS S.A. - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL.

Relatora: NANCI GAMA

235 - Recurso: RD/303-126149 - Processo: 10480.014855/2001-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ONDUNORTE - CIA. DE PAPÉIS E PAPELÃO ONDULADO DO NORTE - Matéria: ISENÇÃO.

236 - Recurso: RP/303-133134 - Processo: 13894.000575/2004-99 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PENTAL COM. E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME - Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO.

237 - Recurso: RD/301-126951 - Processo: 11128.005924/00-83 - Recorrente: AKZO NOBEL LTDA. - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA.

238 - Recurso: RD/303-125460 - Processo: 10480.013116/2001-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ONDUNORTE CIA. DE PAPÉIS E PAPELÃO ONDULADO DO NORTE - Matéria: ISENÇÃO.

DIA 09 DE SETEMBRO DE 2008, ÀS 8:30: HORAS

Relatora: SUSY GOMES HOFFMANN

239 - Recurso: RP/302-132119 - Processo: 13640.000122/99-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): LIDER COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

240 - Recurso: RP/302-132504 - Processo: 13851.000072/00-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): LEA MARIA MARQUES LEPERA - ME. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

241 - Recurso: RP/302-133202 - Processo: 13886.000244/2005-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): J.B. CARNEIRO MERCADO AUTO SERVIÇO LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

242 - Recurso: RP/302-133206 - Processo: 13832.000037/00-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): HOTEL BEIRA RIO S/C LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

243 - Recurso: RP/302-133230 - Processo: 13707.001178/00-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): HIMATER MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

244 - Recurso: RP/302-134514 - Processo: 10835.000397/2002-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): MERCE-FERRO COMERCIAL LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

245 - Recurso: RP/302-134800 - Processo: 10880.013475/00-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

246 - Recurso: RP/302-135043 - Processo: 10830.003024/99-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): IMB - INDÚSTRIA METALÚRGICA BAGAROLLI LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

247 - Recurso: RD/303-130736 - Processo: 10830.009187/97-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): INDÚSTRIA METALÚRGICA ARITA LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

248 - Recurso: RD/303-130917 - Processo: 10580.002019/97-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): GRAPI INDÚSTRIA COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

249 - Recurso: RD/303-133840 - Processo: 13601.000396/99-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ICEEX E COM. DE EMBALAGENS PARA EXPORTAÇÃO LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

Relatora: ANELISE DAUDT PRIETO

250 - Recurso: RD/301-126089 - Processo: 10880.034211/99-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PAPELARIA LEXCENTER LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

251 - Recurso: RD/301-126454 - Processo: 10830.003271/99-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): INDÚSTRIA DE TRANSFORMADORES ITAIPU LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

252 - Recurso: RD/301-131829 - Processo: 13826.000137/00-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PAVAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AGUARDENTE LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

253 - Recurso: RD/301-131839 - Processo: 10070.000126/00-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): NINA AUTO POSTO LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

254 - Recurso: RD/301-131863 - Processo: 10820.001304/00-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): SOUZA MORENO & CIA. LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

255 - Recurso: RP/302-129477 - Processo: 13974.000153/99-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): SCHELBAUER & HIRT E CIA. LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

256 - Recurso: RP/302-129511 - Processo: 13807.002173/00-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PANIFICADORA E CONFEITARIA VAGMAR LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

257 - Recurso: RP/302-130748 - Processo: 11817.000283/2003-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): AUTOTRAC COMÉRCIO E TELECOMUNICAÇÕES S/A. - Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL.

258 - Recurso: RD/303-130448 - Processo: 10830.009188/97-57 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): METALÚRGICA FUJII LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

259 - Recurso: RD/303-131226 - Processo: 13897.000133/00-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): SCHUNK DO BRASIL LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

Relatora: NANCI GAMA

260 - Recurso: RD/301-125966 - Processo: 13029.000074/98-57 - Recorrente: INTEGRAL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

261 - Recurso: RD/301-131824 - Processo: 13807.006289/99-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): CAMPO LARGO PÃES E DOCES LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

262 - Recurso: RD/301-131851 - Processo: 13891.000167/00-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ALDO RANI & CIA. LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

263 - Recurso: RD/301-135889 - Processo: 10768.015213/2001-15 - Recorrente: NACIONAL DIST. DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO.

264 - Recurso: RP/302-128128 - Processo: 13770.000476/97-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): RETÍFICA CARAPINA LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

265 - Recurso: RD/303-128849 - Processo: 13817.000204/2001-87 - Recorrente: PANIFICADORA E CONFEITARIA ADAUANA LTDA. - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

266 - Recurso: RD/303-131201 - Processo: 10830.006136/99-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): AUTO FREIO INDEPENDENTE LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

267 - Recurso: RD/303-133932 - Processo: 13888.000302/00-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): BOBINAUTO INDÚSTRIA E COM ÉRCIO LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

268 - Recurso: RD/303-134133 - Processo: 13771.001103/99-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): CADIS CAMPINEIRA DIST.PROD ALIMENTÍCIOS LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

269 - Recurso: RD/303-134237 - Processo: 10840.001241/2002-16 - Recorrente: PILILA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E CONEXOS LTDA - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

DIA 09 DE SETEMBRO DE 2008, ÀS 14:30 HORAS

Relatora: SUSY GOMES HOFFMANN

270 - Recurso: RV/301-126653 - Processo: 13839.001770/99-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): INDÚSTRIA DE MILHO SÃO JOÃO LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO.

271 - Recurso: RD/301-131821 - Processo: 13807.012347/99-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FOTO INCISÃO FUTURA LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

272 - Recurso: RD/301-132116 - Processo: 13851.001090/99-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): MARA LÚCIA DE ARRUDA PRADO - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

273 - Recurso: RP/302-131976 - Processo: 13832.000111/99-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): MAROSCAR SECOS E MOLHADOS LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

274 - Recurso: RD/303-133850 - Processo: 13807.003264/00-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO SAGRES DE GUARULHOS LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

275 - Recurso: RD/303-133908 - Processo: 13884.002245/98-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): MADEITEX IND. E COM. DE ARTEFATOS DE LATEX LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

276 - Recurso: RD/303-134112 - Processo: 11040.000353/99-54 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): LUIS EDUARDO PEREIRA PY CRESPO - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

277 - Recurso: RD/303-134166 - Processo: 13603.001259/99-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): MAGOTTEAUX MINAS METALÚRGICA LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

278 - Recurso: RD/303-134307 - Processo: 10680.006894/00-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): INDUSTRIA MECANICA IRMÃOS CORGOZINHO LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

Relatora: ANELISE DAUDT PRIETO

279 - Recurso: RP/302-131436 - Processo: 13888.001491/99-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): NASCIMENTO REFRIGERAÇÃO PEÇAS LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

280 - Recurso: RP/302-132121 - Processo: 13851.001095/99-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ROMACRIS BORDADOS LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

281 - Recurso: RP/302-132499 - Processo: 10283.006660/00-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): J.R. FERNANDES - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

282 - Recurso: RP/302-133487 - Processo: 13804.003833/99-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): R. MONTEIRO S/A COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

283 - Recurso: RD/303-129384 - Processo: 10805.000048/00-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PANIFICADORA CAMILÓPOLIS LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

284 - Recurso: RD/303-133513 - Processo: 10830.005390/99-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): SUPERMERCADO AGRÍCOLA LOPES LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

285 - Recurso: RD/303-133514 - Processo: 10830.005346/99-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): SILMAR MERCANTIL DE VEÍCULOS LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

286 - Recurso: RD/303-134145 - Processo: 13888.000516/00-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): REPIR COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS LTDA - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

287 - Recurso: RD/303-134309 - Processo: 10875.003084/00-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): PANIFICADORA REAL PÃO LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

Relatora: NANCI GAMA

288 - Recurso: RD/302-128303 - Processo: 10855.003857/99-33 - Recorrente: ELASTOTEC ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

289 - Recurso: RD/302-128482 - Processo: 10865.002014/99-28 - Recorrente: DANY REPRESENTAÇÕES LTDA. - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

290 - Recurso: RP/302-128791 - Processo: 13840.000111/00-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): ADUBOS AN-FAL IMPORTAÇÃO IND. E COM. LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

291 - Recurso: RP/302-128848 - Processo: 10120.002592/00-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): CAFÉ CAIRO LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

292 - Recurso: RP/302-129092 - Processo: 13955.000094/2001-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): A. PEREGO & CIA. LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

293 - Recurso: RP/302-133470 - Processo: 13863.000289/2004-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): CASA SUL MATERIAIS E UTILIDADES LTDA. - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

294 - Recurso: RD/302-133655 - Processo: 13888.000819/2004-12 - Recorrente: ENXOVAIS ESTEVES LTDA - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

295 - Recurso: RD/302-134667 - Processo: 13890.000806/2002-32 - Recorrente: ÁPIA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - Recorrida: Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

296 - Recurso: RD/303-132962 - Processo: 16327.004479/2002-81 - Recorrente: ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A. - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

297 - Recurso: RD/303-133834 - Processo: 10768.100084/2002-32 - Recorrente: CASA COLOMBO ADMINISTRAÇÃO DE BENS S/A. - Recorrida: Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes - Interessado(a): FAZENDA NACIONAL - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

ROSEMARI CORRÊA E SILVA
Chefe da Secretaria da Câmara

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM MINAS GERAIS
PROCURADORA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM UBERLÂNDIA

PORTARIA Nº 1, DE 2 DE JUNHO DE 2008

A PROCURADORA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM UBERLÂNDIA / MG, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, letras "b" e "f", do art. 52 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 138, de 1º de julho de 1997, do Ministro de Estado da Fazenda, tendo em vista as arts. 11 e 12 do Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, e considerando o despacho proferido no processo administrativo nº 11309.000183/2008-81, resolve:

Art. 1º Anular a Certidão Conjunta expedida sob o Código de Controle nº D332.BAB1.AB39.90DE, em favor de ARAGUARI PREFEITURA MUNICIPAL, CPF / CNPJ n° 16.829.640/0001-49, datada de 30/05/2008.

ANA CLÁUDIA FERNANDES RODRIGUES

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 872, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

Dispõe sobre a declaração e o recolhimento das contribuições previdenciárias e das contribuições devidas a outras entidades ou fundos, decorrentes da contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais.

A SECRETÁRIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, e tendo em vista o disposto nas Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e na Instrução Normativa Conjunta SRF/TSE nº 609, de 10 de janeiro de 2006, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa disciplina a declaração e o recolhimento das contribuições previdenciárias e das contribuições devidas a outras entidades ou fundos, decorrentes da contratação, por comitê financeiro de partido político e por candidato a cargo eletivo, de pessoal para prestação de serviços em campanha eleitoral.

Art. 2º É segurado contribuinte individual, nos termos das alíneas "g" e "h" do inciso V do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a pessoa física contratada, respectivamente, por comitê financeiro de partido político ou por candidato a cargo eletivo, para prestação de serviços em campanha eleitoral.

Art. 3º Os comitês financeiros de partidos políticos se equiparam à empresa em relação aos segurados contratados para prestar serviços em campanha eleitoral, nos termos do parágrafo único do art. 15 da Lei nº 8.212, de 1991.

Art. 4º A equiparação de que trata o art. 3º não se aplica ao candidato a cargo eletivo que contrate segurados para prestar serviços em campanha eleitoral.

Art. 5º O comitê financeiro de partido político tem a obrigação de:

I - arrecadar a contribuição do segurado contribuinte individual a seu serviço, descontando-a da respectiva remuneração; e

II - recolher o valor arrecadado juntamente com a contribuição a seu cargo, utilizando-se de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

Parágrafo único. Além das obrigações previstas nos incisos I e II do caput, o comitê financeiro de partido político deve arrecadar, mediante desconto no respectivo salário-de-contribuição, e recolher a contribuição ao Serviço Social do Transporte (SEST) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), devida pelo segurado contribuinte individual transportador autônomo de veículo rodoviário que lhe presta serviços em campanha eleitoral.

Art. 6º A ocorrência de fatos geradores de contribuições previdenciárias e de contribuições devidas a outras entidades ou fundos, bem como as demais informações pertinentes, deverão ser declaradas à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) mediante Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP).

Art. 7º O disposto nos arts. 3º, 5º e 6º se aplica aos fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro do ano em que as inscrições no CNPJ forem feitas.

Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Instrução Normativa MPS/SRP nº 16, de 12 de setembro de 2006.

LINA MARIA VIEIRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 873, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

Aprova o texto dos pareceres de classificação do Comitê do Sistema Harmonizado da Organização Mundial das Alfândegas (OMA) e adota decisões correspondentes.

A SECRETÁRIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 95, de 30 de abril de 2007, e de acordo com o disposto no item 2 do artigo 3o, combinado com o item 2 do artigo 8o da Convenção Internacional sobre o Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, aprovada no Brasil pelo Decreto Legislativo no 71, de 11 de outubro de 1988, e promulgada pelo Decreto no 97.409, de 23 de dezembro de 1988, resolve:

Art. 1o Aprovar, na forma do Anexo Único a esta Instrução Normativa, que se encontra disponível no endereço eletrônico www.receita.fazenda.gov.br, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, a tradução para a língua portuguesa dos pareceres de classificação do Comitê do Sistema Harmonizado, da Organização Mundial das Alfândegas (OMA), atualizados até julho de 2008, e adotar como vinculativas as classificações das mercadorias neles contidas.

Art. 2o Adotar os mesmos pareceres de classificação como elemento subsidiário fundamental para a classificação de mercadorias com características similares às neles contidas.

Art. 3o Fica revogada a Instrução Normativa SRF no 615, de 31 de janeiro de 2006.

Art. 4o Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LINA MARIA VIEIRA

COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10, DE 26 DE AGOSTO DE 2008(*)

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Tubo de aço não ligado, de seção circular, com diâmetro de 22mm, 25mm, 32mm ou 38mm, comprimento de 2 a 6 metros, confeccionado por processo de conformação a frio, costurado, não arqueado, não contendo furos, chanfros, nem outros trabalhos ulteriores que o identifiquem como próprio para construções, comercialmente denominado "Tubo de Aço" e "Metalon Redondo" classifica-se no código 7306.30.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) constante da Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006.

Tubo de aço não ligado, de seção quadrada ou retangular, com comprimento de 2 a 6 metros, confeccionado por processo de conformação a frio, costurado, não arqueado, não contendo furos, chanfros, nem outros trabalhos ulteriores, que o identifiquem como próprio para construções, comercialmente denominado "Tubo de Aço", "Metalon Quadrado" e "Metalon Retangular" classifica-se no código 7306.61.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) constante da Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1ª e 6ª (textos da posição 73.06, das subposições 7306.30, 7306.6 e 7306.61) e RGC-1 (texto dos subitens 7306.30.00 e 7306.61.00) da Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com os subsídios fornecidos pelas Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (NESH), aprovadas no Brasil pelo Decreto no 435, de 27 de janeiro de 1992, com a versão atual aprovada pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, por força da delegação de competência outorgada pelo art. 1o da Portaria MF no 91, de 24 de janeiro de 1994.

FRANCISCO LABRIOLA NETO
Coordenador-Geral

(*) Republicado por ter saído, no DOU nº 165, de 27-8-2008, Seção 1, pág 18, com incorreção no original.

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 7, DE 26 DE AGOSTO DE 2008 (*)

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

Reforma da Solução de Consulta SRRF/7ª RF/Diana no 268/03, de 29 de setembro de 2003.

Mercadorias: Carregadora de rodas, denominada "Wheel Loader", modelo 992G, marca Caterpillar, de potência no volante de 597 kW (800HP), com o equipamento de elevação (braço articulado, cilindros hidráulicos, etc.) montado, apresentada com ou sem caçamba ou outro equipamento referido nos dizeres no código 8431.41.00 da NCM/TEC, classifica-se no código 8429.51.91 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) constante da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução Camex no 43, de 22 de dezembro de 2006, republicada em 9 de janeiro de 2007, com alterações posteriores.

Dispositivos Legais: RGI-1 (texto da posição 84.29), RGI-6 (texto das subposições 8429.5 e 8429.51) e RGC-1 (texto do item 8429.51.9 e subitem 8429.51.91) da Tarifa Externa Comum (TEC) aprovada pela Resolução Camex no 43, de 22 de dezembro de 2006, republicada em 9 de janeiro de 2007, com alterações posteriores, bem assim com os subsídios fornecidos pelas Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (NESH), aprovadas no Brasil pelo Decreto no 435, de 27 de janeiro de 1992, com a versão atual aprovada pela IN RFB no 807, de 11 de janeiro de 2008, por força da delegação de competência outorgada pelo art. 1o da Portaria MF no 91, de 24 de janeiro de 1994.

FRANCISCO LABRIOLA NETO
Coordenador-Geral

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 165, de 27-8-2008, Seção 1, pág 19, com incorreção no original.

COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 47, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Divulga a Agenda Tributária do mês de setembro de 2008.

A COORDENADORA-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, declara:

Art. 1º Os vencimentos dos prazos para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e para apresentação das principais declarações, demonstrativos e documentos exigidos por esse órgão, definidas em legislação específica, no mês de setembro de 2008, são os constantes do Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE).

§ 1º Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos constantes do Anexo Único a este ADE deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência.

§ 2º O pagamento referido no caput deverá ser efetuado por meio de:

I - Guia da Previdência Social (GPS), no caso das contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, das contribuições instituídas a título de substituição e das contribuições devidas, por lei, a terceiros; ou

II - Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), no caso dos demais tributos administrados pela RFB.

§ 3º A Agenda Tributária será disponibilizada na página da RFB na Internet no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

Art. 2º As referências a "Entidades financeiras e equiparadas", contidas nas discriminações da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, dizem respeito às pessoas jurídicas de que trata o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 3º Ocorrendo evento de extinção, incorporação, fusão ou cisão de pessoa jurídica em atividade no ano do evento, a pessoa jurídica extinta, incorporadora, incorporada, fusionada ou cindida deverá apresentar:

I - até o último dia útil do mês subseqüente ao do evento, o Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (Dacon);

II - até o quinto dia útil do segundo mês subseqüente ao do evento:

a) a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Mensal (DCTF Mensal); ou

b) a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Semestral (DCTF Semestral);

III - a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) até o último dia útil:

a) do mês de maio, para eventos ocorridos nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril do respectivo ano-calendário; ou

b) do mês subseqüente ao do evento, para eventos ocorridos no período de 1º de maio a 31 de dezembro;

IV - o Demonstrativo do Crédito Presumido do IPI (DCP) até o último dia útil:

a) do mês de março, para eventos ocorridos no mês de janeiro do respectivo ano-calendário; ou

b) do mês subseqüente ao do evento, para eventos ocorridos no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro.

Parágrafo único. A obrigatoriedade de apresentação da DIPJ, da DCTF Mensal e Semestral e do Dacon, na forma prevista no caput, não se aplica à incorporadora nos casos em que as pessoas jurídicas, incorporadora e incorporada, estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

Art. 4º Ocorrendo evento de extinção, incorporação, fusão ou cisão de pessoa jurídica que permanecer inativa durante o período de 1º de janeiro até a data do evento, a pessoa jurídica extinta, incorporada, fusionada ou cindida deverá apresentar a Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica (DSPJ) - Inativa até o último dia útil do mês subseqüente ao do evento.

Art. 5º No caso de extinção, decorrente de liquidação, incorporação, fusão ou cisão total, a pessoa jurídica extinta deverá apresentar a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf), relativa ao respectivo ano-calendário, até o último dia útil do mês subseqüente ao da ocorrência do evento.

Parágrafo único. A Dirf, de que trata o caput, deverá ser entregue até o último dia útil do mês de março quando o evento ocorrer no mês de janeiro do respectivo ano-calendário.

Art. 6º Na hipótese de saída definitiva do País ou de encerramento de espólio, a Dirf de fonte pagadora pessoa física, relativa ao respectivo ano-calendário, deverá ser apresentada:

I - no caso de saída definitiva do Brasil, até:

a) a data da saída do País, em caráter permanente; e

b) trinta dias contados da data em que a pessoa física declarante completar doze meses consecutivos de ausência, no caso de saída do País em caráter temporário;

II - no caso de encerramento de espólio, no mesmo prazo previsto para a entrega, pelos demais declarantes, da Dirf relativa ao ano-calendário.

Art. 7º A Declaração Final de Espólio deverá ser apresentada até:

I - o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subseqüente ao da:

a) decisão judicial da partilha, sobrepartilha ou adjudicação dos bens inventariados, que tenha transitado em julgado até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subseqüente ao da decisão judicial;

b) lavratura da escritura pública de inventário e partilha;

II - sessenta dias contados da data do trânsito em julgado, quando este ocorrer a partir de 1º de março do ano-calendário subseqüente ao da decisão judicial da partilha, sobrepartilha ou adjudicação dos bens inventariados.

Art. 8º A Declaração de Saída Definitiva do País, relativa ao período em que tenha permanecido na condição de residente no Brasil:

I - no ano-calendário da saída, bem como as declarações correspondentes a anos-calendário anteriores, se obrigatórias e ainda não entregues, deverão ser apresentadas:

a) até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário da saída definitiva, caso esta ocorra até esta data;

b) na data da saída definitiva, nas demais hipóteses;

II - no ano-calendário da caracterização da condição de não-residente, deverá ser apresentada:

a) até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário da caracterização da condição de não-residente, caso esta ocorra até 31 de março do referido ano-calendário;

b) até trinta dias contados da data em que completar doze meses consecutivos de ausência, nas demais hipóteses.

Art. 9º No caso de incorporação, fusão, cisão parcial ou total, extinção decorrente de liquidação, a pessoa jurídica deverá apresentar a Declaração sobre a Opção de Tributação de Planos Previdenciários (DPREV), contendo os dados do próprio ano-calendário e do ano-calendário anterior, até o último dia útil do mês subseqüente ao de ocorrência do evento.

Art. 10. Nos casos de extinção, fusão, incorporação e cisão total da pessoa jurídica, a Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias (Dimob) de Situação Especial deverá ser apresentada até o último dia útil do mês subseqüente à ocorrência do evento.

Art. 11. No recolhimento das contribuições previdenciárias decorrentes de Reclamatória Trabalhista sob os códigos 1708, 2801, 2810, 2909 e 2917, deve-se considerar como mês de apuração o mês da prestação do serviço e como vencimento a data de vencimento do tributo na época de ocorrência do fato gerador, havendo sempre a incidência de acréscimos legais.

Parágrafo único. Na hipótese de não reconhecimento de vínculo, e quando não fizer parte do acordo homologado a indicação do período em que foram prestados os serviços, deve ser considerado como mês de apuração o mês da homologação do acordo, ou o mês do pagamento, se este anteceder aquela, e como vencimento o dia dois do mês subseqüente.

Art. 12. Nos casos de extinção, cisão total, cisão parcial, fusão, incorporação ou exclusão do Simples Nacional, a Declaração Anual do Simples Nacional (DASN) deverá ser entregue até o último dia do mês subseqüente ao do evento.

Parágrafo único. Excepcionalmente, para os eventos referidos no caput que ocorreram durante o segundo semestre de 2007, a DASN deverá ser entregue até 30 de junho de 2008, e para os eventos que ocorrerem durante o ano-calendário de 2008, deverá ser entregue até 31 de março de 2009.

Art. 13. A Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira (Dimof) deverá ser entregue:

I - até o último dia útil do mês de fevereiro, contendo as informações relativas ao segundo semestre do ano anterior; e

II - até o último dia útil do mês de agosto, contendo as informações relativas ao primeiro semestre do ano em curso.

Parágrafo único. Excepcionalmente, em relação ao primeiro semestre de 2008, a Dimof poderá ser apresentada até o dia 15 de dezembro de 2008.

Art. 14. Nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverá ser entregue pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras até o último dia útil do mês subseqüente ao do evento.

Parágrafo único. Excepcionalmente, em relação aos fatos contábeis ocorridos em 2008, o prazo de que o caput será até o último dia útil do mês de junho de 2009.

Art. 15. Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

NEUZA MARIA TORQUATO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 25 DE AGOSTO DE 2008

Anula ato de concessão de credenciamento.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 1ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do § 8º do art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, em consonância aos preceitos dispostos no § 9º do art. 76 do mesmo diploma legal, e considerando o disposto no art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, declara: com motivação nos fatos contidos nos Processos nºs 10166.014683/00-07, 10108.000483/2002-78 e 10108.000195/2005-66, e fundamento no inciso III do art. 27, c/c incisos III e V do art. 30, ambos do Decreto nº 646, de 9 de setembro de 1992, o que segue:

Art. 1º Fica anulado o Ato Declaratório Executivo nº 18, de 2 de outubro de 2001, publicado no DOU em 26 de outubro de 2001, no qual foi promovida a inclusão do Sr. PAULO DE MEDEIROS FARIAS, CPF 968.133.009-97, no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da 1ª RF, sendo ali inscrito sob o nº 1A.00.0144; pelos atos irregulares de representação de empresa junto à Receita Federal sem o devido credenciamento, em ações delituosas de simulação de exportação de mercadorias; agindo em conluio, e com uso doloso de documentação falsa nas informações dos despachos aduaneiros fictícios, que possibilitaram a consecução de sonegação fiscal. E, ainda, pela utilização ilegal de senha, individual e intransferível, do sistema Siscomex, no acompanhamento dos referidos despachos, que resultaram na execução das "exportações fictícias".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

EXPEDITO JOSÉ DE VASCONCELOS GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

Declara habilitada a empresa Dufry do Brasil Duty Free Shop Ltda a operar o regime aduaneiro especial de loja franca e alfandegados os recintos por ela administrados, onde estão instaladas duas lojas francas e dois depósitos, todos localizados na zona primária do Aeroporto Internacional de Brasília.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 1ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência delegada pelo art. 25 e o que dispõe os arts. 23, 24 e 26 da Portaria SRF nº 969, de 22 de setembro de 2006, tendo em vista o disposto nos arts. 9º, 13, 424 e 427 do Decreto nº 4.543, de 26 de dezembro de 2002, alterado pelo Decreto nº 4.765, de 24 de junho de 2003, na Portaria MF nº 112, de 10 de junho de 2008, e nos arts. 6º e 7º da Instrução Normativa RFB nº 863, de 17 de julho de 2008, e considerando o que consta do processo nº 10111.000282/2008-15, declara:

Art. 1º Habilitada a empresa DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.197.888/0001-50, a operar o regime aduaneiro especial de loja franca.

Art. 2º Alfandegado, em caráter precário, pelo prazo do contrato de concessão nº 02-2008-002-0007, de 10 de março de 2008, quatro recintos de zona primária, situados no Aeroporto Internacional de Brasília, em Brasília - Distrito Federal, administrados pela empresa DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.197.888/001-50, assim discriminados, aos quais se atribuem os códigos Siscomex correspondentes:

(a) Loja Franca 1 (LOF/1), com área total de 73,61 m², localizada no Setor de Embarque Internacional de Passageiros, código 1.91.61.01-8, CNPJ nº 27.197.888/0026-09;

(b) Loja Franca 2 (LOF/2), com área total de 106,25 m², localizada no Setor de Desembarque Internacional de Passageiros, código 1.91.61.02-6, CNPJ nº 27.197.888/0027-90;

(c) Depósito 1, com área total de 20,00 m², localizado no Setor de Desembarque Internacional de Passageiros junto à Loja Franca 2, código 1.91.77.01-1, CNPJ nº 27.197.888/0028-70;

(d) Depósito 2, com área total de 126,10 m², localizado aos fundos do Terminal de Logística de Carga, código 1.91.77.02-0, CNPJ nº 27.197.888/0029-51.

Art. 3º Os prazos de vigência do alfandegamento e da habilitação correspondem ao do contrato de concessão celebrado com a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, ou seja, 09 de março de 2013, sendo possível sua suspensão ou cancelamento por aplicação de sanção administrativa nos termos da legislação pertinente, ou sua extinção a pedido do interessado.

Art. 4º A empresa concessionária fica autorizada a proceder operações de despacho aduaneiro de importação, trânsito aduaneiro ou despacho aduaneiro de exportação, admissão, movimentação e armazenagem de mercadorias estrangeiras e nacionais, sua venda a passageiros em viagem internacional, destruição, redestinação ou substituição em garantia, ou seja, somente as operações necessárias à utilização do regime aduaneiro especial de loja franca.

Art. 5º Os recintos objeto deste Ato Declaratório ficam sob a jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Aeroporto Internacional de Brasília, que poderá estabelecer as rotinas operacionais necessárias ao controle fiscal, inclusive fixando os horários de funcionamento dos mesmos.

Art. 6º Obriga-se à empresa beneficiária de loja franca a ressarcir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, conforme disposto no art. 43 da Instrução Normativa RFB nº 863, de 17 de julho de 2008.

Art 7º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EXPEDITO JOSÉ DE VASCONCELOS GONÇALVES

ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 159, DE 22 DE AGOSTO DE 2008

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo n.º 11817.000230/2008-56 e com fundamento no art. 130 combinado com o art. 123 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto n.º 4.543, de 26/12/2002, declara: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo marca Chrysler, modelo Town & Country, ano 2005, cor preta, chassi 2C4GP54L55R422516, desembaraçado pela Declaração Simplificada de Importação nº 05/000125-4, de 20/06/2005, pela Alfândega do Porto do Rio de Janeiro - RJ, de propriedade da Embaixada da Grã-Bretanha, CNPJ: 03.733.039/0001-06.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE MARTINS ANGOTI

2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Habilita a empresa que menciona ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins/Importação.

A INSPETORA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS, no uso da competência estabelecida no artigo 249, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, publicada no DOU de 2 de maio de 2007,Seção Extra, declara:

I - Habilitada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação a Empresa GRAFICA ZILO LTDA, CNPJ 34.492.298/0001-16, Processo 10283.004273/2008-13, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa SRF nº 424, republicada no DOU de 08/06/2004.

II - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observado o disposto no parágrafo único do artigo 4º da supracitada Instrução Normativa.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ELIZIA ALVES DE ANDRADE

4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

Declara cancelado o Ato Declaratório que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM MOSSORÓ - RN, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º - Declarar cancelado o Ato Declaratório Executivo nº 06, de 14 de agosto de 2008, da Delegacia da Receita Federal Mossoró, publicado no dia 18/08/2008 na página 89 da Seção 1 do Diário Oficial da União, onde está incorreto o nome LINDOLAR MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME, pois deveria ser MAFRAN MONTAGENS E SERVIÇOS.

Art. 2º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIZ DA COSTA

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

PORTARIA Nº 74, DE 25 DE AGOSTO DE 2008

Estabelece termos e condições para a instalação de Recintos Especiais para Despacho Aduaneiro de Exportação - REDEX, na jurisdição da Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Recife, e dá outras providências.

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso de suas atribuições regimentais, previstas no artigo 238, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, tendo em vista o disposto no Decreto nº 4.543, de 26 de dezembro de 2002, na Instrução Normativa SRF nº 28, de 27 de abril de 1994, e considerando a necessidade de disciplinar a instalação e fiscalização dos despachos de exportação efetuados em recinto especiais, não alfandegados, jurisdicionados pela Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Recife, resolve:

Art. 1º - Os despachos de exportação na jurisdição da Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Recife poderão ser realizados:

I - Nos recintos alfandegados de zona primária;

II - Nos recintos alfandegados de zona secundária; e

III - Nos Recintos Especiais para Despacho de Exportação (REDEX).

Art. 2º - Observados os demais quesitos e condições previstos nesta Portaria, os REDEX serão habilitados:

I - Em caráter eventual, pelo Chefe da Unidade, quando as operações de exportação ali realizadas forem esporádicas, assim consideradas aquelas que não atinjam o limite mínimo previsto no artigo 3º; ou

II - Em caráter permanente, por Ato Declaratório do Superintende Regional da Receita Federal do Brasil na 4º Região Fiscal, quando a demanda assim o justificar, nos termos do artigo 3º.

Art. 3º - Somente será habilitado com REDEX em caráter permanente o recinto que comprovar a realização, em suas dependências, de no mínimo 4(quatro) despachos de exportação por dia, considerando-se a média do quadrimestre imediatamente anterior ao do protocolo do requerimento para esse fim.

§1º Essa comprovação far-se-á mediante a apresentação de um relatório, contendo as datas dos desembaraços, os nomes dos exportadores, as siglas dos contêineres (se for o caso), e os números das Declarações de Exportação (DE) desembaraçadas no recinto, no referido período.

§ 2º O recinto habilitado como REDEX eventual poderá solicitar a transformação de sua habilitação para permanente a qualquer momento, desde que venha a satisfazer os requisitos e condições para esse fim.

/Art. 4º - A Solicitação para habilitação como REDEX será protocolizada pela empresa interessada, indicando o endereço e o CNPJ do estabelecimento, bem como a área total e tipos de cargas ou mercadorias que movimentará e armazenará e a que processo serão submetidas no recinto, instruída com os seguintes documentos:

ato constitutivo, estatuto ou contrato social, e suas alterações, devidamente registrado na Junta Comercial;

documento de eleição dos administradores, no caso de sociedade por ações;

prova de regularidade fiscal no que se refere a tributos e contribuições administrados pela SRF;

certificado de regularidade de situação junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

certidão negativa de dívida ativa da União,;

termo de fiel depositário assinado pelo representante legal do interessado, com firma reconhecida;

comprovação de propriedade ou locação da área e edificações a serem utilizadas;

planta do local;

descrição do sistema de controle de estoque de mercadorias;

descrição do sistema de controle de movimentação de pessoas e veículos; e

descrição do sistema de controle de segurança das instalações.

Parágrafo Único - O processo a que se refere este artigo seguirá para exame preliminar ao Serviço de Vigilância e Controle Aduaneiro - SEVIG.

Art. 5º - O recinto que postular sua habilitação como REDEX também deverá atender aos seguintes requisitos:

a)armazém com paredes rígidas, piso compactado e pavimentado, janelas e cobertura;

b)área descoberta compactada, pavimentada para tráfego pesado, e apresentando um adequado sistema de drenagem;

c)área do recinto totalmente cercado com muros ou alambrado em tela de aço, portões e portarias com segurança;

d)área de conferência física coberta;

e)sistema de iluminação noturna;

f) balança com capacidade mínima para 500 Kg aferida por órgão oficial;

g)sistema informatizado de controle de entrada, saída e estoque de mercadorias, configurado nos termos exigidos pelo Ato Declaratório Executivo Coana/Cotec nº 2, de setembro de 2003;

h)microcomputador interligado ao sistema Siscomex e com acesso banda larga à Internet, observadas as normas da RFB quanto aos aspectos de segurança dos ambientes informatizados;

i)sistema de monitoramento por câmara de vídeo com equipamento de gravação em velocidade máxima de 72 horas, abrangendo todas as áreas de armazenagem e os pontos de entrada e de saída de cargas, cobrindo um período mínimo de 30 (trinta) dias corridos; e

j)equipamentos e pessoal em quantidade suficiente para o bom atendimento às necessidades da fiscalização aduaneira.

Art. 6º - Após o exame preliminar dos documentos de que trata o artigo 4º pelo SEVIG, será designada comissão que realizará vistoria no local, lavrando termo circunstanciado.

§1º - A comissão realizará a vistoria no prazo de 10 (dez) dias úteis da data de sua constituição.

§2º - A vistoria consistirá na verificação das instalações físicas em cotejo com o projeto apresentado e das condições operacionais e de segurança fiscal do recinto.

§3º - Na hipótese em que devam ser realizadas obras no local, a critério do interessado ou por exigência da comissão de vistoria, o prazo previsto no parágrafo anterior será contado a partir da comunicação de conclusão das obras pela interessada.

§4º - O interessado deverá cumprir as exigências feitas pela comissão, findo o que será realizada nova vistoria no local, lavrando-se o respectivo termo.

§ 5º Por ocasião da lavratura do termo de vistoria, a comissão manifestar-se-á conclusivamente se o recinto satisfaz as condições de segurança fiscal para a instalação do REDEX na forma pleiteada.

Art. 7º - Após a realização da vistoria, a comissão juntará o respectivo termo ao processo e o encaminhará ao Chefe do SEVIG que, com base no parecer conclusivo da comissão de vistoria e na disponibilidade de pessoal da unidade local, o enviará com proposta de deferimento ou indeferimento ao Gabinete do Inspetor-Chefe, para:

I - A expedição de Ato Declaratório Executivo, na hipótese de se tratar de REDEX em caráter eventual; ou

II - Encaminhamento ao Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil na 4ª Regional Fiscal, para expedição de Ato Executivo, nos termos do § 2º do artigo 3º da Instrução Normativa SRF nº 114/2001, quando se tratar de REDEX em caráter permanente.

Art. 8º - As mercadorias destinadas à exportação, para serem admitidas em REDEX, deverão estar acompanhadas de nota fiscal, emitida de conformidade com o Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI), ressalvados os casos que esteja, comprovadamente dispensada a sua emissão.

Art. 9º - O depositário deverá informar a disponibilidade da carga armazenada sob sua responsabilidade no Siscomex mediante a indicação do número identificador do recinto a ele atribuído.

Art. 10 - Os despachos de exportação realizados no REDEX com fiscalização permanente serão submetidos à parametrização para seleção de canais de verificação, conforme dispõe o SISCOMEX.

Parágrafo Único - Os despachos de exportação realizados nos REDEX eventuais serão invariavelmente direcionados para o canal vermelho de conferência física.

Art. 11 - Os despachos de exportação no REDEX eventual ficam condicionados à solicitação do exportador, com antecedência mínima de 48 horas, nos termos do artigo 13, inciso II, da IN/SRF nº 28/94, através de transação própria no SISCOMEX.

Art. 12 - A mercadoria desembaraçada seguirá em regime de trânsito aduaneiro, sob procedimento especial nos termos dos artigos 12, 32, 33 e 34, da IN/SRF nº 28/94, com alterações dadas pela IN/SRF nº 510/2005, em conformidade com os artigos 270, inciso II e 288, do Decreto nº 4.543/2002, até a unidade que jurisdiciona o local de saída do país ou recinto alfandegado.

Art. 13 - Constitui-se obrigação do beneficiário de REDEX manter em boa ordem as instalações, equipamentos e maquinários do REDEX atendendo, da melhor forma possível, as solicitações de melhorias feitas pela autoridade aduaneira que atue no local.

Art. 14 - A habilitação como REDEX eventual ou permanente será concedida pelo prazo de 01 (um) ano, a título precário, podendo ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, formalizado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, contados do vencimento em vigor, que seguirá o mesmo rito estabelecido para a habilitação inicial.

Art. 15 - O beneficiário de REDEX ressarcirá à Receita Federal do Brasil, quando for o caso, despesa de deslocamentos de servidores, a ser recolhida por meio de Documento de Arrecadação Federal - DARF ao Fundo de Aperfeiçoamento das Atividades Fiscais - FUNDAF, na forma da legislação vigente.

Art. 16 - O descumprimento dos dispositivos desta Portaria ensejará a aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, inclusive a desabilitação do recinto.

Art. 17 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GINALDO ANTONIO FREIRE

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 25 DE AGOSTO DE 2008

Cancela Registro Especial para Engarrafador de Aguardente de Cana na forma prevista na IN SRF/504/2005.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 13643.000392/2002-63, declara:

Art.1º. Cancelado o Registro Especial para Engarrafador de Aguardente de Cana sob o nº 06104/042, de acordo com o artigo 8º, inciso I, da IN/SRF nº 504, concedido através do Ato Declaratório Executivo nº 1, de 15 de janeiro de 2003, publicado na página 21 da Seção I do DOU de 22 de janeiro de 2003, à empresa COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CACHAÇA AGROARTESANAL DE UBÁ E MICRO REGIÕES LTDA, CNPJ nº 03.847.892/0001-59.

Art. 2ª. Este Ato Declaratório Executivo somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGÉRIO MARTINHO TESTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 25 DE AGOSTO DE 2008

Cancela Registro Especial para Produtor de Aguardente de Cana na forma prevista na IN SRF/504/2005

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 13643.000392/2002-63, declara:

Art.1º. Cancelado o Registro Especial para Produtor de Aguardente de Cana sob o nº 06104/043, de acordo com o artigo 8º, inciso I, da IN/SRF nº 504, concedido através do Ato Declaratório Executivo nº 1, de 15 de janeiro de 2003, publicado na página 21 da Seção I do DOU de 22 de janeiro de 2003, à empresa COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CACHAÇA AGROARTESANAL DE UBÁ E MICRO REGIÕES LTDA, CNPJ nº 03.847.892/0001-59.

Art. 2ª. Este Ato Declaratório Executivo somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGÉRIO MARTINHO TESTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 25 DE AGOSTO DE 2008

Declara a Habilitação ao Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto)

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 243 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n.º 095, de 30 de abril de 2007, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 02 de maio de 2007, tendo em vista o disposto no art. 5º da Instrução Normativa SRF nº 477, de 14 de dezembro de 2004, e o que consta do processo administrativo nº 10640.003079/2008-12, declara:

Concedida a HABILITAÇÃO, em caráter precário, ao Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) de que trata os artigos 13, 14 e 15 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.726, de 23 de junho de 2008 e Medida Provisória nº 428, de 12 de maio de 2008, para a empresa MRS LOGISTICA S/A, CNPJ 01.417.222/0003-39, estabelecida na Avenida Brasil 2001, Centro, Juiz de Fora, Minas Gerais.

ROGÉRIO MARTINHO TESTA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os arts. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA (MG), no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 238 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007, e no art. 4º da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) a pessoa jurídica, a seguir identificada, em virtude de atividade econômica vedada (serviço decorrente do exercício de atividade de natureza técnica - manutenção e testes hidrostáticos em cilindros para gás cloro), conforme disposto no inciso XI do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no inciso XI do art. 5º da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007:

Nome Empresarial: General Chemical Comércio e Derivados Ltda.

CNPJ: 05.860.142/0001-42

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 01/07/2007, conforme disposto no inciso VII do art. 6º da Resolução CGSN nº 15, de 23 de julho de 2007 .

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Art. 4º Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o art. 3º, a exclusão tornar-se-á definitiva.

IGOR DIRENE NEVES

7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL /AEROPORTO INTERNACIONAL DO RIO DE JANEIRO/GALEÃO-ANTÔNIO CARLOS JOBIM

PORTARIA Nº 297, DE 14 DE AGOSTO DE 2008

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO (RJ), no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, alterado pelo Decreto 86.377, de 17 de setembro de 1981, e considerando os artigos 238 e 249, VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, publicada no DOU Extra de 02 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º - Alterar a Portaria nº 326, de 19 de novembro de 2007, como se segue;

§ 1º - O artigo 1º da referida portaria passa a ter a seguinte alteração:

II - EM CARÁTER ESPECÍFICO

8.2 - GRUPO DE CONTROLE DE MERCADORIAS APREENDIDAS - GCONT

2) Intimar contribuintes, inclusive com a publicação de editais, e controle de prazo para impugnação nos processos de apuração de infrações sujeitas à penalidade de perdimento, seja de mercadorias (rito previsto no DL 1.455/76), seja de numerário estrangeiro (art. 89 da MP 2.158-35/01).

ELIS MÁRCIO RODRIGUES E SILVA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 346, DE 22 DE AGOSTO DE 2008

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA RECEITA FEDERAL NA 7ª REGIÃO FISCAL no uso da competência delegada pelo inciso V da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no D.O.U. de 30 de maio de 2007, atendendo o previsto no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, e tendo em vista o que consta do processo nº 10768.004423/2008-46, declara:

Art.1º-Fica a empresa SEADRILL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.521.059/0001-08, habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural - REPETRO, de que trata o "caput" e o § 1º do art. 2º da IN RFB nº 844/2008, na execução do contrato a seguir relacionado, até o termo final estabelecido no mesmo.

Art.2º-Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar o REPETRO poderá ser suspensa ou cancelada, na hipótese de ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art.3º-Eventuais prorrogações dos contratos especificados, em anexo, serão objeto de novo Ato Declaratório Executivo.

Art.4º-Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Nº DO CNPJ	CONTRA-TANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
09.521.059/0001-08	Esso Exploração Santos Brasileira Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sed. de Santos: BM-S-22	A2114989 A2114995 West Polaris (Hull 1657)	30.06.2009 novos contratos

WALTER SANCHES SANCHES JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 347, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência delegada pelo inciso V da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no D.O.U. de 30 de maio de 2007, atendendo o previsto no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, e tendo em vista o que consta do processo nº 10768.001376/2008-89, declara:

Art.1°-Fica a empresa PGS ONSHORE DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.021.499/0001-98, habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural - REPETRO, de que trata o "caput" e o § 1º do art. 2º da IN RFB nº 844/2008, na execução dos contratos a seguir relacionados, até o termo final estabelecido nos mesmos.

Art.2°-Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar o REPETRO poderá ser suspensa ou cancelada, na hipótese de ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art.3°-Eventuais prorrogações dos contratos especificados serão objeto de novo Ato Declaratório Executivo.

Art.4°-Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art.5°-Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 330, de 18 de agosto de 2008, publicado no DOU de 22 de agosto de 2008.

Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
09.021.499/0001-98 (retificação) 09.021.499/0002-79	Petróleo Brasileiro S.A.	Campo em Exploração: Bacia Sed. do São Francisco: BT-SF-2	2010.0039738.08-2	05.11.2008 prorrogação

WALTER SANCHES SANCHES JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 348, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência delegada pelo inciso V da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no D.O.U. de 30 de maio de 2007, atendendo o previsto no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, e tendo em vista o que consta do processo nº 10768.001838/2007-87, declara:

Art.1°-Fica a empresa GX TECHNOLOGY SISMICA BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.862.869/0001-94, habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural - REPETRO, de que trata o "caput" e o § 1º do art. 2º da IN RFB nº 844/2008, na execução dos contratos a seguir relacionados, até o termo final estabelecido nos mesmos.

Art.2°-Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar o REPETRO poderá ser suspensa ou cancelada, na hipótese de ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art.3°-Eventuais prorrogações dos contratos especificados serão objeto de novo Ato Declaratório Executivo.

Art.4°-Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art.5º-Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 47, de 15 de fevereiro de 2008, publicado no DOU de 20 de fevereiro de 2008.

Nº NO CNPJ	AUTORIZAÇÃO (ANP)	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº PROCESSO (ANP)	TERMO FINAL
07.862.869/0001-94	nº 19, de 13.02.2007 (D.S. de 15.01.2008, publicado DOU 16.01.2008)	Bacias de Espírito Santo, Campos e Santos.	48610.002196/2007-16	13.03.2009 prorrogação
	nº 325, de 12.08.2008 (publicado DOU 13.08.2008)	Bacias de Foz do Amazonas, Pará/Maranhão, Barreirinhas, Ceará, Potiguar, Pernambuco/ Paraíba, Sergipe/Alagoas, Jacuípe, Camamu/Almada, Jequitinhonha, Cumuruxatiba, Mucuri, Espírito Santo, Campos, Santos e Pelotas.	48610.009027/2008-71	12.02.2010 nova autorização

WALTER SANCHES SANCHES JUNIOR

8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 79, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

Altera a redação do caput do art. 2º do Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 67, de 30 de junho de 2004, publicado no DOU de 06/07/2004, que concedeu Regime Especial de Emissão de Documentos e Escrituração de Livros Fiscais à empresa OXITENO S/A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida nos arts. 5º e 15 da Instrução Normativa SRF nº 85, de 11 de outubro de 2001, publicada no DOU de 16/10/2001, tendo em vista o Parecer da Diretoria Executiva da Administração Tributária da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo no processo DRT-1 nº 16946/1981, datado de 17/04/2006, e o que consta no processo administrativo nº 10880.003544/2006-12, declara:

Art. 1º - O caput do art. 2º do Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 67, de 30 de junho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Fica autorizada a emissão de uma única Nota Fiscal, por período de apuração do IPI, para acobertar as transferências de Óxido de Eteno; Dióxido de Carbono; Água; Vapor; Gás Natural; Surfom; Ultramine; Oxilub e Gás Carbônico, realizadas através de tubulação, entre as filiais da interessada: CNPJ (MF) nº 62.545.686/0002-34 e Inscrição Estadual nº 442.010.995.117, estabelecida na Avenida Airton Senna da Silva nº 3.001, Mauá - SP e CNPJ (MF) nº 62.545.686/0011-25, Inscrição Estadual nº 442.013.568.111, estabelecida na Avenida das Indústrias nº 365, Mauá - SP; e para acobertar as movimentações realizadas dessas filiais para a empresa adquirente WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA., CNPJ (MF) nº 35.820.488/0166-44 e Inscrição Estadual nº 442.039.195.115, estabelecida na Avenida das Indústrias nº 412, Mauá - SP."

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDMUNDO RONDINELLI SPOLZINO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 348, DE 25 DE AGOSTO DE 2008

O Delegado da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo (SP), no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União em 02 de maio de 2007, alterado pela Portaria nº 323, de 19 de dezembro de 2007, e considerando o que dispõe o inciso I do artigo 556 da Instrução Normativa/SRP nº 03, de 14 de julho de 2005, resolve:

Art. 1º Declarar sem efeito a Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa - CPD-EN nº 221012007-21003030, com data de emissão de 24 de abril de 2007 , em nome da empresa K2 - Ground Handling Support Ltda , CNPJ 02.781.252/0001-20, tendo em vista decisão proferida no Mandado de Segurança de nº 2007.61.00.003011-5, que tramita perante a 10ª Vara Cível Federal.

Art. 2º Dessa forma, a contar de 27 de novembro de 2007, ficam cancelados os efeitos da certidão supra.

Art. 3º O ato eventualmente praticado, após a data mencionada no art. 2º, para o qual a apresentação da CND tenha servido de fato gerador de prova de inexistência de débito de contribuição previdenciária, é nulo, para todos os efeitos, de acordo com o disposto no caput do art. 48 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, e alterações posteriores.

EDWAR MARCHETTI

PORTARIA Nº 349, DE 25 DE AGOSTO DE 2008

O Delegado da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo (SP), no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União em 02 de maio de 2007, alterado pela Portaria nº 323, de 19 de dezembro de 2007, e considerando o que dispõe o inciso I do artigo 556 da Instrução Normativa/SRP nº 03, de 14 de julho de 2005, resolve:

Art. 1º Declarar sem efeito a Certidão Negativa de Débito - CND nº 540332007-21003030, com data de emissão de 24 de julho de 2007 , em nome da empresa Baleizão Empreendimentos Imobiliários Ltda. , CEI 37.550.07392/74, tendo em vista emissão com base em documento de autenticidade não reconhecida pelo órgão de origem, conforme consta do processo administrativo nº 11831.002167/2008-12.

Art. 2º Dessa forma, a contar de 24 de julho de 2007, ficam cancelados os efeitos da certidão supra.

Art. 3º O ato eventualmente praticado, após a data mencionada no art. 2º, para o qual a apresentação da CND tenha servido de fato gerador de prova de inexistência de débito de contribuição previdenciária, é nulo, para todos os efeitos, de acordo com o disposto no caput do art. 48 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, e alterações posteriores.

EDWAR MARCHETTI

PORTARIA Nº 350, DE 25 DE AGOSTO DE 2008

O Delegado da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo (SP), no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União em 02 de maio de 2007, alterado pela Portaria nº 323, de 19 de dezembro de 2007, e considerando o que dispõe o inciso I do artigo 556 da Instrução Normativa/SRP nº 03, de 14 de julho de 2005, resolve:

Art. 1º Declarar sem efeito a Certidão Negativa de Débito - CND nº 293222007-21003030, com data de emissão de 25 de abril de 2007 , em nome da empresa Baleizão Empreendimentos Imobiliários Ltda , CEI 37.550.07084/71, tendo em vista emissão com base em documento de autenticidade não reconhecida pelo órgão de origem, conforme consta do processo administrativo nº 11831.002169/2008-01.

Art. 2º Dessa forma, a contar de 25 de abril de 2007, ficam cancelados os efeitos da certidão supra.

Art. 3º O ato eventualmente praticado, após a data mencionada no art. 2º, para o qual a apresentação da CND tenha servido de fato gerador de prova de inexistência de débito de contribuição previdenciária, é nulo, para todos os efeitos, de acordo com o disposto no caput do art. 48 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, e alterações posteriores.

EDWAR MARCHETTI

PORTARIA Nº 351, DE 25 DE AGOSTO DE 2008

O Delegado da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo (SP), no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União em 02 de maio de 2007, alterado pela Portaria nº 323, de 19 de dezembro de 2007, e considerando o que dispõe o inciso I do artigo 556 da Instrução Normativa/SRP nº 03, de 14 de julho de 2005, resolve:

Art. 1º Declarar sem efeito a Certidão Negativa de Débito - CND nº 699162007-21003030, com data de emissão de 19 de setembro de 2007 , em nome da empresa Empreiteira Barros e Lobo Ltda. , CEI 37.550.07650/72, tendo em vista emissão com base em documento de autenticidade não reconhecida pelo órgão de origem, conforme consta do processo administrativo nº 11831.002168/2008-59.

Art. 2º Dessa forma, a contar de 19 de setembro de 2007, ficam cancelados os efeitos da certidão supra.

Art. 3º O ato eventualmente praticado, após a data mencionada no art. 2º, para o qual a apresentação da CND tenha servido de fato gerador de prova de inexistência de débito de contribuição previdenciária, é nulo, para todos os efeitos, de acordo com o disposto no caput do art. 48 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, e alterações posteriores.

EDWAR MARCHETTI

PORTARIA Nº 352, DE 25 DE AGOSTO DE 2008

O Delegado da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo (SP), no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União em 02 de maio de 2007, al-

terado pela Portaria nº 323, de 19 de dezembro de 2007, e considerando o que dispõe o inciso I do artigo 556 da Instrução Normativa/SRP nº 03, de 14 de julho de 2005, resolve:

Art. 1º Declarar sem efeito a Certidão Negativa de Débito - CND nº 565762007-21003030, com data de emissão de 31 de julho de 2007 , em nome da empresa JBE Togoba Construtora Ltda. , CEI 37.550.07426/79, tendo em vista emissão com base em documento de autenticidade não reconhecida pelo órgão de origem, conforme consta do processo administrativo nº 11831.002170/2008-28.

Art. 2º Dessa forma, a contar de 31 de julho de 2007, ficam cancelados os efeitos da certidão supra.

Art. 3º O ato eventualmente praticado, após a data mencionada no art. 2º, para o qual a apresentação da CND tenha servido de fato gerador de prova de inexistência de débito de contribuição previdenciária, é nulo, para todos os efeitos, de acordo com o disposto no caput do art. 48 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, e alterações posteriores.

EDWAR MARCHETTI

PORTARIA Nº 353, DE 25 DE AGOSTO DE 2008

O Delegado da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo (SP), no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União em 02 de maio de 2007, alterado pela Portaria nº 323, de 19 de dezembro de 2007, e considerando o que dispõe o inciso I do artigo 556 da Instrução Normativa/SRP nº 03, de 14 de julho de 2005, resolve:

Art. 1º Declarar sem efeito a Certidão Negativa de Débito-CND nº 017882008-21004030, com data de emissão de 16 de janeiro de 2008, em nome da empresa Lancer Vigilância e Segurança Ltda, CNPJ 02.633.187/0001-96, tendo em vista decisão proferida no Mandado de Segurança de nº 2008.61.00.000985-4, que tramita perante a 22ª Vara Cível Federal.

Art. 2º Dessa forma, a contar de 17 de julho de 2008, ficam cancelados os efeitos da certidão supra.

Art. 3º O ato eventualmente praticado, após a data mencionada no art. 2º, para o qual a apresentação da CND tenha servido de fato gerador de prova de inexistência de débito de contribuição previdenciária, é nulo, para todos os efeitos, de acordo com o disposto no caput do art. 48 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, e alterações posteriores.

EDWAR MARCHETTI

PORTARIA Nº 354, DE 25 DE AGOSTO DE 2008

O Delegado da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária em São Paulo (SP), no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União em 02 de maio de 2007, alterado pela Portaria nº 323, de 19 de dezembro de 2007, e considerando o que dispõe o inciso I do artigo 556 da Instrução Normativa/SRP nº 03, de 14 de julho de 2005, resolve:

Art. 1º Declarar sem efeito a Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa - CPD-EN nº 201232000-21606001, com data de emissão de 26 de junho de 2000 , em nome da empresa Atlântico Sul Empreendimentos Imobiliários , CEI 21.901.15006/71, tendo em vista decisão proferida no Mandado de Segurança de nº 200061000185580, que tramita perante a 13ª Vara Federal Cível.

Art. 2º Dessa forma, a contar de 30 de janeiro de 2008, ficam cancelados os efeitos da certidão supra.

Art. 3º O ato eventualmente praticado, após a data mencionada no art. 2º, para o qual a apresentação da CND tenha servido de fato gerador de prova de inexistência de débito de contribuição previdenciária, é nulo, para todos os efeitos, de acordo com o disposto no caput do art. 48 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, e alterações posteriores.

EDWAR MARCHETTI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Declara inapta a inscrição de empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII do artigo 249 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n.º 95, de 30 de abril de 2007, publicada no DOU de 2 de maio de 2007, considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei 9.430/96 e no inciso II do artigo 41 e no artigo 43 da IN-RFB nº 748, de 28 de junho de 2007, resolve:

Art. 1º. Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, abaixo descrita, sujeitando-se a empresa aos efeitos previstos nos artigos 47 e 48 da IN-RFB nº 748, de 28 de junho de 2007, sendo considerados inidôneos os documentos emitidos pelo contribuinte.

Art. 2º. A declaração de inaptidão baseia-se na ausência de regularização cadastral e pelo não atendimento da intimação constante do Edital nº 2, de 25 de junho de 2008, sendo constatada a inexistência de fato do contribuinte de acordo com o inciso III, do artigo 34, c/c o inciso II, do artigo 41 da IN-RFB acima citada.

Processo: 19515.002238/2008-63

Empresa: PECOS BRASIL COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.

CNPJ nº : 66.818.667/0001-04

Efeitos da inaptidão a partir de : 04/04/2008

AIRTON APARECIDO FABIANO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PRESIDENTE PRUDENTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 25 DE AGOSTO DE 2008

Declara a Inapta a inscrição da Pessoa Jurídica, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 748 de 28 de junho de 2.007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PRESIDENTE PRUDENTE, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 095, de 30 de abril de 2.007, e tendo em vista o disposto nos artigos 34, 41 e 43, da Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2.007, resolve :

Artigo 1º- Declarar INAPTA a pessoa jurídica "Sueli Vieira de Araújo Me", inscrita no Cadastro Nacional da Pessoal Jurídica - CNPJ sob nº 00.382.680/0001-55, por considerá-la inexistente de fato, com os efeitos previstos nos artigos 47 a 52 da IN RFB 748/2007, sendo considerados tributariamente ineficazes os documentos fiscais emitidos pela mesma a partir de 15 de fevereiro de 2002 (Processo Administrativo nº 15940.000214/2008-07).

JOSE ROBERTO MAZARIN

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 25 DE AGOSTO DE 2008

Declara a Inapta a inscrição da Pessoa Jurídica, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 748 de 28 de junho de 2.007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PRESIDENTE PRUDENTE, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 095, de 30 de abril de 2.007, e tendo em vista o disposto nos artigos 34, 41 e 43, da Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2.007, resolve :

Artigo 1º- Declarar INAPTA a pessoa jurídica "Karlunga Editora e Publicidade Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoal Jurídica -CNPJ sob nº 96.563.861/0001-57, por considerá-la inexistente de fato, com os efeitos previstos nos artigos 47 a 52 da IN RFB 748/2007, sendo considerados tributariamente ineficazes os documentos fiscais emitidos pela mesma a partir de 14 de abril 1993 (Processo Administrativo nº 15940.000216/2008-98).

JOSE ROBERTO MAZARIN

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 25 DE AGOSTO DE 2008

Declara a Inapta a inscrição da Pessoa Jurídica, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 748 de 28 de junho de 2.007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PRESIDENTE PRUDENTE, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 095, de 30 de abril de 2.007, e tendo em vista o disposto nos artigos 34, 41 e 43, da Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2.007, resolve :

Artigo 1º- Declarar INAPTA a pessoa jurídica "I G Almeida Artes Gráficas Ltda-Me", inscrita no Cadastro Nacional da Pessoal Jurídica -CNPJ sob nº 05.253.818/0001-30, por considerá-la inexistente de fato, com os efeitos previstos nos artigos 47 a 52 da IN RFB 748/2007, sendo considerados tributariamente ineficazes os documentos fiscais emitidos pela mesma a partir de 20 de agosto 2002 (Processo Administrativo nº 15940.000226/2008-23).

JOSE ROBERTO MAZARIN

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO SERVIÇO DE DESPACHO ADUANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 85, DE 21 DE AGOSTO DE 2008

O CHEFE DO SERVIÇO DE DESPACHO ADUANEIRO DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso da delegação de competência estabelecida pelo artigo 7º, inciso XVI, da Portaria IRF/SPO nº 183, de 21 de setembro de 2004, e, tendo em vista o que consta do processo nº 10314.006239/2008-79, declara:

1. A empresa CHEVRON ORONITE BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 42.352.559/0001-20, com sede na Avenida Ayrton Senna da Silva nº 2500 Parte - Capuava - Mauá/SP, fica habilitada a utilizar os procedimentos simplificados de que trata a IN RFB nº 747, de 14 de junho de 2007, para a reexportação e a aplicação do regime aduaneiro especial de admissão temporária, relativamente a:

Container Open Top 20', valor unitário US$ 2.000,00 e NCM 7309.00.90.

2. Sem prejuízo da aplicação de sanções específicas, esta habilitação para utilização de procedimentos simplificados é concedida a título precário, podendo ser cancelada ou suspensa a qualquer tempo, nos casos de descumprimento das condições estabelecidas ou de infringências legais ou regulamentares.

3. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALTON JOSÉ DE CASTRO

9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 255, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

Registro especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de Gráfica.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 2º da Instrução Normativa SRF nº 71, de 24 de agosto de 2001, tendo em vista o disposto no artigo 150, inciso VI, alínea "d", da Constituição Federal, e no art. 40 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, combinados com o art. 18 inciso I, §§ 1º e 4º e o artigo 20 do Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002, o art. 1º, § 6 do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, alterado pela Lei nº 9.822, de 23 de agosto de 1999, e pela Medida Provisória nº 1.991-15, de 10 de março de 2000, convalidada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e face ao que consta no processo nº 10980.011133/2008-34, declara:

Art. 1o Inscrito no Registro Especial sob nº GP-09101/107 o estabelecimento abaixo indicado, que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade desenvolvida de "gráfica", nos termos do art. 1º, § 1º, item V da IN/SRF 71/2001, com a redação dada pelo art. 1º da Instrução Normativa SRF nº 101, de 21 de dezembro de 2001:

A & J GRÁFICA E EDITORA LTDA.

CNPJ: 09.249.891/0001-99

Rua Omilio Monteiro Soares, nº 670, Fanny - Curitiba - Pr - Cep: 81030-000.

Art. 2o O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na Instrução Normativa SRF nº 71/2001 e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro, na forma do art. 7º da referida Instrução Normativa, com a redação dada pelo art.1º da IN/SRF nº 101, de 21/12/2001.

Art. 3o Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeito a partir da data de sua publicação.

VERGÍLIO CONCETTA

10ª REGIÃO FISCAL DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 14 DE AGOSTO DE 2008

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, no uso da competência delegada pela Portaria SRRF/10ª RF nº 403, de 26 de novembro de 1999, publicada no Diário Oficial da União, em 3 de dezembro de 1999, resolve CANCELAR, a pedido do interessado, a inscrição no Registro de Despachantes e Ajudantes de Despachante Aduaneiro, nº 10D.01.410, de Ivanir Antonio Barbieri , CPF nº 368.316.709-20.

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TELMO MORAES FREITAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 25 DE AGOSTO DE 2008

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, no uso da competência delegada pela Portaria SRRF/10ª RF nº 403, de 26 de novembro de 1999, publicada no Diário Oficial da União, em 3 de dezembro de 1999, resolve:

1. INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10D.01.699	Miriele Espelocin Silva	002.236.290-81
10D.01.700	Paula Ramona Feiten Teixeira	007.970.520-03
10D.01.701	Rosianni Macedo Viana	834.008.000-82
10D.01.702	Eduardo Roberto Gama Bastos	515.853.160-91
10D.01.703	Katiusca Dornelles Bitencourt	974.899.990-49
10D.01.704	Christian Rodrigues dos Santos	810.026.100-87
10D.01.705	Fernanda Machado Moreira	012.464.310-84
10D.01.706	Jeovani Alves da Silva	958.243.320-53
10D.01.707	Edson Jary da Silva	390.735.640-34
10D.01.708	Cátia Rutkoski	728.711.480-15
10D.01.709	Isaque Steffens	007.120.060-60
10D.01.710	Lucas Martins Proença	008.448.390-35

2. CANCELAR a inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão da inclusão no registro de Despachantes Aduaneiros, das seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.02.905	Miriele Espelocin Silva	002.236.290-81
10A.03.157	Paula Ramona Feiten Teixeira	007.970.520-03
10A.03.175	Rosianni Macedo Viana	834.008.000-82
10A.02.081	Eduardo Roberto Gama Bastos	515.853.160-91
10A.02.613	Katiusca Dornelles Bitencourt	974.899.990-49
10A.02.870	Christian Rodrigues dos Santos	810.026.100-87
10A.03.067	Fernanda Machado Moreira	012.464.310-84
10A.03.108	Jeovani Alves da Silva	958.243.320-53
10A.01.372	Edson Jary da Silva	390.735.640-34
10A.01.341	Cátia Rutkoski	728.711.480-15
10A.02.950	Isaque Steffens	007.120.060-60
10A.02.978	Lucas Martins Proença	008.448.390-35

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

TELMO MORAES FREITAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 25 DE AGOSTO DE 2008

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, no uso da competência delegada pela Portaria SRRF/10ª RF nº 403, de 26 de novembro de 1999, publicada no Diário Oficial da União, em 3 de dezembro de 1999, resolve:

INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.03.748	Cristiane Abreu Gromoski	990.663.510-04
10A.03.749	Giovane Lindemayer de Oliveira	008.428.360-20
10A.03.750	Marco Antonio Martins Flores	004.331.770-71
10A.03.751	Alex Sander Carré Chagas	648.622.590-49
10A.03.752	Charles Andre dos Santos Oliveira	982.637.730-91
10A.03.753	Gabriela Anello e Silva	014.820.220-95
10A.03.754	Jester da Silva Oliveira	020.082.880-05
10A.03.755	Rodrigo Silva dos Santos	999.935.030-53
10A.03.756	Rosenilda dos Santos Ferreira	590.286.960-91
10A.03.757	Ederson da Silva Ramos	817.193.100-68
10A.03.758	João Carlos Dittgen Lopes Teixeira Júnior	010.906.560-33
10A.03.759	Alice Ott Fonseca	026.427.880-16
10A.03.760	Fátima Teresinha Gonçalves Quintana	461.307.800-87
10A.03.761	Jonatan Monteiro Souza	834.181.560-53
10A.03.762	Tatiane Eugenio de Oliveira	013.053.830-28
10A.03.763	Anderson Lima Carvalho	015.325.680-02
10A.03.764	Dayane Maydana Moura Cogorni	008.653.130-16
10A.03.765	Rodrigo Vitória Nunes	013.024.220-90
10A.03.766	Bruno Alexandre Virtuoso e Silva	809.117.060-20
10A.03.767	Pedro Luis Virtuoso Silva	938.635.350-49
10A.03.768	Fernanda Daniele Tavares Pereira	011.258.160-90
10A.03.769	Paulo Eduardo Prado dos Santos	762.096.790-72
10A.03.770	Marcia Raquel Ferreira Cezimbra Dorneles	746.110.620-15
10A.03.771	Sabrina Cezimbra Dorneles	837.988.110-91
10A.03.772	Raquel Jacques Jardim	010.548.400-83
10A.03.773	Diego Henrique Carvalho Medeiros	017.315.810-25
10A.03.774	Cleber Luis Borges	000.468.040-56
10A.03.775	Marcos André Joaquim	782.218.540-34
10A.03.776	Gerson Leandro Cabral	464.598.800-00

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

TELMO MORAES FREITAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SUPERVISÃO DE COOPERATIVAS E DE INSTITUIÇÕES NÃO-BANCÁRIAS

CARTA-CIRCULAR Nº 3.337, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Divulga procedimentos mínimos necessários para o desempenho do estabelecido pela Circular 3.400, de 2008, no cumprimento das atribuições especiais das cooperativas centrais de crédito previstas no Capítulo IV da Resolução 3.442, de 2007.

Tendo em conta o disposto no art. 2º da Circular 3.400, de 1º de agosto de 2008, no processo de inspeção direta periódica devem ser executados os seguintes procedimentos mínimos, em extensão compatível com o porte e a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades, dos processos e dos sistemas da cooperativa de crédito filiada:

I - Políticas Institucionais: verificar no mínimo:

a) existência de manuais atualizados, referendados pela alta administração, devidamente divulgados aos funcionários;

b) existência de procedimentos que assegurem a segregação de funções, a segurança da informação e o adequado tratamento dos atos não-cooperativos;

II - Governança: avaliar as regras instituídas, bem como a atuação da diretoria, do conselho de administração e do conselho fiscal;

III - Exposição a Riscos: verificar a estrutura de gerenciamento dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional e de outros, implementada na forma da regulamentação em vigor;

IV - Sistemas de Controles Internos: verificar sua adequação, conformidade e suficiência, observando-se, no que se refere ao sistema voltado à Prevenção da Lavagem de Dinheiro e do Financiamento ao Terrorismo (PLD/FT), se foram adotados os procedimentos estabelecidos no Anexo I;

V - Plano de Negócios: aderência da cooperativa singular filiada ao estudo de viabilidade econômico-financeira e ao plano de negócios apresentados quando da constituição ou das alterações estatutárias, verificar:

a) se há compatibilidade entre a situação corrente da cooperativa e o estudo de viabilidade econômico-financeira, especialmente no tocante ao cumprimento das metas previstas e consolidadas na projeção da estrutura patrimonial e de resultados;

b) se a cooperativa evidencia, no relatório de administração que acompanha as demonstrações financeiras semestrais, a adequação das operações realizadas aos objetivos estabelecidos no estudo de viabilidade econômico-financeira e no plano de negócios, durante os três exercícios sociais após o início das operações ou a aprovação do pedido de alteração;

c) se o responsável pela auditoria externa vem opinando, em item específico do relatório referente ao cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, sobre a adequação de que trata a alínea "b";

VI - cumprimento de outras exigências legais e regulamentares: verificar, em especial:

a) a observância dos limites operacionais;

b) a remessa de documentos obrigatórios ao Banco Central do Brasil;

c) a consistência dos dados encaminhados aos sistemas do Banco Central do Brasil, em especial os relativos ao Sistema de Informações de Crédito (SCR) e ao Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central (Unicad);

d) os procedimentos para a adequada formalização e fiscalização das operações de crédito rural, quando aplicável;

e) os procedimentos para atuação como agente do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), quando aplicável;

VII - Situação Econômico-Financeira: aplicar os procedimentos de análise relacionados no Anexo II, observada a faculdade prevista no art. 3º, parágrafo único, inciso II, da Circular 3.400, de 2008.

2. No relatório elaborado pela cooperativa central de crédito, relativo às inspeções diretas periódicas realizadas nas respectivas cooperativas singulares filiadas, na forma do art. 4º, inciso II, da Circular 3.400, de 2008, além do determinado no item 1, deve ser destacada a ocorrência de impropriedades, de irregularidades, de deficiências de controles internos, de anormalidades ou de fatos relevantes, incluídos:

I - dificuldades oferecidas pelas cooperativas singulares filiadas em relação às inspeções efetuadas pela cooperativa central;

II - descumprimento das normas legais, regulamentares ou internas ao sistema, bem como de determinações da cooperativa central;

III - falta de aderência da situação observada nas cooperativas singulares filiadas aos planos de regularização, aos estudos de viabilidade econômico-financeira e aos planos de negócios apresentados ao Banco Central do Brasil;

IV - existência ou evidência de erros ou de fraudes, conforme definição do art. 23 do Regulamento anexo à Resolução 3.198, de 27 de maio de 2004, ou outras situações irregulares apontadas nos relatórios de auditorias externas executadas nas cooperativas singulares filiadas;

V - situações apontadas em auditoria interna, caso essa tenha sido efetuada por unidade da própria cooperativa singular, ou por auditor independente, com base no art. 2º, § 3º, da Resolução 2.554, de 24 de setembro de 1998, com a redação que lhe foi dada pela Resolução 3.056, de 19 de dezembro de 2002;

VI - atos entendidos como de má gestão praticados por órgãos de administração;

VII - denúncias recebidas sobre fraudes em filiadas;

VIII - situações que possam colocar em risco a continuidade da cooperativa;

IX - concentração de operações de empréstimos;

X - crise ou situação que evidencie problemas de liquidez;

XI - inclusões e exclusões de filiadas.

3. O relatório de inspeção direta periódica mencionado no item 2 deverá ser composto pelos seguintes documentos, no mínimo:

I - papéis de trabalho contábeis e gerenciais elaborados no curso da inspeção, contemplando, inclusive, descrição sucinta dos sistemas de controle interno e dos sistemas de gerenciamento de risco na cooperativa singular filiada, e do sistema de informática utilizado;

II - relatório de empréstimos de liquidez concedidos no âmbito da centralização financeira, informando os saldos devedores individuais de acordo com os critérios de média mensal e de posição no final de mês;

III - súmula de irregularidades apontadas na inspeção anterior, informando o grau de saneamento e as providências adicionais eventualmente adotadas;

IV - súmula de irregularidades apuradas na inspeção direta, devidamente referenciadas às normas descumpridas, à documentação comprobatória anexada e às providências adotadas para regularização, identificando, sempre que possível, os conselheiros ou os administradores responsáveis pelas irregularidades;

V - súmula de ajustes na posição patrimonial e financeira da cooperativa singular filiada, quando relevantes em termos de efeito no Patrimônio de Referência (PR) após ajustes;

VI - respostas da cooperativa singular filiada a respeito da correção das deficiências e dos descumprimentos apontados, acompanhadas de análise pela cooperativa central de crédito sobre o atendimento das medidas previstas;

VII - parecer conclusivo sobre a cooperativa singular filiada.

4. As informações registradas em atendimento ao item 2 desta carta-circular devem estar acompanhadas, quando for o caso, de esclarecimentos sobre as providências iniciais adotadas pela cooperativa singular e pela respectiva cooperativa central visando corrigir as deficiências e irregularidades apontadas. As providências relacionadas devem compor os relatórios posteriores, até a solução do problema.

5. Para o desempenho dos processos previstos no art. 1º, incisos II a IV, da Circular 3.400, de 2008, as cooperativas centrais de crédito devem observar, no mínimo, os seguintes procedimentos:

I - acompanhar as situações apontadas nos relatórios de auditorias interna e externa realizadas nas cooperativas singulares filiadas, relativas a deficiências de aderência às normas legais e regulamentares, de cumprimento das normas operacionais internas, de adequação dos sistemas de controles e de gestão de riscos e de adequação das demonstrações contábeis, efetuando análise das medidas previstas para eliminar os problemas encontrados, bem como a efetiva implementação das referidas medidas;

II - desenvolver e implementar sistemas de acompanhamento indireto capazes de identificar tempestivamente, no mínimo:

a) situações de desequilíbrio patrimonial ou financeiro das cooperativas singulares filiadas;

b) exposição anormal a riscos de crédito, de liquidez, operacional, de mercado ou a outros que possam, individual ou no conjunto, comprometer a solidez das cooperativas filiadas ou do sistema associado;

c) infrações a normas legais e regulamentares ou a normas operacionais internas;

III - acompanhar os planos de regularização, os estudos de viabilidade econômico-financeira e os planos de negócios elaborados pelas cooperativas singulares filiadas, exigidos pelo Banco Central do Brasil, analisando o atendimento das medidas e das metas previstas e o cumprimento do cronograma de execução.

6. O relatório elaborado pela cooperativa central de crédito sobre a realização da programação das inspeções diretas, de que trata o art. 1º, inciso V, alínea "b", da Circular 3.400, de 2008, deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - relação das cooperativas de crédito singulares filiadas que não foram submetidas a inspeção em todos os aspectos previstos na programação original, detalhando, no mínimo, o período de execução dos trabalhos presenciais, a data-base dos demonstrativos contábeis analisados e o quantitativo de pessoal utilizado;

II - relação das cooperativas de crédito singulares filiadas que não foram submetidas a inspeção em todos os itens previstos na programação original, detalhando, além das informações solicitadas no inciso I, se for o caso, os motivos do descumprimento do planejamento original, caso a caso, e os aspectos que, apesar de previstos, não foram perscrutados na inspeção.

7. Fica dispensada a remessa do relatório mencionado no item 6, referente aos trabalhos de inspeção direta realizados em 2008.

8. Esta carta-circular entra em vigor na data de sua publicação.

9. Fica revogado o Comunicado 10.968, de 25 de abril de 2003.

GILSON MARCOS BALLIANA
Chefe do Departamento

ANEXO I

Procedimentos de Avaliação do Sistema de Controles para Prevenção da Lavagem de Dinheiro e do Financiamento ao Terrorismo (PLD/FT)

Como parte do processo de verificação da adequação, da conformidade e da suficiência dos sistemas de controle interno voltados para a Prevenção da Lavagem de Dinheiro e do Financiamento ao Terrorismo (PLD/FT) nas cooperativas de crédito, deve ser observado:

I - se a cooperativa de crédito singular define diretrizes, ações e critérios ou adota procedimentos indicados pela cooperativa central ou pela confederação, formalizados em manuais, instruções internas, código de ética e conduta ou outros documentos internos acessíveis a todos os funcionários;

II - o estabelecimento de competências específicas, atribuições e responsabilidades, definidas e segregadas, dos funcionários envolvidos com o trabalho de PLD/FT;

III - a existência de ferramentas automatizadas, se for o caso, para detecção de operações passíveis de comunicação ao Banco Central do Brasil, alcançando todos os produtos e serviços da cooperativa;

IV - a manutenção de base cadastral de clientes, completa e atualizada, englobando os procedimentos de identificação do cliente e de seus representantes legais, com capacidade de identificar o respectivo perfil de risco, incluindo a análise da compatibilidade entre a capacidade financeira e a atividade econômica do cliente, bem como procedimentos especiais de acompanhamento de pessoas politicamente expostas;

V - a existência de procedimentos de registro e documentação das ocorrências relativas à PLD/FT, com seleção e análise de ocorrências suspeitas e exame prévio de novos produtos e serviços para identificação de vulnerabilidades;

VI - a comunicação de operações conforme estabelecido no art. 4º da Circular 2.852, de 3 de dezembro de 1998, e na Carta-Circular 3.098, de 11 de junho de 2003.

ANEXO II

Procedimentos de Análise das Informações Contábeis e Financeiras de Cooperativa de Crédito

Como parte do processo de verificação da situação econômico-financeira das cooperativas de crédito, devem ser realizados, quando aplicáveis, os seguintes exames nas informações contábeis e financeiras:

I - disponibilidades, aplicações financeiras e posições em derivativos:

a) realização de conferência de numerário e verificação da regularidade e da adequação das conferências periódicas realizadas pela própria cooperativa, na extensão julgada necessária;

b) verificação das conciliações bancárias;

c) comprovação da existência das aplicações financeiras;

d) verificação dos limites de diversificação de riscos;

e) avaliação da centralização financeira, sob as regras do sistema;

II - operações de crédito:

a) avaliação do modelo de classificação de risco;

b) apuração das operações renegociadas com indícios de "congelamento";

c) verificação do cumprimento dos critérios estabelecidos com relação ao controle, à conciliação contábil e ao reconhecimento de rendas;

d) verificação da classificação das operações, com especial atenção para a aplicação do art. 3º da Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999;

e) análise do grau de concentração das operações;

f) verificação da existência de operações com não associados e não associáveis;

g) avaliação da estrutura das taxas e prazos praticados, identificando as distorções eventualmente existentes;

h) verificação da tempestividade, da eficácia e do custo dos procedimentos de cobrança e recuperação de créditos em curso anormal;

i) análise do registro adequado das operações de crédito cedidas com retenção de risco ou de benefício, observados os critérios de venda ou transferência de ativos estabelecidos na Resolução 3.533, de 31 de janeiro de 2008;

j) análise da qualidade da carteira de operações de crédito, em base amostral, considerando, no mínimo, os seguintes quesitos:

1. verificação do cumprimento das exigências relativas à proposta, à aprovação e à formalização da operação, especialmente: atualização cadastral, restrições cadastrais, inclusive ocorrências anteriores de atrasos e inadimplências na própria cooperativa, alçadas de decisão, análise econômico-financeira (capacidade de pagamento), e formalização, incluindo o registro das garantias;

2. verificação da qualidade das garantias, observando, na garantia real, o valor e a viabilidade de realização, e no aval, a capacidade de pagamento do avalista e a existência de "avais cruzados";

3. apuração das operações renovadas com incorporação de juros e encargos de operação anterior, e verificação do cumprimento do disposto no art. 8º da Resolução 2.682, de 1999;

4. verificação da consistência dos saldos por meio de testes de circularização, cuja necessidade e extensão deverão ser estabelecidas conforme o grau de confiabilidade da gestão e dos controles internos da cooperativa;

5. elaboração de parecer conclusivo sobre o risco da operação, segundo os níveis de risco regulamentares, determinando-se o ajuste sempre que a classificação original corresponder a nível inferior de risco;

6. a amostra utilizada nesse procedimento deve ser composta de modo a refletir o risco da cooperativa, de acordo com critérios objetivos claramente demonstráveis, que deverão considerar obrigatoriamente as operações renegociadas, e operações com conselheiros e respectivos grupos econômicos;

III - outros créditos e outros valores e bens:

a) identificação da origem, composição analítica, pertinência e suporte documental dos saldos relevantes;

b) verificação da origem dos bens não destinados a uso próprio, com ênfase nos aspectos relativos à oportunidade, avaliação e formalização das operações de dação em pagamento, incluindo a identificação de eventuais prejuízos e favorecimentos;

c) análise da observância aos prazos de permanência no ativo dos bens não de uso próprio;

d) exame de avais e fianças honrados, atentando para as providências com vistas à recuperação dos respectivos valores e critérios adotados para constituição de provisão;

IV - permanente: verificação do cumprimento dos requisitos regulamentares quanto ao registro, à avaliação e ao cumprimento de limites;

V - depósitos:

a) verificação do cumprimento dos critérios estabelecidos para controle das captações quanto à classificação e à conciliação contábeis e reconhecimento das despesas;

b) verificação do grau de concentração;

c) verificação da existência de depósitos em nome de não associados ou de não associáveis;

d) avaliação da estrutura das taxas de remuneração praticadas, identificando as distorções eventualmente existentes;

e) verificação do cumprimento das exigências regulamentares relativas à abertura, à manutenção e ao encerramento de conta de depósitos, e dos procedimentos relativos à identificação e à prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro;

VI - outras obrigações:

a) identificação da origem, composição analítica, pertinência e suporte documental dos saldos relevantes;

b) análise do subgrupo contábil Obrigações por Empréstimos e Repasses e o direcionamento dos recursos para as finalidades previstas;

c) verificação da existência de eventuais passivos contingentes;

VII - patrimônio líquido:

a) verificação da existência de cooperados que não apresentem condições de associação, previstas nos estatutos;

b) verificação da existência de práticas relativas à concessão de empréstimos para subscrição de quotas-parte de capital e capital rotativo, bem como a regularidade dos resgates;

c) verificação da regularidade dos procedimentos relativos à distribuição das sobras e rateio das perdas, inclusive quanto aos critérios de cálculo previstos no estatuto social;

d) verificação do adequado controle da conta capital (por associado);

VIII - contas de resultado:

a) adequação do volume e composição das despesas e receitas relativamente ao porte da instituição, incluindo a realização de testes de apropriação e constituição de provisões;

b) verificação dos contratos de prestação de serviços firmados com terceiros pelos critérios de pertinência e custo;

c) identificação da composição dos saldos relativos às rubricas de natureza sintética, tais como outras despesas e outras receitas.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamentos, abertos ao público, de processos administrativos sancionadores - CVM

I - Julgamento remarcado - leitura de votos:

Tendo em vista o julgamento publicado no Diário Oficial da União em 12/08/2008, seção 1, pág.59, comunicamos, nos termos do disposto nos artigos 27 a 38 da Deliberação CVM nº 538, de 05/03/2008, o que segue:

a) PAS CVM nº 24/05: o julgamento, com sessão de manifestação de votos marcada para o dia 02/09/2008 às 15h, foi remarcado para o dia 07/10/2008 às 15h.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2008.
NILZA PINTO NOGUEIRA
p/Coordenação

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.393, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Ministro de Estado da Integração Nacional, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º O artigo 6º da Portaria nº 639, de 4 de abril de 2007, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º Findo o prazo para apresentação da defesa, ainda que esta não tenha sido apresentada, os indícios em apuração serão objetos de análise técnica, que concluirá, expressamente, pela existência ou não da irregularidade na implantação do projeto, e, se for o caso, do desvio de recursos"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEDDEL VIEIRA LIMA

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, com base no disposto na Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, e usando da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º do Decreto nº 3.415, de 19 de abril de 2000, resolve:

Nº 1.535 - Art. 1º Indeferir os pedidos do título de Utilidade Pública Federal das seguintes instituições:

I - AÇÃO SOCIAL MISSÃO, com sede na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, registrada no CNPJ nº 72.291.198/0001-10 (Processo MJ nº 08071.000766/2008-28);

II - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE BAIRRO PRAÇA DA BANDEIRA DE MARACÁS, com sede na cidade de Maracás, Estado da Bahia, registrada no CNPJ nº 03.371.397/0001-16 (Processo MJ n º 08071.008658/2007-12);

III - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS BAIRROS NOVA FLORESTA E SILVEIRA - ACOBANFS, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estada de Minas Gerais, registrada no CNPJ nº 38.737.623/0001-14 (Processo MJ nº 08026.000246/2006-07);

IV - ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REUNIDAS - ACORE, com sede na cidade de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ nº 05.740.747/0001-08 (Processo MJ nº 08071.002371/2006-06);

V - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA RIO NEGRO E BAIRRO, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, registrada no CNPJ nº 02.738.098/0001-04 (processo MJ nº 08071.000109/2008-81);

VI - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVO HORIZONTE DO SUL - APAE DE HORIZONTE DO SUL, com sede na cidade de Novo Horizonte do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, registrada no CNPJ nº 03.400.995/0001-76 (Processo MJ nº 08071.007540/2006-96);

VII - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE WENCESLAU BRAZ, com sede na cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná, registrada no CNPJ nº 77.127.587/0001-29 (Processo MJ nº 08071.000956/2006-83);

VIII - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DO VALE DO AÇO, com sede na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ nº 20.856.183/0001-59 (Processo MJ nº 08026.005654/2005-66);

IX - ASSOCIAÇÃO REDE RUA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ nº 03.221.537/0001-70 (Processo MJ nº 08071.000772/2008-85);

X - CASA DO MENOR DONA HORTÊNCIA APARECIDA RIBEIRO, com sede na cidade de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ nº 04.226.934/0001-05 (Processo MJ nº 08001.000774/2008-06);

XI - CLUBE DE CONVIVÊNCIA DA 3ª IDADE NOVO BRILHO DE PEDERNEIRAS, com sede na cidade de Pederneiras, Estado de São Paulo, registrado no CNPJ nº 05.271.907/0001-09 (Processo MJ nº 08071.006866/2006-04);

XII - FRATERNIDADE MISSIONÁRIA DOS BONS SAMARITANOS CATÓLICOS DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, com sede na cidade de Anápolis, Estada de Goiás, registrada no CNPJ nº 05.116.011/0001-55 (Processo MJ nº 08071.003290/2008-87);

XIII - FUNDAÇÃO DE APOIO AO HEMOAM - SANGUE NATIVO, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, registrada no CNPJ nº 02.827.461/0001-68 (Processo MJ nº 08026.010770/2005-05);

XIV - FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FUNDEP, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ nº 18.720.938/0001-41 (Processo MJ nº 08026.010984/2005-73);

XV - FUNDAÇÃO FAUSTO PINTO DA FONSECA, com sede na cidade de Nova Serrana, Estada de Minas Gerais, registrada no CNPJ nº 04.149.536/0001-24 (Processo MJ nº 08071.000780/2008-21);

XVI - FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA, com sede na cidade de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo, registrada no CNPJ nº 27.113.968/0001-80 (Processo MJ nº 08071.000033/2008-93);

XVII - ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL MULHERES EM AÇÃO PARA CIDADANIA, com sede na cidade de Belford Roxo, Estado do Rio de Janeiro, registrada no CNPJ nº 39.483.466/0001-20 (Processo MJ nº 08071.001912/2006-71);

XVIII - PROJETO GAM - OFICINAS DA CIDADANIA, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, registrado no CNPJ nº 07.305.990/0001-15 (Processo MJ nº 08026.005504/2005-52);

XIX - PROJETO JOAVAM, com sede na cidade de Tupã, Estado de São Paulo, registrado no CNPJ nº 05.315.469/0001-33 (Processo MJ nº 08071.018619/2007-23);

XX - RECICLALAR CORRENTE DO BEM, com sede na cidade de Campinas, estado de São Paulo, registrada no CNPJ nº 05.968.992/0001-69 (Processo MJ nº 08001.007049/2007-70).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 1.536 - Art. 1º Indeferir os pedidos do título de Utilidade Pública Federal das seguintes instituições

I - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE VIDA E AMOR, com sede na cidade de Belford Roxo, Estado do Rio de Janeiro, registrada no CNPJ nº 05.455.559/0001-20 (Processo MJ nº 08071.009021/2007-43);

II - ASSOCIAÇÃO CÍRCULO SOCIAL DIVINO MESTRE, com sede na cidade de Tucano, Estado da Bahia, registrada no CNPJ nº 14.142.616/0001-01 (Processo MJ nº 08071.001926/2006-94);

III - ASSOCIAÇÃO CRIANÇA VIVA, com sede na cidade juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ nº 02.814.088/0001-00 (Processo MJ nº 08071.013619/2007-37);

IV - ASSOCIAÇÃO DAS AMIGAS DA MAMA, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, registrada no CNPJ nº 05.124.823/0001-42 (Processo MJ nº 08026.010834/2005-60);

V - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FLORESTA DO ARAGUAIA - APAE DE FLORESTA DO ARAGUAIA, com sede na cidade de Floresta do Araguaia, Estado do Pará, registrada no CNPJ nº 03.156.059/0001-61 (Processo MJ nº 08071.009208/2006-66);

VI - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIO PRETO DA EVA - APAE DE RIO PRETO DA EVA, com sede na cidade do Rio Preto da Eva, Estado do Amazonas, registrada no CNPJ nº 04.513.239/0001-16 (Processo MJ nº 08071.002080/2006-18);

VII - ASSOCIAÇÃO DOS CONGADOS MOÇAMBIQUE SÃO BENEDITO ESTRELA GUIA, com sede na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ nº 01.056.636/0001-18 (Processo MJ nº 08071.002532/2007-34);

VIII - ASSOCIAÇÃO JOVENS ATIVOS TUCANENSE - AJAT, com sede na cidade de Tucano, Estado da Bahia, registrada no CNPJ nº 05.860.970/0001-80 (Processo MJ nº 08071.000262/2007-27);

IX - ASSOCIAÇÃO MAX DA ICONHA - AMI, com sede na cidade de Guapimirim, Estado do Rio de Janeiro, registrada no CNPJ nº 04.723.143/0001-82 (Processo MJ nº 08026.000753/2003-90);

X - CASA LAR DE FAXINAL, com sede na cidade de Faxinal, Estado do Paraná, registrada no CNPJ nº 02.555.054/0001-49 (Processo MJ nº 08071.011990/2007-64);

XI - CENTRO ESPÍRITA ANDRÉ LUIZ, com sede na cidade de Terra Roxa, Estado do Paraná, registrado no CNPJ nº 77.418.689/0001-01 (Processo MJ nº 08071.000299/2007-55);

XII - FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO ESTADO DE ALAGOAS, com sede na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, registrada no CNPJ nº 12.155.644/0001-38 (Processo MJ nº 08001.004873/2007-78);

XIII - FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MULTIDISCIPLINAR PARA ATENDIMENTO A PACIENTE COM DOR ONCOLÓGICA RESIDENCIAL - FUNDAÇÃO AMOR, com sede na cidade de Juiz de fora, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ nº 03.553.134/0001-28 (Processo MJ nº 08071.007341/2006-88);

XIV - FUNDAÇÃO MUNICIPAL ZUMBI DOS PALMARES, com sede na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ nº 23.096.597/0001-15 (Processo MJ nº 08015.000216/2007-01);

XV - FUNDAÇÃO RACHEL ANDRADE SILVA, com sede na cidade de Santa Luz, Estado da Bahia, registrada no CNPJ nº 02.317.026/0001-93 (Processo MJ nº 08071.000605/2007-53);

XVI - INSTITUTO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL E TECNOLOGIA APLICADA, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, registrado no CNPJ nº 04.714.793/0001-61(Processo MJ nº 08026.000417/2006-90);

XVII - LIGA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PAU DOS FERROS, com sede na cidade de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte, registrada no CNPJ nº 08.151.862/0001-27 (Processo MJ nº 08026.011967/2005-53);

XVIII - OBRA SOCIAL DO EDUCANDÁRIO SENHORA DAS GRAÇAS, com sede na cidade de São João da Ponte, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ nº 25.206.533/0001-55 (Processo MJ nº 08071.000606/2007-06);

XIX - SOCIEDADE CULTURAL ALDA LAUDANO FERREIRA, com sede na cidade do Arraial, Estado do Rio de Janeiro, registrada no CNPJ nº 06.085.739/0001-20 (Processo MJ nº 08071.008473/2007-16);

XX - SOCIEDADE VICENTINA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na cidade de Acari, Estado do Rio Grande do Norte, registrada no CNPJ nº 08.096.653.0001-28 (Processo MJ nº 08071.009060/2006-60).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 1.537 - Art. 1º Indeferir os pedidos do título de Utilidade Pública Federal das seguintes instituições:

I - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RZ, com sede na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, registrada no CNPJ nº 00.192.384/0001-91 (Processo MJ nº 08071.010573/2006-13);

II - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VILA DE ESTRÊLA, com sede na cidade de Jordânia, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ nº 22.705.636/0001-71 (Processo MJ nº 08071.009480/2006-46);

III - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DE SANTA HELENA,com sede na cidade de Santa Helena, Estado da Paraíba, registrada no CNPJ nº 09.200.064/0001-00 (Processo MJ nº 08071.004657/2007-07);

IV - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE, com sede na cidade Marliéria, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ nº 07.489.428/0001-99 (Processo MJ nº 08071.002370/2007-34);

V - ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS, com sede na cidade de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, registrada no CNPJ nº 05.568.874/0001-63 (Processo MJ nº 08001.000869/2006-50);

VI - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO LAGOA GRANDE, com sede na cidade de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, registrada no CNPJ nº 02.304.487/0001-21 (Processo MJ nº 08071.008892/2007-40);

VII - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CARIRÉ - APAE DE CARIRÉ, com sede na cidade de Cariré, Estado do Ceará, registrada no CNPJ nº 05.048.733/0001-10 (Processo MJ nº 08071.004528/2007-19);

VIII - ASSOCIAÇÃO FÉ EM AÇÃO, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ nº 04.516.066/0001-09 (Processo MJ nº 08071.002356/2006-50);

IX - CASA ASSISTENCIAL NOSSO LAR, com sede na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, registrada no CNPJ nº 40.772.717/0001-76 (Processo MJ nº 08071.001616/2007-51);

X - CENTRO ESPORTIVO E CULTURAL DE CAPOEIRA ANGOLA CORDÃO DE OURO, com sede na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, registrado no CNPJ nº 03.647.943/0001-07 (Processo MJ nº 08026.005564/2005-75);

XI - CENTRO SOCIAL JERUSALÉM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, registrado no CNPJ nº 40.274.748/0001-05 (Processo MJ nº 08071.004281/2007-22);

XII - CLUBE DE MÃES DO PARQUE SANTA RITA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, registrado no CNPJ nº 64.027.980/0001-07 (Processo MJ nº 08071.009217/2006-57);

XIII - COMITÊ DE SOLIDARIEDADE DOS FUNCIONÁRIOS DA SERCOMTEL, com sede na cidade de Londrina, Estado de Paraná, registrado no CNPJ nº 05.071.044/0001-26 (Processo MJ nº 08071.011975/2007-16);

XIV - FUNDAÇÃO JAIME PEREIRA DE PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO PRECOCE DO CÂNCER - FUNJAPE, com sede na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ nº 04.677.992/0001-47 (Processo MJ nº 08071.008673/2007-61);

XV - LIGA DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE RERIUTABA, com sede na cidade de Reriutaba, Estado do Ceará, registrada no CNPJ nº 07.394.463/0001-24 (processo MJ nº 08071.006714/2006-01);

XVI - LOJA MAÇÔNICA URCIANO JOSÉ RIBEIRO, com sede na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais, registrada no CNPJ nº 00.735.660/0001-10 (Processo MJ nº 08071.008694/2007-86);

XVII - MATER DEI-CAM, CASA DE APOIO À MENINA, com sede na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, registrada no CNPJ nº 03.951.901/0001-57 (Processo MJ nº 08071.010567/2006-66);

XVIII - REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂMCER DE NOVA ALVORADA DO SUL, com sede na cidade de Nova Alvorada do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, registrada no CNPJ nº 06.115.393/0001-65 (Processo MJ nº 08071.015153/2007-12);

IX - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - UPS - CRECHE E BERÇÁRIO MENINO JESUS, com sede na cidade de Sud Mennucci, Estado de São Paulo, registrado no CNPJ nº 48.426.159/0001-07 (Processo MJ nº 08071.017679/2007-29);

XX - SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS, com sede na cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia, registrado no CNPJ nº 13.460.282/0001-51 (Processo MJ nº 08026.000299/2006-10).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARSO GENRO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DA 510ª SESSÃO ORDINÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2008

Hora: 10:00h

Presidente Interino do CADE: Paulo Furquim de Azevedo

Secretário Substituto do Plenário: Vladimir Adler Gorayeb

Foi redistribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito, oriundo do Gabinete do Conselheiro Prado:

Ato de Concentração nº 08012.007979/2008-85

Requerentes: 3M Company; EMFI S.A.; SAPO S.A.S.

Advogado(s): Mauro Grinberg, André Marques Gilberto, Sérgio Palomares e outros

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos:

Ato de Concentração nº 08012.007298/2008-17

Requerentes: Companhia Baiana de Pesquisa Mineral; Votorantim Metais Ltda.

Advogado(s): Cristhiane Helena Lopes Ferrero, José Inácio Gonzaga Franceschini, Gianni Nunes de Araújo

Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho

Ato de Concentração nº 08012.008515/2008-96

Requerentes: Gores Group LLC; Siemens Enterprise Communications GMBH & CO. KG

Advogado(s): Daniel Oliveira Andreoli, Marcelo Procópio Calliari, Luciana Abbate Féres

Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho

Ato de Concentração nº 08012.008562/2008-30

Requerentes: Los Grobo Agro do Brasil S.A.; Sementes Selecta Ltda.

Advogado(s): Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Luis Gustavo Haddad, Patrícia Avigni e outros

Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho

Ato de Concentração nº 08012.008635/2008-93

Requerentes: EPCOS Ag; TDK Germany GmbH

Advogado(s): Paola Regina Petrozziello, Ticiana Nogueira da Cruz Lima

Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho

Ato de Concentração nº 08012.008637/2008-82

Requerentes: Hoerbiger-Origa Holding AG; Parker Hannifin Corporation

Advogado(s): Milena Fernandes Mundim, Alessandro Marius Oliveira Martins

Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho

Ato de Concentração nº 08012.008641/2008-41

Requerentes: Arques Industries AG; Siemens Home And Office Communications Devices GmbH & Co. KG

Advogado(s): Tito Amaral de Andrade, Gustavo Lage Noman, Bruno Alves Duarte

Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho

Ato de Concentração nº 08012.008659/2008-42

Requerentes: Nordeste Segurança de Valores Alagoas Ltda.; Transforte Alagoas Vigilância e Transporte de Valores Ltda.

Advogado(s): Rafael Adler

Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho

Ato de Concentração nº 08012.008674/2008-91

Requerentes: Alliance Boots Holdings Limited; Athos Farma S.A. Distribuidora de Produtos Farmacêuticos

Advogado(s): Francisco Ribeiro Todorov, Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Ato de Concentração nº 08012.008675/2008-35

Requerentes: E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A.; Globex Utilidades S.A.

Advogado(s): Barbara Rosenberg, Tito Amaral de Andrade, Rodrigo Zingales Oller do Nascimento e outros

Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho

Ato de Concentração nº 08012.008705/2008-11

Requerentes: Confidencial

Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho

Ato de Concentração nº 08012.008717/2008-38

Requerentes: Bravo Properties S.A.: MSREF VII Global-F Encore, LLC.

Advogado(s): Tito Amaral Andrade, Gustavo Lage Noman, Leonardo Pimentel Bueno

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Ato de Concentração nº 08012.008718/2008-82

Requerentes: Margarita Internacional Comércio e Serviços, SOC. Unipessoal Ltda.; Dow Agrosciences Industrial Ltda.

Advogado(s): José Inácio Gonzaga Franceschini, Gianni Nunes de Araújo, José Alberto Gonçalves da Motta

Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho

PAULO FURQUIM DE AZEVEDO
Presidente do Conselho
Interino

VLADIMIR ADLER GORAYEB
Secretário do Plenário
Substituto

PAUTA DA 428ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 3 DE NOVEMBRO DE 2008

Início: 10h

Ato de Concentração nº 08012.011080/2007-86

Requerentes: Votorantim Celulose e Papel S.A.; Suzano Papel e Celulose S.A. e MD Papéis Ltda.

Advogados: Leonardo Maniglia Duarte, Cristhiane Helena Lopes Ferrero, Gianni Nunes de Araújo e outros

Relator: Conselheiro Paulo Furquim de Azevedo

Ato de Concentração nº 08012.011838/2007-86

Requerentes: Diagnósticos da América S.A e Med Imagem Ultra-Sonografia e Radiologia Ltda.

Advogados: Cristianne Saccab Zarzur, Lilian Barreira, Renê Guilherme da Silva Medrado e outros

Relator: Conselheiro Paulo Furquim de Azevedo

Ato de Concentração nº 53500.002239/2008

Requerentes: Cícero Antonio Xavier de Tortelli, TNL PCS S.A. e Paggo Empreendimentos S.A.

Advogados: Cristina Alves Justo, Carlos Eduardo de Faria Franco, Piero Augusto Sellan, Jenne Costa Silva, Flávia Rocha Azevedo, Gleide de Souza Mateu Peres e outros
Relator: Conselheiro Paulo Furquim de Azevedo
Ato de Concentração nº 08012.007026/2008-17
Requerentes: Cintinori Acquisition GmbH e Jost Holding GmbH.
Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Antonio Tadeu Exposto Jr., e outros
Relator: Conselheiro Paulo Furquim de Azevedo
Ato de Concentração nº 08012.007391/2008-21
Requerentes: SESA Bidco Ltd. e Econergy International PLC
Advogados: Tito Amaral de Andrade, Gustavo Lage Noman, Rafael Fabbri D'Avila, Adriana Vieira Rezende e outros
Relator: Conselheiro Paulo Furquim de Azevedo
Ato de Concentração nº 53500.000275/2007
Requerentes: Global Village Telecom Ltda., Deutsche Bank AG, ABN Amro Bank N.V., DLJ Capital Funding Inc., Cargill Agrícola S.A., JP Morgan Securities Ltd. E Stanfield Offshore Leverage Assets Ltd.
Advogados: Geraldo Nunes, Beatriz Nunes, Bárbara Nunes e outros
Relator: Conselheiro Fernando de Magalhães Furlan
Ato de Concentração nº 08012.000407/2008-75
Requerentes: White Martins Gases Industriais Ltda. e Ale Gás Ltda.
Advogados: Gustavo Aguiar da Costa, Vanessa Lima Dal Bello, Cláudio Alexandre Ferreira Manfredi e outros
Relator: Conselheiro Fernando de Magalhães Furlan
Ato de Concentração nº 08012.007173/2008-97
Requerentes: Iqara Energy Services Ltda, Ecogen Brasil S.A., Geribá Energia Participações Ltda e GPAN Participações S.A.
Advogados: Marcos Seiiti Abe, Cristianne Saccab Zarzur, Renê Guilherme da Silva Medrado e outros
Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho
Ato de Concentração nº 08012.007237/2008-50
Requerentes: Darwin Bidco Limited e De La Rue PLC
Advogados: Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Bolívar Moura Rocha, Aurélio Marchini Santos e outros
Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho
Ato de Concentração nº 08012.007382/2008-31
Requerentes: Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações e Agra Empreendimentos Imobiliários S.A.
Advogados: Lauro Celidonio Neto, Carlos Eduardo de Souza Félix, Patrícia Avigni e outros
Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho
Ato de Concentração nº 08012.006593/2008-56
Requerentes: Vicunha Têxtil S.A. e Neotêxtil, Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda.
Advogados: Guilherme Favaro Corvo Ribas, Thomas Benes Felsberg, Osmar Aarão Gonçalves de Lima Filho e outros
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08012.006755/2008-56
Requerentes: Natixis Mercosul Fund L.P. e BG GNV do Brasil Ltda.
Advogados: João Geraldo Piquet Carneiro, Mabel Lima Tourinho, Cristianne Saccab Zarzur e outros
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08012.006756/2008-09
Requerentes: Telefónica Móviles España S.A. e Mach S.à.r.l.
Advogados: Carlos Francisco de Magalhães, Luciano Inácio de Souza e outros
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08012.007517/2008-68
Requerentes: Logística Ambiental da São Paulo S.A. - LOGA,Vega Engenharia Ambiental S.A., Cavo Serviços e Meio Ambiente S.A. e SPL - Construtora e Pavimentadora Ltda.
Advogados: Ubiratan Mattos, Gianni Nunes de Araújo e outros
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Ato de Concentração nº 08012.001922/2008-72
Requerentes: Tennant do Brasil Equipamentos Ltda. e Sociedade Alfa Ltda.
Advogados: Ricardo Madrona Saes, Byung Soo Hong, Danilo Henrique Pereira Miniel e outros
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Ato de Concentração nº 08012.006643/2008-03
Requerentes: BASF S.A. e BRACOL Holding Ltda.
Advogados: Onofre Carlos de Arruda Sampaio, André Cutait de Arruda Sampaio, Renata Fonseca Zuccolo e outros
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Ato de Concentração nº 08012.006789/2008-41
Requerentes: Morus Educacional Participações Ltda. e Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda.
Advogados: Fabíola C.L. Cammarota de Abreu, Joyce Midori Honda e Ricardo Lara Gaillard
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Averiguação Preliminar nº 08012.009552/2007-31
Representante: Sindicato do Comércio Varejista do Estado de Goiás
Representados: Empreendimentos Pague Menos S.A., Drogasil S.A. e Carrefour Comércio e Indústria Ltda.
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia
Averiguação Preliminar nº 08012.006637/2005-03
Representante: Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais
Advogados: Domingos de Souza Nogueira Neto, Patrícia Carla Armani Turci e outros
Representada: Unimed Minas/ Federação Interfederativa das Cooperativas de Trabalho Médico do Estado de Minas Gerais
Advogados: Carla Maria Dunley Sanseverino, Aída Sant'Ana, Beatriz Ribeiro Viegas e outros
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Averiguação Preliminar nº 08700.000198/2008-10
Representante: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Representado: Drogaria e Perfumaria Cristina Ltda.
Advogado(s): Inexistentes
Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo
Processo Administrativo nº 08012.006277/1999-12
Representante: Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF
Representadas: Crowley Agência Marítima Ltda./Crowley American Transport Inc., Hamburg Süd Brasil Ltda./Aliança Transportes Marítimos S.A./Hamburg Südamerikanischedampfschiffahrts-geselschaft Eggert & Amsink, Sea-Land Service do Brasil Ltda./Sea-Land Services Inc., CSAV Sudamericana de Vapores do Brasil e Cia. Libra de Navegação
Advogados: Carlos Francisco de Magalhães, Batuira R. Meneghesso Lino, Thomas George Macrander e outros
Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

PAULO FURQUIM DE AZEVEDO
Presidente do Conselho
Interino

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO DIRETOR

Considerando que os interessados não foram localizados no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a confirmação dos requisitos a que alude o art. 75, inc. II, b, da Lei nº 6.815/80, INDEFIRO o presente pedido de permanência definitiva no País.
Processo nº 08505.067378/2007-07 - François Rolland Yinga e Sylvie Ngagoue Epse Happi

LUCIANO PESTANA BARBOSA

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS DA CHEFE

A Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização, do Departamento de Estrangeiros, da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Portaria 02, de 23 de Janeiro de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 24 de Janeiro de 2007, resolve:
Determinar o arquivamento dos processos de Naturalização Ordinária abaixo relacionados, nos termos do parágrafo único do art. 118 da Lei 6.815/80, tendo em vista a falta de interesse dos estrangeiros em darem prosseguimento a seus processos de naturalização, bem como pela falta de cumprimento de exigências.
PROCESSO Nº 08505.011131/2005-66- LU SONGPING
PROCESSO N° 08505.022788/2005-59- YANG CHING MEI
PROCESSO N° 08000.004286/2005-27- JUAN GUILERMO FUENTES ALCEDO
PROCESSO N° 08505.010775/2005-37- WU RUIQUAN
PROCESSO N° 08505.010014/2005-85- HUANG HUI-BING
PROCESSO N° 08505.023434/2005-21- HUI WEI WANG
PROCESSO N° 08505.023614/2005-11- WU JUNHONG
PROCESSO N° 08505.023432/2005-32- CHANG SHUN MEI
PROCESSO N° 08505.015276/2005-36- HUANG LIWEN
PROCESSO N° 08505.015274/2005-47- LI GUOFU
PROCESSO N° 08505.010956/2005-63- WANG HAO
PROCESSO N° 08505.015277/2005-81- LI CUIE
PROCESSO N° 08505.015378/2005-51- MARY VON BERGEN
PROCESSO N° 08505.015273/2005-01- HUANG HUIHONG
Determinar o arquivamento dos processos de Naturalização Ordinária abaixo relacionados, nos termos do parágrafo único do art.118, da Lei n° 6.815/80, tendo em vista que os estrangeiros contrariam o disposto do art. 112, inciso IV, da citada Lei, ou seja, não sabe ler e escrever a língua portuguesa.
PROCESSO Nº 08794.002189/2005-19- ABDELHADI EL AMRAOUI
PROCESSO N° 08505.025269/2005-42 - LO CHIU YING
PROCESSO N° 08072.002592/2005-85 - IMAD DIB ZAGHLOUL
PROCESSO N° 08339.001232/2005-98 - MOHAMAD AHMAD MANSOUR
Manter o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária abaixo relacionado, nos termos do parágrafo único do art. 118, da Lei n° 6.815/80, tendo em vista que o estrangeiro contraria o disposto do art. 112, inciso IV, da citada Lei, ou seja não sabe ler e escrever a língua portuguesa.
PROCESSO N° 08505.000944/2005-21- SEGUN AKEEM ADEKUNLE
Determinar o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, abaixo relacionado, tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço declarado nos autos, bem como falta de interesse em dar prosseguimento ao seu pedido, impossibilitando, assim, o prosseguimento do processo de naturalização.
PROCESSO N° 08505.021801/2005-52- HACHEM MOHAMAD GHARIB
Determinar o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, por não preenche, os requisitos do artigo 119, §3° do Decreto n° 86715/81, que regulamenta a Lei n° 6.815/80.
PROCESSO Nº 08505.046764/2005-95-DENNIS FREDDY TERAN QUIROGA
Determinar o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, por não preencher os requisitos do artigo 112, inciso V da Lei n° 8.615/80 combinado com o art. 119, § 2° letra "c" do Decreto n° 86.715/81, ou seja não exercer profissão ou possuir bens suficientes à manutenção própria e da família.
PROCESSO N° 08460.001907/2007-65- MARIA DOLORES VILLEGAS DE RUIZ
Determinar o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, mantendo o ato denegatório do despacho publicado no Diário Oficial da União, Seção I de 20 de fevereiro de 2008, página 46, ou seja não apresentou elemento de fato e de direito que justifiquem a revisão da decisão adotada.
PROCESSO N° 08505.076569/2006-71- ZIAD BOU KARAM
Determinar o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, abaixo relacionados, tendo em vista que os estrangeiros não atendem o artigo 112, inciso II da Lei 6.815/80, ou seja não preenche a condição de estrangeiro permanente no Brasil.
PROCESSO N° 08505.111458/2006-18- LUIS RODOLFO COFFIEL GUARDIA
PROCESSO N° 08295.005345/2005-16- AYMAN ABDEL AZIZ MOUSSA AYAD ABU TAHA
Determinar o arquivamento dos processos de Naturalização Ordinária abaixo relacionados, nos termos do parágrafo único do art.118, da Lei n° 6.815/80, tendo em vista que o estrangeiro não mais residem nos endereços declarados nos autos.
PROCESSO N° 08514.003183/2005-50- XIAO JIECHAO
PROCESSO N° 08505.002910/2005-71- MOHAMED ALI IBRAHIM
PROCESSO N° 08514.003160/2005-45- XIAO LIDAN
Determinar o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária abaixo relacionado, nos termos do parágrafo único do art.118, da Lei n° 6.815/80, tendo em vista que o estrangeiro contraria o disposto no artigo 112 inciso VI da citada Lei.
PROCESSO N° 08505.031018/2006-88- ALI MOHAMAD CHAMS EDDINE

ROBERTA CHAVES OLIVEIRA

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, DEFIRO o presente pedido de permanência, vez que restou provado que o(a) estrangeiro(a) mantém a prole brasileira sob sua guarda e dependência econômica, assistindo-a social e moralmente.
Processo Nº 08212.009100/2007-01 - Limbert Marcelo Medrano Rios
Processo Nº 08240.005712/2006-06 - Wilson Harold Rodriguez Baron
Processo Nº 08240.007628/2006-19 - Jose Filipe Veras Rosa
Processo Nº 08240.010839/2006-39 - Luz Aidee Giraldo Cardona
Processo Nº 08240.018122/2007-16 - Ramiro Rafael Fernandez
Processo Nº 08270.009603/2006-01 - Alberto Corazzin
Processo Nº 08296.000936/2007-59 - Meltem Zeynep Lesueur, Patrice Malu Alpay Lesueur e Yann Pierrick Max Hubert Lesueur
Processo Nº 08335.013458/2007-33 - Doroteo Riveros
Processo Nº 08339.000443/2007-75 - Maria Saturnina Paez Zorrilla
Processo Nº 08352.000893/2007-90 - Svetlana Yurievna Platonova
Processo Nº 08364.001347/2006-56 - Ernst Roland Franciscus Van Ravenswaaij
Processo Nº 08435.003158/2007-18 - Maria Liliana Coimbra, Edelmiro Jose da Silva e Priscila Yoselin da Silva
Processo Nº 08505.033389/2007-85 - Mario Copeticona Callisaya, Gary Limbert Copeticona Calisaya, Julia Olga Calisaya Calisaya e Kevin Copeticona Calisaya
Processo Nº 08505.055308/2007-06 - Wenceslao Asquicho Choquecallata e Monica Mamani Nina
Processo Nº 08505.064899/2007-02 - Jimena Zamora Alanoca
Processo Nº 08505.064952/2007-67 - Fructoso Mamani Ramos
Processo Nº 08506.011792/2007-43 - Reynaldo Hilari Mamani e Rosalia Gutierrez Quispe
Processo Nº 08508.005887/2007-16 - Clementina Liz Paredes Vazquez
Processo Nº 08711.001619/2005-40 - Benjamin Rudolf Hendrik Maurits Siffer

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, DEFIRO o presente pedido de permanência, vez que restou provado que o(a) estrangeiro(a) mantém a prole brasileira sob sua guarda e dependência econômica, assistindo-a social e moralmente.

Processo Nº 08221.000379/2005-88 - Ana Paula de Sá Soares

Processo Nº 08295.018772/2007-26 - Francisco Gonzalez Pérez

Processo Nº 08390.005921/2007-17 - Ricardo Tomas Vilches Rodriguez

Processo Nº 08434.002195/2007-19 - Natalia Valeria Oxley Aquino

Processo Nº 08434.002310/2007-55 - Omar Elbio Piedrabuena Duran

Processo Nº 08435.000012/2008-00 - Fatima Del Carmen Bogado Torres

Processo Nº 08505.042871/2007-14 - Manuel David Diatkine

Processo Nº 08505.055334/2007-26 - Raimer Heinz Apaza Maigua e Lizeth Lizzie Gutierrez Laura

Processo Nº 08505.064123/2007-84 - Santos Sinon Flores Lopez e Noemi Mamani Paca

Processo Nº 08505.064144/2007-08 - Guichi Mayta Cuno e Delia Maruja Cordero Nina

Processo Nº 08505.064420/2007-20 - Zhongxiang Huang e Liang Jinlun

Processo Nº 08505.064954/2007-56 - Rene Wilson Quisbert Lazcano e Fanny Siquita Monasterio

Processo Nº 08505.068160/2007-61 - Augustin Claude Biock

CAROLINDA RODRIGUES CHAVES
P/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) presente(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada.

Processo Nº 08230.000438/2008-51 - Alcides Vieira Gonçalves, Eluana Alice Vieira Gonçalves, Luis Eduardo Vieira Gonçalves e Nelida Evandra Martins de Brito, até 06/03/2009

Processo Nº 08354.004426/2007-19 - Norberto Antonio Lobo, até 20/09/2008

Processo Nº 08460.029086/2007-21 - Cristóvão Mateus Domingos, até 25/02/2009

Processo Nº 08706.003389/2007-94 - Leslie Gonzalez Gonzalez Alfonso, até 30/10/2008

Determino o arquivamento do(s) presente(s) processo(s), por ter(em) o(s) estrangeiro(s) retornado ao País de origem.

Processo Nº 08000.014962/2007-32 - Brian Michael Homewood

Processo Nº 08102.001713/2007-39 - Gerardo Enrique de Avila Gutierrez

Processo Nº 08102.001714/2007-83 - Roberto Carlos Gazabon Arroyo

Determino o arquivamento do presente processo, diante do término do curso.

Processo Nº 08102.001813/2008-46 - Mariana Paola Cabrera

Processo Nº 08240.008605/2008-93 - Gry Helene Bossen

Processo Nº 08256.000174/2008-48 - Maria Victoria Manso Guevara

Processo Nº 08260.000333/2008-45 - Camila Renata Rojas Cannobbio

Processo Nº 08260.008042/2007-14 - Sandra Beatriz de Berduccy Christie

Processo Nº 08364.000128/2007-31 - Jorge Luis Bolivar Monard

Processo Nº 08364.000730/2008-59 - Milanca Mancabú

Processo Nº 08444.001652/2008-10 - Vladimir Leonel Valero Canseco

Processo Nº 08444.002623/2007-94 - Alexander Lopez Ruiz

Processo Nº 08458.000156/2008-90 - Dick Carrillo Melgarejo

Processo Nº 08458.000767/2008-38 - Elizabeth Rosemary Herbert

Processo Nº 08458.008556/2007-62 - Eli Manuela Brites

Processo Nº 08460.007164/2008-18 - Ulrich Gunther Reich

Processo Nº 08495.000478/2008-92 - America Yanira Larrain Gonzalez e Carlos Andres Uscategui Vargas

Processo Nº 08495.001445/2007-89 - Danilo Manuel dos Santos Andrade

Processo Nº 08495.002469/2007-55 - Nadia Sadrine Ramos Santos Mota

Processo Nº 08495.002742/2007-41 - Rosa Maria Martin Sanz e Alberto Palomares Puebla

Processo Nº 08495.004330/2006-65 - Jessie Fabiola Reyes Carmona, Jose Daniel Ramirez Reyes e Juan Carlos Ramirez Reyes

Processo Nº 08505.011977/2008-49 - Wolfger Bungarten

Processo Nº 08505.023360/2008-76 - Karina Ivette Sanchez Effio

Processo Nº 08505.023432/2008-85 - Jesus Andres Escobar Aravena

Processo Nº 08505.023520/2008-87 - Helene Susanne Perie

Processo Nº 08702.001021/2008-11 - Flavia da Costa Soares

Processo Nº 08707.003972/2008-76 - Jesus Antonio Garcia Sanchez

Determino o arquivamento do presente processo, diante da solicitação da parte interessada.

Processo Nº 08260.006896/2007-66 - Paolo Ravasio

Determino o arquivamento do(s) presente(s) processo(s), por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s).

Processo Nº 08354.002969/2007-00 - Joana Paula Romana do Rosario Manuel

Processo Nº 08389.027582/2006-70 - Sergiy Shyryayev

Processo Nº 08444.003310/2007-53 - Jorge Estuardo Tello Gamarra

Processo Nº 08505.021069/2008-63 - Mario Orlando Cueca Gonzalez

Processo Nº 08532.005998/2007-17 - Daniela Ferrario

Determino o arquivamento do presente processo, tendo em vista, o não cumprimento da (s) exigência(s) formuladas por esta Divisão.

Processo Nº 08506.003973/2007-04 - Jacqueline Arguello da Silva

Determino o arquivamento do presente processo, tendo em vista que nada há para ser providenciado.

Processo Nº 08505.067249/2007-19 - Javier Mauricio Mazo Cardona

Processo Nº 08505.013827/2008-70 - Elvis Eufracio Zegarra Rojas

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
P/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) presente(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada.

Processo Nº 08000.012189/2008-51 - Mitchell Ray Henslee, até 22/08/2009

Processo Nº 08000.012193/2008-19 - Jonathan Michael Pulsipher, até 29/08/2009

Processo Nº 08000.012196/2008-52 - Michael Caleb Weathers, até 22/08/2009

Processo Nº 08000.012197/2008-05 - Dustin Blair Zaugg, até 22/08/2009

Processo Nº 08000.012199/2008-96 - Timothy Lee Bradford, até 22/08/2009

Processo Nº 08000.012200/2008-82 - Willem Rob Conkling, até 22/08/2009

Processo Nº 08000.012201/2008-27 - Jordan Anton Divis, até 22/08/2009

Processo Nº 08000.012202/2008-71 - Daniel Paul Freeman, até 22/08/2009

Processo Nº 08000.012203/2008-16 - Mason Wixom McEwen, até 22/08/2009

Processo Nº 08000.012206/2008-50 - Scott R. Didericksen, até 22/08/2009

Processo Nº 08000.012207/2008-02 - Jason Ronald Wilde, até 22/08/2009

Processo Nº 08000.012210/2008-18 - Ryan Peres Tirrell, até 22/08/2009

Processo Nº 08000.012212/2008-15 - Russell Thomas Garner, até 22/08/2009

Processo Nº 08000.012216/2008-95 - Jason Morgan Allred, até 22/08/2009

Processo Nº 08000.012220/2008-53 - Kendall Haldan Christensen, até 22/08/2009

Processo Nº 08000.012221/2008-06 - Jacob Gregory Clark, até 22/08/2009

Processo Nº 08000.012222/2008-42 - Stephen Brad Englund, até 22/08/2009

Processo Nº 08000.012223/2008-97 - Samuel West Feller, até 22/08/2009

Processo Nº 08000.012224/2008-31 - Kellen Paul Lewis, até 22/08/2009

Processo Nº 08000.012225/2008-86 - Joel Stephen Roberts, até 22/08/2009

Processo Nº 08391.000292/2008-00 - Juelma Cubala, até 21/02/2009

Processo Nº 08495.003378/2007-37 - Amido Djaló, até 24/01/2009

MARIA ROSA VILAS BOAS DE ALMEIDA
P/Delegação de Competência

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União de 26/08/2008, pág. 44, onde se lê:

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o pedido de Transformação de Visto item V em Permanente com base em Cargo Diretivo.

Processo Nº 08390.002230/2008-34 - Gaspar José Pinto Martins Rodrigues

Leia-se:

Processo Nº 08390.002230/2008-34 - Gaspar Jose Pinto Martins Rodrigues e Beata Szablowska

No Diário Oficial da União de 20/12/2007, pág. 72, onde se lê:

DEFIRO o(s) presente(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada.

Processo Nº 08505.047615/2007-13 - Uncas Fernandez Gianola, até 31/10/2008

Leia-se:

Processo Nº 08505.047615/2007-13 - Uncas Fernandez Gianola, até 31/10/2010

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO

No Despacho de 18/08/2008, publicado no DOU de 21/08/2008, Seção I, página 30, Processo MJ nº 08017.007376/2007-52 onde se lê: "Contém: Consumo de álcool, Linguagem de conteúdo sexual e Agressão Física. Indeferir o pedido de solicitação de autoclassificação do episódio da série, classificando-o pelo monitoramento como: "Não recomendada para menores de 12 (doze) anos: inadequada para exibição antes das 20 horas"." leia-se "Contém: Linguagem Obscena e Consumo de drogas lícitas. Deferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio da série, classificando-o como "Não Recomendado para menores de 10 (dez) anos". A TVSBT Canal 4 de São Paulo S/A., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o filme em qualquer horário na versão apresentada à esse Departamento".

INTERNET
www.in.gov.br

Ministério da Previdência Social

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DEPARTAMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIA Nº 2.476, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 74, ambos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e o inciso I, do art. 12 do Anexo I ao Decreto nº 6.417, de 31 de março de 2008, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.000718/05-94, às folhas sob o comando nº 224135783/2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o novo texto proposto para o Estatuto da PREVUNISUL - Sociedade de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ESTER VERAS

PORTARIA Nº 2.477, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 74, ambos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e o inciso I, do art. 12 do Anexo I ao Decreto nº 6.417, de 31 de março de 2008, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.000718/05-94, às folhas sob o comando nº 224255796/2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o novo texto proposto para o Regulamento do Plano Misto de Benefícios UNIPREV CNPB nº 2005.0027-47, administrado pela PREVUNISUL - Sociedade de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ESTER VERAS

PORTARIA Nº 2.478, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 combinado com o art. 74, ambos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e inciso IV, do art. 12 do Anexo I ao Decreto nº 6.417, de 31 de março de 2008, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.001050/05-01, sob comando nº 88865930 e juntada nº 280345634, resolve:

Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre a Fundação Fecomercio de Previdência Associativa e o Sindicato do Comércio Varejista de Petrolina, na condição de instituidor do Plano de Benefícios Fecomercio-Renda Complementar, CNPB nº 2005.0025-11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ESTER VERAS

PORTARIA Nº 2.479, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, o inciso I do art. 33, combinado com o art. 74, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e inciso IV, do art. 12 do Anexo I ao Decreto nº 6.417, de 31 de março de 2008, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 44000.003595/98-81, às folhas sob o comando nº 274605621/2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o Terceiro Termo Aditivo ao Convênio de Adesão do Plano de Benefícios Mackprev, CNPB nº 1999.0032-92, celebrado entre o Multipensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada e o Instituto Presbiteriano Mackenzie, na qualidade de patrocinadora do mencionado Plano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ESTER VERAS

PORTARIA Nº 2.480, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 combinado com o art. 74, ambos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e inciso IV, do art. 12 do Anexo I ao Decreto nº 6.417, de 31 de março de 2008, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS 44000.001811/05-16, sob Comando nº 283755632, resolve:

Art. 1º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre o Fundo de Pensão Multipatrocinado da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil e da CAASP - Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo - OABPrev - SP e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Rio Grande do Norte, bem como a Caixa de Assistência dos Advogados do Rio Grande do Norte, na condição de instituidoras do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado - PREVER, CNPB nº 2005.0042-11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA ESTER VERAS

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.816, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Aprova recursos para os Estados e o Distrito Federal, a título de co-financiamento, para pagamento em agosto de 2008, para aquisição de medicamentos de dispensação excepcional da Tabela SIA/SUS.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Portaria nº 2.577/GM, de 27 de outubro de 2006, que aprova o Componente de Medicamentos de Dispensação Excepcional e define os procedimentos e os valores dos Medicamentos da Tabela SIA/SUS;

Considerando a Portaria nº 1.321/GM, de 5 de junho de 2007, que trata do desconto relativo ao Relatório nº 175659, da CGU, e ao Acórdão do Plenário TCU nº 1.130/2006-P - Ata nº 28/2006-P e ajuste dos valores repassados no primeiro trimestre de 2007; e

Considerando a Portaria nº 2848/GM de 6 de novembro de 2007, que publica a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais - OPM do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Aprovar os valores de repasse aos Estados e ao Distrito Federal, a título de co-financiamento, para pagamento no mês de agosto de 2008, para aquisição de Medicamentos de Dispensação Excepcional constantes do Grupo 06 Subgrupo 01 - Medicamentos de Dispensação Excepcional da Tabela Descritiva do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde - SIA/SUS, conforme demonstrativo no Anexo.

§ 1º Os valores foram estabelecidos considerando-se as informações apresentadas e aprovadas, referentes ao mês de abril de 2008.

§ 2º Os valores para pagamento do mês de setembro de 2008, relativos às informações do mês de maio de 2008, serão estabelecidos em portaria posterior.

Art. 2º Para o Estado do Acre, permanecem as diferenças do desconto do Interferon Peguilado, das parcelas relativas às Portarias GM nºs 2536/07, 235/08, 873/08, 1.554/08, nos valores de R$ 40.344,93; R$ 83.800,83; R$ 71.005,37 e R$ 2.375,09; respectivamente.

Art. 3º Para o Estado do Amapá aplicou-se o desconto referente às pendências das parcelas 14 e 15, relativas ao desconto do Interferon Peguilado, no valor de R$ 32.400,00 cada, e ainda foi efetuado o ajuste referente ao 1º trimestre de 2007, no valor de R$ 90.847,37; em 3 parcelas.

Art. 4º Para o Distrito Federal, o encontro de contas considerou o ajuste referente ao medicamento Imunoglobulina Humana, no valor total de R$ 121.824,00, em três parcelas.

Art. 5º Para o Estado do Paraná, o ajuste refere-se ao empréstimo do medicamento Imunoglobulina Humana, no valor de R$ 213.422,76, em três parcelas.

Art. 6º Para o Estado do Rio de Janeiro, o encontro de contas considerou os valores de medicamentos adquiridos pelo Ministério da Saúde para esse Estado, no âmbito de decisão judicial vigente, no valor de R$ 9.847.080,00, em 6 parcelas.

Art. 7º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.303.1293.4705 - Assistência Financeira para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GOMES TEMPORÃO

ANEXO

UF	Valor aprovado em abril de 2008	Desconto mensal IFN-peg (PT 1321/07) 16/24*	Ajustes**	Pagamento de agosto de 2008
Acre	141.765,05	141.546,67		0,00
Alagoas	857.227,68	254.066,67		603.161,01
Amapá	127183,28	64.800,00	30.282,45	32.100,83
Amazonas	479.172,61	21.400,00		457.772,61
Bahia	3.947.829,23	302.886,67		3.644.942,56
Ceará	4.940.859,42	64.666,67		4.876.192,75
Distrito Federal	3.119.924,38	327.533,33	40.608,00	2.751.783,05
Espírito Santo	3.735.003,02	95.000,00		3.640.003,02
Goiás	2.889.659,42	39.333,33		2.850.326,09
Maranhão	1.211.938,69	235.933,33		976.005,36
Mato Grosso	1.437.031,13	74.533,33		1.362.497,80
Mato Grosso do Sul	1.683.054,31	68.200,00		1.614.854,31
Minas Gerais	13.682.617,63	725.933,33		12.956.684,30
Pará	718.004,49	236.200,00		481.804,49
Paraíba	1.887.640,80	143.533,33		1.744.107,47
Paraná	7.532.026,10	259.666,67	71.140,92	7.201.218,51
Pernambuco	4.019.359,92	376.800,00		3.642.559,92
Piauí	1.170.336,08	96.200,00		1.074.136,08
Rio de Janeiro	7.584.508,66	231.533,33	1.641.180,00	5.711.795,33
Rio Grande do Norte	2.432.117,44	197.666,67		2.234.450,77
Rio Grande do Sul	5.489.851,22	568.800,00		4.921.051,22
Rondônia	540220,25	55.666,67		484.553,58
Roraima	68131,54	3.266,67		64.864,87
Santa Catarina	6.464.599,70	275.066,67		6.189.533,03
São Paulo	64.375.004,30	4.661.800,00		59.713.204,30
Sergipe	1.098.854,16	119.333,33		979.520,83
Tocantins	365.627,23	16.333,33		349.293,90
Total	141.999.547,74	9.657.700,00	1.783.211,37	130.558.417,99

* Estado do Acre = 16/30 e Estado do Amapá = 14 e 15.

** Conforme Portaria

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 20 DE AGOSTO DE 2008

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo nº 1102, de 11 de janeiro de 2008, julgou o seguinte processo administrativo:

Protocolo ANS: 33902.148682/2004-68

Operadora: UNIMED CURITIBA - Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos de Curitiba e Região Metropolitana

Registro ANS: 304701

Beneficiário: G.H.S.

Decisão: Aprovado por unanimidade o Voto da DIGES em relatoria, abstendo-se a DIFIS, pelo conhecimento e não provimento do recurso, por considerar improcedentes as razões recursais apresentadas pela operadora, para alegação de doença e lesão preexistente, concluindo que o contrato firmado entre a operadora e o beneficiário deve continuar vigendo.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS
Diretor - Presidente

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE AJUSTE E RECURSO

DECISÕES DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Gerente Geral de Ajuste e Recurso, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 14, de 18/09/2007, publicada no DO de 21/09/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.000123/2005-93	CASA DE SAÚDE SÃO BERNARDO LTDA.	363766.	31.488.208/0001-25	Improcedente, já foi objeto de análise nos autos do processo 25779.000591/2005-68, o AI 17421, no qual a Operadora foi condenada ao pagamento de multa pecuniária no valor de R$133.326,67.	Improcedência (anulação AI 17589).
25789.010950/2005-76	COOPUS - COOPERATIVA DE USUÁ-RIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMP	384356.	96.350.194/0001-24	restou configurada a infração ao artigo 20, caput, da Lei 9.656/98 ao fornecer informação incorreta em documento apresentado à ANS, no que diz respeito à manutenção do Hospital e Maternidade de Campinas.	36000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)
25783.000001/2005-38	UNIMED PATOS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	336467.	08.315.806/0001-80	restou configurada a infração. Ocorre que conduta posterior da operadora trouxe fato que afasta a ilegalidade da conduta. Agiu de modo a reparar voluntária e eficazmente a conduta ilegal em data anterior à lavratura do Auto de Infração.	Improcedência (anulação AI 17462)
33902.055942/2005-33	OUROCLIN ASSISTENCIA A SAUDE S/C LTDA	304859.	81.104.499/0001-89	não restou configurada a infração prevista no art. 9º, inciso II, da Lei 9.656/98, pela constatação da conduta prevista no artigo 5,XII, da RDC n.º 24/2000, "ao comercializar o plano privado de assistência à saúde denominado Plano Odontológico.	Improcedência (anulação AI 16544)
33902.181011/2005-90	UNIMED JOAO PESSOA - COOPERA-TIVA DE TRABALHO MÉDICO	321044.	08.680.639/0001-77	restou constatada a infração ao disposto no art. 12, I, "b" da Lei 9656/1998, c/c art. 7º, IV da RDC 24/00, ao deixar de garantir cobertura para o material agulha, usado em acupuntura, solicitado por médico as-sistente, para o beneficiário C.S.F. EM 1/3/2005.	48000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
33902.181005/2005-32	UNIMED JOAO PESSOA - COOPERA-TIVA DE TRABALHO MÉDICO	321044.	08.680.639/0001-77	restou configurada a infração. Ocorre que conduta posterior da operadora trouxe fato que afasta a ilegalidade da conduta. Agiu de modo a reparar voluntária e eficazmente a conduta ilegal em data anterior à lavratura do Auto de Infração.	Improcedência (anulação AI 17456).
33902.063473/2004-45	UNIMED UBERABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA.	354066.	17.774.738/0001-09	restou constatada a infração ao disposto no art. 20 caput da Lei 9656/98, c/c Art. 34, da RN 124/06, ao não enviar comunicado acerca de reajuste para plano coletivo no prazo estipulado pela RN 36/03.	Advertência

FRANCISCO TEIXEIRA DA SILVA TELLES

NÚCLEO REGIONAL DE ATENDIMENTO E FISCALIZAÇÃO NA BAHIA

DECISÕES DE 26 DE AGOSTO DE 2008

O Chefe do Núcleo - Núcleo Regional de Atendimento e Fiscalização - BA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 4, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25772.001870/2008-51	SUL AMERICA COMPANHIA DE SE-GURO SAÚDE	006246	01.685.053/0001-56	Não enviar no prazo legal informações/documentos solicitados pela fis-calização. Art. 20, caput da Lei 9656/98.	Anulação do AI nº 27093. Arquivamento.

OLAVO MONTEIRO GOMES

NÚCLEO REGIONAL DE ATENDIMENTO E FISCALIZAÇÃO EM MINAS GERAIS

DECISÕES DE 27 DE AGOSTO DE 2008

A Chefe do Núcleo Regional de Atendimento e Fiscalização Do Estado de Minas Gerais da Diretoria de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, tendo em vista a delegação de competência outorgada pela Portaria nº 7/DIFIS/ANS, publicada no DO de 11 de julho de 2007, seção 2, fl. 25, que delegou competência para julgamento em primeira instância dos processos administrativos sancionadores, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004, e consoante o disposto no art.15, V c/c art. 25, todos da RN 48, de 19/09/2003, vem por meio deste dar ciência da decisão proferida em processos administrativos às Operadoras relacionadas no anexo.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.008440/2007-10	ADM. BRAS. ASSIST. MEDICA LTDA	413305.	04.043.452/0001-01	Rescindir unil. o contrato indiv. da benef. M.H.P.O. sem comprovação de comunicação até o qüinquagésimo dia de inadimplência (art. 13, § único, II, da lei 9.656/98)	Anulação do AI 25.598. Arquivamento
25779.001362/2007-22	CASA DE SAÚDE SÃO BERNARDO LTDA.	363766.	31.488.208/0001-25	Deixar de inf. à ANS, em 02/06 e 02/07, os reaj. apl. às contraprest. pec. do cont. estab. c/ emp. Marcos Alberto Malta ME, cont. nº 48777, nos prazos prev. nas RNs 99/05 e 128/06 . Art.20 caput da Lei 9656/98 c/c art. 7º da RN 99/05 e art. 8º da RN 128/06.	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
25779.003750/2007-48	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Reduzir capacid. da rede hosp. própria/cred., ao excluir de sua rede o Hosp. Casa de Saúde de Mater. Nª Srª das Graças, CNPJ 20600763/0001-80, sem prévia aut. da ANS. Art. 17, §4º, da Lei 9656/98.	126.642,11 (CENTO E VINTE E SEIS MIL, SEIS-CENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E ONZE CENTAVOS)
25779.008393/2007-12	QUALIMED LTDA.	409847.	03.291.767/0001-05	Enc. à ANS comunicado de reaj. ref. ao cont. col. firmado entre a Qualimed e a Com. Batista Shalom, nº 405, pl. Quali V, em perc. div. do apl. entre as partes. Art. 20, caput, da Lei 9656/98 c/c art. 13 da RN 156/07.	Advertência.
25779.002813/2008-20	REALMED ASSISTÊNCIA A SAÚDE LTDA	406350.	01.085.223/0001-61	Deixar de garantir cobertura obrig. de consulta médica, em 06/12/07, em favor da benef. N.M.V. (Art. 12, I, da Lei nº 9.656/98.)	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)

EUNICE MOURA DALLE

NÚCLEO REGIONAL DE ATENDIMENTO E FISCALIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

DECISÕES DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Chefe do Núcleo Regional de Atendimento e Fiscalização - RJ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 11, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 25, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.205329/2005-73	CAIXA DE ASSIST. DOS ADVOGADOS DO ES-TADO DO RIO DE JANEIRO - CAARJ	355879.	33.755.174/0001-13	Exigir ou aplicar reajustes ao consumidor, acima do contratado. (Art. 25 da Lei 9.656/98 c/c art. 4º, inciso XVII da Lei 9.961/00)	21.000,00 (VINTE E UM MIL REAIS)
33902.124123/2003-81	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Reduzir a capacidade da rede hospitalar própria ou credenciada sem prévia autorização da ANS, nos termos do disposto no parágrafo 4o e incisos, do art. 17 da Lei 9656, de 1998. (Art. 17 §4º da Lei 9.656/98)	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
33902.177410/2005-56	SB SAÚDE LTDA	360465.	00.512.543/0001-98	Reajustar as contraprestações pecuniárias de contratos, sem a prévia aprovação da ANS. (Art. 25 da Lei 9.656/98 c/c art. 4º, inciso XVII da Lei 9.961/00 c/c art. 2º da RDC 66/01)	18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

WLADMIR VENTURA DE SOUZA

NÚCLEO REGIONAL DE ATENDIMENTO E FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO

DECISÕES DE 25 DE AGOSTO DE 2008

A Chefe do Núcleo Regional de Atendimento e Fiscalização de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 13/DIFIS/ANS, publicada no DOU de 11 de julho de 2007, pelo Diretor de Fiscalização, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no Art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 05/06/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.000180/2007-15	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Deixar de garantir cobertura de cinco sessões (das dez requeridas) de Reeducação Postural Global - RPG. Art. 12, I, alínea b, da Lei 9656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.005414/2007-11	INTERMÉDICA SISTEMA DE SAÚDE S.A.	359017.	44.649.812/0001-38	Redimensionar rede hospitalar por redução, sem aut. da ANS, com exclusão do Hosp. e Maternidade Vidas. Art. 17, § 4º, da Lei 9.656/98.	1.000.000,00 (UM MILHÃO DE REAIS)
25789.008134/2006-83	MEDIAL SAÚDE S/A.	302872.	43.358.647/0001-00	Reduzir capacidade da rede hosp. credenciada após ao descredenciamento do Centro hosp. Dom Silvério Gomes Pimenta, sem solicitar à ANS aut. Art. 17, § 4º, da Lei 9.656/98. Não constatação da infração.	Anulação do AI nº 21192. Arquivamento.
25789.012504/2006-87	UNIMED PAULISTANA - SOC. COOP. TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Deixar de gar. cob. p/ adenoidectomia solicitada, sob o arg. de DLP, sem seguir o rito legal. Art. 11, § Único, c/c Art. 12, II, "a" da Lei 9656/98 c/c Art. 7º, § 7º da CONSU 02/98. Não constatação da infração.	Anulação do AI nº21820. Arquivamento.

LUIZ PAULO CICOGNA FAGGIONI
Substituto

DECISÕES DE 26 DE AGOSTO DE 2008

A Chefe do Núcleo Regional de Atendimento e Fiscalização de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 13/DIFIS/ANS, publicada no DOU de 11 de julho de 2007, pelo Diretor de Fiscalização, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no Art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 05/06/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.001448/2005-59	ASSOCIAÇÃO AUXILIADORA DAS CLASSES LABORIOSAS	340146.	61.740.791/0001-80	Incluir cláusula de reajuste por faixa etária não previsto no contrato original sem concordância da beneficiária. Art. 25 da Lei 9.656/98.	8.280,00 (OITO MIL, DUZENTOS E OITENTA REAIS)
25789.003621/2006-50	AVICCENA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	394009.	66.866.146/0001-22	Suspender assistência à saúde, face a DLP, ao não gar. cob. p/ Ressonância Magnética. Art. 11, parágrafo único, c/c art. 12, I, alínea b, da Lei 9656/98, c/c art. 7º, § 7º, da CONSU 2/98.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
25789.004060/2007-97	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Redimensionar rede hospitalar por redução, sem aut. da ANS, c/ exclusão da Associação Beneficente Portuguesa de Bauru. Art. 17, 4º, da Lei 9.656/98.	959.139,69 (Novecentos e cinqüenta e nove mil, cento e trinta e nove reais e sessenta e nove centavos)
25789.012667/2005-89	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Redimensionar rede hospitalar por redução, sem aut. da ANS, c/ exclusão do Hospital A C Camargo - Fundação Antonio Prudente. Art. 17, § 4º, da Lei 9.656/98.	952.680,00 (NOVECENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL, SEISCENTOS E OITENTA REAIS)
25789.012479/2006-31	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Redimensionar rede hosp. por redução, sem aut. da ANS, c/ exclusão do hospital IGESP s/a Centro Médico e Cirúrgico - Inst. de Gastroenterologia de São Paulo. Art. 17, § 4º, da Lei 9.656/98.	958.788,13 (NOVECENTOS E CINQUENTA E OITO MIL, SETECENTOS E OITENTA E OITO REAIS E TREZE CENTAVOS)
25789.007058/2007-70	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Redimensionar rede hosp. por red., sem aut. da ANS, com a excl. da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Limeira. Art. 17, §4º, da Lei 9.656/98.	959.071,56 (Novecentos e cinqüenta e nove mil, setenta e um reais e cinqüenta e seis centavos)
33902.062247/2007-90	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Redimensionar rede hospitalar por redução, sem aut. da ANS, c/ exclusão da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pirassununga. Art. 17, § 4º, da Lei 9.656/98.	958.960,63 (Novecentos e cinqüenta e oito mil, novecentos e sessenta reais e sessenta e três centavos)
25789.000442/2005-80	UNIMED CAMPINAS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	335690.	46.124.624/0001-11	Deixar de garantir cob. p/ carga para grampeador endoscópico utilizado na cirurgia Bulectomia Unilateral. Art. 12, II, alínea e, da Lei 9.656/98.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)

LUIZ PAULO CICOGNA FAGGIONI
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 27 de agosto de 2008

Nº 95 - O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 4 de janeiro de 2008 do Presidente da República, os incisos X e XI do art. 13 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto n.º 3.029, de 16 de abril de 1999 e, com fundamento no inciso IX do art. 16 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, no art. 52 e no art. 63 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, não conhece dos recursos a seguir especificados, determinando a extinção do recurso, sem julgamento do mérito, mantendo os termos da decisão recorrida.

ANEXO

Empresa: LABORATÓRIO SERVIER LTDA.
CNPJ: 42.374.207/0001-76
Número do Processo: 25351.252032/2007-14
Expediente: 422413/08-2

Nº 96 - O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 4 de janeiro de 2008 do Presidente da República, os incisos X e XI do art. 13 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto n.º 3.029, de 16 de abril de 1999 e, com fundamento no inciso IX do art. 16 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, combinado com o art. 61 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e com o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, aliado ao disposto no § 2º do art. 11 e inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, conhece e não confere efeito suspensivo aos recursos a seguir especificados, determinando o normal prosseguimento da análise para posterior julgamento do mérito pela Diretoria Colegiada.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

Empresa: APSEN FARMACÊUTICA S/A.
CNPJ: 62.462.015/0001-29
Número do Processo: 25000.004852/97-01
Expediente: 733361/08-7
Empresa: EMS S/A.
CNPJ: 57.507.378/0001-01
Número do Processo: 25000.208825/2002-91
Expediente: 736936/08-1
Número do Processo: 25351.052276/2008-80
Expediente: 715595/08-6
Número do Processo: 25351.046512/2004-03
Expediente: 752540/08-1
Número do Processo: 25000.024691/96-38
Expediente: 736820/08-8
Número do Processo: 25351.425716/2007-41
Expediente: 736957/08-3
Empresa: GERMED FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 45.992.062/0001-65
Número do Processo: 25351.049709/2004-96
Expediente: 752560/08-5
Empresa: GLICOLABOR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 45.272.721/0001-99
Número do Processo: 25351.478831/2005-57
Expediente: 759077/08-6
Empresa: LABORATÓRIO VITALAB LTDA.
CNPJ: 56.646.953/0001-86
Número do Processo: 25351.607388/2007-08
Expediente: 736584/08-5
Empresa: LABORATÓRIO SINTERÁPICO INDUSTRIAL E FARMACÊUTICO LTDA.
CNPJ: 46.741.922/0001-50
Número do Processo: 25351.177571/2002-52
Expediente: 733836/08-8
Número do Processo: 25351.177595/2002-10
Expediente: 733816/08-3
Empresa: LABORATÓRIO NEO QUÍMICA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
CNPJ: 29.785.870/0001-03
Número do Processo: 25351.243420/2008-95
Expediente: 711812/08-1
Número do Processo: 25351.243231/2008-12
Expediente: 724844/08-0
Empresa: LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.
CNPJ: 05.044.984/0001-26
Número do Processo: 25351.428143/2007-16
Expediente: 736913/08-1
Empresa: LABORATÓRIO FARMACÊUTICO ELOFAR LTDA.
CNPJ: 83.874.628/0001-43
Número do Processo: 25001.004221/86
Expediente: 733592/08-0
Empresa: ROYTON QUÍMICA FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ: 46.385.514/0001-03
Número do Processo: 25000.007146/99-57
Expediente: 733971/08-2
Empresa: SIGMA PHARMA LTDA.
CNPJ: 00.923.140/0001-01
Número do Processo: 25351.075510/2008-47
Expediente: 715583/08-2
Número do Processo: 25351.427890/2006-48
Expediente: 736790/08-2
Número do Processo: 25351.463519/2007-21
Expediente: 734355/08-8
Número do Processo: 25351.430815/2007-45
Expediente: 737001/08-6

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO RDC Nº 60, DE 25 DE AGOSTO DE 2008 (*)

Dispõe sobre o Sistema da Dívida Ativa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 11 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o disposto no inciso II e nos §§ 1º e 3º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, em reunião realizada em 19 de agosto de 2008,

considerando o disposto no artigo 27 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, relativo à inscrição e cobrança de débitos vencidos e não quitados com a ANVISA;

considerando o disposto no art. 1º da Portaria PGF/AGU/PR nº 262, de 26 de março de 2008, por meio do qual ficou estabelecido que, a partir de 31 de março de 2008, as Procuradorias Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados, as Procuradorias Seccionais Federais e os Escritórios de Representação, por meio dos respectivos Serviços ou Seções de Cobrança e Recuperação de Créditos assumiram a representação judicial da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, em cumprimento ao disposto no art. 22 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007;

considerando a publicação do Ato Regimental da Advocacia-Geral da União nº 02, de 12 de junho de 2007, que alterou a estrutura e funcionamento da Procuradoria-Geral Federal no que se refere às atividades relacionadas à cobrança e recuperação de créditos de autarquias e fundações públicas federais;

considerando, ainda, que as unidades de execução direta da Procuradoria-Geral Federal assumirão as atribuições previstas no artigo 9º do Ato Regimental AGU nº 02/2007, relativas às autarquias e fundações públicas federais cuja representação já lhes foi conferida, conforme o disposto no § 2º do art. 1º da Portaria PGF/AGU/PR nº 262, de 26 de março de 2008,

adota a seguinte Resolução e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º. Enquanto não for disponibilizado o Sistema de Dívida Ativa da Procuradoria-Geral Federal, para fins de inscrição em dívida ativa, o Sistema da Dívida Ativa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária observará as regras dispostas nesta Resolução.

Art. 2º. Caberá à Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa efetuar a inscrição do devedor na Dívida Ativa desta Agência, conforme o modelo do "Termo de Inscrição de Dívida Ativa" (Anexo I).

Art. 3º. Posteriormente ao procedimento de que trata o art. 2º, a Procuradoria emitirá a "Certidão de Dívida Ativa", constituindo-se em título executivo, documento hábil à propositura da Ação de Execução, junto ao Poder Judiciário (Anexo II).

Parágrafo único. Após a emissão das peças respectivas, a Procuradoria Federal junto à Anvisa remetê-las-á à unidade de execução direta da Procuradoria-Geral Federal, para promover o ajuizamento da ação.

Art. 4º. Após o ajuizamento, a unidade de execução direta da Procuradoria-Geral Federal comunicará à Anvisa o número da ação judicial, o Juízo para o qual foi distribuída a execução fiscal, assim como toda e qualquer informação sobre posterior alteração do status do crédito, em especial relativo a sua exigibilidade.

Art. 5º. A Procuradoria Federal junto à Anvisa deverá comunicar, imediatamente, às unidades de execução direta da Procuradoria-Geral Federal informações relativas a extinção ou suspensão do crédito.

Art. 6º. Quando solicitados, os dossiês judiciais que se encontram em poder da Procuradoria Federal junto à Anvisa serão encaminhados às unidades de execução direta da Procuradoria-Geral Federal.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal junto à Anvisa manterá os dossiês judiciais ainda não solicitados na forma do caput até o prazo previsto para a conclusão do processo de centralização da dívida ativa na Procuradoria-Geral Federal.

Art. 7º. Os processos administrativos de apuração e constituição dos créditos serão mantidos na Anvisa, cabendo à Procuradoria Federal junto à Agência fornecer cópias dos respectivos autos à unidade de execução direta da Procuradoria-Geral Federal, sempre que necessário à defesa da entidade e instrução processual.

§ 1º. Quando solicitadas pelas unidades de execução direta da Procuradoria-Geral Federal, a Procuradoria Federal junto à Anvisa fornecerá informações técnicas sobre situações fáticas relativas à constituição do crédito, necessárias à defesa.

§ 2º. Não sendo estipulado prazo, a solicitação deverá ser atendida em 5 (cinco) dias.

Art. 8º. A comunicação entre as unidades de execução direta da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal junto à Anvisa será realizada, preferencialmente, por meio de correio eletrônico.

Art. 9º. Aplica-se ao parcelamento dos débitos, vencidos e não quitados, originários da taxa de fiscalização de vigilância sanitária e da aplicação de multas junto à Anvisa o disposto nas Resoluções RDC nº 240, de 9 de setembro de 2003, RDC nº 292, de 5 de outubro de 2005, e RDC nº 8, de 14 de fevereiro de 2007.

Art. 10. Quitado o débito, a Procuradoria Federal junto à Anvisa determinará a averbação da respectiva quitação, bem como a baixa da inscrição na Dívida Ativa da Anvisa e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN.

Art. 11. Revoga-se a Resolução-RE nº 1, de 25 de abril de 2001, publicada no DOU nº 81-E, de 26 de abril de 2001, seção 1, pág. 21.

Art. 12. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO I

ANVISA - TERMO DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA Número da Inscrição:
Número do Débito: DEVEDOR: Nome: CGC/CPF: Endereço Bairro: Cidade: UF: CEP: CO-RESPONSÁVEL: Nome: CPF: DÍVIDA: (Valor original - R$): Data levant. débito: n.º Doc. origem/tipo: N º do Processo: DISPOSITIVO (S) INFRINGIDO (S): VALOR CONSOLIDADO DO DÉBITO, em / / DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO: Nota: Sobre o valor da dívida incidem Multa e Juros de Mora mensal, por ocasião do pagamento, de conformidade com a legislação vigente.
LAVRADA À FL DO LIVRO DO REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA

ANEXO II

ANVISA - CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA Número da Inscrição:
Número do Débito: DEVEDOR: Nome: CGC/CPF: Endereço Bairro: Cidade: UF: CEP: CO-RESPONSÁVEL: Nome: CPF: DÍVIDA: (Valor original - R$): Data levant. débito: N.º Doc. Origem/tipo: N º do processo DISPOSITIVO (S) INFRINGIDO (S): VALOR CONSOLIDADO DO DÉBITO, em / / DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO: Nota: Sobre o valor da dívida incidem Multa e Juros de Mora mensal, por ocasião do pagamento, de conformidade com a legislação vigente.
LAVRADA À FL DO LIVRO DO REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 164, de 26-8-2008, Seção 1, pág. 49, com incorreção no original.

RETIFICAÇÃO

Na Edição do DOU de 26/8/2008, Seção 1, pág. 50, onde se lê: RESOLUÇÃO Nº 61, DE 25 DE AGOSTO DE 2008, leia-se: RESOLUÇÃO-RDC Nº 61, DE 25 DE AGOSTO DE 2008.

(p/COEJO)

PROCURADORIA
COORDENAÇÃO DE CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO-SANITÁRIO

DESPACHOS DA COORDENADORA

Em 27 de agosto de 2008

DECISÃO
COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA
25741-146058/2007-31 - AIS: 004/07 - CVS/SC
Penalidade de multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais)

COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA
25741-395634/2006-91 - AIS: 010/06 - CVS/SC
Penalidade de multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

EMPRESA DE NAVEGAÇAO BOM JESUS LTDA
25760-000153/2005-26 - AIS: 019/04 - CVS/PA
Penalidade de multa no valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais)

KODAK BRASILEIRA COMERCIO INDUSTRIA LTDA
25759-018776/2006-48 - AIS: 016/06 - CVS/SP
Penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais)

MP DA SILVA
25745-076887/2007-17 - AIS: 005/07 - CVS/MA
Penalidade de multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais)

OLIVEIRA MARINI SERVIÇOS AUX. DE TRANSP. AÉREO LTDA
25745-336953/2005-43 - AIS: 006/05 - CVS/MA
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

PAULO HENRIQUE MARIN - ME
25749-049101/2007-41 - AIS: 001/07 - CVS/MS
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

PRODUTOS ROCHE QUIMICOS E FARMACEUTICOS S/A 25759-472364/2005-79 - AIS: 326/05 - CVS/SP
Penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais)

RESTAURANTE - EUGENIO ARAUJO NETO - ME
25745-265573/2007-89 - AIS: 014/07 - CVS/MA
Penalidade de multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais)

SPOLETO COMIDA ITALIANA
25351-449503/2007-13 - AIS: 057/06 - CVS/DF
Penalidade de multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais)

TAF LINHAS AEREAS S/A
25762-132652/2006-15 - AIS: 002/05 - CVS/AP
Penalidade de multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais)

TRANSPALLET TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA
25759-379751/2007-07 - AIS: 600/06 - CVS/SP
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

TRANSPALLET TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA
25759-379760/2007-90 - AIS: 602/06 - CVS/SP
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

TRANSPALLET TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA
25759-379771/2007-70 - AIS: 604/06 - CVS/SP
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

TRANSPALLET TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA
25759-409483/2006-76 - AIS: 598/06 - CVS/SP
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

DECISÃO
DEDETIZADORA TIRO E QUEDA LTDA
25351-300590/2004-51 - AIS: 557/04 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de multa no valor de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais)

FRESENIUS HEMOCARE BRASIL (ASEM NPBI PRODUTOS HOSPITALARES LTDA)
25759-044720/2003-04 - AIS: 518/01 - CVS/SP
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

GENERAL ELETRIC DO BRASIL LTDA
25759-169422/2007-41 - AIS: 210/05- CVS/SP
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA
25351-257211/2005-86 - AIS: 084/05 - GPROP/ANVISA
Penalidade de multa no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), cumulativamente com a proibição da propaganda, na forma veiculada, do medicamento SAL DE FRUTA ENO

HIGIE BRAS IND. COM. PROD. HIGIENE LIMPEZA LTDA
25351-301028/2004-44 - AIS: 544/04 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), cumulativamente com a apreensão e inutilização dos produtos.

HOSPITAL ALEMAO OSWALDO CRUZ
25759-200164/2006-05 - AIS: 215/06 - CVS/SP
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

INFRAERO
25759-467696/2006-12 - AIS: 025/06 - CVS/SP
Penalidade de multa no valor de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

KODAK BRASILEIRA COMERCIO INDUSTRIA LTDA
25759-232611/2005-04 - AIS: 059/04 - CVS/SP
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

KODAK BRASILEIRA COMERCIO INDUSTRIA LTDA
25759-236220/2005-51 - AIS: 058/04 - CVS/SP
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

PHD PROD. HOSPITALARES E DIAGNOSTICO LTDA
25351-439007/2005-81 - AIS: 597/05 - GFIMP/ANVISA
Penalidade de multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

SBIB HOSPITAL ALBERT EINSTEIN
25759-240287/2006-71 - AIS: 273/06 - CVS/SP
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

SOC. BENEFICENTE Sras. HOSP. SÍRIO LIBANE
25759-140069/2006-37 - AIS: 176/06 - CVS/SP
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

TAPIRI IND. COM. ALIMENTICIO LTDA
25747-107142/2007-89- AIS: 002/07 - CVS/AC(25747-107202/2007-63, apenso)
Penalidade de multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais)

TORRENT DO BRASIL LTDA
25759-079628/2006-08 - AIS: 062/06 - CVS/SP
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

TRANSPALLET TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA
25759-379863/2007-50 - AIS: 609/06 - CVS/SP
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

TRANSPALLET TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA
25759-379874/2007-30 - AIS: 610-06 - CVS/SP
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

TRANSPALLET TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA
25759-379887/2007-17 - AIS: 611/06 - CVS/SP
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

TRANSPALLET TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA
25759-379897/2007-44 - AIS: 613/06 - CVS/SP
Penalidade de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

VITERNAT LABORATORIOS LTDA
25351-285155/2005-79 - AIS: 638/04 - GPROP/ANVISA
Penalidade de multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), cumulativamente com a proibição da propaganda na forma veiculada, dos produtos LECITINA DE SOJA, EFHEROL ou ÓLEO DE GERME DE TRIGO, VITCAROTEN ou BETA CAROTENO, ÓLEO DE ALHO ou ACEROLINHA, GINKGO BILOBA, VITACITURS ou ACEROLINHA, MINERVIT, ÓLEO DE PEIXE (ÔMEGA 3) e ÓLEO PRÍMOLA (ÔMEGA 6)

BIANCA ZIMON GIACOMINI RIBEIRO TITO

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 411, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

Aprova o Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição Federal, o inciso III, do art. 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 3º, do Anexo I, do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, constante do anexo.

Parágrafo único. O Manual, identificado no caput deste artigo, encontra-se disponível no sítio eletrônico do Ministério das Cidades: www.cidades.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO FORTES DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 414, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único, do art.87 da Constituição Federal, o inciso III, do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, o art. 1º, do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995, e

Considerando as solicitações de cancelamento e de alterações formuladas pelos municípios proponentes, apresentadas por intermédio do Agente Financeiro, Caixa Econômica Federal, referentes às operações de crédito selecionadas no âmbito do Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA, operado com recursos do FGTS, resolve:

Art. 1º As propostas de operações de crédito selecionadas no âmbito do Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - PRÓ-MORADIA, apresentadas pelos municípios de Recife/PE e São Carlos/SP, objeto da Portaria nº 216, de 17 de abril de 2008, do Ministério das Cidades, publicada no Diário Oficial da União, em 18 de abril de 2008, seção 1, págs. 72/73, ficam canceladas e alteradas, na forma dos Anexos I e II, respectivamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO FORTES DE ALMEIDA

ANEXO I

PROPOSTAS CANCELADAS

Proponentes	Modalidades Operacionais	Processos Administrativos	Valores de Financiamento (R$ 1,00)
PM Recife/PE	Prod. Conj. Habitacional	80000.000498/2008-13	1.356.506,55
PM Recife/PE	Prod. Conj. Habitacional	80000.000498/2008-13	3.928.346,38
PM São Carlos/SP	Prod. Conj. Habitacional	80000.033302/2007-88	1.851.360,00

ANEXO II

PROPOSTAS ALTERADAS

Proponentes	Modalidades Operacionais	Processos Administrativos	Nºs de famílias originais	Valores de financiamento originais (R$ 1,00)	Nºs de famílias alterados	Valores de financiamento alterados (R$ 1,00)
PM São Carlos/SP	Prod. Conj. Habitacional	80000.033302/2007-88	80	2.128.000,00	79	2.101.400,00
PM São Carlos/SP	Prod. Conj. Habitacional	80000.033302/2007-88	92	2.447.200,00	71	1.888.600,00
PM São Carlos/SP	Prod. Conj. Habitacional	80000.033302/2007-88	72	1.915.200,00	58	1.542.800,00
PM São Carlos/SP	Prod. Conj. Habitacional	80000.033302/2007-88	64	1.702.400,00	50	1.330.000,00
PM São Carlos/SP	Prod. Conj. Habitacional	80000.033302/2007-88	18	478.800,000	27	718.200,00

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 74, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XIII do Art. 19, da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e tendo em vista o que dispõe a Resolução nº 155, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, de 28 de janeiro de 2004, resolve:

Art. 1º A integração e a operação do Registro Nacional de Infrações de Trânsito - RENAINF far-se-á de acordo com o disposto nesta Portaria.

Art. 2.º Os órgãos e entidades de trânsito integrantes do RENAINF são classificados em três níveis de enquadramento, segundo a abrangência de suas atividades, e respondem pelas atribuições especificadas no Anexo I desta Portaria:

I - DENATRAN - órgão Coordenador-Geral do RENAINF;

II - órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal - órgão Coordenador estadual ou distrital do RENAINF respectivamente;

III - órgãos e entidades executivos de trânsito e rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Polícia Rodoviária Federal - órgãos autuadores.

Art. 3.º Ressalvadas as exceções previstas no art. 4.º da Resolução n.º 155, de 2004, do CONTRAN, para viabilizar sua participação no RENAINF, os órgãos autuadores deverão ajustar os procedimentos operacionais junto ao órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal de sua circunscrição.

Art. 4.º O órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, para participar do RENAINF, deverá seguir os seguintes procedimentos:

I - ajustar seu sistema de processamento e suas bases de dados ao Manual do Usuário;

II - solicitar ao DENATRAN a liberação de acesso ao ambiente de testes do RENAINF, para homologação;

III - solicitar ao DENATRAN, após a homologação, a liberação de acesso ao RENAINF.

Art. 5.º O órgão autuador deverá comunicar ao DENATRAN o início do registro das infrações no RENAINF solicitando adesão ao sistema e o cadastramento do órgão/entidade favorecido dos valores das multas de trânsito arrecadados pelos órgãos e entidades executivos de trânsito de registro do veículo, conforme requerimento do Anexo II e III.

Art. 6.º O órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal de registro de veículos e condutores, a quem compete prestar informações, registrar os dados das infrações e multas em seus cadastros de veículos e condutores, deverá obedecer aos procedimentos estabelecidos no Manual do Usuário, colocado à disposição pelo DENATRAN, através de instrumentos específicos.

Art. 7 º O órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal nomeará um Coordenador e um Analista de Sistemas, responsáveis pela operação do RENAINF, no âmbito de sua circunscrição e informará formalmente ao DENATRAN, indicando o nome, e-mail e telefone de contato.

Parágrafo único. Caberá ao Coordenador informar ao DENATRAN o responsável pelos assuntos financeiros.

Art. 8.º Sempre que a arrecadação do valor da multa for realizada diretamente pelo órgão ou entidade que aplicou a penalidade, não caberá ressarcimento dos custos dos serviços dos demais órgãos e entidades de trânsito envolvidos.

Art. 9.º O valor da multa arrecadado pelo órgão ou entidade executivo de trânsito de registro do veículo, aplicada pelos demais órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, após a dedução dos valores referentes à retenção legal e aos custos operacionais dos participantes do processo, conforme discriminado no Anexo IV desta Portaria, será repassado ao órgão autuador mediante liquidação de titulo de cobrança bancária, cujo cedente é o órgão autuador ou entidade que este designar.

Parágrafo único. Enquanto o pagamento da multa não for realizado, não caberá ressarcimento dos custos operacionais aos órgãos e entidades participantes do processo.

Art. 10. O pagamento das multas por infrações de trânsito registradas no RENAINF somente é possível a partir da imposição da penalidade através da notificação de penalidade.

Art. 11. Os custos operacionais dos procedimentos de que trata esta Portaria não serão restituídos ao órgão autuador, no caso de deferimento de recurso ou cancelamento da multa por decisão administrativa ou judicial.

Art. 12. O RENAINF, sob coordenação do DENATRAN, e mediante informações prestadas pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal de registro do veículo ou pelo órgão autuador, registrará o pagamento de cada multa no Sistema.

Parágrafo único. O Sistema disponibilizará as informações de que trata o caput deste artigo aos participantes do processo para o acompanhamento da arrecadação e controle dos repasses financeiros.

Art. 13. Nos casos de mais de um pagamento da mesma multa, registrados no RENAINF, a restituição integral dos pagamentos excedentes ficará a cargo do órgão autuador.

Art. 14. O órgão autuador ou entidade que este designar, mediante as informações de pagamento de multas recebidas dos órgãos e entidades executivos de transito dos Estados e do Distrito Federal de registro de veículos, calculará o rateio dos valores, conforme anexo IV, e enviará arquivo, conforme lay out do Manual do Usuário, com os dados ao sistema RENAINF para consistência e envio aos DETRAN de arrecadação.

§ 1º. O cálculo do rateio será efetuado mensalmente, até o dia 10, contemplando os valores de todas as multas pagas no mês anterior.

§ 2º. Poderá ser incluído no rateio o valor de multas pagas em meses anteriores e que ainda não foram rateadas.

§ 3º. O arquivo com os dados do rateio deverá ser enviado, pelo órgão autuador ou entidade que este designar, até o dia 10 de cada mês ao Sistema RENAINF, para consistência do arquivo, dados e valores.

§ 4º. O arquivo será devolvido integralmente ao órgão autuador ou a entidade que este designar contendo indicação dos registros consistentes e dos inconsistentes. Os lotes que apresentarem registros inconsistentes serão desconsiderados e o órgão autuador deverá efetuar os acertos e incluí-los nos próximos rateios.

§ 5º. O RENAINF agrupará em arquivo os lotes que apresentarem todos os registros consistentes e enviará ao DETRAN arrecadador, até dia 13 de cada mês.

§ 6º. Das informações do arquivo de rateio constarão os dados do boleto bancário e/ou GRU, emitido pelo órgão autuador ou entidade que este designar, para o DETRAN arrecadador das multas efetuar o pagamento, na rede bancária, relativo ao valor a ser repassado ao órgão autuador ou a entidade que este designar. O código de barras do boleto bancário não deverá conter data de vencimento para o pagamento.

§ 7º. As despesas bancárias decorrentes da emissão do boleto de cobrança bancária serão suportadas pelo órgão autuador ou entidade que este designar, responsável pelo rateio e emissão do título.

Art. 15. O órgão ou a entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal arrecadador dos valores das multas deverá efetuar o pagamento do boleto bancário e/ou GRU até o dia 20 do mês da efetivação do cálculo do rateio. Caso no dia 20 do mês não houver expediente bancário o pagamento poderá ser feito no primeiro dia útil posterior.

Art. 16. A nova modalidade de rateio, definida nesta Portaria, contemplará as multas de trânsito arrecadadas a partir de 01.09.2008 pelos órgãos e entidades executivos de trânsito de domicílio dos veículos.

Art. 17. As multas de trânsito arrecadadas até 31.08.2008 deverão ser rateadas conforme o definido na Portaria 24, de 31.03.2006, do DENATRAN, e em hipótese alguma poderão ser incluídas na nova modalidade de rateio.

Art. 18. Os autos de infrações de trânsito deverão ser lavrados com dados e informações relativas a uma única infração de trânsito. Havendo o cometimento de mais de uma infração deverão ser lavrados tantos autos de infrações quantas forem às mesmas.

Art. 19. Ao registrar uma infração no RENAINF, o órgão autuador receberá, junto com as informações cadastrais do veículo e do condutor, o código RENAINF, que fará parte do registro dessa infração no Sistema, e que deverá ser impresso nas notificações da autuação e da penalidade.

Art. 20. Os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito deverão receber as defesas de autuação apresentadas e os recursos interpostos, independentemente do local de cometimento da infração, anotar a data de recebimento, registrar no Sistema RENAINF de acordo com as transações estabelecidas no Manual do Usuário, e, de pronto, remeter a documentação ao órgão autuador responsável pela autuação.

Art. 21. Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal deverão utilizar envelopes identificados com a expressão 'RENAINF', para remessa da documentação relativa à defesa da autuação e de recursos de penalidades por infrações de trânsito, aos DETRAN e aos órgãos autuadores.

Art. 22. Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, detentores das bases estaduais de veículos e condutores, ao prestarem informações, relativas aos mesmos, aos demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, deverão considerar as informações da comunicação de venda e do arrendamento de veículos, para fins de notificação e pontuação.

Art. 23. Fica revogada a Portaria nº 24, de 31 de março de 2006, exceto no tocante ao disposto no artigo 17 desta Portaria.

Art. 24. Esta Portaria entra em vigor na data de 01.09.2008.

ALFREDO PERES DA SILVA

ANEXO I

DAS ATRIBUIÇÕES

As atribuições dos órgãos e entidades de trânsito integrantes do sistema RENAINF são as seguintes:

1. Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN - Coordenador-Geral:

1.1 Prover a implantação, a gestão, a operação e a manutenção do Registro Nacional de Infrações de Trânsito - RENAINF, executando, direta ou indiretamente, as atividades relativas à administração e à gestão de um sistema centralizado de dados, que permita a operacionalização de acordo com os procedimentos definidos para o sistema RENAINF;

1.2 Receber, transmitir e disponibilizar os dados cadastrais e as demais informações relativas a veículos, proprietários e condutores;

1.3 Receber, registrar, transmitir e disponibilizar os dados de infrações e das multas delas decorrentes;

1.4 Receber, registrar, transmitir e disponibilizar os dados de infrações para pontuação do infrator;

1.5 Receber, consistir, transmitir e disponibilizar os arquivos com os dados do rateio e do boleto de cobrança bancária e/ou GRU para repasse dos valores arrecadados de multas de transito.

2. Órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal de registro dos veículos e condutores - Coordenador Estadual e Distrital, respectivamente:

2.1 Receber e consistir as informações relativas às infrações de trânsito autuadas pelos órgãos autuadores de sua circunscrição, repassando-as aos órgãos de coordenação estadual e distrital de registro dos veículos e condutores;

2.2 Fornecer aos órgãos autuadores os dados consistidos e atualizados de veículos e de proprietários, bem como dos condutores cadastrados em sua base de dados;

2.3 Registrar as infrações, as multas delas decorrentes e a respectiva pontuação em sua base de dados;

2.4 Bloquear o licenciamento e a transferência dos veículos registrados em sua base de dados, que tenham a eles vinculados débitos de multa de trânsito exigível no sistema RENAINF;

2.5 Arrecadar as multas de trânsito vinculadas a veículos registrados em sua base de dados, por meio da rede bancária;

2.6 Registrar e fornecer informações quanto ao pagamento de cada multa vinculada a veículo registrado em sua base de dados, no prazo de um dia útil contado da data do pagamento;

2.7 Efetuar, no prazo definido no artigo 15 desta Portaria, o repasse dos valores arrecadados de multas mediante o pagamento dos boletos e/ou GRU emitidos pelos órgãos autuadores, ou entidades por estes designadas, e manter o controle dos valores devidos aos órgãos e entidades de trânsito integrantes do RENAINF, cumprindo o estabelecido no Anexo IV e V desta Portaria;

2.8 Receber e transmitir os arquivos de solicitação de rateio dos órgãos autuadores, relativo às multas pagas nos órgãos e entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, para consistência dos valores junto ao sistema RENAINF;

2.9 Receber e registrar o encaminhamento das defesas de autuação e os recursos interpostos a ele apresentados, conforme o disposto no artigo 20 desta Portaria;

2.10 Registrar na sua base de dados todas as informações recebidas e enviadas através do sistema RENAINF.

3. Órgãos e entidades executivos de trânsito e rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e a Polícia Rodoviária Federal com competência para impor penalidade de multa de trânsito - órgãos autuadores:

3.1 Registrar no sistema RENAINF, por meio do órgão Coordenador estadual ou distrital de sua circunscrição, as infrações de trânsito, as ocorrências e as multas delas decorrentes e a indicação de condutor para pontuação, relativo às infrações cometidas em Unidades da Federação diferentes da do licenciamento do veículo;

3.2 Expedir as notificações de autuação e de penalidade aos infratores;

3.3 Arrecadar os valores das multas decorrentes das aplicações de penalidades;

3.4. Registrar no sistema RENAINF, o pagamento das multas de trânsito aplicadas a proprietários de veículos registrados em outras Unidades da Federação. Este registro deverá ser efetuado no prazo de um dia útil após a data de pagamento.

3.5 Registrar, por meio do órgão Coordenador estadual ou distrital de sua circunscrição, a tramitação das defesas de autuação apresentadas e dos recursos interpostos.

3.6 Calcular o rateio das multas pagas nos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, emitir boleto de cobrança e/ou GRU e enviar arquivo, conforme lay out do Manual do Usuário, com os dados do rateio ao RENAINF para consistência.

ANEXO II

REQUERIMENTO

Ao Diretor do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN

Assunto: Solicita adesão ao RENAINF e cadastramento de órgão/entidade favorecido dos valores arrecadados de multas de trânsito.

Código do órgão autuador:_____
Órgão atuador:_____
Setor de Trânsito:_____
Endereço do órgão autuador:_____
CEP____Cidade:_____UF____
Inscrito do órgão autuador no CNPJ/MF sob o nº__

O órgão autuador acima identificado SOLICITA através da presente sua adesão ao sistema REGISTRO NACIONAL DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO - RENAINF e solicita o cadastramento do órgão e/ou entidade favorecido dos valores de multas arrecadados pelos Órgãos e Entidades Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal de domicílio do veículo, nos termos da Portaria DENATRAN nº..., de..... de ..... de 200....

Dados do órgão/entidade favorecido dos valores:
- Código do órgão/entidade favorecido:_____
- Nome do órgão/entidade favorecido:_____
- CNPJ do órgão/entidade favorecido:_____
Responsável pelos assuntos financeiros:_____
E-mail:_____
Telefone de contato:_____
_____ de _____ de 200_
_____
Nome, Cargo e Assinatura

Visto do DETRAN O órgão acima identificado ajustou os procedimentos operacionais para participar do RENAINF. _____ Nome e Assinatura do DETRAN	Controle Interno - DENATRAN Conforme solicitação cadastramos, nesta data, no sistema RENAINF o órgão favorecidos dos valores das multas. _____ Pelo DENATRAN

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO E ENVIO DO ANEXO II

1. O órgão autuador deverá:

1.1 fazer um Ofício ao Diretor do DENATRAN, anexar o requerimento de solicitação de adesão e cadastramento do órgão/entidade favorecido dos valores das multas arrecadados pelo DETRAN de domicílio do veículo;

1.2 enviar ao DENATRAN, via DETRAN da sua jurisdição estadual.

2. O DETRAN da jurisdição deverá:

2.1 colocar um visto no campo próprio do requerimento, confirmando a adequação dos procedimentos operacionais entre o órgão autuador e o DETRAN, para o funcionamento do RENAINF;

2.2 Juntar os ofícios e os requerimentos recebidos dos órgãos autuadores e enviar ao DENATRAN-CGIE, para cadastramento do órgão/entidade favorecido dos valores das multas arrecadadas pelo DETRAN de domicílio do veículo, conforme indicado no requerimento.

3. Preenchimento:

3.1. Código do órgão autuador: será com 6 dígitos (Portaria nº 59/2007, do DENATRAN);

3.2. Órgão autuador: Nome do órgão autuador (caso dos municípios) é o município;

3.3. Setor de Trânsito: se o órgão autuador tem setor de trânsito colocar o nome deste;

3.4. Endereço do órgão autuador: endereço completo;

3.5. CEP: Cep do órgão autuador;

3.6. CNPJ: o do órgão autuador;

3.7. Código do órgão/entidade favorecido: Código do órgão / entidade indicado para recebimento dos valores arrecadados das multas;

3.8. Nome do órgão favorecido: Nome do órgão / entidade indicado para recebimento dos valores arrecadados das multas;

3.9. CNPJ: é o CNPJ do órgão / entidade que receberá os valores das multas;

4. Responsável pelos assuntos financeiros: constar o nome da pessoa que irá cuidar da parte financeira, e-mail e o telefone de contato. Estas informações são para viabilizar o contato quando surgir algum problema financeiro.

5. Datar.

6. Assinatura com a identificação da representação do órgão autuador, quando for um município o prefeito deve assinar.

7. Quando o órgão autuador indicar um terceiro (CNPJ diferente ao do órgão autuador) como favorecido dos valores arrecadados, deverá colher formalmente o aceite/concordância deste terceiro, através de ofício, declarando que concorda que os valores das multas de trânsito do órgão autuador (indicar qual), sejam creditados ao mesmo. Enviar a declaração ao DENATRAN junto ao requerimento de adesão do órgão autuador.

8. Não serão aceitos os requerimentos sem o visto do DETRAN - coordenador estadual no campo próprio informando que o órgão autuador ajustou os procedimentos operacionais.

ANEXO III

OFÍCIO DE ANUÊCIA / CONCORDÂNCIA PARA CRÉDITO DE VALORES ARRECADADOS DE MULTAS DE TRÂNSITO

Local e Data
(Endereçado ao
Diretor do DENATRAN)
Senhor Diretor,

Tendo em vista que o órgão autuador (código nº.....)-(nome.....), indicou no requerimento de adesão ao sistema RENAINF o cadastramento deste órgão/entidade, para recebimento dos valores das multas de trânsito, arrecadadas pelos órgãos executivos de trânsito estaduais do registro do veículo, DECLARAMOS que CONCORDAMOS / DAMOS ANUÊNCIA, que referidos valores sejam repassados a este órgão/entidade.

Para viabilizar o repasse dos valores este órgão/empresa emitirá boleto de cobrança bancária a ser liquidado pelo DETRAN arrecadador das multas.

Código do órgão/entidade:
Nome do órgão/entidade:
CNPJ:
(Assinatura do órgão/entidade)
(Qualificação do assinante)

ANEXO IV

RATEIO E CUSTOS OPERACIONAIS

Os valores e a forma de ressarcimento dos custos pela prestação dos serviços decorrentes da gestão do sistema e dos procedimentos operacionais de que trata esta Portaria, bem como a forma do repasse do percentual previsto no parágrafo único do art. 320 do CTB, ficam estabelecidos, para cada multa arrecadada, conforme abaixo:

1. Multa arrecadada através da notificação de penalidade emitida pelo órgão autuador:

1.1 Departamento Nacional de Trânsito - órgão Coordenador-Geral, 5% (cinco por cento) do valor arrecadado para o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET conforme legislação especifica;

1.2 Órgão Autuador, total arrecadado, deduzido o valor referente ao item 1.1.

2. Multa arrecadada pelos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal de registro do veículo, aplicada pelos demais órgãos ou entidades integrantes do RENAINF:

2.1 Departamento Nacional de Trânsito - órgão Coordenador-Geral:

2.1.1 - 5% (cinco por cento) do valor arrecadado para o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET conforme legislação específica;

2.1.2 - R$ 6,35 (seis reais e trinta e cinco centavos), sendo R$ 3,00 (três reais) referentes à gestão, administração e prestação de informações e R$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos) para custeio da infra-estrutura de dados e comunicação destinados à circulação e disponibilização das bases de dados RENAINF, RENAVAM e RENACH, que deverá ser recolhido, até o dia 20 do mês seguinte ao da arrecadação da multa à Conta Única do Tesouro através de GRU - Guia de Recolhimento da União, conforme legislação especifica.

2.2 Órgão Coordenador estadual ou distrital de registro do veículo, arrecadador do valor da multa:

2.2.1 - R$ 13,30 (treze reais e trinta centavos), sendo R$ 11,00 (onze reais) referentes aos procedimentos operacionais, de sistemas e tarifa bancária para arrecadação da multa e R$ 2,30 (dois reais e trinta centavos) referentes a recebimento e envio das defesas de autuação e de recursos.

2.3 Órgão Autuador:

Total arrecadado, deduzidos os valores dos itens 2.1 e 2.2 acima. Esse valor deverá ser repassado ao órgão autuador pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou Distrito Federal de registro do veículo, arrecadador da multa, até o dia 20 do mês do calculo do rateio, mediante o pagamento do boleto bancário e/ou GRU emitido pelo órgão autuador ou entidade por ele designada para receber os valores.

O órgão autuador, mensalmente, calculará o rateio dos valores das multas arrecadadas no mês anterior pelos órgãos executivos estaduais de jurisdição do veículo e enviará arquivo com os dados do rateio e boleto bancário e/ou GRU para repasse dos valores arrecadados.

A despesa da emissão da cobrança bancária para repasse dos valores será custeada pelo órgão autuador ou entidade que este designar, de acordo com o seu convênio com a instituição financeira.

ANEXO V

PROCEDIMENTOS PARA RATEIO DOS VALORES ARRECADADOS

1. Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal de domicílio do veículo, diariamente comandam ao RENAINF as transações de pagamento das multas de trânsito efetuadas pelos infratores.

2. O órgão autuador ou a entidade que este designar, mensalmente, até o dia 10 de cada mês, mediante as informações de pagamento das multas do mês anterior, enviadas pelos DETRAN de domicílio do veículo, calculará o rateio dos valores, conforme item 2, do anexo IV, e instruções deste Anexo.

3. O órgão autuador ou a entidade que este designar, até o dia 10 de cada mês enviará ao RENAINF o arquivo, conforme lay out do Manual do Usuário, com as informações de rateio e do boleto bancário e/ou GRU para consistência, e se em conformidade, envio aos DETRAN arrecadadores.

4. Os arquivos serão devolvidos ao órgão autuador com a indicação dos registros consistentes e dos inconsistentes.

5. Os lotes com registros inconsistentes não serão considerados e o órgão autuador deverá efetuar os acertos e incluí-los em rateios posteriores.

6. O sistema RENAINF agrupará em arquivo os lotes que apresentar todos os registros consistentes e enviará até dia 13 de cada mês ao DETRAN de registro do veículo arrecadador das multas, com o boleto de cobrança ou GRU para pagamento.

7. O órgão autuador poderá cancelar o rateio, independente de consulta, até o dia anterior a data fixada para remessa do arquivo ao DETRAN arrecadador das multas. Após esta data e até a emissão da transação 432 o órgão autuador poderá cancelar o rateio desde que mantenha entendimento com o DETRAN arrecadador, para que a cobrança bancária não seja paga.

8. As multas pagas e não rateadas num mês poderão ser incluídas nos próximos rateios.

9. Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal de domicílio do veículo recebem os arquivos de rateio com as informações do boleto de cobrança bancária e/ou GRU e providenciam os procedimentos para viabilizar o pagamento.

10. Os pagamentos dos boletos bancários e/ou GRU deverão ser efetuados até o dia 20 do mês do rateio, ou no dia útil seguinte, independente de constar dos mesmos a data de vencimento.

11. Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal de domicílio do veículo, após efetuarem o pagamento do boleto bancário e/ou GRU deverão comandar no sistema RENAINF a informação de pagamento.

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 505, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Excluir da Consulta Pública constante da Portaria SE/MC n.º 256, de 30 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 1 de agosto de 2002, e seu anexo o seguinte canal do Plano Básico de Distribuição de Canais de Retransmissão de Televisão:

UF	LOCALIDADE	CANAL
AL	UNIÃO DOS PALMARES	22+

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 506, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e, considerando o interesse público em expandir os meios de comunicação, resolve publicar a presente Portaria com o objetivo de abrir Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV.

Art. 1º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço, na localidade de União dos Palmares, Estado de Alagoas, canal 22+ (vinte e dois decalado para mais), deverão, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, atender as exigências abaixo descritas:

I - manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao:
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios
70.044-900 - Brasília - DF

II - apresentar a documentação conforme estabelecido no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma n.° 01/2001, aprovada pela Portaria MC n.° 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 2º Findo o prazo de que trata o Art. 1º e, consideradas as manifestações recebidas, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização às entidades concorrentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 507, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e, considerando o interesse público em expandir os meios de comunicação, resolve publicar a presente Portaria com o objetivo de abrir Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV.

Art. 1º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço, na localidade de Viçosa, Estado de Alagoas, canal 30+ (trinta decalado para mais), deverão, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, atender as exigências abaixo descritas:

I - manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao:
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios
70.044-900 - Brasília - DF

II - apresentar a documentação conforme estabelecido no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma n.° 01/2001, aprovada pela Portaria MC n.° 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 2º Findo o prazo de que trata o Art. 1º e, consideradas as manifestações recebidas, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização às entidades concorrentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 508, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e, considerando o interesse público em expandir os meios de comunicação, resolve publicar a presente Portaria com o objetivo de abrir Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV.

Art. 1º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço, na localidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, canal 28- (vinte e oito decalado para menos), deverão, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, atender as exigências abaixo descritas:

I - manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao:
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios
70.044-900 - Brasília - DF

II - apresentar a documentação conforme estabelecido no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma n.° 01/2001, aprovada pela Portaria MC n.° 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 2º Findo o prazo de que trata o Art. 1º e, consideradas as manifestações recebidas, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização às entidades concorrentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 509, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e, considerando o interesse público em expandir os meios de comunicação, resolve publicar a presente Portaria com o objetivo de abrir Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV.

Art. 1º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço, na localidade de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas, canal 22- (vinte e dois decalado para menos), deverão, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, atender as exigências abaixo descritas:

I - manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao:
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios
70.044-900 - Brasília - DF

II - apresentar a documentação conforme estabelecido no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma n.° 01/2001, aprovada pela Portaria MC n.° 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 2º Findo o prazo de que trata o Art. 1º e, consideradas as manifestações recebidas, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização às entidades concorrentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 510, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e, considerando o interesse público em expandir os meios de comunicação, resolve publicar a presente Portaria com o objetivo de abrir Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV.

Art. 1º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço, na localidade de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas, canal 47 (quarenta e sete), deverão, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, atender as exigências abaixo descritas:

I - manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao:
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios
70.044-900 - Brasília - DF

II - apresentar a documentação conforme estabelecido no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma n.° 01/2001, aprovada pela Portaria MC n.° 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 2º Findo o prazo de que trata o Art. 1º e, consideradas as manifestações recebidas, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização às entidades concorrentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 511, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e, considerando o interesse público em expandir os meios de comunicação, resolve publicar a presente Portaria com o objetivo de abrir Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV.

Art. 1º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço, na localidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, canal 23+ (vinte e três decalado para mais), deverão, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, atender as exigências abaixo descritas:

I - manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao:
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios
70.044-900 - Brasília - DF

II - apresentar a documentação conforme estabelecido no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma n.° 01/2001, aprovada pela Portaria MC n.° 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 2º Findo o prazo de que trata o Art. 1º e, consideradas as manifestações recebidas, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização às entidades concorrentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA

ATO Nº 4.918, DE 25 DE AGOSTO DE 2008

A SUPERINTENDENTE EXECUTIVA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto no inciso VIII do art. 189, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 270, de 19 de julho de 2001, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO o disposto no art. 12 da Portaria MC n.º 652, de 10 de outubro de 2006, que estabeleceu critérios, procedimentos e prazos para a consignação de canais de radiofreqüência destinados à transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e do Serviço de Retransmissão de Televisão, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.º 12, de 10 de abril de 2008, publicada no Diário Oficial da União no dia 14 subseqüente, referente ao planejamento de canais para uso da Televisão Digital na região de São José do Rio Preto/SP; resolve:

Art. 1º Proceder, nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Distribuição de Canais de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Distribuição de Canais de Televisão Digital -, as alterações indicadas nos Anexos I, II e III deste Ato, todas referentes ao Estado de São Paulo.

Art. 2º Fixar o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do presente Ato, para que as entidades executantes do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens nos canais distribuídos pelo PBTV e de Retransmissão de Televisão nos canais distribuídos pelo PBRTV, cujas características técnicas ora estão sendo alteradas, apresentem, ao Ministério das Comunicações, a documentação necessária à regularização de suas novas condições de operação, incluindo o formulário padronizado, conforme a legislação vigente.

Art. 3º O prazo para alteração de freqüência de que trata o artigo 2º será definido pelo Ministério das Comunicações no ato de aprovação das novas características técnicas das emissoras.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE HENRIQUETA COSSETIN SCHOLZE

ANEXO I

Alteração de canais do PBTV:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Auriflama	32-	20S4100	50W3400	0,100			
SP	Nhandeara	42-	20S4200	50W0300	0,100			
SP	Palmeira d'Oeste	56-	20S2459	50W4543	0,656			

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Auriflama	43	20S4100	50W3400	0,100			
SP	Nhandeara	43-	20S4139	50W0218	0,100			Co-localizado com o canal 42D
SP	Palmeira d'Oeste	55	20S2459	50W4543	0,656			

ANEXO II

Alteração de canais do PBRTV:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Américo de Campos	44	20S1802	49W4349	0,300			
SP	Ariranha	56+	21S1116	48W4713	0,100			
SP	Cardoso	24+	20S0500	49W5500	0,200			Colinear com os canais 19, 29 e 32E
SP	Catanduva	22+	21S0934	48W5746	0,300	128 158 a 168	0,200 0,010	Colinear com o canal 14+ SBTVD
SP	Catanduva	32	21S0945	48W5742	2,500			Coordenada pré-fixada: 21S0945 48W5742 Co-localizado com o canal 25 SBTVD
SP	Catanduva	41-	21S0816	48W5822	1,000	53 a 78 143 a 155 205 a 237	0,030 0,110 NULO	Coordenada pré-fixada: 21S0945 48W5742 Colinear com o canal 27
SP	Cosmorama	56-	20S2900	49W4700	0,200			
SP	General Salgado	20-	20S3900	50W2200	0,700	99 259	NULO 0,100	
SP	Guaraci	53+	20S2951	48W5625	0,007			
SP	Icém	15-	20S2000	49W1200	0,100			
SP	Icém	18-	20S2105	49W1120	0,100			
SP	Irapuã	31+	21S1700	49W2400	0,100			
SP	Jales	26+	20S1607	50W3102	0,500			Colinear com o canal 34+
SP	Jales	30+	20S1600	50W3300	0,200	223 a 250	0,050	Coordenada pré-fixada: 20S1600 50W3300
SP	Jales	42+	20S1608	50W3245	0,500			Colinear com o canal 34+
SP	Jales	47+	20S1605	50W3104	0,500			
SP	José Bonifácio	22-	21S0353	49W4050	0,500	216	0,300	Colinear com o canal 14-
SP	José Bonifácio	31	21S0353	49W4050	0,100			
SP	José Bonifácio	34	21S0338	49W4052	0,010			
SP	José Bonifácio	56+	21S0310	49W4118	0,500	95 a 103 214 a 236 290 a 358	0,300 0,400 0,100	
SP	Mendonça	26	21S1100	49W3500	0,500	150 a 160 184 a 212	0,170 0,006	Coordenada pré-fixada: 21S1100 49W3500
SP	Monte Aprazível	15+	20S4620	49W4200	0,500			
SP	Monte Aprazível	20+	20S4632	49W4159	0,100			
SP	Monte Aprazível	23+	20S4632	49W4157	0,500	162	NULO	
SP	Monte Aprazível	41	20S4632	49W4157	0,500	218	0,100	
SP	Monte Aprazível	47	20S4628	49W4158	0,200			
SP	Nhandeara	20	20S4141	50W0229	0,050			
SP	Nhandeara	25+	20S4141	50W0229	0,100			
SP	Nhandeara	30-	20S4200	50W0300	0,280	67 a 101	0,100	
SP	Novo Horizonte	20	21S2824	49W1502	0,600			
SP	Novo Horizonte	29	21S2800	49W1300	0,600			
SP	Olímpia	16+	20S4337	48W5415	0,500			
SP	Olímpia	24+	20S4332	48W5410	0,500			
SP	Olímpia	32-	20S4338	48W5411	0,500	45 a 61 105 a 155 270 a 288	0,030 0,100 0,100	Coordenada pré-fixada: 20S4338 48W5411 Colinear com o canal 24
SP	Palestina	36-	20S2336	49W2603	0,004			
SP	Palestina	42	20S2300	49W2600	0,700			
SP	Palestina	54+	20S2324	49W2559	0,300			
SP	Pindorama	30	21S1041	48W5352	0,100	308	NULO	
SP	Planalto	36+	21S0302	49W5518	0,100			
SP	Santa Fé do Sul	58	20S1209	50W5425	0,500			Coordenada pré-fixada: 20S1209 50W5425
SP	São José do Rio Preto	21	20S4911	49W2246	2,000			SBTVD
SP	São José do Rio Preto	26	20S4804	49W2050	2,600			SBTVD
SP	São José do Rio Preto	29	20S4801	49W2050	3,160	326	0,300	SBTVD
SP	São José do Rio Preto	55+	20S4801	49W2050	3,000	52 149 179 307	0,030 1,300 1,300 2,700	SBTVD
SP	Tanabi	30	20S3616	49W3836	0,600	260	0,400	Coordenada pré-fixada: 20S3616 49W3836
SP	Tanabi	32-	20S3700	49W3900	0,500	267	0,300	
SP	Tanabi	43-	20S3607	49W3840	0,500			
SP	Tanabi	48-	20S3633	49W3933	0,500			
SP	Votuporanga	47-	20S2453	49W5826	1,000	24 a 38 73 a 83 121 a 129 132 a 156 202 a 216	0,100 0,100 0,500 0,100 0,100	Co-localizado com os canais 39 e 55E SBTVD

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Américo de Campos	16	20S1802	49W4349	0,300			
SP	Ariranha	55	21S1116	48W4713	0,100			
SP	Cardoso	39	20S0500	49W5500	0,200			Co-localizado com o canal 32
SP	Catanduva	21	21S0934	48W5746	0,300			Co-localizado com os canais 14+, 20D e 35+ SBTVD
SP	Catanduva	40	21S0945	48W5742	2,500			Coordenadas pré-fixadas: 21S0945 48W5742 Co-localizado com o canal 25 SBTVD
SP	Catanduva	46	21S0934	48W5746	1,000			Coordenadas pré-fixadas: 21S0934 48W5746 Co-localizado com o canal 47D
SP	Cosmorama	55	20S2900	49W4700	0,200			
SP	General Salgado	21	20S3900	50W2200	0,700			
SP	Guaraci	52	20S2951	48W5625	0,007			
SP	Icém	55	20S2105	49W1120	0,100			
SP	Icém	16	20S2105	49W1120	0,100			
SP	Irapuã	27	21S1700	49W2400	0,100			Co-localizado com o canal 26D
SP	Jales	25	20S1606	50W3107	0,500			Co-localizado com os canais 24D, 26D e 39+
SP	Jales	55	20S1606	50W3107	0,200			Coordenada pré-fixada: 20S1606 50W3107
SP	Jales	50	20S1606	50W3107	0,500			
SP	Jales	31	20S1606	50W3107	0,500			Co-localizado com os canais 30D, 32D e 39+
SP	José Bonifácio	49	21S0353	49W4050	0,500			
SP	José Bonifácio	29	21S0404	49W4052	0,100			
SP	José Bonifácio	19	21S0338	49W4052	0,010			
SP	José Bonifácio	55	21S0310	49W4118	0,500			
SP	Mendonça	39	21S1100	49W3500	0,500			Coordenadas pré-fixadas: 21S1100 49W3500
SP	Monte Aprazível	40	20S4620	49W4200	0,500			
SP	Monte Aprazível	31	20S4632	49W4159	0,100			Co-localizado com os canais 30D e 32D
SP	Monte Aprazível	21	20S4632	49W4157	0,500			Co-localizado com os canais 20D e 29
SP	Monte Aprazível	29	20S4641	49W4201	0,500			Co-localizado com os canais 21 e 30D
SP	Monte Aprazível	19	20S4628	49W4158	0,200			Co-localizado com o canal 20D
SP	Nhandeara	19	20S4150	50W0232	0,050			Co-localizado com o canal 20D
SP	Nhandeara	21	20S4141	50W0229	0,100			Co-localizado com o canal 20D
SP	Nhandeara	55	20S4150	50W0232	0,280			
SP	Novo Horizonte	25	21S2824	49W1502	0,600			Co-localizado com o canal 39+
SP	Novo Horizonte	28	21S2800	49W1300	0,600			
SP	Olímpia	35	20S4337	48W5415	0,500			Co-localizado com os canais 21+, 34D e 43
SP	Olímpia	43	20S4332	48W5410	0,500			Co-localizado com os canais 29+, 35, 42D, 44D e 58
SP	Olímpia	31-	20S4338	48W5411	0,500	40 a 80	0,100	Coordenadas pré-fixadas: 20S4338 48W5411 Co-localizado com os canais 30D e 32D
SP	Palestina	31	20S2336	49W2603	0,004			Co-localizado com os canais 30D e 32D
SP	Palestina	29	20S2727	49W2326	0,700			Co-localizado com o canal 30D
SP	Palestina	19	20S2324	49W2559	0,300			
SP	Pindorama	45-	21S1041	48W5352	0,100			
SP	Planalto	16+	21S0302	49W5518	0,100			
SP	Santa Fé do Sul	59	20S1209	50W5425	0,500			Coordenadas pré-fixadas: 20S1209 50W5425 Co-localizado com o canal 58D
SP	São José do Rio Preto	55-	20S4801	49W2050	2,000			Coordenadas pré-fixadas: 20S4801 49W2050 Co-localizado com o canal 56D SBTVD
SP	São José do Rio Preto	41+	20S4945	49W2136	2,600			Co-localizado com o canal 42D SBTVD
SP	São José do Rio Preto	15+	20S4801	49W2050	3,160			SBTVD
SP	São José do Rio Preto	21	20S4801	49W2050	3,000			Co-localizado com os canais 20D e 22D SBTVD

SP	Tanabi	41	20S3616	49W3836	0,600			Coordenadas pré-fixadas: 20S3616 49W3836 Co-localizado com o canal 42D
SP	Tanabi	35-	20S3700	49W3900	0,500			Co-localizado com o canal 34D
SP	Tanabi	17	20S3607	49W3840	0,500			Co-localizado com o canal 25
SP	Tanabi	25	20S3633	49W3933	0,500			Co-localizado com o canal 17
SP	Votuporanga	16-	20S2453	49W5826	1,000			Co-localizado com o canal 31- SBTVD

ANEXO III

1) Inclusão de canais no PBTVD:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Américo de Campos	32	20S1802	49W4349	0,080			Coordenadas do sítio: 20S1802 49W4349
SP	Aparecida d'Oeste	32	20S2726	50W5414	0,008			Coordenadas do sítio: 20S2726 50W5414
SP	Auriflama	32	20S4100	50W3400	0,008			Coordenadas do sítio: 20S4100 50W3400
SP	Cardoso	24	20S0455	49W5451	0,080			Coordenadas do sítio: 20S0455 49W5451
SP	Cardoso	26	20S0455	49W5451	0,080			Coordenadas do sítio: 24S4342 48W0648
SP	Cardoso	30	20S0455	49W5451	0,080			Coordenadas do sítio: 20S0455 49W5451 Co-localizado com os canais 29 e 31D
SP	Cardoso	31	20S0455	49W5451	0,080			Coordenadas do sítio: 20S0455 49W5451 Co-localizado com os canais 30D e 32
SP	Cardoso	42	20S0455	49W5451	0,080			Coordenadas do sítio: 20S0455 49W5451
SP	Estrela d'Oeste	30	20S1717	50W2338	0,008			Coordenadas do sítio: 20S1717 50W2338
SP	Estrela d'Oeste	47	20S1717	50W2338	0,008			Coordenadas do sítio: 20S1717 50W2338
SP	Fernandópolis	20	20S1812	50W1438	0,080			Coordenadas do sítio: 20S1812 50W1438
SP	Fernandópolis	24	20S1812	50W1438	0,080			Coordenadas do sítio: 20S1812 50W1438 Co-localizado com o canal 23
SP	Fernandópolis	26	20S1812	50W1438	0,800			Coordenadas do sítio: 20S1812 50W1438
SP	Fernandópolis	30	20S1812	50W1438	0,800			Coordenadas do sítio: 20S1812 50W1438
SP	Fernandópolis	32	20S1812	50W1438	0,080			Coordenadas do sítio: 20S1812 50W1438
SP	Fernandópolis	34	20S1812	50W1438	0,080			Coordenadas do sítio: 20S1812 50W1438 Co-localizado com o canal 35
SP	Fernandópolis	42	20S1812	50W1438	0,800			Coordenadas do sítio: 20S1812 50W1438 Co-localizado com o canal 43
SP	Fernandópolis	44	20S1812	50W1438	0,080			Coordenadas do sítio: 20S1812 50W1438 Co-localizado com os canais 43 e 45+
SP	Fernandópolis	47	20S1812	50W1438	0,080			Coordenadas do sítio: 20S1812 50W1438 Co-localizado com o canal 48
SP	General Salgado	20	20S3854	50W2138	0,080			Coordenadas do sítio: 20S3854 50W2138 Co-localizado com o canal 21
SP	General Salgado	26	20S3854	50W2138	0,800			Coordenadas do sítio: 20S3854 50W2138
SP	General Salgado	30	20S3854	50W2138	0,080			Coordenadas do sítio: 20S3854 50W2138
SP	General Salgado	34	20S3854	50W2138	0,080			Coordenadas do sítio: 20S3854 50W2138
SP	General Salgado	38	20S3854	50W2138	0,008			Coordenadas do sítio: 20S3854 50W2138
SP	General Salgado	42	20S3854	50W2138	0,080			Coordenadas do sítio: 20S3854 50W2138 Co-localizado com o canal 41-
SP	General Salgado	47	20S3854	50W2138	0,080			Coordenadas do sítio: 20S3854 50W2138
SP	Guaraci	32	20S2951	48W5625	0,008			Coordenadas do sítio: 20S2951 48W5625
SP	Guzolândia	26	20S3924	50W3938	0,080			Coordenadas do sítio: 20S3924 50W3938
SP	Icém	30	20S2050	49W1135	0,080			Coordenadas do sítio: 20S2050 49W1135
SP	Icém	32	20S2050	49W1135	0,008			Coordenadas do sítio: 20S2050 49W1135
SP	Irapuã	26	21S1646	49W2432	0,008			Coordenadas do sítio: 21S1646 49W2432 Co-localizado com o canal 27
SP	Itajobi	30	21S1953	49W0316	0,080			Coordenadas do sítio: 21S1953 49W0316
SP	Jaci	26	20S5303	49W3353	0,080			Coordenadas do sítio: 20S5303 49W3353 Co-localizado com o canal 27-
SP	Jales	20	20S1606	50W3105	0,080			Coordenadas do sítio: 20S1606 50W3105
SP	Jales	24	20S1606	50W3105	0,080			Coordenadas do sítio: 20S1606 50W3105 Co-localizado com o canal 25
SP	Jales	26	20S1606	50W3105	8,000			Coordenadas do sítio: 20S1606 50W3105 Co-localizado com o canal 25
SP	Jales	30	20S1557	50W3407	8,000			Coordenadas do sítio: 20S1557 50W3407 Co-localizado com o canal 31
SP	Jales	32	20S1606	50W3105	0,080			Coordenadas do sítio: 20S1606 50W3105 Co-localizado com os canais 31 e 33D
SP	Jales	33	20S1606	50W3105	0,080			Coordenadas do sítio: 20S1606 50W3105 Co-localizado com os canais 32D e 34+
SP	Jales	42	20S1606	50W3105	8,000			Coordenadas do sítio: 20S1606 50W3105
SP	Jales	47	20S1606	50W3105	0,080			Coordenadas do sítio: 20S1606 50W3105
SP	Jales	58	20S1557	50W3407	0,080			Coordenadas do sítio: 20S1557 50W3407 Co-localizado com o canal 59
SP	José Bonifácio	24	21S0345	49W4047	0,080			Coordenadas do sítio: 21S0345 49W4047 Co-localizado com o canal 25-
SP	José Bonifácio	26	21S0345	49W4047	0,008			Coordenadas do sítio: 21S0345 49W4047 Co-localizado com o canal 25-
SP	José Bonifácio	30	21S0345	49W4047	0,080			Coordenadas do sítio: 21S0345 49W4047 Co-localizado com o canal 29
SP	José Bonifácio	32	21S0345	49W4047	0,080			Coordenadas do sítio: 21S0345 49W4047
SP	José Bonifácio	34	21S0345	49W4047	0,080			Coordenadas do sítio: 21S0345 49W4047
SP	José Bonifácio	42	21S0345	49W4047	0,080			Coordenadas do sítio: 21S0345 49W4047 Co-localizado com o canal 43
SP	José Bonifácio	47	21S0345	49W4047	0,080			Coordenadas do sítio: 21S0345 49W4047
SP	Mendonça	26	21S1055	49W3525	0,080			Coordenadas do sítio: 21S1055 49W3525
SP	Mendonça	32	21S1055	49W3525	0,080			Coordenadas do sítio: 21S1055 49W3525
SP	Mendonça	34	21S1055	49W3525	0,080			Coordenadas do sítio: 21S1055 49W3525
SP	Mendonça	47	21S1055	49W3525	0,080			Coordenadas do sítio: 21S1055 49W3525 Co-localizado com o canal 48+
SP	Monte Aprazível	20	20S4628	49W4158	0,080			Coordenadas do sítio: 20S4628 49W4158 Co-localizado com os canais 19 e 21
SP	Monte Aprazível	26	20S4628	49W4158	0,080			Coordenadas do sítio: 20S4628 49W4158
SP	Monte Aprazível	30	20S4628	49W4158	0,008			Coordenadas do sítio: 20S4628 49W4158 Co-localizado com os canais 29 e 31
SP	Monte Aprazível	32	20S4628	49W4158	0,008			Coordenadas do sítio: 20S4628 49W4158 Co-localizado com o canal 31
SP	Monte Aprazível	42	20S4628	49W4158	0,080			Coordenadas do sítio: 20S4628 49W4158
SP	Nhandeara	20	20S4139	50W0218	0,008			Coordenadas do sítio: 20S4139 50W0218 Co-localizado com os canais 19 e 21
SP	Nhandeara	30	20S4139	50W0218	0,008			Coordenadas do sítio: 20S4139 50W0218
SP	Nhandeara	32	20S4139	50W0218	0,008			Coordenadas do sítio: 20S4139 50W0218
SP	Nhandeara	42	20S4139	50W0218	0,008			Coordenadas do sítio: 20S4139 50W0218 Co-localizado com o canal 43-
SP	Novo Horizonte	24	21S2824	49W1502	0,080			Coordenadas do sítio: 21S2824 49W1502 Co-localizado com o canal 25
SP	Novo Horizonte	26	21S2824	49W1502	0,080			Coordenadas do sítio: 21S2824 49W1502 Co-localizado com o canal 25
SP	Novo Horizonte	30	21S2824	49W1502	0,080			Coordenadas do sítio: 21S2824 49W1502
SP	Novo Horizonte	34	21S2824	49W1502	0,080			Coordenadas do sítio: 21S2824 49W1502 Co-localizado com o canal 33
SP	Novo Horizonte	42	21S2824	49W1502	0,080			Coordenadas do sítio: 21S2824 49W1502 Co-localizado com o canal 41
SP	Novo Horizonte	44	21S2824	49W1502	0,080			Coordenadas do sítio: 21S2824 49W1502

SP	Novo Horizonte	47	21S2824	49W1502	0,080			Coordenadas do sítio: 21S2824 49W1502 Co-localizado com o canal 46
SP	Novo Horizonte	58	21S2824	49W1502	0,080			Coordenadas do sítio: 21S2824 49W1502
SP	Olímpia	20	20S4335	48W5412	0,080			Coordenadas do sítio: 20S4335 48W5412 Co-localizado com os canais 19+ e 21+
SP	Olímpia	24	20S4335	48W5412	0,008			Coordenadas do sítio: 20S4335 48W5412
SP	Olímpia	26	20S4335	48W5412	0,080			Coordenadas do sítio: 20S4335 48W5412
SP	Olímpia	30	20S4335	48W5412	0,080			Coordenadas do sítio: 20S4335 48W5412 Co-localizado com os canais 29+ e 31-
SP	Olímpia	32	20S4335	48W5412	0,080			Coordenadas do sítio: 20S4335 48W5412 Co-localizado com o canal 31-
SP	Olímpia	34	20S4335	48W5412	0,080			Coordenadas do sítio: 20S4335 48W5412 Co-localizado com o canal 35
SP	Olímpia	42	20S4335	48W5412	0,080			Coordenadas do sítio: 20S4335 48W5412 Co-localizado com o canal 43
SP	Olímpia	44	20S4335	48W5412	0,080			Coordenadas do sítio: 20S4335 48W5412 Co-localizado com o canal 43
SP	Orindiúva	26	20S1117	49W2110	0,008			Coordenadas do sítio: 20S1117 49W2110
SP	Orindiúva	30	20S1117	49W2110	0,008			Coordenadas do sítio: 20S1117 49W2110 Co-localizado com o canal 29-
SP	Orindiúva	42	20S1117	49W2110	0,008			Coordenadas do sítio: 20S1117 49W2110
SP	Ouroeste	32	20S0015	50W2237	0,008			Coordenadas do sítio: 20S0015 50W2237 Co-localizado com o canal 33+
SP	Palestina	26	20S2324	49W2559	0,080			Coordenadas do sítio: 20S2324 49W2559
SP	Palestina	30	20S2324	49W2559	0,080			Coordenadas do sítio: 20S2324 49W2559 Co-localizado com os canais 29 e 31
SP	Palestina	32	20S2324	49W2559	0,008			Coordenadas do sítio: 20S2324 49W2559 Co-localizado com o canal 31
SP	Paulo de Faria	25	20S0200	49W2438	0,008			Coordenadas do sítio: 20S0200 49W2438 Co-localizado com os canais 24 e 26D
SP	Paulo de Faria	26	20S0200	49W2438	0,008			Coordenadas do sítio: 20S0200 49W2438 Co-localizado com o canal 25D
SP	Paulo de Faria	30	20S0200	49W2438	0,008			Coordenadas do sítio: 20S0200 49W2438
SP	Paulo de Faria	32	20S0200	49W2438	0,008			Coordenadas do sítio: 20S0200 49W2438
SP	Paulo de Faria	42	20S0200	49W2438	0,080			Coordenadas do sítio: 20S0200 49W2438
SP	Pindorama	42	21S1041	48W5352	0,008			Coordenadas do sítio: 21S1041 48W5352
SP	Planalto	32	21S0302	49W5518	0,008			Coordenadas do sítio: 21S0302 49W5518 Co-localizado com o canal 33+
SP	Poloni	42	20S4651	49W4834	0,080			Coordenadas do sítio: 20S4651 49W4834
SP	Pontes Gestal	30	20S1112	49W4213	0,008			Coordenadas do sítio: 20S1112 49W4213
SP	Riolândia	30	19S5950	49W4212	0,080			Coordenadas do sítio: 19S5950 49W4212
SP	Santa Adélia	30	21S1419	48W4829	0,008			Coordenadas do sítio: 21S1419 48W4829
SP	Santa Albertina	32	20S0229	50W4350	0,008			Coordenadas do sítio: 20S0229 50W4350
SP	Santa Fé do Sul	24	20S1216	50W5427	0,080			Coordenadas do sítio: 20S1216 50W5427 Co-localizado com o canal 23-
SP	Santa Fé do Sul	26	20S1216	50W5427	0,800			Coordenadas do sítio: 20S1216 50W5427
SP	Santa Fé do Sul	30	20S1216	50W5427	8,000			Coordenadas do sítio: 20S1216 50W5427
SP	Santa Fé do Sul	32	20S1216	50W5427	0,008			Coordenadas do sítio: 20S1216 50W5427
SP	Santa Fé do Sul	34	20S1216	50W5427	0,080			Coordenadas do sítio: 20S1216 50W5427
SP	Santa Fé do Sul	42	20S1216	50W5427	0,800			Coordenadas do sítio: 20S1216 50W5427
SP	Santa Fé do Sul	47	20S1216	50W5427	0,080			Coordenadas do sítio: 20S1216 50W5427
SP	Santa Fé do Sul	53	20S1216	50W5427	0,080			Coordenadas do sítio: 20S1216 50W5427 Co-localizado com o canal 54
SP	Santa Fé do Sul	58	20S1216	50W5427	0,080			Coordenadas do sítio: 20S1216 50W5427 Co-localizado com o canal 59
SP	Tabapuã	30	20S5818	49W0216	0,008			Coordenadas do sítio: 20S5818 49W0216
SP	Tanabi	20	20S3700	49W3900	0,080			Coordenadas do sítio: 20S3700 49W3900 Co-localizado com o canal 19-
SP	Tanabi	24	20S3700	49W3900	0,080			Coordenadas do sítio: 20S3700 49W3900 Co-localizado com o canal 25
SP	Tanabi	26	20S3700	49W3900	0,080			Coordenadas do sítio: 20S3700 49W3900 Co-localizado com o canal 25
SP	Tanabi	30	20S3700	49W3900	0,080			Coordenadas do sítio: 20S3700 49W3900
SP	Tanabi	34	20S3700	49W3900	0,080			Coordenadas do sítio: 20S3700 49W3900 Co-localizado com o canal 35-
SP	Tanabi	42	20S3700	49W3900	0,080			Coordenadas do sítio: 20S3700 49W3900 Co-localizado com o canal 41
SP	Uchoa	32	20S5723	49W1118	0,008			Coordenadas do sítio: 20S5723 49W1118
SP	Urupês	26	21S1206	49W1724	0,008			Coordenadas do sítio: 21S1206 49W1724
SP	Urupês	30	21S1206	49W1724	0,008			Coordenadas do sítio: 21S1206 49W1724
SP	Urupês	32	21S1206	49W1724	0,008			Coordenadas do sítio: 21S1206 49W1724
SP	Urupês	34	21S1206	49W1724	0,008			Coordenadas do sítio: 21S1206 49W1724

2) Alteração de canais do PBTVD:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Catanduva	17	21S0958	48W5748	0,080			21S0958 48W5748 Co-localizado com os canais 16 e 17D
SP	Catanduva	18	21S0958	48W5748	0,080			21S0958 48W5748 Co-localizado com o canal 18D
SP	Catanduva	21	21S0958	48W5748	0,080			21S0958 48W5748 Co-localizado com o canal 22
SP	Catanduva	23	21S0958	48W5748	0,080			21S0958 48W5748 Co-localizado com o canal 22
SP	Catanduva	26	21S0958	48W5748	0,080			21S0958 48W5748 Co-localizado com os canais 25 e 27
SP	Catanduva	28	21S0958	48W5748	0,080			21S0958 48W5748 Co-localizado com o canal 27
SP	Catanduva	31	21S0958	48W5748	0,080			21S0958 48W5748 Co-localizado com o canal 32
SP	Catanduva	48	21S0958	48W5748	0,080			21S0958 48W5748
SP	Catanduva	57	21S0958	48W5748	0,080			21S0958 48W5748
SP	Catanduva	59	21S0958	48W5748	0,080			21S0958 48W5748
SP	Guapiaçu	41	20S4913	49W1335	0,008			20S4913 49W1335
SP	São José do Rio Preto	8	20S4945	49W2136	4,000			20S4945 49W2136 Co-localizado com os canais 7 e 9
SP	São José do Rio Preto	10	20S4801	49W2050	1,580			20S4801 49W2050 Co-localizado com os canais 9 e 11
SP	São Jose do Rio Preto	12	20S4801	49W2050	4,000			20S4801 49W2050 Co-localizado com os canais 11 e 13
SP	São José do Rio Preto	14	20S4945	49W2136	0,158	121 a 143	0,002	20S4945 49W2136
SP	São José do Rio Preto	16	20S4801	49W2050	0,800	122 a 149	0,008	20S4801 49W2050 Co-localizado com o canal 17
SP	São José do Rio Preto	19	20S4801	49W2050	2,500	67 a 92	0,800	20S4801 49W2050
SP	São José do Rio Preto	24	20S4811	49W1620	8,000	64 a 89	0,080	20S4811 49W1620
SP	São José do Rio Preto	32	20S4801	49W2050	0,800	122 a 149	0,008	20S4801 49W2050
SP	São José do Rio Preto	35	20S4945	49W2136	0,158	121 a 143	0,002	20S4945 49W2136
SP	São José do Rio Preto	51	20S4801	49W2050	0,800	122 a 149	0,008	20S4801 49W2050
SP	São José do Rio Preto	56	20S4801	49W2050	0,800			20S4801 49W2050 Co-localizado com os canais 55 e 57D
SP	São José do Rio Preto	57	20S4801	49W2050	0,800	122 a 149	0,008	20S4801 49W2050 Co-localizado com os canais 56D e 58D
SP	São José do Rio Preto	58	20S4801	49W2050	0,800	163 a 176	0,080	20S480149W2050 Co-localizado com os canais 57D e 59
SP	Votuporanga	16	20S2434	49W5820	0,080			20S2434 49W5820
SP	Votuporanga	19	20S2434	49W5820	0,080			20S2434 49W5820
SP	Votuporanga	21	20S2434	49W5820	0,080			20S2434 49W5820 Co-localizado com o canal 22
SP	Votuporanga	25	20S2434	49W5820	0,080			20S2434 49W5820
SP	Votuporanga	29	20S2434	49W5820	0,080			20S2434 49W5820
SP	Votuporanga	35	20S2434	49W5820	0,158			20S2434 49W5820
SP	Votuporanga	38	20S2434	49W5820	0,080			20S2434 49W5820 Co-localizado com o canal 39
SP	Votuporanga	42	20S2434	49W5820	0,080			20S2434 49W5820
SP	Votuporanga	48	20S2434	49W5820	0,080			20S2434 49W5820 Co-localizado com o canal 47
SP	Votuporanga	53	20S2434	49W5820	0,080			20S2434 49W5820 Co-localizado com o canal 52

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Catanduva	20	21S0958	48W5748	0,080			Coordenadas do sítio: 21S0958 48W5748 Co-localizado com o canal 21
SP	Catanduva	24	21S0958	48W5748	0,080			Coordenadas do sítio: 21S0958 48W5748 Co-localizado com o canal 25
SP	Catanduva	26	21S0958	48W5748	0,080			Coordenadas do sítio: 21S0958 48W5748 Co-localizado com os canais 25 e 27
SP	Catanduva	30	21S0958	48W5748	0,080			Coordenadas do sítio: 21S0958 48W5748
SP	Catanduva	32	21S0958	48W5748	0,800			Coordenadas do sítio: 21S0958 48W5748
SP	Catanduva	34	21S0958	48W5748	0,080			Coordenadas do sítio: 21S0958 48W5748 Co-localizado com o canal 35+
SP	Catanduva	42	21S0958	48W5748	0,800			Coordenadas do sítio: 21S0958 48W5748 Co-localizado com o canal 43+
SP	Catanduva	44	21S0958	48W5748	0,080			Coordenadas do sítio: 21S0958 48W5748 Co-localizado com o canal 43+
SP	Catanduva	47	21S0958	48W5748	0,080			Coordenadas do sítio: 21S0958 48W5748 Co-localizado com o canal 46
SP	Catanduva	53	21S0958	48W5748	0,080			Coordenadas do sítio: 21S0958 48W5748
SP	Guapiaçu	32	20S4913	49W1335	0,008			Coordenadas do sítio: 20S4913 49W1335
SP	São José do Rio Preto	18	20S4801	49W2050	0,800			Coordenadas do sítio: 20S4801 49W2050 Co-localizado com o canal 17-E
SP	São José do Rio Preto	20	20S4801	49W2050	0,800			Coordenadas do sítio: 20S4801 49W2050 Co-localizado com o canal 21
SP	São José do Rio Preto	22	20S4801	49W2050	0,800			Coordenadas do sítio: 20S4801 49W2050 Co-localizado com o canal 21
SP	São José do Rio Preto	24	20S4801	49W2050	8,000			Coordenadas do sítio: 20S4801 49W2050
SP	São José do Rio Preto	26	20S4801	49W2050	8,000			Coordenadas do sítio: 20S4801 49W2050
SP	São José do Rio Preto	30	20S4811	49W1620	8,000			Coordenadas do sítio: 20S4811 49W1620
SP	São Jose do Rio Preto	32	20S4801	49W2050	8,000			Coordenadas do sítio: 20S4801 49W2050
SP	São José do Rio Preto	34	20S4801	49W2050	0,800			Coordenadas do sítio: 20S4801 49W2050
SP	São José do Rio Preto	42	20S4945	49W2136	8,000			Coordenadas do sítio: 20S4945 49W2136 Co-localizado com o canal 41+
SP	São José do Rio Preto	44	20S4945	49W2136	0,800			Coordenadas do sítio: 20S4945 49W2136
SP	São José do Rio Preto	47	20S4801	49W2050	0,800			Coordenadas do sítio: 20S4801 49W2050
SP	São José do Rio Preto	53	20S4801	49W2050	0,800			Coordenadas do sítio: 20S4801 49W2050
SP	São José do Rio Preto	56	20S4801	49W2050	0,800			Coordenadas do sítio: 20S480149W2050 Co-localizado com o canal 55-
SP	Votuporanga	20	20S2434	49W5820	0,080			Coordenadas do sítio: 20S2434 49W5820
SP	Votuporanga	24	20S2434	49W5820	0,800			Coordenadas do sítio: 20S2434 49W5820
SP	Votuporanga	26	20S2434	49W5820	0,800			Coordenadas do sítio: 20S2434 49W5820 Co-localizado com o canal 27
SP	Votuporanga	30	20S2434	49W5820	0,080			Coordenadas do sítio: 20S2434 49W5820 Co-localizado com o canal 31-
SP	Votuporanga	32	20S2434	49W5820	0,080			Coordenadas do sítio: 20S2434 49W5820 Co-localizado com os canais 31- e 33
SP	Votuporanga	34	20S2434	49W5820	0,080			Coordenadas do sítio: 20S2434 49W5820 Co-localizado com o canal 33
SP	Votuporanga	42	20S2434	49W5820	0,800			Coordenadas do sítio: 20S2434 49W5820
SP	Votuporanga	47	20S2434	49W5820	0,080			Coordenadas do sítio: 20S2434 49W5820
SP	Votuporanga	53	20S2434	49W5820	0,800			Coordenadas do sítio: 20S2434 49W5820 Co-localizado com o canal 52+
SP	Votuporanga	56	20S2434	49W5820	0,080			Coordenadas do sítio: 20S2434 49W5820 Co-localizado com o canal 55E

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 4.999, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Autorizar BRASILIA EMPREENDIMENTOS AUTOMOBILISTICOS LTDA, CNPJ nº 01.648.217/0001-75 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, no período de 29/08/2008 a 31/08/2008.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 5.001, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Autorizar HARRIS SOLUCOES EM COMUNICACAO DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 08.807.233/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 27/08/2008 a 29/08/2008.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 5.002, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Autorizar WILLIAM CURVELO LUBE , CPF nº 011.974.177-61 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, no período de 01/09/2008 a 08/09/2008.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de dezembro de 2007

Processo nº 535420010082002, mantém a aplicação da sanção de MULTA a COMPANHIA ENERGÉTICA DE GOIÁS - CELG, executante do Serviço Limitado Privado, na cidade de Anápolis/GO, em razão de Recurso Administrativo conhecido e não provido, em consonância com o art. 82, § 2º, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 270/01.

Em 29 de maio de 2008

Processo nº 535450001782002, mantém a aplicação da sanção de ADVERTÊNCIA a ELCIO BRUZA RIBEIRO, executante do Serviço STFC/Radiotelefônico - Estações Terrestres, na cidade de Canabrava do Norte/MT, em razão de Recurso Administrativo conhecido e não provido, em consonância com o art. 82, § 2º, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 270/01.

Em 19 de agosto de 2008

Processo nº 535420000091999, instaurado em desfavor de PAULO ANTÔNIO LANFREDO, torna sem efeito a publicação do despacho no Diário Oficial da União nº 200, de 17/10/2007, Seção 1, pág. 75, pela publicação indevida da matéria, em decorrência de incidência da prescrição intercorrente, na forma consignada no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.873/99.

EDÍLSON RIBEIRO DOS SANTOS

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL
Em 22 de junho de 2005

Processo nº 53545000419/2001 aplica a RÁDIO LÍDER DE ARIPUANÃ FM, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em FM, no município de Aripuanã/MT, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.858,69 (um mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e nove centavos), por infringir o disposto no art. 163 da Lei nº 9.472/97.

Em 2 de setembro de 2005

Processo nº 53545000318/2002 aplica a NATANAEL DE MORAES ALMEIDA JUNIOR, executante do Serviço de Radiodifusão em FM, sem autorização, no município de Barra do Bugres/MT, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.858,69 (um mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e nove centavos), por infringir o disposto no art. 163 da Lei nº 9.472/97.

Processo nº 53542003207/2004 aplica a CRISTIANE DIAS DE OLIVEIRA, executante do Serviço de Radiodifusão em FM, sem autorização, na cidade de Goiânia/GO, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.858,69 (um mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e nove centavos), por infringir o disposto no art. 163 e § 1º da Lei nº 9.472/97.

Processo nº 53545000319/2002 aplica a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE RESERVA DO CABAÇAL - MT, executante do Serviço de Radiodifusão em FM, sem autorização, na cidade de Reserva do Cabaçal/MT, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.858,69 (um mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e nove centavos), por infringir o disposto no art. 163 e § 1º da Lei nº 9.472/97.

Processo nº 53545000328/2002 aplica a JURANDY SANTANA DE OLIVEIRA, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em FM, sem autorização, na cidade de Nova Olímpia/MT, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.858,69 (um mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e nove centavos), por infringir o disposto no art. 163 e § 1º da Lei nº 9.472/97.

Processo nº 53542001099/2004 aplica a JÚNIOR BATISTA SOARES, executante do Serviço de Radiodifusão em FM, sem autorização, na cidade de Santa Terezinha de Goiás/GO, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.858,69 (um mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e nove centavos), por infringir o disposto no art. 163 da Lei nº 9.472/97.

Processo nº 53545000198/2002 aplica a S. J. DELMONDES DE OLIVEIRA, executante do Serviço de Retransmissão de TV, sem autorização, na cidade de Canarana/MT, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.858,69 (um mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e nove centavos), por infringir o disposto no art. 163 e § 1º da Lei nº 9.472/97.

Processo nº 53545000327/2002 aplica a MAURO JOSÉ FONSECA, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em FM, sem autorização, na cidade de Pontes e Lacerda/MT, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.858,69 (um mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e nove centavos), por infringir o disposto no art. 163 e § 1º da Lei nº 9.472/97.

Processo nº 53542000428/2002 aplica a FREDSON QUEIROZ DA SILVA, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em FM, sem autorização, na cidade de Bom Jesus/GO, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.858,69 (um mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e nove centavos), por infringir o disposto no art. 163 e § 1º da Lei nº 9.472/97.

Processo nº 53542000549/2002 aplica a FREDSON QUEIROZ DA SILVA, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em FM, sem autorização, na cidade de Bom Jesus/GO, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.858,69 (um mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e nove centavos), por infringir o disposto no art. 163 e § 1º da Lei nº 9.472/97.

Em 27 de setembro de 2005

Processo nº 53545000280/2001 aplica a RÁDIO ITAIPU FM, executante do Serviço de Radiodifusão em FM, sem autorização, na cidade de Castanheira/MT, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.858,69 (um mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e nove centavos), por infringir o disposto no art. 163 da Lei nº 9.472/97.

Processo n° 53551000119/2003 aplica a VALDINEZ MARINHO DE SOUZA, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em FM, sem autorização, na cidade de Divinópolis/TO, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.858,69 (um mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e nove centavos), por infringir o disposto no art. 163 e § 1º da Lei nº 9.472/97.

Processo n° 53545000277/2002 aplica a HÉLIO JOSÉ DO CARMO, executante do Serviço de Radiodifusão em FM, sem autorização, na cidade de São José do Xingu/MT, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.858,69 (um mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e nove centavos), por infringir o disposto no art. 163 da Lei nº 9.472/97.

Processos n° 53551000049/2002, 53551000050/2002, 53551000051/2002 e 53551000052/2002 aplicam a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUACEMA, executante do Serviço Especial de Retransmissão de TV, sem autorização, na cidade de Araguacema/TO, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.858,69 (um mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e nove centavos), por infringir o disposto no art. 163 da Lei nº 9.472/97.

Processo n° 53542001997/2004 aplica a RÁDIO TÁXI NOVA ALIANÇA LTDA, executante do Serviço de Rádio Táxi, sem autorização, na cidade de Goiânia/GO, a sanção de MULTA no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais), por infringir o disposto no art. 163 da Lei nº 9.472/97.

Processo n° 53542000589/2003 aplica a FRANCISCO ELIAS MARTINS, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em FM, sem autorização, na cidade de Itumbiara/GO, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.858,69 (um mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e nove centavos), por infringir o disposto no art. 163 e § 1º da Lei nº 9.472/97.

Processo n° 53545000307/2002 aplica a ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RECANTO ALEGRE, executante do Serviço de Radiodifusão em FM, sem autorização, na cidade de Itanhangá/MT, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.858,69 (um mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e nove centavos), por infringir o disposto no art. 163 da Lei nº 9.472/97.

Processo n° 53545000297/2001 aplica a CELESTIAL COMUNICAÇÕES LTDA, executante do Serviço de Retransmissão de TV, sem autorização, na cidade de Nova Olímpia/MT, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.858,69 (um mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e nove centavos), por infringir o disposto no art. 163 da Lei nº 9.472/97.

ANTÔNIO ROBERTO ZANONI
Substituto

Em 17 de julho de 2008

Processo n° 53545001937/2005, mantém a aplicação da sanção de MULTA a NILTON DE SOUZA BOECHAT, executante do Serviço Limitado Privado, na cidade de Confresa/MT, em razão de Recurso Administrativo não conhecido, em consonância com o art. 82, § 2º e 90, inciso I, ambos do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 270/01.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA

ESCRITÓRIO REGIONAL EM GOIÁS

DESPACHOS DO GERENTE

Em 29 de novembro de 2007

Processo n° 535420009172005, aplica a CARLOS ROGÉRIO DA COSTA E SOUZA, executante de Comunicação Multimídia, na cidade de Catalão/GO, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.014,20 (dois mil quatorze reais e vinte centavos), por infringir o art. 10 da Res. 272/2001.

Em 4 de dezembro de 2007

Processo n° 535420030482004, aplica a CONSÓRCIO INTERENGE/SIGMA, executante do Serviço Limitado Privado, na cidade de Anápolis/GO, a sanção de MULTA no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais), por infringir o item 9.8.1 E 10.1 da Norma nº 13/97.

Em 11 de dezembro de 2007

Processo n° 535420040802006, aplica a JUSTINO MENDES DE OLIVEIRA, entidade não outorgada para o Serviço Limitado Privado, na cidade de Jataí/GO, a sanção de MULTA no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais), por infringir o art. 163 da Lei nº 9.472/97.

Processo n° 535420032272006, aplica a RGR - REDE GOIANA DE RÁDIO COMUNICAÇÃO LTDA., executante do Serviço Limitado Privado por Satélite, na cidade de Goiânia/GO, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.405,00 (um mil, quatrocentos e cinco reais), por infringir o art. 53 da Res. 259/2001, o art. 55, V, b, da Res. 242/2000 e o art. 18 da Res. 303/2002.

RUIMAR DIAS DOS SANTOS

Em 13 de dezembro de 2007

Processos n° 535420025572005 e 535420025562005, aplicam a IRMÃOS BRETAS, FILHO E CIA LTDA., entidade não outorgada para o Serviço Limitado Privado Itinerante, na cidade de Goiânia/GO, a sanção de MULTA no valor de R$ 295,65 (duzentos e noventa e cinco reais e sessenta e cinco centavos), por infringir o art. 163 da Lei nº 9.472/97.

CÉLIO JOSÉ DA COSTA
Substituto

Em 20 de dezembro de 2007

Processos n° 535420009482006 e 535420009492006, aplicam a CONSTRUTORA MOREIRA ORTENCE LTDA, executante do Serviço Limitado Privado, na cidade de Goiânia/GO, as seguintes sanções: ADVERTÊNCIA, por infringir o item 9.8.1 da Norma nº 13/97; MULTA no valor de R$ 804,48 (oitocentos e quatro reais e quarenta e oito centavos), por infringir o art. 18 da Res. 303/2002 (RLEC).

Processo n° 535420017992006, aplica a BRASIL TELECOM S/A - FILIAL GOIÁS, executante do Serviço Radiotelefônico, a sanção de MULTA no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais), por infringir o item 2.6 da Instrução nº 03/85 - DENTEL.

Em 26 de fevereiro de 2008

Processo n° 535420011882006, aplica a ISLEI MARQUES FONSECA, entidade não outorgada para o Serviço de Rádio do Cidadão, na cidade de Goiânia/GO, a sanção de MULTA no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais), por infringir o art. 163 da Lei nº 9.472/97.

Processo n° 535510001592006, aplica a EDSON BURATTE, entidade não outorgada para o Serviço de Rádio do Cidadão, na cidade de Paraíso do Tocantins/TO, a sanção de MULTA no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais), por infringir o art. 163 da Lei nº 9.472/97.

Processo n° 535420011592006, aplica a MARIOSAN TAVARES, entidade não outorgada para o Serviço de Rádio do Cidadão, na cidade de Goiânia/GO, a sanção de MULTA no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais), por infringir o art. 163 da Lei nº 9.472/97.

Processo n° 535420011802006, aplica a AMAFIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, entidade não outorgada para o Serviço de Rádio do Cidadão, a sanção de MULTA no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais), por infringir o art. 163 da Lei nº 9.472/97.

Processo n° 535510001702006, aplica a RONALDO RIBEIRO CARDOSO, entidade não outorgada para o Serviço de Rádio do Cidadão, a sanção de MULTA no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais), por infringir o art. 163 da Lei nº 9.472/97.

Em 5 de março de 2008

Processo n° 535420019772005, aplica a ROBERTO PEREIRA, executante do Serviço de Rádio do Cidadão, na cidade de Aparecida de Goiânia/GO, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.401,50 (um mil, quatrocentos e um reais e cinqüenta centavos), por incursão no art. 55, V, do anexo a Res. 242/200, em infringência ao item 5 da Norma 01A/80.

Processo n° 535450019782005, aplica a L. DE F. ALVES - ME (SUPER BOM PREÇO), entidade não outorgada, na cidade de Ribeirão Cascalheira/MT, a sanção de MULTA no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais), por infringir o art. 163 da Lei nº 9.472/97.

RUIMAR DIAS DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 4.317, DE 22 DE JULHO DE 2008

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PRIVADOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas no artigo 194, inciso XI, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 270, de 19 de julho de 2001,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 19 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, e no art. 16 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto n.º 2.338, de 07 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, aprovado pela Resolução n.º 316, de 27 de setembro de 2002,

CONSIDERANDO a análise do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO n.º 53516.006581/2005, resolve:

Art. 1º Aplicar à TIM CELULAR S/A, sucessora por incorporação de TIM SUL S/A, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.206.050/0001-80, a pena de MULTA, com fundamento no art. 173, II da Lei Geral de Telecomunicações e no art. 2º, V, art. 4º, II, art. 7º e art. 8º, II e III, e § 4º, I, do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução n.º 344, de 18 de julho de 2003, fixando-se o valor base em: (i) R$ 2.435,87 (dois mil quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos), em face da infração ao art. 13, § 3º do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, anexo à Resolução n.º 316, de 27 de setembro de 2002; (ii) R$ 2.296,56 (dois mil duzentos e noventa e seis reais e cinqüenta e seis centavos), em face da infração ao art. 54 do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, anexo à Resolução n.º 316, de 27 de setembro de 2002; (iii) R$ 1.148,28 (mil cento e quarenta e oito reais e vinte e oito centavos), em face da infração ao art. 38 do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, anexo à Resolução n.º 316, de 27 de setembro de 2002; (iv) R$ 1.406,35 (mil quatrocentos e seis reais e trinta e cinco centavos), em face da infração ao art. 63 do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, anexo à Resolução n.º 316, de 27 de setembro de 2002; (v) R$ 1.623,91 (mil seiscentos e vinte e três reais e noventa e um centavos), em face da infração ao art. 63, § único do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, anexo à Resolução n.º 316, de 27 de setembro de 2002; (vi) R$ 2.692,96 (dois mil seiscentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos), em face da infração ao art. 6º, XVII do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, anexo à Resolução n.º 316, de 27 de setembro de 2002; (vii) R$ 1.988,88 (mil novecentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos), em face da infração ao art. 37 do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, anexo à Resolução n.º 316, de 27 de setembro de 2002; (viii) R$ 1.148,28 (mil cento e quarenta e oito reais e vinte e oito centavos), em face da infração ao art. 6º, III do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, anexo à Resolução n.º 316, de 27 de setembro de 2002; (ix) R$ 1.000,00 (mil reais), em face da infração ao art. 48, VI do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, anexo à Resolução n.º 316, de 27 de setembro de 2002; (x) R$ 1.000,00 (mil reais), em face da infração ao art. 6º, XXI do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, anexo à Resolução n.º 316, de 27 de setembro de 2002; (xi) R$ 1.406,35 (mil quatrocentos e seis reais e trinta e cinco centavos), em face da infração ao art. 31 do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, anexo à Resolução n.º 316, de 27 de setembro de 2002; (xii) R$ 1.406,35 (mil quatrocentos e seis reais e trinta e cinco centavos), em face da infração ao art. 7º, § 3º do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, anexo à Resolução n.º 316, de 27 de setembro de 2002; (xiii) R$ 1.988,88 (mil novecentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos), em face da infração ao art. 6º, VIII do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, anexo à Resolução n.º 316, de 27 de setembro de 2002; (xiv) R$ 1.000,00 (mil reais), em face da infração ao art. 61, § 1º do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, anexo à Resolução n.º 316, de 27 de setembro de 2002; (xv) R$ 1.988,88 (mil novecentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos), em face da infração ao art. 6º, VII do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, anexo à Resolução n.º 316, de 27 de setembro de 2002; (xvi) R$ 1.988,88 (mil novecentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos), em face da infração ao art. 21, § 1º do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, anexo à Resolução n.º 316, de 27 de setembro de 2002; (xvii) R$ 1.406,35 (mil quatrocentos e seis reais e trinta e cinco centavos), em face da infração ao art. 6º, X do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, anexo à Resolução n.º 316, de 27 de setembro de 2002; (xviii) R$ 1.148,28 (mil cento e quarenta e oito reais e vinte e oito centavos), em face da infração ao art. 45 do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, anexo à Resolução n.º 316, de 27 de setembro de 2002; e (xix) R$ 1.406,35 (mil quatrocentos e seis reais e trinta e cinco centavos), em face da infração ao art. 18, § único do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, anexo à Resolução n.º 316, de 27 de setembro de 2002, totalizando o valor base de R$ 30.481,41 (trinta mil quatrocentos e oitenta e um reais e quarenta e um centavos).

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da notificação da interessada.

JARBAS JOSÉ VALENTE

ATO Nº 4.874, DE 22 DE AGOSTO DE 2008

Processo n.º 53500.019548/2008 - Expede autorização à KOFRE REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ 34.303.693/0001-03, para executar o Serviço Limitado Móvel Privado - SLMP, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, no Município de Candeias no Estado do Bahia, e outorga autorização de uso de 10 canais de radiofreqüência no mesmo Município, pelo prazo de 10 (dez) anos, prorrogável uma única vez, por igual período e a título oneroso.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.926, DE 25 DE AGOSTO DE 2008

Processo nº 53500.032342/2006 - Prorrogar, por 12 (meses) a contar de 28 de junho de 2008, a data limite para o início da exploração comercial do Serviço Móvel Especializado - SME pela empresa FALKLAND TECNOLOGIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ 01.009.876/0001-61, nas Áreas de Registro 27 e 65.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.974, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Transfere a autorização do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, expedida à COINBRA DA AMAZONIA S/A, por meio do Ato n° 9999, de 11/09/2003, para LOUIS DREYFUS COMMODITIES BRASIL S.A., CNPJ nº 47.067.525/0162-92, bem como a outorga de autorização de uso de radiofreqüência(s), associada(s) à autorização para execução do serviço.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.975, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à ABATEDOURO COROAVES LTDA., CNPJ nº 75.729.038/0005-22 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.976, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à AGRO PECUARIA TIBAGI LTDA, CNPJ nº 75.056.085/0002-00 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.977, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à COARBRIL-COMERCIO DE AREIA E BRITAS LTDA.-ME, CNPJ nº 80.824.295/0001-50 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.978, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à EDSON ALBERTO ROLIM DE MOURA, CPF nº 000.557.005-00 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.979, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à EROS FILIPE, CPF nº 106.757.289-91 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.980, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à GERALDO TOMAZI, CPF nº 467.152.909-20 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.981, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à ILDO VICTORIANO TONET THOME, CPF nº 302.850.209-78 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.982, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à SERVICO AUT. MUNIC. DE AGUA E ESGOTOS-SAMAE, CNPJ nº 80.909.096/0001-44 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.983, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à VALDOMIRO SCHACTAE NETO, CPF nº 225.615.109-30 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.984, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à VENINA CIRCE COSTA ROTH, CPF nº 550.915.129-34 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.985, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à WALTER SCHLATTER, CPF nº 397.272.549-34 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.986, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à ASSOCIACAO DOS FORNECEDORES DE CANA DA REGIAO DE ITURAMA, CNPJ nº 26.042.317/0001-84 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.987, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à AVONI PEREIRA DOS SANTOS, CPF nº 008.141.668-73 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.988, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CLAUDIO ANTONIO SQUINZANI CARGNELUTTI, CPF nº 414.358.340-20 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.989, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR, CNPJ nº 76.484.013/0001-45 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.990, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à ELOI BRUNETTA, CPF nº 168.401.869-20 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.991, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à ENGESEG EMPRESA DE VIGILANCIA COMPUTADORIZADA LTDA, CNPJ nº 64.545.866/0001-60 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.992, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à LINO JOSE AMBIEL, CPF nº 557.319.029-68 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.993, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à MASISA MADEIRAS LTDA., CNPJ nº 01.603.889/0001-64 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 4.994, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A, CNPJ nº 00.357.038/0001-16 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATO Nº 4.954, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

Outorgar autorização para uso de radiofreqüências, sem exclusividade, à BRASIL TELECOM S.A., filial Rio Grande do Sul, para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC).

GILBERTO ALVES
Superintendente
Interino

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 206, DE DE AGOSTO DE 2008

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 187, inciso XVIII do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.062210/2007, resolve:

Autorizar a RÁDIO AREIA BRANCA LTDA., sede no Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, a utilizar, nas transmissões de sua estação de radiodifusão em freqüência modulada na mesma localidade, a denominação de fantasia "CARAGUÁ FM".

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

(Nº 0820127/0001-10 - 27.08.08 - 121,48)

PORTARIA Nº 213, DE 5 DE AGOSTO DE 2008

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 187, inciso XVIII do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.032226/2005, resolve:

Autorizar a PORTO DE CIMA RADIO E TELEVISÃO., com sede no Município de Curitiba, Estado do Paraná, a utilizar, nas transmissões de sua estação radiodifusão em Ondas Médias no Município de Paranaguá, Estado do Paraná, a denominação de fantasia "RÁDIO CBN PARANAGUÁ".

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

(Nº 01.759.012/0001-67 - 18.08.2008 - 121,48)

PORTARIA Nº 245, DE 25 DE AGOSTO DE 2008

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, Substituto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.034287/2008, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO SEMEADOR, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Santana, Estado do Amapá, utilizando o canal 206E, classe C.

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE

(Nº 00.511.456/0001-16 - R$ 121,48 - 27.08.2008)

PORTARIA Nº 247, DE 25 DE AGOSTO DE 2008

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, Substituto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.067965/2007, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da ECOACRE RÁDIO JORNAL E TELEVISÃO LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Senador Guiomard, Estado do Acre, utilizando o canal 215, classe C.

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE

(Nº 04.448.708/0001-60 - R$ 121,48 - 27.08.2008)

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO
E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS
COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIAS DE 9 DE JUNHO DE 2008

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta dos processos abaixo, resolve:

nº 102 - Processo n.º 53000.055131/2006. Aplicar ao Sistema Clube de Comunicação Ltda., executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Ribeirão Preto/SP, a pena de multa no valor de R$ 1.472,46 (um mil, quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e seis centavos), por contrariar o disposto no artigo 122, item 34 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão.

nº 103 - Processo n.º 53000.012740/2008. Aplicar à Fundação de Teleducação do Estado do Ceará - FUNTELC, executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Fortaleza/CE, a pena de multa no valor de R$ 1.814,27 (um mil, oitocentos e quatorze reais e vinte e sete centavos), por contrariar o disposto no subitem 9.3.5 do anexo à Resolução nº 284/2001 e artigo 18 do anexo à Resolução 303/2002, c/c artigo 122, item 34 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão.

ESMERALDA EUDÓXIA GONÇALVES
TEIXEIRA

PORTARIA Nº 108, DE 27 DE JUNHO DE 2008

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:
Processo n.º 53000.031675/2005. Aplicar à Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM, Cultural e Comunicação Social, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Nova Esperança do Sul, a pena de multa no valor de R$ 425,96 (quatrocentos e vinte e cinco reais e novena e seis centavos), por contrariar o disposto nos artigos 32 e 40, inciso XV do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

ESMERALDA EUDÓXIA GONÇALVES
TEIXEIRA

DESPACHOS DA DIRETORA
Em 8 de maio de 2008

Nº 63 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo n.º 53000.028081/2007. Advertir à Associação Comunitária de Itapirapuã, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Itapirapuã/GO, por contrariar o disposto nos itens 14.2 e 17.2 da Norma Complementar nº 01/2004 do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com base no § 1º do artigo 38 do Decreto nº 2.615/98.

Em 17 de junho de 2008

Nº 92 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo n.º 53000.000551/2008. Advertir à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Itaúna do Sul, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Itaúna do Sul/PR, por contrariar o disposto nos itens 14.2 e 18.1.4 da Norma Complementar nº 01/2004 do Serviço de Radiodifusão Comunitária, com base no § 1º do artigo 38 do Decreto nº 2.615/98.

ESMERALDA EUDÓXIA GONÇALVES TEIXEIRA

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

AJUSTE COMPLEMENTAR, POR TROCA DE NOTAS, AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO JAPÃO, CONCERNENTE AO ESTUDO PARA O DESENVOLVIEMNTO DE UMA SOLUÇÃO INTEGRADA RELATIVA À GESTÃO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS NO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS

Brasília, 1º de agosto de 2008.

Excelência,
Tenho a honra de referir-me ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo do Japão e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em Brasília em 22 de setembro de 1970 (doravante denominado "Acordo Básico"), e à Nota verbal japonesa n.º 119/2006, de 12 de abril de 2006, em resposta à Nota verbal ABC/DAOC II/099/ETEC-BRAS-JAPA, de 1 de julho de 2005, concernente ao Estudo para o Desenvolvimento de uma Solução Integrada relativa à Gestão de Resíduos Industriais no Pólo Industrial de Manaus (doravante denominado "Estudo"), e propor o seguinte entendimento relativo ao Estudo:

1. Com o propósito de realizar o Estudo, uma missão japonesa de pesquisa (doravante denominada "Missão") será enviada à República Federativa do Brasil pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (doravante denominada "JICA") de acordo com as leis e regulamentações pertinentes em vigor no Japão e em cooperação com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (doravante denominada "SUFRAMA"), sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (doravante denominada "ABC"), de acordo com as leis e regulamentações pertinentes em vigor na República Federativa do Brasil.

2. O Governo da República Federativa do Brasil estenderá aos membros da Missão os privilégios, imunidades e benefícios concedidos no Acordo Básico aos peritos, bem como as facilidades e isenções sobre os equipamentos, maquinaria e materiais relacionados à implementação do Estudo. O Governo da República Federativa do Brasil assegurará a cooperação de todos os órgãos governamentais necessária ao desempenho das funções dos membros da Missão.

3. Os detalhes e procedimentos concernentes aos aspectos técnicos para a cooperação no presente entendimento, incluindo medidas necessárias para facilitar a condução eficiente do Estudo, e as condições para o exercício das atividades de cooperação por parte dos membros da Missão serão dispostos em formalização a ser acordada entre JICA, SUFRAMA e ABC na forma de documento de implementação do Estudo denominado Escopo de Trabalho.

4. Os dois Governos irão consultar-se a respeito de quaisquer questões que surjam em relação ao presente entendimento.

Tenho ainda a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, confirmando em nome do Governo da República Federativa do Brasil o entendimento acima exposto, constituam um ajuste complementar ao Acordo Básico, entre os dois Governos, o qual entrará em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência e cessará de vigorar na data da confirmação por escrito entre os dois Governos sobre o encerramento do Estudo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

KEN SHIMANOUCHI
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão

Nota Nº 02

Brasília, 1º de agosto de 2008.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de referir-me à Nota de Vossa Excelência de 1º de agosto de 2008, com o seguinte teor:

"Excelência,
Tenho a honra de referir-me ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo do Japão e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em Brasília em 22 de setembro de 1970 (doravante denominado "Acordo Básico"), e à Nota verbal japonesa n.º 119/2006, de 12 de abril de 2006, em resposta à Nota verbal ABC/DAOC II/099/ETEC-BRAS-JAPA, de 1 de julho de 2005, concernente ao Estudo para o Desenvolvimento de uma Solução Integrada relativa à Gestão de Resíduos Industriais no Pólo Industrial de Manaus (doravante denominado "Estudo"), e propor o seguinte entendimento relativo ao Estudo:

1. Com o propósito de realizar o Estudo, uma missão japonesa de pesquisa (doravante denominada "Missão") será enviada à República Federativa do Brasil pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (doravante denominada "JICA") de acordo com as leis e regulamentações pertinentes em vigor no Japão e em cooperação com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (doravante denominada "SUFRAMA"), sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (doravante denominada "ABC"), de acordo com as leis e regulamentações pertinentes em vigor na República Federativa do Brasil.

2. O Governo da República Federativa do Brasil estenderá aos membros da Missão os privilégios, imunidades e benefícios concedidos no Acordo Básico aos peritos, bem como as facilidades e isenções sobre os equipamentos, maquinaria e materiais relacionados à implementação do Estudo. O Governo da República Federativa do Brasil assegurará a cooperação de todos os órgãos governamentais necessária ao desempenho das funções dos membros da Missão.

3. Os detalhes e procedimentos concernentes aos aspectos técnicos para a cooperação no presente entendimento, incluindo medidas necessárias para facilitar a condução eficiente do Estudo, e as condições para o exercício das atividades de cooperação por parte dos membros da Missão serão dispostos em formalização a ser acordada entre JICA, SUFRAMA e ABC na forma de documento de implementação do Estudo denominado Escopo de Trabalho.

4. Os dois Governos irão consultar-se a respeito de quaisquer questões que surjam em relação ao presente entendimento.

Tenho ainda a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, confirmando em nome do Governo da República Federativa do Brasil o entendimento acima exposto, constituam um ajuste complementar ao Acordo Básico, entre os dois Governos, o qual entrará em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência e cessará de vigorar na data da confirmação por escrito entre os dois Governos sobre o encerramento do Estudo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração."

Em resposta, tenho ainda a honra de confirmar em nome do Governo da República Federativa do Brasil o entendimento acima exposto e de concordar com que a Nota de Vossa Excelência e esta Nota de resposta constituam um Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, assinado em Brasília em 22 de setembro de 1970, entre os dois Governos, o qual entrará em vigor na data desta Nota de resposta e cessará de vigorar na data da confirmação por escrito entre os dois Governos sobre o encerramento do Estudo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

CELSO AMORIM
Ministro das Relações Exteriores do Brasil

ACORDO DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA

PREÂMBULO

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Unida da Tanzânia,
(doravante denominados conjuntamente como "Partes" e, individualmente, como "Parte"),

Reconhecendo a importância da cooperação entre ambos os países no plano educacional,

Conscientes de que o acelerado desenvolvimento científico e tecnológico global exige uma nova visão para buscar a excelência de seus recursos humanos, e

No intuito de incrementar a cooperação educacional e interuniversitária entre ambos os países, reforçando a amizade entre o Brasil e Tanzânia,

Resolvem celebrar o seguinte Acordo no campo da cooperação educacional:

Artigo I

As Partes comprometem-se a desenvolver as relações entre os dois países no âmbito da cooperação educacional e do desenvolvimento científico, de modo a contribuir para o melhor entendimento mútuo, observadas as legislações nacionais vigentes.

Artigo II

O presente Acordo, sem prejuízo dos convênios firmados diretamente entre instituições de ensino e/ou outras entidades afins de ambos os países, no setor público ou privado, tem por objetivo :

a) o intercâmbio de informações e experiências, especialmente as relacionadas ao incremento da qualidade da educação em todos os níveis;

b) o fortalecimento da cooperação educacional e interuniversitária; e

c) a formação e o aperfeiçoamento de docentes, acadêmicos e pesquisadores.

Artigo III

As Partes procurarão alcançar os objetivos estabelecidos no Artigo II promovendo atividades de cooperação nos diferentes níveis e modalidades de ensino, por meio de:

a) intercâmbio de estudantes, professores, acadêmicos, pesquisadores, técnicos e especialistas para a realização de cursos de graduação e/ou pós-graduação em instituições de educação profissional e educação superior;

b) intercâmbio de missões de ensino e pesquisa;

c) elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisas em áreas a serem posteriormente definidas; e

d) cooperação técnica e intercâmbio de programas e projetos desenvolvidos pelos Ministérios da Educação de ambas as Partes, especialmente aqueles destinados à melhoria da qualidade da educação.

Artigo IV

As Partes se comprometem a promover a difusão e o ensino de sua cultura e língua no território da outra Parte.

Artigo V

O reconhecimento e/ou revalidação, em uma das Partes, de diplomas e títulos acadêmicos outorgados por instituições de ensino superior da outra estará sujeito à legislação nacional correspondente.

Artigo VI

1. O ingresso de alunos de uma Parte em cursos de graduação e pós-graduação da outra Parte será regido pelos processos seletivos nacionais aplicados por cada Parte.

2. Os estudantes que se beneficiarem de acordos ou programas específicos estarão sujeitos às normas e procedimentos de seleção estabelecidos por esses instrumentos.

Artigo VII

As Partes poderão, quando couber, estabelecer sistemas de concessão de bolsas e/ou outras facilidades que permitam a pesquisadores e estudantes adquirirem aperfeiçoamento acadêmico e profissional.

Artigo VIII

As Partes definirão, por instrumentos adequados, as modalidades de financiamento das atividades previstas neste Acordo.

Artigo IX

1. O presente Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 5 (cinco) anos, e será renovado automaticamente, por períodos iguais, a menos que uma das Partes notifique à outra, por via diplomática, seu desejo de não renová-lo, com antecedência mínima de seis meses da data de sua expiração.

2. O presente Acordo poderá ser alterado ou complementado por acordo mútuo, por troca de Notas diplomáticas, mediante entendimento entre as Partes. As emendas entrarão em vigor na data em que a Parte proponente receber a Nota de resposta.

3. Em caso de denúncia do presente Acordo, os programas e projetos em execução não serão afetados, salvo se as Partes convierem diversamente.

Em testemunho do que os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos seus respectivos governos, firmaram este Acordo em dois originais, em português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Feito em Dar es Salaam, em 22 de agosto de 2008.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
APPIO C. M. ACQUARONE FILHO
Embaixador

Pelo Governo da República Unida da Tanzânia
Mr. PENIEL M. LYIMO
Secretário Permanente do Ministério da Agricultura,
Segurança Alimentar e Cooperativas

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE COOPERAÇÃO ESPORTIVA ENTRE O MINISTÉRIO DO ESPORTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DA CULTURA, ESPORTES E TURISMO DA REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNÃ

O Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil

e

O Ministério da Cultura, Esportes e Turismo da República Socialista do Vietnã
(doravante denominados "as Partes"),

Desejosos de fortalecer as relações amigáveis e de contribuir para o desenvolvimento do esporte nos dois países;

Em conformidade com as leis nacionais de seus respectivos países,

Chegaram ao seguinte entendimento:

Artigo 1

As Partes envidarão esforços para promover a cooperação nos campos do esporte e das atividades físicas entre os dois países, com base na igualdade e no benefício mútuo.

Artigo 2

As Partes encorajarão a cooperação entre as agências governamentais encarregadas dos esportes e as federações nacionais esportivas dos dois países.

Artigo 3

As partes se esforçarão para promover a cooperação no campo dos esportes entre os dois países, por meio de:

a) intercâmbio de atletas e de equipes esportivas, para competição e treinamento;

b) intercâmbio de funcionários, treinadores, árbitros, pesquisadores e outros peritos esportivos;

c) seminários, conferências, cursos de treinamento e outras atividades a serem desenvolvidas em seus países;

d) intercâmbio de informações, publicações e outros materiais sobre esportes e atividades físicas;

e) intercâmbio de programas e resultados de pesquisas sobre a ciência do esporte;

f) outras formas de cooperação que possam vir a ser decididas pelas Partes.

Artigo 4

Caso necessário, as Partes realizarão reuniões conjuntas, de modo alternado no Brasil e no Vietnã, para avaliar o resultado da implementação deste Memorando de Entendimento, para desenvolver programas de intercâmbio específicos e para discutir questões relevantes para o desenvolvimento do esporte e das atividades físicas nos dois países.

Artigo 5

As Partes concordam que as atividades de intercâmbio no campo dos esportes poderão ser decididas com base nas condições financeiras existentes, em conformidade com suas respectivas legislações domésticas. Cada evento específico deverá ser negociado caso a caso pelas Partes, através dos canais diplomáticos.

Artigo 6

1. Este Memorando de Entendimento é aplicável a partir da data de sua assinatura e terá vigência por um período de cinco anos, sendo renovado automaticamente por sucessivos períodos de cinco anos.

2. Qualquer uma das Partes poderá manifestar sua intenção de denunciar o presente Memorando de Entendimento, por escrito, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito seis meses após a data da notificação.

Feito em Hanói, em 10 de julho de 2008, em dois originais, nos idiomas português, vietnamita e inglês, sendo todos os textos igualmente válidos. No caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

Pelo Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil

CELSO AMORIM
Ministro das Relações Exteriores

Pelo Ministério da Cultura, Esportes e Turismo
da República Socialista do Vietnã

HOÀNG TUÁN ANH
Ministro da Cultura, Esportes e Turismo

PROTOCOLO DE INTENÇÕES SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA NA ÁREA DO ESPORTE ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA

PREÂMBULO

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Unida da Tanzânia
(doravante denominados conjuntamente como "Partes" e, individualmente, como "Parte"),

Animados pela vontade de estreitar os laços de amizade e de fraternidade existentes entre os dois países e povos;

Determinados a desenvolver e aprofundar as relações de cooperação entre os dois países;

Desejosos de implementar a cooperação técnica na área do esporte;

Decidem celebrar o presente Protocolo de Intenções:

Artigo I

As Partes comprometem-se a desenvolver a cooperação técnica nas seguintes áreas:

1. administração e gerenciamento do esporte;

2. formação de quadros no âmbito do esporte para portadores de necessidades especiais;

3. formação de quadros especializados na área do esporte feminino;

4. formação de quadros especializados na área de esporte na terceira idade;

5. capacitação;

6. outras áreas que as Partes considerem necessárias ao desenvolvimento da cooperação técnica no âmbito do esporte.

Artigo II

As Partes poderão estabelecer parcerias com instituições dos setores público e privado, organismos e entidades internacionais e organizações não-governamentais para a implementação dos projetos de cooperação técnica na área do esporte, concebidos sob a égide de futuros instrumentos.

Artigo III

Os programas, projetos, atividades e ações previstos no âmbito do presente Protocolo serão coordenados, do lado brasileiro, pelo Ministério do Esporte, pela Agência Brasileira de Cooperação e pela Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva do Ministério das Relações Exteriores, que indicarão, por via diplomática, a instituição ou as instituições responsáveis pela sua execução.

Artigo IV

Os programas, projetos, atividades e ações previstos no âmbito do presente Protocolo serão coordenados, do lado tanzaniano, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, que indicará, por via diplomática, a instituição ou as instituições responsáveis pela sua execução.

Artigo V

As Partes se reunirão para acordar os termos da cooperação a ser desenvolvida, assim como os programas, projetos, atividades e ações a serem implementados.

Artigo VI

Os programas, projetos, atividades e ações previstos no âmbito do presente Protocolo serão implementados de conformidade com as leis e regulamentos em vigor nos dois países.

Artigo VII

O presente Protocolo de Intenções entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de três (3) anos, sendo automaticamente renovável por iguais períodos.

Artigo VIII

Qualquer das Partes poderá manifestar sua intenção de denunciar o presente Protocolo de Intenções, a qualquer momento, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após o recebimento da notificação e não afetará as atividades em execução, salvo se as Partes acordarem de outra forma.

Artigo IX

Quaisquer dúvidas relacionadas à interpretação ou à implementação do presente Protocolo serão dirimidas por conversações diretas entre as Partes por meio dos canais diplomáticos.

Em testemunho do que os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos seus respectivos governos, firmaram este Protocolo em dois originais, em português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Feito em Dar es Salaam, em 22 de agosto de 2008.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
APPIO C. M. ACQUARONE FILHO
Embaixador

Pelo Governo da República Unida da Tanzânia
Mr. PENIEL M. LYIMO
Secretário Permanente do Ministério da Agricultura, Segurança Alimentar e Cooperativas

EMENDA, POR TROCA DE NOTAS, AO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI PARA PERMISSÃO DE RESIDÊNCIA, ESTUDO E TRABALHO A NACIONAIS FRONTEIRIÇOS BRASILEIROS E URUGUAIOS

Montevidéu, 23 de abril de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

Senhor Ministro:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Governo da República Oriental do Uruguai deseja ampliar a lista de Localidades Fronteiriças e das respectivas vinculações, que consta no Anexo Único do "Acordo entre o Governo da República Oriental do Uruguai e o Governo da República Federativa do Brasil para a Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Uruguaios e Brasileiros", assinado em Montevidéu em 21 de agosto de 2002 e vigente em ambos os países, segundo prescrito no Artigo VI do referido Acordo.

Para tal fim, proponho a Vossa Excelência incluir no Anexo de localidades vinculadas, em seu número 1, o "Pueblo San Luís" (Departamento de Rocha), e adicione um novo número (7) que incorpore a "Villa Isidoro Noblía" (Departamento de Cerro Largo, Uruguai) e a "Colônia Nova" (Município de Aceguá, Brasil) à relação de vinculação de localidades fronteiriças.

Ambas as localidades uruguaias, assim como a brasileira, cumprem com o requisito estipulado no item 2 do Artigo VI, que prevê que a ampliação da lista estabelecida no Anexo somente poderá contemplar aquelas localidades situadas em uma faixa de até 20 (vinte) quilômetros da fronteira.

Os nacionais uruguaios e brasileiros residentes nas localidades vinculadas anteriormente especificadas gozarão da totalidade de direitos previstos no Artigo I do Acordo.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas acima, esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência manifestando tal concordância constituirão um Acordo entre os nossos dois Governos.

A entrada em vigor desta Nota Reversal será a partir de 90 (noventa) dias da data de recebimento da Nota de resposta da República Federativa do Brasil.

Faço propícia a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Dr. Gonzalo Fernández
Ministro de Relações Exteriores da
Rupública Oriental do Uruguai

Montevidéu, 20 de maio de 2008

A Sua Excelência o Senhor
Gonzalo Fernández
Ministro de Relações Exteriores da
República Oriental do Uruguai

Senhor Ministro,

Tenho a honra de referir-me à sua Nota 026/08, de 6 de maio de 2008, por meio da qual Vossa Excelência encaminhou ao Chanceler do Brasil proposta de troca de Notas Reversais, cujo teor em português transcrevo abaixo, para vincular três localidades adicionais ao Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriço Uruguaios e Brasileiros:

"Senhor Ministro,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Governo da República Oriental do Uruguai deseja ampliar a lista de Localidades Fronteiriças e das respectivas vinculações, que consta no Anexo Único do "Acordo entre o Governo da República Oriental do Uruguai e o Governo da República Federativa do Brasil para a Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Uruguaios e Brasileiros", assinado em Montevidéu em 21 de agosto de 2002 e vigente em ambos os países, segundo prescrito no Artigo VI do referido Acordo.

Para tal fim, proponho a Vossa Excelência incluir no Anexo de localidades vinculadas, em seu número 1, o "Pueblo San Luís" (Departamento de Rocha), e adicione um novo número (7) que incorpore a "Villa Isidoro Noblía" (Departamento de Cerro Largo, Uruguai) e a "Colônia Nova" (Município de Aceguá, Brasil) à relação de vinculação de localidades fronteiriças.

Ambas as localidades uruguaias, assim como a brasileira, cumprem com o requisito estipulado no item 2 do Artigo VI, que prevê que a ampliação da lista estabelecida no Anexo somente poderá contemplar aquelas localidades situadas em uma faixa de até 20 (vinte) quilômetros da fronteira.

Os nacionais uruguaios e brasileiros residentes nas localidades vinculadas anteriormente especificadas gozarão da totalidade de direitos previstos no Artigo I do Acordo.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas acima, esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência manifestando tal concordância constituirão um Acordo entre os nossos dois Governos.

A entrada em vigor desta Nota Reversal será a partir de 90 (noventa) dias da data de recebimento da Nota de resposta da República Federativa do Brasil.

Faço propícia a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

JOSÉ EDUARDO MARTINS FELÍCIO
Embaixador Extraordinária e Plenipotenciário

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 26 de agosto de 2008

Processo DNPM nº 48403.830.515/2002-09. Recorrente: Brazminco Ltda. Assunto: Recurso Administrativo. Pedido de restituição de prazo de Pesquisa fundamentado em sentença advinda de Mandado de Segurança que declarou nulo ato de invalidação de Alvará de Pesquisa.

Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 363/2008, que adoto como fundamento desta decisão, conheço do Recurso para negar-lhe provimento.

Processo DNPM nº 890.910/93. Recorrente: Giromar Extração de Minérios Ltda. Assunto: Recurso Hierárquico interposto contra decisão do Senhor Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, que indeferiu pedido de reconsideração fundamentado no descumprimento dos § 1º e 2º do art. 17 do Código de Mineração.

Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 345/2008, que adoto como fundamento desta decisão, conheço do Recurso para negar-lhe provimento.

Processo DNPM nº 48203.834.607/94. Recorrente: Brazminco Ltda. Assunto: Recurso Administrativo. Pedido de restituição de prazo de Pesquisa fundamentado em sentença advinda de Mandado de Segurança que declarou nulo ato de invalidação de Alvará de Pesquisa.

Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 357/2008, que adoto como fundamento desta decisão, conheço do Recurso para negar-lhe provimento.

Processo DNPM nº 833.855/94. Recorrente: Brazminco Ltda. Assunto: Recurso Administrativo. Pedido de restituição de prazo de Pesquisa fundamentado em sentença advinda de Mandado de Segurança que declarou nulo ato de invalidação de Alvará de Pesquisa.

Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 349/2008, que adoto como fundamento desta decisão, conheço do Recurso para negar-lhe provimento.

Processo DNPM nº 48403.830.533/2002-82. Recorrente: Brazminco Ltda. Assunto: Recurso Administrativo. Pedido de restituição de prazo de Pesquisa fundamentado em sentença advinda de Mandado de Segurança que declarou nulo ato de invalidação de Alvará de Pesquisa.

Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 361/2008, que adoto como fundamento desta decisão, conheço do Recurso para negar-lhe provimento.

Processo DNPM nº 48403.830.532/2002-38. Recorrente: Brazminco Ltda. Assunto: Recurso Administrativo. Pedido de restituição de prazo de Pesquisa fundamentado em sentença advinda de Mandado de Segurança que declarou nulo ato de invalidação de Alvará de Pesquisa.

Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 362/2008, que adoto como fundamento desta decisão, conheço do Recurso para negar-lhe provimento.

Processo DNPM nº 48403.830.538/2002-05. Recorrente: Brazminco Ltda. Assunto: Recurso Administrativo. Pedido de restituição de prazo de Pesquisa fundamentado em sentença advinda de Mandado de Segurança que declarou nulo ato de invalidação de Alvará de Pesquisa.

Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 360/2008, que adoto como fundamento desta decisão, conheço do Recurso para negar-lhe provimento.

Processo DNPM nº 48403.831.653/2002-05. Recorrente: Brazminco Ltda. Assunto: Recurso Administrativo. Pedido de restituição de prazo de Pesquisa fundamentado em sentença advinda de Mandado de Segurança que declarou nulo ato de invalidação de Alvará de Pesquisa.

Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 358/2008, que adoto como fundamento desta decisão, conheço do Recurso para negar-lhe provimento.

Processo DNPM nº 48403.831.743/2002-98. Recorrente: Brazminco Ltda. Assunto: Recurso Administrativo. Pedido de restituição de prazo de Pesquisa fundamentado em sentença advinda de Mandado de Segurança que declarou nulo ato de invalidação de Alvará de Pesquisa.

Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 356/2008, que adoto como fundamento desta decisão, conheço do Recurso para negar-lhe provimento.

Processo DNPM nº 48403.831.745/2002-87. Recorrente: Brazminco Ltda. Assunto: Recurso Administrativo. Pedido de restituição de prazo de Pesquisa fundamentado em sentença advinda de Mandado de Segurança que declarou nulo ato de invalidação de Alvará de Pesquisa.

Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 351/2008, que adoto como fundamento desta decisão, conheço do Recurso para negar-lhe provimento.

Processo DNPM nº 48403.831.750/2002-90. Recorrente: Brazminco Ltda. Assunto: Recurso Administrativo. Pedido de restituição de prazo de Pesquisa fundamentado em sentença advinda de Mandado de Segurança que declarou nulo ato de invalidação de Alvará de Pesquisa.

Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 353/2008, que adoto como fundamento desta decisão, conheço do Recurso para negar-lhe provimento.

Processo DNPM nº 48403.831.746/2002-21. Recorrente: Brazminco Ltda. Assunto: Recurso Administrativo. Pedido de restituição de prazo de Pesquisa fundamentado em sentença advinda de Mandado de Segurança que declarou nulo ato de invalidação de Alvará de Pesquisa.

Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 352/2008, que adoto como fundamento desta decisão, conheço do Recurso para negar-lhe provimento.

Processo DNPM nº 48403.831.756/2002-67. Recorrente: Brazminco Ltda. Assunto: Recurso Administrativo. Pedido de restituição de prazo de Pesquisa fundamentado em sentença advinda de Mandado de Segurança que declarou nulo ato de invalidação de Alvará de Pesquisa.

Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 350/2008, que adoto como fundamento desta decisão, conheço do Recurso para negar-lhe provimento.

Processo DNPM nº 48403.831.757/2002-01. Recorrente: Brazminco Ltda. Assunto: Recurso Administrativo. Pedido de restituição de prazo de Pesquisa fundamentado em sentença advinda de Mandado de Segurança que declarou nulo ato de invalidação de Alvará de Pesquisa.

Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 354/2008, que adoto como fundamento desta decisão, conheço do Recurso para negar-lhe provimento.

Processo DNPM nº 48403.831.758/2002-56. Recorrente: Brazminco Ltda. Assunto: Recurso Administrativo. Pedido de restituição de prazo de Pesquisa fundamentado em sentença advinda de Mandado de Segurança que declarou nulo ato de invalidação de Alvará de Pesquisa.

Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 355/2008, que adoto como fundamento desta decisão, conheço do Recurso para negar-lhe provimento.

Processo DNPM nº 48403.830.171/2003. Recorrente: Brazminco Ltda. Assunto: Recurso Administrativo. Pedido de restituição de prazo de Pesquisa fundamentado em sentença advinda de Mandado de Segurança que declarou nulo ato de invalidação de Alvará de Pesquisa.

Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 359/2008, que adoto como fundamento desta decisão, conheço do Recurso para negar-lhe provimento.

Processo DNPM nº 864.209/2002. Interessado: Falconbridge Brasil Ltda. e Imex Brasil Comércio Exterior Ltda. Assunto: Recurso contra decisão do Diretor-Geral do DNPM, publicada no Diário Oficial da União em 22/08/2006, que indeferiu Pedido de Reconsideração da Recorrente, acatando as conclusões da Comissão Julgadora.

Nos termos da Parecer CONJUR/MME nº 348/2008, que adoto como fundamento desta decisão, conheço do Recurso Hierárquico para negar-lhe provimento.

Processo DNPM nº 826.212/2005. Interessado: Calcário Monte Negro Ltda. Assunto: Recurso Hierárquico contra despacho exarado pelo Senhor Chefe do 13º Distrito do DNPM e publicado no Diário Oficial da União em 27/04/2006, que manteve, em sede de Pedido de Reconsideração, o indeferimento de plano de requerimento de autorização de pesquisa por ausência de procuração.

Nos termos da Parecer CONJUR/MME nº 346/2008, que adoto como fundamento desta decisão, conheço do Recurso Hierárquico, para lhe dar provimento, com a conseqüente revisão do ato impugnado, remetendo-se, após, os autos à autoridade competente para que sejam verificados se estão presentes os demais requisitos para a autorização de pesquisa mineral em questão.

Processo DNPM nº 826.213/2005. Interessado: Calcário Monte Negro Ltda. Assunto: Recurso Hierárquico contra despacho exarado pelo Senhor Chefe do 13º Distrito do DNPM e publicado no Diário Oficial da União em 27/04/2006, que manteve, em sede de Pedido de Reconsideração, o indeferimento de plano de requerimento de autorização de pesquisa por ausência de procuração.

Nos termos da Parecer CONJUR/MME nº 347/2008, que adoto como fundamento desta decisão, conheço do Recurso Hierárquico, para lhe dar provimento, com a conseqüente revisão do ato impugnado, remetendo-se, após, os autos à autoridade competente para que sejam verificados se estão presentes os demais requisitos para a autorização de pesquisa mineral em questão.

EDISON LOBÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 696, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, estabelece a receita anual das instalações de conexão e fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, referentes à Companhia Energética do Maranhão - CEMAR.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, na Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de Distribuição nº 060/2000, e o que consta do Processo nº 48500.002794/2008-05, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2008 da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º As tarifas da CEMAR constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 536, de 21 de agosto de 2007, ficam, em média, reajustadas em 10,25% (dez vírgula vinte e cinco por cento), sendo 10,06% (dez vírgula zero seis por cento) relativos ao reajuste tarifário anual e 0,19% (zero vírgula dezenove por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 10,98% (dez vírgula noventa e oito por cento) a ser percebido pelos consumidores.

Art. 3º As tarifas constantes do Anexo I contemplam o reajuste tarifário anual e os componentes financeiros devidos, e estarão em vigor no período de 28 de agosto de 2008 a 27 de agosto de 2009.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de agosto de 2009 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da CEMAR, constantes dos Anexos II-A e II-B, conforme as especificações a seguir:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A estarão em vigor no período de 28 de agosto de 2008 a 27 de agosto de 2009; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B estarão em vigor a partir de 28 de agosto de 2009 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Parágrafo único. Para o cálculo das TUSD aplicáveis aos consumidores que assinaram CCEI - Contrato de Compra de Energia Incentivada, de acordo com a Resolução Normativa nº 247, de 21 de dezembro de 2006, aplicar-se-á o desconto divulgado mensalmente pela CCEE para cada consumidor sobre a parcela da TUSD sujeita a desconto, devendo o resultado ser somado à parcela da TUSD não sujeita a desconto, especificadas no quadro U desta Resolução.

Art. 6° Estabelecer as receitas anuais constantes dos Anexos III-A e III-B, referentes às instalações de conexão das concessionárias de transmissão Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - Chesf, relativas às Demais Instalações de Transmissão - DIT dedicadas à CEMAR, conforme as especificações a seguir:

I - a receita anual constante do Anexo III-A estará em vigor no período de 28 de agosto de 2008 a 27 de agosto de 2009 e incorpora o ajuste financeiro do PIS/PASEP e da COFINS relativo à conexão; e

II - a receita anual constante do Anexo III-B, estará em vigor a partir de 28 de agosto de 2009, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 7° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da CEMAR, referente ao período de agosto de 2008 a julho de 2009, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8° Aprovar, para fins exclusivos de cálculo do atual reajuste tarifário e de apuração da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA do próximo reajuste, a previsão do custo com Encargos de Serviço do Sistema - ESS da CEMAR para 2008, conforme discriminado no Anexo V desta Resolução.

Art. 9° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JERSON KELMAN

ANEXO I

CEMAR

LEGENDA:	TUSD + TE < => (TARIFAS DE FORNECIMENTO)					
TARIFA CONVENCIONAL	QUADRO A					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA	ENERGIA	DEMANDA	ENERGIA	DEMANDA	ENERGIA
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)
A3a (30 kV a 44 kV)	66,27	116,95	66,27	14,58	0,00	102,37
A4 (2,3 kV a 25 kV)	66,72	126,59	66,72	24,22	0,00	102,37
B1-RESIDENCIAL:		418,52		316,15		102,37
B1-RESIDENCIAL BAIXA RENDA:						
Consumo mensal até 30 kWh		144,47		108,92		35,55
Consumo mensal superior a 30 até 80 kWh		249,63		188,20		61,43
Consumo mensal superior a 80 até 100 kWh		251,14		189,71		61,43
Consumo mensal superior a 100 até 140 kWh		376,66		284,53		92,13
Consumo mensal superior ao limite regional de 140 kWh		418,52		316,15		102,37
B2-RURAL		233,96		176,73		57,23
B2-COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL		174,57		131,87		42,70
B2-SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO		215,19		162,55		52,64
B3-DEMAIS CLASSES		373,21		281,92		91,29
B4-ILUMINAÇÃO PÚBLICA:						
B4a - Rede de Distribuição		192,28		145,25		47,03
B4b - Bulbo da Lâmpada		211,07		159,44		51,63

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO B					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A1 (230 kV ou mais) - Consumidor Schincariol	5,19	0,00	5,19	0,00	0,00	0,00
A3 (69 kV)	39,23	9,82	39,23	9,82	0,00	0,00
A3a (30 a 44 kV)	68,84	21,61	68,84	21,61	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	69,33	21,70	69,33	21,70	0,00	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO C											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA
A1 (230 kV ou mais) - Consumidor Schincariol	187,95	169,47	115,17	104,45	14,58	14,58	14,58	14,58	173,37	154,89	100,59	89,87
A3 (69 kV)	187,95	169,47	115,17	104,45	14,58	14,58	14,58	14,58	173,37	154,89	100,59	89,87
A3a (30 a 44 kV)	187,95	169,47	115,17	104,45	14,58	14,58	14,58	14,58	173,37	154,89	100,59	89,87
A4 (2,3 a 25 kV)	187,95	169,47	115,17	104,45	14,58	14,58	14,58	14,58	173,37	154,89	100,59	89,87

TARIFA DE ULTRAPASSAGEM - HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO D					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A1 (230 kV ou mais)	14,46	0,00	14,46	0,00	0,00	0,00
A3 (69 kV)	117,69	29,46	117,69	29,46	0,00	0,00
A3a (30 a 44 kV)	206,52	64,83	206,52	64,83	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	207,99	65,10	207,99	65,10	0,00	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO E		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/kW)	(R$/kW)
A3a (30 a 44 kV)	21,61	21,61	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	21,70	21,70	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO F											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA
A3a (30 a 44 kV)	1345,71	1327,23	115,17	104,45	1172,34	1172,34	14,58	14,58	173,37	154,89	100,59	89,87
A4 (2,3 a 25 kV)	1385,00	1366,52	115,17	104,45	1211,63	1211,63	14,58	14,58	173,37	154,89	100,59	89,87

TARIFA DE ULTRAPASSAGEM -HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO G		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/kW)	(R$/kW)
A3a (30 a 44 kV)	64,83	64,83	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	65,10	65,10	0,00

DESCONTOS PERCENTUAIS	QUADRO J	
UNIDADE CONSUMIDORA	DEMANDA	ENERGIA
RURAL - GRUPO A	10	10
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO A	15	15
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO B	-	15

QUADRO S				
SERVIÇOS EXECUTADOS	GRUPO B (Reais)			GRUPO A (Reais)
	Monofásico	Bifásico	Trifásico	
I - Vistoria de unidade consumidora	3,84	5,49	10,99	33,00
II - Aferição de medidor	4,95	8,24	10,99	55,00
III - Verificação de nível de tensão	4,95	8,24	9,90	55,00
IV - Religação normal	4,38	6,04	18,14	55,00
V - Religação de urgência	21,99	33,00	55,00	110,01
VI - Emissão de segunda via de fatura	1,64	1,64	1,64	3,29

Parâmetros para cálculo do ERD (Resolução Normativa nº 250/2007)							
Nível de Tensão	BT	AS	A4	A3a	A3	A2	A1
TUSD fio B fora ponta (R$/kW)	18,36	-	17,13	17,05	7,16	-	-
WACC (%)	11,26%						
Parcela B (R$)	430.234.088,94						
Taxa de depreciação - D (%)	4,20%						
Operação e manutenção - O&M (R$)	217.099.475,06						

ANEXO II

CEMAR

LEGENDA:	TUSD + TE < => (TARIFAS DE FORNECIMENTO)					
TARIFA CONVENCIONAL	QUADRO A					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA	ENERGIA	DEMANDA	ENERGIA	DEMANDA	ENERGIA
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)
A3a (30 kV a 44 kV)	66,15	116,74	66,15	14,55	0,00	102,19
A4 (2,3 kV a 25 kV)	66,60	126,37	66,60	24,18	0,00	102,19
B1-RESIDENCIAL:		417,78		315,59		102,19
B1-RESIDENCIAL BAIXA RENDA:						
Consumo mensal até 30 kWh		144,21		108,72		35,49
Consumo mensal superior a 30 até 80 kWh		249,18		187,86		61,32
Consumo mensal superior a 80 até 100 kWh		250,69		189,37		61,32
Consumo mensal superior a 100 até 140 kWh		375,99		284,02		91,97
Consumo mensal superior ao limite regional de 140 kWh		417,78		315,59		102,19
B2-RURAL		233,53		176,41		57,12
B2-COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL		174,25		131,63		42,62
B2-SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO		214,80		162,26		52,54
B3-DEMAIS CLASSES		372,55		281,42		91,13
B4-ILUMINAÇÃO PÚBLICA:						
B4a - Rede de Distribuição		191,94		144,99		46,95
B4b - Bulbo da Lâmpada		210,70		159,16		51,54

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO B					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A1 (230 kV ou mais) - Consumidor Schincariol	5,18	0,00	5,18	0,00	0,00	0,00
A3 (69 kV)	39,16	9,81	39,16	9,81	0,00	0,00
A3a (30 a 44 kV)	68,72	21,57	68,72	21,57	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	69,21	21,67	69,21	21,67	0,00	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO C											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA
A1 (230 kV ou mais) - Consumidor Schincariol	187,61	169,17	114,96	104,26	14,55	14,55	14,55	14,55	173,06	154,62	100,41	89,71
A3 (69 kV)	187,61	169,17	114,96	104,26	14,55	14,55	14,55	14,55	173,06	154,62	100,41	89,71
A3a (30 a 44 kV)	187,61	169,17	114,96	104,26	14,55	14,55	14,55	14,55	173,06	154,62	100,41	89,71
A4 (2,3 a 25 kV)	187,61	169,17	114,96	104,26	14,55	14,55	14,55	14,55	173,06	154,62	100,41	89,71

TARIFA DE ULTRAPASSAGEM - HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO D					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A1 (230 kV ou mais)	14,43	0,00	14,43	0,00	0,00	0,00
A3 (69 kV)	117,48	29,43	117,48	29,43	0,00	0,00
A3a (30 a 44 kV)	206,16	64,71	206,16	64,71	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	207,63	65,01	207,63	65,01	0,00	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO E		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/kW)	(R$/kW)
A3a (30 a 44 kV)	21,57	21,57	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	21,67	21,67	0,00
AS (Subterrâneo)	33,30	23,13	10,17

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO F											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA
A3a (30 a 44 kV)	1343,33	1324,89	114,96	104,26	1170,27	1170,27	14,55	14,55	173,06	154,62	100,41	89,71
A4 (2,3 a 25 kV)	1382,55	1364,11	114,96	104,26	1209,49	1209,49	14,55	14,55	173,06	154,62	100,41	89,71

TARIFA DE ULTRAPASSAGEM -HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO G		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/kW)	(R$/kW)
A3a (30 a 44 kV)	64,71	64,71	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	65,01	65,01	0,00

DESCONTOS PERCENTUAIS	QUADRO J	
UNIDADE CONSUMIDORA	DEMANDA	ENERGIA
RURAL - GRUPO A	10	10
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO A	15	15
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO B	-	15

QUADRO S				
SERVIÇOS EXECUTADOS	GRUPO B (Reais)			GRUPO A (Reais)
	Monofásico	Bifásico	Trifásico	
I - Vistoria de unidade consumidora	3,84	5,49	10,99	33,00
II - Aferição de medidor	4,95	8,24	10,99	55,00
III - Verificação de nível de tensão	4,95	8,24	9,89	55,00
IV - Religação normal	4,38	6,04	18,14	55,00
V - Religação de urgência	21,99	33,00	55,00	110,01
VI - Emissão de segunda via de fatura	1,64	1,64	1,64	3,29

ANEXO II-A

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO L	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	39,22	9,82
A3a (30 a 44 kV)	68,82	21,60
A4 (2,3 a 25 kV)	69,31	21,70
BT (Menor que 2,3 kV)	117,41	23,16

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO M	
	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	14,57	14,57
A3a (30 a 44 kV)	14,57	14,57
A4 (2,3 a 25 kV)	14,57	14,57
BT (Menor que 2,3 kV)	14,57	14,57

TUSD - CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	QUADRO N	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	33,64	7,47
A3a (30 a 44 kV)	59,58	17,79
A4 (2,3 a 25 kV)	64,66	20,24

TUSD - GERAÇÃO	QUADRO P
	TG
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)
A3 (69 kV)	9,21
A3a (30 a 44 kV)	9,21
A4 (2,3 a 25 kV)	9,21

TUSD - APE e PIE Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005.	QUADRO T TUSD ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	0,89	0,89
A3a (30 a 44 kV)	0,89	0,89
A4 (2,3 a 25 kV)	0,89	0,89
BT (Menor que 2,3 kV)	0,89	0,89

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006	QUADRO U			
	TUSD			
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)			
	PONTA		F. PONTA	
	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto
A3 (69 kV)	36,82	2,40	9,22	0,60
A3a (30 a 44 kV)	64,60	4,21	20,28	1,32
A4 (2,3 a 25 kV)	65,06	4,24	20,37	1,33
BT (Menor que 2,3 kV)	110,23	7,19	21,74	1,42

ANEXO II-B

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO L	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	39,16	9,81
A3a (30 a 44 kV)	68,72	21,57
A4 (2,3 a 25 kV)	69,21	21,67
BT (Menor que 2,3 kV)	117,25	23,13

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO M	
	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	14,55	14,55
A3a (30 a 44 kV)	14,55	14,55
A4 (2,3 a 25 kV)	14,55	14,55
BT (Menor que 2,3 kV)	14,55	14,55

TUSD - CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	QUADRO N	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	33,68	7,48
A3a (30 a 44 kV)	59,65	17,82
A4 (2,3 a 25 kV)	64,74	20,26

TUSD - GERAÇÃO	QUADRO P
	TG
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)
A3 (69 kV)	9,21
A3a (30 a 44 kV)	9,21
A4 (2,3 a 25 kV)	9,21

TUSD - APE e PIE Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005.	QUADRO T TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	0,89	0,89
A3a (30 a 44 kV)	0,89	0,89
A4 (2,3 a 25 kV)	0,89	0,89
BT (Menor que 2,3 kV)	0,89	0,89

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006	QUADRO U			
	TUSD			
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)			
	PONTA		F. PONTA	
	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto
A3 (69 kV)	36,77	2,40	9,21	0,60
A3a (30 a 44 kV)	64,51	4,21	20,25	1,32
A4 (2,3 a 25 kV)	64,97	4,24	20,34	1,33
BT (Menor que 2,3 kV)	110,07	7,18	21,71	1,42

ANEXO III-A
RECEITA ANUAL REFERENTE ÀS DEMAIS INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO (DIT)

Vigente no período de 28 de agosto de 2008 a 27 de agosto de 2009.

EMPRESA TRANSMISSORA	INSTALAÇÕES DEDICADAS À	VALORES EM R$
ELETRONORTE	CEMAR	3.469.278,53
CHESF	CEMAR	172.757,31

ANEXO III-B
RECEITA ANUAL REFERENTE ÀS DEMAIS INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO (DIT)

Vigente a partir de 28 de agosto de 2009.

EMPRESA TRANSMISSORA	INSTALAÇÕS DEDICADAS À	VALORES EM R$
ELETRONORTE	CEMAR	3.459.977,55
CHESF	CEMAR	149.107,70

ANEXO IV
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE
VALORES NO PERÍODO DE AGOSTO DE 2008 A JULHO DE 2009

CONCESSIONÁRIA	TFSEE ANUAL VALOR EM R$	TFSEE MENSAL VALOR EM R$
CEMAR	2.524.754,72	210.396,23

ANEXO V
PREVISÃO DO CUSTO DO ENCARGO DE SERVIÇO DO SISTEMA - ESS PARA O ANO DE 2008

CONCESSIONÁRIA	ESS 2008 - R$
CEMAR	4.636.277,70

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 697, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD e fixa a receita anual das instalações de conexão e dos valores da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. - ENERGISA PB.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, na Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de Distribuição nº 019/01, o que consta do Processo n° 48500.002793/2008-52, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2008 da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. - ENERGISA PB, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas da ENERGISA PB, constantes dos Anexos II e II-B da Resolução Homologatória n° 542, de 21 de agosto de 2007, ficam, em média, reajustadas em 14,45% (quatorze vírgula quarenta e cinco por cento), sendo 12,17% (doze vírgula dezessete por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 2,28% (dois vírgula vinte e oito por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 15,33% (quinze vírgula trinta e três por cento) a ser percebido pelos consumidores.

Art. 3° As tarifas constantes do Anexo I contemplam o reajuste tarifário anual econômico e os componentes financeiros pertinentes e estarão em vigor no período de 28 de agosto de 2008 a 27 de agosto de 2009.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de agosto de 2009 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da ENERGISA PB, constantes dos Anexos II-A e II-B, conforme as especificações a seguir:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A estarão em vigor no período de 28 de agosto de 2008 a 27 de agosto de 2009; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B estarão em vigor a partir de 28 de agosto de 2009 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Parágrafo único. Para o cálculo das TUSD aplicáveis aos consumidores que assinaram CCEI - Contrato de Compra de Energia Incentivada, de acordo com a Resolução Normativa nº 247, de 21 de dezembro de 2006, aplicar-se-á o desconto divulgado mensalmente pela CCEE para cada consumidor sobre a parcela da TUSD sujeita a desconto, devendo o resultado ser somado à parcela da TUSD não sujeita a desconto, especificadas no quadro U desta Resolução.

Art. 6° Estabelecer a receita anual constante do Anexo III, referente às instalações de conexão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, relativas às Demais Instalações de Transmissão - DIT dedicadas à ENERGISA PB, que estará em vigor a partir de 28 de agosto de 2008 e deverá constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 7° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da ENERGISA PB, referente ao período de agosto de 2008 a julho de 2009, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8° Aprovar, para fins exclusivos de cálculo do atual reajuste tarifário e de apuração da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA do próximo reajuste, a previsão do custo com Encargos de Serviço do Sistema - ESS da ENERGISA PB para 2008, conforme discriminado no Anexo V desta Resolução.

Art. 9° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JERSON KELMAN

ANEXO I

ENERGISA PB

LEGENDA:	TUSD + TE < => (TARIFAS DE FORNECIMENTO)					
TARIFA CONVENCIONAL	QUADRO A					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA	ENERGIA	DEMANDA	ENERGIA	DEMANDA	ENERGIA
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)
A4 (2,3 kV a 25 kV)	47,95	128,67	47,95	21,84	0,00	106,83
B1-RESIDENCIAL:		394,59		287,76		106,83
B1-RESIDENCIAL BAIXA RENDA:						
Consumo mensal até 30 kWh		136,53		99,35		37,18
Consumo mensal superior a 30 até 80 kWh		235,35		171,26		64,09
Consumo mensal superior a 80 até 100 kWh		236,74		172,65		64,09
Consumo mensal superior a 100 até 140 kWh		355,17		259,02		96,15
Consumo mensal superior ao limite regional de 140 kWh		394,59		287,76		106,83
B2-RURAL		241,08		175,81		65,27
B2-COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL		180,14		131,37		48,77
B2-SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO		221,63		161,63		60,00
B3-DEMAIS CLASSES		384,56		280,45		104,11
B4-ILUMINAÇÃO PÚBLICA:						
B4a - Rede de Distribuição		198,12		144,48		53,64
B4b - Bulbo da Lâmpada		217,47		158,59		58,88

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO B					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	33,61	7,93	33,61	7,93	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	52,11	15,61	52,11	15,61	0,00	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO C											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA
A3 (69 kV)	194,24	174,96	118,30	107,11	13,33	13,33	13,33	13,33	180,91	161,63	104,97	93,78
A4 (2,3 a 25 kV)	194,24	174,96	118,30	107,11	13,33	13,33	13,33	13,33	180,91	161,63	104,97	93,78

TARIFA DE ULTRAPASSAGEM - HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO D					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	100,83	23,79	100,83	23,79	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	156,33	46,83	156,33	46,83	0,00	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO E		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/kW)	(R$/kW)
A4 (2,3 a 25 kV)	15,61	15,61	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO F											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA
A4 (2,3 a 25 kV)	1052,20	1032,92	118,30	107,11	871,29	871,29	13,33	13,33	180,91	161,63	104,97	93,78

TARIFA DE ULTRAPASSAGEM -HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO G		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/kW)	(R$/kW)
A4 (2,3 a 25 kV)	46,83	46,83	0,00

DESCONTOS PERCENTUAIS	QUADRO J	
UNIDADE CONSUMIDORA	DEMANDA	ENERGIA
RURAL - GRUPO A	10	10
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO A	15	15
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO B	-	15

TARIFA COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL CONVENCIONAL		
SUBGRUPO	DEMANDA	CONSUMO
	(R$/kW)	(R$/MWh)
A4 (2,3 a 25 kV)	7,60	110,89

QUADRO S				
SERVIÇOS EXECUTADOS	GRUPO B (Reais)			GRUPO A (Reais)
	Monofásico	Bifásico	Trifásico	
I - Vistoria de unidade consumidora	3,84	5,49	10,99	33,00
II - Aferição de medidor	4,95	8,24	10,99	55,00
III - Verificação de nível de tensão	4,95	8,24	9,89	55,00
IV - Religação normal	4,38	6,04	18,14	55,00
V - Religação de urgência	21,99	33,00	55,00	110,01
VI - Emissão de segunda via de fatura	1,64	1,64	1,64	3,29

Parâmetros para cálculo do ERD (Resolução Normativa nº 250/2007)							
Nível de Tensão	BT	AS	A4	A3a	A3	A2	A1
TUSD fio B fora ponta (R$/kW)	18,72	-	12,17	-	5,80	-	-
WACC (%)	11,26%						
Parcela B (R$)	282.179.258,40						
Taxa de depreciação - D (%)	4,50%						
Operação e manutenção - O&M (R$)	190.428.585,02						

ANEXO II

ENERGISA PB

LEGENDA:	TUSD + TE < => (TARIFAS DE FORNECIMENTO)					
TARIFA CONVENCIONAL	QUADRO A					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA	ENERGIA	DEMANDA	ENERGIA	DEMANDA	ENERGIA
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)
A4 (2,3 kV a 25 kV)	46,98	126,05	46,98	21,39	0,00	104,66
B1-RESIDENCIAL:		386,59		281,93		104,66
B1-RESIDENCIAL BAIXA RENDA:						
Consumo mensal até 30 kWh		133,75		97,32		36,43
Consumo mensal superior a 30 até 80 kWh		230,56		167,77		62,79
Consumo mensal superior a 80 até 100 kWh		231,95		169,16		62,79
Consumo mensal superior a 100 até 140 kWh		347,97		253,77		94,20
Consumo mensal superior ao limite regional de 140 kWh		386,59		281,93		104,66
B2-RURAL		236,19		172,25		63,94
B2-COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL		176,49		128,71		47,78
B2-SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO		217,14		158,36		58,78
B3-DEMAIS CLASSES		376,77		274,77		102,00
B4-ILUMINAÇÃO PÚBLICA:						
B4a - Rede de Distribuição		194,11		141,56		52,55
B4b - Bulbo da Lâmpada		213,06		155,38		57,68

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO B					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	32,93	7,77	32,93	7,77	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	51,06	15,29	51,06	15,29	0,00	0,00

TARIFA HORO-SA-ZONAL AZUL	QUADRO C											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMI-DA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMI-DA
A3 (69 kV)	190,31	171,41	115,90	104,94	13,06	13,06	13,06	13,06	177,25	158,35	102,84	91,88
A4 (2,3 a 25 kV)	190,31	171,41	115,90	104,94	13,06	13,06	13,06	13,06	177,25	158,35	102,84	91,88

TARIFA DE ULTRAPASSAGEM - HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO D					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	98,79	23,31	98,79	23,31	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	153,18	45,87	153,18	45,87	0,00	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO E		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/kW)	(R$/kW)
A4 (2,3 a 25 kV)	15,29	15,29	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VER-DE	QUADRO F											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA
A4 (2,3 a 25 kV)	1030,89	1011,99	115,90	104,94	853,64	853,64	13,06	13,06	177,25	158,35	102,84	91,88

TARIFA DE ULTRAPASSAGEM -HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO G		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/kW)	(R$/kW)
A4 (2,3 a 25 kV)	45,87	45,87	0,00

DESCONTOS PERCENTUAIS	QUADRO J	
UNIDADE CONSUMIDORA	DEMANDA	ENERGIA
RURAL - GRUPO A	10	10
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO A	15	15
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO B	-	15

TARIFA COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL CONVENCIONAL		
SUBGRUPO	DEMANDA	CONSUMO
	(R$/kW)	(R$/MWh)
A4 (2,3 a 25 kV)	7,45	108,68

QUADRO S				
SERVIÇOS EXECUTADOS	GRUPO B (Reais)			GRUPO A (Reais)
	Monofásico	Bifásico	Trifásico	
I - Vistoria de unidade consumidora	3,84	5,49	10,99	33,00
II - Aferição de medidor	4,95	8,24	10,99	55,00
III - Verificação de nível de tensão	4,95	8,24	9,89	55,00
IV - Religação normal	4,38	6,04	18,14	55,00
V - Religação de urgência	21,99	33,00	55,00	110,01
VI - Emissão de segunda via de fatura	1,64	1,64	1,64	3,29

ANEXO II-A

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO L	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	33,53	7,91
A4 (2,3 a 25 kV)	51,99	15,57
BT (Menor que 2,3 kV)	107,58	20,85

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO M	
	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	13,30	13,30
A4 (2,3 a 25 kV)	13,30	13,30
BT (Menor que 2,3 kV)	13,30	13,30

TUSD - CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	QUADRO N	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	31,15	7,35
A4 (2,3 a 25 kV)	48,28	14,46

TUSD - GERAÇÃO	QUADRO P
	TG
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)
A3 (69 kV)	7,49
A4 (2,3 a 25 kV)	7,49

TUSD - APE e PIE Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005.	QUADRO T	
	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	0,69	0,69
A4 (2,3 a 25 kV)	0,69	0,69
BT (Menor que 2,3 kV)	0,69	0,69

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006	QUADRO U			
	TUSD			
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)			
	PONTA		F. PONTA	
	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto
A3 (69 kV)	31,80	1,73	7,51	0,41
A4 (2,3 a 25 kV)	49,31	2,68	14,77	0,80
BT (Menor que 2,3 kV)	102,03	5,55	19,77	1,08

ANEXO II-B

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO L	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	32,93	7,77
A4 (2,3 a 25 kV)	51,06	15,29
BT (Menor que 2,3 kV)	105,65	20,47

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO M	
	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	13,06	13,06
A4 (2,3 a 25 kV)	13,06	13,06
BT (Menor que 2,3 kV)	13,06	13,06

TUSD - CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	QUADRO N	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	31,14	7,34
A4 (2,3 a 25 kV)	48,27	14,45

TUSD - GERAÇÃO	QUADRO P
	TG
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)
A3 (69 kV)	7,37
A4 (2,3 a 25 kV)	7,37

TUSD - APE e PIE Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005.	QUADRO T	
	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	0,67	0,67
A4 (2,3 a 25 kV)	0,67	0,67
BT (Menor que 2,3 kV)	0,67	0,67

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006	QUADRO U			
	TUSD			
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)			
	PONTA		F. PONTA	
	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto
A3 (69 kV)	31,23	1,70	7,37	0,40
A4 (2,3 a 25 kV)	48,42	2,64	14,50	0,79
BT (Menor que 2,3 kV)	100,20	5,45	19,41	1,06

ANEXO III
RECEITA ANUAL REFERENTE ÀS DEMAIS INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO (DIT)

Vigente a partir de 28 de agosto de 2008

EMPRESA TRANSMISSORA	INSTALAÇÕES DEDICADAS À	VALORES EM R$
CHESF	ENERGISA PB	1.742.616,28

ANEXO IV
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE
VALORES NO PERÍODO DE AGOSTO DE 2008 A JULHO DE 2009

CONCESSIONÁRIA	TFSEE ANUAL VALOR EM R$	TFSEE MENSAL VALOR EM R$
ENERGISA PB	1.616.333,36	134.694,45

ANEXO V
PREVISÃO DO CUSTO DO ENCARGO DE SERVIÇO DO SISTEMA - ESS PARA O ANO DE 2008

CONCESSIONÁRIA	ESS 2008 - R$
ENERGISA PB	3.460.363,97

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 698, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica, as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD e o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Companhia Energética do Piauí S.A. - CEPISA.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, na Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de Distribuição nº 84/2000, e o que consta do Processo n° 48500.002791/2008-63, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2008 da Companhia Energética do Piauí S.A. - CEPISA, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas de fornecimento da CEPISA constantes do Anexo II da Resolução Homologatória n° 538, de 21 de agosto de 2007 ficam reajustadas em 10,39% (dez vírgula trinta e nove por cento), sendo 13,29% (treze vírgula vinte e nove por cento) relativos ao reajuste tarifário anual e -2,90% (menos dois vírgula noventa por cento) relativos aos componentes financeiros adicionais, que correspondem a um efeito médio de 10,34% (dez vírgula trinta e quatro por cento) a ser percebido pelos consumidores.

Art. 3° As tarifas constantes do Anexo I estarão em vigor a partir de 28 de agosto de 2008 e contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 28 de agosto de 2009 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Fixar as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da CEPISA constantes dos anexos II-A e II-B, com vigência conforme as especificações a seguir:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A estarão em vigor no período de 28 de agosto de 2008 a 27 de agosto de 2009 e contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes e entrarão em vigor a partir de 28 de agosto de 2009.

Parágrafo único. Para o cálculo das TUSD aplicáveis aos consumidores que assinaram CCEI - Contrato de Compra de Energia Incentivada, de acordo com a Resolução Normativa n° 247, de 21 de dezembro de 2006, aplicar-se-á o desconto divulgado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para cada consumidor sobre a parcela da TUSD sujeita a desconto, devendo o resultado ser somado à parcela da TUSD não sujeita a desconto, especificadas no quadro U desta Resolução.

Art. 6° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da CEPISA, referente ao período de agosto de 2008 a julho de 2009, conforme o Anexo III desta Resolução.

Art. 7º Estabelecer as receitas anuais constantes dos Anexos IV-A e IV-B, referentes às instalações de conexão da concessionária Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, relativas às Demais Instalações de Transmissão - DIT dedicadas à CEPISA, conforme as especificações a seguir:

I - a receita anual constante do Anexo IV-A estará em vigor no período de 28 de agosto de 2008 a 27 de agosto de 2009; e

II - a receita anual constante do Anexo IV-B estará em vigor a partir de 28 de agosto de 2009, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 8° Aprovar, para fins exclusivos de cálculo do atual reajuste tarifário e de apuração da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA do próximo reajuste, a previsão do custo com Encargos de Serviço do Sistema - ESS da CEPISA para 2008, conforme discriminado no Anexo V desta Resolução.

Art. 9° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JERSON KELMAN

ANEXO I

CEPISA

LEGENDA:	TUSD + TE < => (TARIFAS DE FORNECIMENTO)					
TARIFA CONVENCIONAL	QUADRO A					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA	ENERGIA	DEMANDA	ENERGIA	DEMANDA	ENERGIA
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)
A3a (30 kV a 44 kV)	34,69	119,69	34,69	12,77	0,00	106,92
A4 (2,3 kV a 25 kV)	37,85	131,39	37,85	24,47	0,00	106,92
B1-RESIDENCIAL:		387,23		280,31		106,92
B1-RESIDENCIAL BAIXA RENDA:						
Consumo mensal até 30 kWh		133,63		96,52		37,11
Consumo mensal superior a 30 até 80 kWh		231,00		166,85		64,15
Consumo mensal superior a 80 até 100 kWh		232,33		168,18		64,15
Consumo mensal superior a 100 até 140 kWh		348,52		252,29		96,23
Consumo mensal superior ao limite regional de 140 kWh		387,23		280,31		106,92
B2-RURAL		242,21		175,33		66,88
B2-COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL		172,93		125,18		47,75
B2-SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO		222,75		161,25		61,50
B3-DEMAIS CLASSES		386,44		279,74		106,70
B4-ILUMINAÇÃO PÚBLICA:						
B4a - Rede de Distribuição		199,11		144,13		54,98
B4b - Bulbo da Lâmpada		218,54		158,20		60,34

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO B					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	33,97	7,84	33,97	7,84	0,00	0,00
A3a (30 a 44 kV)	39,29	11,24	39,29	11,24	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	42,32	12,21	42,32	12,21	0,00	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO C											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA
A3 (69 kV)	193,85	174,54	117,83	106,63	12,77	12,77	12,77	12,77	181,08	161,77	105,06	93,86
A3a (30 a 44 kV)	193,85	173,46	117,83	106,63	12,77	11,69	12,77	12,77	181,08	161,77	105,06	93,86
A4 (2,3 a 25 kV)	193,85	174,54	117,83	106,63	12,77	12,77	12,77	12,77	181,08	161,77	105,06	93,86

TARIFA DE ULTRAPASSAGEM - HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO D					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	101,91	23,52	101,91	23,52	0,00	0,00
A3a (30 a 44 kV)	117,87	33,72	117,87	33,72	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	126,96	36,63	126,96	36,63	0,00	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO E		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/kW)	(R$/kW)
A3a (30 a 44 kV)	11,24	11,24	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	12,21	12,21	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO F											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA
A3a (30 a 44 kV)	934,86	915,55	117,83	106,63	753,78	753,78	12,77	12,77	181,08	161,77	105,06	93,86
A4 (2,3 a 25 kV)	982,09	962,78	117,83	106,63	801,01	801,01	12,77	12,77	181,08	161,77	105,06	93,86

TARIFA DE ULTRAPASSAGEM -HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO G		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/kW)	(R$/kW)
A3a (30 a 44 kV)	33,72	33,72	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	36,63	36,63	0,00

DESCONTOS PERCENTUAIS	QUADRO J	
UNIDADE CONSUMIDORA	DEMANDA	ENERGIA
RURAL - GRUPO A	10	10
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO A	15	15
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO B	-	15

QUADRO S				
SERVIÇOS EXECUTADOS	GRUPO B (Reais)			GRUPO A (Reais)
	Monofásico	Bifásico	Trifásico	
I - Vistoria de unidade consumidora	3,84	5,49	10,99	33,00
II - Aferição de medidor	4,95	8,24	10,99	55,00
III - Verificação de nível de tensão	4,95	8,24	9,90	55,00
IV - Religação normal	4,38	6,04	18,14	55,00
V - Religação de urgência	21,99	33,00	55,00	110,01
VI - Emissão de segunda via de fatura	1,64	1,64	1,64	3,29

Parâmetros para cálculo do ERD (Resolução Normativa nº 250/2007)							
Nível de Tensão	BT	AS	A4	A3a	A3	A2	A1
TUSD fio B fora ponta (R$/kW)	15,20	-	9,90	9,07	6,20	-	-
WACC (%)	11,26%						
Parcela B (R$)	233.181.670,32						
Taxa de depreciação - D (%)	4,68%						
Operação e manutenção - O&M (R$)	141.016.014,93						

ANEXO II

CEPISA

LEGENDA:	TUSD + TE < => (TARIFAS DE FORNECIMENTO)					
TARIFA CONVENCIONAL	QUADRO A					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA	ENERGIA	DEMANDA	ENERGIA	DEMANDA	ENERGIA
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)
A3a (30 kV a 44 kV)	35,63	122,95	35,63	13,12	0,00	109,83
A4 (2,3 kV a 25 kV)	38,88	134,96	38,88	25,13	0,00	109,83
B1-RESIDENCIAL:		397,75		287,92		109,83
B1-RESIDENCIAL BAIXA RENDA:						
Consumo mensal até 30 kWh		137,28		99,16		38,12
Consumo mensal superior a 30 até 80 kWh		237,30		171,41		65,89
Consumo mensal superior a 80 até 100 kWh		238,63		172,74		65,89
Consumo mensal superior a 100 até 140 kWh		358,00		259,15		98,85
Consumo mensal superior ao limite regional de 140 kWh		397,75		287,92		109,83
B2-RURAL		248,79		180,09		68,70
B2-COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL		177,63		128,58		49,05
B2-SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO		228,80		165,62		63,18
B3-DEMAIS CLASSES		396,93		287,33		109,60
B4-ILUMINAÇÃO PÚBLICA:						
B4a - Rede de Distribuição		204,52		148,05		56,47
B4b - Bulbo da Lâmpada		224,47		162,49		61,98

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO B					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	34,90	8,06	34,90	8,06	0,00	0,00
A3a (30 a 44 kV)	40,35	11,54	40,35	11,54	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	43,47	12,54	43,47	12,54	0,00	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO C											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA
A3 (69 kV)	199,11	179,29	121,04	109,53	13,12	13,12	13,12	13,12	185,99	166,17	107,92	96,41
A3a (30 a 44 kV)	199,11	178,18	121,04	109,53	13,12	12,01	13,12	13,12	185,99	166,17	107,92	96,41
A4 (2,3 a 25 kV)	199,11	179,29	121,04	109,53	13,12	13,12	13,12	13,12	185,99	166,17	107,92	96,41

TARIFA DE ULTRAPASSAGEM - HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO D					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	104,70	24,18	104,70	24,18	0,00	0,00
A3a (30 a 44 kV)	121,05	34,62	121,05	34,62	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	130,41	37,62	130,41	37,62	0,00	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO E		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/kW)	(R$/kW)
A3a (30 a 44 kV)	11,54	11,54	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	12,54	12,54	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO F											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA
A3a (30 a 44 kV)	960,24	940,42	121,04	109,53	774,25	774,25	13,12	13,12	185,99	166,17	107,92	96,41
A4 (2,3 a 25 kV)	1008,75	988,93	121,04	109,53	822,76	822,76	13,12	13,12	185,99	166,17	107,92	96,41

TARIFA DE ULTRAPASSAGEM -HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO G		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/kW)	(R$/kW)
A3a (30 a 44 kV)	34,62	34,62	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	37,62	37,62	0,00

DESCONTOS PERCENTUAIS	QUADRO J	
UNIDADE CONSUMIDORA	DEMANDA	ENERGIA
RURAL - GRUPO A	10	10
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO A	15	15
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO B	-	15

QUADRO S				
SERVIÇOS EXECUTADOS	GRUPO B (Reais)			GRUPO A (Reais)
	Monofásico	Bifásico	Trifásico	
I - Vistoria de unidade consumidora	3,84	5,49	10,99	33,00
II - Aferição de medidor	4,95	8,24	10,99	55,00
III - Verificação de nível de tensão	4,95	8,24	9,90	55,00
IV - Religação normal	4,38	6,04	18,14	55,00
V - Religação de urgência	21,99	33,00	55,00	110,01
VI - Emissão de segunda via de fatura	1,64	1,64	1,64	3,29

ANEXO II-A

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO L	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	35,38	8,17
A3a (30 a 44 kV)	37,96	10,36
A4 (2,3 a 25 kV)	40,89	11,30
BT (Menor que 2,3 kV)	96,59	17,92

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO M	
	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	13,30	13,30
A3a (30 a 44 kV)	13,30	13,30
A4 (2,3 a 25 kV)	13,30	13,30
BT (Menor que 2,3 kV)	13,30	13,30

TUSD - CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	QUADRO N	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	32,06	7,39
A3a (30 a 44 kV)	37,06	10,59
A4 (2,3 a 25 kV)	39,92	11,51

TUSD - GERAÇÃO	QUADRO P
	TG
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)
A3 (69 kV)	6,43
A3a (30 a 44 kV)	6,43
A4 (2,3 a 25 kV)	6,43

TUSD - APE e PIE Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005.	QUADRO T	
	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	1,12	1,12
A3a (30 a 44 kV)	1,12	1,12
A4 (2,3 a 25 kV)	1,12	1,12
BT (Menor que 2,3 kV)	1,12	1,12

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006	QUADRO U			
	TUSD			
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)			
	PONTA		F. PONTA	
	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto
A3 (69 kV)	32,40	2,99	7,48	0,69
A3a (30 a 44 kV)	34,76	3,20	9,48	0,87
A4 (2,3 a 25 kV)	37,44	3,45	10,35	0,95
BT (Menor que 2,3 kV)	88,43	8,15	16,41	1,51

ANEXO II-B

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO L	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	34,90	8,06
A3a (30 a 44 kV)	37,44	10,21
A4 (2,3 a 25 kV)	40,33	11,14
BT (Menor que 2,3 kV)	95,26	17,67

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO M	
	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	13,12	13,12
A3a (30 a 44 kV)	13,12	13,12
A4 (2,3 a 25 kV)	13,12	13,12
BT (Menor que 2,3 kV)	13,12	13,12

TUSD - CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	QUADRO N	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	31,83	7,34
A3a (30 a 44 kV)	36,80	10,52
A4 (2,3 a 25 kV)	39,64	11,43

TUSD - GERAÇÃO	QUADRO P
	TG
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)
A3 (69 kV)	6,39
A3a (30 a 44 kV)	6,39
A4 (2,3 a 25 kV)	6,39

TUSD - APE e PIE Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005.	QUADRO T	
	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	1,11	1,11
A3a (30 a 44 kV)	1,11	1,11
A4 (2,3 a 25 kV)	1,11	1,11
BT (Menor que 2,3 kV)	1,11	1,11

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006	QUADRO U			
	TUSD			
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)			
	PONTA		F. PONTA	
	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto
A3 (69 kV)	31,95	2,95	7,38	0,68
A3a (30 a 44 kV)	34,28	3,16	9,35	0,86
A4 (2,3 a 25 kV)	36,93	3,40	10,20	0,94
BT (Menor que 2,3 kV)	87,22	8,04	16,18	1,49

ANEXO III

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE Valores para o período de agosto de 2008 a julho de 2009		
Concessionário	TFSEE Anual em R$ Ago/2008 a Jul/2009	TFSEE Mensal em R$ Ago/2008 a Jul/2009
CEPISA	R$ 1.550.335,56	R$ 129.194,63

ANEXO IV - A

VALOR ANUAL REFERENTE ÀS DEMAIS INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO

Vigente no período de 28 de agosto de 2008 a 27 de agosto de 2009

TRANSMISSORA	CONCESSIONÁRIA	VALOR ANUAL EM R$
CHESF	CEPISA	2.561.027.32

ANEXO IV - B

VALOR ANUAL REFERENTE ÀS DEMAIS INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO

Vigente a partir de 28 de agosto de 2009

TRANSMISSORA	CONCESSIONÁRIA	VALOR ANUAL EM R$
CHESF	CEPISA	2.474.494,31

ANEXO V

PREVISÃO DO CUSTO DO ENCARGO DE SERVIÇO DO SISTEMA - ESS PARA O ANO DE 2008

CONCESSIONÁRIA	ESS 2008 - R$
CEPISA	8.103.486,77

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 699, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

Homologação das tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores finais, das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, atualização da receita anual das instalações de conexão, fixação dos valores da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE e fixação do valor de Encargo de Serviço do Sistema - ESS, referentes à Companhia Energética de Alagoas - CEAL.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3° da Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9° da Lei n° 10.848, de 15 de março de 2004, na Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 007/2001, o que consta do Processo n° 48500.002792/2008-16, resolve:

Art. 1° Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2008 da CEAL, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2° As tarifas de fornecimento de energia elétrica da CEAL constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 539, de 21 de agosto de 2007, ficam reajustadas, em média, em 15,05% (quinze vírgula cinco por cento), sendo 11,63% (onze vírgula sessenta e três por cento) relativos ao reajuste tarifário anual e 3,42% (três vírgula quarenta e dois por cento) relativos aos componentes financeiros adicionais, que, após retirados da base os efeitos financeiros do período anterior, corresponderão a um efeito médio de 12,81% (doze vírgula oitenta e um por cento) a ser percebido pelos consumidores.

Art. 3° As tarifas constantes do Anexo I estarão em vigor no período de 28 de agosto de 2008 a 27 de agosto de 2009, contemplam o reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste tarifário anual.

Art. 4° As tarifas constantes do Anexo II, que contemplam somente o reajuste tarifário anual, ficam reajustadas em 11,63% (onze vírgula sessenta e três por cento), estarão em vigor a partir de 28 de agosto de 2009 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5º Fixar as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da CEAL, constantes dos Anexos II-A e II-B, conforme as especificações a seguir:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A estarão em vigor no período de 28 de agosto de 2008 a 27 de agosto de 2009, contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste tarifário anual; e

II - as tarifas constantes do Anexo II-B, que contemplam somente o respectivo reajuste tarifário anual, estarão em vigor a partir de 28 de agosto de 2009 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Parágrafo único. Para o cálculo das TUSD aplicáveis aos consumidores que assinaram CCEI - Contrato de Compra de Energia Incentivada, de acordo com a Resolução Normativa nº 247, de 21 de dezembro de 2006, aplicar-se-á o desconto divulgado mensalmente pela CCEE para cada consumidor sobre a parcela da TUSD sujeita a desconto, devendo o resultado ser somado à parcela da TUSD não sujeita a desconto, especificadas no quadro U desta Resolução.

Art. 6º Estabelecer a receita anual referente às instalações de conexão da concessionária Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, relativas às Demais Instalações de Transmissão - DIT dedicadas à CEAL, vigente no período de 28 de agosto de 2008 a 27 de agosto de 2009, conforme Anexo III desta Resolução.

Art. 7º Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da CEAL, referente ao período de agosto de 2008 a julho de 2009, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8º Fixar o valor provisório do Encargo de Serviço do Sistema, referente ao ano de 2008, conforme o Anexo V desta Resolução.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JERSON KELMAN

ANEXO I

CEAL

LEGENDA: TARIFA CONVENCIONAL	TUSD + TE < => (TARIFAS DE FORNECIMENTO) QUADRO A					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA	ENERGIA	DEMANDA	ENERGIA	DEMANDA	ENERGIA
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)
A4 (2,3 kV a 25 kV)	54,10	119,10	54,10	20,37	0,00	98,73
B1-RESIDENCIAL:		387,47		288,74		98,73
B1-RESIDENCIAL BAIXA RENDA:						
Consumo mensal até 30 kWh		134,00		99,65		34,35
Consumo mensal superior a 30 até 80 kWh		231,09		171,85		59,24
Consumo mensal superior a 80 até 100 kWh		232,48		173,24		59,24
Consumo mensal superior a 100 até 140 kWh		348,68		259,83		88,85
Consumo mensal superior ao limite regional de 140 kWh		387,47		288,74		98,73
B2-RURAL		240,03		178,87		61,16
B2-COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL		178,42		132,96		45,46
B2-SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO		220,72		164,48		56,24
B3-DEMAIS CLASSES		383,00		285,41		97,59
B4-ILUMINAÇÃO PÚBLICA:						
B4a - Rede de Distribuição		197,40		147,10		50,30
B4b - Bulbo da Lâmpada		216,53		161,36		55,17

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO B					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	33,73	8,34	33,73	8,34	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	56,24	17,48	56,24	17,48	0,00	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO C											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA
A3 (69 kV)	181,17	163,34	110,98	100,63	13,96	13,96	13,96	13,96	167,21	149,38	97,02	86,67
A4 (2,3 a 25 kV)	181,17	163,34	110,98	100,63	13,96	13,96	13,96	13,96	167,21	149,38	97,02	86,67

TARIFA DE ULTRAPASSAGEM - HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO D					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	101,19	25,02	101,19	25,02	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	168,72	52,44	168,72	52,44	0,00	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO E		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/kW)	(R$/kW)
A4 (2,3 a 25 kV)	17,48	17,48	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO F											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA
A4 (2,3 a 25 kV)	1068,75	1050,92	110,98	100,63	901,54	901,54	13,96	13,96	167,21	149,38	97,02	86,67

TARIFA DE ULTRAPASSAGEM -HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO G		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/kW)	(R$/kW)
A4 (2,3 a 25 kV)	52,44	52,44	0,00

DESCONTOS PERCENTUAIS	QUADRO J	
UNIDADE CONSUMIDORA	DEMANDA	ENERGIA
RURAL - GRUPO A	10	10
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO A	15	15
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO B	-	15

TENSÃO SECUNDÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO EM 220 (VOLT) :	QUADRO Q		
TARIFA EM R$/Ah			
RESIDENCIAL BAIXA RENDA	TUSD + TE	TUSD	TE
Consumo mensal até 136 Ah	0,029657	0,022100	0,007557
Consumo mensal de 137 a 341 Ah	0,035482	0,026441	0,009041

QUADRO S				
SERVIÇOS EXECUTADOS	GRUPO B (Reais)			GRUPO A (Reais)
	Monofásico	Bifásico	Trifásico	
I - Vistoria de unidade consumidora	3,84	5,49	10,99	33,00
II - Aferição de medidor	4,95	8,24	10,99	55,00
III - Verificação de nível de tensão	4,95	8,24	9,90	55,00
IV - Religação normal	4,38	6,04	18,14	55,00
V - Religação de urgência	21,99	33,00	55,00	110,01
VI - Emissão de segunda via de fatura	1,64	1,64	1,64	3,29

Parâmetros para cálculo do ERD (Resolução Normativa nº 250/2007)							
Nível de Tensão	BT	AS	A4	A3a	A3	A2	A1
TUSD fio B fora ponta (R$/kW)	17,12	-	13,46	-	6,09	-	-
WACC (%)	11,26%						
Parcela B (R$)	243.356.861,25						
Taxa de depreciação - D (%)	4,82%						
Operação e manutenção - O&M (R$)	146.266.520,90						

ANEXO II

CEAL

LEGENDA:	TUSD + TE < => (TARIFAS DE FORNECIMENTO)					
TARIFA CONVENCIONAL	QUADRO A					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA	ENERGIA	DEMANDA	ENERGIA	DEMANDA	ENERGIA
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)	(R$/kW)	(R$/MWh)
A4 (2,3 kV a 25 kV)	52,48	115,53	52,48	19,76	0,00	95,77
B1-RESIDENCIAL:		375,85		280,08		95,77
B1-RESIDENCIAL BAIXA RENDA:						
Consumo mensal até 30 kWh		129,96		96,64		33,32
Consumo mensal superior a 30 até 80 kWh		224,11		166,65		57,46
Consumo mensal superior a 80 até 100 kWh		225,50		168,04		57,46
Consumo mensal superior a 100 até 140 kWh		338,22		252,04		86,18
Consumo mensal superior ao limite regional de 140 kWh		375,85		280,08		95,77
B2-RURAL		232,84		173,51		59,33
B2-COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL		173,07		128,97		44,10
B2-SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO		214,11		159,55		54,56
B3-DEMAIS CLASSES		371,52		276,85		94,67
B4-ILUMINAÇÃO PÚBLICA:						
B4a - Rede de Distribuição		191,48		142,69		48,79
B4b - Bulbo da Lâmpada		210,04		156,52		53,52

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO B					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	32,71	8,09	32,71	8,09	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	54,55	16,95	54,55	16,95	0,00	0,00

TARIFA HORO-SA-ZONAL AZUL	QUADRO C											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	UMIDA	SECA	UMI-DA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMI-DA
A3 (69 kV)	175,73	158,44	107,65	97,61	13,54	13,54	13,54	13,54	162,19	144,90	94,11	84,07
A4 (2,3 a 25 kV)	175,73	158,44	107,65	97,61	13,54	13,54	13,54	13,54	162,19	144,90	94,11	84,07

TARIFA DE ULTRAPASSAGEM - HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO D					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	98,13	24,27	98,13	24,27	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	163,65	50,85	163,65	50,85	0,00	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO E		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/kW)	(R$/kW)
A4 (2,3 a 25 kV)	16,95	16,95	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VER-DE	QUADRO F											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA	SECA	UMIDA
A4 (2,3 a 25 kV)	1036,69	1019,40	107,65	97,61	874,50	874,50	13,54	13,54	162,19	144,90	94,11	84,07

TARIFA DE ULTRAPASSAGEM -HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO G		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	(R$/kW)	(R$/kW)	(R$/kW)
A4 (2,3 a 25 kV)	50,85	50,85	0,00

DESCONTOS PERCENTUAIS	QUADRO J	
UNIDADE CONSUMIDORA	DEMANDA	ENERGIA
RURAL - GRUPO A	10	10
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO A	15	15
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO B	-	15

TENSÃO SECUNDÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO EM 220 (VOLT) :	QUADRO Q		
TARIFA EM R$/Ah			
RESIDENCIAL BAIXA RENDA	TUSD + TE	TUSD	TE
Consumo mensal até 136 Ah	0,028768	0,021437	0,007330
Consumo mensal de 137 a 341 Ah	0,034418	0,025648	0,008770

QUADRO S				
SERVIÇOS EXECUTADOS	GRUPO B (Reais)			GRUPO A (Reais)
	Monofásico	Bifásico	Trifásico	
I - Vistoria de unidade consumidora	3,84	5,49	10,99	33,00
II - Aferição de medidor	4,95	8,24	10,99	55,00
III - Verificação de nível de tensão	4,95	8,24	9,90	55,00
IV - Religação normal	4,38	6,04	18,14	55,00
V - Religação de urgência	21,99	33,00	55,00	110,01
VI - Emissão de segunda via de fatura	1,64	1,64	1,64	3,29

ANEXO II-A

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO L	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	33,51	8,29
A4 (2,3 a 25 kV)	55,88	17,37
BT (Menor que 2,3 kV)	111,61	21,88

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO M	
	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	13,87	13,87
A4 (2,3 a 25 kV)	13,87	13,87
BT (Menor que 2,3 kV)	13,87	13,87

TUSD - CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	QUADRO N	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	29,65	7,32
A4 (2,3 a 25 kV)	49,42	15,35

TUSD - GERAÇÃO	QUADRO P
	TG
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)
A3 (69 kV)	7,56
A4 (2,3 a 25 kV)	7,56

TUSD - APE e PIE Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL nº 166/2005.	QUADRO T	
	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	1,25	1,25
A4 (2,3 a 25 kV)	1,25	1,25
BT (Menor que 2,3 kV)	1,25	1,25

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006	QUADRO U			
	TUSD			
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)			
	PONTA		F. PONTA	
	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto
A3 (69 kV)	30,49	3,02	7,54	0,75
A4 (2,3 a 25 kV)	50,85	5,03	15,80	1,56
BT (Menor que 2,3 kV)	101,56	10,05	19,91	1,97

ANEXO II-B

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO L	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	32,71	8,09
A4 (2,3 a 25 kV)	54,55	16,95
BT (Menor que 2,3 kV)	108,95	21,36

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO M	
	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	13,54	13,54
A4 (2,3 a 25 kV)	13,54	13,54
BT (Menor que 2,3 kV)	13,54	13,54

TUSD - CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	QUADRO N	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	29,65	7,33
A4 (2,3 a 25 kV)	49,43	15,36

TUSD - GERAÇÃO	QUADRO P
	TG
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)
A3 (69 kV)	7,36
A4 (2,3 a 25 kV)	7,36

TUSD - APE e PIE Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005.	QUADRO T	
	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A3 (69 kV)	1,22	1,22
A4 (2,3 a 25 kV)	1,22	1,22
BT (Menor que 2,3 kV)	1,22	1,22

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006	QUADRO U			
	TUSD			
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)			
	PONTA		F. PONTA	
	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto
A3 (69 kV)	29,77	2,95	7,36	0,73
A4 (2,3 a 25 kV)	49,64	4,91	15,43	1,53
BT (Menor que 2,3 kV)	99,14	9,81	19,43	1,92

ANEXO III
RECEITA ANUAL REFERENTE ÀS DEMAIS INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO

EMPRESAS TRANSMISSORAS	INSTALAÇÕES DEDICADAS À	VALOR EM R$
CHESF	CEAL	1.435.030,82

ANEXO IV
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE
VALORES NO PERÍODO DE AGOSTO DE 2008 A JULHO DE 2009

CONCESSIONÁRIA	TFSEE ANUAL VALOR EM R$	TFSEE MENSAL VALOR EM R$
CEAL	1.647.767,00	137.313,92

ANEXO V
ENCARGOS DE SERVIÇO DO SISTEMA - ESS
PREVISÃO 2008

CONCESSIONÁRIA	VALOR EM R$
CEAL	3.056.380,43

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 26 de agosto de 2008

Nº 3.167 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003285/2007-19, resolve não conhecer do recurso administrativo interposto pela Companhia Energética do Maranhão - CEMAR por tratar-se de impugnação contra ato normativo, de caráter geral e abstrato, editado pela ANEEL, além de a matéria aventada já ter sido discutida e decidida na 8ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria.

JERSON KELMAN

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de agosto de 2008

Nº 3.179 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Autorizativa ANEEL n. 251, de 27 de junho de 2005, e considerando o que consta do Processo n. 48500.001970/2008-83, relativo à UTE Antares, resolve: I - Considerando correspondência s/n. protocolada na ANEEL, em 15 de agosto de 2008, pela Construtora Incorporadora Antares Ltda., alterar o Despacho n. 1.345, de 2 de abril de 2008, de forma a registrar que a capacidade instalada da UTE Antares será de 193.005 kW

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de agosto de 2008

Nº 3.173 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000478/2008-91, resolve: I - Liberar a unidade geradora (UG2), de 40.000 kW, da UTE Gasa, localizada no Município de Andradina, Estado de São Paulo, de propriedade da empresa Barra Bioenergia S.A., autorizada por meio da Resolução Autorizativa nº. 1.161, de 08 de janeiro de 2008, para início da operação comercial a partir do dia 28 de agosto de 2008, quando a energia produzida pela unidade geradora deverá estar disponível ao sistema.

RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de agosto de 2008

Nº 3.176 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, de acordo com as atribuições regulamentares, diante do disposto no §3º do art. 1º da Resolução Autorizativa nº 1.362, de 13/05/2008, considerando a correspondência ETEO 027/08, de 18/07/2008, protocolada sob o nº 48512.026260/2008-00, e o constante do Processo nº 48500.006471/2007-00, resolve: I - considerar atendida, pela Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A. - ETEO, a exigência de envio dos documentos comprobatórios de implementação da transferência de controle autorizada pelo art. 1º da REA nº 1.362/2008; e II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 3.177 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Resolução nº 151, de 19 de maio de 2000, considerando o disposto no art. 1º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2004, nos arts. 28, 28-A e 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e o que consta do Documento nº 48512.030003/2008-00, resolve: I - anuir com a dação de recebíveis em garantia, pela Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, até o limite de 0,91% da receita líquida, no período de 144 meses, para captação de recursos junto a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, no valor de R$ 45.146.310,00, para realização de obras do Programa Luz para Todos, 4º Tranche, na respectiva área da concessão; II - ressaltar que a possibilidade de a concessionária oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão está limitada a montante que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços; III - registrar que esta manifestação não dará aos agentes credores direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência de descumprimento, pela concessionária, dos seus compromissos financeiros; e IV - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 3.178 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Resolução nº 151, de 19 de maio de 2000, considerando o disposto no art. 1º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2004, nos arts. 28, 28-A e 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e o que consta do Documento nº 48512.0029572/2008-00, resolve: I - anuir com a dação de recebíveis em garantia, pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, até o limite de 0,2% da receita líquida, no período de 144 meses, para captação de recursos junto a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, conforme Contrato de Financiamento e Subvenção referência ECF nº 239/2008, no valor de R$ 394.588.490,00, para realização de obras do Programa Luz para Todos, 5º Tranche, na respectiva área da concessão; II - ressaltar que a possibilidade de a concessionária oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão está limitada a montante que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços; III - registrar que esta manifestação não dará aos agentes credores direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência de descumprimento, pela concessionária, dos seus compromissos financeiros; e IV - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO GANIM

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de agosto de 2008

Nº 3.174 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 963, de 24 de junho de 2008, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004731/2003-45, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Taquaruçu, com potência estimada de 11 MW, às coordenadas 27°34'29" de Latitude Sul e 53°07'21" de Longitude Oeste, situada no rio da Várzea, sub-bacia 74, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul, concedido à Centrais Elétricas de Carazinho S/A - Eletrocar, devido o disposto ao parágrafo 2º do artigo 8º da Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998.

Nº 3.175 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 963, de 24 de junho de 2008, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004759/2003-64, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Salto Barroso, com potência estimada de 11 MW, às coordenadas 27°59'05" de Latitude Sul e 53°02'50" de Longitude Oeste, situada no rio da Várzea, sub-bacia 74, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul, concedido à Centrais Elétricas de Carazinho S/A - Eletrocar, devido o disposto ao parágrafo 2º do artigo 8º da Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998.

JAMIL ABID

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 2.000, de 23 de maio de 2008, publicado no DOU de 26/5/2008, seção 1, p. 30, v. 145, n. 98, onde se lê: "... Programa 2006/2007 ..." leia-se "... Programa 2004/2005 ..."

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 27 agosto de 2008

Nº 903 - O Superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto nas Portarias ANP nº 29, de 9 de fevereiro de 1999, e nº 72, de 26 de abril de 2000, torna público a homologação dos volumes constantes dos quadros abaixo, referentes aos pedidos de combustíveis líquidos derivados de petróleo, do mês de fevereiro de 2008:

Produtor: PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S/A

1) ART PETRO - ART PETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3129

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	0	1.153	0	658	0
TOTAL	0	1.153	0	658	0

2) ASPEN - ASPEN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0436

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	94	0	1.000	0
TOTAL	0	94	0	1.000	0

3) ASTER - ASTER PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0550

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
GUARULHOS	5.102	0	0	8.528	0
PAULINIA	0	3.836	0	204	0
TOTAL	5.102	3.836	0	8.732	0

4) ATLANTA - ATLANTA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3143

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	77	0	72	0
TOTAL	0	77	0	72	0

5) ATLÂNTICA - ATLÂNTICA PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3220

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ITABUNA	0	491	0	257	0
TOTAL	0	491	0	257	0

6) BRASIL OIL - BRASIL OIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO S/A. - Registro ANP Nº 3258

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SENADOR CANEDO	0	500	0	500	0
ARAUCARIA	0	11	0	30	0
ITAJAI	0	40	0	61	0
PAULINIA	0	134	0	102	0
TOTAL	0	685	0	693	0

7) BRASOIL - BRASOIL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0444

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	0	922	0	413	0
TOTAL	0	922	0	413	0

8) CDC - CDC COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3005

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SENADOR CANEDO	0	1.300	0	736	0
UBERLANDIA	0	347	0	40	0
TOTAL	0	1.647	0	776	0

9) CONTATTO - CONTATTO PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0503

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	0	0	169	0
TOTAL	0	0	0	169	0

10) COSAN - COSAN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 0547

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	180	0	0	0
TOTAL	0	180	0	0	0

11) DINAMO - DINAMO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A - Registro ANP Nº 0542

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
DUQUE DE CAXIAS	1.338	1.238	0	0	0
TOTAL	1.338	1.238	0	0	0

12) DIP - DIP PETRÓLEO DISTRIBUIDOR DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3281

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	0	1.800	0	596	0
TOTAL	0	1.800	0	596	0

13) DIRECIONAL - DIRECIONAL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3211

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
DUQUE DE CAXIAS	0	0	0	35	0
TOTAL	0	0	0	35	0

14) ENERGY - ENERGY DISTRIBUIDORA E TRANSPORTADORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3021

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
GUARULHOS	0	0	0	44	0
TOTAL	0	0	0	44	0

15) EURO PETRÓLEO - EURO PETRÓLEO DO BRASIL LTDA. - Registro ANP Nº 3181

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	0	0	150	0
TOTAL	0	0	0	150	0

16) EXXEL - EXXEL BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0315

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	0	0	20	0
TOTAL	0	0	0	20	0

17) FAST - FAST PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3234

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
GUARULHOS	0	0	0	300	0
TOTAL	0	0	0	300	0

18) FLORIDA - FLORIDA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0161

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
GUARULHOS	530	0	0	314	0
PAULINIA	0	300	0	250	0
TOTAL	530	300	0	564	0

19) GPETRO - GPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0502

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	236	0	2.478	0
TOTAL	0	236	0	2.478	0

20) ISABELLA - COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO ISABELLA LTDA. - Registro ANP Nº 3004

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	0	579	0	95	0
TOTAL	0	579	0	95	0

21) JATOBA - JATOBÁ DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0456

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ITAJAI	0	922	0	1.741	0
TOTAL	0	922	0	1.741	0

22) MIME - MIME DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3124

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
GUARAMIRIM	0	4.000	0	930	0
TOTAL	0	4.000	0	930	0

23) MINAS DISTRIBUIDORA - MINAS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0453

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
UBERLANDIA	0	238	0	22	0
TOTAL	0	238	0	22	0

24) MISTER OIL - MISTER OIL DISTRIBUIDORA LTDA. - Registro ANP Nº 0404

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
GUARULHOS	272	0	0	196	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	100	0	0	150	0
TOTAL	372	0	0	346	0

25) MONTE CABRAL - MONTE CABRAL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3172

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	411	0	1.000	0
TOTAL	0	411	0	1.000	0

26) MONTE CARMELO - DISTRIBUIDORA MONTE CARMELO DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0522

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
UBERLANDIA	0	656	0	226	0
TOTAL	0	656	0	226	0

27) NOROESTE - NOROESTE DISTIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 0528

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	1.200	0	192	0
TOTAL	0	1.200	0	192	0

28) PELIKANO - PELIKANO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0362

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	400	400	0	944	0
TOTAL	400	400	0	944	0

29) PETROEXPRESS - PETROEXPRESS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3114

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	1.400	0	596	0
TOTAL	0	1.400	0	596	0

30) PETROGOIAS - PETROGOIÁS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3197

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SENADOR CANEDO	0	260	0	550	0
TOTAL	0	260	0	550	0

31) PETROLIDER - PETROLIDER DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3162

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SENADOR CANEDO	0	0	0	440	0
TOTAL	0	0	0	440	0

32) PETROLUZ - PETROLUZ DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3122

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	292	0	500	0
TOTAL	0	292	0	500	0

33) PETROMAIS - PETROMAIS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3195

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SENADOR CANEDO	0	240	0	41	0
PAULINIA	0	673	0	828	0
TOTAL	0	913	0	869	0

34) PETROMOTOR - PETROMOTOR DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3019

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	0	190	0	250	0
GUARAMIRIM	0	215	0	400	0
ITAJAI	0	30	0	49	0
TOTAL	0	435	0	699	0

35) PETRONOSSA - PETRONOSSA PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0557

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	150	0	1.202	0
TOTAL	0	150	0	1.202	0

36) PETROPAR DISTRIBUIDORA - PETROPAR PETRÓLEO E PARTICIPAÇÕES LTDA - Registro ANP Nº 0345

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	293	750	0	1.000	0
BIGUACU	0	0	0	300	0
ITAJAI	0	40	0	300	0
TOTAL	293	790	0	1.600	0

37) PETROSUL - PETROSUL DISTRIBUIDORA TRANSPORTADORA E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0197

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SENADOR CANEDO	0	3.757	0	1.958	0
UBERABA	0	1.105	0	498	0
ARAUCARIA	413	3.411	0	2.066	0
GUARULHOS	5.950	0	0	16.113	0
PAULINIA	0	9.973	0	0	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	821	0	0	1.049	0
TOTAL	7.184	18.246	0	21.684	0

38) POLIPETRO - POLIPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0348

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	0	0	17	0	0
BIGUACU	0	1.092	0	1.951	0
ITAJAI	0	0	2.399	0	0
TOTAL	0	1.092	2.416	1.951	0

39) REDE SOL - REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA LTDA. - Registro ANP Nº 3171

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
GUARULHOS	220	0	0	1.248	0
PAULINIA	0	152	0	323	0
TOTAL	220	152	0	1.571	0

40) RODOIL - RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 3280

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	0	0	15	0	0
TOTAL	0	0	15	0	0

41) RODOPETRO - RODOPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3156

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
DUQUE DE CAXIAS	1.780	1.800	0	0	0
GUARULHOS	1.166	0	0	1.050	0
TOTAL	2.946	1.800	0	1.050	0

42) SAFRA - SAFRA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0401

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
JEQUIE	0	954	0	224	0
TOTAL	0	954	0	224	0

43) SAURO - SAURO BRASILEIRA DE PETRÓLEO S.A. - Registro ANP Nº 0383

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SENADOR CANEDO	0	118	0	66	0
PAULINIA	0	250	0	105	0
TOTAL	0	368	0	171	0

44) SIMEIRA - SIMEIRA PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3252

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
BARUERI	100	0	0	400	0
PAULINIA	0	0	0	18	0
TOTAL	100	0	0	418	0

45) SL - SL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3015

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	0	0	19	0
TOTAL	0	0	0	19	0

46) SR - SR DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3170

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SENADOR CANEDO	0	508	0	216	0
TOTAL	0	508	0	216	0

47) SUL AMERICA - SUL AMÉRICA DISTRIBUIDORA PETROLEIRA LTDA. - Registro ANP Nº 3138

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	1.800	0	779	0
TOTAL	0	1.800	0	779	0

48) SULPETRO - DISTRIBUIDORA SUL DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3026

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
BIGUACU	0	100	0	68	0
TOTAL	0	100	0	68	0

49) TOBRAS - TOBRAS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3228

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
DUQUE DE CAXIAS	0	0	700	0	0
TOTAL	0	0	700	0	0

50) TOWER - TOWER BRASIL PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0014

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	47	0	31	0
SAO CAETANO DO SUL	150	0	0	510	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	11	0	0	35	0
TOTAL	161	47	0	576	0

51) TRANSO - TRANSO COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0389

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	29	0	133	0
TOTAL	0	29	0	133	0

52) TRIANGULO - TRIANGULO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0472

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
GUARULHOS	1.193	0	0	1.308	0
PAULINIA	0	4.227	0	1.144	0
TOTAL	1.193	4.227	0	2.452	0

53) TUX - TUX DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3178

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	130	0	174	0
TOTAL	0	130	0	174	0

54) UF - UF DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 3127

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
UBERABA	0	350	0	0	0
ARAUCARIA	100	0	0	0	0
CUBATAO	150	0	0	0	0
TOTAL	250	350	0	0	0

55) VALESUL - VALESUL PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 1684

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
GUARULHOS	210	0	0	420	0
TOTAL	210	0	0	420	0

56) VEGA - VEGA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 3131

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	100	350	0	350	0
GUARULHOS	500	0	0	600	0
PAULINIA	0	250	0	400	0
TOTAL	600	600	0	1.350	0

57) VETOR - VETOR COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 4524

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	283	1.243	0	784	0
TOTAL	283	1.243	0	784	0

58) VISUAL - VISUAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0540

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	0	0	0	434	0
TOTAL	0	0	0	434	0

59) WALENDOWSKY - WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0479

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	0	0	0	23	0
ITAJAI	0	0	90	0	0
TOTAL	0	0	90	23	0

TOTAL PETROBRAS	21.564	60.628	3.221	67.277	0

Produtor: COPESUL - COMPANHIA PETROQUÍMICA DO SUL - COPESUL

1) CHARRUA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO CHARRUA LTDA - Registro ANP Nº 0420

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
TRIUNFO	0	0	0	950	0
TOTAL	0	0	0	950	0

2) CHEVRON - CHEVRON BRASIL LTDA. - Registro ANP Nº TA03

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
TRIUNFO	0	0	0	924	0
TOTAL	0	0	0	924	0

3) CIAX - CIAX COMÉRCIO DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3018

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
TRIUNFO	0	0	0	95	0
TOTAL	0	0	0	95	0

4) ESSO - ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº TA02

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
TRIUNFO	0	0	0	1.040	0
TOTAL	0	0	0	1.040	0

5) FIC - FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0425

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
TRIUNFO	0	0	0	536	0
TOTAL	0	0	0	536	0

6) LATINA - LATINA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0467

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
TRIUNFO	0	0	0	3.666	0
TOTAL	0	0	0	3.666	0

7) POLIPETRO - POLIPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0348

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
TRIUNFO	0	0	0	1.715	0
TOTAL	0	0	0	1.715	0

8) SHELL - SHELL BRASIL LTDA - Registro ANP Nº TA06

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
TRIUNFO	0	0	0	765	0
TOTAL	0	0	0	765	0

9) WALENDOWSKY - WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0479

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
TRIUNFO	0	0	0	300	0
TOTAL	0	0	0	300	0

TOTAL COPESUL	0	0	0	9.991	0

Produtor: BRASKEM - BRASKEM S/A

1) ALE - ALESAT COMBUSTÍVEIS S. A. - Registro ANP Nº 0352

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
CANDEIAS	0	0	0	104	0
TOTAL	0	0	0	104	0

2) BR - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A - Registro ANP Nº TA01

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
CANDEIAS	0	0	0	1.300	0
TOTAL	0	0	0	1.300	0

3) FEDERAL - FEDERAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3012

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
CANDEIAS	0	0	0	1.652	0
TOTAL	0	0	0	1.652	0

4) PETROSERRA - PETROSERRA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0470

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
CANDEIAS	0	0	0	125	0
TOTAL	0	0	0	125	0

5) PETROX DISTRIBUIDORA - PETROX DISTRIBUIDORA LTDA. - Registro ANP Nº 3182

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
CANDEIAS	0	0	0	205	0
TOTAL	0	0	0	205	0

6) SAFRA - SAFRA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0401

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
CANDEIAS	0	0	0	6	0
TOTAL	0	0	0	6	0

TOTAL BRASKEM	0	0	0	3.392	0

Produtor: REFAP - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A

1) RODOIL - RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 3280

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
CANOAS	30	126	0	490	0
TOTAL	30	126	0	490	0

2) SUL COMBUSTÍVEIS - SUL COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3283

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
CANOAS	0	800	0	400	0
TOTAL	0	800	0	400	0

TOTAL REFAP	30	926	0	890	0

Produtor: RPISA - REFINARIA DE PETRÓLEO IPIRANGA S.A.

1) BR - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A - Registro ANP Nº TA01

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
RIO GRANDE	0	2.656	0	959	0
TOTAL	0	2.656	0	959	0

2) CHARRUA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO CHARRUA LTDA - Registro ANP Nº 0420

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
RIO GRANDE	0	700	0	231	0
TOTAL	0	700	0	231	0

3) CHEVRON - CHEVRON BRASIL LTDA. - Registro ANP Nº TA03

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
RIO GRANDE	0	1.221	0	717	0
TOTAL	0	1.221	0	717	0

4) ESSO - ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº TA02

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
RIO GRANDE	0	500	0	763	0
TOTAL	0	500	0	763	0

TOTAL RPISA	0	5.077	0	2.670	0

Produtor: PQU - PETROQUÍMICA UNIÃO S.A

1) BR - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A - Registro ANP Nº TA01

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SANTO ANDRE	0	0	0	3.381	0
TOTAL	0	0	0	3.381	0

2) CBPI - COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA - Registro ANP Nº TA05

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SANTO ANDRE	0	0	0	4.533	0
TOTAL	0	0	0	4.533	0

3) CHEVRON - CHEVRON BRASIL LTDA. - Registro ANP Nº TA03

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SANTO ANDRE	0	0	0	2.500	0
TOTAL	0	0	0	2.500	0

4) ESSO - ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº TA02

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SANTO ANDRE	0	0	0	4.273	0
TOTAL	0	0	0	4.273	0

5) SHELL - SHELL BRASIL LTDA - Registro ANP Nº TA06

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SANTO ANDRE	0	0	0	4.382	0
TOTAL	0	0	0	4.382	0

TOTAL PQU	0	0	0	19.069	0

TOTAL BRASIL	21.594	66.631	3.221	103.289	0

Obs.:

(a) a unidade dos volumes é m³;

(b) nomenclaturas:

OD INT	Óleo Diesel Interior
OD MET	Óleo Diesel Metropolitano
OD MAR	Óleo Diesel Marítimo
GAS A	Gasolina "A"
GAS P	Gasolina "A" Premium

Nº 904 - O Superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto nas Portarias ANP n.º 29, de 9 de fevereiro de 1999, e n.º 72, de 26 de abril de 2000, torna público as homologações dos volumes, por produto, discriminadas a seguir, referentes aos pedidos, por produtor, de adicionais e/ou cortes de combustíveis líquidos derivados de petróleo do mês de fevereiro de 2008:

PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S/A

Tipo	Empresa	Município	Produto	Qtd Aceita
C	ART PETRO	ARAUCARIA	OD INT	180
C	ASPEN	PAULINIA	GASO A	280
A	ASTER	GUARULHOS	GASO A	1.000
A	ASTER	GUARULHOS	OD MET	1.000
A	BRASOIL	ARAUCARIA	OD INT	200
C	CONTATTO	PAULINIA	GASO A	169
C	JATOBA	ITAJAI	OD INT	150
C	MONTE CABRAL	PAULINIA	GASO A	475
C	MONTE CABRAL	PAULINIA	OD INT	300
C	NOROESTE	PAULINIA	OD INT	358
C	PETROEXPRESS	PAULINIA	GASO A	109
C	PETROEXPRESS	PAULINIA	OD INT	200
C	PETROGOIAS	SENADOR CANEDO	OD INT	190
C	PETROGOIAS	SENADOR CANEDO	GASO A	550
C	PETROSUL	GUARULHOS	GASO A	1.800
C	PETROSUL	GUARULHOS	OD MET	500
C	PETROSUL	PAULINIA	OD INT	1.700
C	PETROSUL	SENADOR CANEDO	OD INT	400
C	POLIPETRO	ARAUCARIA	OD INT	170
C	POLIPETRO	ARAUCARIA	OD MET	230
C	POLIPETRO	ITAJAI	OD INT	200
C	POLIPETRO	ITAJAI	OD MAR	1.600
A	SAURO	PAULINIA	GASO A	32
C	SAURO	PAULINIA	OD INT	200
A	SAURO	SENADOR CANEDO	GASO A	20
C	SAURO	SENADOR CANEDO	OD INT	40
C	SUL AMERICA	PAULINIA	OD INT	800
C	SULPETRO	BIGUACU	OD INT	50
A	TRIANGULO	GUARULHOS	GASO A	392
C	TRIANGULO	PAULINIA	OD INT	200
C	UF	ARAUCARIA	OD MET	100
C	UF	UBERABA	OD INT	150

BRASKEM - BRASKEM S/A

Tipo	Empresa	Município	Produto	Qtd Aceita
A	FEDERAL	CANDEIAS	GASO A	496

REFAP - REFINARIA ALBERTO PASQUALINI S.A

Tipo	Empresa	Município	Produto	Qtd Aceita
A	RODOIL	CANOAS	OD INT	38
A	RODOIL	CANOAS	GASO A	147

RPISA - REFINARIA DE PETRÓLEO IPIRANGA S.A.

Tipo	Empresa	Município	Produto	Qtd Aceita
C	BR	RIO GRANDE	OD INT	1.000
C	BR	RIO GRANDE	GASO A	210
C	CHARRUA	RIO GRANDE	OD INT	150
A	CHARRUA	RIO GRANDE	GASO A	68

Obs.:

(a) a unidade dos volumes é m³.

(b) os adicionais ou cortes referem-se às distribuidoras que não possuem contrato com fornecedores.

(c) Nomenclaturas:

A	Adicional
C	Cortes
OD INT	Óleo Diesel Interior
OD MET	Óleo Diesel Metropolitano
OD MAR	Óleo Diesel Marítimo
GAS A	Gasolina "A"
GAS P	Gasolina "A" Premium

Nº 905 - O Superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto nas Portarias ANP nº 29, de 9 de fevereiro de 1999, e nº 72, de 26 de abril de 2000, torna público a homologação dos volumes constantes dos quadros abaixo, referentes às entregas de combustíveis líquidos derivados de petróleo do mês de fevereiro de 2008:

Produtor: PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S/A

1) ACOL - ACOL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3255

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
UBERABA	0	2.985	0	0	831	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	1.650	0	0	772	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	4.635	0	0	1.603	0	0	0	0	0	0	0

2) AIR BP - AIR BP BRASIL S.A. - Registro ANP Nº 3141

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CUBATAO	690	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	690	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

3) ALE - ALESAT COMBUSTÍVEIS S. A. - Registro ANP Nº 0352

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	1.700	680	0	2.315	0	0	0	0	0	0	0
BARUERI	0	0	0	0	0	30	0	0	0	0	0	0
BELEM	0	1.395	40	0	1.305	0	0	0	0	0	0	0
BETIM	0	15.386	4.419	0	17.601	0	0	0	0	0	0	0
BIGUACU	0	10	0	0	64	0	0	0	0	0	0	0
CABEDELO	0	96	0	0	937	0	0	0	0	0	0	0
CUBATAO	0	0	953	0	773	0	0	0	0	0	0	0
DUQUE DE CAXIAS	0	3.149	4.443	106	6.218	0	0	0	0	0	0	0
FORTALEZA	0	3.331	944	0	5.104	0	0	0	0	0	0	0
GOIANIA	0	7.490	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GUAMARE	0	4.739	0	0	3.399	0	0	0	0	0	0	0
GUARULHOS	0	0	710	0	943	0	0	0	0	0	0	0
IPOJUCA	0	2.063	50	0	2.065	0	0	0	0	0	0	0
ITABUNA	0	1.578	0	0	1.093	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	93	0	0	575	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	3.352	0	0	1.666	0	0	0	0	0	0	0
MACEIO	0	809	0	0	662	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	5.056	0	0	1.431	0	0	0	0	0	0	0
SAO CAETANO DO SUL	0	0	5.686	0	9.002	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	3.134	1.027	0	2.468	0	0	0	0	0	0	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	1.775	0	3.185	0	0	0	0	0	0	0
SAO LUIS	0	9.005	0	0	5.679	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	0	0	0	4.313	0	0	0	0	0	0	0
UBERABA	0	1.204	0	0	1.179	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	2.687	0	0	1.785	0	0	0	0	0	0	0
VITORIA	0	1.557	0	0	2.621	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	67.834	20.727	106	76.383	30	0	0	0	0	0	0

4) AMERICA LATINA - AMERICA LATINA - PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3229

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	4.680	0	0	1.208	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	4.680	0	0	1.208	0	0	0	0	0	0	0

5) AMERICANOIL - AMERICANOIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0544

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	1.570	0	0	1.040	0	0	0	0	0	0	0
BIGUACU	0	354	0	0	263	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.924	0	0	1.303	0	0	0	0	0	0	0

6) ART PETRO - ART PETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3129

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	966	0	0	470	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	966	0	0	470	0	0	0	0	0	0	0

7) ASPEN - ASPEN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0436

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	94	0	0	714	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	94	0	0	714	0	0	0	0	0	0	0

8) ASTER - ASTER PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0550

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARULHOS	0	0	6.094	0	8.668	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	3.814	0	0	400	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	3.814	6.094	0	9.068	0	0	0	0	0	0	0

9) ATEM' S - ATEM´S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3148

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
MANAUS	0	3.887	0	0	4.271	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	3.887	0	0	4.271	0	0	0	0	0	0	0

10) ATLANTA - ATLANTA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3143

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	77	0	0	72	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	77	0	0	72	0	0	0	0	0	0	0

11) ATLÂNTICA - ATLÂNTICA PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3220

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITABUNA	0	367	0	0	158	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	367	0	0	158	0	0	0	0	0	0	0

12) BR - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A - Registro ANP Nº TA01

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	65.700	14.500	44	28.277	0	3.412	0	0	0	7.600	70
BARCARENA	0	0	0	0	0	0	15.853	25.431	0	0	0	0
BARUERI	0	0	37.979	0	18.978	131	0	0	0	0	0	0
BELEM	623	26.655	6.500	6.715	7.200	0	0	0	0	0	6.284	0
BETIM	0	63.968	27.640	0	33.482	0	36.975	0	0	0	23.217	240
BIGUACU	0	2.945	0	0	3.552	0	0	0	0	0	0	0
BRASILIA	0	16.603	0	0	19.940	0	0	0	0	0	0	0
CABEDELO	0	7.485	0	0	3.688	0	0	0	0	0	0	0
CANDEIAS	0	35.816	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CUBATAO	3.280	0	24.720	1.182	6.783	0	0	0	0	0	0	0
DUQUE DE CAXIAS	0	18.196	18.654	937	32.941	0	1.267	7.000	0	0	39.200	24
FORTALEZA	0	18.665	11.977	0	12.800	0	336	0	0	0	8.729	30
GOIANIA	0	55.500	0	0	7.203	0	0	0	0	0	0	0
GUAMARE	0	12.981	0	295	6.700	0	0	0	0	0	6.886	0
GUARAMIRIM	0	8.790	0	0	5.142	0	0	0	0	0	0	0
GUARULHOS	0	0	23.200	0	14.501	0	0	0	0	0	90.923	0
IPOJUCA	370	9.932	11.869	0	12.663	0	0	0	0	0	10.484	10
ITABUNA	0	6.207	0	0	1.937	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	6.323	0	938	3.989	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	13.942	0	0	1.504	0	0	0	0	0	0	0
MACEIO	0	12.716	0	0	4.154	0	0	0	0	0	0	0
MANAUS	0	66.359	0	0	13.467	0	57.469	0	0	0	11.483	70
PAULINIA	0	131.800	17.974	0	32.100	0	7.588	0	35.310	0	13.307	120
RECIFE	0	0	0	400	0	0	0	0	0	0	0	0
RIBEIRAO PRETO	0	22.985	0	0	6.199	0	0	0	0	0	0	0
SAO CAETANO DO SUL	0	0	25.973	0	17.367	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	84.619	20.705	2.635	21.000	0	9.597	0	0	0	12.163	29
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	11.830	0	5.623	0	20.977	0	0	0	0	0
SAO LUIS	0	88.295	0	0	12.295	0	18.633	0	0	0	4.937	150
UBERABA	0	5.759	0	0	886	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	20.194	0	0	3.863	0	0	0	0	0	0	0
VITORIA	0	29.874	9.289	2.293	8.913	0	0	0	0	0	0	0
VOLTA REDONDA	0	15.383	0	0	3.500	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	4.273	847.692	262.810	15.439	350.647	131	172.107	32.431	35.310	0	235.213	743

13) BRASIL OIL - BRASIL OIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO S/A. - Registro ANP Nº 3258

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITAJAI	0	44	0	0	64	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	134	0	0	102	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	498	0	0	502	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	676	0	0	668	0	0	0	0	0	0	0

14) BRASOIL - BRASOIL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0444

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	1.122	0	0	446	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.122	0	0	446	0	0	0	0	0	0	0

15) CBPI - COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA - Registro ANP Nº TA05

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	70.871	16.740	161	29.990	0	692	0	0	0	0	0
BARUERI	0	0	12.961	0	10.817	720	0	0	0	0	0	0
BELEM	0	3.861	3.986	1.309	1.560	0	0	0	0	0	0	0
BETIM	0	46.816	24.821	0	16.890	0	1.157	0	0	0	0	60
BIGUACU	0	2.963	0	0	3.635	0	0	0	0	0	0	0
BRASILIA	0	9.310	0	0	8.260	0	0	0	0	0	0	0
CABEDELO	0	3.325	0	0	3.258	0	0	0	0	0	0	0
CUBATAO	0	0	5.458	165	2.079	0	0	0	0	0	0	0
DUQUE DE CAXIAS	0	28.870	36.614	6.400	17.268	38	472	0	0	0	0	30
FORTALEZA	0	1.233	2.769	0	1.588	0	0	0	0	0	0	0
GOIANIA	0	26.340	0	0	6.760	0	0	0	0	0	0	0
GUAMARE	0	5.320	0	0	350	0	0	0	0	0	0	0
GUARAMIRIM	0	4.149	0	0	2.661	0	0	0	0	0	0	0
GUARULHOS	0	0	5.789	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPOJUCA	0	5.224	6.697	0	3.807	0	0	0	0	0	0	109
ITABUNA	0	3.090	0	0	639	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	5.279	0	490	3.840	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	5.945	0	0	708	0	0	0	0	0	0	0

MACEIO	0	9.507	0	0	1.634	0	0	0	0	0	0	0
MANAUS	0	10.830	0	0	2.350	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	126.400	11.740	0	20.600	0	4.650	0	1.646	0	0	60
RIBEIRAO PRETO	0	15.760	0	0	4.070	0	0	0	0	0	0	0
SAO CAETANO DO SUL	0	0	21.175	0	11.942	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	11.719	6.597	0	1.919	0	404	0	0	0	0	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	8.834	0	2.266	0	3.838	0	0	0	0	0
SAO LUIS	0	17.334	0	0	2.310	0	0	0	0	0	0	0
UBERABA	0	1.988	0	0	643	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	12.155	0	0	1.878	0	0	0	0	0	0	0
VITORIA	0	5.656	5.137	0	2.838	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	433.945	169.318	8.525	166.560	758	11.213	0	1.646	0	0	259

16) CDC - CDC COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3005

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SENADOR CANEDO	0	1.294	0	0	735	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	288	0	0	37	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.582	0	0	772	0	0	0	0	0	0	0

17) CHEVRON - CHEVRON BRASIL LTDA. - Registro ANP Nº TA03

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	28.000	10.500	0	13.000	0	501	0	0	0	0	220
BARCARENA	0	0	0	0	0	0	18.805	0	0	0	0	0
BARUERI	0	0	5.225	0	8.041	240	0	0	0	0	0	0
BELEM	0	10.338	2.046	0	5.470	0	0	0	0	0	0	0
BETIM	0	11.198	5.797	0	9.395	0	100	0	0	0	0	20
BIGUACU	0	2.188	0	0	3.304	0	0	0	0	0	0	0
BRASILIA	0	8.100	0	0	8.500	0	0	0	0	0	0	0
CABEDELO	0	3.493	0	0	2.851	0	0	0	0	0	0	0
CUBATAO	0	0	3.103	100	2.004	0	0	0	0	0	0	0
DUQUE DE CAXIAS	0	7.788	7.700	50	6.522	22	82	0	0	0	0	10
FORTALEZA	0	1.146	3.227	0	4.584	0	0	0	0	0	0	10
GOIANIA	0	11.000	0	0	3.600	0	0	0	0	0	0	0
IPOJUCA	0	3.800	2.068	0	3.876	0	0	0	0	0	0	10
ITABUNA	0	2.018	0	0	459	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	5.000	0	150	5.550	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	750	0	0	250	0	0	0	0	0	0	0
MACEIO	0	3.398	0	0	1.625	0	0	0	0	0	0	0
MANAUS	0	8.721	0	0	1.699	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	28.300	4.446	0	9.982	0	2.349	0	947	0	0	100
RIBEIRAO PRETO	0	11.800	0	0	3.600	0	0	0	0	0	0	0
SAO CAETANO DO SUL	0	0	11.795	0	10.465	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	3.920	1.600	0	2.100	0	165	0	0	0	0	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	4.072	0	1.469	0	460	0	0	0	0	0
SAO LUIS	0	19.854	0	0	4.870	0	0	0	0	0	0	200
UBERLANDIA	0	12.896	0	0	2.098	0	0	0	0	0	0	0
VITORIA	0	2.785	3.303	0	1.735	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	186.493	64.882	300	117.049	262	22.462	0	947	0	0	570

18) CIAPETRO - CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0452

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	13.042	670	0	3.730	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	8.601	0	0	2.079	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	21.643	670	0	5.809	0	0	0	0	0	0	0

19) CIAX - CIAX COMÉRCIO DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3018

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	2.200	160	0	750	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	2.200	160	0	750	0	0	0	0	0	0	0

20) CONTATTO - CONTATTO PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0503

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	0	0	0	63	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	63	0	0	0	0	0	0	0

21) COSAN - COSAN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 0547

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	181	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	181	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

22) DIBRAPE - DIBRAPE DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0149

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	200	800	391	0	0	0	0	0	0	0	0
GUARAMIRIM	0	4.974	0	0	788	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	5.174	800	391	788	0	0	0	0	0	0	0

23) DINAMO - DINAMO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A - Registro ANP Nº 0542

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
DUQUE DE CAXIAS	0	912	1.246	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	912	1.246	0	0	0	0	0	0	0	0	0

24) DIP - DIP PETRÓLEO DISTRIBUIDOR DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3281

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	1.800	0	0	596	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.800	0	0	596	0	0	0	0	0	0	0

25) DISLUB - DISLUB COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 0486

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CABEDELO	0	1.070	0	0	588	0	0	0	0	0	0	0
IPOJUCA	0	5.480	1.723	0	3.590	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	6.550	1.723	0	4.178	0	0	0	0	0	0	0

26) D`MAIS - D`MAIS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3188

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARULHOS	0	0	1.641	0	2.736	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	496	0	0	310	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	496	1.641	0	3.046	0	0	0	0	0	0	0

27) DNP - DNP - DISTRIBUIDORA NACIONAL DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3100

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
MANAUS	0	7.801	0	0	4.000	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	7.801	0	0	4.000	0	0	0	0	0	0	0

28) ECOLOGICA - ECOLÓGICA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3002

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	1.800	15	0	1.225	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.800	15	0	1.225	0	0	0	0	0	0	0

29) ELLO-PUMA - ELLO-PUMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A. - Registro ANP Nº 3165

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BETIM	0	1.930	752	0	2.774	0	0	0	0	0	0	0
CABEDELO	0	3.575	0	0	3.010	0	0	0	0	0	0	0
DUQUE DE CAXIAS	0	374	500	0	1.950	0	0	0	0	0	0	0
GOIANIA	0	1.205	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPOJUCA	0	1.970	201	0	1.681	0	0	0	0	0	0	0
ITABUNA	0	589	0	0	535	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	1.698	110	0	754	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	0	0	0	1.461	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	11.341	1.563	0	12.165	0	0	0	0	0	0	0

30) EQUADOR - DISTRIBUIDORA EQUADOR DE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3117

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
MANAUS	0	11.818	0	0	5.548	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	11.818	0	0	5.548	0	0	0	0	0	0	0

31) ESSO - ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº TA02

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	19.850	12.100	215	14.200	0	404	0	0	0	0	50
BARUERI	0	0	1.354	0	1.899	188	0	0	0	0	0	0
BELEM	0	1.200	1.094	0	2.914	0	0	0	0	0	0	0
BETIM	0	13.389	2.397	0	6.416	0	0	0	0	0	2.155	0
BIGUACU	0	939	0	0	1.019	0	0	0	0	0	0	0
BRASILIA	0	1.650	0	0	3.800	0	0	0	0	0	0	0
CABEDELO	0	764	0	0	506	0	0	0	0	0	0	0
CUBATAO	0	0	3.424	0	905	0	0	0	0	0	0	0
DUQUE DE CAXIAS	0	8.290	4.795	0	9.767	36	0	0	0	0	11.700	0
FORTALEZA	0	368	964	0	2.362	0	0	0	0	0	0	30
GOIANIA	0	1.847	0	0	650	0	0	0	0	0	0	0
GUARULHOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26.672	0
IPOJUCA	0	1.385	1.251	0	1.500	0	0	0	0	0	3.006	0
ITABUNA	0	2.296	0	0	907	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	3.100	0	1.600	3.050	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	917	0	0	172	0	0	0	0	0	0	0
MACEIO	0	1.433	0	0	331	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	12.500	4.400	0	10.400	0	1.321	0	248	0	2.777	50
RIBEIRAO PRETO	0	4.800	0	0	2.350	0	0	0	0	0	0	0
SAO CAETANO DO SUL	0	0	7.525	0	13.484	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	6.500	1.300	0	2.635	0	0	0	0	0	0	50
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	992	0	1.716	0	760	0	0	0	0	0
SAO LUIS	0	5.100	0	0	3.408	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	3.248	0	0	1.000	0	0	0	0	0	0	0
VITORIA	0	4.542	810	0	3.687	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	94.118	42.406	1.815	89.078	224	2.485	0	248	0	46.310	180

32) ESTRADA - ESTRADA DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0549

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	1.687	236	0	705	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.687	236	0	705	0	0	0	0	0	0	0

33) EURO PETRÓLEO - EURO PETRÓLEO DO BRASIL LTDA. - Registro ANP Nº 3181

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	0	0	0	121	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	121	0	0	0	0	0	0	0

34) EXXEL - EXXEL BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0315

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	0	0	0	20	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	20	0	0	0	0	0	0	0

35) FEDERAL - FEDERAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3012

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CABEDELO	0	1.011	0	0	942	0	0	0	0	0	0	0
IPOJUCA	0	2.287	950	0	2.091	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	190	0	0	109	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	1.791	0	0	1.019	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	5.279	950	0	4.161	0	0	0	0	0	0	0

36) FIC - FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0425

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	3.519	375	0	10.076	0	0	0	0	0	0	0
BETIM	0	5.493	799	0	6.916	0	0	0	0	0	0	0
GUARULHOS	0	0	1.879	0	4.234	0	0	0	0	0	0	0
ITABUNA	0	438	0	0	351	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	375	0	0	723	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	22.919	0	0	5.302	0	0	0	0	0	0	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	1.169	0	2.033	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	5.825	0	0	1.283	0	0	0	0	0	0	0
UBERABA	0	404	0	0	133	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	890	0	0	668	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	39.873	4.222	0	31.719	0	0	0	0	0	0	0

37) FLORIDA - FLORIDA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0161

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARULHOS	0	0	400	0	190	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	90	0	0	88	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	90	400	0	278	0	0	0	0	0	0	0

38) GLOBAL DISTRIBUIDORA - GLOBAL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3120

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BRASILIA	0	3.993	0	0	2.555	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	1.097	0	0	567	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	388	0	0	268	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	5.478	0	0	3.390	0	0	0	0	0	0	0

39) GPETRO - GPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0502

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	65	0	0	673	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	65	0	0	673	0	0	0	0	0	0	0

40) HORA - HORA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3007

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	1.618	119	0	955	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.618	119	0	955	0	0	0	0	0	0	0

41) IDAZA - IDAZA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0505

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	220	980	0	2.054	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	1.238	0	394	3.010	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	1.653	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	4.165	0	0	1.056	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	7.276	980	394	6.120	0	0	0	0	0	0	0

42) ISABELLA - COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO ISABELLA LTDA. - Registro ANP Nº 3004

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	579	0	0	94	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	579	0	0	94	0	0	0	0	0	0	0

43) JATOBA - JATOBÁ DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0456

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITAJAI	0	678	0	0	1.558	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	678	0	0	1.558	0	0	0	0	0	0	0

44) LARCO - LARCO COMERCIAL DE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3027

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITABUNA	0	277	0	0	22	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	1.257	233	0	720	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.534	233	0	742	0	0	0	0	0	0	0

45) LATINA - LATINA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0467

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	2.100	50	0	650	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	8	0	0	137	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	2.108	50	0	787	0	0	0	0	0	0	0

46) LIDERPETRO - LIDERPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0396

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
UBERABA	0	234	0	0	156	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	2.922	0	0	985	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	3.156	0	0	1.141	0	0	0	0	0	0	0

47) MAZP DISTRIBUIDORA - MAZP DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 2129

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	6.200	0	0	1.710	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	6.200	0	0	1.710	0	0	0	0	0	0	0

48) MIME - MIME DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3124

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARAMIRIM	0	3.458	0	0	657	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	3.458	0	0	657	0	0	0	0	0	0	0

49) MINAS DISTRIBUIDORA - MINAS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0453

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
UBERLANDIA	0	132	0	0	34	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	132	0	0	34	0	0	0	0	0	0	0

50) MISTER OIL - MISTER OIL DISTRIBUIDORA LTDA. - Registro ANP Nº 0404

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARULHOS	0	0	189	0	199	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	189	0	199	0	0	0	0	0	0	0

51) MMP - MMP DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3133

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	5.273	2.300	0	2.130	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	5.273	2.300	0	2.130	0	0	0	0	0	0	0

52) MONTE CABRAL - MONTE CABRAL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3172

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	111	0	0	501	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	111	0	0	501	0	0	0	0	0	0	0

53) MONTE CARMELO - DISTRIBUIDORA MONTE CARMELO DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0522

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
UBERLANDIA	0	624	0	0	158	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	624	0	0	158	0	0	0	0	0	0	0

54) NOROESTE - NOROESTE DISTIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 0528

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	882	0	0	184	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	882	0	0	184	0	0	0	0	0	0	0

55) PDV BRASIL - PDV BRASIL COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA. - Registro ANP Nº 3153

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BELEM	0	681	652	0	1.038	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	681	652	0	1.038	0	0	0	0	0	0	0

56) PELIKANO - PELIKANO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0362

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	300	400	0	960	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	300	400	0	960	0	0	0	0	0	0	0

57) PETRO AMAZON - PETRO AMAZON PETRÓLEO DA AMAZONIA LTDA - Registro ANP Nº 0143

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BELEM	0	0	3.626	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MANAUS	0	2.448	0	0	1.385	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	2.448	3.626	0	1.385	0	0	0	0	0	0	0

58) PETROBAHIA - DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO BAHIA S/A - Registro ANP Nº 0385

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITABUNA	0	1.063	0	0	886	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	2.135	0	0	1.258	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	2.100	325	0	1.500	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	5.298	325	0	3.644	0	0	0	0	0	0	0

59) PETROEXPRESS - PETROEXPRESS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3114

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	1.100	0	0	500	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.100	0	0	500	0	0	0	0	0	0	0

60) PETROLIDER - PETROLIDER DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3162

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SENADOR CANEDO	0	0	0	0	298	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	298	0	0	0	0	0	0	0

61) PETROLUZ - PETROLUZ DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3122

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	371	0	0	380	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	371	0	0	380	0	0	0	0	0	0	0

62) PETROMAIS - PETROMAIS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3195

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	753	0	0	731	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	753	0	0	731	0	0	0	0	0	0	0

63) PETROMOTOR - PETROMOTOR DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3019

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARAMIRIM	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	19	0	0	54	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	19	0	0	55	0	0	0	0	0	0	0

64) PETRONAC - PETRONAC DISTRIBUIDORA NACIONAL DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E ALCOOL S/A - Registro ANP Nº 0537

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARULHOS	0	0	29	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	6.352	0	0	4.467	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	6.352	29	0	4.467	0	0	0	0	0	0	0

65) PETRONOSSA - PETRONOSSA PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0557

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	0	0	0	250	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	250	0	0	0	0	0	0	0

66) PETROPAR DISTRIBUIDORA - PETROPAR PETRÓLEO E PARTICIPAÇÕES LTDA - Registro ANP Nº 0345

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	850	293	0	1.450	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	32	0	0	49	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	882	293	0	1.499	0	0	0	0	0	0	0

67) PETROSERRA - PETROSERRA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0470

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
JEQUIE	0	1.098	0	0	602	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	3.047	70	0	1.667	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	4.145	70	0	2.269	0	0	0	0	0	0	0

68) PETROSUL - PETROSUL DISTRIBUIDORA TRANSPORTADORA E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0197

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	3.395	320	0	1.690	0	0	0	0	0	0	0
GUARULHOS	0	0	3.058	0	10.124	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	6.975	0	0	285	0	0	0	0	0	0	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	850	0	827	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	2.895	0	0	1.667	0	0	0	0	0	0	0
UBERABA	0	923	0	0	431	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	14.188	4.228	0	15.024	0	0	0	0	0	0	0

69) PETROX DISTRIBUIDORA - PETROX DISTRIBUIDORA LTDA. - Registro ANP Nº 3182

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CABEDELO	0	456	0	0	445	0	0	0	0	0	0	0
IPOJUCA	0	1.505	105	0	1.118	0	0	0	0	0	0	0
ITABUNA	0	412	0	0	412	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	2.650	1.770	0	2.210	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	5.023	1.875	0	4.185	0	0	0	0	0	0	0

70) POLIPETRO - POLIPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0348

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	340	200	0	1.150	0	0	0	0	0	0	0
BIGUACU	0	1.087	0	0	1.775	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	1.716	0	1.604	1.617	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	3.143	200	1.604	4.542	0	0	0	0	0	0	0

71) PONTUAL - PONTUAL BRASIL PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 3009

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	3.450	1.476	0	1.150	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	3.450	1.476	0	1.150	0	0	0	0	0	0	0

72) POTENCIAL - POTENCIAL PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0203

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	7.850	1.700	0	2.710	0	0	0	0	0	0	0
BETIM	0	550	335	0	399	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	8.400	2.035	0	3.109	0	0	0	0	0	0	0

73) PREMIUM - PREMIUM DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3017

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BRASILIA	0	210	0	0	461	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	7.535	0	0	4.754	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	7.745	0	0	5.215	0	0	0	0	0	0	0

74) REDE BRASIL - REDE BRASIL DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0441

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BETIM	0	4.654	1.197	0	7.223	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	3.872	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	170	0	0	50	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	1.100	0	0	532	0	0	0	0	0	0	0
UBERABA	0	1.411	0	0	677	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	1.099	0	0	828	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	12.306	1.197	0	9.310	0	0	0	0	0	0	0

75) REDE SOL - REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA LTDA. - Registro ANP Nº 3171

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARULHOS	0	0	130	0	1.192	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	85	0	0	323	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	85	130	0	1.515	0	0	0	0	0	0	0

76) REJAILE - REJAILE DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0341

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	1.352	254	0	1.750	0	0	0	0	0	0	0
BIGUACU	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	559	0	21	809	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.919	254	21	2.559	0	0	0	0	0	0	0

77) REPSOL YPF - REPSOL YPF DISTRIBUIDORA S.A. - Registro ANP Nº 0391

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	3.900	500	0	2.100	0	0	0	0	0	0	0
BETIM	0	926	305	0	730	0	0	0	0	0	0	90
BIGUACU	0	100	0	0	265	0	0	0	0	0	0	0
BRASILIA	0	370	0	0	810	0	0	0	0	0	0	0
DUQUE DE CAXIAS	0	848	795	50	1.299	11	0	0	0	0	0	0

GUARAMIRIM	0	867	0	0	680	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	1.141	0	0	1.190	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	2.000	300	0	1.850	0	0	0	0	0	0	0
SAO CAETANO DO SUL	0	0	1.400	0	2.532	0	0	0	0	0	0	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	120	0	100	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	10.152	3.420	50	11.556	11	0	0	0	0	0	90

78) RIO BRANCO - DISTRIBUIDORA RIO BRANCO DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0490

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SENADOR CANEDO	0	926	0	0	507	0	0	0	0	0	0	0
UBERABA	0	3.517	0	0	1.316	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	1.137	0	0	649	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	5.580	0	0	2.472	0	0	0	0	0	0	0

79) RM PETROLEO - RM PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3169

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARULHOS	0	0	1.772	0	6.292	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	8.995	0	0	3.316	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	8.995	1.772	0	9.608	0	0	0	0	0	0	0

80) RODOIL - RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 3280

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	224	0	15	649	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	224	0	15	649	0	0	0	0	0	0	0

81) RODOPETRO - RODOPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3156

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
DUQUE DE CAXIAS	0	1.766	1.780	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.766	1.780	0	0	0	0	0	0	0	0	0

82) RUFF C.J. - RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0320

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BETIM	0	625	480	0	585	0	0	0	0	0	0	0
GUARULHOS	0	0	2.914	0	5.060	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	7.402	0	0	4.895	0	0	0	0	0	0	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	1.909	0	1.525	0	0	0	0	0	0	0
UBERABA	0	610	0	0	265	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	403	0	0	138	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	9.040	5.303	0	12.468	0	0	0	0	0	0	0

83) S. DISTRIBUIDORA - S DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0480

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CABEDELO	0	1.790	0	0	1.015	0	0	0	0	0	0	0
IPOJUCA	0	3.400	1.900	0	2.110	0	0	0	0	0	0	0
ITABUNA	0	294	0	0	266	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	5.484	1.900	0	3.391	0	0	0	0	0	0	0

84) SAARA - DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVES SAARA LTDA. - Registro ANP Nº 0194

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	3.550	0	0	1.555	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	3.550	0	0	1.555	0	0	0	0	0	0	0

85) SABBA - PETRÓLEO SABBA S.A. - Registro ANP Nº TA11

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BELEM	0	3.840	2.350	900	2.500	0	0	0	0	0	0	0
MANAUS	0	12.095	0	0	5.502	0	0	0	0	0	0	0
SAO LUIS	0	20.790	0	0	4.852	0	1.000	0	0	0	0	0
TOTAL	0	36.725	2.350	900	12.854	0	1.000	0	0	0	0	0

86) SAFRA - SAFRA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0401

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
JEQUIE	0	623	0	0	136	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	623	0	0	136	0	0	0	0	0	0	0

87) SAURO - SAURO BRASILEIRA DE PETRÓLEO S.A. - Registro ANP Nº 0383

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	146	0	0	79	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	75	0	0	60	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	221	0	0	139	0	0	0	0	0	0	0

88) SHELL - SHELL BRASIL LTDA - Registro ANP Nº TA06

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	31.150	9.700	0	14.900	0	1.993	0	0	0	7.400	0
BARUERI	0	0	23.230	0	21.921	825	0	0	0	0	0	0
BELEM	576	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.277	0
BETIM	0	17.108	10.992	0	10.946	0	15.567	0	0	0	10.409	0
BIGUACU	0	1.079	0	0	2.060	0	0	0	0	0	0	0
BRASILIA	0	5.730	0	0	6.707	0	0	0	0	0	0	0
CABEDELO	0	1.310	0	0	2.944	0	0	0	0	0	0	0
CUBATAO	1.200	0	9.277	406	2.075	0	0	0	0	0	0	0
DUQUE DE CAXIAS	0	11.859	23.353	338	16.996	30	201	0	0	0	13.472	0
FORTALEZA	0	841	1.606	0	2.267	0	0	0	0	0	6.947	0
GOIANIA	0	10.100	0	0	4.973	0	0	0	0	0	0	0
GUAMARE	0	875	0	0	265	0	0	0	0	0	0	0
GUARULHOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	51.810	0
IPOJUCA	250	3.873	2.911	0	3.800	0	0	0	0	0	5.228	0
ITABUNA	0	974	0	0	301	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	1.915	0	594	1.730	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	4.099	0	0	664	0	0	0	0	0	0	0
MACEIO	0	1.439	0	0	373	0	0	0	0	0	0	0
MANAUS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.607	0
PAULINIA	0	28.778	14.510	0	12.950	0	5.852	0	7.395	0	6.303	0

RIBEIRAO PRETO	0	11.460	0	0	3.150	0	0	0	0	0	0	0
SAO CAETANO DO SUL	0	0	25.014	0	27.350	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	11.098	9.876	0	2.435	0	8.133	0	0	0	12.000	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	3.675	0	5.117	0	1.366	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	4.463	0	0	1.648	0	0	0	0	0	0	0
VITORIA	0	1.935	4.042	0	1.970	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	2.026	150.086	138.186	1.338	147.542	855	33.112	0	7.395	0	124.453	0

89) SIMARELLI - SIMARELLI DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0325

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	1.250	0	0	790	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	6.125	0	0	1.790	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	7.375	0	0	2.580	0	0	0	0	0	0	0

90) SIMEIRA - SIMEIRA PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3252

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BARUERI	0	0	100	0	265	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	0	0	0	18	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	100	0	283	0	0	0	0	0	0	0

91) SL - SL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3015

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	0	0	0	36	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	36	0	0	0	0	0	0	0

92) SMALL - SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3001

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	7.997	0	0	493	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	7.997	0	0	493	0	0	0	0	0	0	0

93) SOLL - SOLL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0489

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARULHOS	0	0	81	0	195	0	0	0	0	0	0	0
ITABUNA	0	655	0	0	448	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	949	0	0	659	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	370	0	0	235	0	0	0	0	0	0	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	182	0	433	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.974	263	0	1.970	0	0	0	0	0	0	0

94) SP - SP INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0437

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BELEM	0	2.600	800	0	1.400	0	0	0	0	0	0	0
BETIM	0	815	599	0	802	0	0	0	0	0	0	0
CABEDELO	0	764	0	0	332	0	0	0	0	0	0	0
FORTALEZA	0	4.172	6.103	0	8.921	0	0	0	0	0	0	0
GUAMARE	0	2.497	0	0	1.223	0	0	0	0	0	0	0
IPOJUCA	0	1.766	298	0	1.700	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	540	0	0	404	0	0	0	0	0	0	0
MANAUS	0	2.410	0	0	1.755	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	2.280	100	0	1.096	0	0	0	0	0	0	0
SAO LUIS	0	6.347	0	0	3.487	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	24.191	7.900	0	21.120	0	0	0	0	0	0	0

95) SR - SR DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3170

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SENADOR CANEDO	0	508	0	0	209	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	508	0	0	209	0	0	0	0	0	0	0

96) SUL AMERICA - SUL AMÉRICA DISTRIBUIDORA PETROLEIRA LTDA. - Registro ANP Nº 3138

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	936	0	0	692	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	936	0	0	692	0	0	0	0	0	0	0

97) SULPETRO - DISTRIBUIDORA SUL DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3026

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BIGUACU	0	68	0	0	49	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	68	0	0	49	0	0	0	0	0	0	0

98) TABOCAO - DISTRIBUIDORA TABOCÃO LTDA. - Registro ANP Nº 3010

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SENADOR CANEDO	0	6.663	0	0	823	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	1.162	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	7.825	0	0	823	0	0	0	0	0	0	0

99) TAURUS - TAURUS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0525

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	9.707	0	0	2.312	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	9.707	0	0	2.312	0	0	0	0	0	0	0

100) TEMAPE - TEMAPE - TERMINAIS MARÍTIMOS DE PERNAMBUCO LTDA. - Registro ANP Nº 3011

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CABEDELO	0	610	0	0	869	0	0	0	0	0	0	0
IPOJUCA	0	2.450	147	0	2.075	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	3.060	147	0	2.944	0	0	0	0	0	0	0

101) TORRAO - DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEL TORRÃO LTDA. - Registro ANP Nº 0521

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	1.798	0	3.389	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	1.798	0	3.389	0	0	0	0	0	0	0

102) TOTAL - TOTAL DISTRIBUIDORA S/A. - Registro ANP Nº 0410

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
IPOJUCA	0	3.254	972	0	5.486	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	4.547	0	0	1.342	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	5.806	910	0	5.016	0	0	0	0	0	0	0
SAO LUIS	0	7.375	0	0	3.438	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	4.092	0	0	2.768	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	25.074	1.882	0	18.050	0	0	0	0	0	0	0

103) TOWER - TOWER BRASIL PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0014

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SAO CAETANO DO SUL	0	0	150	0	561	0	0	0	0	0	0	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	13	0	54	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	163	0	615	0	0	0	0	0	0	0

104) TRANSO - TRANSO COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0389

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	15	0	0	75	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	15	0	0	75	0	0	0	0	0	0	0

105) TRIANGULO - TRIANGULO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0472

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARULHOS	0	0	1.193	0	1.696	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	3.908	0	0	1.054	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	3.908	1.193	0	2.750	0	0	0	0	0	0	0

106) TUX - TUX DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3178

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	0	0	0	171	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	171	0	0	0	0	0	0	0

107) UBP PETRÓLEO - U.B.P. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 3013

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SENADOR CANEDO	0	2.001	0	0	1.223	0	0	0	0	0	0	0
UBERABA	0	2.192	0	0	969	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	1.476	0	0	616	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	5.669	0	0	2.808	0	0	0	0	0	0	0

108) UF - UF DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 3127

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CUBATAO	0	0	171	0	0	0	0	0	0	0	0	0
UBERABA	0	273	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	273	171	0	0	0	0	0	0	0	0	0

109) UNI - UNI COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0365

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	1.195	2.547	145	492	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.195	2.547	145	492	0	0	0	0	0	0	0

110) VALESUL - VALESUL PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 1684

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARULHOS	0	0	0	0	182	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	182	0	0	0	0	0	0	0

111) VEGA - VEGA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 3131

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	98	15	0	80	0	0	0	0	0	0	0
GUARULHOS	0	0	450	0	509	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	262	0	0	353	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	360	465	0	942	0	0	0	0	0	0	0

112) VETOR - VETOR COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 4524

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	1.243	283	0	727	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.243	283	0	727	0	0	0	0	0	0	0

113) VOLPATO - DISTRIBUIDORA VOLPATO LTDA. - Registro ANP Nº 3187

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	2.450	200	0	500	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	2.450	200	0	500	0	0	0	0	0	0	0

114) WALENDOWSKY - WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0479

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITAJAI	0	878	0	17	102	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	878	0	17	102	0	0	0	0	0	0	0

115) WATT - WATT DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 3118

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	875	0	0	600	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	527	0	0	133	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.402	0	0	733	0	0	0	0	0	0	0

116) ZEMA - ZEMA CIA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0379

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BETIM	0	3.592	481	0	3.820	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	3.832	0	0	1.734	0	0	0	0	0	0	0
UBERABA	0	971	0	0	576	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	2.700	0	0	710	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	11.095	481	0	6.840	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL PETROBRAS	6.989	2.239.980	772.828	31.060	1.255.017	2.271	242.379	32.431	45.546	0	405.976	1.842

Produtor: COPESUL - COMPANHIA PETROQUÍMICA DO SUL - COPESUL
1) CHARRUA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO CHARRUA LTDA - Registro ANP Nº 0420

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
TRIUNFO	0	0	0	0	691	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	691	0	0	0	0	0	0	0

2) CHEVRON - CHEVRON BRASIL LTDA. - Registro ANP Nº TA03

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
TRIUNFO	0	0	0	0	180	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	180	0	0	0	0	0	0	0

3) CIAX - CIAX COMÉRCIO DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3018

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
TRIUNFO	0	0	0	0	58	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	58	0	0	0	0	0	0	0

4) ESSO - ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº TA02

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
TRIUNFO	0	0	0	0	177	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	177	0	0	0	0	0	0	0

5) FIC - FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0425

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
TRIUNFO	0	0	0	0	410	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	410	0	0	0	0	0	0	0

6) LATINA - LATINA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0467

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
TRIUNFO	0	0	0	0	3.723	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	3.723	0	0	0	0	0	0	0

7) POLIPETRO - POLIPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0348

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
TRIUNFO	0	0	0	0	1.243	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	1.243	0	0	0	0	0	0	0

8) SHELL - SHELL BRASIL LTDA - Registro ANP Nº TA06

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
TRIUNFO	0	0	0	0	502	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	502	0	0	0	0	0	0	0

9) WALENDOWSKY - WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0479

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
TRIUNFO	0	0	0	0	198	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	198	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL COPESUL	0	0	0	0	7.182	0	0	0	0	0	0	0

Produtor: BRASKEM - BRASKEM S/A
1) ALE - ALESAT COMBUSTÍVEIS S. A. - Registro ANP Nº 0352

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANDEIAS	0	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0

2) BR - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A - Registro ANP Nº TA01

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANDEIAS	0	0	0	0	656	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	656	0	0	0	0	0	0	0

3) CBPI - COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA - Registro ANP Nº TA05

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CAMACARI	0	0	0	0	4.433	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	4.433	0	0	0	0	0	0	0

4) FEDERAL - FEDERAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3012

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANDEIAS	0	0	0	0	2.026	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	2.026	0	0	0	0	0	0	0

5) PETROX DISTRIBUIDORA - PETROX DISTRIBUIDORA LTDA. - Registro ANP Nº 3182

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANDEIAS	0	0	0	0	200	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	200	0	0	0	0	0	0	0

6) SHELL - SHELL BRASIL LTDA - Registro ANP Nº TA06

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CAMACARI	0	0	0	0	4.543	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	4.543	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL BRASKEM	0	0	0	0	11.958	0	0	0	0	0	0	0

Produtor: RPDM - REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S/A

1) DINAMO - DINAMO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A - Registro ANP Nº 0542

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
RIO DE JANEIRO	0	0	0	0	4.992	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	4.992	0	0	0	0	0	0	0

2) FERA - FERA LUBRIFICANTES LTDA. - Registro ANP Nº 3227

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
RIO DE JANEIRO	0	0	0	0	1.673	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	1.673	0	0	0	0	0	0	0

3) RODOPETRO - RODOPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3156

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
RIO DE JANEIRO	0	0	0	0	2.273	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	2.273	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL RPDM	0	0	0	0	8.938	0	0	0	0	0	0	0

Produtor: REFAP - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.

1) BR - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A - Registro ANP Nº TA01

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	68.800	19.000	300	39.000	0	3.610	0	0	0	6.324	0
RIO GRANDE	0	5.322	0	312	2.734	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	74.122	19.000	612	41.734	0	3.610	0	0	0	6.324	0

2) CBPI - COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA - Registro ANP Nº TA05

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	6.128	0	0	1.660	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	6.128	0	0	1.660	0	0	0	0	0	0	0

3) CHARRUA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO CHARRUA LTDA - Registro ANP Nº 0420

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	7.600	950	0	4.900	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	7.600	950	0	4.900	0	0	0	0	0	0	0

4) CHEVRON - CHEVRON BRASIL LTDA. - Registro ANP Nº TA03

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	13.000	3.401	0	10.000	0	449	0	0	0	0	30
RIO GRANDE	0	995	0	126	300	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	13.995	3.401	126	10.300	0	449	0	0	0	0	30

5) DPPI - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO IPIRANGA S. A. - Registro ANP Nº TA09

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	46.075	17.069	205	30.618	0	800	0	0	0	0	0
RIO GRANDE	0	927	0	171	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	47.002	17.069	376	30.618	0	800	0	0	0	0	0

6) ESSO - ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº TA02

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	7.400	1.800	0	7.500	0	0	0	0	0	0	18
RIO GRANDE	0	117	0	543	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	7.517	1.800	543	7.500	0	0	0	0	0	0	18

7) LATINA - LATINA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0467

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	5.485	1.570	0	2.750	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	5.485	1.570	0	2.750	0	0	0	0	0	0	0

8) MEGAPETRO - MEGAPETRO PETRÓLEO BRASIL S/A. - Registro ANP Nº 3028

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	1.070	289	0	1.445	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.070	289	0	1.445	0	0	0	0	0	0	0

9) POTENCIAL - POTENCIAL PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0203

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	1.757	817	0	2.310	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.757	817	0	2.310	0	0	0	0	0	0	0

10) REPSOL YPF - REPSOL YPF DISTRIBUIDORA S.A. - Registro ANP Nº 0391

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	2.881	580	0	2.530	0	0	0	0	0	0	10
TOTAL	0	2.881	580	0	2.530	0	0	0	0	0	0	10

11) RODOIL - RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 3280

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	164	30	0	637	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	164	30	0	637	0	0	0	0	0	0	0

12) SAARA - DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVES SAARA LTDA. - Registro ANP Nº 0194

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	13	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	13	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0

13) SHELL - SHELL BRASIL LTDA - Registro ANP Nº TA06

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	7.014	8.265	0	10.245	0	1.591	0	0	0	3.782	20
TOTAL	0	7.014	8.265	0	10.245	0	1.591	0	0	0	3.782	20

14) SUL COMBUSTÍVEIS - SUL COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3283

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	800	0	0	400	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	800	0	0	400	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL REFAP	0	175.548	53.777	1.657	117.029	0	6.450	0	0	0	10.106	78

Produtor: RPISA - REFINARIA DE PETRÓLEO IPIRANGA S.A.

1) BR - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A - Registro ANP Nº TA01

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
RIO GRANDE	0	2.007	0	0	793	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	2.007	0	0	793	0	0	0	0	0	0	0

2) CHARRUA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO CHARRUA LTDA - Registro ANP Nº 0420

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
RIO GRANDE	0	650	0	0	271	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	650	0	0	271	0	0	0	0	0	0	0

3) CHEVRON - CHEVRON BRASIL LTDA. - Registro ANP Nº TA03

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
RIO GRANDE	0	1.147	0	0	772	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.147	0	0	772	0	0	0	0	0	0	0

4) DPPI - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO IPIRANGA S. A. - Registro ANP Nº TA09

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
RIO GRANDE	0	9.283	0	0	10.935	0	0	0	0	0	0	175
TOTAL	0	9.283	0	0	10.935	0	0	0	0	0	0	175

5) ESSO - ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº TA02

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
RIO GRANDE	0	949	0	0	640	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	949	0	0	640	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL RPISA	0	14.036	0	0	13.411	0	0	0	0	0	0	175

Produtor: PQU - PETROQUÍMICA UNIÃO S.A

1) BR - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A - Registro ANP Nº TA01

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SANTO ANDRE	0	0	0	0	1.800	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	1.800	0	0	0	0	0	0	0

2) CBPI - COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA - Registro ANP Nº TA05

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SANTO ANDRE	0	0	0	0	2.500	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	2.500	0	0	0	0	0	0	0

3) CHEVRON - CHEVRON BRASIL LTDA. - Registro ANP Nº TA03

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SANTO ANDRE	0	0	0	0	1.300	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	1.300	0	0	0	0	0	0	0

4) ESSO - ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº TA02

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SANTO ANDRE	0	0	0	0	2.500	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	2.500	0	0	0	0	0	0	0

5) SHELL - SHELL BRASIL LTDA - Registro ANP Nº TA06

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SANTO ANDRE	0	0	0	0	2.500	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	2.500	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL PQU	0	0	0	0	10.600	0	0	0	0	0	0	0

Produtor: UNIVEN - UNIVEN PETROQUÍMICA LTDA.

1) ASPEN - ASPEN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0436

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITUPEVA	0	0	0	0	178	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	178	0	0	0	0	0	0	0

2) ASTER - ASTER PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0550

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITUPEVA	0	0	0	0	6.631	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	6.631	0	0	0	0	0	0	0

3) GPETRO - GPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0502

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITUPEVA	0	0	0	0	7.336	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	7.336	0	0	0	0	0	0	0

4) MONTE CABRAL - MONTE CABRAL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3172

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITUPEVA	0	0	0	0	271	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	271	0	0	0	0	0	0	0

5) PETRONOSSA - PETRONOSSA PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0557

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITUPEVA	0	0	0	0	1.300	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	1.300	0	0	0	0	0	0	0

6) POLIPETRO - POLIPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0348

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITUPEVA	0	0	0	0	2.319	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	2.319	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL UNIVEN	0	0	0	0	18.035	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL BRASIL	6.989	2.429.564	826.605	32.717	1.442.170	2.271	248.829	32.431	45.546	0	416.082	2.095

Obs.:

(A) para óleos combustíveis a unidade é tonelada; para os demais produtos, metro cúbico;

(B) nomenclaturas:

AVGAS	Gasolina de Aviação	OCA 1	Óleo Combustível "A1"
OD INT	Óleo Diesel Interior	OCB 1	Óleo Combustível "B1"
OD MET	Óleo Diesel Metropolitano	OCA 2	Óleo Combustível "A2"
OD MAR	Óleo Diesel Marítimo	OCB 2	Óleo Combustível "B2"
GAS A	Gasolina "A"	QAV 1	Querosene de Aviação
GAS P	Gasolina "A" Premium	QI	Querosene Iluminante

Nª 906 - O Superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto nas Portarias ANP nº 29, de 9 de fevereiro de 1999, e nº 72, de 26 de abril de 2000, torna público a homologação dos volumes constantes dos quadros abaixo, referentes aos pedidos de combustíveis líquidos derivados de petróleo, do mês de março de 2008:

Produtor: PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S/A

1) ART PETRO - ART PETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3129

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	0	1.030	0	630	0
TOTAL	0	1.030	0	630	0

2) ASPEN - ASPEN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0436

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	115	0	1.000	0
TOTAL	0	115	0	1.000	0

3) ASTER - ASTER PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0550

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
GUARULHOS	5.511	0	0	9.778	0
PAULINIA	0	3.861	0	171	0
TOTAL	5.511	3.861	0	9.949	0

4) ATLANTA - ATLANTA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3143

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	87	0	80	0
TOTAL	0	87	0	80	0

5) ATLÂNTICA - ATLÂNTICA PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3220

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ITABUNA	0	492	0	245	0
TOTAL	0	492	0	245	0

6) BRASIL OIL - BRASIL OIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO S/A. - Registro ANP Nº 3258

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SENADOR CANEDO	0	500	0	500	0
ARAUCARIA	0	4	0	11	0
ITAJAI	0	43	0	85	0
PAULINIA	0	151	0	107	0
TOTAL	0	698	0	703	0

7) BRASOIL - BRASOIL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0444

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	0	1.057	0	437	0
TOTAL	0	1.057	0	437	0

8) CDC - CDC COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3005

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SENADOR CANEDO	0	1.326	0	764	0
UBERLANDIA	0	308	0	41	0
TOTAL	0	1.634	0	805	0

9) CONTATTO - CONTATTO PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0503

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	32	0	76	0
TOTAL	0	32	0	76	0

10) COSAN - COSAN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 0547

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	200	0	0	0
TOTAL	0	200	0	0	0

11) DINAMO - DINAMO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A - Registro ANP Nº 0542

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
DUQUE DE CAXIAS	1.350	1.250	0	0	0
TOTAL	1.350	1.250	0	0	0

12) DIP - DIP PETRÓLEO DISTRIBUIDOR DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3281

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	0	1.959	0	650	0
TOTAL	0	1.959	0	650	0

13) DIRECIONAL - DIRECIONAL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3211

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
DUQUE DE CAXIAS	60	60	0	12	0
TOTAL	60	60	0	12	0

14) EURO PETRÓLEO - EURO PETRÓLEO DO BRASIL LTDA. - Registro ANP Nº 3181

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	0	0	150	0
TOTAL	0	0	0	150	0

15) EXXEL - EXXEL BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0315

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	0	0	20	0
TOTAL	0	0	0	20	0

16) FAST - FAST PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3234

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
GUARULHOS	0	0	0	300	0
TOTAL	0	0	0	300	0

17) FLORIDA - FLORIDA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0161

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
GUARULHOS	500	0	0	323	0
PAULINIA	0	263	0	212	0
TOTAL	500	263	0	535	0

18) GPETRO - GPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0502

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	166	0	2.592	0
TOTAL	0	166	0	2.592	0

19) ISABELLA - COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO ISABELLA LTDA. - Registro ANP Nº 3004

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	0	600	0	96	0
TOTAL	0	600	0	96	0

20) JATOBA - JATOBÁ DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0456

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ITAJAI	0	776	0	1.689	0
TOTAL	0	776	0	1.689	0

21) MIME - MIME DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3124

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
GUARAMIRIM	0	3.403	0	937	0
TOTAL	0	3.403	0	937	0

22) MINAS DISTRIBUIDORA - MINAS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0453

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
UBERLANDIA	0	216	0	21	0
TOTAL	0	216	0	21	0

23) MISTER OIL - MISTER OIL DISTRIBUIDORA LTDA. - Registro ANP Nº 0404

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
GUARULHOS	238	0	0	233	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	42	0	0	53	0
TOTAL	280	0	0	286	0

24) MONTE CABRAL - MONTE CABRAL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3172

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	371	0	1.000	0
TOTAL	0	371	0	1.000	0

25) MONTE CARMELO - DISTRIBUIDORA MONTE CARMELO DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0522

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
UBERLANDIA	0	600	0	200	0
TOTAL	0	600	0	200	0

26) NOROESTE - NOROESTE DISTIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 0528

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	1.098	0	196	0
TOTAL	0	1.098	0	196	0

27) PELIKANO - PELIKANO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0362

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	400	432	0	966	0
TOTAL	400	432	0	966	0

28) PETROEXPRESS - PETROEXPRESS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3114

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	1.200	0	500	0
TOTAL	0	1.200	0	500	0

29) PETROGOIAS - PETROGOIÁS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3197

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SENADOR CANEDO	0	260	0	550	0
TOTAL	0	260	0	550	0

30) PETROLIDER - PETROLIDER DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3162

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SENADOR CANEDO	0	66	0	450	0
TOTAL	0	66	0	450	0

31) PETROLUZ - PETROLUZ DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3122

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
GUARULHOS	0	0	0	45	0
PAULINIA	0	319	0	432	0
TOTAL	0	319	0	477	0

32) PETROMAIS - PETROMAIS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3195

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SENADOR CANEDO	0	120	0	14	0
PAULINIA	0	752	0	850	0
TOTAL	0	872	0	864	0

33) PETROMOTOR - PETROMOTOR DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3019

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	0	190	0	250	0
GUARAMIRIM	0	215	0	400	0
ITAJAI	0	30	22	49	0
TOTAL	0	435	22	699	0

34) PETRONOSSA - PETRONOSSA PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0557

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	92	0	1.278	0
TOTAL	0	92	0	1.278	0

35) PETROPAR DISTRIBUIDORA - PETROPAR PETRÓLEO E PARTICIPAÇÕES LTDA - Registro ANP Nº 0345

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	260	600	0	1.000	0
BIGUACU	0	0	0	300	0
ITAJAI	0	40	0	300	0
TOTAL	260	640	0	1.600	0

36) PETROSUL - PETROSUL DISTRIBUIDORA TRANSPORTADORA E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0197

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SENADOR CANEDO	0	3.331	0	1.860	0
UBERABA	0	1.092	0	530	0
ARAUCARIA	364	3.217	0	1.918	0
GUARULHOS	6.055	0	0	15.129	0
PAULINIA	0	8.680	0	300	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	960	0	0	1.041	0
TOTAL	7.379	16.320	0	20.778	0

37) POLIPETRO - POLIPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0348

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	153	339	0	1.314	0
BIGUACU	0	1.154	0	2.091	0
ITAJAI	0	1.972	1.396	1.744	0
TOTAL	153	3.465	1.396	5.149	0

38) REDE SOL - REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA LTDA. - Registro ANP Nº 3171

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
GUARULHOS	213	0	0	1.307	0
PAULINIA	0	154	0	370	0
TOTAL	213	154	0	1.677	0

39) RODOIL - RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 3280

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	0	339	15	682	0
TOTAL	0	339	15	682	0

40) RODOPETRO - RODOPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3156

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
DUQUE DE CAXIAS	1.780	1.800	0	0	0
GUARULHOS	923	0	0	803	0
TOTAL	2.703	1.800	0	803	0

41) SAFRA - SAFRA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0401

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
JEQUIE	0	982	0	258	0
TOTAL	0	982	0	258	0

42) SAURO - SAURO BRASILEIRA DE PETRÓLEO S.A. - Registro ANP Nº 0383

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SENADOR CANEDO	0	93	0	76	0
PAULINIA	0	116	0	120	0
TOTAL	0	209	0	196	0

43) SIMEIRA - SIMEIRA PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3252

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
BARUERI	0	0	0	359	0
PAULINIA	0	0	0	24	0
TOTAL	0	0	0	383	0

44) SL - SL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3015

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	0	0	11	0
TOTAL	0	0	0	11	0

45) SR - SR DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3170

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SENADOR CANEDO	0	635	0	277	0
TOTAL	0	635	0	277	0

46) SUL AMERICA - SUL AMÉRICA DISTRIBUIDORA PETROLEIRA LTDA. - Registro ANP Nº 3138

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	1.522	0	779	0
TOTAL	0	1.522	0	779	0

47) SULPETRO - DISTRIBUIDORA SUL DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3026

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
BIGUACU	0	64	0	60	0
TOTAL	0	64	0	60	0

48) TOBRAS - TOBRAS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3228

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
DUQUE DE CAXIAS	61	0	556	0	0
TOTAL	61	0	556	0	0

49) TOWER - TOWER BRASIL PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0014

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	31	0	16	0
SAO CAETANO DO SUL	150	0	0	541	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	0	12	0
TOTAL	150	31	0	569	0

50) TRANSO - TRANSO COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0389

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	40	0	144	0
TOTAL	0	40	0	144	0

51) TRIANGULO - TRIANGULO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0472

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
GUARULHOS	1.400	0	0	1.672	0
PAULINIA	0	4.131	0	1.222	0
TOTAL	1.400	4.131	0	2.894	0

52) TUX - TUX DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3178

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
PAULINIA	0	39	0	171	0
TOTAL	0	39	0	171	0

53) UF - UF DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 3127

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
UBERABA	0	400	0	0	0
ARAUCARIA	50	0	0	0	0
CUBATAO	100	0	0	0	0
TOTAL	150	400	0	0	0

54) VALESUL - VALESUL PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 1684

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
GUARULHOS	0	0	0	384	0
TOTAL	0	0	0	384	0

55) VEGA - VEGA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 3131

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	100	350	0	350	0
GUARULHOS	500	0	0	600	0
PAULINIA	0	450	0	0	0
TOTAL	600	800	0	950	0

56) VETOR - VETOR COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 4524

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	283	1.243	0	784	0
TOTAL	283	1.243	0	784	0

57) VISUAL - VISUAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0540

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	0	0	0	434	0
TOTAL	0	0	0	434	0

58) WALENDOWSKY - WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0479

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
ARAUCARIA	0	0	0	15	0
ITAJAI	0	800	72	92	0
TOTAL	0	800	72	107	0

TOTAL PETROBRAS	21.453	57.258	2.061	67.883	0

Produtor: COPESUL - COMPANHIA PETROQUÍMICA DO SUL - COPESUL

1) CHARRUA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO CHARRUA LTDA - Registro ANP Nº 0420

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
TRIUNFO	0	0	0	851	0
TOTAL	0	0	0	851	0

2) CHEVRON - CHEVRON BRASIL LTDA. - Registro ANP Nº TA03

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
TRIUNFO	0	0	0	932	0
TOTAL	0	0	0	932	0

3) CIAX - CIAX COMÉRCIO DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3018

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
TRIUNFO	0	0	0	102	0
TOTAL	0	0	0	102	0

4) ESSO - ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº TA02

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
TRIUNFO	0	0	0	993	0
TOTAL	0	0	0	993	0

5) FIC - FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0425

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
TRIUNFO	0	0	0	569	0
TOTAL	0	0	0	569	0

6) LATINA - LATINA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0467

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
TRIUNFO	0	0	0	3.588	0
TOTAL	0	0	0	3.588	0

7) POLIPETRO - POLIPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0348

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
TRIUNFO	0	0	0	1.667	0
TOTAL	0	0	0	1.667	0

8) SHELL - SHELL BRASIL LTDA - Registro ANP Nº TA06

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
TRIUNFO	0	0	0	803	0
TOTAL	0	0	0	803	0

9) WALENDOWSKY - WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0479

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
TRIUNFO	0	0	0	300	0
TOTAL	0	0	0	300	0

TOTAL COPESUL	0	0	0	9.805	0

Produtor: BRASKEM - BRASKEM S/A

1) ALE - ALESAT COMBUSTÍVEIS S. A. - Registro ANP Nº 0352

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
CANDEIAS	0	0	0	72	0
TOTAL	0	0	0	72	0

2) BR - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A - Registro ANP Nº TA01

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
CANDEIAS	0	0	0	1.060	0
TOTAL	0	0	0	1.060	0

3) FEDERAL - FEDERAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3012

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
CANDEIAS	0	0	0	1.880	0
TOTAL	0	0	0	1.880	0

4) LARCO - LARCO COMERCIAL DE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3027

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
CANDEIAS	0	0	0	150	0
TOTAL	0	0	0	150	0

5) PETROSERRA - PETROSERRA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0470

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
CANDEIAS	0	0	0	44	0
TOTAL	0	0	0	44	0

6) PETROX DISTRIBUIDORA - PETROX DISTRIBUIDORA LTDA. - Registro ANP Nº 3182

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
CANDEIAS	0	0	0	214	0
TOTAL	0	0	0	214	0

7) SAFRA - SAFRA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0401

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
CANDEIAS	0	0	0	50	0
TOTAL	0	0	0	50	0

8) SHELL - SHELL BRASIL LTDA - Registro ANP Nº TA06

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
CAMACARI	0	0	0	4.700	0
TOTAL	0	0	0	4.700	0

TOTAL BRASKEM	0	0	0	8.170	0

Produtor: REFAP - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A
1) RODOIL - RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 3280

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
CANOAS	30	145	0	550	0
TOTAL	30	145	0	550	0

2) SUL COMBUSTÍVEIS - SUL COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3283

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
CANOAS	0	800	0	400	0
TOTAL	0	800	0	400	0
TOTAL REFAP	30	945	0	950	0

Produtor: RPISA - REFINARIA DE PETRÓLEO IPIRANGA S.A.
1) BR - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A - Registro ANP Nº TA01

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
RIO GRANDE	0	2.535	0	802	0
TOTAL	0	2.535	0	802	0

2) CHARRUA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO CHARRUA LTDA - Registro ANP Nº 0420

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
RIO GRANDE	0	700	0	260	0
TOTAL	0	700	0	260	0

3) CHEVRON - CHEVRON BRASIL LTDA. - Registro ANP Nº TA03

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
RIO GRANDE	0	1.400	0	818	0
TOTAL	0	1.400	0	818	0

4) ESSO - ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº TA02

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
RIO GRANDE	0	767	0	753	0
TOTAL	0	767	0	753	0

5) MEGAPETRO - MEGAPETRO PETRÓLEO BRASIL S/A. - Registro ANP Nº 3028

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
RIO GRANDE	0	250	0	150	0
TOTAL	0	250	0	150	0
TOTAL RPISA	0	5.652	0	2.783	0

Produtor: PQU - PETROQUÍMICA UNIÃO S.A
1) BR - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A - Registro ANP Nº TA01

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SANTO ANDRE	0	0	0	2.891	0
TOTAL	0	0	0	2.891	0

2) CBPI - COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA - Registro ANP Nº TA05

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SANTO ANDRE	0	0	0	3.513	0
TOTAL	0	0	0	3.513	0

3) CHEVRON - CHEVRON BRASIL LTDA. - Registro ANP Nº TA03

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SANTO ANDRE	0	0	0	1.974	0
TOTAL	0	0	0	1.974	0

4) ESSO - ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº TA02

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SANTO ANDRE	0	0	0	3.204	0
TOTAL	0	0	0	3.204	0

5) SHELL - SHELL BRASIL LTDA - Registro ANP Nº TA06

PONTO DE FORNECIMENTO	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P
SANTO ANDRE	0	0	0	3.906	0
TOTAL	0	0	0	3.906	0
TOTAL PQU	0	0	0	15.488	0
TOTAL BRASIL	21.483	63.855	2.061	105.079	0

Obs.:
(a) a unidade dos volumes é m³;
(b) nomenclaturas:

OD INT	Óleo Diesel Interior
OD MET	Óleo Diesel Metropolitano
OD MAR	Óleo Diesel Marítimo
GAS A	Gasolina "A"
GAS P	Gasolina "A" Premium

Nº 907 - O Superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto nas Portarias ANP n.º 29, de 9 de fevereiro de 1999, e n.º 72, de 26 de abril de 2000, torna público as homologações dos volumes, por produto, discriminadas a seguir, referentes aos pedidos, por produtor, de adicionais e/ou cortes de combustíveis líquidos derivados de petróleo do mês de março de 2008:
PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S/A

Tipo	Empresa	Município	Produto	Qtd Aceita
C	ART PETRO	ARAUCARIA	GASO A	180
C	ASTER	GUARULHOS	GASO A	2.400
A	ASTER	GUARULHOS	OD MET	1.000
A	FLORIDA	PAULINIA	OD INT	79
C	NOROESTE	PAULINIA	OD INT	198
C	PETROGOIAS	SENADOR CANEDO	GASO A	460
C	PETROGOIAS	SENADOR CANEDO	OD INT	190
C	PETROMAIS	PAULINIA	GASO A	180
C	PETROMAIS	SENADOR CANEDO	OD INT	90
C	PETROSUL	ARAUCARIA	GASO A	400
A	PETROSUL	ARAUCARIA	OD INT	965
C	PETROSUL	GUARULHOS	GASO A	3.500
C	PETROSUL	GUARULHOS	OD MET	2.000
C	PETROSUL	SAO JOSE DOS CAMPOS	GASO A	300
C	PETROSUL	SAO JOSE DOS CAMPOS	OD MET	300
C	PETROSUL	SENADOR CANEDO	GASO A	300
C	PETROSUL	UBERABA	GASO A	100
C	POLIPETRO	BIGUACU	GASO A	300
C	POLIPETRO	ITAJAI	GASO A	100
A	REDE SOL	PAULINIA	OD INT	46
A	REDE SOL	PAULINIA	GASO A	100
C	SAFRA	JEQUIE	GASO A	100
C	SAFRA	JEQUIE	OD INT	390
A	SUL AMERICA	PAULINIA	OD INT	200
C	TRIANGULO	GUARULHOS	GASO A	200
C	TRIANGULO	PAULINIA	GASO A	150
C	TUX	PAULINIA	OD INT	4
A	WALENDOWSKY	ITAJAI	GASO A	28

BRASKEM - BRASKEM S/A

Tipo	Empresa	Município	Produto	Qtd Aceita
A	FEDERAL	CANDEIAS	GASO A	380

REFAP - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A

Tipo	Empresa	Município	Produto	Qtd Aceita
A	RODOIL	CANOAS	OD INT	40
A	RODOIL	CANOAS	GASO A	150

RPISA - REFINARIA DE PETRÓLEO IPIRANGA S.A.

Tipo	Empresa	Município	Produto	Qtd Aceita
C	BR	RIO GRANDE	OD INT	735
A	BR	RIO GRANDE	GASO A	50
A	CHARRUA	RIO GRANDE	OD INT	30
A	CHARRUA	RIO GRANDE	GASO A	20
A	MEGAPETRO	RIO GRANDE	OD INT	75

Obs.:
(a) a unidade dos volumes é m³.
(b) os adicionais ou cortes referem-se às distribuidoras que não possuem contrato com fornecedores.
(c) Nomenclaturas:

A	Adicional
C	Cortes
OD INT	Óleo Diesel Interior
OD MET	Óleo Diesel Metropolitano
OD MAR	Óleo Diesel Marítimo
GAS A	Gasolina "A"
GAS P	Gasolina "A" Premium

Nº 908 - O Superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto nas Portarias ANP nº 29, de 9 de fevereiro de 1999, e nº 72, de 26 de abril de 2000, torna público a homologação dos volumes constantes dos quadros abaixo, referentes as entregas de combustíveis líquidos derivados de petróleo do mês de março de 2008:
Produtor: PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S/A
1) ACOL - ACOL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3255

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
UBERABA	0	2.527	0	0	506	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	1.887	0	0	509	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	4.414	0	0	1.015	0	0	0	0	0	0	0

2) AIR BP - AIR BP BRASIL S.A. - Registro ANP Nº 3141

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CUBATAO	1.112	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1.112	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

3) ALE - ALESAT COMBUSTÍVEIS S. A. - Registro ANP Nº 0352

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	2.240	500	0	2.595	0	0	0	0	0	0	0
BARUERI	0	0	0	0	0	34	0	0	0	0	0	0
BELEM	0	1.935	90	0	1.800	0	0	0	0	0	0	0
BETIM	0	17.130	4.237	0	18.113	0	0	0	0	0	0	0
BIGUACU	0	88	0	0	283	0	0	0	0	0	0	0
CABEDELO	0	986	0	0	1.845	0	0	0	0	0	0	0

CUBATAO	0	0	1.046	0	962	0	0	0	0	0	0	0
DUQUE DE CAXIAS	0	3.937	4.619	121	6.733	0	0	0	0	0	0	0
FORTALEZA	0	3.804	298	0	3.594	0	0	0	0	0	0	0
GOIANIA	0	8.682	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GUAMARE	0	5.908	0	0	3.909	0	0	0	0	0	0	0
GUARULHOS	0	0	960	0	1.260	0	0	0	0	0	0	0
IPOJUCA	0	1.942	80	0	2.350	0	0	0	0	0	0	0
ITABUNA	0	1.395	0	0	1.050	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	78	0	0	336	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	4.124	0	0	1.639	0	0	0	0	0	0	0
MACEIO	0	867	0	0	803	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	4.288	0	0	3.662	0	0	0	0	0	0	0
SAO CAETANO DO SUL	0	0	6.194	0	9.616	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	3.763	896	0	2.685	0	0	0	0	0	0	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	1.896	0	3.072	0	0	0	0	0	0	0
SAO LUIS	0	7.773	0	0	3.089	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	0	0	0	4.030	0	0	0	0	0	0	0
UBERABA	0	1.814	0	0	1.247	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	4.032	0	0	2.373	0	0	0	0	0	0	0
VITORIA	0	2.919	673	0	4.478	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	77.705	21.489	121	81.524	34	0	0	0	0	0	0

4) AMERICA LATINA - AMERICA LATINA - PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3229

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	6.053	0	0	1.250	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	6.053	0	0	1.250	0	0	0	0	0	0	0

5) AMERICANOIL - AMERICANOIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0544

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	1.525	0	0	1.029	0	0	0	0	0	0	0
BIGUACU	0	325	0	0	372	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.850	0	0	1.401	0	0	0	0	0	0	0

6) ART PETRO - ART PETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3129

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	981	0	0	494	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	981	0	0	494	0	0	0	0	0	0	0

7) ASPEN - ASPEN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0436

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	115	0	0	876	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	115	0	0	876	0	0	0	0	0	0	0

8) ASTER - ASTER PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0550

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARULHOS	0	0	6.514	0	7.717	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	3.869	0	0	470	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	3.869	6.514	0	8.187	0	0	0	0	0	0	0

9) ATEM' S - ATEM´S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3148

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
MANAUS	0	5.435	0	0	4.025	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	5.435	0	0	4.025	0	0	0	0	0	0	0

10) ATLANTA - ATLANTA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3143

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	87	0	0	80	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	87	0	0	80	0	0	0	0	0	0	0

11) ATLÂNTICA - ATLÂNTICA PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3220

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITABUNA	0	380	0	0	234	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	380	0	0	234	0	0	0	0	0	0	0

12) BR - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A - Registro ANP Nº TA01

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	76.397	17.300	49	27.800	0	3.958	0	0	0	8.264	30
BARCARENA	0	0	0	0	0	0	36.981	17.200	0	0	0	0
BARUERI	0	0	40.383	0	17.876	134	0	0	0	0	0	0
BELEM	53	16.669	4.700	6.679	7.279	0	0	0	0	0	5.580	0
BETIM	0	67.989	30.475	0	36.578	0	26.572	0	0	0	23.036	210
BIGUACU	0	2.756	0	0	3.203	0	0	0	0	0	0	0
BRASILIA	0	19.998	0	0	22.700	0	0	0	0	0	0	0
CABEDELO	0	6.349	0	0	3.272	0	0	0	0	0	0	0
CANDEIAS	0	29.230	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CUBATAO	2.100	0	22.322	1.447	5.497	0	0	0	0	0	0	0
DUQUE DE CAXIAS	0	17.328	21.887	1.899	26.474	0	1.591	3.581	0	0	38.170	20
FORTALEZA	0	19.211	9.063	347	8.857	0	336	0	0	0	7.750	0
GOIANIA	0	62.200	0	0	8.500	0	0	0	0	0	0	0
GUAMARE	0	15.491	0	273	7.000	0	0	0	0	0	7.150	0
GUARAMIRIM	0	9.344	0	0	5.810	0	0	0	0	0	0	0
GUARULHOS	0	0	24.860	0	14.816	0	0	0	0	0	99.645	0
IPOJUCA	93	9.976	10.278	0	7.256	0	0	0	0	0	7.512	0
ITABUNA	0	5.810	0	0	1.849	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	6.224	0	921	3.672	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	14.544	0	0	1.567	0	0	0	0	0	0	0
MACEIO	0	9.890	0	0	4.152	0	0	0	0	0	0	0
MANAUS	0	86.577	0	0	14.651	0	56.835	0	0	0	13.208	60
PAULINIA	0	144.401	18.458	0	32.224	0	5.526	0	38.634	0	16.790	150
RECIFE	0	0	0	400	0	0	184	0	0	0	0	0
RIBEIRAO PRETO	0	26.283	0	0	6.435	0	0	0	0	0	0	0
SAO CAETANO DO SUL	0	0	27.842	0	17.422	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	76.991	20.322	2.290	20.010	0	23.043	0	0	0	11.903	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	11.736	0	5.702	0	17.337	0	0	0	0	0
SAO LUIS	0	74.047	0	0	13.610	0	21.500	0	0	0	3.893	130

UBERABA	0	6.019	0	0	944	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	24.197	0	0	4.120	0	0	0	0	0	0	0
VITORIA	0	35.893	10.004	1.846	13.394	0	0	0	0	0	0	0
VOLTA REDONDA	0	16.024	0	0	307	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	2.246	879.838	269.630	16.151	342.977	134	193.863	20.781	38.634	0	242.901	600

13) BRASIL OIL - BRASIL OIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO S/A. - Registro ANP Nº 3258

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	0	0	0	11	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	41	0	0	54	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	151	0	0	107	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	498	0	0	497	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	690	0	0	669	0	0	0	0	0	0	0

14) BRASOIL - BRASOIL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0444

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	1.057	0	0	437	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.057	0	0	437	0	0	0	0	0	0	0

15) CBPI - COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA - Registro ANP Nº TA05

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	85.500	20.830	170	31.070	0	610	0	0	0	0	30
BARUERI	0	0	14.600	0	12.578	760	0	0	0	0	0	0
BELEM	0	8.189	3.991	2.937	1.934	0	0	0	0	0	0	0
BETIM	0	52.682	27.306	0	18.396	0	1.030	0	0	0	0	30
BIGUACU	0	2.987	0	0	3.218	0	0	0	0	0	0	0
BRASILIA	0	10.580	0	0	8.744	0	0	0	0	0	0	0
CABEDELO	0	3.575	0	0	5.162	0	0	0	0	0	0	0
CUBATAO	0	0	6.226	598	1.937	0	0	0	0	0	0	0
DUQUE DE CAXIAS	0	33.389	39.887	7.561	15.059	160	372	0	0	0	0	60
FORTALEZA	0	1.472	6.061	0	1.440	0	0	0	0	0	0	0
GOIANIA	0	34.600	0	0	7.150	0	0	0	0	0	0	0
GUAMARE	0	5.972	0	0	350	0	0	0	0	0	0	0
GUARAMIRIM	0	4.313	0	0	2.670	0	0	0	0	0	0	0
GUARULHOS	0	0	6.557	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPOJUCA	0	5.790	7.380	0	3.181	0	0	0	0	0	0	0
ITABUNA	0	3.331	0	0	576	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	5.610	0	120	4.263	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	7.092	0	0	731	0	0	0	0	0	0	0
MACEIO	0	5.678	0	0	1.209	0	0	0	0	0	0	0
MANAUS	0	16.350	0	0	2.900	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	163.640	14.310	0	21.530	0	3.295	0	1.544	0	0	15
RIBEIRAO PRETO	0	19.450	0	0	4.930	0	0	0	0	0	0	0
SAO CAETANO DO SUL	0	0	25.169	0	16.791	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	12.404	7.958	0	1.710	0	820	0	0	0	0	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	9.494	0	2.486	0	3.450	0	0	0	0	0
SAO LUIS	0	21.687	0	0	2.087	0	0	0	0	0	0	0
UBERABA	0	2.383	0	0	700	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	14.054	0	0	2.111	0	0	0	0	0	0	0
VITORIA	0	6.405	4.285	0	3.155	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	527.133	194.054	11.386	178.068	920	9.577	0	1.544	0	0	135

16) CDC - CDC COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3005

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SENADOR CANEDO	0	1.328	0	0	760	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	317	0	0	37	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.645	0	0	797	0	0	0	0	0	0	0

17) CHEVRON - CHEVRON BRASIL LTDA. - Registro ANP Nº TA03

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	31.100	11.750	0	13.000	0	259	0	0	0	0	250
BARCARENA	0	0	0	0	0	0	12.985	0	0	0	0	0
BARUERI	0	0	6.409	0	8.321	150	0	0	0	0	0	0
BELEM	0	11.324	3.315	0	7.496	0	0	0	0	0	0	0
BETIM	0	10.972	6.681	0	9.493	0	50	0	0	0	0	30
BIGUACU	0	2.486	0	0	3.344	0	0	0	0	0	0	0
BRASILIA	0	8.806	0	0	10.352	0	0	0	0	0	0	0
CABEDELO	0	4.749	0	0	4.578	0	0	0	0	0	0	0
CUBATAO	0	0	3.391	51	2.198	0	0	0	0	0	0	0
DUQUE DE CAXIAS	0	9.707	8.000	25	7.117	80	112	0	0	0	0	40
FORTALEZA	0	2.936	4.208	0	4.349	0	0	0	0	0	0	0
GOIANIA	0	14.100	0	0	3.805	0	0	0	0	0	0	0
IPOJUCA	0	5.868	1.457	0	4.050	0	0	0	0	0	0	0
ITABUNA	0	2.056	0	0	422	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	5.400	0	124	5.000	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	1.201	0	0	375	0	0	0	0	0	0	0
MACEIO	0	2.568	0	0	1.359	0	0	0	0	0	0	0
MANAUS	0	7.500	0	0	1.600	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	33.700	4.250	0	10.200	0	2.043	0	1.172	0	0	90
RIBEIRAO PRETO	0	13.000	0	0	3.800	0	0	0	0	0	0	0
SAO CAETANO DO SUL	0	0	13.412	0	11.680	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	4.800	1.200	0	2.200	0	110	0	0	0	0	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	4.068	0	1.507	0	552	0	0	0	0	0
SAO LUIS	0	18.929	0	0	4.512	0	0	0	0	0	0	200
UBERLANDIA	0	16.774	0	0	2.389	0	0	0	0	0	0	0
VITORIA	0	2.967	5.569	0	3.497	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	210.943	73.710	200	126.644	230	16.111	0	1.172	0	0	610

18) CIAPETRO - CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0452

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	14.415	925	0	4.198	0	0	0	0	0	0	0
GUARULHOS	0	0	151	0	176	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	10.654	0	0	2.100	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	25.069	1.076	0	6.474	0	0	0	0	0	0	0

19) CIAX - CIAX COMÉRCIO DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3018

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	1.839	130	0	530	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.839	130	0	530	0	0	0	0	0	0	0

20) CONTATTO - CONTATTO PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0503

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	0	0	0	17	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	17	0	0	0	0	0	0	0

21) COSAN - COSAN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 0547

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	200	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	200	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

22) DIBRAPE - DIBRAPE DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0149

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	200	900	394	0	0	0	0	0	0	0	0
GUARAMIRIM	0	4.975	0	0	745	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	5.175	900	394	745	0	0	0	0	0	0	0

23) DINAMO - DINAMO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A - Registro ANP Nº 0542

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
DUQUE DE CAXIAS	0	1.018	1.434	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.018	1.434	0	0	0	0	0	0	0	0	0

24) DIP - DIP PETRÓLEO DISTRIBUIDOR DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3281

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	1.959	0	0	602	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.959	0	0	602	0	0	0	0	0	0	0

25) DIRECIONAL - DIRECIONAL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3211

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
DUQUE DE CAXIAS	0	59	60	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	59	60	0	0	0	0	0	0	0	0	0

26) DISLUB - DISLUB COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 0486

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CABEDELO	0	1.070	0	0	655	0	0	0	0	0	0	0
IPOJUCA	0	5.200	2.000	0	3.805	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	6.270	2.000	0	4.460	0	0	0	0	0	0	0

27) D`MAIS - D`MAIS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3188

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARULHOS	0	0	1.958	0	2.731	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	500	0	0	310	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	500	1.958	0	3.041	0	0	0	0	0	0	0

28) DNP - DNP - DISTRIBUIDORA NACIONAL DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3100

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
MANAUS	0	8.000	0	0	4.784	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	8.000	0	0	4.784	0	0	0	0	0	0	0

29) ECOLOGICA - ECOLÓGICA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3002

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	3.015	10	0	1.300	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	3.015	10	0	1.300	0	0	0	0	0	0	0

30) ELLO-PUMA - ELLO-PUMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A. - Registro ANP Nº 3165

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BETIM	0	2.757	760	0	3.197	0	0	0	0	0	0	0
CABEDELO	0	3.319	0	0	2.851	0	0	0	0	0	0	0
DUQUE DE CAXIAS	0	170	435	0	1.130	0	0	0	0	0	0	0
GOIANIA	0	1.292	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPOJUCA	0	2.146	238	0	1.636	0	0	0	0	0	0	0
ITABUNA	0	508	0	0	423	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	1.986	133	0	718	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	0	0	0	1.491	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	12.178	1.566	0	11.446	0	0	0	0	0	0	0

31) EQUADOR - DISTRIBUIDORA EQUADOR DE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3117

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
MANAUS	0	10.240	0	0	6.689	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	10.240	0	0	6.689	0	0	0	0	0	0	0

32) ESSO - ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº TA02

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	22.580	12.800	244	13.000	0	370	0	0	0	0	50
BARUERI	0	0	934	0	1.901	132	0	0	0	0	0	0
BELEM	0	950	1.060	0	2.860	0	0	0	0	0	0	0
BETIM	0	13.390	2.450	0	6.582	0	0	0	0	0	2.520	0
BIGUACU	0	842	0	0	891	0	0	0	0	0	0	0
BRASILIA	0	1.450	0	0	4.204	0	0	0	0	0	0	0
CABEDELO	0	1.058	0	0	1.195	0	0	0	0	0	0	0
CUBATAO	0	0	4.375	0	903	0	0	0	0	0	0	0
DUQUE DE CAXIAS	0	8.219	5.013	0	13.102	100	0	0	0	0	11.000	10
FORTALEZA	0	1.202	1.903	0	3.220	0	0	0	0	0	0	0

GOIANIA	0	2.600	0	0	1.000	0	0	0	0	0	0	0
GUARULHOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26.195	0
IPOJUCA	0	1.307	1.279	0	1.701	0	0	0	0	0	1.550	0
ITABUNA	0	2.397	0	0	944	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	3.100	0	1.350	3.090	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	854	0	0	108	0	0	0	0	0	0	0
MACEIO	0	1.269	0	0	310	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	13.750	4.246	0	11.500	0	915	0	392	0	3.828	20
RIBEIRAO PRETO	0	5.538	0	0	2.350	0	0	0	0	0	0	0
SAO CAETANO DO SUL	0	0	8.485	0	15.788	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	7.100	1.250	0	2.800	0	0	0	0	0	0	39
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	1.045	0	1.705	0	749	0	0	0	0	0
SAO LUIS	0	4.365	0	0	2.681	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	3.597	0	0	1.249	0	0	0	0	0	0	0
VITORIA	0	4.148	1.033	0	3.479	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	99.716	45.873	1.594	96.563	232	2.034	0	392	0	45.093	119

33) ESTRADA - ESTRADA DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0549

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	2.077	423	0	599	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	2.077	423	0	599	0	0	0	0	0	0	0

34) EURO PETRÓLEO - EURO PETRÓLEO DO BRASIL LTDA. - Registro ANP Nº 3181

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	0	0	0	152	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	152	0	0	0	0	0	0	0

35) EXXEL - EXXEL BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0315

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	0	0	0	20	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	20	0	0	0	0	0	0	0

36) FEDERAL - FEDERAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3012

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CABEDELO	0	1.540	0	0	1.250	0	0	0	0	0	0	0
IPOJUCA	0	1.414	571	0	1.843	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	214	0	0	63	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	2.089	0	0	1.073	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	5.257	571	0	4.229	0	0	0	0	0	0	0

37) FIC - FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0425

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	2.892	150	0	7.683	0	0	0	0	0	0	0
BETIM	0	6.423	485	0	5.808	0	0	0	0	0	0	0
GUARULHOS	0	0	1.256	0	3.870	0	0	0	0	0	0	0
ITABUNA	0	430	0	0	261	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	489	0	0	601	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	21.657	0	0	4.625	0	0	0	0	0	0	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	1.701	0	2.174	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	5.404	0	0	2.177	0	0	0	0	0	0	0
UBERABA	0	764	0	0	452	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	1.413	0	0	792	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	39.482	3.592	0	28.443	0	0	0	0	0	0	0

38) FLORIDA - FLORIDA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0161

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARULHOS	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	522	0	0	66	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	522	100	0	66	0	0	0	0	0	0	0

39) GLOBAL DISTRIBUIDORA - GLOBAL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3120

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BRASILIA	0	2.283	0	0	2.260	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	1.235	0	0	571	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	239	0	0	149	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	3.757	0	0	2.980	0	0	0	0	0	0	0

40) GPETRO - GPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0502

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	0	0	0	105	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	105	0	0	0	0	0	0	0

41) HORA - HORA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3007

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	2.110	134	0	1.233	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	2.110	134	0	1.233	0	0	0	0	0	0	0

42) IDAZA - IDAZA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0505

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	240	1.000	0	2.475	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	1.111	0	363	2.128	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	1.295	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	4.376	0	0	867	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	7.022	1.000	363	5.470	0	0	0	0	0	0	0

43) ISABELLA - COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO ISABELLA LTDA. - Registro ANP Nº 3004

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	600	0	0	96	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	600	0	0	96	0	0	0	0	0	0	0

44) JATOBA - JATOBÁ DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0456

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITAJAI	0	564	0	0	1.622	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	564	0	0	1.622	0	0	0	0	0	0	0

45) LARCO - LARCO COMERCIAL DE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3027

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITABUNA	0	285	0	0	32	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	1.175	418	0	867	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.460	418	0	899	0	0	0	0	0	0	0

46) LATINA - LATINA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0467

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	3.350	150	0	1.350	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	11	0	0	174	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	3.361	150	0	1.524	0	0	0	0	0	0	0

47) LIDERPETRO - LIDERPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0396

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
UBERABA	0	266	0	0	76	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	2.993	0	0	910	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	3.259	0	0	986	0	0	0	0	0	0	0

48) MAZP DISTRIBUIDORA - MAZP DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 2129

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	7.314	0	0	1.590	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	7.314	0	0	1.590	0	0	0	0	0	0	0

49) MIME - MIME DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3124

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARAMIRIM	0	3.453	0	0	921	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	3.453	0	0	921	0	0	0	0	0	0	0

50) MINAS DISTRIBUIDORA - MINAS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0453

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
UBERLANDIA	0	328	0	0	19	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	328	0	0	19	0	0	0	0	0	0	0

51) MISTER OIL - MISTER OIL DISTRIBUIDORA LTDA. - Registro ANP Nº 0404

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARULHOS	0	0	287	0	258	0	0	0	0	0	0	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	302	0	258	0	0	0	0	0	0	0

52) MMP - MMP DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3133

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	5.850	2.000	0	2.300	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	5.850	2.000	0	2.300	0	0	0	0	0	0	0

53) MONTE CABRAL - MONTE CABRAL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3172

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	90	0	0	332	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	90	0	0	332	0	0	0	0	0	0	0

54) MONTE CARMELO - DISTRIBUIDORA MONTE CARMELO DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0522

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
UBERLANDIA	0	620	0	0	169	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	620	0	0	169	0	0	0	0	0	0	0

55) NOROESTE - NOROESTE DISTIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 0528

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	900	0	0	204	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	900	0	0	204	0	0	0	0	0	0	0

56) PDV BRASIL - PDV BRASIL COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA. - Registro ANP Nº 3153

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BELEM	0	1.596	791	0	2.436	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.596	791	0	2.436	0	0	0	0	0	0	0

57) PELIKANO - PELIKANO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0362

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	532	300	0	966	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	532	300	0	966	0	0	0	0	0	0	0

58) PETRO AMAZON - PETRO AMAZON PETRÓLEO DA AMAZONIA LTDA - Registro ANP Nº 0143

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BELEM	0	0	2.332	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MANAUS	0	2.795	0	0	1.562	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	2.795	2.332	0	1.562	0	0	0	0	0	0	0

59) PETROBAHIA - DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO BAHIA S/A - Registro ANP Nº 0385

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITABUNA	0	1.042	0	0	854	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	2.395	0	0	1.395	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	1.961	388	0	1.300	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	5.398	388	0	3.549	0	0	0	0	0	0	0

60) PETROEXPRESS - PETROEXPRESS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3114

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	1.275	0	0	460	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.275	0	0	460	0	0	0	0	0	0	0

61) PETROLIDER - PETROLIDER DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3162

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SENADOR CANEDO	0	0	0	0	477	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	477	0	0	0	0	0	0	0

62) PETROLUZ - PETROLUZ DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3122

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARULHOS	0	0	0	0	180	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	292	0	0	345	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	292	0	0	525	0	0	0	0	0	0	0

63) PETROMAIS - PETROMAIS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3195

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	802	0	0	640	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	90	0	0	89	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	892	0	0	729	0	0	0	0	0	0	0

64) PETROMOTOR - PETROMOTOR DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3019

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	15	0	0	11	0	0	0	0	0	0	0
GUARAMIRIM	0	2	0	0	9	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	16	0	0	57	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	33	0	0	77	0	0	0	0	0	0	0

65) PETRONAC - PETRONAC DISTRIBUIDORA NACIONAL DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E ALCOOL S/A - Registro ANP Nº 0537

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARULHOS	0	0	44	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	6.489	0	0	4.828	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	6.489	44	0	4.828	0	0	0	0	0	0	0

66) PETRONOSSA - PETRONOSSA PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0557

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0	0

67) PETROPAR DISTRIBUIDORA - PETROPAR PETRÓLEO E PARTICIPAÇÕES LTDA - Registro ANP Nº 0345

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	600	260	0	1.420	0	0	0	0	0	0	0
BIGUACU	0	0	0	0	86	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	36	0	0	76	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	636	260	0	1.582	0	0	0	0	0	0	0

68) PETROSERRA - PETROSERRA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0470

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
JEQUIE	0	1.001	0	0	572	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	3.331	82	0	1.470	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	4.332	82	0	2.042	0	0	0	0	0	0	0

69) PETROSUL - PETROSUL DISTRIBUIDORA TRANSPORTADORA E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0197

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	3.225	320	0	1.700	0	0	0	0	0	0	0
GUARULHOS	0	0	5.436	0	12.162	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	7.351	0	0	282	0	0	0	0	0	0	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	498	0	575	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	3.401	0	0	1.460	0	0	0	0	0	0	0
UBERABA	0	1.262	0	0	555	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	15.239	6.254	0	16.734	0	0	0	0	0	0	0

70) PETROX DISTRIBUIDORA - PETROX DISTRIBUIDORA LTDA. - Registro ANP Nº 3182

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CABEDELO	0	386	0	0	540	0	0	0	0	0	0	0
IPOJUCA	0	1.407	105	0	1.411	0	0	0	0	0	0	0
ITABUNA	0	552	0	0	478	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	3.110	1.565	0	2.500	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	5.455	1.670	0	4.929	0	0	0	0	0	0	0

71) POLIPETRO - POLIPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0348

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	440	179	0	1.845	0	0	0	0	0	0	0
BIGUACU	0	1.114	0	0	1.649	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	1.710	0	1.387	1.510	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	3.264	179	1.387	5.004	0	0	0	0	0	0	0

72) PONTUAL - PONTUAL BRASIL PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 3009

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	4.547	1.550	0	1.330	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	4.547	1.550	0	1.330	0	0	0	0	0	0	0

73) POTENCIAL - POTENCIAL PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0203

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	11.226	2.814	0	3.148	0	0	0	0	0	0	0
BETIM	0	480	415	0	277	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	11.706	3.229	0	3.425	0	0	0	0	0	0	0

74) PREMIUM - PREMIUM DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3017

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BRASILIA	0	1.198	0	0	2.452	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	7.996	0	0	4.796	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	9.194	0	0	7.248	0	0	0	0	0	0	0

75) REDE BRASIL - REDE BRASIL DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0441

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BETIM	0	5.074	866	0	7.656	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	3.633	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	179	0	0	175	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	597	0	0	149	0	0	0	0	0	0	0
UBERABA	0	792	0	0	311	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	632	0	0	431	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	10.907	866	0	8.722	0	0	0	0	0	0	0

76) REDE SOL - REDE SOL FUEL DISTRIBUIDORA LTDA. - Registro ANP Nº 3171

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARULHOS	0	0	260	0	1.220	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	223	0	0	360	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	223	260	0	1.580	0	0	0	0	0	0	0

77) REJAILE - REJAILE DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0341

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	1.177	297	0	1.462	0	0	0	0	0	0	0
BIGUACU	0	20	0	0	22	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	579	0	12	936	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.776	297	12	2.420	0	0	0	0	0	0	0

78) REPSOL YPF - REPSOL YPF DISTRIBUIDORA S.A. - Registro ANP Nº 0391

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	2.750	500	0	1.800	0	0	0	0	0	0	0
BETIM	0	1.097	548	0	694	0	0	0	0	0	0	60
BIGUACU	0	107	0	0	220	0	0	0	0	0	0	0
BRASILIA	0	200	0	0	400	0	0	0	0	0	0	0
DUQUE DE CAXIAS	0	439	599	45	1.188	30	0	0	0	0	0	15
GUARAMIRIM	0	893	0	0	818	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	1.093	0	0	1.096	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	900	0	0	1.450	0	0	0	0	0	0	20
SAO CAETANO DO SUL	0	0	1.950	0	2.702	0	0	0	0	0	0	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	149	0	100	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	7.479	3.746	45	10.468	30	0	0	0	0	0	95

79) RIO BRANCO - DISTRIBUIDORA RIO BRANCO DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0490

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SENADOR CANEDO	0	1.195	0	0	448	0	0	0	0	0	0	0
UBERABA	0	3.697	0	0	1.173	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	1.069	0	0	312	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	5.961	0	0	1.933	0	0	0	0	0	0	0

80) RM PETROLEO - RM PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3169

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARULHOS	0	0	1.994	0	6.805	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	10.519	0	0	3.553	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	10.519	1.994	0	10.358	0	0	0	0	0	0	0

81) RODOIL - RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 3280

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	304	0	13	565	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	304	0	13	565	0	0	0	0	0	0	0

82) RODOPETRO - RODOPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3156

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
DUQUE DE CAXIAS	0	1.834	1.780	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.834	1.780	0	0	0	0	0	0	0	0	0

83) RUFF C.J. - RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0320

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BETIM	0	765	660	0	465	0	0	0	0	0	0	0
GUARULHOS	0	0	2.742	0	5.384	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	7.607	0	0	5.171	0	0	0	0	0	0	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	1.869	0	1.718	0	0	0	0	0	0	0
UBERABA	0	549	0	0	206	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	360	0	0	182	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	9.281	5.271	0	13.126	0	0	0	0	0	0	0

84) S. DISTRIBUIDORA - S DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0480

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CABEDELO	0	1.752	0	0	1.096	0	0	0	0	0	0	0
IPOJUCA	0	2.872	1.400	0	2.070	0	0	0	0	0	0	0
ITABUNA	0	349	0	0	353	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	4.973	1.400	0	3.519	0	0	0	0	0	0	0

85) SAARA - DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVES SAARA LTDA. - Registro ANP Nº 0194

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	4.600	0	0	1.532	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	4.600	0	0	1.532	0	0	0	0	0	0	0

86) SABBA - PETRÓLEO SABBA S.A. - Registro ANP Nº TA11

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BELEM	0	2.575	2.760	740	2.800	0	0	0	0	0	0	0
MANAUS	0	19.500	0	0	8.500	0	0	0	0	0	0	0
SAO LUIS	0	18.350	0	0	5.492	0	992	0	0	0	0	0
TOTAL	0	40.425	2.760	740	16.792	0	992	0	0	0	0	0

87) SAFRA - SAFRA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0401

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
JEQUIE	0	699	0	0	148	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	699	0	0	148	0	0	0	0	0	0	0

88) SAURO - SAURO BRASILEIRA DE PETRÓLEO S.A. - Registro ANP Nº 0383

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	116	0	0	93	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	60	0	0	60	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	176	0	0	153	0	0	0	0	0	0	0

89) SHELL - SHELL BRASIL LTDA - Registro ANP Nº TA06

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	40.582	10.520	0	14.640	0	1.972	0	0	0	7.077	0
BARUERI	0	0	25.683	0	22.848	395	0	0	0	0	0	0
BELEM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.303	0
BETIM	0	23.062	12.030	0	12.737	0	19.674	0	0	0	10.191	0
BIGUACU	0	1.047	0	0	1.973	0	0	0	0	0	0	0
BRASILIA	0	6.920	0	0	8.135	0	0	0	0	0	0	0
CABEDELO	0	1.562	0	0	2.731	0	0	0	0	0	0	0
CUBATAO	1.400	0	10.443	630	1.448	0	0	0	0	0	0	0
DUQUE DE CAXIAS	0	14.150	24.840	150	17.395	142	837	0	0	0	17.130	0
FORTALEZA	0	628	1.653	0	2.700	0	0	0	0	0	5.752	0
GOIANIA	0	9.150	0	0	5.350	0	0	0	0	0	0	0
GUAMARE	0	922	0	0	300	0	0	0	0	0	0	0
GUARULHOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	54.096	0
IPOJUCA	0	4.233	1.140	0	3.055	0	0	0	0	0	3.504	0
ITABUNA	0	1.095	0	0	297	0	0	0	0	0	0	0
ITAJAI	0	1.090	0	800	2.150	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	5.154	0	0	113	0	0	0	0	0	0	0
MACEIO	0	843	0	0	320	0	0	0	0	0	0	0
MANAUS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.785	0
PAULINIA	0	39.063	17.850	0	15.610	0	6.053	0	8.374	0	7.483	0
RIBEIRAO PRETO	0	13.370	0	0	3.550	0	0	0	0	0	0	0
SAO CAETANO DO SUL	0	0	27.680	0	33.283	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	11.962	10.313	0	3.603	0	6.075	0	0	0	11.736	61
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	4.489	0	4.807	0	2.390	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	5.028	0	0	1.685	0	0	0	0	0	0	0
VITORIA	0	3.286	4.300	0	3.493	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1.400	183.147	150.941	1.580	162.223	537	37.001	0	8.374	0	126.057	61

90) SIMARELLI - SIMARELLI DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0325

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	1.700	0	0	730	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	5.299	0	0	2.007	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	6.999	0	0	2.737	0	0	0	0	0	0	0

91) SIMEIRA - SIMEIRA PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3252

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BARUERI	0	0	100	0	270	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	0	0	0	24	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	100	0	294	0	0	0	0	0	0	0

92) SL - SL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3015

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	0	0	0	11	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	11	0	0	0	0	0	0	0

93) SMALL - SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3001

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	8.498	0	0	498	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	8.498	0	0	498	0	0	0	0	0	0	0

94) SOLL - SOLL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0489

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARULHOS	0	0	49	0	97	0	0	0	0	0	0	0
ITABUNA	0	744	0	0	446	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	873	0	0	691	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	427	0	0	195	0	0	0	0	0	0	0
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	180	0	328	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	2.044	229	0	1.757	0	0	0	0	0	0	0

95) SP - SP INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0437

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BELEM	0	2.600	795	0	1.590	0	0	0	0	0	0	0
BETIM	0	1.019	827	0	1.564	0	0	0	0	0	0	0
CABEDELO	0	739	0	0	425	0	0	0	0	0	0	0
FORTALEZA	0	7.159	9.368	0	8.033	0	0	0	0	0	0	0
GUAMARE	0	2.308	0	0	1.161	0	0	0	0	0	0	0
IPOJUCA	0	1.727	472	0	1.320	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	511	0	0	380	0	0	0	0	0	0	0
MANAUS	0	1.908	0	0	1.510	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	1.850	200	0	750	0	0	0	0	0	0	0
SAO LUIS	0	8.427	0	0	1.878	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	28.248	11.662	0	18.611	0	0	0	0	0	0	0

96) SR - SR DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3170

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SENADOR CANEDO	0	627	0	0	268	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	627	0	0	268	0	0	0	0	0	0	0

97) SUL AMERICA - SUL AMÉRICA DISTRIBUIDORA PETROLEIRA LTDA. - Registro ANP Nº 3138

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	1.173	0	0	731	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.173	0	0	731	0	0	0	0	0	0	0

98) SULPETRO - DISTRIBUIDORA SUL DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3026

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BIGUACU	0	31	0	0	52	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	31	0	0	52	0	0	0	0	0	0	0

99) TABOCAO - DISTRIBUIDORA TABOCÃO LTDA. - Registro ANP Nº 3010

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SENADOR CANEDO	0	6.994	0	0	888	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	1.334	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	8.328	0	0	888	0	0	0	0	0	0	0

100) TAURUS - TAURUS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0525

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	12.703	0	0	2.507	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	12.703	0	0	2.507	0	0	0	0	0	0	0

101) TEMAPE - TEMAPE - TERMINAIS MARÍTIMOS DE PERNAMBUCO LTDA. - Registro ANP Nº 3011

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CABEDELO	0	635	0	0	900	0	0	0	0	0	0	0
IPOJUCA	0	2.794	193	0	2.100	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	3.429	193	0	3.000	0	0	0	0	0	0	0

102) TOBRAS - TOBRAS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3228

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
DUQUE DE CAXIAS	0	0	161	280	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	161	280	0	0	0	0	0	0	0	0

103) TORRAO - DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEL TORRÃO LTDA. - Registro ANP Nº 0521

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SAO JOSE DOS CAMPOS	0	0	2.021	0	3.380	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	2.021	0	3.380	0	0	0	0	0	0	0

104) TOTAL - TOTAL DISTRIBUIDORA S/A. - Registro ANP Nº 0410

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
IPOJUCA	0	4.334	1.346	0	2.873	0	0	0	0	0	0	0
JEQUIE	0	5.629	0	0	1.672	0	0	0	0	0	0	0
SAO FRANCISCO DO CONDE	0	6.673	1.000	0	5.064	0	0	0	0	0	0	0
SAO LUIS	0	8.773	0	0	2.792	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	4.491	0	0	3.328	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	29.900	2.346	0	15.729	0	0	0	0	0	0	0

105) TOWER - TOWER BRASIL PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0014

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SAO CAETANO DO SUL	0	0	150	0	474	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	150	0	474	0	0	0	0	0	0	0

106) TRANSO - TRANSO COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0389

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	54	0	0	85	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	54	0	0	85	0	0	0	0	0	0	0

107) TRIANGULO - TRIANGULO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0472

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
GUARULHOS	0	0	1.390	0	1.472	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	4.233	0	0	1.024	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	4.233	1.390	0	2.496	0	0	0	0	0	0	0

108) TUX - TUX DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3178

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	0	0	0	172	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	172	0	0	0	0	0	0	0

109) UBP PETRÓLEO - U.B.P. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 3013

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SENADOR CANEDO	0	2.299	0	0	1.253	0	0	0	0	0	0	0
UBERABA	0	2.052	0	0	863	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	918	0	0	407	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	5.269	0	0	2.523	0	0	0	0	0	0	0

110) UF - UF DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 3127

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	0	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CUBATAO	0	0	97	0	0	0	0	0	0	0	0	0
UBERABA	0	370	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	370	147	0	0	0	0	0	0	0	0	0

111) UNI - UNI COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0365

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	1.507	2.338	115	499	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.507	2.338	115	499	0	0	0	0	0	0	0

112) VEGA - VEGA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 3131

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	509	100	0	223	0	0	0	0	0	0	0
GUARULHOS	0	0	501	0	299	0	0	0	0	0	0	0
PAULINIA	0	450	0	0	386	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	959	601	0	908	0	0	0	0	0	0	0

113) VETOR - VETOR COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 4524

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	1.243	283	0	841	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.243	283	0	841	0	0	0	0	0	0	0

114) VOLPATO - DISTRIBUIDORA VOLPATO LTDA. - Registro ANP Nº 3187

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ARAUCARIA	0	2.548	150	0	500	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	2.548	150	0	500	0	0	0	0	0	0	0

115) WALENDOWSKY - WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0479

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITAJAI	0	814	0	144	149	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	814	0	144	149	0	0	0	0	0	0	0

116) WATT - WATT DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 3118

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
PAULINIA	0	2.500	0	0	727	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	3.762	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	6.262	0	0	727	0	0	0	0	0	0	0

117) ZEMA - ZEMA CIA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0379

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
BETIM	0	3.898	477	0	3.001	0	0	0	0	0	0	0
SENADOR CANEDO	0	4.477	0	0	1.918	0	0	0	0	0	0	0
UBERABA	0	1.217	0	0	613	0	0	0	0	0	0	0
UBERLANDIA	0	2.723	0	0	651	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	12.315	477	0	6.183	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL PETROBRAS	4.758	2.478.992	837.736	34.525	1.297.108	2.117	259.578	20.781	50.116	0	414.051	1.620

Produtor: COPESUL - COMPANHIA PETROQUÍMICA DO SUL - COPESUL
1) CHARRUA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO CHARRUA LTDA - Registro ANP Nº 0420

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
TRIUNFO	0	0	0	0	710	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	710	0	0	0	0	0	0	0

2) CHEVRON - CHEVRON BRASIL LTDA. - Registro ANP Nº TA03

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
TRIUNFO	0	0	0	0	295	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	295	0	0	0	0	0	0	0

3) CIAX - CIAX COMÉRCIO DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3018

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
TRIUNFO	0	0	0	0	28	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	28	0	0	0	0	0	0	0

4) ESSO - ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº TA02

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
TRIUNFO	0	0	0	0	180	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	180	0	0	0	0	0	0	0

5) FIC - FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0425

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
TRIUNFO	0	0	0	0	345	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	345	0	0	0	0	0	0	0

6) LATINA - LATINA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0467

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
TRIUNFO	0	0	0	0	2.865	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	2.865	0	0	0	0	0	0	0

7) POLIPETRO - POLIPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0348

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
TRIUNFO	0	0	0	0	1.216	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	1.216	0	0	0	0	0	0	0

8) SHELL - SHELL BRASIL LTDA - Registro ANP Nº TA06

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
TRIUNFO	0	0	0	0	1.032	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	1.032	0	0	0	0	0	0	0

9) WALENDOWSKY - WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0479

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
TRIUNFO	0	0	0	0	124	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	124	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL COPESUL	0	0	0	0	6.795	0	0	0	0	0	0	0

Produtor: BRASKEM - BRASKEM S/A
1) ALE - ALESAT COMBUSTÍVEIS S. A. - Registro ANP Nº 0352

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANDEIAS	0	0	0	0	142	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	142	0	0	0	0	0	0	0

2) BR - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A - Registro ANP Nº TA01

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANDEIAS	0	0	0	0	802	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	802	0	0	0	0	0	0	0

3) CBPI - COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA - Registro ANP Nº TA05

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CAMACARI	0	0	0	0	4.588	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	4.588	0	0	0	0	0	0	0

4) FEDERAL - FEDERAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3012

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANDEIAS	0	0	0	0	1.618	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	1.618	0	0	0	0	0	0	0

5) LARCO - LARCO COMERCIAL DE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3027

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANDEIAS	0	0	0	0	30	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	30	0	0	0	0	0	0	0

6) PETROX DISTRIBUIDORA - PETROX DISTRIBUIDORA LTDA. - Registro ANP Nº 3182

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANDEIAS	0	0	0	0	214	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	214	0	0	0	0	0	0	0

7) SAFRA - SAFRA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0401

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANDEIAS	0	0	0	0	28	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	28	0	0	0	0	0	0	0

8) SHELL - SHELL BRASIL LTDA - Registro ANP Nº TA06

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CAMACARI	0	0	0	0	4.222	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	4.222	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL BRASKEM	0	0	0	0	11.644	0	0	0	0	0	0	0

Produtor: RPDM - REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S/A
1) DINAMO - DINAMO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A - Registro ANP Nº 0542

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
RIO DE JANEIRO	0	0	0	0	4.954	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	4.954	0	0	0	0	0	0	0

2) FERA - FERA LUBRIFICANTES LTDA. - Registro ANP Nº 3227

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
RIO DE JANEIRO	0	0	0	0	1.233	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	1.233	0	0	0	0	0	0	0

3) RODOPETRO - RODOPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 3156

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
RIO DE JANEIRO	0	0	0	0	5.567	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	5.567	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL RPDM	0	0	0	0	11.754	0	0	0	0	0	0	0

Produtor: REFAP - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.
1) BR - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A - Registro ANP Nº TA01

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	89.000	19.875	666	40.013	0	1.891	0	0	0	7.338	0
RIO GRANDE	0	6.844	0	452	2.842	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	95.844	19.875	1.118	42.855	0	1.891	0	0	0	7.338	0

2) CBPI - COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA - Registro ANP Nº TA05

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	5.700	0	0	1.422	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	5.700	0	0	1.422	0	0	0	0	0	0	0

3) CHARRUA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO CHARRUA LTDA - Registro ANP Nº 0420

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	7.600	1.200	0	4.700	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	7.600	1.200	0	4.700	0	0	0	0	0	0	0

4) CHEVRON - CHEVRON BRASIL LTDA. - Registro ANP Nº TA03

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	14.200	4.180	0	10.720	0	450	0	0	0	0	20
RIO GRANDE	0	1.056	0	112	300	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	15.256	4.180	112	11.020	0	450	0	0	0	0	20

5) DPPI - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO IPIRANGA S. A. - Registro ANP Nº TA09

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	60.344	19.855	179	33.300	0	972	0	0	0	0	0
RIO GRANDE	0	1.536	0	283	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	61.880	19.855	462	33.300	0	972	0	0	0	0	0

6) ESSO - ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº TA02

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	8.020	2.130	0	9.200	0	0	0	0	0	0	17
RIO GRANDE	0	305	0	434	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	8.325	2.130	434	9.200	0	0	0	0	0	0	17

7) LATINA - LATINA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0467

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	7.000	2.000	0	3.500	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	7.000	2.000	0	3.500	0	0	0	0	0	0	0

8) MEGAPETRO - MEGAPETRO PETRÓLEO BRASIL S/A. - Registro ANP Nº 3028

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	1.161	500	0	1.449	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.161	500	0	1.449	0	0	0	0	0	0	0

9) POTENCIAL - POTENCIAL PETRÓLEO LTDA - Registro ANP Nº 0203

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	2.090	897	0	2.400	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	2.090	897	0	2.400	0	0	0	0	0	0	0

10) REPSOL YPF - REPSOL YPF DISTRIBUIDORA S.A. - Registro ANP Nº 0391

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	3.230	590	0	2.185	0	0	0	0	0	0	15
TOTAL	0	3.230	590	0	2.185	0	0	0	0	0	0	15

11) RODOIL - RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 3280

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	188	30	0	700	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	188	30	0	700	0	0	0	0	0	0	0

12) SAARA - DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVES SAARA LTDA. - Registro ANP Nº 0194

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	3	3	0	60	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	3	3	0	60	0	0	0	0	0	0	0

13) SHELL - SHELL BRASIL LTDA - Registro ANP Nº TA06

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	8.126	8.581	0	11.125	0	2.100	0	0	0	3.478	15
TOTAL	0	8.126	8.581	0	11.125	0	2.100	0	0	0	3.478	15

14) SUL COMBUSTÍVEIS - SUL COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3283

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
CANOAS	0	800	0	0	400	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	800	0	0	400	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL REFAP	0	217.203	59.841	2.126	124.316	0	5.413	0	0	0	10.816	67

Produtor: RPISA - REFINARIA DE PETRÓLEO IPIRANGA S.A.

1) BR - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A - Registro ANP Nº TA01

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
RIO GRANDE	0	2.699	0	0	748	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	2.699	0	0	748	0	0	0	0	0	0	0

2) CHARRUA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO CHARRUA LTDA - Registro ANP Nº 0420

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
RIO GRANDE	0	718	0	0	288	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	718	0	0	288	0	0	0	0	0	0	0

3) CHEVRON - CHEVRON BRASIL LTDA. - Registro ANP Nº TA03

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
RIO GRANDE	0	1.379	0	0	677	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.379	0	0	677	0	0	0	0	0	0	0

4) DPPI - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO IPIRANGA S. A. - Registro ANP Nº TA09

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
RIO GRANDE	0	10.124	0	0	11.182	0	0	0	0	0	0	96
TOTAL	0	10.124	0	0	11.182	0	0	0	0	0	0	96

5) ESSO - ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº TA02

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
RIO GRANDE	0	1.030	0	0	578	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1.030	0	0	578	0	0	0	0	0	0	0

6) MEGAPETRO - MEGAPETRO PETRÓLEO BRASIL S/A. - Registro ANP Nº 3028

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
RIO GRANDE	0	325	0	0	157	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	325	0	0	157	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL RPISA	0	16.275	0	0	13.630	0	0	0	0	0	0	96

Produtor: PQU - PETROQUÍMICA UNIÃO S.A

1) BR - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A - Registro ANP Nº TA01

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SANTO ANDRE	0	0	0	0	1.800	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	1.800	0	0	0	0	0	0	0

2) CBPI - COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA - Registro ANP Nº TA05

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SANTO ANDRE	0	0	0	0	2.500	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	2.500	0	0	0	0	0	0	0

3) CHEVRON - CHEVRON BRASIL LTDA. - Registro ANP Nº TA03

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SANTO ANDRE	0	0	0	0	1.300	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	1.300	0	0	0	0	0	0	0

4) ESSO - ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº TA02

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SANTO ANDRE	0	0	0	0	2.500	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	2.500	0	0	0	0	0	0	0

5) SHELL - SHELL BRASIL LTDA - Registro ANP Nº TA06

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
SANTO ANDRE	0	0	0	0	2.500	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	2.500	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL PQU	0	0	0	0	10.600	0	0	0	0	0	0	0

Produtor: UNIVEN - UNIVEN PETROQUÍMICA LTDA.

1) ASPEN - ASPEN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0436

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITUPEVA	0	0	0	0	1.617	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	1.617	0	0	0	0	0	0	0

2) ASTER - ASTER PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0550

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITUPEVA	0	0	0	0	5.563	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	5.563	0	0	0	0	0	0	0

3) GASFORTE - GASFORTE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS LTDA - Registro ANP Nº 0195

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITUPEVA	0	0	0	0	237	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	237	0	0	0	0	0	0	0

4) GPETRO - GPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0502

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITUPEVA	0	0	0	0	8.570	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	8.570	0	0	0	0	0	0	0

5) MONTE CABRAL - MONTE CABRAL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Registro ANP Nº 3172

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITUPEVA	0	0	0	0	312	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	312	0	0	0	0	0	0	0

6) PETRONOSSA - PETRONOSSA PETRÓLEO LTDA. - Registro ANP Nº 0557

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITUPEVA	0	0	0	0	1.759	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	1.759	0	0	0	0	0	0	0

7) PETROSUL - PETROSUL DISTRIBUIDORA TRANSPORTADORA E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0197

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITUPEVA	0	0	0	0	262	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	262	0	0	0	0	0	0	0

8) POLIPETRO - POLIPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - Registro ANP Nº 0348

PONTO DE FORNECIMENTO	AVGAS	OD INT	OD MET	OD MAR	GAS-A	GAS-P	OC-A1	OC-B1	OC-A2	OC-B2	QAV-1	QI
ITUPEVA	0	0	0	0	2.320	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	2.320	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL UNIVEN	0	0	0	0	20.640	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL BRASIL	4.758	2.712.470	897.577	36.651	1.496.487	2.117	264.991	20.781	50.116	0	424.867	1.783

Obs.:

(A) para óleos combustíveis a unidade é tonelada; para os demais produtos, metro cúbico;

(B) nomenclaturas:

AVGAS	Gasolina de Aviação	OCA 1	Óleo Combustível "A1"
OD INT	Óleo Diesel Interior	OCB 1	Óleo Combustível "B1"
OD MET	Óleo Diesel Metropolitano	OCA 2	Óleo Combustível "A2"
OD MAR	Óleo Diesel Marítimo	OCB 2	Óleo Combustível "B2"
GAS A	Gasolina "A"	QAV 1	Querosene de Aviação
GAS P	Gasolina "A" Premium	QI	Querosene Iluminante

EDSON MENEZES DA SILVA

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 827, de 14 de agosto de 2008, publicado no DOU nº 157, de 15 de agosto de 2008, Seção 1, pág. 79, onde se lê: "3930", leia-se: "PR/ES0172473".

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS

PORTARIA/INCRA/SR-22/Nº 5, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 21 da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto n.º 5.735, de 27 de março de 2006, combinado com a Portaria INCRA/P/N.º 288/2006, de 13 de julho de 2006, publicada no D.O.U. de 17 de julho de 2006, Considerando os termos da Resolução CDR/SR-22/N.º 04/2008, de 26 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1.º Adquirir o imóvel rural: COBRA, localizado no município de Água Branca, Estado de Alagoas, com área a ser adquirida de 195,2145 hectares, registrada de 195,2145 ha, de propriedade do Sr. Stélio Loureiro Luna, devidamente matriculado e registrado no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Água Branca, registrado sob o Nº 02-B, matrícula 632, fls. 71, em 16 de abril de 1993, cadastrado no INCRA sob o código 241.016.018.546-6, limitando-se ao Norte com o Sr. Expedito Correia da Silva; Maria José de Araújo Freire e José Firmino; ao Leste com o Sr. Luis Leite Luna; ao Sul com o Sr. Pedro Alves e ao Oeste com o Sr. Roberto Torres, pelo valor total de R$ 234.257,40 (duzentos e trinta e quatro mil, duzentos e cinqüenta e sete reais e quarenta centavos), sendo R$ 176.102,91 (cento e setenta e seis mil, cento e dois reais e noventa e um centavos) referentes à terra nua, a serem pagos em Títulos da Dívida Agrária - TDA, com prazo de resgate de 5 (cinco) anos, conforme Medida Provisória n.º 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, do qual já foi deduzido o valor de R$ 11.762,53 (onze mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinqüenta e três centavos) relativo ao Passivo Ambiental, e, R$ 58.154,49 (cinqüenta e oito mil, cento e cinqüenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), em moeda corrente, para pagamento das benfeitorias, condicionado à disponibilidade orçamentária. Os Títulos da Dívida Agrária - TDA serão lançados nominativos a Stélio Loureiro Luna, CPF Nº 015.370.088-20.

Art. 2.º Determinar à Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento e à Procuradoria Federal Especializada a adoção, no âmbito das competências desta unidade regional, das providências necessárias para a consecução do objetivo previsto no Art. 1º.

Art. 3.º Determinar que a aquisição se opere livre e desembaraçada de quaisquer ônus e/ou gravames, inclusive, com prévia comprovação de quitação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, relativo aos 5 (cinco) últimos exercícios, inclusive o atual, conforme previsto no Art. 21 da Lei n.º 9.393, de 19 de dezembro de 1996, bem como a Taxa de Serviços Cadastrais - CCIR e, ainda, fazer constar da escritura pública de compra e venda que cabe aos promitentes vendedores a responsabilidade total quanto ao pagamento dos encargos e obrigações trabalhistas decorrentes de eventuais vínculos empregatícios mantidos com os empregados que trabalham ou tenham trabalhado no imóvel sob aquisição ou outras reclamações de terceiros, incluindo aquelas relativas a indenizações por benfeitorias.

Art. 4.º Requerer a assistência da Procuradoria Regional para a prática dos atos necessários visando à transcrição do imóvel em nome do INCRA, observando a legislação pertinente.

Art. 5.º Condicionar a efetivação da compra e venda ao atendimento das exigências previstas no Decreto n.º 433, de 24 de janeiro de 1992, alterado pelos Decretos 2.614, de 03 de junho de 1998 e 2.680, de 17 de julho de 1998, em especial o Art. 4.º A.

Art. 6.º Condicionar a liberação dos recursos financeiros para o pagamento do imóvel ao seu registro, em nome do INCRA, no competente Cartório de Registro de Imóveis.

Art.º 7.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO COUTINHO FREIRE

COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO CDR/SR-22/Nº 4, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR da Superintendência Regional do INCRA no Estado de Alagoas, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 9.° da ESTRUTURA REGIMENTAL DO INCRA, aprovada pelo Decreto n.º 5.735, de 27 de março de 2006, por seu Coordenador, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art.° 7.° da Estrutura Regimental, bem como pelas disposições contidas na PORTARIA INCRA/P/N.º 288/2006, de 13 de julho de 2006, publicada no D.O.U. de 17 de julho de 2006, e tendo em vista a decisão adotada em sua 14.ª Reunião, realizada em 09 de outubro de 2006; Considerando o interesse desta Autarquia em adquirir o imóvel rural denominado: "COBRA", com área registrada de 195,2145 hectares e área a ser adquirida de 195,2145 hectares, localizado no município de Água Branca, Microrregião Serrana do Sertão Alagoano, Estado de Alagoas, de propriedade do Sr. Stélio Loureiro Luna, devidamente matriculado e registrado no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Água Branca, registrado sob o Nº 02-B, matrícula 632, fls. 71, em 16 de abril de 1993, cadastrado no INCRA sob o código 241.016.018.546-6, para fins de assentamento de trabalhadores rurais, de acordo com as metas estabelecidas no Programa de Reforma Agrária; Considerando que o processo de aquisição foi instruído de acordo com o Decreto n.º 433, de 24 de janeiro de 1992, alterado pelos Decretos 2.614, de 03 de junho de 1998 e 2.680, de 17 de julho de 1998, que autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a adquirir imóveis rurais, através de compra e venda, para fins de reforma agrária; Considerando que a aquisição dos imóveis visa atender as demandas da Reforma Agrária no Estado de Alagoas, com possibilidade de assentar 12 (doze) famílias; Considerando que os imóveis apresentam características físicas e edafo-climáticas favoráveis a implantação de projeto de assentamento, sua localização próxima a diversos outros projetos de assentamento, além de outros atributos que favorecem o desenvolvimento da agricultura familiar; Considerando que os valores apurados através da Superintendência Regional de Alagoas, referente à área a ser adquirida (195,2145 hectares) do Imóvel Rural "Cobra", atinge o total de R$ 234.257,40 (duzentos e trinta e quatro mil, duzentos e cinqüenta e sete reais e quarenta centavos), sendo R$ 176.102,91 (cento e setenta e seis mil, cento e dois reais e noventa e um centavos) referente à terra nua, já deduzido o valor de R$ 11.762,53 (onze mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinqüenta e três centavos), relativo ao custo do passivo ambiental e R$ 58.154,49 (cinqüenta e oito mil, cento e cinqüenta e quatro reais e quarenta e nove centavos) correspondentes às benfeitorias; Considerando que foram abatidos do total geral da avaliação R$ 11.762,53 (onze mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinqüenta e três centavos), a título de ressarcimento pelo passivo ambiental, em respeito ao recomendado no Acórdão TCU - Plenário 1.362/2004; Considerando que o valor proposto para aquisição do imóvel, sem considerar o desconto relativo ao passivo ambiental, atinge o total de R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) por hectare. Este valor está 16% abaixo do Limite Médio da Planilha Referencial de Preços de terras, atualizada em abril de 2008, para a Microrregião "Serrana do Sertão", que é de R$ 1.440,00 por hectare, portanto, dentro da alçada do Comitê de Decisão Regional, conforme Anexo I da Instrução Normativa n.º 36, publicada no DOU de 12 de dezembro de 2006; Considerando, finalmente, a proposição da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento e da Procuradoria Federal Especializada, ambas vinculadas a esta unidade regional, no processo administrativo n.º 54360.000755/2005-67, resolve:

Art. 1.º Adquirir o imóvel rural: COBRA, localizado no município de Água Branca, Estado de Alagoas, com área a ser adquirida de 195,2145 hectares, registrada de 195,2145 ha, de propriedade do Sr. Stélio Loureiro Luna, devidamente matriculado e registrado no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Água Branca, registrado sob o Nº 02-B, matrícula 632, fls. 71, em 16 de abril de 1993, cadastrado no INCRA sob o código 241.016.018.546-6, limitando-se ao Norte com o Sr. Expedito Correia da Silva; Maria José de Araújo Freire e José Firmino; ao Leste com o Sr. Luis Leite Luna; ao Sul com o Sr. Pedro Alves e ao Oeste com o Sr. Roberto Torres, pelo valor total de R$ 234.257,40 (duzentos e trinta e quatro mil, duzentos e cinqüenta e sete reais e quarenta centavos), sendo R$ 176.102,91 (cento e setenta e seis mil, cento e dois reais e noventa e um centavos) referentes à terra nua, a serem pagos em Títulos da Dívida Agrária - TDA, com prazo de resgate de 5 (cinco) anos, conforme Medida Provisória n.º 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, do qual já foi deduzido o valor de R$ 11.762,53 (onze mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinqüenta e três centavos) relativo ao Passivo Ambiental, e, R$ 58.154,49 (cinqüenta e oito mil, cento e cinqüenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), em moeda corrente, para pagamento das benfeitorias, condicionado à disponibilidade orçamentária. Os Títulos da Dívida Agrária - TDA serão lançados nominativos a Stélio Loureiro Luna, CPF Nº 015.370.088-20.

Art. 2.º Autorizar o Senhor Superintendente, em conseqüência, baixar Portaria de que trata o Art. 10. do Decreto n.º 433, de 24 de janeiro de 1992, alterado pelos Decretos 2.614, de 03 de junho de 1998 e 2.680, de 17 de julho de 1998, observada a alçada de competência e os requisitos daquele dispositivo;

Art. 3.º Determinar à Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento e à Procuradoria Federal Especializada, a adotarem, no âmbito das competências desta unidade regional, as providências necessárias para a consecução do objetivo previsto no Art. 1.º;

Art. 4.º Determinar que a aquisição se opere livre e desembaraçada de quaisquer ônus e/ou gravames, inclusive, com prévia comprovação de quitação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, relativo aos 5 (cinco) últimos exercícios, inclusive o atual, conforme previsto no Art. 21. da Lei n.º 9.393, de 19 de dezembro de 1996, bem como a Taxa de Serviços Cadastrais - CCIR e, ainda, fazer constar da escritura pública de compra e venda que cabe aos promitentes vendedores a responsabilidade total quanto ao pagamento dos encargos e obrigações trabalhistas decorrentes de eventuais vínculos empregatícios mantidos com os empregados que trabalham ou tenham trabalhado no imóvel sob aquisição ou outras reclamações de terceiros, incluindo aquelas relativas a indenizações por benfeitorias;

Art. 5.º Condicionar a efetivação da compra e venda ao atendimento das exigências previstas no Decreto n.º 433, de 24 de janeiro de 1992, alterado pelos Decretos 2.614, de 03 de junho de 1998 e 2.680, de 17 de julho de 1998, em especial o Art. 4.º A;

Art. 6.º Condicionar a liberação dos recursos financeiros para o pagamento do imóvel ao seu registro, em nome do INCRA, no competente Cartório de Registro de Imóveis;

Art. 7.º Aprovam a presente resolução os membros do CDR, Gilberto Coutinho Freire - Coordenador -; Katiucia Mendes Santos - Chefe da Divisão de Obtenção -; Estevão de Oliveira Vasconcelos - Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento; - Claudemira Silva de Oliveira - Chefe da Divisão de Administração e Gabriel Silveira Arruda - Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária;

Art. 8.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO COUTINHO FREIRE

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 59, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Confere prioridade na análise e julgamento de processos administrativos em trâmite perante o Conselho Nacional de Assistência Social.

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 13 e 14 de agosto de 2008, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso III do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CNAS nº 173, de 15 de setembro de 2005;

CONSIDERANDO o dever de revisão dos próprios atos quando presentes indícios de irregularidade; e

CONSIDERANDO os efeitos da aprovação da Súmula Vinculante nº 8 pelo Supremo Tribunal Federal, resolve:

Art. 1º Conferir prioridade na análise e julgamento dos processos administrativos:

I - que tratem de manifestação sobre isenção de Imposto de Importação;

II - objeto de revisão recomendada pela Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; e

III - de concessão ou renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, em cuja validade esteja incluído o exercício de 2003.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VALDETE DE BARROS MARTINS
Presidente do Conselho

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL
SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

PORTARIA Nº 13, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Superintendente Regional do INMETRO- INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL SURGO-Agbra, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor resolve:

Art. 1 º Determinar que sejam procedidas Verificação Metrológica correspondente ao exercício de 2008, dos taxímetros instalados nos veículos do Serviço de Transporte Individual de Passageiros ou Bens (TAXI) do Distrito Federal no período de 08 de setembro a 03 de novembro de 2008, conforme cronograma anexo;

Art. 2 º Para a Verificação Metrológica os permissionários de táxis ou seus propostos deverão comparecer no estacionamento do (DCP) Subsecretaria de Infra-Estrutura e Transporte Público, localizado SAAN - Quadra 01 Lotes 1180/1240 - Brasília - DF, no horário de 08h 30 min às 11 h e 30 min , de 14h às 16h 30 min munidos de seus veículos e respectiva documentação, principalmente o Certificado de Verificação;

Art. 3 º O Não cumprimento ao disposto do Art. 1º ou a não justificativa, sujeitam aos infratores as penalidades na forma da lei.;

Art. 4 º Revogam-se as disposições contrárias.

WILIBALDO DE SOUSA JUNIOR

ANEXO

Cronograma para Verificação 2008 de taxímetros de BRASILIA

DATA	PERMISSÃO
08 de setembro de 2008	001 a 080
09 de setembro de 2008	081 a 160
10 de setembro de 2008	161 a 240
11 de setembro de 2008	241 a 300
12 de setembro de 2008	301 a 380
15 de setembro de 2008	381 a 460
16 de setembro de 2008	461 a 540
17 de setembro de 2008	541 a 620
18 de setembro de 2008	621 a 700
19 de setembro de 2008	701 a 780
22 de setembro de 2008	781 a 860
23 de setembro de 2008	861 a 940
24 de setembro de 2008	941 a 1020
25 de setembro de 2008	1021 a 1100
26 de setembro de 2008	1101 a 1180
29 de setembro de 2008	1181 a 1260
30 de setembro de 2008	1261 a 1340
01 de outubro de 2008	1341 a 1420
02 de outubro de 2008	1421 a 1500
03 de outubro de 2008	1501 a 1580
06 de outubro de 2008	1581 a 1660
07 de outubro de 2008	1661 a 1740
08 de outubro de 2008	1741 a 1820
09 de outubro de 2008	1821 a 1900
10 de outubro de 2008	1901 a 1980

13 de outubro de 2008	1981 a 2060
14 de outubro de 2008	2061 a 2140
15 de outubro de 2008	2141 a 2220
16 de outubro de 2008	2221 a 2300
17 de outubro de 2008	2301 a 2380
20 de outubro de 2008	2381 a 2460
21 de outubro de 2008	2461 a 2540
22 de outubro de 2008	2541 a 2620
23 de outubro de 2008	2621 a 2700
24 de outubro de 2008	2701 a 2780
27 de outubro de 2008	2781 a 2860
28 de outubro de 2008	2861 a 2940
29 de outubro de 2008	2941 a 3020
30 de outubro de 2008	3021 a 3100
31 de outubro de 2008	3101 a 3180
03 de novembro de 2008	3181 a 3260
04 de novembro de 2008	3261 a 3340
05 de novembro de 2008	3341 a 3420

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 60, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, e regulamentado pelo Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, e considerando o que consta do Processo MDIC/SECEX 52100.001757/2008-51 e do Parecer nº 23, de 21 de agosto de 2008, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial - DECOM desta Secretaria, e por terem sido apresentados elementos suficientes que indicam a prática de dumping nas exportações da República da Argentina, República do Chile, República Popular da China, República do Equador, Estados Unidos da America e República do Peru do produto objeto desta Circular, e a ocorrência de dano à indústria doméstica resultante de tal prática, decide:

1. Iniciar investigação para averiguar a existência de dumping nas exportações para o Brasil de filmes de polímeros de polipropileno biaxialmente orientados (filmes de BOPP), sem impressão gráfica, comumente classificados no código 3920.20.19 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM/SH), originárias da República da Argentina, República do Chile, República Popular da China, República do Equador, Estados Unidos da América e República do Peru, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

1.1. A data do início da investigação será a da publicação desta Circular no Diário Oficial da União - D.O.U.

1.2. A análise da existência de dumping que antecedeu a abertura da investigação considerou o período de janeiro de 2007 a dezembro de 2007. Este período será atualizado para julho de 2007 a junho de 2008, atendendo ao disposto no § 1º do art. 25 do Decreto nº 1.602, de 1995.

1.3. Tendo em vista que, para fins de procedimentos de defesa comercial, a República Popular da China não é considerada um país de economia predominantemente de mercado, o valor normal deste país foi determinado com base nas exportações da Argentina para um terceiro mercado, conforme previsto no art. 7º do Decreto nº 1.602, de 1995. De acordo com o § 3º do mesmo artigo, dentro do prazo para resposta ao questionário, de 40 dias a contar da data de sua expedição, as partes poderão se manifestar a respeito e, caso não concordem com a metodologia utilizada, deverão apresentar nova alternativa, explicitando razões, justificativas e fundamentações, indicando inclusive outro país de economia de mercado a ser utilizado como país substituto.

2. Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão de abertura da investigação, constantes do Anexo à presente Circular.

3. De acordo com o contido no § 2º do art. 21 do Decreto nº 1.602, de 1995, deverá ser respeitado o prazo de vinte dias contado a partir da data da publicação desta Circular no D.O.U., para que outras partes que se considerem interessadas no referido processo solicitem sua habilitação, com a respectiva indicação de representantes legais.

4. Na forma do que dispõe o art. 27 do citado Decreto, serão encaminhados questionários a todas as partes conhecidas, à exceção dos Governos dos países exportadores, que disporão de quarenta dias para restituí-los, contados a partir da data de sua expedição. As respostas aos questionários recebidas neste prazo serão consideradas para fins de determinação preliminar, com vistas à decisão sobre a aplicação do direito provisório, conforme o disposto no art. 34 do mesmo diploma legal.

5. De acordo com o disposto nos arts. 26, 31 e 32 do Decreto nº 1.602, de 1995, as partes interessadas terão oportunidade de apresentar, por escrito, os elementos de prova que considerarem pertinentes. As audiências previstas no art. 31 do referido Decreto deverão ser solicitadas até 180 (cento e oitenta) dias após a data de publicação desta Circular.

6. Caso uma parte interessada recuse o acesso às informações necessárias, não as faculte no prazo estabelecido ou impeça de forma significativa a investigação, poderão ser estabelecidas conclusões, positivas ou negativas, com base nos fatos disponíveis, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 66 do Decreto nº 1.602, de 1995.

7. Caso se verifique que uma parte interessada prestou informações falsas ou errôneas, tais informações não serão consideradas e poderão ser utilizados os fatos disponíveis.

8. Na forma do que dispõe o § 4º do art. 66 do Decreto nº 1.602, de 1995, se uma parte interessada fornecer parcialmente ou não fornecer informação solicitada, o resultado poderá ser menos favorável àquela parte do que seria caso a mesma tivesse cooperado.

9. Os documentos pertinentes à investigação de que trata esta Circular deverão ser escritos no idioma português e os escritos em outro idioma deverão vir aos autos do processo acompanhados de tradução feita por tradutor público, conforme o disposto no § 2º do art. 63 do referido Decreto.

10. Todos os documentos referentes à presente investigação deverão indicar o número do processo MDIC/SECEX 52100.001757/2008-51 e serem dirigidos ao seguinte endereço: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC, SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR - SECEX, DEPARTAMENTO DE DEFESA COMERCIAL - DECOM, Esplanada dos Ministérios, Bloco J, Sala 803, 8º andar, Brasília- DF, CEP 70.053-900 - Telefones: (61) 2109-7770, Fax: (61) 2109-7445.

WELBER BARRAL

ANEXO

1. Do processo

1.1. Da petição

Em 8 de abril de 2008, a Vitopel do Brasil Ltda e a Pólo Indústria e Comércio Ltda., doravante denominadas "Vitopel" e "Pólo" ou peticionárias, protocolizaram no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior petição de abertura de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de filmes de polipropileno biaxialmente orientado - filmes de BOPP, quando originárias da Argentina, Chile, China, Equador, Estados Unidos da América - EUA e Peru, e do correlato dano à indústria doméstica.

Depois de analisadas as informações fornecidas pelas empresas, em 9 de julho de 2008, as peticionárias foram informadas que a petição estava devidamente instruída, em conformidade ao § 2º do art. 19 do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995.

1.2. Da notificação aos governos dos países envolvidos

Considerando ser a Argentina um país integrante do Mercosul, o Governo daquele país foi notificado, em 16 de julho de 2008, da existência de petição devidamente instruída, tendo sido convidado a manter consultas previamente ao início da investigação. Tais consultas tiveram lugar em 4 de agosto de 2008.

Em atendimento ao que determina o art. 23 do Decreto nº 1.602, de 1995, os Governos do Chile, China, Equador, EUA e Peru foram notificados, em 13 de agosto de 2008, da existência de petição devidamente instruída, com vistas à abertura de investigação de dumping de que trata o presente processo.

1.3. Da representatividade do peticionário

A Vitopel e a Pólo representam cerca de 96% da produção nacional de filmes de BOPP. Desse modo, para efeito do § 3º do art. 20 do Decreto nº 1.602, de 1995, considerou-se que a petição foi feita em nome da indústria doméstica.

2. Do produto

2.1. Do produto sob análise

O produto sob análise engloba os filmes de polipropileno biorientado - BOPP, sem impressão gráfica, flexível, obtidos por um processo de estiramento em dois sentidos, possuindo características de barreira, rigidez e resistência mecânica superiores às de um filme de polipropileno monorientado na mesma gramatura, disponíveis e utilizados, sobretudo, pelas indústrias de embalagens flexíveis, importados da Argentina, China, Chile, Equador, EUA e Peru.

2.2. Do produto nacional

O BOPP produzido no Brasil é um filme flexível também obtido por processo de estiramento em dois sentidos, possuindo, igualmente, características de barreira, rigidez e resistência mecânica superiores às de um filme de polipropileno monorientado na mesma gramatura, utilizado em grande escala pelas indústrias de embalagens flexíveis.

2.3. Da similaridade dos produtos

Não se observaram diferenças entre o produto fabricado no Brasil e os importados das origens analisadas. São ambos filmes de polipropileno, ou seja, são confeccionados a partir da mesma matéria-prima, possuem características físicas semelhantes e se destinam às mesmas utilidades. Além disso, não se observaram particularidades que impedissem a substituição de um pelo outro. Assim, nos termos do § 1º do art. 5º do Decreto nº 1.602, de 1995, o produto fabricado no Brasil foi considerado similar ao produto importado objeto da análise.

2.4. Da classificação e tratamento tarifário

O produto em questão classifica-se comumente no item 3920.20.19 da NCM/SH. No entanto, foram observadas importações do produto em questão nos itens 3920.20.11 (polímeros de polipropileno biaxialmente orientados, de largura inferior ou igual a 12,5cm e espessura inferior ou igual a 10 micrômetros (mícrons), metalizados), 3920.20.12 (polímeros de propileno biaxialmente orientados, de largura inferior ou igual a 50cm e espessura inferior ou igual a 25 micrômetros (mícrons), com uma ou ambas as faces rugosas de rugosidade relativa (relação entre a espessura média e a máxima) superior ou igual a 6%, de rigidez dielétrica superior ou igual a 500V/micrômetro (Norma ASTM D 3755-97), em rolos) e 3920.20.90 (outros polímeros de polipropileno, exceto os biaxialmente orientados), também incluídos na análise.

A alíquota do imposto de importação do item tarifário 3920.20.19 apresentou a seguinte evolução: 17,5% de janeiro a dezembro de 2003; 16% de janeiro de 2004 a dezembro de 2008.

3. Da definição da indústria doméstica

Para fins de análise dos elementos de prova da existência de dano, considerou-se como indústria doméstica a linha de produção de filmes de BOPP da Vitopel do Brasil Ltda. e Pólo Indústria e Comércio Ltda., consoante o disposto no art. 17 do Decreto nº 1.602, de 1995, responsáveis por cerca de 96% da produção nacional.

4. Do alegado dumping

Para fins da presente análise, utilizou-se o período de janeiro a dezembro de 2007, a fim de se verificar a existência de elementos de prova da prática de dumping nas exportações para o Brasil de filmes de BOPP originárias da Argentina, Chile, China, Equador, EUA e Peru.

4.1. Do valor normal

Como indicativo de valor normal para a Argentina, Chile, Equador, EUA e Peru, foram apresentados os preços médios dos filmes de BOPP exportados pelos países analisados destinados a terceiros mercados. É importante registrar que as exportações para terceiros mercados e o preço de exportação para o Brasil se encontravam na mesma condição de comércio, não sendo necessária a realização de ajustes para uma justa comparação. Excetuam-se, entretanto, as informações relativas aos EUA e ao Peru, cujas exportações encontravam-se na condição de comércio FAS. Uma vez que a indústria domestica não apresentou informações indicativas destas despesas no mercado estadunidense ou peruanno, não foi possível obter os elementos necessários para ajustar o valor normal na mesma base do preço de exportação, disponível nas estatísticas oficiais brasileiras em base FOB. Isto, entretanto, não prejudicou os produtores/exportadores de tais países, já que serviram para reduzir as respectivas margens de dumping apuradas.

Foi adotado como valor normal para a Argentina o preço médio das exportações daquele país para o Peru, referente à NCM 3920.20.19. Tal valor atingiu US$ FOB 2.786,00/tonelada (dois mil setecentos e oitenta e seis dólares estadunidenses por tonelada).

O valor normal para o Chile foi obtido tomando-se o preço médio das exportações desse país para o Paraguai, o qual alcançou US$ FOB 3.536,06/tonelada (três mil quinhentos e trinta e seis dólares estadunidenses e seis centavos por tonelada).

O valor normal do Equador correspondeu ao preço médio de exportação dos filmes de BOPP desse país para a Venezuela, cujo valor atingiu US$ FOB 2.942,45/tonelada (dois mil novecentos e quarenta e dois dólares estadunidenses e quarenta e cinco centavos por tonelada).

Para apuração do valor normal para os EUA, foram utilizadas as estatísticas de exportação desse país para o Canadá. O valor normal obtido alcançou US$ FAS 3.784,25/tonelada (três mil setecentos e oitenta e quatro dólares estadunidenses e vinte e cinco centavos por tonelada).

Já para o Peru, o valor normal apurado teve por base o preço médio das exportações desse país para os EUA. Tal valor normal atingiu US$ FAS 4.030,02/tonelada (quatro mil e trinta dólares estadunidenses e dois centavos por tonelada).

Quanto à República Popular da China, considerando que tal país, para fins de investigação de defesa comercial, não é considerado um país de economia predominantemente de mercado, para apuração do valor normal foi utilizada a Argentina como terceiro país de economia de mercado, de acordo com previsão contida no art. 7º do Decreto nº 1.602, de 1995. Com base nas estatísticas oficiais deste país, foi calculado preço médio das exportações de filmes de BOPP da Argentina para o Uruguai, cujo valor é US$ FOB 2.485,63/tonelada (dois mil quatrocentos e oitenta e cinco dólares estadunidenses e sessenta e três centavos por tonelada).

4.2. Do preço de exportação

Os dados referentes aos preços de exportação foram apurados com base nas estatísticas oficiais brasileiras de importação, disponibilizadas pela Receita Federal do Brasil - RFB, na condição de comércio FOB. Sendo assim, foram utilizados os preços médios ponderados das importações brasileiras de filmes de BOPP, originárias das origens analisadas, ocorridas entre janeiro e dezembro de 2007, período utilizado para a obtenção dos respectivos valores normais.

Os preços de exportação foram os seguintes: US$ FOB 2.360,79/tonelada - Argentina (dois mil trezentos e sessenta dólares estadunidenses e setenta e nove centavos por tonelada); US$ FOB 2.788,06/tonelada - Chile (dois mil setecentos e oitenta e oito dólares estadunidenses e seis centavos por tonelada); US$ FOB 1.911,95/tonelada - China (mil novecentos e onze dólares estadunidenses e noventa e cinco centavos); US$ FOB 2.619,84/tonelada - Equador (dois mil seiscentos e dezenove dólares estadunidenses e oitenta e quatro centavos por tonelada); US$ FOB 2.240,92/tonelada - EUA (dois mil duzentos e quarenta dólares estadunidenses e noventa e dois centavos por tonelada); e US$ FOB 2.205,50/tonelada - Peru (dois mil duzentos e cinco dólares estadunidenses e cinqüenta centavos por tonelada).

4.3. Da margem de dumping

Comparados o valor normal com o preço de exportação do produto em análise, as margens de dumping apuradas são as seguintes:

Países	Margem Absoluta de Dumping (US$/t)	Margem Relativa de Dumping (%)
Argentina	425,21	18,0
Chile	748,00	26,8
China	573,68	30,0
Equador	322,61	12,3
EUA	1.543,33	68,9
Peru	1.824,52	82,7

Concluiu-se que há elementos de prova suficientes que indicam a existência de dumping nas exportações de filmes de BOPP para o Brasil, originárias da Argentina, Chile, China, Equador, EUA e Peru.

5. Dos elementos de prova da existência de dano

O período de análise dos elementos de prova da existência de dano à indústria doméstica abrangeu o período de janeiro de 2003 a dezembro de 2007, dividido conforme segue: P1 - janeiro de 2003 a dezembro de 2003; P2 - janeiro de 2004 a dezembro de 2004; P3 - janeiro de 2005 a dezembro de 2005; P4 - janeiro de 2006 a dezembro de 2006; e P5 - janeiro de 2007 a dezembro de 2007.

5.1. Da evolução das importações

Para fins de apuração do volume e valor de filmes de BOPP importados pelo Brasil, em cada período, foram utilizadas as estatísticas oficiais de importações da RFB. Os itens tarifários englobavam diversos produtos distintos do produto objeto da presente análise, motivo pelo qual se realizou uma depuração das informações constantes das estatísticas oficiais, a partir da descrição das mercadorias, de forma a se obter dados referentes aos filmes de BOPP em questão.

5.1.1. Do volume importado

De acordo com o § 6º do art. 14 do Decreto nº 1.602, de 1995, os efeitos das importações investigadas foram tomadas de forma cumulativa, uma vez verificado que: a) as margens relativas de dumping de cada um dos países sob análise não foram de minimis, ou seja, não foram inferiores a 2% do preço de exportação, nos termos do § 7º do art. 14 do mencionado Decreto; b) os volumes individuais das importações originárias desses países não foram insignificantes, isto é, não representaram menos de 3% do total importado pelo Brasil, nos termos do § 3º do citado artigo 14; e c) a avaliação cumulativa dos efeitos daquelas importações foi considerada apropriada em vista das condições de concorrência entre os produtos importados e entre estes produtos e o similar doméstico, não havendo

elementos indicando a existência, para os filmes de BOPP importados, de restrição à internação no mercado brasileiro que as tornem distintas. Todos produtos concorrem no mesmo mercado, são produtos fisicamente semelhantes, possuem elevado grau de substitutibilidade, sendo indiferente a aquisição dos produtos dos países analisados ou da indústria doméstica.

O volume importado pelo Brasil dos países objeto da análise aumentou em todos os períodos. De P1 para P2, o volume importado aumentou 66,8%; de P2 para P3, 17,5%; de P3 para P4, 13%; e de P4 para P5, 11,1%. Ao longo do período, o aumento acumulado atingiu 146%. As importações dos países objeto da análise representaram 56,8% do total importado em P1, 54% em P2, 60,8% em P3, 60% em P4 e 63,1% em P5.

5.1.2. Do preço das importações

O preço CIF médio ponderado das importações objeto de análise foi crescente ao longo de toda a série analisada. De P1 para P2 houve aumento de 4,6%, 9,6% de P2 para P3, 9,2% de P3 para P4 e 4,6% de P4 para P5. De P1 para P5, o preço médio apresentou elevação de 30,9%.

Em todos os períodos analisados, o preço médio das importações de filmes de BOPP originárias dos países sob análise foi inferior ao preço médio das demais origens, considerando-se a mesma condição de venda, ressaltando-se que a maior diferença entre essas grandezas foi observada em P5, quando o preço médio daqueles foi 23,4% inferior ao preço destas.

5.2. Da evolução relativa das importações

5.2.1. Da participação das importações sob análise no consumo aparente

A participação das importações analisadas passou de 6,7% em P1 para 13,2% em P5, denotando uma elevação de 6,5 pontos percentuais (p.p.)

5.2.2. Da relação entre as importações sob análise e a produção nacional

A relação entre as importações dos países objeto da análise e a produção nacional de filmes de BOPP teve aumento durante todo o período de análise. De P1 para P2, aumentou 3,1 p.p., de P2 para P3, 0,1 p.p., de P3 para P4, 0,6 p.p. e de P4 para P5, 1,6 p.p. A variação de P1 para P5 atingiu 5,4 p.p.

5.3. Do consumo nacional aparente

Houve aumento de 16,6% do CNA de filmes de BOPP de P1 para P2, de 13%, de P2 para P3, e um pequeno aumento de 0,4% de P3 para P4. No período seguinte, de P4 para P5, verificou-se novo aumento do consumo nacional aparente, de 4,9%. O aumento acumulado de P1 para P5 alcançou 38,9%.

5.4. Dos indicadores da indústria doméstica

De acordo com o previsto no art. 17 do Decreto no 1.602, de 1995, a indústria doméstica foi definida como as linhas de produção de filmes de BOPP das empresas Vitopel do Brasil Ltda. e Pólo Indústria e Comércio Ltda.

5.4.1. Do volume de vendas da indústria doméstica

O volume de vendas de filmes de BOPP no mercado interno aumentou 8,3% e 16,1%, de P1 para P2 e de P2 para P3, respectivamente. De P3 para P4, houve um decréscimo de 2,9% e, de P4 para P5, novo aumento de 3,6%. Comparados P1 e P5, o aumento acumulado alcançou 26,4%, inferior, portanto, ao crescimento acumulado do consumo aparente durante o período analisado, de 38,9%.

5.4.2. Da participação das vendas da indústria doméstica no consumo nacional aparente

A participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro decresceu ao longo do período de análise. Houve um decréscimo de 4,2 p.p. de P1 para P2,. De P2 para P3, registrou variação positiva de 2 p.p. De P3 para P4, houve decréscimo de 1,5 p.p.. De P4 para P5, o decréscimo atingiu 1 p.p. No decorrer dos cinco períodos, a indústria doméstica perdeu 6,3 p.p. de participação no consumo nacional aparente.

5.4.3. Da produção, da capacidade instalada e do grau de ocupação

A capacidade instalada passou de 159.000 toneladas/ano nos períodos P1 a P2, para 194.000 toneladas/ano nos períodos P3 a P5.

A produção da indústria doméstica até P4 aumentou sucessivamente: 10,9%, de P1 para P2; 18,7%, de P2 para P3; e 3,1%, de P3 para P4. Em P5 houve um decréscimo de 0,8% em relação ao período anterior. De P1 para P5, a produção da indústria doméstica elevou-se 34,7%, inferior, porém, ao crescimento acumulado do consumo aparente durante o mesmo período, de 38,9%.

O grau de ocupação da capacidade instalada da indústria doméstica, aumentou 6,1 p.p. de P1 para P2. Em P3, houve redução de 1,7 p.p. em relação a P2, aumento de 1,9 p.p. em P4 e uma leve redução de 0,5 p.p. em P5. Se considerados os extremos da série, houve aumento do grau de ocupação de 5,8 p.p.

5.4.4. Da evolução do estoque

O volume de estoque final de filmes de BOPP da indústria doméstica cresceu durante todo o período de análise. De P1 para P2 cresceu 45,1%, de P2 para P3, 62,3% , de P3 para P4, 16,8% e de P4 para P5, 9,8%.

Houve aumento na relação estoque final x produção durante todo o período de análise: de P1 para P2, de 1,3 p.p.; de P2 para P3, de 2 p.p.; de P3 para P4, de 1 p.p.; e de P4 para P5, de 0,9 p.p.

De P1 para P5, houve um aumento total de 201,8% no volume de estoque, correspondente a uma elevação de 5,2 p.p. na relação entre o estoque final e a produção de cada período.

5.4.5. Do faturamento líquido

No período de análise, o faturamento da indústria doméstica sofreu queda de 2,8%, evidenciando que o aumento das vendas, de 26,4%, ocorrido no mesmo interstício, se deu via redução dos preços praticados pela indústria doméstica. A diminuição no faturamento das vendas internas da indústria doméstica parece indicar estratégia adotada pelas empresas produtoras nacionais de reduzir os preços dos filmes de BOPP na tentativa de competir com as crescentes importações a preços com indícios de dumping.

5.4.6. Dos preços médios ponderados

O preço médio ponderado de vendas de filmes de BOPP no mercado interno cresceu 4,5% de P1 para P2. Nos períodos subseqüentes foram constatadas reduções de 9%, de P2 para P3; de 7%, de P3 para P4; e de 12,2%, de P4 para P5. Ao se comparar os extremos da série, a redução acumulada atingiu 23,1%.

5.4.7. Dos custos de produção

O custo de produção por tonelada diminuiu 2,7% de P1 para P2, aumentou 0,5% de P2 para P3, e caiu 2,1% de P3 para P4, e 11,9% de P4 para P5, período em que houve maior redução de custos pela indústria doméstica. Ao se comparar os extremos da série, constatou-se uma redução de 15,7%.

Merece destaque o fato de a indústria doméstica ter conseguido elevar suas vendas no mercado interno, em termos absolutos, mas ainda assim perdendo market share, mesmo com redução de seus preços.

5.4.8. Da relação custo total e preço

Houve uma redução de 0,1 p.p. na relação custo total de produção/preço de venda de filmes de BOPP no mercado interno de P1 para P2. De P2 para P3 houve aumento de 7,9 p.p., de P3 para P4, de 8,6 p.p. No período seguinte, ou seja, de P4 para P5, registrou-se um decréscimo de 5,9 p.p.

5.4.9. Da evolução do emprego e da massa salarial

A quantidade de mão-de-obra utilizada na linha de produção apresentou aumentos correspondentes a 18,4%, de P1 para P2, e de 2,5%, de P2 para P3. O decréscimo do número de empregados de P3 para P4 atingiu 5,8% e 0,8% de P4 para P5. De P1 a P5 ficou evidenciada evolução positiva de 13,5%.

A relação produção por empregado diretamente envolvido na produção diminuiu 6,3% de P1 para P2 e aumentou 16,1% de P2 para P3. De P3 para P4 houve aumento de 9,2%. De P4 para P5, a produtividade permaneceu estável. Nos dois últimos períodos, foram verificadas as maiores produtividades de toda a série, conjugando diminuição de empregados com elevação de produção. Ao longo dos cinco períodos houve aumento da produtividade em 18,7%.

De P1 para P5, o aumento evidenciado na produção, de 34,7%, superou o observado no número de empregados, de 13,5%, justificando o aumento da produtividade observado.

5.4.10. Do demonstrativo de resultados e das margens

O lucro bruto seguiu o comportamento do faturamento líquido em P1 e P2. Em P3, enquanto a receita líquida de vendas cresceu 5,9%, o lucro bruto recuou 39,7%. Nos períodos subseqüentes ocorreram diminuições de 81,8%, de P3 para P4, e 24,5%, de P4 para P5. Ao considerar os extremos da série, o lucro bruto sofreu redução de 89,6%.

No que se refere ao resultado operacional, observou-se uma deterioração em todos os períodos analisados, saindo de um resultado positivo em P1 para um resultado negativo em P5. De P1 para P2 e de P2 para P3 houve queda de 23,1% e de 99,3%, respectivamente. Em P4 e P5 observaram-se prejuízos operacionais, ressaltando que, em P5, tal prejuízo foi 72% inferior ao observado em P4.

A margem bruta revela o quanto foi obtido de lucro, depois de cobertos todos os custos variáveis, fixos e depreciação da linha de produção e custo de distribuição. Verificou-se que o indicador aumentou 1,4 p.p. de P1 para P2, reduziu 6,4 p.p. de P2 para P3, e caiu 6,7 p.p. de P3 para P4. De P4 para P5, a redução da margem foi de 0,3 p.p. A margem bruta em P5 foi a menor da série, o que representou uma diminuição de 12 p.p. em relação a P1.

A margem operacional da empresa apresentou comportamento semelhante àquele observado na margem bruta, tendo apresentado tendência de queda: 3,4 p.p de P1 para P2, 7,1 p.p de P2 para P3 e 15,8 p.p. de P3 para P4. De P4 para P5, houve uma elevação de 10,9 p.p., mas que não foi suficiente para que a indústria doméstica deixasse de operar com prejuízo operacional. Assim, de P1 para P5, a diminuição acumulada atingiu 15,4 p.p.

5.5. Da comparação entre o preço do produto importado e o da indústria doméstica

O preço da indústria doméstica foi superior ao preço CIF internado dos países sob análise em praticamente todo o período. Apenas em P1 não houve subcotação do preço das importações de filmes de BOPP originárias dos EUA, Equador e Chile. Estes dois últimos países ainda não se beneficiavam dos acordos com o Mercosul.

Os preços internados das importações objeto da análise também apresentaram tendência de redução, embora em proporção diferenciada à queda observada no preço da indústria doméstica. Verificou-se que apenas o preço do produto chinês aumentou 17,9%, se considerados P2 e P5. Os preços das demais origens reduziram-se: Argentina - 30,5% , Chile - 37,2%, Equador - 48,9%, EUA - 35,2% e Peru 30%. Em face da redução do preço internado das importações objeto da análise, aliada à subcotação, é possível inferir que ocorreu uma depressão dos preços da indústria doméstica, visto que foram rebaixados para suportar a concorrência externa.

5.6. Da conclusão do dano à indústria doméstica

A análise dos indicadores de desempenho da indústria doméstica permitiu concluir pela existência de indícios de dano decorrente das importações de filmes de BOPP da Argentina, Chile, China, Equador, EUA e Peru. O dano ficou caracterizado, principalmente, pela queda no faturamento, nos lucros, nas margens de lucro e nos preços de venda de filmes de BOPP fabricados pela indústria doméstica destinados ao mercado interno, pela redução da participação das vendas da indústria doméstica no consumo nacional aparente, bem como pela existência de subcotação do preço do produto importado em relação ao preço da indústria doméstica.

6. De outros fatores relevantes

O comportamento dos indicadores da indústria doméstica não pode ser atribuído ao seu desempenho exportador. No período considerado, a indústria doméstica aumentou suas exportações em 54,5%. Além disso, suas exportações contribuíram para diluição de seu custo fixo, não tendo impactado negativamente o custo de produção da indústria doméstica.

No que diz respeito aos demais fornecedores estrangeiros, observou-se que os preços médios ponderados destes foram superiores aos dos países analisados. Além disso, o volume exportado de terceiras origens correspondeu a 58,5% do volume das origens sob análise.

Não foi observada retração na demanda. Ao contrário, o mercado brasileiro apresentou crescimento ao longo do período considerado. Se comparados P1 com P5, o consumo nacional aparente cresceu 38,9%. Tampouco ficaram evidenciadas mudanças tecnológicas ou nos padrões de consumo que impactassem o comércio do produto. Os filmes de BOPP continuam sendo utilizados em grande escala como matéria-prima para a fabricação de embalagens flexíveis.

A produtividade da indústria doméstica foi crescente, não havendo indicação de que os custos de produção tenham sido impactados por tal fator.

No que diz respeito à política tarifária, efetivamente ao longo do período considerado, foram ampliadas preferências tarifárias decorrentes de acordos firmados pelo Mercosul com outros membros da Aladi. Portanto, seria previsto que o preço do produto brasileiro poderia ser impactado por essas preferências outorgadas. Nesse sentido, considerou-se a tarifa aduaneira aplicada em P1, de 17,5%, para a totalidade dos países, ainda que, àquela época, alguns dos parceiros comerciais do Brasil já se beneficiassem de preferência tarifária concedida pelo País e outros até hoje não percebam nenhuma redução em relação à Tarifa Externa Comum - TEC (China e EUA). Dessa maneira, caso a totalidade das importações brasileiras objeto da análise tivessem se beneficiado de uma redução a 0% da TEC, justificar-se-ia uma redução de 14,9% no preço da indústria doméstica. Contudo, observou-se que, de P1 para P5, o preço da indústria doméstica sofreu queda de cerca de 23%. Portanto, mesmo as preferências tarifárias outorgadas pelo Brasil não justificariam a queda de preços da indústria doméstica.

Dito isto, não ficaram evidenciados outros fatores que pudessem concomitantemente estar causando dano à indústria doméstica. Concluiu-se, pois, existir um vínculo significativo entre as importações a preços com indícios de dumping e o dano à indústria doméstica.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 415, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza o Art. 12, Inciso I, da Resolução Nº 202, de 17 de maio de 2006, do Conselho de Administração da SUFRAMA e os termos do Parecer Técnico de Análise n.º 21 de 8 de agosto de 2008 - SPR/CGPRI/COAPI, resolve:

Art. 1° APROVAR o projeto técnico-econômico simplificado de IMPLANTAÇÃO da empresa ARTFACAS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FACAS GRÁFICAS LTDA., na Zona Franca de Manaus, para a produção de ARTIGO DE MATÉRIA PLÁSTICA (EXCETO DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL) PARA TRANSPORTE OU EMBALAGEM, para o gozo dos benefícios fiscais previstos no Art. 7º e Art. 9º do Decreto-lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967 e, legislação posterior.

Art. 2º DETERMINAR, sob pena de suspensão ou cancelamento do projeto, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto constante do Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico estabelecido no Anexo VII do Decreto nº 783, de 25 de março de 1993;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção do cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor;

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução N° 202, de 17 de maio de 2006, bem como das demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 38, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, designada pela Portaria nº 50, de 19 de março de 2008, com base no disposto no parágrafo 2º, do artigo 28, do Decreto nº 6.180/2007, na 7ª Reunião Ordinária realizada em 5 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, relacionado no anexo I, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações e patrocínios.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ALCINO ROCHA
Presidente da Comissão

ANEXO I

Processo: 58000.003827/2007-30
Proponente: Clube Americanense de Tiro
Título: Cursos e Núcleo de Formação Esportiva
Prazo prorrogado para captação: até 31/12/2008
Valor: R$ 1.064.777,75

DELIBERAÇÃO Nº 41, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

Dá publicidade ao projeto desportivo, relacionado no anexo I, aprovado em reunião extraordinária realizada em 25/08/2008.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 50, de 19 de março de 2008 e Resolução nº 22, de 28 de maio de 2008, considerando:

a) a aprovação de projeto desportivo ocorrida em reunião extraordinária realizada em 25/08/2008.

b) a comprovação, pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007; decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ALCINO REIS ROCHA
Presidente da Comissão

ANEXO I

Processo: 58000.004070/2007-00
Proponente: Instituto Esporte e Educação
Título: Caravana do Esporte
Registro/ ME: 02SP002062007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 04.381.220/0001-63
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 2.264.775,79
Período de Captação: 27/08/2008 até 31/12/2008

COMISSÃO TÉCNICA DA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE

RETIFICAÇÕES

Na Deliberação nº 40, de 26 de agosto de 2008, publicada no Diário Oficial nº 54, de 27/08/2008, Seção 1, página 165, referente ao processo nº 58000.000662/2008-25, onde se lê: "cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ, leia-se: "cidade: Joinville - UF: SC".

No Diário Oficial nº 54, de 27/08/2008, Seção 1, página 165, Deliberação nº 40, de 26/08/2008, referente ao processo nº 58000.002397/2008-10, onde se lê: "Manifestação Desportiva: Desporto de Participação, leia-se: " Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento".

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 254, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

OS MINISTROS DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso de suas atribuições; e

Considerando o disposto no art. 1º do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1996; no art. 3º, IV e XVII, da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992;

Considerando a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais e o atendimento ao princípio do desenvolvimento sustentável, conforme disposto no Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007;

Considerando as prioridades do Governo Federal, estabelecidas na Agenda Social, visando acelerar a redução das desigualdades.

Considerando as especificidades das cadeias produtivas dos produtos oriundos do extrativismo, as quais requerem instrumentos, critérios e parâmetros específicos de ação do Governo Federal; e

Considerando a necessidade de atuação integrada dos Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário para apoiar e promover a atividade extrativista dos povos e comunidades tradicionais em toda a cadeia produtiva, em especial na comercialização, resolvem

Art. 1º Criar Grupo de Trabalho Interministerial-GTI visando subsidiar as ações voltadas à comercialização dos produtos oriundos do extrativismo, com base nas seguintes atribuições:

I - indicar produtos prioritários para realização de estudos pela Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB, com vistas à sua incorporação na Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou à revisão dos preços mínimos, no caso dos produtos já amparados por essa Política;

II - aprovar as propostas de preços mínimos, com base nos estudos referidos no inciso I, e encaminhar a CONAB para as demais providências relacionadas a tramitação das mesmas;

III - propor as ações de apoio à comercialização dos produtos amparados por preços mínimos nos termos desta Portaria, em especial as regiões prioritárias e os limites das operações por beneficiário e global;

IV - monitorar e avaliar as ações de que trata esta Portaria.

Art. 2º Fica a CONAB autorizada a proceder os estudos necessários para inclusão na PGPM, ainda em 2008, dos seguintes produtos: açaí, andiroba, babaçu, buriti, copaíba, pequi e piaçava; e revisão dos preços mínimos da castanha-do-brasil, borracha natural e cera de carnaúba.

Parágrafo único. Após os estudos da CONAB referidos no caput deste artigo, o GTI deverá se manifestar conforme as competências definidas no art. 1º desta Portaria.

Art. 3º O GTI será composto por dois representantes de cada um dos seguintes Ministérios:

I - do Meio Ambiente, que o coordenará;

II - da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo um da Secretaria de Política Agrícola e outro da Companhia Nacional de Abastecimento; e

III - do Desenvolvimento Agrário.

§ 1º Compete à Coordenação agendar e coordenar as reuniões do GTI, apoiar seus trabalhos e encaminhar suas propostas e deliberações.

§ 2º As deliberações deste GTI somente serão tomadas com a presença de, no mínimo, um representante por Ministério.

§ 3º O GTI terá caráter permanente ou até disposição em contrário dos Ministérios integrantes.

Art. 4º Os Ministérios designarão, em até 10 dias após a publicação da presente Portaria, os seus respectivos representantes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MINC
Ministro de Estado do Meio Ambiente

GUILHERME CASSEL
Ministro do Desenvolvimento Agrário

REINHOLD STEPHANES
Ministro da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 489, DE 19 DE AGOSTO DE 2008

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61, inciso XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 348, de 20 de agosto de 2007, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 294ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de agosto de 2008, com fundamento no inciso V do art. 12 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o que consta no Processo nº 02501.000629/2005-57, resolveu:

Art.1º Transformar, com base no artigo 7º, parágrafo 2º da Lei nº 9.984, de 2000, a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, objeto da Resolução ANA nº 364, de 29 de agosto de 2005, referente ao Aproveitamento Hidrelétrico Batalha, anteriormente chamado Paulistas, situado no rio São Marcos, Municípios de Cristalina, Estado de Goiás, e Paracatu, Estado de Minas Gerais, em outorga de direito de uso de recursos hídricos à FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 23.274.197/0001-19, doravante denominada Outorgada, com a finalidade de exploração do potencial de energia hidráulica.

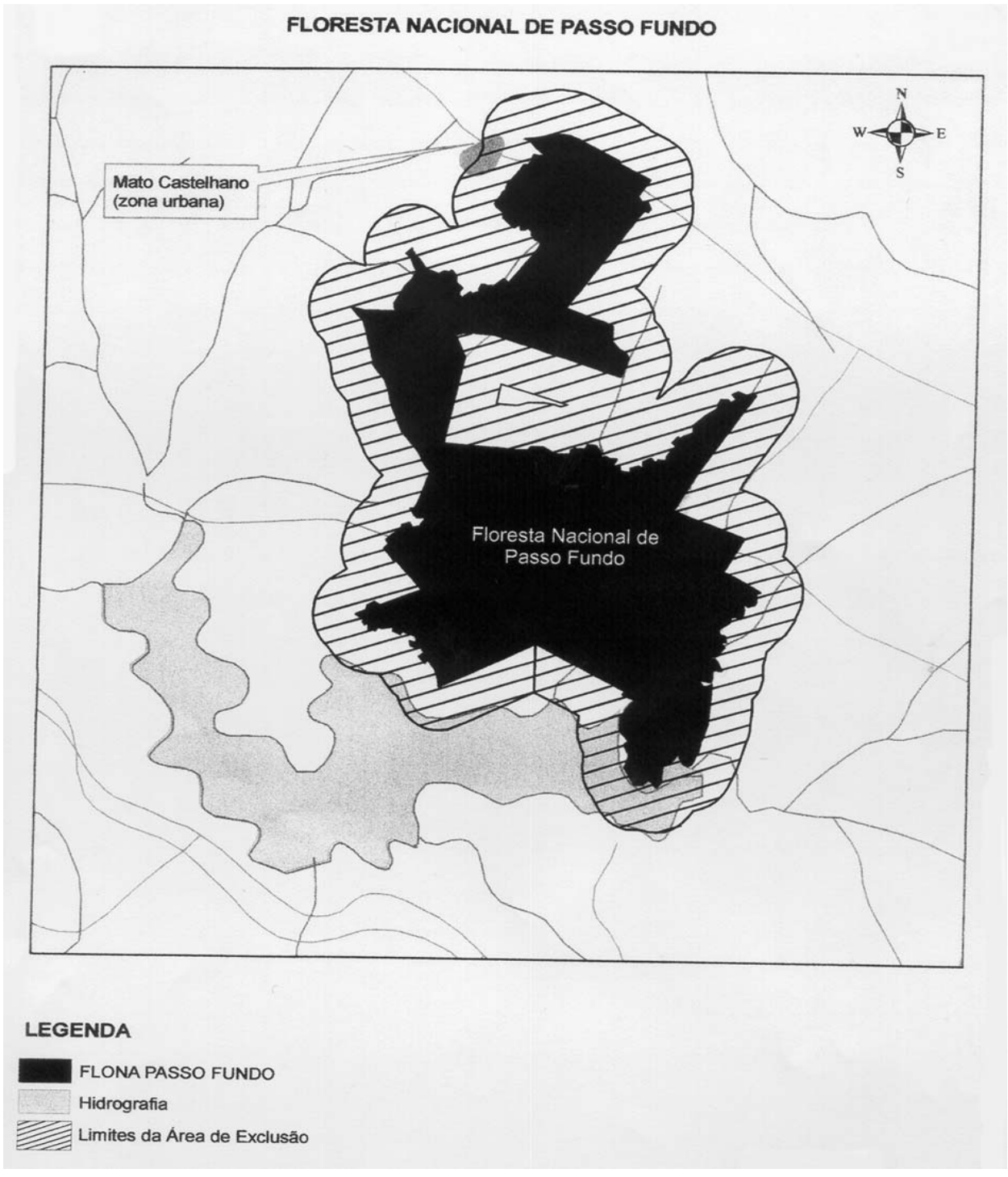
O inteiro teor da Resolução e seus Anexos, encontram-se disponíveis no site www.ana.gov.br

JOSÉ MACHADO

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DA PROCURADORA

Em cumprimento à decisão judicial na ACP 2006.71.04.004855-5/RS, procede-se à ciência da delimitação e demarcação da faixa de 500 metros em projeção horizontal a partir do perímetro da Floresta Nacional de Passo Fundo, faixa na qual é proibida a plantação de transgenicos, área esta ilustrada no mapa abaixo:



MARIA ALEJANDRA RIERA BING

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 268, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

OS MINISTROS DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E DA FAZENDA, tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso I, alínea "b", e parágrafo único, do Decreto nº 6.439, de 22 de abril de 2008, resolvem:

Art. 1º Ampliar os limites constantes do Anexo I da Portaria Interministerial MP/MF nº 88, de 29 de abril de 2008, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

GUIDO MANTEGA

ANEXO
ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA INTERMINISTERIAL MP/MF Nº 88, DE 29 DE ABRIL DE 2008)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DISPONÍVEL		
	Custeio	Investimento + Inversão Financeira	Total
56000 Min. das Cidades	34.207	565.793	600.000
T o t a l	34.207	565.793	600.000

Fontes: 100, 111, 112, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 180, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 325, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

A SECRETÁRIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria MP nº 30, de 16 de março de 2000, e tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I, observando os parágrafos 1º e 2º do mesmo artigo, combinada com o art. 23, parágrafo 1º, da Lei nº 9.636 de 15 de maio de 1998, de 15 de maio de 1998 e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04802.000568/2008-14, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação, com encargo ao Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, do imóvel urbano constituído por terreno nacional interior, com área de 2.156,00 m², com área construída de 860,00 m², situado à rua Otávio Mangabeira s/nº, esquina com a rua Dário Leal da Cunha - Bairro Kennedy, no Município de Santa Maria/RS, objeto da matrícula nº 30.278, livro nº 2 - Registro Geral, do Cartório de Registro imóveis daquela Comarca.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se à prestação de serviços médicos pelo donatário.

Art. 3º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4º O encargo de que trata o art. 2º desta Portaria será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito o donatário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, se:

I - não for cumprida a finalidade da doação;

II - cessarem as razões que justificaram a doação;

III - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista; ou

IV - ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRA RESCHKE

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 582, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e considerando o estabelecido no artigo 36 da Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pela Lei Nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Incluir no art. 6º da Portaria GM/MTE nº. 393, de 12 de setembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2007, os §§ 4º, 5º e 6º, com a seguinte redação:

"Art. 6º .....

§ 4º Poderá ser instaurado processo seletivo específico para lotação na Corregedoria, ocasião em que o servidor selecionado deverá permanecer por, no mínimo, 2 anos naquela lotação, contados da data da efetivação da remoção.

§ 5º O tempo mínimo previsto no § 4º somente poderá ser reduzido no interesse da Administração.

§ 6º Após o cumprimento do período mínimo exigido no § 4º, o servidor poderá requerer sua remoção para qualquer outra unidade administrativa, sendo garantido o deferimento do pedido, ressalvados os casos dos Auditores-Fiscais do Trabalho, que não poderão ser removidos para Agências Regionais."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CARLOS LUPI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 39, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 3118, de 03/04/89, publicada no D.O.U. de 05/04/89, que subdelegou competência a SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização para o trabalho aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo Nº.46382.000018/2008-21, resolve:

Conceder a autorização à empresa TREBOL BRASIL LTDA aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos, em seu estabelecimento situado à Avenida Pennwalt, nº. 759 Bairro: Distrito Industrial, Cidade: Rio Claro, Estado: São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da C.L.T. e as disposições da Lei Nº605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto N.º 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes das alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do Trabalho.

LUCÍOLA RODRIGUES JAIME

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS SECRETÁRIO

Em 20 de Agosto de 2008

Pedido de Registro Sindical

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186 publicada no DOU em 14 de abril de 2008

Processo	46214.002167/2007-85
Entidade	"Sindicato Estadual dos Agentes Comunitários de Saúde do Piauí", PI.
CNPJ	08.858.222/0001-51
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Piauí - PI
Categoria	Agentes Comunitários de Saúde (Lei nº. 11.350, de 05 de outubro de 2006)

Processo	46222.008105/2007-88
Entidade	Sindicatos dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários nos Municípios de Tucurui e Breu Branco, Estado do Pará - SINTRO-SUDESTE
CNPJ	08.941.970/0001-01
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Breu Branco e Tucuruí - PA
Categoria	Motoristas, cobradores, fiscais, bilheteiros, despachantes, lanterneiros, mecânicos, moleiros, eletricistas, borracheiros, pintores, lavadores, lubrificadores, almoxarifes, pessoal de escritórios, vigias, serventes e zeladores

Processo	46346.000005/2008-98
Entidade	"Sindicato dos Servidores Municipais de Madalena - SINSEMAD",CE
CNPJ	04.433.684/0001-76
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Madalena - CE
Categoria	Servidores Municipais de Madalena

Processo	46223.002107/2008-34
Entidade	"Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde da Regional de Barra do Corda",MA
CNPJ	08.430.428/0001-86
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Arame, Barra do Corda, Fernando Falcão, Formosa da Serra Negra, Grajaú, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Sítio Novo e Tuntum - MA
Categoria	Agentes Comunitários de Saúde (Lei nº. 11.350, de 05 de outubro de 2006).

Em 25 de Agosto de 2008

Pedido de Alteração Estatutária

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008.

Processo	46000.027560/2007-97
Entidade	Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis de Campinas e Região/SP
CNPJ	50.086.065/0001-70
Abrangencia	Intermunicipal
Base Territorial	Águas de Lindóia, Amparo, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Elias Fausto, Engenheiro Coelho, Estiva Gerbi, Holambra, Indaiatuba, Itapira, Jaguariúna, Lindóia, Mogi Guaçu, Moji Mirim, Monte Alegre do Sul, Monte Mor, Paulínia, Pedreira, Santo Antônio de Posse, Serra Negra, Socorro e Valinhos - SP
Categoria	Empregados de agentes autônomos do comércio e em empresas de assessoramento, perícias, informações e pesquisas e de empresas de serviços contábeis

Processo	46000.011953/2007-89
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de São Leopoldo - RS
CNPJ	96.758.040/0001-76
Abrangencia	Intermunicipal
Base Territorial	Bom Princípio, Brochier, Capela de Santana, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Feliz, Harmonia, Ivoti, Maratá, Montenegro, Novo Hamburgo, Portão, Santa Maria do Herval, São José do Hortêncio, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Sapucaia do Sul e Tupandi - RS

Categoria: Profissional diferenciada dos condutores de veículos rodoviários. Consideram-se também, pertencentes à categoria, para efeito deste artigo, os empregados de transportes de carga e coletivos de passageiros executados por ônibus, microônibus, furgão, trolebus, ou veículos assemelhados, independente de ser coletivo, seletivo individual ou especial; os de transporte de estudantes e professores; lotação, de transporte por fretamento; de transporte de turismo; ou qualquer outro meio de transporte veicular similar. Consideram-se ainda, para fins de representação, o conjunto das categorias profissionais informadas no segundo grupo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres - CNTT

Processo	46000.023976/2007-36
Entidade	SINDEPOSPETRO - Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo de Cascavel e Região/PR
CNPJ	78.688.397/0001-43
Abrangencia	Intermunicipal

Base Territorial: Altamira do Paraná, Ampére, Anahy, Assis Chateaubriand, Barracão, Boa Esperança do Iguaçu, Boa Vista da Aparecida, Bom Sucesso do Sul, Braganey, Cafelândia, Campina da Lagoa, Campo Bonito, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Chopinzinho, Corbélia, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Diamante do Sul, Diamante D'Oeste, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Entre Rios do Oeste, Espigão Alto do Iguaçu, Flor da Serra do Sul, Formosa do Oeste, Francisco Beltrão, Guaíra, Guaraniaçú, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itapejara d'Oeste, Jesuítas, Laranjal, Laranjeiras do Sul, Lindoeste, Manfrinópolis, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Marmeleiro, Mercedes, Nova Aurora, Nova Cantú, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Laranjeiras, Nova Prata do Iguaçu, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palmital, Palotina, Pato Bragado, Pato Branco, Pérola d'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Quatro Pontes, Quedas do Iguaçu, Realeza, Renascença, Rio Bonito do Iguaçu, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Helena, Santa Izabel do Oeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge d'Oeste, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Saudade do Iguaçu, Sulina, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi, Ubiratã e Vera Cruz do Oeste-PR

Categoria	Empregados em postos de serviços de combustíveis e derivados de petróleo

Processo	46000.003861/2008-14
Entidade	Sindicatos dos Trabalhadores no Transporte Rodoviários do Norte do Mato Grosso - SINTRONORMAT-MT
CNPJ	32.944.076/0001-61
Abrangencia	Intermunicipal

Base Territorial: Alta Floresta, Apiacás, Carlinda, Cláudia, Colíder, Feliz Natal, Guarantã do Norte, Ipiranga do Norte, Itanhangá, Itaúba, Juara, Lucas do Rio Verde, Marcelândia, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Monte Verde, Nova Mutum, Nova Santa Helena, Nova Ubiratã, Novo Horizonte do Norte, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto de Azevedo, Porto dos Gaúchos, Santa Carmem, Santa Rita do Trivelato, Sinop, Sorriso, Tabaporã, Tapurah, Terra Nova do Norte, União do Sul e Vera - MT

Categoria	Trabalhadores no Transporte Rodoviário e Urbano

Processo	46000.006666/2008-38
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Jaraguá do Sul - SC
CNPJ	84.436.930/0001-82
Abrangencia	Municipal
Base Territorial	Jaraguá do Sul. - SC

Categoria: Trabalhadores e trabalhadoras rurais: assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safristas, e eventuais na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas

Em 27 de agosto de 2008

Arquivamento

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 5º da Portaria nº. 186, publicada em 14 de abril de 2008 e nas seguintes Notas Técnicas, resolve ARQUIVAR os processos dos sindicatos abaixo relacionados:

Processo	46000.004327/2006-55
Entidade	Sindicato dos Aeronautas do Município de Guarulhos - SP
Fundamento	Nota Técnica DICNES/ CGRS/SRT/Nº 319/2008

Processo	46000.014735/2008-87
Entidade	"SIMARU - Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Marau",RS
CNPJ	90.784.703/0001-40
Fundamento	Nota Técnica/CGRS/SRT/DICNES/Nº 318/2008

Processo	46223.000427/2008-50
Entidade	Sindicato dos Estivadores de Primeira Cruz e Santo Amaro do Maranhão
CNPJ	23.618.978/0001-17
Fundamento	Nota Técnica CGRS/SRT/DICNES/Nº 320/2008

Processo	46000.008201/2001-45
Entidade	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Curitiba e Região - PR
CNPJ	76.684.097/0001-54
Fundamento	Nota Técnica CGRS/SRT/DICNES/Nº 321/2008

Processo	46000.015143/2008-82
Entidade	"Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal - SINDSEL",MG
CNPJ	08.902.020/0001-60
Fundamento	Nota Técnica CGRS/SRT/DICNES/Nº 322/2008

Processo	46207.007122/2007-96
Entidade	Sindicato dos Agentes de Segurança Patrimonial Municipais, dos Agentes Comunitários de Segurança Municipais, e dos Guardas Municipais do Estado do Espírito Santo.
CNPJ	06.371.701/0001-13
Fundamento	Nota Técnica CGRS/SRT/DICNES/Nº 324/2008

Arquivamento

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 5º da Portaria nº. 186, publicada em 14 de abril de 2008, bem como no inciso II do art. 8º da Constituição Federal de 1998 e nas seguintes Notas Técnicas, resolve ARQUIVAR os processos dos sindicatos abaixo relacionados:

Processo	46000.014318/2006-72
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas, e do Comércio Atacadista, com Sucatas, Minerais, Ferrosas e Não Ferrosas, e em Geral, Processadas ou Não por Fundição, Metalurgia e Siderurgia/NACIONAL
CNPJ	08.962.740/0001-10
Fundamento	Nota Técnica CGRS/SRT/DICNES/Nº 316/2008

Processo	46000.014318/2006-72
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista; Autarquias e Correlatas na Área de Infra - Estrutura Urbana e Rural do Município de Guarulhos - SP - E Seus Respectivos Distritos e Subdistritos - (SIND - INFRA)
CNPJ	08.056.651/0001-05
Fundamento	Nota Técnica CGRS/SRT/DICNES/Nº 323/2008

LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 203, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso de suas atribuições que lhe conferem o artigo 87, parágrafo único, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto Nº 825, de 28 de maio de 1993, resolve:

I - Autorizar a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério dos Transportes a descentralizar ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT os recursos orçamentários no montante de R$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de reais), consignados no crédito suplementar aprovado pelo Decreto de 13 de junho de 2008, classificados no Programa de Trabalho 26.782.1461.111V.0035 - Apoio à Construção do RODOANEL -Trecho Sul - No Estado de São Paulo;

II - Os recursos descentralizados deverão ser empregados na consecução do objeto previsto pelo programa de trabalho pertinente, respeitadas fielmente a classificação funcional programática e a legislação em vigor.

ALFREDO NASCIMENTO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 1.118-ANTAQ, DE 21 DE AGOSTO DE 2008

Instauração de processo administrativo contencioso.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, com base no inciso V, do art. 2º, da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, considerando o que consta do Processo Nº 50301.000718/2008-45 e tendo em vista deliberação da Diretoria em sua 219ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Contencioso, para apuração de supostas irregularidades, considerando o que consta do Processo Nº 50301.000718/2008-45.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 1.123 -ANTAQ, DE 21 DE AGOSTO DE 2008

Adita o termo de autorização Nº 135-ANTAQ, de 19 de agosto de 2004, que autorizou a empresa DSND CONSUB S/A. a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio portuário e apoio marítimo.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS -ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, e considerando o que consta do Processo Nº 50300.000050/2003 e tendo em vista o que foi deliberado na 219ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 21 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização Nº 135-ANTAQ, de 19 de agosto de 2004, para alterá-lo, passando a vigorar na forma e condições fixadas no 1º Termo Aditivo do referido Termo de Autorização.

Art. 2º O Termo Aditivo de que trata o artigo anterior entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 1.120-ANTAQ, DE 21 DE AGOSTO DE 2008

Declara extinta, por incorporação societária da interessada pela SAVEIROS CAMUYRANO SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A., a autorização outorgada por meio do Termo de Autorização Nº 038-ANTAQ, de 13 de maio de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 14 de maio de 2003, retificado em 20 de maio de 2003, à EMPRESA CNL - COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DAS LAGOAS NORTE, para operar como empresa brasileira de navegação, prestando serviços de transporte na navegação de apoio portuário.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 54, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo Nº 50300.000079/2003 e o que foi deliberado pela Diretoria em sua 219ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por incorporação societária da interessada pela Saveiros Camuyrano Serviços S.A., a autorização outorgada por meio do Termo de Autorização Nº 038-ANTAQ, 13 de maio de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 14 de maio de 2003, retificado em 20 de maio de 2003, à empresa CNL - COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DAS LAGOAS NORTE, CNPJ Nº 02.843.119/0001-51, com sede na av. Rio Branco, Nº 25, 16º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, para operar como empresa brasileira de navegação, prestando serviços de transporte na navegação de apoio portuário.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 1.121-ANTAQ, DE 21 DE AGOSTO DE 2008

Declara extinta, por incorporação societária da interessada pela SAVEIROS CAMUYRANO SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A, a autorização outorgada por meio do Termo de Autorização Nº 056-ANTAQ, de 12 de setembro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2003, à EMPRESA CNL - COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DAS LAGOAS, para operar como empresa brasileira de navegação, prestando serviços de transporte na navegação de apoio portuário.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 54, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo Nº 50300.000080/2003 e o que foi deliberado pela Diretoria em sua 219ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por incorporação societária da interessada pela Saveiros Camuyrano Serviços S.A., a autorização outorgada por meio do Termo de Autorização Nº 056-ANTAQ, 12 de setembro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2003, à empresa CNL - COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DAS LAGOAS, CNPJ Nº 33.198.607/0001-87, com sede na av. Rio Branco, Nº 25, 16º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, para operar como empresa brasileira de navegação, prestando serviços de transporte na navegação de apoio portuário.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 1.122-ANTAQ, DE 21 DE AGOSTO DE 2008

Instauração de processo administrativo contencioso.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, com base no inciso V, do art. 2º, da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, considerando o que consta do Processo Nº 50305.002132/2007-02 e tendo em vista deliberação da Diretoria em sua 219ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Contencioso, para apuração de supostas irregularidades, considerando o que consta do Processo Nº 50305.002132/2007-02.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 1.119-ANTAQ, DE 21 DE AGOSTO DE 2008

Modifica a estrutura da tarifa dos Portos de Vitória e Barra do Riacho-ES.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 27, inciso VII, da Lei Nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e pelo artigo 3°, inciso VIII, do Regulamento da ANTAQ, aprovado pelo Decreto n° 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, considerando o disposto na Portaria n° 118, de 17 de maio de 2002, do Ministro de Estado da Fazenda, e tendo em vista o que consta do Processo Nº 50300.000729/2008-35 e o que foi deliberado em sua 219ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1° Excluir o item Nº 5 da Tabela I – Utilização da Infra-estrutura Portuária (Proteção e Acesso ao Porto) da tarifa dos portos de Vitória e Barra do Riacho, renumerando o atual item Nº 6 para Nº 5.

Art. 2° Incluir item nas Normas de Aplicação da Tabela I – Utilização da Infra-estrutura Portuária (Proteção e Acesso ao Porto) da tarifa dos portos de Vitória e Barra do Riacho com a seguinte redação:

"3 – Os valores dos itens tarifários desta tabela incidentes sobre navios que se destinam a terminais de uso privativo serão fixados mediante convênio, com homologação do Conselho de Autoridade Portuária - CAP".

Art. 3° Determinar que a modificação da estrutura tarifária constante dos artigos 1° e 2° somente entrará em vigor após sua homologação pelo Conselho de Autoridade Portuária - CAP, nos termos do artigo 30, parágrafo 1°, inciso VIII, da Lei Nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993.

Art. 4° Determinar que a Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA publique no Diário Oficial da União – D.O.U. a presente modificação da estrutura tarifária dos portos de Vitória e Barra do Riacho.

Art. 5° Determinar que a Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA encaminhe à ANTAQ, para ciência e acompanhamento, cópia dos Convênios firmados com os terminais de uso privativo, bem como das Resoluções ou Deliberações do Conselho de Autoridade Portuária – CAP, que homologarem os valores tarifários fixados nos termos do artigo 2º.

Art. 6° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

ADITAMENTO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 135-ANTAQ, DE 19 DE AGOSTO DE 2004

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, e com base nos arts. 43 e 44 da Lei º 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória Nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e no regulamento aplicável, e considerando o que consta do Processo Nº 50300.000050/2003 e o que foi deliberado pela Diretoria em sua 219ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de agosto de 2008, resolve:

I - Aditar o Termo de Autorização Nº 135-ANTAQ, de 19 de agosto de 2004, para alterar o referido Termo de Autorização que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Autorizar a empresa DSND CONSUB S/A., CNPJ Nº 27.596.568/0001-73, doravante denominada Autorizada, com sede na Avenida Rio Branco 108, 28º andar, Centro, RJ, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio marítimo.

II - Esta autorização se regerá pela Lei Nº 9.432, de 1997, pela Lei Nº 10.233, de 2001, e pela Norma aprovada pela Resolução Nº 843-ANTAQ, de 14 de agosto de 2007, alterada pela Resolução Nº 879-ANTAQ, de 26 de setembro de 2007 e demais normas regulamentares aplicáveis.

III - A Autorizada se obriga a executar os serviços, observadas as características próprias da operação, de forma a satisfazer os requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atendimento ao interesse público a à preservação do meio ambiente e obter junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, se for o caso, a autorização para o transporte de granéis líquidos de derivados de petróleo.

IV - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação, cassação ou revogação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 19, incisos I, II e III, da Norma aprovada pela Resolução Nº 843-ANTAQ.

V - As infrações de que trata o inciso II, do art. 19, da Norma aprovada pela Resolução Nº 843-ANTAQ, de 2007 que, a critério da ANTAQ, não constituam motivo suficiente para cassação, poderão ser punidas com as sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 20, da referida Norma, nos termos do regulamento próprio.

VI - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas."

II - O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 464, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

O PROCURADOR DO TRABALHO que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil n. º 1330/2007, que trata de denúncia formulada junto ao MPT pelos Srs. Carlos Roberto Costa Silva e Lidiomar dos Santos Mello, noticiando que as empresas investigadas estariam exigindo que os seus vendedores ou promotores de vendas que constituíssem pessoas jurídicas como condição para que permanecessem ou fossem admitidos;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil n. º 1330/2007, em face de COMPROFAR S/A ADMINISTRADORA DE BENS, DISTRIBUIDORA FARMACÊUTICA PANARELLO LTDA e SUDESTEFARMA S/A PRODUTOS FARMACÊUTICOS.

Presidirá o Inquérito o Procurador do Trabalho Carlos Eduardo Carvalho Brisolla, que poderá ser secretariado pelo servidor Leonardo Silva Miranda Lemos, Técnico Administrativo.

CARLOS EDUARDO CARVALHO BRISOLLA

PORTARIA Nº 465, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

O PROCURADOR DO TRABALHO que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil n. º 1376/2007, que trata de denúncia formulada junto ao MPT pelo Condomínio Waterways Residencial, noticiando que a investigada estaria exigindo que os seus funcionários constituíssem pessoas jurídicas como condição para que permanecessem trabalhando;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil n. º 1376/2007, em face de QUALIDADE GARANTIDA SERVIÇOS LTDA..

Presidirá o Inquérito o Procurador do Trabalho Carlos Eduardo Carvalho Brisolla, que poderá ser secretariado pelo servidor Leonardo Silva Miranda Lemos, Técnico Administrativo.

CARLOS EDUARDO CARVALHO BRISOLLA

3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 57, DE 22 DE AGOSTO DE 2008

A Procuradora do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do Procedimento Prévio Investigatório n° 125/2007, instaurado em face de representação formulada pela Câmara Municipal de Ubá, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja, coação, não recolhimento de INSS, atraso no pagamento de salários, recolhimento em atraso do FGTS, não pagamento de horas-extras e irregularidades no piso salarial e nas férias. resolve:

Nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85: determinar a instauração do INQUÉRITO CIVIL N° 257/2008, contra: MUNICÍPIO DE UBÁ, CNPJ 18128207000101, localizado à Praça São Januário, 238 - Centro, Ubá / MG - 35600-000, ADSERVIS MULTIPERFIL LTDA, CNPJ 71393227000192, localizada à Av. do Contorno, 1480, Floresta, Belo Horizonte/MG - 30110-070 e IDEAL SERVIÇOS LTDA, CNPJ 05070639000167, localizada à Av. Abílio Machado, Nº 4532 - Parque Recreio, Contagem/MG - 32110-330.

LUCIENE REZENDE VASCONCELOS

8ª REGIÃO

PORTARIA Nº 410, DE 18 DE AGOSTO DE 2008

O Procurador do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a SESAN - SECRETARIA DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE BELÉM foi objeto de Representação do SINELPA - SINDICATO DOS TRABALHADORES DE EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO, HIGIENE, LIMPEZA E SIMILARES DO ESTADO DO PARÁ, por contratação de Cooperativa em substituição às empresas que operavam na limpeza pública;

DETERMINA, em 18.8.2008, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL Nº 675/2005, para apuração do fato acima narrado; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC;

FAUSTINO BARTOLOMEU ALVES PIMENTA

PORTARIA Nº 421, DE 22 DE AGOSTO DE 2008

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando a empresa MULT FINANCIAMENTOS CONCESSIONÁRIA DE FRANQUIAS LTDA. foi objeto de representação, pelas seguintes razões: CTPS não assinada; contracheques não fornecidos; e não pagamento do salário acordado;

Determina, 22.08.2008, em Belém/PA: 1) INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL Nº 181/2008, para apuração dos fatos acima narrados, e, para tanto, solicita, desde logo, que seja reiterada a requisição de fiscalização na empresa pela SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Pará; 2) DESIGNAÇÃOdo Servidor Carlos Rogério Lobato de Araújo para secretariar os trabalhos atinentes a este IC;

MARICI COELHO DE BARROS PEREIRA

PORTARIA Nº 428, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

A Procuradora do Trabalho signatária, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no art.129, III, da Constituição Federal, artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar Nº 75/93, artigo 8º, §1º, da Lei n. 7.347/85, e,

Considerando que Salomão Alcolumbre & Cia. Ltda. está sendo objeto de investigação pela prática das seguintes irregularidades: a. falta de higienização das instalações sanitárias durante a jornada de trabalho; b. não-disponibilização de material descartável de limpeza e enxugo das mãos nos lavatórios; c. não fornecimento de água em condições higiênicas e utilização de recipientes coletivos; d. assentos quebrados utilizados por todos os trabalhadores durante as pausas de serviço; e. ausência de material de primeiros socorros; f. não permitir que os obreiros datem e assinem os recibos de pagamento.

DETERMINA, em 26/08/2008, em Macapá/AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL Nº 80/2008, para apuração dos fatos acima narrados e, para tanto, solicita, desde logo, a notificação do Inquirido para informar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, se tem interesse em firmar Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta perante o Ministério Público do Trabalho a fim de ajustar as infrações constatadas pela Superintendência Regional do Trabalho; 2) a DESIGNAÇÃO do servidor Aldo S. C. Fernandes para secretariar os trabalhos atinentes a este IC;

JAILDA EULÍDIA DA SILVA PINTO

PORTARIA Nº 429, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

A Procuradora do Trabalho signatária, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no art.129, III, da Constituição Federal, artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar Nº 75/93, artigo 8º, §1º, da Lei n. 7.347/85, e,

Considerando que J. dos Santos ME - Casa do Ciclista está sendo objeto de investigação, em razão de denúncia de prática das seguintes irregularidades: a) não assinatura das CTPS dos seus empregados; b) cumprimento excessivo de jornada de trabalho; c) não há definição acerca do salário dos trabalhadores, que geralmente recebem por tarefa executada; d) não há emissão de recibo de salários.

Determina, em 26/08/2008, em Macapá/AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL Nº 78/2008, para apuração dos fatos acima narrados e, para tanto, solicita, desde logo, a expedição de ofício à Superintendência Regional do Trabalho, requisitando a instauração de procedimento fiscal em face do Representado, com o objetivo precípuo de verificar a denúncia; 2) a DESIGNAÇÃO do servidor Aldo S. C. Fernandes para secretariar os trabalhos atinentes a este IC;

JAILDA EULÍDIA DA SILVA PINTO

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 309, DE 28 DE AGOSTO DE 2008

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos da Representação (REP) Nº 00238/2008 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Condições Sanit. e de Conforto nos Locais de Trabalho - NR24 e PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - NR 09), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de ARATUR HOTEIS E TURISMO DE ARACAJU LTDA. (CELI PRAIA HOTEL) (CNPJ Nº 15.604.465/0001-29).

MANOEL ADROALDO BISPO

PORTARIA Nº 311, DE 26 DE AGOSTO DE 2008

A Procuradora do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório Nº 00151/2008 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Condições Sanit. e de Conforto nos Locais de Trabalho -NR24, EPI - Equipamentos de Proteção Individual - NR06 e Outros/Fardamento), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da empresa Cerâmica Campo Grande Ltda. (pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CEI sob o n.º 32.716.730/0001-80).

LORENA PESSOA BRAVO

PORTARIA Nº 312, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório (PP) Nº 179/2008 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (ILEGALIDADE DE CLÁUSULAS DE ACT), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DE SERGIPE - SINDITRES (CNPJ Nº 15.605.801/0001-58) e da empresa PRIME PLUS LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E TRANSPORTES TURÍSTICOS LTDA. (CNPJ Nº 05.114.481/0003-41).

RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO

PORTARIA Nº 313, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando a representação apresentada, de ofício, pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO/SERGIPE, bem como que dos autos do Procedimento Preparatório 95/2008 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (INOBSERVÂNCIA DA RESERVA DE VAGAS PARA REABILITADOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da empresa CACIQUE PROMOTORA DE VENDAS LTDA. (CNPJ 54.292.578/0091-44).

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 314, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório (PP) Nº 181/2008 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (ILEGALIDADE DE CLÁUSULAS DE ACT), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DE SERGIPE - SINDITRES (CNPJ Nº 15.605.801/0001-58) e da empresa VIAÇÃO NOVO HORIZONTE LTDA (CNPJ Nº 60.829.264/0002-65).

RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO

PORTARIA Nº 315, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando a representação apresentada por DENÚNCIA ANÔNIMA, bem como que dos autos do Procedimento Preparatório 270/2002 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (REGISTRO IRREGULAR DE JORNADA DE TRABALHO e COAÇÃO DE EMPREGADOS), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da empresa G. BARBOSA COMERCIAL LTDA. (CNPJ 39.346.861/0001-61).

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 316, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos da Representação (REP) Nº 00290/2008 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Condições Sanit. e de Conforto nos Locais de Trabalho - NR24), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de G. Barbosa Comercial Ltda. (CNPJ Nº 39.346.861/0001-61).

MANOEL ADROALDO BISPO

PORTARIA Nº 317, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos da Representação (REP) Nº 00291/2008 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (EPI - Equipamentos de Proteção Individual - NR06), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de M. S. SERVIÇOS GERAIS LTDA.

MANOEL ADROALDO BISPO

PORTARIA Nº 318, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos da Representação (REP) Nº 00292/2008 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Condições Sanit. e de Conforto nos Locais de Trabalho - NR24), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de LOJAS RIACHUELO S/A. (CNPJ Nº 33.200.056/0239-47 e 33.200.056/0021-92), bem como DECRETA NESTE ATO O SIGILO DOS AUTOS DO INQUÉRITO CIVIL (ex vi do art. 7º tanto da Resolução CNMP 23/2007, quanto da Resolução CSMPT 69/2007).

MANOEL ADROALDO BISPO

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

EXTRATO DA PAUTA Nº 32 - (EXTRAORDINÁRIA RESERVADA)
Sessão em 3 de setembro de 2008 às 10h30min

Resumo das listas dos processos incluídos em Pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Extraordinária Reservada, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Auditor André Luís de Carvalho

TC- 006.004/2008-2 (com 1 anexo)
Natureza: Denúncia
Interessado: Identidade preservada
Advogados constituídos nos autos: Whanderley da Silva Costa, OAB/RO 916; e Rodrigo Reis Ribeiro, OAB/RO 1.659

TC- 010.569/2008-0 (com 3 anexos e 3 volumes do anexo 3)
Natureza: Denúncia
Interessado: Identidade preservada
Advogado constituído nos autos: não há

TC- 012.604/2008-0 (com 1 anexo)
Natureza: Denúncia
Interessado: Identidade preservada
Advogado constituído nos autos: não há

TC- 015.199/2008-0 (com 1 anexo)
Natureza: Denúncia
Interessado: Identidade preservada
Advogado constituído nos autos: não há

TC- 017.847/2005-7 (com 1 anexo)
Natureza: Denúncia
Interessado: Identidade preservada
Advogado constituído nos autos: não há

TC- 022.299/2007-8
Natureza: Denúncia
Interessado: Identidade preservada
Advogado constituído nos autos: não há**PROCESSOS UNITÁRIOS**

Classe I - RECURSOS-

- Relator, Auditor Marcos Bemquerer Costa

TC- 016.934/2007-6 (com 2 volumes e 2 anexos).
Natureza: Embargos de Declaração.
Embargante: Identidade preservada
Advogado constituído nos autos: José Djalro Dutra Cordeiro, OAB/CE n. 5152.

Classe VII - DENÚNCIAS, REPRESENTAÇÕES E OUTROS ASSUNTOS DE COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO.

- Relator, Ministro Augusto Nardes

TC- 014.338/2006-5 (com 2 anexos).
Apensos: TC-027.036/2007-0 e TC-013.207/2008-5.
Natureza: Denúncia
Interessado: Identidade preservada
Advogado constituído nos autos: Ivanildo Ferreira Lima Filho (OAB/RN 1.868).

- Relator, Ministro Raimundo Carreiro

TC- 017.456/2005-4
Natureza: Denúncia
Interessado: Identidade preservada
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 27 de agosto de 2008.
IVO MUTZENBERG
Secretário das Sessões

EXTRATO DA PAUTA Nº 33 - (EXTRAORDINÁRIA)
Sessão em 3 de setembro de 2008 às 10h30min

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Extraordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro Valmir Campelo

TC- 001.563/2000-2
Natureza: Recurso de Reconsideração
Responsável: Frederico Lopes Freire, CPF: 113.830.387-91
Entidade: Prefeitura Municipal de Ecoporanga/ES
Advogados constituídos nos autos: José Carlos Stein Jr. OAB/ES 4.939; Luciano Damasceno da Costa OAB/ES 8.195; Emerson Luiz Faé OAB/ES 8.055; Sandro Stein OAB/ES 8.313; Omar P. Mattar OAB/ES 7.055 e Rodrigo Barbosa de Barros OAB/ES 9.563

- Relator, Ministro Guilherme Palmeira

TC- 001.045/2005-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Interessado: Laércio Barriquelo
Unidade: Município de Cambira/PR
Advogado constituído nos autos: Adolfo Luis de Souza Gois (OAB/PR 22165)

TC- 001.199/2003-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Interessado: Laércio Barriquelo
Unidade: Município de Cambira/PR
Advogado constituído nos autos: Adolfo Luis de Souza Gois (OAB/PR 22165)

TC- 005.280/2006-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Interessado: Laércio Barriquelo
Unidade: Município de Cambira/PR
Advogado constituído nos autos: Adolfo Luis de Souza Gois (OAB/PR 22165)

- Relator, Ministro Ubiratan Aguiar

TC- 028.894/2007-1 (com 2 anexos, com 2 volumes)
Natureza: Representação
Entidade: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro Augusto Nardes

TC- 004.085/2002-2 (com 25 volumes e 18 anexos)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Wagner Sampaio Palhares, CPF n° 003.490.381-04; Nevaldo Luiz Marques da Cruz Lima, CPF n° 724.966.657-68; Henrique Vieira Ferrari, CPF n° 341.743.039-91; Paulo Roberto Tamus Freitas, CPF n° 080.038.905-00; Arnado Nogueira de Lima CPF n° 394.952.646-34; Israel Sousa Castro, CPF n° 258.083.201-78; Renato Vieira Oliveira, CPF n° 580.328.436-04; Coaracy Jorge Carneiro Serra, CPF n° 107.113.253-91; Maria Bandeira Garcia, CPF n° 318.771.761-68; Bradiv Indústria e Comércio Ltda., na pessoa de seu representante legal, José Alves da Silva CGC n° 32.918.377/0001-10; Maria Helena Jacinta de Carvalho CPF n° 101.675.604-68; Lira Maria Lopes, CPF n° 153.902.171-87; Ildete dos Santos Pinto, CPF n° 144.360.941-20; Maria Ortelina Carvalho, CPF n° 116.645.921-72; Indira Ernesto Silva Quaresma, CPF n° 647.739.301-87; Maria Telma Rebelo Soares dos Santos, CPF n° 052.765.945-20; Áurea Medes Viana Alves Neta, CPF n° 295.953.471-91; Benedito Castro da Silveira Frade Neto, CPF n° 047.622.902-20; Tânia Maria da Silva Gonçalves, CPF n° 030.034.502-04; Vainer Cosme Augusto de Oliveira, CPF n ° 146.960.881-20; Osvaldo de Oliveira Nunes, CPF n° 057.308.991-49; Verônica Teixeira de Assunção, CPF n° 265.755.581-00; Luiz Alberto Lazinho, CPF n° 440.224.178-20; Roberto Machado Trindade, CPF n° 099.533.531-51; João Bosco Barros Silva, CPF n° 088.683.442-20; Antônio Leôncio Leitão, CPF n° 223.268.391-53; José Carlos Pascoal Castilho, CPF n° 152.563.671-53.
Entidade: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
Advogados constituídos nos autos: Carlos Alberto de Medeiros - OAB/DF 7.924; Zélio Maia da Rocha - OAB/DF 9.314; Marcelo Martins Nardelli - OAB/DF 2.983E; Peter Alexander da Costa Lange - OAB/DF 17.740; Antônio Perilo Teixeira Neto - OAB/DF 21.359; Carlos Alberto de Medeiros - OAB/DF 7924.

- Relator, Ministro Aroldo Cedraz

TC- 010.757/2004-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Adriana Martins Guedes, CPF 897.197.436-20; Ardilino de Assis Serrano , CPF 337.439.676-34; Arlindo Batista dos Santos , CPF 440.738.106-00; Construtora Chaves & Rangel Ltda, CNPJ 04.153.192/0001-27; Elizângela Gomes Pereira , CPF 623.646.185-68; Engeminas Construções Ltda, CNPJ 03.217.907/0001-03; Fernando Franco Bengnami , CPF 734.287.366-72; Joelson Sucupira Santos Espólio , CPF 035.792.116-09; Mauricio Paes de Alvarenga Massote , CPF 261.129.816-53; Tropical Construçoes Ltda, CNPJ 03.440.031/0001-51; Welbert Nascimento de Assis , CPF 991.175.766-87; Wilson de Oliveira Soares , CPF 190.475.416-34
Entidade: Prefeitura Municipal de Bertópolis/MG
Advogados constituídos nos autos: Alexandre Medeiros de Paiva (OAB/RJ 87.367), Adriana Gomes de Moraes Lima (OAB/RJ 90.692), Gustavo Travassos de Azevedo (OAB/RJ 57.787) e Marcos Borges (OAB/RJ 114.117)

TC- 775.100/1996-0
Natureza: Recurso de Revisão (TCE)
Recorrente: Ministério Público junto ao TCU
Responsáveis: Aldoíno Colares Pantoja, CPF 081.422.382-68; Cleide da Silva Barbosa Freire, CPF 112.831.902-06; Darci Amanajás Rodrigues, CPF 182.175.592-87; Domingos Sávio de Souza Guerreiro, CPF 208.370.382-00; Galdino Nazaré de Almeida, CPF 088.095.002-10; Joel Souza das Chagas, CPF 176.480.252-72; José Rogério Gama Machado, CPF 179.776.142-00; Landival Morais de Sousa, CPF 208.733.792-68; Macena Cristina de Jesus Barreto, CPF 235.569.272-68; Roberto Facanha Magalhaes, CPF 209.308.102-44; Ângelo Amilos Lemos Barbosa, CPF 209.049.832-34
Entidade: Coordenadoria Regional da Fundação Nacional de Saúde no Amapá - CORAP/FUNASA
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro Raimundo Carreiro

TC- 000.066/2008-8
Natureza: Representação
Interessado: Damovo do Brasil S.A.
Entidade: Tribunal Regional Federal 1ª Região
Advogados constituídos nos autos: João Geraldo Piquet Carneiro (OAB/DF 800-A), Arthur Lima Guedes (OAB/DF 18.073), Djenane Lima Coutinho (OAB/DF 12.053); Leonardo Maniglia Duarte (OAB/DF 19.177)

TC- 008.575/2007-2
Natureza: Representação
Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - MC
Interessado: Aerotáxi Abaeté Ltda. - ATA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC- 008.644/2008-0
Natureza: Representação
Interessado: Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A
Entidade: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado constituído nos autos: não há.

TC- 009.813/2007-0
Natureza: Representação
Interessado: Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares - Fenadados
Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
Advogado constituído nos autos: não há.

TC- 018.688/2003-7
Natureza: Recurso de Revisão
Responsável: Francisco Carlos Delfino (280.141.466-20)
Entidade: Município de Ipatinga /MG
Advogados constituídos nos autos: José Nilo de Castro (OAB/MG 14.656) e Karina Magalhães Castro Vieira (OAB/ MG 82.969)

PROCESSOS UNITÁRIOS

Classe I - RECURSOS

- Relator, Ministro Valmir Campelo

TC- 008.482/2001-2
Natureza: Recurso de Revisão (Prestação de Contas - exercício de 2000
Entidade: Delegacia Federal de Agricultura no Estado do Pará - DFA/PA
Responsável: Antônio Dávila de Sousa Neves (Delegado Federal de Agricultura no Pará) - CPF: 042.012.482-91
Recorrente: Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro Ubiratan Aguiar

TC- 003.116/2001-8 (com 12 volumes e 8 anexos (estes com 10 volumes)
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do DF / Seter/DF
Embargante: Wigberto Ferreira Tartuce (CPF 033.296.071-49). Advogada constituída nos autos: Luciana Ferreira Gonçalves (OAB/DF 15.038)

TC- 004.999/2005-1 (com 1 volume e 4 anexos)
Natureza: Pedido de Reexame
REVISOR: Ministro AUGUSTO NARDES
Entidade: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI
Interessado: Júlio Marcelo de Oliveira (Procurador do Ministério Público junto ao TCU)
Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098), Antônio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21.539), Ana Paula Rodrigues Guimarães (OAB/DF 11.985), Cecília Vergara (OAB/DF 18.581), Sandra Cilce de Aquino (OAB/SP 132.212) e Paula Cardoso Pires (OAB/DF 23.668)

TC- 007.057/2007-2 (com 1 volume e 1 anexo)
Natureza: Pedido de Reexame
Entidade: Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre - FFFCMPA
Recorrente: Miriam da Costa Oliveira (Cpf não consta)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro Augusto Nardes

TC- 011.739/2003-6 (com 13 volumes e 11 anexos).
Natureza: Pedido de Reexame.
Entidade: Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná - DER/PR.
Recorrente: Caminhos do Paraná S.A. (CNPJ 02.221.358/0001-70).
Advogados constituídos nos autos: Marcus Vinícius Vita Ferreira (OAB/DF 19.214), Bruno Bittar (OAB/DF 16.512), Andreia Cristina Bagatin (OAB/PR 33.081) e Felipe Adjuto de Melo (OAB/DF 19.752).

- Relator, Ministro Raimundo Carreiro

TC- 007.699/2004-0
Natureza: Embargos de Declaração (atinentes à deliberação adotada em sede de Recurso de Reconsideração).
Unidade: Município de Virginópolis/MG
Interessada: Maria Aparecida de Morais Ribeiro (CPF 274.695.146-00).
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe IV - TOMADAS E PRESTAÇÕES DE CONTAS.

- Relator, Ministro Valmir Campelo

TC- 029.650/2007-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo - GRA/MF-SP
Responsáveis: Espólio de Verônica Otília Vieira de Souza, CPF nº 030.007.598-75 (representado pelo inventariante, Sr. Eduardo Frias), Selma Baptista Barreto Campos, CPF nº 007.555.658-86 e Rosângela Rosana Campos, CPF nº 128.234.158-82.
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro Guilherme Palmeira

TC- 425.012/1996-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte - DNIT
Responsáveis: Maurício Hasenclever Borges, ex-Diretor-Geral do extinto DNER, Zanete Ferreira Cardinal, ex-Presidente do extinto DVOP/MT, Sérgio Navarro Vieira, ex-Diretor de Construção do extinto DVOP/MT, Emiliano Dias da Silva, Procurador Jurídico do extinto DVOP/MT e Encomind - Engenharia, Comércio e Indústria Ltda.
Advogados constituídos nos autos: José Carlos Fonseca (OAB-DF 1495) e Walter Costa Porto (OAB-DF 6.098).

- Relator, Ministro Aroldo Cedraz

TC- 008.102/2004-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Taparuba/MG
Responsáveis: Balcar Construções e Incorporações e Montagem Ltda (CNPJ: 00.340.557/2000-14); Cristiano Viegas Alves (CPF: 012.873.066-83); E.O.S. Gomes (CNPJ: 04.865.860/0001-49); Prencinete da Silva Laignier (CPF: 043.799.406-67); Paulo Sergio Reis Ladeira (CPF: 039.987.547-68); Adriano Nunes Rodrigues (CPF: 916.653.536-00); Edson de Oliveira Gomes (CPF: 048.981.056-02) e VW Engenharia Ltda (CNPJ: 04.776.631/0001-58)
Interessado: Ministério da Saúde
Advogado constituído nos autos: não há

TC- 010.758/2004-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Bertópolis/MG
Interessado: Ministério do Esporte e Turismo
Responsáveis: Pressil Terraplanagem Ltda. (CNPJ 01.819.901/0001-72); Silverio Dornelas Cerqueira (CPF 256.952.316-04); Gilmar Pereira Muratori (CPF 347.501.426-20); Wilson de Oliveira Soares (CPF 190.475.416-34); Elizângela Gomes Pereira (CPF 623.646.185-68); Construtora Rosil Ltda (CNPJ 18.063.313/0001-54); Construtora Ponto Alto Ltda (CNPJ 03.070.571/0001-90); Roberto Wencioneck (CPF 364.548.427-20); Arlindo Batista dos Santos (CPF 440.738.106-00); Joelson Sucupira Santos (CPF 035.792.116-09); Arisio da Silveira (CPF 467.521.296-49)
Advogado constituído nos autos: Márley Juliano Araújo Alves Silva (OAB/MG 97.539)

TC- 010.938/2004-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Município de Santa Rita do Itueto/MG
Responsáveis: Neiva Projetos e Construções Ltda (CNPJ 02.721.572/0001-95); Alessandra Aparecida Ton (CPF 009.707.676-76); Paulo Ilton Oliveira (CPF 798.376.626-20); Gilmar Pereira Muratori (CPF 347.501.426-20); Construtora Ponto Alto Ltda (CNPJ 03.070.571/0001-90); Construtora Rosil Ltda (CNPJ 18.063.313/0001-54); Roberto Wencioneck (CPF 364.548.427-20); José Cremasco Ton (CPF 153.380.966-68); Zilmar Lopes de Souza (CPF 061.392.456-80); Jakson de Souza Gomes (CPF 036.354.796-75); Ademir Flores Compart (CPF 451.180.787-68)
Advogado constituído nos autos: Hélio Silva Salgueiro (OAB/MG 291)

- Relator, Auditor Augusto Sherman Cavalcanti

TC- 012.467/2001-2 (com 5 volumes)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Secretaria para o Desenvolvimento do Audiovisual - SDAv/MinC
Responsáveis: Casa de Produção Filme e Vídeo Ltda. (CNPJ 58.492.448/0001-50); Renato Bulcão de Moraes (CPF 403.245.677-15); e Marina Massi (CPF 397.130.679-91)
Advogados constituídos nos autos: Roberta Maria Batochio Segall (OAB/SP 154.000); José Roberto Batochio (OAB/SP 20.685); Guilherme Octávio Batochio (OAB/SP 123.000); Ricardo Toledo Santos Filho (OAB/SP 130.856); Fábio Coelho Ayruth (OAB/SP

107.539-E); Jardel Alarcon de Andrade (OAB/SP 110.472-E); Ana Cláudia Borges Torres Perez (OAB/DF 18.978); Renata Dias Rolim Visentin (OAB/DF 13.838); Sebastião Botto de Barros Tojal (OAB/SP 66.905); Sérgio Rabello Tamm Renault (OAB/SP 66.823); Frederico Prado Lopes (OAB/SP 143.263); Flávio Crocce Caetano (OAB/SP 130.202); Gabriella Fregni (OAB/SP 146.721); Maria Teresa Bresciani Prado Santos (OAB/SP 94.908); Aline Zucchetto (OAB/SP 166.271); Flávia Cecília de Souza Oliveira Vitória (OAB/SP 183.677); Carolina Gabas Stuchi (OAB/SP 194.969); Cristina Corrêa da Silveira Gomes (OAB/SP 202297-B); Johnatan Christian Molitor (OAB/SP 180.862); Juliana Lasmar de Lima (OAB/SP 156.829); Cláudia Roberta Santesso (OAB/SP 200.842); Thaís de Ávila Marques (OAB/SP 199.254); Celita Rosenthal (OAB/SP 201.351); Leila Cecília Vidal (OAB/SP 103.466-E); Cristina Luiza Vinhal Reis (OAB/SP 110.123-E); Yumi Teruya (OAB/SP 108.242-E); Guilherme Monti Martins (OAB/SP 116.831-E); Edson Francisco Martim (OAB/SP 111.446-E); Paulo Afonso Bortolotti Calenda (OAB/SP 114.363-E); Karen Müller da Silva (OAB/SP 115.515-E); Wilton Luis da Silva Gomes (OAB/SP 109.922-E); e Juliana Silva Torres (estagiária de direito CPF 013.687.381-25)

TC- 016.020/2001-2 (com 7 volumes)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Secretaria para o Desenvolvimento do Audiovisual - SDAv/MinC
Responsáveis: Casa de Produção Filme e Vídeo Ltda. (CNPJ 58.492.448/0001-50); Renato Bulcão de Moraes (CPF 403.245.677-15); e Marina Massi (CPF 397.130.679-91)
Advogados constituídos nos autos: Roberta Maria Batochio Segall (OAB/SP 154.000); José Roberto Batochio (OAB/SP 20.685); Guilherme Octávio Batochio (OAB/SP 123.000); Ricardo Toledo Santos Filho (OAB/SP 130.856); Fábio Coelho Ayruth (OAB/SP 107.539-E); Jardel Alarcon de Andrade (OAB/SP 110.472-E); Ana Cláudia Borges Torres Perez (OAB/DF 18.978); Renata Dias Rolim Visentin (OAB/DF 13.838); Sebastião Botto de Barros Tojal (OAB/SP 66.905); Sérgio Rabello Tamm Renault (OAB/SP 66.823); Frederico Prado Lopes (OAB/SP 143.263); Flávio Crocce Caetano (OAB/SP 130.202); Gabriella Fregni (OAB/SP 146.721); Maria Teresa Bresciani Prado Santos (OAB/SP 94.908); Aline Zucchetto (OAB/SP 166.271); Flávia Cecília de Souza Oliveira Vitória (OAB/SP 183.677); Carolina Gabas Stuchi (OAB/SP 194.969); Cristina Corrêa da Silveira Gomes (OAB/SP 202297-B); Johnatan Christian Molitor (OAB/SP 180.862); Juliana Lasmar de Lima (OAB/SP 156.829); Cláudia Roberta Santesso (OAB/SP 200.842); Thaís de Ávila Marques (OAB/SP 199.254); Celita Rosenthal (OAB/SP 201.351); Leila Cecília Vidal (OAB/SP 103.466-E); Cristina Luiza Vinhal Reis (OAB/SP 110.123-E); Yumi Teruya (OAB/SP 108.242-E); Guilherme Monti Martins (OAB/SP 116.831-E); Edson Francisco Martim (OAB/SP 111.446-E); Paulo Afonso Bortolotti Calenda (OAB/SP 114.363-E); Karen Müller da Silva (OAB/SP 115.515-E); Wilton Luis da Silva Gomes (OAB/SP 109.922-E); e Juliana Silva Torres (estagiária de direito CPF 013.687.381-25)

TC- 016.060/2001-8 (com 6 volumes)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Secretaria para o Desenvolvimento do Audiovisual - SDAv/MinC
Responsáveis: Casa de Produção Filme e Vídeo Ltda. (CNPJ 58.492.448/0001-50); Renato Bulcão de Moraes (CPF 403.245.677-15); e Marina Massi (CPF 397.130.679-91)
Advogados constituídos nos autos: Roberta Maria Batochio Segall (OAB/SP 154.000); José Roberto Batochio (OAB/SP 20.685); Guilherme Octávio Batochio (OAB/SP 123.000); Ricardo Toledo Santos Filho (OAB/SP 130.856); Fábio Coelho Ayruth (OAB/SP 107.539-E); Jardel Alarcon de Andrade (OAB/SP 110.472-E); Ana Cláudia Borges Torres Perez (OAB/DF 18.978); Renata Dias Rolim Visentin (OAB/DF 13.838); Sebastião Botto de Barros Tojal (OAB/SP 66.905); Sérgio Rabello Tamm Renault (OAB/SP 66.823); Frederico Prado Lopes (OAB/SP 143.263); Flávio Crocce Caetano (OAB/SP 130.202); Gabriella Fregni (OAB/SP 146.721); Maria Teresa Bresciani Prado Santos (OAB/SP 94.908); Aline Zucchetto (OAB/SP 166.271); Flávia Cecília de Souza Oliveira Vitória (OAB/SP 183.677); Carolina Gabas Stuchi (OAB/SP 194.969); Cristina Corrêa da Silveira Gomes (OAB/SP 202297-B); Johnatan Christian Molitor (OAB/SP 180.862); Juliana Lasmar de Lima (OAB/SP 156.829); Cláudia Roberta Santesso (OAB/SP 200.842); Thaís de Ávila Marques (OAB/SP 199.254); Celita Rosenthal (OAB/SP 201.351); Leila Cecília Vidal (OAB/SP 103.466-E); Cristina Luiza Vinhal Reis (OAB/SP 110.123-E); Yumi Teruya (OAB/SP 108.242-E); Guilherme Monti Martins (OAB/SP 116.831-E); Edson Francisco Martim (OAB/SP 111.446-E); Paulo Afonso Bortolotti Calenda (OAB/SP 114.363-E); Karen Müller da Silva (OAB/SP 115.515-E); e Wilton Luis da Silva Gomes (OAB/SP 109.922-E)

- Relator, Auditor André Luís de Carvalho

TC- 025.707/2006-9 (com 1 anexo)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Prefeitura Municipal de Mateiros/TO
Responsável: Antônio Alves da Silva, CPF: 377.545.051-34, ex-Prefeito
Advogado constituído nos autos: Valdinez Ferreira de Miranda, OAB/TO 2154-B

Classe V - AUDITORIAS E INSPEÇÕES.

- Relator, Ministro Valmir Campelo

TC- 016.636/2008-2
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria (Fiscobras 2008)
Órgão: Ministério da Integração Nacional
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro Guilherme Palmeira

TC- 005.817/2004-7 (com 5 anexos)
Natureza: Acompanhamento de Revisão Tarifária
Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Companhia Energética de Brasília - CEB
Responsável: Jerson Kelman - Diretor-Geral da ANEEL
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro Ubiratan Aguiar

TC- 008.607/2008-6 (com 4 anexos)
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria
Entidade: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte)
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há

TC- 008.897/2008-4
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria (Fiscobras 2008)
Entidade: Companhia de Desenvolvimento do Piauí, incorporada à Empresa Gestão de Recursos do Estado do Piauí - EMGERPI.
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro Augusto Nardes

TC- 002.004/2006-8 (com 2 volumes)
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria.
Entidades: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e Superintendência Regional do Dnit no Estado do Paraná.
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Auditor Marcos Bemquerer Costa

TC- 018.150/2008-3
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria.
Órgão: Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura - Sefic/MinC.
Interessado: Congresso Nacional.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Auditor André Luís de Carvalho

TC- 010.147/2007-3
Natureza: Relatório de Monitoramento
Entidade: Complexo Turístico Beira-Rio, no Município de Porto Velho/RO
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VII - DENÚNCIAS, REPRESENTAÇÕES E OUTROS ASSUNTOS DE COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO.

- Relator, Ministro Ubiratan Aguiar

TC- 001.542/2008-8 (com 4 anexos.)
Natureza: Representação.
Entidade: Departamento de Infra-Estrutura de Transportes - Dnit.
Interessada: Empresa Engerede Engenharia e Representações Ltda.
Advogados constituídos nos autos: André Puppin Macedo, OAB/DF 12.004 e Karina Bronzon de Castinho OAB/DF 20.917.

TC- 014.161/2008-9 (com 1 volume)
Natureza: Representação
Entidade: Piauí Turismo - PIEMTUR
Interessado: Ministério Público Federal/Procuradoria da República no Piauí
Advogado constituído nos autos: não há

TC- 018.303/2007-6
Natureza: Representação
Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - Ibama
Advogado constituído nos autos: não há

TC- 027.077/2006-4
Natureza: Representação
Órgão: Ministério das Comunicações
Interessado: Secretaria de Fiscalização de Desestatização (Sefid) e Rádio Novo Horizonte FM Ltda.
Advogado constituído nos autos: João Agripino Maia (OAB/DF 482/A)

- Relator, Ministro Augusto Nardes

TC- 013.458/2006-9
Natureza: Representação.
Entidade: Superintendência Regional do Dnit no estado de Mato Grosso.
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro Aroldo Cedraz

TC- 011.204/2008-4
Natureza: Representação (art. 113 da Lei 8666/1993)
Interessada: ZL Ambiental Ltda. (CNPJ 04.275.196/0001-88)
Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Advogado constituído nos autos: Gilson Alves Ramos (OAB/MG 74.315)

TC- 023.598/2007-1
Natureza: Representação
Unidade: Universidade Federal do Acre - UFAC
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre - Secex/AC
Advogado constituído nos autos: Valdomiro da Silva Magalhães (OAB/AC 1780)

- Relator, Auditor Marcos Bemquerer Costa

TC- 031.021/2007-3 (com 5 anexos, anexo 2 com 1 volume e anexo 4 com 2 volumes)
Natureza: Representação.
Órgão: Comando da Marinha/Ministério da Defesa.
Interessado: Ministério Público junto ao TCU.
Advogados constituídos nos autos: não há.

- Relator, Auditor André Luís de Carvalho

TC- 022.296/2007-6
Natureza: Representação
Órgão: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e outros
Interessada: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip
Advogados constituídos nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 27 de agosto de 2008.
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

RESOLUÇÃO Nº 214, DE 20 DE AGOSTO DE 2008

Define a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal de Contas da União.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das competências conferidas pelos arts. 73 e 96 da Constituição Federal, pelo art. 1º, inciso XIV, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, e pelo art. 1º, inciso XXXIII, do Regimento Interno, resolve:

TÍTULO I
DA FINALIDADE E ESTRUTURA DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Art. 1º A estrutura e as competências das unidades integrantes da Secretaria do Tribunal de Contas da União (TCU) são as constantes desta Resolução.

Art. 2º A Secretaria do Tribunal compreende o conjunto de unidades que têm por finalidade desempenhar atividades técnicas, administrativas e operacionais necessárias ao pleno exercício das competências do Tribunal de Contas da União.

Art. 3º A Secretaria do Tribunal tem a seguinte estrutura:

I - unidades básicas:

a) Secretaria-Geral da Presidência (Segepres);

b) Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex);

c) Secretaria-Geral de Administração (Segedam).

II - Secretaria de Controle Interno (Secoi);

III - unidades de assessoramento a autoridades:

a) Gabinete do Presidente;

b) Gabinete do Corregedor;

c) Gabinetes de ministro, de auditor e de membro do Ministério Público junto ao Tribunal.

IV - órgãos colegiados da Secretaria do Tribunal:

a) Comissão de Coordenação Geral (CCG);

b) Conselho Editorial da Revista do TCU (CER);

c) Comitê de Gestão de Pessoas do TCU (CGP);

d) Comissão de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento da Avaliação de Desempenho dos Servidores do Tribunal (Cadad);

e) Comissão Disciplinar Permanente (CDP).

Art. 4º Fica aprovada a distribuição das funções de confiança pelas unidades da Secretaria do Tribunal, na forma dos Anexos I a X a esta Resolução.

TÍTULO II
DAS UNIDADES BÁSICAS

Art. 5º As unidades básicas vinculam-se à Presidência do Tribunal e têm por finalidade o exercício das funções de apoio estratégico, técnico e administrativo necessárias ao funcionamento do Tribunal de Contas da União.

CAPÍTULO I

DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Art. 6º A Secretaria-Geral da Presidência tem por finalidade assegurar o suporte estratégico ao funcionamento do Tribunal e das unidades de sua Secretaria, por meio do apoio especializado aos colegiados, às ações de planejamento e gestão, tecnologia da informação, capacitação e desenvolvimento de competências, modernização do Tribunal, consultoria jurídica, segurança da informação, comunicação social, cerimonial, ouvidoria e relação institucional com o Congresso Nacional e com outros órgãos e entidades nacionais e internacionais.

Art. 7º Compete à Secretaria-Geral da Presidência:

I - assessorar o Presidente e as demais autoridades do Tribunal na tomada de decisão relativa ao desenvolvimento e modernização institucional, ao fomento tecnológico, metodológico e educacional, às ações integradas de comunicação, à relação institucional com órgãos e entidades nacionais e internacionais, e às questões de segurança da informação, de cunho jurídico e de apoio aos colegiados;

II - propor normas, políticas e diretrizes relativas à gestão estratégica e ao apoio especializado ao funcionamento e à modernização do Tribunal;

III - planejar, organizar, dirigir, coordenar e supervisionar as atividades e projetos inerentes à gestão estratégica e ao apoio especializado ao funcionamento e à modernização do Tribunal, acompanhar os resultados obtidos e avaliar os impactos ocorridos;

IV - aprovar manuais e regulamentos relativos a atividades, processos de trabalho e projetos na área de gestão estratégica e de apoio especializado ao funcionamento e à modernização do Tribunal;

V - coordenar o processo de planejamento, orientar o desdobramento de diretrizes, acompanhar as ações desenvolvidas, controlar o alcance das metas e avaliar o resultado obtido no âmbito das suas unidades subordinadas;

VI - gerir informações para as ações afetas à gestão estratégica e ao apoio especializado ao funcionamento e à modernização do Tribunal;

VII - assessorar o Presidente e demais autoridades do Tribunal na coordenação das atividades afetas ao estabelecimento e ao acompanhamento da execução de acordos de cooperação técnica ou instrumentos congêneres a serem firmados pelo Tribunal de Contas da União com outros órgãos e entidades nacionais e internacionais;

VIII - coordenar o planejamento e a implementação de investimentos financiados, total ou parcialmente, por operações de crédito externo reembolsáveis ou não reembolsáveis, firmadas pela República Federativa do Brasil e entidades internacionais, que tenha o TCU como beneficiário;

IX - promover a integração do Tribunal com outros órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no que se refere à gestão estratégica e ao apoio especializado ao funcionamento e à modernização do Tribunal;

X - acompanhar periodicamente, com o auxílio da Secretaria de Planejamento e Gestão, o andamento dos projetos patrocinados na sua área de atuação;

XI - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Art. 8º A Secretaria-Geral da Presidência possui em sua estrutura:

I - unidade de apoio aos colegiados:

a) Secretaria das Sessões (Seses).

II - unidades de apoio estratégico:

a) Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplan);

b) Secretaria de Tecnologia da Informação (Setec);

c) Instituto Serzedello Corrêa (ISC).

III - unidades de assessoramento especializado:

a) Consultoria Jurídica (Conjur);

b) Assessoria de Relações Internacionais (Arint);

c) Assessoria de Comunicação Social (Ascom);

d) Assessoria Parlamentar (Aspar);

e) Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais (Aceri);

f) Ouvidoria.

IV - Assessoria Especial;

V - Unidade de Coordenação de Projetos Financiados por Operações de Crédito Externo (UCP);

VI - Assessoria em Segurança da Informação e Apoio à Governança de TI (Assig);

VII - Serviço de Administração.

Parágrafo único. A Secretaria-Geral da Presidência é dirigida por secretário-geral e conta com as funções de confiança constantes do Anexo IV a esta Resolução para organização de suas atividades, bem como com as distribuídas por ato do Presidente do TCU.

Seção I

Da Unidade de Apoio aos Colegiados

Subseção I

Da Secretaria das Sessões

Art. 9º A Secretaria das Sessões (Seses) tem por finalidade apoiar o funcionamento do Plenário, das Câmaras e das Comissões Permanentes de Regimento e de Jurisprudência, bem como sistematizar e gerenciar as bases de informação sobre normas e jurisprudência do Tribunal.

Art. 10. Compete à Secretaria das Sessões:

I - secretariar e prestar apoio operacional às sessões do Plenário e das Câmaras, bem como guardar, publicar e divulgar os registros delas decorrentes;

II - coordenar, com o apoio das unidades de assessoramento especializado, os procedimentos necessários à eleição e posse do Presidente e do Vice-presidente do Tribunal;

III - assessorar os Presidentes dos respectivos órgãos colegiados, os Ministros, os Auditores e os representantes do Ministério Público junto ao Tribunal durante as sessões;

IV - consolidar, publicar e divulgar atos normativos de competência do Presidente e dos órgãos colegiados;

V - sistematizar a jurisprudência do Tribunal;

VI - realizar pesquisas e prestar apoio técnico-operacional aos trabalhos de alteração e consolidação do Regimento Interno e da jurisprudência do Tribunal;

VII - gerenciar e adotar medidas para manter atualizadas as bases de informação sobre normas, jurisprudência e deliberações do Tribunal;

VIII - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Secretaria das Sessões é dirigida por secretário e conta com as funções de confiança constantes do Anexo V a esta Resolução.

Seção II

Das Unidades de Apoio Estratégico

Art. 11. As unidades de apoio estratégico, subordinadas à Secretaria-Geral da Presidência, têm por finalidade assegurar o suporte estratégico ao funcionamento do Tribunal e das unidades de sua Secretaria, por meio do apoio especializado nas áreas de planejamento e gestão, capacitação e desenvolvimento de competências, e tecnologia da informação, visando à melhoria da gestão e do desempenho institucional.

Subseção I

Da Secretaria de Planejamento e Gestão

Art. 12. A Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplan) tem por finalidade fomentar, coordenar e acompanhar o sistema de planejamento e gestão da Secretaria do Tribunal, visando à modernização administrativa e à melhoria contínua da gestão e do desempenho institucional.

Art. 13. Compete à Secretaria de Planejamento e Gestão:

I - coordenar o processo de planejamento institucional, orientar o desdobramento de diretrizes, realizar acompanhamento sistemático de planos e controlar o alcance das metas das unidades básicas da Secretaria do Tribunal;

II - promover, planejar, coordenar, acompanhar e orientar a implementação da melhoria contínua da gestão no Tribunal;

III - analisar as proposições relativas a estrutura, competência, organização e funcionamento das unidades da Secretaria do Tribunal;

IV - promover a gestão de projetos no âmbito do Tribunal, em especial quanto ao planejamento, coordenação e acompanhamento dos resultados;

V - promover a gestão de processos no âmbito do Tribunal, em especial quanto ao seu mapeamento, modelagem e implantação, e assegurar a integração dos macroprocessos do TCU;

VI - realizar estudos concernentes à elaboração das listas de unidades jurisdicionadas e propor, quando necessárias, alterações de sua organização;

VII - elaborar, com a colaboração da Assessoria de Comunicação Social e da Assessoria Parlamentar, os relatórios institucionais a serem encaminhados ao Congresso Nacional e o relatório de gestão;

VIII - participar na elaboração da proposta orçamentária anual, em conjunto com a Secretaria-Geral de Administração, considerando o planejamento estratégico, as diretrizes institucionais e ouvidas as demais unidades da Secretaria do Tribunal;

IX - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Secretaria de Planejamento e Gestão é dirigida por secretário e conta com as funções de confiança constantes do Anexo V a esta Resolução.

Subseção II

Da Secretaria de Tecnologia da Informação

Art. 14. A Secretaria de Tecnologia da Informação (Setec) tem por finalidade propor e acompanhar políticas e diretrizes na área de tecnologia da informação, coordenar e implementar as atividades e as soluções delas decorrentes no âmbito da Secretaria do Tribunal.

Parágrafo único. As políticas e diretrizes formuladas para a área de tecnologia da informação devem ser submetidas à Comissão de Coordenação Geral.

Art. 15. Compete à Secretaria de Tecnologia da Informação:

I - participar da formulação de diretrizes, normas e procedimentos que orientem e disciplinem a utilização dos recursos relacionados à tecnologia da informação, bem como verificar seu cumprimento;

II - prover o Tribunal de soluções de tecnologia da informação compatíveis com as necessidades institucionais;

III - promover, de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Tribunal, estudo prévio de viabilidade, de exeqüibilidade e de definição de critérios de priorização relativos ao provimento de soluções de TI, em parceria com os respectivos gestores de negócio;

IV - planejar, em articulação com a Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio, a contratação de bens e serviços de tecnologia da informação de que o Tribunal necessite;

V - auxiliar no estabelecimento e na implementação de convênios e acordos de cooperação técnica, ou instrumentos congêneres, a serem firmados pelo Tribunal, com órgãos e entidades, visando ao intercâmbio de informações, métodos, técnicas e soluções de tecnologia da informação, bem como acompanhar sua execução;

VI - aplicar a política institucional de segurança da informação no âmbito da sua área de atuação;

VII - gerenciar o acesso de usuários internos e externos aos sistemas, aplicativos e demais serviços relacionados à tecnologia da informação oferecidos pela Secretaria;

VIII - disseminar e incentivar o uso de soluções de tecnologia da informação adotadas pelo Tribunal, prestando orientação e suporte aos usuários na instalação, configuração e uso de computadores, sistemas, aplicativos e demais serviços relacionados à tecnologia da informação;

IX - providenciar assistência técnica e demais procedimentos necessários à continuidade do funcionamento da infra-estrutura de tecnologia da informação;

X - participar do estabelecimento, da administração e do acompanhamento de contratos relativos à área de tecnologia da informação e de segurança da informação;

XI - incentivar a ampliação do uso da tecnologia da informação como instrumento de melhoria do desempenho institucional;

XII - auxiliar comissões técnicas em decisões relacionadas ao estabelecimento e à aplicação de políticas institucionais de tecnologia da informação e de segurança da informação;

XIII - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Secretaria de Tecnologia da Informação é dirigida por secretário e conta com as funções de confiança constantes do Anexo V a esta Resolução.

Subseção III

Do Instituto Serzedello Corrêa

Art. 16. O Instituto Serzedello Corrêa (ISC) tem por finalidade propor e conduzir políticas e ações de seleção externa de servidores, educação corporativa e gestão do conhecimento organizacional.

Art. 17. Compete ao Instituto Serzedello Corrêa:

I - promover o desenvolvimento de competências profissionais e organizacionais e a educação continuada de servidores e colaboradores do Tribunal;

II - participar, sob a coordenação da Secretaria de Gestão de Pessoas, da proposição e definição de políticas de gestão de pessoas;

III - planejar, acompanhar e avaliar o modelo de gestão de pessoas por competências do TCU;

IV - promover a seleção, a formação e a integração inicial de novos servidores;

V - promover ações educativas voltadas ao público externo que contribuam com a efetividade do controle e a promoção da cidadania;

VI - promover e estimular o reconhecimento de servidores e demais colaboradores do TCU pelo desenvolvimento de competências;

VII - fornecer suporte metodológico e logístico à pesquisa, produção, catalogação e disseminação de conhecimentos, visando ao aprimoramento da atuação do Tribunal;

VIII - administrar o Centro de Documentação e a Biblioteca do TCU;

IX - administrar e gerir os recursos orçamentários recebidos mediante descentralização, observadas as normas específicas;

X - auxiliar no estabelecimento e na implementação de convênios e acordos de cooperação técnica, ou instrumentos congêneres, a serem firmados pelo Tribunal, com órgãos e entidades, que tenham por objeto treinamento e desenvolvimento de pessoas, bem como acompanhar sua execução;

XI - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. O Instituto Serzedello Corrêa é dirigido por diretor-geral e conta com as funções de confiança constantes do Anexo V a esta Resolução.

Seção III

Das Unidades de Assessoramento Especializado

Art. 18. As unidades de assessoramento especializado, subordinadas à Secretaria-Geral da Presidência, têm por finalidade assegurar o suporte estratégico ao funcionamento do Tribunal e das unidades de sua Secretaria, por meio do apoio especializado nas áreas de consultoria jurídica, comunicação social, cerimonial, ouvidoria e relação institucional com o Congresso Nacional e com outros órgãos e entidades nacionais e internacionais, visando à melhoria da gestão e do desempenho institucional.

Subseção I

Da Consultoria Jurídica

Art. 19. A Consultoria Jurídica (Conjur) tem por finalidade orientar sobre assuntos jurídicos e analisar matérias e processos submetidos à sua apreciação.

Art. 20. Compete à Consultoria Jurídica:

I - exarar parecer sobre questão jurídica suscitada em processo submetido à sua análise por relator, órgão colegiado do Tribunal, pela Presidência ou pela Secretaria-Geral da Presidência;

II - acompanhar e prestar, com eventual apoio de outra unidade da Secretaria do Tribunal, informações necessárias à instrução de ações judiciais de interesse do TCU, inclusive mandados de segurança impetrados contra ato ou deliberação do Tribunal;

III - apoiar, quando solicitada, as unidades da Secretaria do Tribunal na prestação de informações aos órgãos do Judiciário e do Ministério Público;

IV - examinar, no âmbito do Tribunal, minuta de ato normativo e de edital, contrato, convênio, acordo, ajuste ou instrumento similar, na forma da legislação específica;

V - exarar parecer sobre impugnação ou recurso interposto em processo administrativo, inclusive os relativos a procedimento licitatório realizado pelo Tribunal;

VI - realizar estudo a respeito de questão jurídica solicitado por órgão colegiado do Tribunal ou pela Presidência;

VII - realizar acompanhamento das decisões emanadas pelos Tribunais Superiores do Poder Judiciário em processos que envolvam interesses do Tribunal ou que contemplem tema objeto de deliberação do TCU;

VIII - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Consultoria Jurídica é dirigida por consultor jurídico e conta com as funções de confiança constantes do Anexo V a esta Resolução.

Subseção II

Da Assessoria de Relações Internacionais

Art. 21. A Assessoria de Relações Internacionais (Arint) tem por finalidade assessorar o Presidente, demais autoridades, e as unidades da Secretaria do Tribunal em assuntos internacionais e de representação institucional com outros órgãos e entidades internacionais, além de propor, implementar e acompanhar políticas e diretrizes na sua área de atuação.

Art. 22. Compete à Assessoria de Relações Internacionais:

I - atuar como unidade de apoio na organização e na realização de eventos internacionais e nas atividades de cooperação mútua e de relacionamento entre o Tribunal e entidades fiscalizadoras superiores de outros países, instituições estrangeiras e organizações internacionais, visando ao intercâmbio de informações e experiências;

II - assessorar, no que couber, comissões e comitês do Tribunal instituídos em função de tratados firmados pelo Brasil ou de acordos de cooperação assinados entre o TCU e outras instituições estrangeiras congêneres, ou, ainda, que envolvam questões inerentes à área de relações internacionais;

III - desenvolver as ações necessárias à representação do Tribunal em congressos, reuniões, simpósios, seminários, cursos e eventos de caráter internacional, bem como providenciar a divulgação dos resultados decorrentes desses eventos;

IV - organizar visitas de delegações estrangeiras ao Tribunal e acompanhá-las, de forma coordenada com a Assessoria de Cerimonial e de Relações Institucionais;

V - providenciar a obtenção de passaportes, vistos, reservas de passagens e de hotéis para autoridades e servidores, quando em viagens oficiais, e adotar outras medidas que se fizerem necessárias;

VI - desempenhar as funções de articulação entre o Tribunal e o Ministério das Relações Exteriores, postos diplomáticos, organizações internacionais, instituições estrangeiras e outras entidades fiscalizadoras superiores, no que concerne à cooperação mútua e ao intercâmbio de informações;

VII - colaborar com comissões, grupos de trabalho ou unidades do Tribunal quando da realização de estudos, pesquisas ou auditorias, no país ou no exterior, que requeiram providências ou conhecimentos específicos inerentes à sua área de atuação;

VIII - auxiliar na elaboração e na implementação de acordos de cooperação técnica ou instrumentos congêneres a serem firmados pelo Tribunal com organismos internacionais ou entidades estrangeiras, bem como acompanhar sua execução;

IX - identificar oportunidades, em parceria com a Unidade de Coordenação de Projetos Financiados por Operações de Crédito Externo, relativas à obtenção de recursos internacionais, mediante a contratação de operações de crédito e de cooperação técnica, que se destinem ao desenvolvimento institucional do TCU;

X - providenciar serviços de intérprete e tradução de correspondências, relatórios, publicações, textos técnicos e outros documentos submetidos à unidade;

XI - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Assessoria de Relações Internacionais é dirigida por chefe de assessoria e conta com as funções de confiança constantes do Anexo V a esta Resolução.

Subseção III

Da Assessoria de Comunicação Social

Art. 23. A Assessoria de Comunicação Social (Ascom) tem por finalidade propor, coordenar, implementar e acompanhar políticas e diretrizes relativas à comunicação social e ao relacionamento do Tribunal com a imprensa, bem como assegurar, no âmbito da sua área de atuação, o apoio especializado ao funcionamento do Tribunal e das unidades da sua Secretaria.

Art. 24. Compete à Assessoria de Comunicação Social:

I - promover, de forma integrada com as demais áreas afins, o conhecimento da atuação do Tribunal para estimular a transparência e o aperfeiçoamento da gestão pública;

II - divulgar interna e externamente as atividades e os resultados da atuação do Tribunal;

III - planejar, coordenar e supervisionar atividades e projetos relacionados com a comunicação interna e externa de ações do Tribunal, bem como redigir matérias sobre atividades e resultados da atuação do TCU e distribuí-las à imprensa para divulgação;

IV - assessorar o Presidente, os ministros e as demais autoridades do Tribunal, bem como servidores em assuntos relativos à comunicação social;

V - controlar, acompanhar e requisitar dos setores competentes do Tribunal informações a respeito das atividades e dos resultados da atuação do TCU;

VI - acompanhar e analisar matérias divulgadas pelos veículos de comunicação social relacionadas a atividades e resultados da atuação do Tribunal, a autoridades ou a servidores da Casa, visando à edição e distribuição de informativos diários de divulgação interna;

VII - promover o relacionamento entre o Tribunal e a imprensa;

VIII - zelar pela boa imagem institucional do Tribunal, fortalecendo sua identidade visual;

IX - coordenar os trabalhos jornalísticos nas dependências do Tribunal e a cobertura de eventos oficiais realizados pelo TCU;

X - agendar entrevistas, individuais ou coletivas, a serem concedidas a veículos de comunicação e, quando solicitado, assessorar o Presidente, os ministros e as demais autoridades do Tribunal em entrevistas;

XI - colaborar com a Secretaria de Planejamento e Gestão na elaboração dos relatórios institucionais a serem encaminhados ao Congresso Nacional, bem como do relatório de gestão;

XII - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Assessoria de Comunicação Social é dirigida por chefe de assessoria e conta com as funções de confiança constantes do Anexo V a esta Resolução.

Subseção IV

Da Assessoria Parlamentar

Art. 25. A Assessoria Parlamentar (Aspar) tem por finalidade propor, implementar e acompanhar políticas e diretrizes relativas ao relacionamento do Tribunal com o Congresso Nacional, bem como assegurar o apoio especializado ao funcionamento do Tribunal e das unidades de sua Secretaria em assuntos relativos ao Congresso Nacional.

Art. 26. Compete à Assessoria Parlamentar:

I - planejar, coordenar, acompanhar e executar ações de intercâmbio de informações do Tribunal com o Congresso Nacional relativas a assuntos legislativos;

II - acompanhar, no âmbito do Tribunal, a tramitação de processos e expedientes originários do Congresso Nacional, de suas casas, comissões ou de parlamentares;

III - divulgar junto ao Congresso Nacional, suas Casas e Comissões, com o apoio da Assessoria de Comunicação Social, as atividades e os resultados da atuação do Tribunal;

IV - prestar apoio à Secretaria-Geral de Controle Externo no relacionamento com o Congresso Nacional decorrente de assunto inerente ao controle externo;

V - acompanhar, no âmbito do Congresso Nacional, as matérias de interesse do Tribunal e propor ao Presidente a elaboração de estudos ou pareceres, quando for o caso;

VI - desenvolver trabalhos técnicos, estudos e pesquisas relacionados com assuntos legislativos que forem determinados pela Presidência do Tribunal;

VII - identificar, com o apoio técnico das unidades técnicas do Tribunal, matérias relativas a expectativas e demandas do Congresso Nacional com relação ao controle externo, visando a subsidiar o planejamento estratégico e de diretrizes no âmbito do Tribunal;

VIII - colaborar com a Secretaria de Planejamento e Gestão na elaboração dos relatórios institucionais a serem encaminhados ao Congresso Nacional, bem como do relatório de gestão;

IX - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Assessoria Parlamentar é dirigida por chefe de assessoria e conta com as funções de confiança constantes do Anexo V a esta Resolução.

Subseção V

Da Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais

Art. 27. A Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais (Aceri) tem por finalidade propor, implementar e acompanhar diretrizes relativas às relações públicas e institucionais, bem como assegurar, no âmbito da sua área de atuação, o apoio especializado ao funcionamento do Tribunal e às unidades de sua Secretaria.

Art. 28. Compete à Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais:

I - planejar, organizar, coordenar e executar atividades inerentes ao desenvolvimento e ampliação das relações institucionais do Tribunal;

II - prestar assessoramento na organização e apoio na realização de eventos institucionais;

III - divulgar a agenda dos eventos institucionais e, a pedido do Gabinete do Presidente, a agenda da Presidência do TCU;

IV - gerenciar e assegurar a atualização de bases de informação necessárias ao desempenho da sua competência, especialmente quanto aos dados de autoridades e de dirigentes do Tribunal e de instituições relacionadas ao trabalho do TCU;

V - gerenciar o arquivo histórico-fotográfico do Tribunal;

VI - colaborar com a divulgação da Instituição junto à sociedade brasileira;

VII - estimular a realização de ações institucionais voltadas para o controle social;

VIII - gerenciar o uso do Auditório Ministro Pereira Lyra e do Espaço Ecumênico;

IX - assistir ao Presidente, às demais autoridades do TCU e às unidades da Secretaria do Tribunal, quando solicitada, quanto ao protocolo a ser observado em cerimônias e eventos oficiais;

X - recepcionar e acompanhar autoridades e dignitários em visita ao Tribunal;

XI - providenciar, quando solicitada, reservas de transporte, hospedagem e outros preparativos para viagens oficiais, no âmbito do território nacional, do Presidente, ministros e demais autoridades do Tribunal;

XII - acompanhar, quando solicitada, o Presidente, os ministros do Tribunal e as autoridades visitantes durante embarque e desembarque de viagens oficiais;

XIII - supervisionar as atividades da sala Ministro Luiz Henrique Octavio Galloti (Sala dos Advogados) e da Sala Ministro Henrique de La Roque;

XIV - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Assessoria de Cerimonial e de Relações Institucionais é dirigida por chefe de assessoria e conta com as funções de confiança constantes do Anexo V a esta Resolução.

Subseção VI

Ouvidoria

Art. 29. A Ouvidoria tem por finalidade contribuir para melhoria da gestão do Tribunal e dos órgãos e entidades a ele jurisdicionados, atuar na defesa da legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência dos atos administrativos praticados por autoridades, servidores e administradores públicos, bem como dos demais princípios aplicáveis à Administração Pública.

Art. 30. Compete à Ouvidoria:

I - receber sugestão de aprimoramento, crítica, reclamação ou informação a respeito de serviço prestado pelo Tribunal;

II - receber sugestão de aprimoramento, crítica, reclamação ou informação a respeito de ato de gestão ou ato administrativo praticado por agente público jurisdicionado ao Tribunal;

III - receber e catalogar informações referentes a indícios de irregularidades no uso de recursos públicos, obtidas por meio da Internet ou outro meio apropriado;

IV - manter instalações físicas e meios de comunicação eletrônica, postal e telefônica para recebimento das comunicações mencionadas nos incisos I, II e III;

V - realizar triagem das comunicações mencionadas nos incisos I, II e III e encaminhá-las aos setores competentes do Tribunal, para averiguação e eventuais providências;

VI - controlar, acompanhar e requisitar do setor competente do Tribunal informações sobre averiguações e providências mencionadas no inciso V;

VII - manter, quando possível, os autores das comunicações mencionadas nos incisos I, II e III informados a respeito de averiguações e providências adotadas pelos setores competentes do Tribunal;

VIII - sugerir eventual medida para aperfeiçoamento do serviço do Tribunal objeto das comunicações mencionadas no inciso I;

IX - divulgar seus serviços junto ao público, para conhecimento, utilização continuada e ciência dos resultados alcançados;

X - encaminhar à Secretaria-Geral da Presidência relatório trimestral de atividades;

XI - atuar, de forma integrada com o controle externo e com as unidades que prestam o apoio administrativo e estratégico, no exercício das competências estabelecidas neste artigo;

XII - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

§1º Sem prejuízo da atribuição prevista no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, a Ouvidoria deve comunicar ao Secretário-Geral da Presidência quando a informação recebida no exercício de suas atividades contiver indício de irregularidade ou ilegalidade na atuação de autoridade ou de servidor do Tribunal ou de agente público jurisdicionado ao TCU.

§2º A Ouvidoria é dirigida por assessor e conta com a função de confiança constante do Anexo V a esta Resolução.

CAPÍTULO II

DA SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

Art. 31. A Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) tem por finalidade gerenciar a área técnico-executiva de controle externo, visando a prestar apoio e assessoramento às deliberações do Tribunal.

Art. 32. Compete à Secretaria-Geral de Controle Externo:

I - propor normas, políticas, diretrizes, técnicas e padrões relativos ao controle externo a cargo do Tribunal de Contas da União;

II - planejar, organizar, dirigir, coordenar e supervisionar as atividades e projetos inerentes às ações integradas de controle externo, acompanhar os resultados obtidos e avaliar os impactos ocorridos;

III - aprovar manuais e regulamentos relativos às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos na área de controle externo;

IV - orientar o desdobramento de diretrizes, acompanhar as ações desenvolvidas, controlar o alcance das metas e avaliar o resultado obtido no âmbito de suas unidades subordinadas;

V - promover a integração do Tribunal com órgãos e entidades relacionados ao controle da gestão pública;

VI - auxiliar no estabelecimento, na implementação e no acompanhamento da execução de convênios e acordos de cooperação técnica, ou instrumentos congêneres, a serem firmados pelo Tribunal, com órgãos e entidades relacionados ao controle da gestão pública;

VII - obter, sistematizar e gerir informações estratégicas para as ações que digam respeito à sua área de atuação;

VIII - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

§1º A Secretaria-Geral de Controle Externo, para a realização de trabalhos de complexidade atípica, poderá contar com o apoio de servidores lotados em qualquer unidade do Tribunal ou de especialistas externos, observada a legislação pertinente.

§2º Para fins desta Resolução, consideram-se ações integradas de controle externo o conjunto de atividades finalísticas a cargo da Segecex e das suas unidades subordinadas relacionadas ao planejamento geral da rotina; à gestão de informações estratégicas; à instrução e tramitação de processos; ao controle de prazos processuais; ao ingresso de interessados; aos pedidos de vistas e cópia de autos; ao arquivamento e gestão física dos processos; à gestão de comunicações processuais; ao fornecimento de certidões e à prestação de informações; à gestão de projetos; à realização de estudos; à alocação de equipes; à correta aplicação de normas, métodos e técnicas; ao controle de qualidade dos trabalhos; ao relacionamento com a clientela, interessados e partes; e a outras atividades atinentes à área fim do Tribunal delegadas às unidades subordinadas à Segecex.

Art. 33. A Secretaria-Geral de Controle Externo possui a seguinte estrutura:

I - duas secretarias adjuntas;

II - sete secretarias de controle externo em Brasília;

III - vinte e seis secretarias de controle externo, uma em cada estado da Federação;

IV - Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip);

V - Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União (Secob);

VI - Secretaria de Fiscalização de Desestatização (Sefid);

VII - Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (Seprog);

VIII - Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti);

IX - Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag);

X - Secretaria de Recursos (Serur);

XI - Assessoria;

XII - Serviço de Administração.

Parágrafo único. A Secretaria-Geral de Controle Externo é dirigida por secretário-geral e conta com as funções de confiança constantes do Anexo IV a esta Resolução para organização de suas atividades, bem como as distribuídas por ato do Presidente do TCU.

Seção I

Das Secretarias Adjuntas de Controle Externo

Art. 34. As Secretarias Adjuntas de Controle Externo têm por finalidade assessorar a Secretaria-Geral de Controle Externo no exercício das competências previstas no art. 32, especialmente no que se refere ao planejamento, execução, sistematização, normatização, coordenação e acompanhamento das ações integradas de controle externo.

Art. 35. Compete às Secretarias Adjuntas de Controle Externo:

I - coordenar a identificação, o desenvolvimento, a sistematização, a normatização, a implantação, a orientação, a publicação e a utilização de métodos, técnicas e padrões aplicáveis ao controle externo;

II - identificar, organizar e sistematizar informações necessárias ao pleno exercício do controle externo a serem solicitadas aos órgãos e entidades jurisdicionados ao Tribunal;

III - propor normatização e padronização de procedimentos e remessa de informações para as unidades jurisdicionadas, gestores públicos e órgãos de controle interno da União;

IV - promover a articulação com os demais órgãos e entidades relacionados ao controle da gestão pública;

V - disseminar as boas práticas de controle entre as unidades técnicas subordinadas à Secretaria-Geral de Controle Externo;

VI - gerenciar e zelar pela atualização das bases de informação relativas à sua área de atuação;

VII - prestar apoio técnico e operacional aos trabalhos de controle realizados pelas unidades da Secretaria-Geral de Controle Externo no que tange à aplicação ou desenvolvimento de métodos, técnicas e padrões de trabalho;

VIII - implantar, conduzir e auxiliar o planejamento, a coordenação e o acompanhamento das ações integradas de controle externo;

IX - definir, coordenar e acompanhar metas, medidas e indicadores de desempenho das unidades técnicas subordinadas à Secretaria-Geral de Controle Externo, observados os planos institucionais do Tribunal;

X - definir, sistematizar, obter, produzir, gerenciar e disseminar informações necessárias ao suporte às atividades integradas de controle externo;

XI - supervisionar e controlar a qualidade dos resultados decorrentes das atividades de controle externo realizadas pelas unidades técnicas subordinadas à Secretaria-Geral de Controle Externo;

XII- acompanhar o desempenho das unidades técnicas subordinadas à Secretaria-Geral de Controle Externo;

XIII - gerenciar e zelar pela atualização das bases de informação relativas à sua área de atuação;

XIV - elaborar estudos concernentes à distribuição da carga de trabalho entre as secretarias de controle externo;

XV - desenvolver outras atividades inerentes às suas finalidades.

Parágrafo único. Cada Secretaria Adjunta de Controle Externo é dirigida por um secretário-adjunto e conta com as funções de confiança constantes do Anexo VI a esta Resolução.

Seção II

Das Secretarias de Controle Externo

Art. 36. As secretarias de controle externo têm por finalidade assessorar os relatores em matéria inerente ao controle externo e oferecer subsídio técnico para o julgamento das contas e apreciação dos demais processos relativos às unidades jurisdicionadas ao Tribunal.

Art. 37. Compete às secretarias de controle externo:

I - examinar e instruir processos de controle externo e outros relativos a órgãos ou entidades vinculados à área de atuação da secretaria, exceto em grau de recurso;

II - conceder vista e cópia de autos, bem como sanear os processos sob sua responsabilidade, por meio de inspeção, diligência, citação ou audiência, conforme delegação de competência do relator;

III - fiscalizar a descentralização de recursos públicos federais;

IV - fiscalizar as unidades jurisdicionadas ao Tribunal, bem como outras determinadas por autoridade competente, mediante a realização de acompanhamento, levantamento, inspeção e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional;

V - organizar e autuar, quanto aos processos de competência de cada secretaria, os respectivos autos de cobrança executiva decorrentes de acórdãos condenatórios do Tribunal;

VI - representar ao relator quando tomar conhecimento de irregularidade ou ilegalidade que possa ocasionar dano ou prejuízo à administração pública;

VII - orientar os órgãos de sua clientela sobre procedimentos processuais, especialmente quanto aos prazos de citação e audiência;

VIII - trocar informações com outros órgãos de controle; e

IX - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

§ 1º Às secretarias de controle externo nos estados compete, ainda:

I - realizar fiscalizações planejadas ou solicitadas extraordinariamente pela Secretaria-Geral de Controle Externo em função de determinações de órgão colegiado do Tribunal, de relator ou de requerimento de secretarias localizadas na sede;

II - administrar e gerir os recursos orçamentários recebidos mediante descentralização, observadas as normas específicas;

III - exercer outras atividades administrativas necessárias ao funcionamento da unidade, de acordo com as normas pertinentes.

§ 2º As secretarias de controle externo são dirigidas por secretário e contam com as funções de confiança constantes do Anexo VI a esta Resolução.

Seção III

Das Secretarias de Fiscalização

Art. 38. As secretarias de fiscalização de que tratam os incisos IV a VIII do art. 33 desta Resolução têm por finalidade realizar trabalhos de fiscalização e de avaliação de programas de governo dentro de suas áreas específicas de atuação.

Art. 39. Compete às secretarias de fiscalização:

I - realizar fiscalização ou avaliação, por meio de acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria;

II - planejar, coordenar e controlar as fiscalizações relativas à sua área de especialização, inclusive orientando e supervisionando as demais equipes envolvidas;

III - instruir, para apreciação do Tribunal, os processos referentes às fiscalizações sob responsabilidade da secretaria;

IV - realizar pesquisas e desenvolver métodos, técnicas e padrões para trabalhos de fiscalização e de avaliação de programas de governo, juntamente com as Secretarias Adjuntas de Controle Externo;

V - representar ao relator quando tomar conhecimento de irregularidade ou ilegalidade que possa ocasionar dano ou prejuízo à administração pública;

VI - organizar, quanto aos processos relativos ao trabalho de cada secretaria, os respectivos autos de cobrança executiva decorrentes de acórdãos condenatórios do Tribunal;

VII - trocar informações com outros órgãos de controle; e

VIII - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Art. 40. A Secretaria de Fiscalização de Pessoal tem como área específica de atuação o exame e a fiscalização dos atos de admissão e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, das declarações de bens e rendas submetidas à apreciação do Tribunal e das despesas com pessoal.

Art. 41. A Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União tem como área específica de atuação a fiscalização das obras custeadas com recursos públicos federais e da gestão do patrimônio da União.

Art. 42. A Secretaria de Fiscalização de Desestatização tem como área específica de atuação a fiscalização e a avaliação da outorga de obras e serviços públicos e de atividades econômicas dos setores de infra-estrutura, da execução dos respectivos contratos, da regulação setorial, da atuação dos entes reguladores e das privatizações de empresas estatais.

Art. 43. A Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo tem como área específica de atuação a fiscalização e a avaliação dos resultados de programas de Governo.

Art. 44. À Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação tem como área específica de atuação a fiscalização da gestão e do uso de recursos de tecnologia da informação pela Administração Pública Federal.

Parágrafo único. As secretarias de fiscalização são dirigidas por secretário e contam com as funções de confiança constantes do Anexo VI a esta Resolução.

Seção IV

Da Secretaria de Macroavaliação Governamental

Art. 45. A Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) tem por finalidade assessorar os relatores das contas do Presidente da República, dos presidentes dos órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público da União na elaboração dos pareceres prévios a cargo do Tribunal e realizar análises sistêmicas e econômicas de programas de governo, da dívida pública, da arrecadação, da renúncia de receita, das transferências constitucionais e da dívida ativa.

Art. 46. Compete à Secretaria de Macroavaliação Governamental:

I - instruir os processos relativos a procedimentos de fiscalização, representações, denúncias, requerimentos, certidões e contestações referentes a transferências constitucionais para estados, Distrito Federal e municípios, bem como outros relacionados à sua finalidade;

II - demandar à Secretaria-Geral de Controle Externo trabalhos específicos de fiscalização, em consonância com as diretrizes aprovadas para apreciação das contas anuais de que trata o artigo anterior, e participar de tais trabalhos, sempre que necessário;

III - efetuar o cálculo dos coeficientes dos fundos de participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal e fiscalizar a entrega das respectivas cotas e acompanhar, junto aos órgãos competentes, a classificação das receitas que dão origem às transferências constitucionais;

IV - acompanhar a distribuição das cotas referentes à compensação financeira pela exploração do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural devida a estados, Distrito Federal, municípios, ao Comando da Marinha e aos demais entes;

V - acompanhar a arrecadação e fiscalizar a renúncia de receitas públicas federais mediante realização de inspeções, levantamentos, acompanhamentos ou auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional;

VI - desenvolver, em caráter permanente, estudos e pesquisas sobre a carga tributária brasileira, elaborando relatório anual que será presente no relatório e pareceres prévios sobre as contas de que trata o artigo anterior;

VII - acompanhar, junto aos órgãos ou entidades responsáveis por atividades relacionadas à sua área de atuação, o cumprimento de recomendações e demais medidas retificadoras propostas pelo Tribunal no relatório sobre as contas de que trata o artigo anterior, informando o resultado ao relator;

VIII - acompanhar a elaboração, a aprovação e a execução das leis relativas a planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais;

IX - propor ao relator, para aprovação do Plenário, as diretrizes para apreciação das contas de que trata o artigo anterior;

X - trocar informações com outros órgãos de controle; e

XI - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Secretaria de Macroavaliação Governamental é dirigida por secretário e conta com as funções de confiança constantes do Anexo VI a esta Resolução.

Seção V

Da Secretaria de Recursos

Art. 47. A Secretaria de Recursos (Serur) tem por finalidade assessorar o relator de recurso interposto contra deliberação proferida pelo Tribunal em processos da área de controle externo.

Art. 48. Compete à Secretaria de Recursos:

I - examinar a admissibilidade e instruir os recursos de reconsideração, de revisão e de pedido de reexame interpostos contra deliberação proferida pelo Tribunal;

II - examinar a admissibilidade e instruir, quando solicitado pelo relator ou pelo Presidente , os embargos de declaração opostos contra deliberação proferida pelo Tribunal e os agravos interpostos contra decisão do Presidente do Tribunal, de Presidente de Câmara ou do relator;

III - propor ao relator, quando demonstrada de forma clara e objetiva essa necessidade, a realização de inspeção, a ser executada pela unidade técnico-executiva responsável pela instrução de mérito;

IV - divulgar, anualmente, estudos e relatórios acerca da evolução estatística de falhas processuais e de outras causas de provimento de recurso.

Parágrafo único. A Secretaria de Recursos é dirigida por secretário e conta com as funções de confiança constantes do Anexo VI a esta Resolução.

CAPÍTULO III

DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 49. A Secretaria-Geral de Administração (Segedam) tem por finalidade gerenciar as atividades e recursos administrativos, com vistas a prestar o apoio necessário ao funcionamento do Tribunal.

Art. 50. Compete à Secretaria-Geral de Administração:

I - planejar, organizar, dirigir, coordenar e supervisionar as atividades e projetos inerentes à gestão de pessoas, de serviços gerais e de recursos materiais, orçamentários, financeiros e patrimoniais e avaliar os resultados alcançados;

II - administrar e gerir recursos materiais, orçamentários, financeiros e patrimoniais, de acordo com as leis e as normas aplicáveis;

III - aprovar manuais e regulamentos relativos à padronização de processos de trabalho inerentes à atividade administrativa, para utilização, inclusive, em outras unidades do Tribunal;

IV - encaminhar ao Presidente propostas relativas à política de gestão de pessoas, acompanhar sua implementação em todo o Tribunal e avaliar os resultados;

V - tomar medidas necessárias à proteção e à conservação do patrimônio do Tribunal;

VI - elaborar, em conjunto com a Secretaria de Planejamento e Gestão, e em consonância com os planos estratégicos e de diretrizes do TCU, a proposta orçamentária anual do Tribunal;

VII - encaminhar ao Presidente e acompanhar junto aos órgãos competentes a proposta orçamentária anual do Tribunal e verificar a execução do orçamento pelas unidades gestoras;

VIII - submeter à Secretaria de Controle Interno a tomada de contas anual do Tribunal;

IX - organizar, editar e divulgar o Boletim do Tribunal de Contas da União;

X - encaminhar documentos para publicação no Diário Oficial da União.

Art. 51. A Secretaria-Geral de Administração possui a seguinte estrutura:

I - Secretaria de Gestão de Pessoas (Segep);

II - Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (Secof);

III - Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio (Selip);

IV - Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio (Sesap);

V - Assessoria;

VI - quatro gerências de processos administrativos.

Parágrafo único. A Secretaria-Geral de Administração é dirigida por secretário-geral e conta com as funções de confiança constantes do Anexo IV a esta Resolução para organização de suas atividades, bem como as distribuídas por ato do Presidente do TCU.

Seção I

Da Secretaria de Gestão de Pessoas

Art. 52. A Secretaria de Gestão de Pessoas (Segep) tem por finalidade propor e conduzir políticas de gestão de pessoas, além de gerenciar e executar atividades inerentes à gestão de clima organizacional, de serviços de pessoal, de desempenho, de saúde, de qualidade de vida e de alocação e movimentação de pessoas no âmbito do Tribunal.

Parágrafo único. A gestão de pessoas no TCU é coordenada pela Secretaria de Gestão de Pessoas, com a participação do Instituto Serzedello Corrêa, e visa à promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento humano, estimulando a formação de pessoas e equipes competentes, motivadas e comprometidas com a efetividade do controle externo e com a melhoria da gestão pública.

Art. 53. Compete à Secretaria de Gestão de Pessoas:

I - propor e coordenar, com a participação do ISC e em consonância com o Comitê de Gestão de Pessoas, a definição de políticas de gestão de pessoas;

II - planejar, organizar, dirigir, executar e controlar as atividades inerentes à gestão de pessoas no âmbito do Tribunal de Contas da União;

III - planejar, organizar e operacionalizar as atividades relativas aos concursos de remoção, à movimentação, à alocação e à integração de servidores no Tribunal;

IV - operacionalizar a assistência médica, psicossocial e nutricional no âmbito do Tribunal;

V - planejar, promover, coordenar e acompanhar programas voltados para a promoção de saúde e para melhoria da qualidade de vida dos servidores do Tribunal;

VI - coordenar as ações relativas à valorização do servidor;

VII - promover e estimular o reconhecimento de servidores e demais colaboradores do Tribunal;

VIII - planejar, coordenar, acompanhar e promover a operacionalização do processo de avaliação de desempenho dos servidores do TCU, bem como a avaliação do estágio de estudantes no âmbito do Tribunal;

IX - opinar sobre questões pertinentes à aplicação da legislação de pessoal no âmbito do Tribunal;

X - operacionalizar os procedimentos relativos a serviços de pessoal do Tribunal;

XI - acompanhar, atualizar e divulgar atos referentes à área de serviços de pessoal, bem como orientar as unidades da Secretaria do Tribunal quanto ao cumprimento das normas estabelecidas;

XII - coordenar e executar a elaboração da folha de pagamento das autoridades, servidores e pensionistas do Tribunal;

XIII - gerenciar e assegurar a atualização das bases de informação necessárias à sua área de competência;

XIV - elaborar relatórios periódicos inerentes à gestão de pessoas;

XV - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Secretaria de Gestão de Pessoas é dirigida por secretário e conta com as funções de confiança constantes do Anexo VII a esta Resolução.

Seção II

Da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Art. 54. À Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (Secof) tem por finalidade de gerenciar e executar atividades inerentes à programação e execução orçamentário-financeira e à contabilidade do Tribunal.

Art. 55. Compete à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade:

I - planejar, organizar, dirigir, executar e controlar as atividades inerentes à gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal, nos seus aspectos contábeis, de análise de contas e de informações gerenciais, observadas as normas e procedimentos pertinentes;

II - assessorar na elaboração do plano plurianual, da proposta orçamentária anual e na solicitação de créditos orçamentários adicionais do Tribunal;

III - elaborar a tomada de contas anual do Tribunal;

IV - elaborar a prestação de contas anual do Tribunal de Contas da União ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 56 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

V - acompanhar e atualizar os atos normativos referentes ao sistema federal de planejamento, orçamento, finanças e contabilidade, bem como informar e orientar as unidades gestoras do Tribunal quanto ao cumprimento das normas estabelecidas;

VI - gerenciar e assegurar a atualização das bases de informação necessárias à sua área de competência e ao bom desempenho da unidade, em especial o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e outras necessárias à segurança da programação e execução orçamentária e financeira e da contabilidade a cargo do Tribunal;

VII - desenvolver outras atividades inerentes a sua finalidade.

Parágrafo único. A Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade é dirigida por secretário e conta com as funções de confiança constantes do Anexo VII a esta Resolução.

Seção III

Da Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio

Art. 56. A Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio (Selip) tem por finalidade gerenciar e executar atividades inerentes à aquisição e administração de bens patrimoniais e de consumo, à contratação de obras e serviços em geral e à gestão e ao apoio à fiscalização de contratos.

Art. 57. Compete à Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio:

I - planejar, gerenciar e controlar a aquisição, a conservação, a guarda e a distribuição de bens patrimoniais e de consumo no âmbito do Tribunal, assim como realizar inventário e promover desfazimento de bens;

II - realizar procedimentos licitatórios visando à contratação de obras, serviços e compras;

III - formalizar, acompanhar, providenciar a publicação e controlar a execução dos contratos firmados pelo Tribunal;

IV - apoiar a atividade de fiscalização de contratos administrativos firmados pelo Tribunal;

V - manter sob sua guarda e responsabilidade os documentos, títulos, processos e escrituras relativos ao registro de bens imóveis de propriedade do Tribunal situados no Distrito Federal;

VI - atualizar os atos normativos referentes às áreas de licitação, contratos, material e patrimônio, bem como informar e orientar as demais unidades da Secretaria do Tribunal quanto ao cumprimento das normas estabelecidas;

VII - gerenciar e assegurar a atualização das bases de informação necessárias ao desempenho de sua competência, em especial, as relativas a bens patrimoniais e de consumo, a registro e acompanhamento de contratos firmados pelo Tribunal;

VIII - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio é dirigida por secretário e conta com as funções de confiança constantes do Anexo VII a esta Resolução.

Seção IV

Da Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio

Art. 58. A Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio (Sesap) tem por finalidade gerenciar e executar as atividades inerentes à engenharia, obras, segurança, preservação e conservação do patrimônio do Tribunal e serviços de apoio.

Art. 59. Compete à Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio:

I - planejar, organizar, dirigir, controlar, supervisionar e, quando for o caso, realizar os serviços de obras ou projetos de engenharia, de manutenção predial e reparos, de transportes, de telecomunicações, de áudio e vídeo, de segurança, conservação e limpeza predial, de produção gráfica, de copa, jardinagem, lavanderia, dedetização e outros serviços de apoio executados no âmbito do Tribunal;

II - zelar pela conservação e manutenção geral dos imóveis sob a responsabilidade do Tribunal, bem como de suas instalações hidráulicas, sanitárias, elétricas, dos dispositivos de proteção contra descargas atmosféricas, contra incêndio, de infra-estrutura de rede de comunicação de dados e voz, de sistemas de som, de elevadores, de climatização e de telefonia;

III - acompanhar e atualizar os atos normativos referentes às áreas de engenharia, manutenção e serviços de apoio, bem como informar e orientar as demais unidades dessa Secretaria quanto ao cumprimento das normas estabelecidas;

IV - planejar, organizar, dirigir e executar a recepção, a classificação, a autuação e a destinação de processos, demais expedientes e malotes do Tribunal;

V - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade e determinadas pelo titular da Secretaria.

Parágrafo único. A Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio é dirigida por secretário e conta com as funções de confiança constantes do Anexo VII a esta Resolução.

TÍTULO III

DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Art. 60. A Secretaria de Controle Interno (Secoi) tem por finalidade assessorar o Presidente na supervisão da correta gestão orçamentário-financeira e patrimonial do Tribunal de Contas da União, sob os aspectos de legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

Art. 61. Compete à Secretaria de Controle Interno:

I - realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional das unidades da Secretaria do Tribunal, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentário-financeira e patrimonial e a avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia;

II - orientar os gestores da Secretaria do Tribunal no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades;

III - certificar, nas contas anuais do Tribunal, a gestão dos responsáveis por bens e dinheiros públicos;

IV - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e nos programas de trabalho constantes do orçamento geral da União para o Tribunal;

V - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

VI - zelar pela qualidade e pela independência do sistema de controle interno;

VII - elaborar e submeter previamente ao Presidente do Tribunal o plano anual de auditoria interna;

VIII - atestar a compatibilidade, ou não, dos bens e rendimentos declarados por servidores ocupantes de cargo ou função de confiança no âmbito do Tribunal;

IX - emitir parecer quanto à exatidão e legalidade dos atos de admissão de pessoal e dos atos de concessão de aposentadoria e de pensão expedidos pelo Tribunal;

X - manter intercâmbio de dados e conhecimentos técnicos com unidades de controle interno de outros órgãos da Administração Pública;

XI - representar ao Presidente do Tribunal de Contas da União em caso de ilegalidade ou irregularidade constatada;

XII - executar os demais procedimentos correlatos com as funções de auditoria interna;

XIII - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

§ 1º As atividades de controle interno, sempre que possível, deverão ser exercidas de forma concomitante aos atos controlados.

§ 2º A Secretaria de Controle Interno é dirigida por secretário e conta com as funções de confiança indicadas no Anexo VIII a esta Resolução.

TÍTULO IV

DAS UNIDADES DE ASSESSORAMENTO A AUTORIDADES

Art. 62. As unidades de assessoramento técnico a autoridades têm por finalidade assessorar o Presidente e demais autoridades do Tribunal no desempenho de suas competências constitucionais e de representação institucional e cuidar das atividades administrativas e de apoio ao funcionamento da Presidência e dos gabinetes de autoridades.

Parágrafo único. O Gabinete do Presidente, o Gabinete do Corregedor e os Gabinetes de ministro, de auditor e de membro do Ministério Público junto ao Tribunal contam com as funções de confiança constantes do Anexo IX a esta Resolução.

CAPÍTULO I

DO GABINETE DO PRESIDENTE

Art. 63. O Gabinete do Presidente tem por finalidade prestar apoio e assessoramento ao Presidente no desempenho de suas atribuições legais e regimentais, coordenar e organizar as atividades administrativas e de representação da Presidência, bem como aquelas relacionadas ao registro e à divulgação da memória do TCU, e ao incentivo à arte e à cultura no âmbito do Tribunal.

Art. 64. Compete ao Gabinete do Presidente:

I - coordenar, organizar e executar atividades administrativas inerentes ao cumprimento das atribuições do Presidente e de representação da Presidência;

II - providenciar os termos de convocação de Auditor para substituir Ministro, na forma estabelecida no Regimento Interno;

III - providenciar a expedição de certidões, informações e expedientes a cargo da Presidência;

IV - coordenar a edição e a publicação de portarias, ordens de serviço e demais expedientes a cargo da Presidência;

V - providenciar o atendimento de pedido de informações formulado ao Tribunal em razão de mandado de segurança impetrado contra seus atos;

VI - promover ações relacionadas à documentação, cultura, editoração e registro da memória do Tribunal de Contas da União;

VII - divulgar a memória do Tribunal;

VIII - registrar, guardar e conservar os bens móveis e os documentos que, por natureza ou procedência, constituem peças de valor histórico e cultural relacionados com a vida da Instituição ou do País;

IX - incentivar a arte e a cultura, no âmbito do Tribunal de Contas da União, com vistas a promover o incremento da criatividade e da humanização da Instituição;

X - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

§ 1º O Gabinete do Presidente é dirigido por chefe de gabinete e conta com as funções de confiança constantes do Anexo IX a esta Resolução, bem como as distribuídas por ato do Presidente do TCU.

§ 2º A função comissionada de chefe do Gabinete do Presidente será a mesma de chefe do Gabinete do Ministro eleito para o exercício da Presidência.

CAPÍTULO II

DO GABINETE DO CORREGEDOR

Art. 65. O Gabinete do Corregedor tem por finalidade desempenhar as atividades técnicas e administrativas necessárias ao exercício das competências e atribuições do Corregedor do Tribunal de Contas da União.

Art. 66. Compete ao Gabinete do Corregedor:

I - prestar assessoramento técnico ao Corregedor no desempenho de suas atribuições legais e regimentais;

II - realizar estudos para a formulação de diretrizes com vistas ao aperfeiçoamento das ações de correição no Tribunal;

III - organizar e executar as atividades inerentes ao Gabinete;

IV - desempenhar outras atividades afins que lhe forem cometidas pelo Corregedor.

Parágrafo único. O Gabinete do Corregedor conta com Chefe de Gabinete e com as funções indicadas no Anexo IX a esta Resolução.

CAPÍTULO III

DOS GABINETES DE MINISTRO, DE AUDITOR E DE MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL

Art. 67. Os gabinetes de Ministro, de Auditor e de Membro do Ministério Público junto ao Tribunal são unidades de apoio e assessoramento e têm por finalidade desempenhar as atividades técnicas e administrativas necessárias ao exercício das competências e atribuições das respectivas autoridades.

Art. 68. O Gabinete de Ministro conta com uma função de chefe de gabinete, nível FC-5; cinco de assessor, nível FC-5; duas funções de oficial de gabinete, nível FC-3; três de assistente técnico, nível FC-2; e duas de auxiliar de gabinete, nível FC-1.

Art. 69. O Gabinete de Auditor conta com uma função de chefe de gabinete, nível FC-5; quatro de assessor, nível FC-5; uma de oficial de gabinete, nível FC-3; três de assistente técnico, nível FC-2; e uma de auxiliar de gabinete, nível FC-1.

Art. 70. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União conta com sete funções de chefe de gabinete, nível FC-5; dezessete de assessor, nível FC-5; uma de oficial de gabinete, nível FC-3; nove de assistente técnico, nível FC-2; e sete de auxiliar de gabinete, nível FC-1.

Parágrafo único. O Procurador-Geral disporá sobre as competências e a organização interna das atividades do Ministério Público junto ao Tribunal.

Art. 71. Os gabinetes de Ministro, de Auditor e do Procurador-Geral contam, ainda, com um cargo em comissão de oficial de gabinete e um de assistente, nos termos do art. 110, inciso IV, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, com a redação dada pela Lei n.º 9.165, de 19 de dezembro de 1995.

TÍTULO V
DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS
CAPÍTULO I
DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO GERAL

Art. 72. A Comissão de Coordenação Geral (CCG) é órgão colegiado de natureza consultiva e caráter permanente e tem por finalidade auxiliar o Presidente na alocação de recursos e na formulação de políticas e diretrizes institucionais, bem como em questões que necessitem da integração ou formação de opinião intersetorial.

Art. 73. A Comissão de Coordenação Geral é integrada pelos titulares das unidades básicas.

Parágrafo único. A Comissão de Coordenação Geral, dependendo do assunto a ser tratado, pode convocar para suas reuniões titulares ou servidores de outras unidades da Secretaria do Tribunal.

Art. 74. Compete à Comissão de Coordenação Geral:

I - assessorar o Presidente na formulação de diretrizes anuais, de políticas de gestão de pessoas e de tecnologia da informação, e em outras matérias que necessitem da cooperação intersetorial das unidades cujos titulares compõem a Comissão;

II - assessorar o Presidente em assuntos que visem a disciplinar, aperfeiçoar, atualizar, padronizar e simplificar as atividades do Tribunal e de sua Secretaria, bem como na autorização para a constituição de proposta de projeto, eventuais prorrogação e encerramento antecipado.

Art. 75. A Comissão de Coordenação Geral é presidida pelo titular da Secretaria-Geral da Presidência e secretariada por um de seus assessores.

Parágrafo único. Os regulamentos da Comissão de Coordenação Geral serão instituídos por ato da Comissão.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA

Art. 76. O Conselho Editorial da Revista (CER) é órgão colegiado de natureza técnica e de caráter permanente e tem por finalidade analisar e selecionar trabalhos a serem publicados na Revista do Tribunal de Contas da União.

§ 1º O Conselho é presidido pelo vice-presidente do Tribunal e integrado pelo auditor mais antigo em exercício, pelo Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal, pelos secretários-gerais de Controle Externo e da Presidência, e pelo diretor-geral do Instituto Serzedello Corrêa.

§ 2º Os regulamentos do Conselho Editorial e da revista serão instituídos por ato do Conselho.

CAPÍTULO III
DO COMITÊ DE GESTÃO DE PESSOAS

Art. 77. O Comitê de Gestão de Pessoas (CGP) é órgão colegiado de natureza consultiva e de caráter permanente e tem por finalidade propor e assegurar a implementação da política de gestão de pessoas no âmbito do Tribunal, acompanhar o modelo de gestão de pessoas por competências e assessorar a Comissão de Coordenação Geral e a Presidência em matérias correlatas.

§ 1º O Comitê é integrado pelos titulares das unidades básicas, Secretaria de Gestão de Pessoas, Instituto Serzedello Corrêa, Secretaria de Planejamento e Gestão e Chefe do Gabinete do Ministro Corregedor.

§ 2º O Comitê é coordenado por servidor eleito anualmente entre seus membros.

§ 3º O funcionamento do Comitê será regulamentado por ato da Presidência.

CAPÍTULO IV
DA COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL

Art. 78. A Comissão de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento da Avaliação de Desempenho dos Servidores do Tribunal (Cadad) é órgão colegiado de natureza consultiva e de caráter permanente e tem por finalidade definir e acompanhar a política de gestão de desempenho dos servidores do TCU, bem como coordenar, acompanhar e supervisionar o Programa de Avaliação de Desempenho dos Servidores do Tribunal de Contas da União (PAD).

§1º A Comissão é coordenada pelo titular da Secretaria de Gestão de Pessoas e integrada por representantes indicados pelas três unidades básicas.

§ 2º Os regulamentos da Comissão serão instituídos por ato da Presidência.

CAPÍTULO V
DA COMISSÃO DISCIPLINAR PERMANENTE

Art. 79. A Comissão Disciplinar Permanente (CDP) é órgão colegiado de natureza técnica e de caráter permanente, e tem por finalidade apurar responsabilidade de servidor do Tribunal por infração praticada no exercício de suas atribuições e desempenhar as atividades técnicas e administrativas necessárias ao exercício das suas competências e atribuições.

§ 1º A Comissão Disciplinar Permanente é integrada por servidores designados pelo Presidente, sendo presidida por Analista de Controle Externo do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal.

§ 2º Os regulamentos da Comissão serão instituídos por ato da Presidência.

TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 80. São competências comuns às unidades da Secretaria do Tribunal:

I - planejar, organizar, dirigir, controlar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades da unidade e subunidades, bem como provê-las de orientação e de meios necessários ao bom desempenho;

II - organizar, por meio de portaria do titular e em consonância com esta Resolução, as competências, o funcionamento, as atividades e a distribuição de funções comissionadas relativas à sua área, buscando fortalecer o planejamento, a descentralização, o desempenho de equipes e a flexibilidade, autonomia e responsabilidade gerencial, evitando duplicidade de esforços e fragmentação dos processos de trabalho;

III - definir metas para a unidade, em consonância com os planos estratégico e de diretrizes institucionais, acompanhar e avaliar os resultados, promovendo os ajustes necessários, quando for o caso;

IV - negociar as ações de sua competência necessárias ao alcance de metas de outras unidades, assim como as medidas de outras áreas essenciais ao cumprimento de metas das unidades subordinadas;

V - indicar servidor para exercer função de confiança inerente à respectiva área de atuação;

VI - participar, em conjunto com o Instituto Serzedello Corrêa, da definição de cursos, seminários, encontros de dirigentes, pesquisas e outras atividades relacionadas à área de competência da unidade;

VII - fornecer subsídios para a proposição de programas de intercâmbio de conhecimentos ou de ação conjunta com órgãos e entidades cujas competências se correlacionem com as matérias pertinentes à sua área de atuação;

VIII - observar a legislação, as normas e as instruções pertinentes quando da execução de suas atividades;

IX - gerenciar e assegurar a atualização das bases de informação e sistemas informatizados necessários à sua área de competência, observadas as orientações emanadas das unidades básicas;

X - elaborar, relativamente à sua área de atuação, certidões a serem expedidas pelo Tribunal a pedido de interessado ou de denunciante, ou expedi-las se houver delegação;

XI - estabelecer rotinas e procedimentos e propor normas, manuais e ações referentes à sua área de atuação, com vistas à melhoria contínua das atividades, processos de trabalho e resultados da unidade;

XII - acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos firmados pelo Tribunal, cuja gestão esteja a cargo da unidade, com o apoio da Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio;

XIII - participar, quando solicitado, do planejamento e da execução de fiscalizações que demandem conhecimentos especializados na sua área de atuação, de modo a apoiar a Secretaria-Geral de Controle Externo;

XIV - assessorar o Presidente, os ministros e os auditores em matéria de sua competência;

XV - desempenhar outras atividades afins que lhe forem conferidas por autoridade competente.

Art. 81. Toda proposta de ato normativo que verse sobre estrutura, competência ou nomenclatura de unidade deve ser submetida, previamente, à análise da Secretaria de Planejamento e Gestão e da Comissão de Coordenação Geral.

Parágrafo único. Compete ao Presidente definir a nomenclatura das unidades para as quais não foi indicada denominação específica no âmbito deste normativo, assim como distribuir suas competências dentre as disciplinadas na presente Resolução.

Art. 82. As funções de confiança do Tribunal de Contas da União são as constantes do Anexo I a esta Resolução.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do Tribunal alterar a distribuição das funções de confiança, por meio de portaria, de acordo com as necessidades do serviço.

Art.83 As funções destinadas a projetos são as constantes do Anexo X a esta Resolução.

§1º A autorização para constituição de proposta de projeto, solicitação de prorrogação e de encerramento antecipado compete à Comissão de Coordenação Geral, cabendo ao Presidente do Tribunal a respectiva aprovação.

§2º O gerenciamento das funções de confiança a que se refere este artigo compete à Secretaria de Planejamento e Gestão.

Art. 84. Toda e qualquer alteração nos anexos a esta Resolução, seja por meio de Portaria do Presidente ou por meio de Resolução, ensejará a republicação de todos os seus anexos, alterados ou não.

Art. 85. A dispensa e a designação de servidores para as funções comissionadas relativas aos titulares das unidades, em razão do disposto nesta Resolução, deverão ser realizadas em até quinze dias contados da publicação deste normativo.

§ 1º O Presidente do Tribunal fica autorizado a expedir portarias para que não haja solução de continuidade quanto à estrutura e à alocação de funções comissionadas e de pessoal.

§ 2º A operacionalização da estrutura e do remanejamento de funções previstos nesta Resolução será realizada gradativamente quando da publicação dos atos previstos no caput deste artigo.

Art. 86. Os titulares das unidades que foram criadas ou que tenham sofrido ajuste em sua estrutura em razão desta Resolução possuem o prazo de noventa dias a contar da sua publicação para dar cumprimento ao disposto no inciso II do art. 80.

Art. 87. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 88. Fica revogada a Resolução-TCU n.º 199, de 28 de dezembro de 2006.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente do Tribunal

ANEXO I

FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

NÍVEL	QUANTIDADE
FC-6	3
FC-5	151
FC-4	123
FC-3	223
FC-2	57
FC-1	107
TOTAL DE FC	664

ANEXO II

DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DE NÍVEIS FC-6, FC-5 e FC-4

UNIDADE	FC-6	FC-5	FC-4
Secretaria-Geral da Presidência	1	9	20
Secretaria-Geral de Controle Externo	1	42	86
Secretaria-Geral de Administração	1	4	16
Secretaria de Controle Interno	-	1	1
Gabinete do Presidente	-	1	-
Gabinete do Corregedor	-	1	-
Gabinete de Ministro	-	54	-
Gabinete de Auditor	-	15	-
Gabinete de Membro do Ministério Público junto ao Tribunal	-	24	-
Total	3	151	123

ANEXO III

DENOMINAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

NÍVEL	DENOMINAÇÃO	DIREÇÃO	ASSESSORAMENTO	TOTAL
FC-6	Secretário-Geral	3	-	3
	Subtotal	3	-	3
FC-5	Secretário-Adjunto	2	-	2
	Secretário	48	-	48
	Diretor-Geral	1	-	1
	Chefe de Assessoria	4	-	4
	Chefe de Gabinete	20	-	20
	Consultor Jurídico	1	-	1
	Assessor do Presidente	-	1	1
	Assessor de Ministro	-	45	45
	Assessor de Auditor	-	12	12
	Assessor de Procurador-Geral	-	17	17
	Subtotal	76	75	151
FC-4	Subsecretário	3	-	3
	Diretor	113	-	113
	Assessor de Secretário-Geral	-	7	7
	Subtotal	116	7	123
FC-3	Chefe de Serviço	109	-	109
	Coordenador de Projeto	16	-	16
	Assessor-Ouvidor (Ouvidor)	-	1	1
	Assessor	-	70	70
	Gerente de Processo	4	-	4
	Oficial de Gabinete	-	23	23
	Subtotal	129	94	223
FC-2	Assistente Técnico	-	57	57
	Subtotal	-	57	57
FC-1	Assistente Administrativo	-	68	68
	Auxiliar de Gabinete	-	37	37
	Subtotal	-	105	105
Total de FC por natureza		324	338	662
A prover:	FC-1	2		2
Total geral das Funções de Confiança				664

ANEXO IV

DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NAS UNIDADES BÁSICAS

UNIDADES BÁSICAS		NÍVEL FC	EXISTENTES		TOTAL
			DIREÇÃO	ASSESSORAMENTO	
Secretaria-Geral da Presidência	Secretário-Geral	FC-6	1	-	1
	Secretário	FC-5	3	-	3
	Diretor Geral	FC-5	1	-	1
	Consultor Jurídico	FC-5	1	-	1
	Chefe de Assessoria	FC-5	4	-	4
	Assessor de Secretário-Geral	FC-4	-	3	3
	Subsecretário	FC-4	3	-	3
	Diretor	FC-4	14	-	14
	Chefe de Serviço	FC-3	30	-	30
	Assessor-Ouvidor	FC-3	-	1	1
	Assessor	FC-3	-	16	16
	Assistente Técnico	FC-2	-	2	2
	Assistente Administrativo	FC-1	-	10	10
	Total		57	32	89
Secretaria-Geral de Controle Externo	Secretário-Geral	FC-6	1	-	1
	Secretário-Adjunto	FC-5	2	-	2
	Secretário	FC-5	40	-	40
	Diretor	FC-4	85	-	85
	Assessor de Secretário-Geral	FC-4	-	1	1
	Chefe de Serviço	FC-3	47	-	47
	Assessor	FC-3	-	43	43
	Assistente Administrativo	FC-1	-	45	45
	Total		175	89	264
Secretaria-Geral de Administração	Secretário-Geral	FC-6	1	-	1
	Secretário	FC-5	4	-	4
	Assessor de Secretário-Geral	FC-4	-	3	3
	Diretor	FC-4	13	-	13
	Chefe de Serviço	FC-3	30	-	30
	Assessor	FC-3	-	6	6
	Gerente de Processos Administrativos	FC-3	4	-	4
	Assistente Administrativo	FC-1	-	12	12
	Total		52	21	73
Total			284	142	426

ANEXO V

DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NA SEGEPRES

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA		NÍVEL FC	EXISTENTES		TOTAL
			DIREÇÃO	ASSESSORAMENTO	
Gabinete	Secretário-Geral	FC-6	1	-	1
	Assessor de Secretário-Geral	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Chefe de Serviço	FC-3	1	-	1
	Assistente Técnico	FC-2	-	2	2
	Total		2	6	8
Seses	Secretário	FC-5	1	-	1
	Subsecretário	FC-4	3	-	3
	Diretor	FC-4	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	5	-	5
	Assessor	FC-3	-	2	2
	Assistente Administrativo	FC-1	-	2	2
	Total		11	4	15
Seplan	Secretário	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	3	-	3
	Chefe de Serviço	FC-3	1	-	1
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		5	2	7
Setec	Secretário	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	3	-	3
	Chefe de Serviço	FC-3	13	-	13
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		17	2	19
ISC	Diretor-Geral	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	3	-	3
	Chefe de Serviço	FC-3	8	-	8
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		12	2	14

Conjur	Consultor Jurídico	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	3	-	3
	Chefe de Serviço	FC-3	2	-	2
	Assessor	FC-3	-	2	2
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		6	3	9
Arint Ascom Aspar Aceri	Chefe de Assessoria	FC-5	1	-	1
	Assessor	FC-3	-	2	2
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		1	3	4
Ouvidoria	Assessor-Ouvidor	FC-3	-	1	1
	Total		-	1	1
Total			57	32	89

ANEXO VI

DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NA SEGECEX

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO - SEDE		NÍVEL FC	EXISTENTES		TOTAL
			DIREÇÃO	ASSESSORAMENTO	
Gabinete	Secretário-Geral	FC-6	1	-	1
	Assessor de Secretário-Geral	FC-4	-	1	1
	Chefe de Serviço	FC-3	1	-	1
	Assessor	FC-3	-	3	3
	Assistente Administrativo	FC-1	-	3	3
	Total		2	7	9
Secretarias Adjuntas	Secretário-Adjunto	FC-5	2	-	2
	Diretor	FC-4	5	-	5
	Chefe de Serviço	FC-3	5	-	5
	Assistente Administrativo	FC-1	-	2	2
	Total		12	2	14
1a Secex 2a Secex 3a Secex 5a Secex 6a Secex Secob Sefid	Secretário	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	3	-	3
	Chefe de Serviço	FC-3	1	-	1
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		5	2	7
4a Secex	Secretário	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	4	-	4
	Chefe de Serviço	FC-3	1	-	1
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		6	2	8
Semag	Secretário	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	3	-	3
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		4	2	6
Seprog	Secretário	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	2	-	2
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		3	2	5
7a Secex	Secretário	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	2	-	2
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		5	2	7
Sefip Serur	Secretário	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	4	-	4
	Chefe de Serviço	FC-3	2	-	2
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		7	2	9
Sefti	Secretário	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	1	-	1
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		4	2	6
Total Sede			85	37	122

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO - ESTADOS		NÍVEL FC	EXISTENTES		TOTAL
			DIREÇÃO	ASSESSORAMENTO	
Secex / AC Secex / AL Secex / AP Secex / RO Secex / RR Secex / TO	Secretário	FC-5	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	1	-	1
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		2	2	4

Secex / AM Secex / MA Secex / MT Secex / MS Secex / PI Secex / RN Secex / SE	Secretário	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	1	-	1
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		3	2	5
Secex / BA Secex / CE Secex / ES Secex / GO Secex / PA Secex / PB Secex / PR Secex / PE Secex / SC	Secretário	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	1	-	1
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		4	2	6
Secex / MG Secex / RS Secex / SP	Secretário	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	3	-	3
	Chefe de Serviço	FC-3	1	-	1
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		5	2	7
Secex / RJ	Secretário	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	4	-	4
	Chefe de Serviço	FC-3	1	-	1
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		6	2	8
Total Estados			90	52	142
Total			175	89	264

ANEXO VII

DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NA SEGEDAM

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO		NÍVEL FC	EXISTENTES		TOTAL
			DIREÇÃO	ASSESSORAMENTO	
Gabinete	Secretário-Geral	FC-6	1	-	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
Assessoria	Assessor	FC-3	-	2	2
	Assessor de Secretário-Geral	FC-4	-	3	3
1ª Gerência	Gerente de Processo	FC-3	1	-	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
2ª Gerência	Gerente de Processo	FC-3	1	-	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
3ª Gerência	Gerente de Processo	FC-3	1	-	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
4ª Gerência	Gerente de Processo	FC-3	1	-	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		5	10	15
Segep	Secretário	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	4	-	4
	Chefe de Serviço	FC-3	11	-	11
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	2	2
	Total		16	3	19
Secof	Secretário	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	4	-	4
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	2	2
	Total		7	3	10
Selip	Secretário	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	4	-	4
	Chefe de Serviço	FC-3	6	-	6
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	2	2
	Total		11	3	14
Sesap	Secretário	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	3	-	3
	Chefe de Serviço	FC-3	9	-	9
	Assessor	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		13	2	15
Total			52	21	73

ANEXO VIII

DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO ESPECIALIZADO		NÍVEL FC	EXISTENTES		TOTAL
			DIREÇÃO	ASSESSORAMENTO	
Secoi	Secretário	FC-5	1	-	1
	Diretor	FC-4	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	1	-	1
	Assessor	FC-3	-	2	2
	Assistente Administrativo	FC-1	-	1	1
	Total		3	3	6

ANEXO IX

DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NAS UNIDADES DE ASSESSORAMENTO A AUTORIDADES

UNIDADES DE ASSESSORAMENTO A AUTORIDADES		NÍVEL FC	EXISTENTES		TOTAL
			DIREÇÃO	ASSESSORAMENTO	
Gabinete do Presidente	Chefe de Gabinete	FC-5	1	-	1
	Assessor do Presidente	FC-5	-	1	1
	Chefe de Serviço	FC-3	1	-	1
	Assessor	FC-3	-	3	3
	Assistente Técnico	FC-2	-	9	9
	Auxiliar de Gabinete	FC-1	-	9	9
	Total		2	22	24
Gabinete do Corregedor	Chefe de Gabinete	FC-5	1	-	1
	Oficial de Gabinete	FC-3	-	1	1
	Assistente Técnico	FC-2	-	1	1
	Total		1	2	3
Gabinete de Ministro	Chefe de Gabinete	FC-5	9	-	9
	Assessor de Ministro	FC-5	-	45	45
	Oficial de Gabinete	FC-3	-	18	18
	Assistente Técnico	FC-2	-	27	27
	Auxiliar de Gabinete	FC-1	-	18	18
	Total		9	108	117
Gabinete de Auditor	Chefe de Gabinete	FC-5	3	-	3
	Assessor de Auditor	FC-5	-	12	12
	Oficial de Gabinete	FC-3	-	3	3
	Assistente Técnico	FC-2	-	9	9
	Auxiliar de Gabinete	FC-1	-	3	3
	Total		3	27	30
Gabinete de Membro do Ministério Público junto ao Tribunal	Chefe de Gabinete	FC-5	7	-	7
	Assessor de Procurador-Geral	FC-5	-	17	17
	Oficial de Gabinete	FC-3	-	1	1
	Assistente Técnico	FC-2		9	9
	Auxiliar de Gabinete	FC-1		7	7
	Total		7	34	41
Total			21	193	214

ANEXO X

DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE PROJETOS

FUNÇÕES DE GESTORES DE PROJETOS	NÍVEL FC	TOTAL
Coordenador de projeto	FC-3	16
Total		16

2ª CÂMARA

ATA Nº 30, DE 26 DE AGOSTO DE 2008
(Sessão Extraordinária)

Presidência do Ministro Ubiratan Aguiar

Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira

Secretária da Sessão: ACE Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro, dos Auditores Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho, bem como da Representante do Ministério Público, Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira, o Presidente, Ministro Ubiratan Aguiar, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Extraordinária da Segunda Câmara às dezesseis horas (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 33, 55, inciso I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 29, da Sessão Extraordinária realizada em 19 de agosto corrente (Regimento Interno, artigos 33, inciso X, e 95, inciso I).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os Anexos das Atas, de acordo com a Resolução TCU nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na internet.

PROCESSOS RELACIONADOS

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos apresentadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos de nºs 3057 a 3090 e 3118 a 3130, a seguir transcritos e incluídos no Anexo I desta Ata (Regimento Interno, artigos 137, 138, 140 e 143 e Resoluções TCU nº164/2003 e nº 184/2005).

a) Ministro Benjamin Zymler (Relações nºs 156 a 158);

ACÓRDÃO Nº 3057/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 26/8/2008, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 140, 143, 259,inciso II e 260 parágrafo 1º do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, ACORDAM, por unanimidade, em julgar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

MINISTÉRIO DA DEFESA

01 - TC 007.338/2008-1
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal
Interessados (Nome, CPF, parecer CI): Alcirio Francisco de Paula - 499.785.277-53 - Legal; Antonia Miguel - 135.280.761-00 - Legal; Antonio Pedroso dos Santos - 306.691.708-87 - Legal; Claudia Noemia de Castro Lima - 663.854.317-20 - Legal; Cristiane Correa Batista - 034.394.357-33 - Legal; Elio Nascimento Fonseca - 085.111.601-91 - Legal; Francisco de Assis Pinto Everton - 032.067.182-87 - Legal; Haroldo José Barbosa - 312.884.307-44 - Legal; Henrique Rodrigues - 337.841.402-20 - Legal; Jane Ribeiro Sant'anna - 023.521.557-03 - Legal; Janice de Jesus Fernandes - 830.087.647-20 - Legal; José Guilherme de Siqueira - 581.263.508-06 - Legal; Leila Maria de Siqueira - 830.091.167-72 - Legal; Lucy Fortunato Nunes - 284.213.616-00 - Legal; Manoel Edezio Maximino - 783.983.208-34 - Legal; Maria Alice Brito Dourado - 661.377.647-53 - Legal; Maria Carneiro da Cunha - 193.972.592-53 - Legal; Maria de Jesus Nogueira Quingosta - 055.678.402-25 - Legal; Milton Alves Da Costa - 202.454.757-53 - Legal; Nara Klafke e Silva - 332.457.547-87 - Legal; Otacilio Nunes Coelho - 036.835.247-15 - Legal; Pedro de Souza Monteiro - 437.061.857-68 - Legal; Rubem Machado Pinto de Campos - 074.565.498-34 - Legal; Saulo Anaia Couto - 367.479.128-53 - Legal; Ulysses De Moura - 583.233.848-00 - Legal; Vicentina de Oliveira Rodrigues - 789.516.238-15 - Legal.
Advogado constituído nos autos: não há
Determinações:
1. orientar a ex-servidora Jane Ribeiro Santa'anna que, caso seja mais vantajoso, poderá fazer opção pela aposentadoria com proventos integrais, com base na Emenda Constitucional nº 47/2005, vez que em 20/12/2005, data da vigência da concessão, já havia preenchido todos os requisitos legais exigidos para esse fundamento;
2. proceder à retificação da proporcionalidade lançada no Siape, em relação à ex-servidora Janice de Jesus Fernandes, para 22/30, por se mostrar divergente do que foi informado no formulário Sisac.

ACÓRDÃO Nº 3058/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 26/8/2008, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 140, 143, 259, inciso I e 260, parágrafo 1º do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, ACORDAM, por unanimidade, em julgar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

01 - TC 005.201/2008-7
Unidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos - MEC
Interessados (Nome, CPF, parecer CI): Inst - Aline Guerra Aquilante - 278.309.908-08 - Legal; Inst - Bernardino Geraldo Alves Souto - 436.645.716-49 - Legal; Inst - Bruno Jose Barcellos Fontanella - 066.620.348-27 - Legal; Inst - Edenir Rodrigues Pereira Filho - 921.071.256-00 - Legal; Inst - Junior Aparecido Assandre - 135.295.008-10 - Legal; Inst - Karina Nogueira Zambone Pinto - 279.305.388-00 - Legal; Inst - Marcelo Marcos Piva Demarzo - 167.053.758-76 - Legal; Inst - Marcelo Nivert Schlindwein - 625.267.829-53 - Legal; Inst - Marcos Pires Leodoro - 077.782.388-88 - Legal; Inst - Monalisa Sampaio Carneiro - 519.903.855-91 - Legal; Inst - Rodrigo Tessari Rondao Gutierres - 174.105.878-30 - Legal; Inst - Thiago Santana Teles - 328.853.808-37 - Legal;
Thiago Santana Teles
Advogado constituído nos autos: não há

ACÓRDÃO Nº 3059/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 26/8/2008, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 140, 143, 259, inciso I e 260, parágrafo 1º do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, ACORDAM, por unanimidade, em julgar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

01 - TC 016.728/2008-6
Unidade: Ministério Público Federal
Interessados:: Bruna Ribeiro Maracaja,, Eduardo Moraes Borges, Fabio Jose Lubianca Kohem, Flavio Roberto Finger, Naira Braga Aidar, Raquel de Araujo Barnabe, Solange Martins da Palma
Advogado constituído nos autos: não há

ACÓRDÃO Nº 3060/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 26/8/2008, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 140, 143, 259, inciso I e 260, parágrafo 1º do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, ACORDAM, por unanimidade, em julgar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados.

02 - TC 018.922/2008-2
Unidade: Ministério Público Federal
Interessados: Adilson de Araujo, Aline Peixoto Lemos, Ana Carolina Trajano dos Santos Fernandes, Ana Paula Rodrigues Dirami, Anderson Batista de Oliveira, Andre de Freitas Silva, Andre Luiz Pereira Cavalli, Augusto Carlos Vieira Mourao Leite, Augusto Cezar da Silva Soares, Bequi Barros Behar Luizelli, Bruna Goncalves Gomes, Bruno Monteiro Baeza, Camila Araujo Valadares Barreto, Carina Lima Pereira, Carlos Alberto Lucatto, Catarina de Andrade Hedayioglu Ribeiro, Cibele Maciel Martins, Claudio Pereira Coelho, Claudiomar de Oliveira Maia, Cleivagner Mocelin, Dennes Oliveira, Dirnei Luiz Bez Batti, Douglas Guilherme Fernandes, Ediane de Figueiredo Melo, Edvaldo Pereira Trajano, Eguinaldo Merotti Rodrigues, Elisangela Luz Alves da Guia, Elisangela Soares de Christo, Emerson Ansbach, Enilson da Silva Souza, Eraldo Mottola de Fraga, Evanildo Etehil de Oliveira, Ewerton Teixeira Bueno, Fabiana Paulino Guedes, Fabiano Rodrigues Alencar, Fabio Jose Braga Martins, Fabiula da Silva Cristianetti, Fernanda Borges Gewehr, Fernando da Cunha Cavalcanti, Genesio Luiz da Silva, Gilberto Tadeu Bianchi, Gustavo da Costa Seixas, Hamilton Hiroshi Kato, Jean Matheos Tessari Wagner, Jomes Pedroza, Jorge Correa dos Santos Neto, Jose Luiz Alves, Juarez Vidal Souto, Juliano Amaral da Silva, Katiuscia Neumann, Lauro Maciel Kornalewski, Luciana Brandao de Castro, Lucinard Aparecida Leao, Luis Eduardo Pinho de Castro, Marcelo Ennes, Marcelo Freeze Miguel, Marcio Fabiano Helbing, Marcio Neves de Oliveira, Marcionilia Queiroz Chaves, Marcos Batista de Martino, Marcos Pereira da Silva, Margarete Francisca de Lucena Goncalves, Maria Cecilia Cunha Canto de Miranda, Moacir Sergio Silva da Conceicao, Nei Isaias de Andrade Coelho, Nivaldo Jesus De Arruda Filho, Paula Brandao Cavalcanti Lins e Silva, Raphael Rollin Oliveira, Regianne Sousa de Carvalho Presot, Ricardo Teixeira de Pelegrini, Roberto Braga de Oliveira, Roberto do Amaral Crivano Machado, Rodrigo Sanches Martins, Rogerio Santos de Oliveira, Ronaldo Martins, Sarah Helena Fernandes Coelho, Shinji Suguiura, Silvia Nunes Caetano, Tarcisio Lucena Araruna, Tayssia Gazolli Amaral, Veruska Rocha de Aragao, Vicente Oberto Rodrigues, Vinicius Barancelli, Waldomiro Ojea Rodrigues Campos, Washington Luiz Fernades do Prado, Yolando Silva Costa Junior
Advogado constituído nos autos: não há

ACÓRDÃO Nº 3061/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002 e no art. 18 da Resolução TCU nº 02/93, c/c o enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do TCU e com o inciso I, art. 463 do Código de Processo Civil, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão proferido no processo a seguir relacionado, para fins de correção de erro material, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, mantendo-se os demais termos do instrumento legal, ora retificado.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

TC 010.092/2006-5
Unidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Interessados: Ailta Crespo, Alípio Pereira da Silva, Antonia Gomes da Silva, Argemiria de Andrade Vieira, Cornélio José de Sant'anna, Custódio Camanzé Barbosa, Edson Pinto Cardoso, Elizabeth Costa Soulim, Elizabeth Ferreira, Erotildes Maxiano da Silva Nascimento, Germano Luiz de Almeida Chaves, Gracimar Belli Viannay, Humberto Campos Braga, Laurita de Oliveira Santos, Ligia Albuquerque da Silva, Manoel Pimentel de Almeida, Marília Froes de Assis, Marly da Cunha Flores
Advogados constituídos nos autos: não há
Determinação:
1. retificar o Acórdão nº 1105/2008 -TCU - 2ª Câmara, item 9;
1.1. **onde se lê:** Acórdão 640/2007-TCU - 2ª Câmara**, leia-se:** Acórdão 1242/2007 - TCU - 2ª Câmara.

ACÓRDÃO Nº 3062/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 e 40 da Lei nº 8.443/92, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os termos dispostos nos itens 9.3 e 9.4 do Acórdão n.º 2.076/2005/Plenário, Ata n.º 47/2005

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

TC 015.400/1999-9
Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-MMA
Interessados(Nome, CPF, parecer CI): Inst - Eliani Alves de Carvalho - 874.994.608-00 - Ilegal; Inst - Maria Amelia Ribeiro de Oliveira - 024.029.472-68 - Ilegal;
Advogados constituídos nos autos: não há
Determinações/Recomendações:
1. promover a **revisão de ofício** do Acórdão nº 2.641/2005 - TCU - 1ª Câmara;
2. alterar o item 9.1. para: considerar legais os atos referentes aos servidores Eliani Alves de Carvalho Maria Amelia Ribeiro de Oliveira; ordenando-lhes os respectivos registros;
2.1. tornar sem efeitos os itens 9.2 a 9.5 do referido Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 3063/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 e 40 da Lei nº 8.443/92, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 259 e 260 do Regimento Interno, em considerar prejudicado o julgamento das concessões a seguir relacionadas por perda de objeto, nos termos do entendimento firmado pelo Tribunal na Sessão Plenária Reservada de 14.3.2007 (Ata n.º 9/2007 do Plenário).

MINISTÉRIO DA DEFESA

01 - TC 005.336/2008-8
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - Comando da Aeronáutica
Interessados (Nome, CPF, parecer CI)**:** - Ernandi Pereira de Araujo - 206.216.397-53 - Legal; - Francisca Pereira Rebouças - 755.642.977-68 - Legal; - Francisco de Castro - 286.060.007-87 - Legal; - Helio da Costa Sôlha - 144.993.988-00 - Legal; - José Carlos Matos - 932.868.807-87 - Legal; - José Paulo de Souza - 581.840.317-34 - Legal; - Manoel Azevedo - 280.424.417-20 - Legal; - Mario Fernando Ribeiro de Menezes - 032.072.502-20 - Legal; - Naércio da Cunha Gomes - 071.757.954-91 - Legal; - Nilo Antonio Neto Filho - 661.028.477-68 - Legal; - Sebastião da Silva - 420.862.567-87 - Legal; - Walter Leocadio - 032.837.807-06 - Legal;
Advogados constituídos nos autos: não há

ACÓRDÃO Nº 3064/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 26/8/2008, com base no inciso I do art. 43 da Lei nº 8.443/1992, c/c o inciso II do art. 250 do Regimento Interno do TCU, ACORDAM determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

Ministério do Meio Ambiente

TC 013.896/2005-3
Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA
Interessado: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - TCU
Advogado constituído nos autos: não há
Determinação/Recomendação:
1. ao IBAMA que, embora esteja pagando a parcela do PCCS ao servidor Genildo Clemente de Andrade, em razão de decisão judicial a qual determinou a sua reinserção no seu contracheque, adote as medidas judiciais pertinentes, com a finalidade de absorvê-la;
2. à Controladoria-Geral da União - CGU que verifique a continuidade do cumprimento da determinação constante do item 9.1.4 do Acórdão 2.678/2007 - TCU - 2ª Câmara por parte do IBAMA;
3. considerando que o IBAMA cumpriu todas as determinações constantes do Acórdão 2.678/2007 - TCU - 2ª Câmara, arquivar estes autos.

ACÓRDÃO Nº 3065/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, com fulcro no art. 132, da Resolução TCU n. 191/2006 c/c o art. 237, VI, do Regimento Interno deste Tribunal, conhecer da presente representação, por preenchidos os requisitos de admissibilidade fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

Tribunal Regional do Trabalho

TC 014.195/2008-7
Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-14ª).
Interessado: Secretaria de Controle Externo/RO-TCU
Advogado constituído nos autos: não há
Determinação/Recomendação:
1. à Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região que conclua as medidas administrativas necessárias e, se for o caso, instaure as competentes tomadas de contas especiais, determinadas no âmbito do Acórdão 1086/2007-2C, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, encaminhando-as à Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia;

2. ao Controle Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região que, no prazo de 15 (quinze) dias encaminhe à Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia, detalhadamente, os recolhimentos feitos a partir de descontos nos subsídios de magistrados, destinados ao atendimento do Acórdão 1086/2007-2C, informando, em cada caso, a identificação do magistrado, o valor original impugnado, a data inicial da impugnação, os descontos mês a mês, bem como que passe a adotar esse procedimento mensalmente;

3. converter os autos em monitoramento.

ACÓRDÃO Nº 3066/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 26/8/2008, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, em julgar regulares as contas a seguir relacionadas, com ressalvas, e dar quitação ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Ministério da Ciência e Tecnologia

TC 003.693/2005-7
Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Responsável - CPF : Antônio Hélio de Castro Neto - 526.086.386-00
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministério da Saúde

ACÓRDÃO Nº 3067/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 26/8/2008, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, em julgar regulares as contas a seguir relacionadas, com ressalvas, e dar quitação aos responsáveis, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

TC 009.208/2007-8
Unidade: Secretaria de Saúde Pública do Governo do Estado do RN - Fundação Hospitalar Monsenhor Walfredo Gurgel (extinta)
Responsável - CPF: Alfredo Maurício de Luna Neto - 296.623.207-25, Luiz Gonzaga Bulhões - 003.380.014-68
Advogado constituído nos autos: Cleto de Farias Barreto, (OAB-RN 1077), Renata de Sales Cabral Barreto (OAB/RN 3473), Rodrigo de Sales Cabral Barreto (OAB/RN 4197), Marcelo Campos Leite (OAB/RN 4870) e Leonardo Freire de Melo Ximenes (OAB/RN 6389)
Determinação/Recomendação:
1. dar ciência da deliberação proferida nos autos ao Fundo Nacional de Saúde - FNS e à Secretaria de Saúde Pública do Governo do Estado do RN - SESAP/RN;
2. nos termos do inciso IV do art. 169 do RI/TCU, arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 3068/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 26/8/2008, Considerando o recolhimento do débito, pelo Sr. João Lima da Silva; ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, em dar quitação ao responsável, ante o recolhimento integral do que lhe foi imputada, autorizando a baixa do seu nome do Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN.

Ministério da Saúde

TC 019.516/2003-7
Unidade: Município de Marechal Deodoro - AL
Responsável, CPF : João Lima da Silva, 079.157.564-00
Advogado constituído nos autos: não há
Determinação/Recomendação:
1. ao Fundo Nacional de Saúde - FNS que proceda à exclusão do nome do responsável do Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN, nos termos do art. 2º, § 5º da Lei nº 10.522/2002.

ACÓRDÃO Nº 3069/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002 e no art. 18 da Resolução TCU nº 02/93, c/c o enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do TCU e com o inciso I, art. 463 do Código de Processo Civil, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão proferido no processo a seguir relacionado, para fins de correção de erro material, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, mantendo-se os demais termos do instrumento legal, ora retificado.

Ministério da Educação

TC 013.027/2003-6
Unidade: Município de Ribeiro Gonçalves - PI
Responsável, CPF : Lúcio Borges Ribeiro Formiga, 532.543.846-87
Advogado constituído nos autos: não há
Recomendação/Determinação:
1. tornar sem efeito o Acórdão n.º 850/2008-TCU-2.ª Câmara, que deliberou por retificar o item 3 do acórdão originário, de modo que se substituísse o CPF **532**.543.846-87 por **523**.543.846-87, contrariamente ao que se pretendia por meio da retificação proposta, às fls. 180 e 182 (Vol. Principal), na medida em que se manteve a inexatidão material detectada.
2. retificar erro material no Acórdão n.º 2086/2007-TCU-2.ª Câmara, na grafia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do responsável, no item 3 do aludido Acórdão -, onde consta o número 523.543.846-87, quando o correto, identificado ao longo dos autos, é o número **532.543.846-87**.

b) Auditor Augusto Sherman Cavalcanti (Relações nºs 177 a 179);

ACÓRDÃO Nº 3070/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143 e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

01 - TC-015.989/2008-8
Interessados: ADELIA RIBEIRO DE CARVALHO CAMARGO, CPF 832.959.256-15; ADILSON FERNANDES DOS REIS, CPF 611.579.536-20; ADRIANA PEREIRA DA SILVA, CPF 833.131.506-59; ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA, CPF 833.096.836-72; ANA APARECIDA DE CARVALHO, CPF 918.768.936-72; ANA LUCIA FIDELIS APARECIDO, CPF 058.539.096-73; ANA PAULA DE OLIVEIRA, CPF 012.431.086-90; ANDRE LUIZ DA SILVA ALMEIDA, CPF 368.201.248-64; ANGELA MARIA DA SILVA, CPF 907.000.746-00; ANTONIO CARLOS CAMPOS, CPF 076.459.936-42; BENITA ALVES RIBEIRO, CPF 972.358.496-49; CARLOS ALBERTO DA COSTA, CPF 039.579.466-89; CELSO BATISTA DE OLIVEIRA, CPF 815.671.898-49; CELSO RICARDO DE TOLEDO, CPF 043.345.376-18; CICERO WESLEY DA SILVA LIMA, CPF 040.797.186-67; CLAUDIA EUNICE COSTA, CPF 771.945.606-82; CLAUDIA HELENA BERNARDO MAGALHAES, CPF 077.814.936-64; CLAUDINEI DELFINO DOS SANTOS, CPF 068.083.566-02; CLAUDIO AUGUSTO MOREIRA, CPF 907.246.406-06; CLAUDIO RODRIGO NUNES SCHIMIDT, CPF 053.308.366-46; CRISTIANO RENATO DE OLIVEIRA, CPF 089.364.168-55; DANIEL FARIA, CPF 072.514.826-81; DANIELA PAULA DOS SANTOS, CPF 040.615.996-31; DIRCE MARIA CARVALHO BERNARDO GUIMARAES, CPF 662.077.706-68; EDINA REGINA BATISTA DA SILVA SANTOS, CPF 738.926.616-34; ELIANA FERNANDES FREITAS ROCHA, CPF 080.800.756-46; ELYEBER JUNIOR TIMOTEO, CPF 054.020.996-18; EZEQUIAS DA SILVA, CPF 906.975.106-20; FABIANO PAULO MAXIMO, CPF 014.580.096-29; FLAVIA CRISTINA PEREIRA DE AZEVEDO, CPF 055.951.546-40; FRANCIS FERREIRA DOS SANTOS, CPF 086.078.646-37; GILMARA CIPRIANO GASPAR DOS SANTOS, CPF 077.062.476-60; HAYDEE APARECIDA DOS PASSOS, CPF 662.090.646-04; JAYME DE OLIVEIRA VILAS BOAS, CPF 007.116.796-06; JOAO BATISTA RIBEIRO DOS SANTOS, CPF 865.044.286-20; JONAS COIMBRA DOS SANTOS, CPF 054.876.106-06; JOSE GERALDO DA SILVA, CPF 034.711.258-76; JOVANA APARECIDA DOS REIS TOLEDO, CPF 059.179.046-77; JULIANA FIDELIS DE TOLEDO, CPF 077.382.176-77; KELI APARECIDA MACHADO MAGALHAES, CPF 058.582.966-70; LAILCE RIBEIRO DOS SANTOS GONCALVES, CPF 031.548.399-76; LAUDELINA APARECIDA DA SILVA, CPF 972.416.016-53; LEANDRO APARECIDO VELOSO ROSA, CPF 012.443.316-27; LEIDIANI MOTA ANDRADE, CPF 078.627.586-33; LUIZ AUGUSTO RAMOS RIBEIRO, CPF 025.437.077-27; LUIZ CARLOS ROQUINI, CPF 353.975.946-87; LUIZ CLAUDIO DA CONCEICAO VIEIRA, CPF 024.191.377-28; LUIZ GONZAGA FERNANDES, CPF 877.989.486-00; MARCELO BARBOSA CANDIDO, CPF 060.107.526-98; MARCIO ALEXANDRE SILVA, CPF 694.373.516-00; MARIA APARECIDA DE FATIMA BARBOSA JOB, CPF 650.823.896-53; MARIA DAS GRACAS SANTOS, CPF 676.550.096-00; MARIA DO CARMO BARNABE, CPF 434.924.286-49; MARIA PIEDADE ALBINO DA CRUZ, CPF 465.606.536-68; MARIA ROSILEIDE DE FREITAS, CPF 359.274.768-13; MARIA VALDINEA DOS REIS, CPF 037.045.716-10; MESSIAS DE SOUZA RODRIGUES, CPF 059.577.746-50; MOISES DA SILVA RIBEIRO, CPF 014.867.946-37; NENZI APARECIDA SEBASTIAO GONCALVES, CPF 031.044.376-88; NILCE DOS PASSOS CARVALHO, CPF 029.787.616-36; PAULO DE OLIVEIRA, CPF 532.591.226-72; PAULO ROBERTO CARMO DA SILVA, CPF 755.188.217-00; REGINA LUCIA BALBINO DIAS, CPF 544.457.366-00; RENATA CRISTINA DIONYSIO, CPF 282.431.188-61; ROBERTO CARLOS BRAZ, CPF 034.094.697-02; RODRIGO APARECIDO VALENTIM, CPF 059.437.076-03; ROSANGELA MARIA APARECIDA DE PAULA, CPF 042.795.886-51; ROSELI DA SILVA, CPF 004.077.236-50; ROSILAINE FREGUGLIA ESTROPA, CPF 004.584.206-03; ROSINEIDE RODRIGUES DA SILVA DOS SANTOS, CPF 049.110.106-65; RYAN PEREIRA DA SILVA OLIVEIRA, CPF 138.483.148-78; SARA SILVA RABELO, CPF 011.871.176-84; SAULO THEOTONIO DE CASTRO JUNIOR, CPF 044.541.128-78; SELMA ANITA BONIFACIO FERREIRA, CPF 576.138.006-44; SILVIA MARIA MIRANDA PROCOPIO, CPF 948.626.056-72; SUELI PRUDENCIO DE SOUZA, CPF 918.765.756-20; TATIANA APARECIDA DA SILVA BERNARDES, CPF 069.755.236-57; TATIANA APARECIDA FERNANDES, CPF 067.267.826-83; TIAGO FLORIANO RIBEIRO, CPF 084.992.626-27; TIAGO GEOVANI COELHO, CPF 060.402.526-26; TIAGO JOSE JESUINO DE SOUZA, CPF 076.230.236-40; VALERIA DE JESUS RIBEIRO, CPF 054.551.616-10; VANESSA DE ALMEIDA, CPF 014.884.666-10; WAGNER ARMELIN BERNARDO GUIMARAES, CPF 929.477.436-87; WESLEY WAGNER BARRETO SILVA, CPF 060.404.226-45
Advogado constituído nos autos: não há

02 - TC-016.707/2008-6
Interessados: ABRAHÃO GOMES DO NASCIMENTO NETO, CPF 124.340.057-99; ADONIS MAURICIO DE ALMEIDA COELHO, CPF 131.998.017-14; ANDERSON CORTAT ROCHA, CPF 124.641.737-54; ANDERSON OLIVEIRA DA SILVA, CPF 118.995.127-48; ANDERSON SANTOS BEZERRA, CPF 040.567.275-62; ANDRE HELOU, CPF 089.317.256-12; ANDRE LUIS SIMIAO BRIDI, CPF 065.860.046-08; ANDRE PINTO DOS SANTOS, CPF 098.817.036-11; ANTONIO BYRON MENEZES DA SILVA, CPF 037.184.473-80; ANTONIO CESAR BAUS JUNIOR, CPF 383.741.158-31; ANTONIO VALTER MARTINS JUNIOR, CPF 084.859.466-50; ARTHUR CANDELORO FERRARI, CPF 364.432.708-43; ARTHUR CARVALHO FREITAS, CPF 379.389.268-92; ARTUR VINICIUS OLIVEIRA GOULART, CPF 122.287.037-10; ÁTILA SIMIONI HERMANY, CPF 021.153.990-21; BRUNO FONTES FONSECA, CPF 114.085.527-10; BRUNO HAMMEL SOBREIRA, CPF 368.293.988-19; BRUNO LIMA VIEIRA, CPF 118.951.897-05; BRUNO LUIS FERREIRA CESARIO, CPF 090.654.616-80; CAIO BAKSYS PINTO, CPF 030.500.271-69; CAIO MONTANI VIANA, CPF 058.628.487-70; CARLOS DE OLIVEIRA PEIXOTO, CPF 120.173.127-54; CAYO VICTOR AMORIM FERREIRA, CPF 104.289.316-00; CLÁUDIO RIBEIRO DE MOURA VASCONCELOS, CPF 079.293.844-54; CONRADO FRANKLIN E SILVA, CPF 020.416.973-93; CRISTIANO MONTEIRO NUNES, CPF 070.495.489-36; CRISTIANO PEREIRA GURGEL, CPF 043.493.609-05; DAVI MONTEIRO AZEVEDO, CPF 026.407.223-52; DIEGO D' ASSIS SANTOS, CPF 126.536.027-84; DIEGO FEIJÓ DE ARAUJO, CPF 026.657.623-07; DIEGO MACEDO DIAS DA COSTA, CPF 059.434.127-27; DIEGO MONTEIRO DE OLIVEIRA, CPF 348.334.888-33; DIEGO VIEIRA DE MELO VITORIANO, CPF 005.767.543-07; DIMAS CORRÊA TOSCANO DE OLIVEIRA, CPF 073.977.854-41; DIOGO BEZERRA DANTAS COELHO, CPF 013.681.814-57; DIOGO DA SILVA RODRIGUES, CPF 732.675.701-15; DOUGLAS SAVIO JUNGES, CPF 827.032.050-15; DOUGLAS SILVEIRA BORGES, CPF 074.379.414-14; EDUARDO MARTINS MORENO, CPF 019.152.421-26; EDUARDO WILLIAM DE CASTRO TAVARES, CPF 600.204.363-27; ELÓI RODRIGUES DE MOURA, CPF 230.143.108-83; ERICK AGUILAR, CPF 057.527.309-70; ERIKSON ARQUILES SILVA VASCONCELOS, CPF 068.967.054-00; EVANDRO LUIS DA SILVA CONCEIÇÃO, CPF 130.247.647-55; EVANILSON RODRIGUES GOMES, CPF 022.601.493-24; FELIPE BRAGA RIBEIRO DA SILVA, CPF 630.427.703-20; FELIPE DE ALMEIDA GOMES, CPF 082.812.344-66; FELIPE GONÇALVES DE OLIVEIRA ARAUJO, CPF 129.232.187-36; FERNANDO GONÇALVES PEREIRA CAMPOS, CPF 093.686.406-02; FILIPE MALHEIROS AZEVEDO, CPF 375.011.828-09; GABRIEL VILLAR DA COSTA, CPF 036.629.793-73; GUILHERME MENDES DIAS SALES GOMES, CPF 103.646.786-40; GUILHERME PAPATOLO CONCEIÇÃO, CPF 079.994.239-12; GUILHERME TORRES RITTON, CPF 113.696.887-33; GUSTAVO DE AZEVEDO CARVALHO MOURA, CPF 059.069.647-54; GUSTAVO HAUCK RODRIGUES, CPF 087.399.916-95; GUSTAVO SENRA GONÇALVES, CPF 015.842.230-90; HERICH PIMENTEL PAIVA DA SILVA, CPF 131.948.787-43; HUMBERTO LUIZ OLIVEIRA MARQUES JESUS, CPF 119.009.527-00; HUXLLEY JORGE MEDEIROS LEAL, CPF 024.300.491-55; IGOR HAROLDVSKY QUINTANILHA DE ALMEIDA, CPF 124.676.177-77; IVAN LUCAS CHAVES DA SILVA, CPF 118.702.807-09; JEYKSON KALYL DA SILVA PERUFO, CPF 080.251.284-40; JOÃO EDUARDO ANDRADE PAIVA, CPF 065.957.124-23; JONAS DAS NEVES BRAZ, CPF 117.568.217-98; JONATAS OLIVEIRA SANTANA, CPF 027.226.555-19; JOSÉ BRUNO LAVOR SAMPAIO, CPF 025.699.283-56; JOSÉ FARLLEY DIAS SAMPAIO, CPF 050.951.704-85; JOSÉ RENATO DE SOUZA E SILVA JÚNIOR, CPF 022.658.811-47; JOSÉ ROCHA MATOS JUNIOR, CPF 051.462.277-64; LEONEL FRANCISCO SLIM WILIN, CPF 015.752.310-18; LINCON TEIXEIRA DA SILVA REIS, CPF 055.561.407-74; LINEU DAL LAGO JUNIOR, CPF 065.128.269-14; LUAN VICTOR RAMALHO DA SILVA, CPF 059.493.057-01; LUCAS BEZERRA SENA, CPF 016.958.933-10; LUCAS BORBA ASSIS, CPF 032.213.321-14; LUCAS CARVALHO DA SILVA, CPF 030.744.163-60; LUÍS FELIPE PAIVA DAMASCENO, CPF 132.043.957-82; LUÍS HENRIQUE ALVES VIEIRA, CPF 030.917.261-69; LUIZ FELIPE ALVAREZ DA COSTA, CPF 117.020.197-05; LUIZ FILIPPE SIMÕES MENSORIO, CPF 017.416.891-80; MAGNO OLIVEIRA FAHEL, CPF 042.525.405-42; RAFAEL FERREIRA PINTO, CPF 076.018.826-24; RAFAEL TIGLIA AMARO DOS SANTOS, CPF 130.529.977-93; RAIAN OLIVEIRA SILVA, CPF 092.108.856-60; SAULO DA CRUZ, CPF 115.776.517-31; SERGIO FRANKLIN RIBEIRO DA SILVA FILHO, CPF 042.625.845-26; STEVAN SOARES DELLA FLORA, CPF 015.893.610-83; STIVE ANDERSON SOARES PEREIRA, CPF

020.712.990-86; THALES VINICIUS DE SOUZA FRANÇA, CPF 032.034.551-37; THOMAZ NICOLINI BEZERRA, CPF 079.449.924-43; TIAGO DOS SANTOS LUCIANO, CPF 357.509.348-29; TULIO PONTES NACARATTI, CPF 114.816.457-06; VÍCTOR HUGO BRIZUEÑA, CPF 036.711.493-37; VICTOR HUGO PEREIRA MARTINS, CPF 079.967.164-98; VINICIUS GIANNI MARTINS, CPF 020.876.520-40; VÍTOR NASCIMENTO DE ALMEIDA SANTOS, CPF 124.315.387-37; WALISSON SANTOS PEDRA, CPF 084.133.656-35; WESLEY DA SILVA GARCIA, CPF 119.182.637-60; WILLIAM MOREIRA DE LEMOS, CPF 129.491.607-60; YURI ROBERTO CONCEIÇÃO FREITAS, CPF 032.372.215-62

Advogado constituído nos autos: não há

ACÓRDÃO Nº 3071/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

03 - TC-011.598/2008-7

Interessado: RENY SENNA PRES BARBOSA, CPF 080.426.507-01

Advogado constituído nos autos: não há

MINISTÉRIO DA DEFESA

04 - TC-013.664/2008-3

Interessados: ALESSANDRO BONIFÁCIO, CPF 958.723.886-91; ALEXANDRE VIEIRA DE SOUZA, CPF 019.215.199-16; ANDRIELLY FABIOLA GARCIA DE SOUZA, CPF 004.361.319-51; DENIZIA DA SILVA BONIFÁCIO, CPF 011.681.906-57; DYEGO VILMAR GARCIA DE SOUZA, CPF 004.361.409-42; ELOIZA MARIA FERREIRA DA SILVA, CPF 612.179.997-87; EUGÊNIA SANTA ROSA DE AZEREDO, CPF 703.279.637-00; FERMINA MARIA GARCIA DE SOUZA, CPF 018.938.609-65; JULIANA BRIGIDA, CPF 036.977.066-83; LUCIANA DO NASCIMENTO CAMPISSI, CPF 036.631.826-81; MARIA DA GLORIA ALVES BEZERRA, CPF 689.383.067-04; NATIVIDADE DOS SANTOS A. BONIFÁCIO, CPF 496.945.886-34; WALTER BONIFÁCIO, CPF 011.681.886-79

Advogado constituído nos autos: não há

ACÓRDÃO Nº 3072/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

05 - TC-019.044/2008-5

Interessados: ADRIANA RODRIGUES ARAMBULA, CPF 766.381.380-49; ANTONIETA LONGHI ORLANDIN, CPF 992.140.830-53; CAROLAINE DA SILVA OLMEDO, CPF 025.628.930-18; CLAIR MARIA POMORSKI ROCHA, CPF 347.111.120-49; EDITE DA SILVA PEREIRA, CPF 368.959.890-72; EVA NEUZA LEAL DUARTE, CPF 352.216.400-82; FLORINDA PINHEIRO PAGANELLI, CPF 549.629.860-15; GERSI RIBEIRO DE FREITAS, CPF 544.808.680-20; IDA MEIER GREBINSKY, CPF 285.797.200-87; JANUARIA COLARES GUERREIRO, CPF 647.076.100-30; LAURA CASAGRANDE MAGAGNIN, CPF 887.511.129-49; LEONOR SALDANHA THOME, CPF 003.398.140-04; MARIA LINA PINTO MARCHEZAN, CPF 894.149.260-20; MARIA SEMILDA AMARAL, CPF 426.514.920-00; MARIA TEIXEIRA PAHIM, CPF 459.020.890-34; MARINA BUENO DOS PASSOS, CPF 432.277.240-49; MARLENE DA ROCHA BELBUTE, CPF 090.470.180-87; MARLI SENNA DA SILVA, CPF 617.735.490-49; RICHARD DA SILVA OLMEDO, CPF 025.628.940-90; TEREZINHA POMORSKI DA ROCHA, CPF 158.026.630-49; VANDA GESSI DA ROCHA TEIXEIRA, CPF 608.748.990-87; ZILA MARTINS PRADELLA, CPF 154.219.880-15

Advogado constituído nos autos: não há

ACÓRDÃO Nº 3073/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

06 - TC-010.035/2008-5

Interessados: AUREA BARBOSA DE CARVALHO, CPF 028.853.487-55; DAGMAR DA CUNHA RAIMUNDO, CPF 090.444.497-02; WANDA FERREIRA DIAS BRAGA, CPF 111.009.017-01

Advogado constituído nos autos: não há

07 - TC-010.300/2008-6

Interessados: ALAIR ALVES DE CARVALHO, CPF 267.650.557-20; ANA MARIA DA SILVA E FREIRE, CPF 595.517.397-87; ANA MARIA MOREIRA ALVES, CPF 495.017.127-53; ANAZITA SILVA DE SOUZA, CPF 563.267.697-87; AUREA FERNANDES BARROS FIGUEIREDO, CPF 025.860.437-90; BEATRIZ DA SILVA SILVANO, CPF 129.614.357-06; BERTA MARTINS SEIXAS, CPF 022.137.967-34; CARLA SORAYA BRITO DE CARVALHO BAPTISTA, CPF 476.459.627-04; CARMEN DA CAMARA MONTEIRO, CPF 852.111.767-15; CARMEN LUCIA DE SOUSA PIZZORNO, CPF 405.847.047-04; CARMEN NEVES DA ROCHA MAIA, CPF 552.989.237-04; CATHARINA HARRIET MACHADO VASCONCELLOS SOARES BAPT, CPF 218.456.467-20; DALVA SAMPAIO, CPF 406.427.477-68; DANIELA MATOS BAPTISTA, CPF 020.668.497-58; DAYR SAMPAIO MONTEIRO, CPF 013.448.657-98; DILZA NATALINA SAMPAIO DA SILVA, CPF 221.179.387-87; DUASSYR CESAR DE OLIVEIRA, CPF 021.239.247-68; DYRCE SAMPAIO DE SOUZA, CPF 075.586.167-19; ELIANE GOMES DA SILVA LOPES, CPF 025.673.519-06; EMILIA ESCOBAR FONTES, CPF 491.533.317-53; FATIMA SAMPAIO DE ANDRADE, CPF 595.974.537-20; FERNANDA DE BARROS FIGUEIREDO TEDESCO, CPF 088.183.307-05; HELIETI LIMA SANTOS DA SILVA, CPF 544.904.217-53; IGOR CUTRIM AMORIM MACHADO, CPF 129.675.667-05; JACYRA ALVES DE CARVALHO, CPF 024.464.757-79; JANE ELISABETE FAVRE DRUMMOND, CPF 299.514.707-00; JOSYANE FAVRE DA SILVA, CPF 388.575.617-04; LAURINDA VELLOSO DOS SANTOS, CPF 983.225.837-53; LEA MARTINS TARRAGO CARVALHO, CPF 075.984.337-63; LENI MULLER MARQUES DE SOUZA, CPF 466.709.207-68; LIANE CARVALHO DOS REIS, CPF 100.161.987-00; LOURDES FIGUEIREDO SILVEIRA, CPF 425.579.507-00; LUCIA ERMESINDA DA SILVA E FREIRE, CPF 066.895.907-04; LUCIA MARIA WERNECK DOS SANTOS, CPF 269.348.687-49; LUCIANA MACHADO RODRIGUES, CPF 018.150.827-39; LUCY GUIMARAES SIRIEIRO, CPF 769.311.377-00; LUIZA NEVES DA ROCHA MAIA, CPF 109.344.647-15; MARCIA CRISTINA DE SOUZA LOPES, CPF 638.770.747-15; MARIA BARTIRA CORREA DE OLIVEIRA, CPF 053.047.077-29; MARIA DA GLÓRIA DE OLIVEIRA SOUZA, CPF 052.761.427-00; MARIA FRANCISCA MAGALHAES DE MACEDO, CPF 023.946.307-28; MARIA LUCIA DE SOUSA ELIA, CPF 008.553.067-00; MARIA MAGDALENA DE SOUZA ALFRADIQUE, CPF 306.195.567-49; MARLENE DE CASTRO FIGUEIRA, CPF 094.122.387-62; NADIJA TAVARES DOS SANTOS, CPF 020.596.337-45; NAIR CAVALHEIRO MARTINS, CPF 126.735.637-50; OLGA BEZERRA PEREIRA, CPF 758.762.567-49; OLGA NEIVA PAIVA, CPF 199.549.487-91; ORMINDA DE FRANÇA RANGEL FARIAS, CPF 024.096.727-52; REGINA SAMPAIO LOPES, CPF 214.842.957-49; ROSA MARIA DOS SANTOS ZANKER, CPF 311.319.647-72; SOLANGE BEATRIZ DA SILVA E FREIRE, CPF 727.891.667-49; SONIA MARIA SOUZA BLOISE, CPF 425.378.277-91; TERESA DE BARROS MAIA SERRAO, CPF 003.808.007-99; THAIS MARQUES DOS SANTOS, CPF 037.502.517-03; VANIA MARIA RAMOS DE SOUZA, CPF 690.344.197-20; VERA LUCIA FIGUEIREDO ROXO, CPF 096.884.797-80

Advogado constituído nos autos: não há

08 - TC-010.314/2008-1

Interessados: ALECIA SILVA GRINGO, CPF 870.718.861-72; BRUNA DE AZEVEDO LEMOS, CPF 696.346.961-04; CARMEM SILVA LOPES, CPF 261.872.641-34; EFIGENIA PORTO RIBAS, CPF 744.710.906-15; ELZA REGINA CISNE LEMOS, CPF 722.171.896-20; ELZA MARIA DE SOUZA SILVA, CPF 491.830.011-15; JUREMY ABREU DE OLIVEIRA LIMA, CPF 516.688.901-00; LEONINA FERREIRA DA SILVA, CPF 088.724.066-68; LUBIANA DE AZEVEDO LEMOS, CPF 696.347.001-44; LÚCIA MARIA LOUREIRO BATISTA, CPF 331.356.650-20; MARIA CHRISELIDES FARIAS LOUREIRO, CPF 333.964.266-49; MARIA DOS SANTOS LOPES MELO, CPF 381.392.431-91; MARIA IRANICE TROCHA, CPF 659.443.568-04; MARILIA GERALDES DE OLIVEIRA LIMA BEZERRA, CPF 085.492.731-04; MARY CELESTE TROCHA, CPF 122.793.821-72; NORMA REGINA FARIAS LOUREIRO, CPF 309.608.430-00; RAIMUNDA BARROS LIMA LOUREIRO, CPF 283.482.731-15; REGINA ANGELICA CISNE LEMOS, CPF 005.747.886-46; REGINA CELIS CISNE LEMOS, CPF 034.464.776-59

Advogado constituído nos autos: não há

09 - TC-010.316/2008-6

Interessados: ALESSANDRA FERREIRA LIMA, CPF 679.424.152-87; DANIELLE MELO DE SOUSA, CPF 874.762.312-87; FRANCISCA DE OLIVEIRA SILVA, CPF 233.519.772-04; GIANA MARA DE FREITAS, CPF 902.296.739-53; HARLEY ARAUJO DA SILVA, CPF 834.433.122-68; IRACEMA CATARINA FARIAS LANA, CPF 346.417.182-53; LUZIMAR AVILA DA SILVA, CPF 605.343.207-59; LUZINETE AVILA DA SILVA, CPF 824.587.407-82; MARIA DE NAZARE COSTA DOS SANTOS, CPF 497.842.932-34; MARIA LUCIA DA SILVA LIMA, CPF 180.362.442-68; MARIA LUCILENE DA SILVA LIMA, CPF 445.876.782-87; MARIA LUIZA BRIGHENTI, CPF 605.732.106-59; MARIA VERA LUCIA HANSEN, CPF 441.612.472-49; MARIA VERONICA DA SILVA LIMA, CPF 413.483.892-49; MARINES AVILA DE OLIVEIRA, CPF 987.767.387-87; MARLUCI AVILA DA SILVA DOS SANTOS, CPF 668.401.557-49; PEDRO HENRIQUE COSTA DE SOUSA, CPF 872.874.472-15; TEREZINHA DE JESUS DAS NEVES MORAIS, CPF 337.523.032-04

Advogado constituído nos autos: não há

ACÓRDÃO Nº 3074/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de fls. 06, em face do falecimento dos interessados e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

MINISTÉRIO DA DEFESA

10 - TC-007.253/2008-2

Interessados: ARMANDO DA COSTA MACHADO, CPF 154.442.440-04; WALLACE DE FRANÇA, CPF 037.305.307-04

Advogado constituído nos autos: não há

ACÓRDÃO Nº 3075/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c arts. 1º, inciso I, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso II, e 212, todos do Regimento Interno/TCU e art. 5º, §§ 4º e 5º, c/c o art. 10 da IN/TCU nº 56/2007, em arquivar os presentes autos, uma vez que ausentes os pressupostos de constituição ou de desenvolvimento válido e regular do processo

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

01 - TC-011.397/2005-4

Classe de Assunto : II

Responsável: JOSE INACIO GUIMARAES RODRIGUES, CPF 254.453.836-87

Unidade: Prefeitura Municipal de Codó/MA

Advogado constituído nos autos: não há

ACÓRDÃO Nº 3076/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 26/8/2008, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, os itens do Acórdão nº 1.867/2008-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 1º/7/2008, Ata nº 22/2008, como a seguir:

a) Item 1. onde se lê "Prefeitura Municipal de

Barreirinha/AM" leia-se "Prefeitura Municipal de Autazes/AM";

b) Item 2.1 onde se lê "Termo de Ajuste nº 011/2004" leia-se "Termo de Ajuste nº 011/2005";

c) Item 2.2 onde se lê "constante do item 1.1" leia-se "constante do item 2.1".

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

02 - TC-012.578/2008-9

Classe de Assunto : VI

Responsável: JOSE THOME FILHO, CPF 031.612.692-68

Interessado: Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Presidente da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Unidade: Prefeitura Municipal de Autazes/AM

Advogado constituído nos autos: não há

ACÓRDÃO Nº 3077/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 26/8/2008, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, os itens do Acórdão nº 1.867/2008-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 1º/7/2008, Ata nº 22/2008, como a seguir:

a) Item 1. onde se lê "Prefeitura Municipal de Barreirinha/AM" leia-se "Prefeitura Municipal de Anori/AM";

b) Item 2.1. onde se lê "Termo de Ajuste nº 040/2004" leia-se "Termo de Ajuste nº 040/2005";

c) Item 2.2. onde se lê "constante do item 1.1" leia-se "constante do item 2.1".

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

03 - TC-012.574/2008-0
Classe de Assunto : VI
Responsável: Ernesto Gomes da Rocha (CPF 035.094.942-53)
Interessado: Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Presidente da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Unidade: Prefeitura Municipal de Anori/AM
Advogado constituído nos autos: não há

ACÓRDÃO Nº 3078/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA CULTURA

01 - TC-024.563/2006-2
Interessados: LUCIA MARIA GUIMARAES BORGES, CPF 809.701.687-72
Advogado constituído nos autos: não há
1. Determinar à Fundação Biblioteca Nacional que:
1.1 retifique o ato de abono provisório da interessada, fazendo constar a exclusão da parcela referente a plano econômico
1.2 proceda a correção no Siape do cálculo da Vantagem Pessoal Individual da Lei nº 10.698/2003, no prazo de 90 (noventa) dias, em todas as aposentadorias e pensões civis calculadas com proventos proporcionais, de forma que essa parcela seja proporcionalizada e encaminhe a este Tribunal, um relatório com a relação nominal das aposentadorias, findo o prazo, cujo pagamento foi regularizado no Siape.

ACÓRDÃO Nº 3079/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de fls. 2/5, em face da exclusão da beneficiária Fernanda Cristina Andrade dos Santos da folha de pagamento do Siape, por motivo de maioridade, na forma prevista no Acórdão 54/2006-TCU-Plenário, c/c art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

MINISTÉRIO DA DEFESA

02 - TC-001.800/2007-6
Interessada: FERNANDA CRISTINA ANDRADE DOS SANTOS, CPF 009.279.171-90
Advogado constituído nos autos: não há

ACÓRDÃO Nº 3080/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA
03 - TC-015.240/2008-9
Interessados: ANA LUCIA DE CARVALHO, CPF 738.646.258-15; AVANY MAIA SILIANO, CPF 818.498.181-34; DALVA DO NASCIMENTO PEREIRA, CPF 133.587.508-50; DOLORES FROES GOMES, CPF 790.368.808-15; HILDA FERNANDES, CPF 084.274.848-28; LORIMAR FERNANDES DINIZ, CPF 084.274.838-56; MARLENE FORTES ABBUD, CPF 144.635.078-98; NATALINA RODRIGUES DA SILVA, CPF 149.812.958-71; NEUSA APARECIDA FERNANDES MOREIRA, CPF 087.402.178-25; RUIMARINA GOMES COSTA, CPF 887.739.068-91; RUIMERI GOMES VILLELA, CPF 117.865.428-11; RUTHMAR GOMES BARBOSA, CPF 069.163.968-06
Advogado constituído nos autos: não há

04 - TC-015.250/2008-5
Interessados: ANA TERESA ARAÚJO DELA BIANCA, CPF 526.625.004-68; ANGELA GORETH NUNES CAVALCANTI, CPF 237.807.544-87; AYDIL CARTAXO TAVARES, CPF 992.172.953-53; INEZ CORREIA DE SOUZA, CPF 302.309.184-68; MARIA DO SOCORRO NUNES DA SILVA, CPF 160.609.464-53; MARIA JOSÉ BARBOSA WANDERLEY, CPF 144.936.164-15; MARIA JOSÉ DE SOUSA NUNES, CPF 181.466.194-87; NADIR LACERDA DA COSTA, CPF 023.763.304-32; QUITÉRIA CASSEMIRO DE FARIAS, CPF 642.433.034-87; ROSETE NUNES DA PAZ, CPF 449.444.034-53
Advogado constituído nos autos: não há

05 - TC-019.929/2008-8
Interessados: ANA LUCIA VIEIRA MENDES DE SOUZA, CPF 220.501.832-91; CICERA MARIA DIAS RODRIGUES, CPF 917.590.212-53; CLAUDIA DO CARMO CALSAVARA PEREIRA, CPF 721.880.226-53; ELEN FERREIRA DA SILVA, CPF 512.884.272-04; FRANCINEA ALCANTARA DE SOUZA, CPF 079.831.822-87; IEDA DE SOUZA LASMAR, CPF 230.856.492-04; IEDA MARIA MOTA BRITO, CPF 463.756.942-72; MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS, CPF 566.890.712-00; MARIA ELIETE MENDES, CPF 051.751.512-15; MARIA LUZIA DA CUNHA GONCALVES, CPF 074.289.487-89; MARIA REINALDO DE CASTRO E SILVA, CPF 512.709.602-10; MARIANA DE SOUZA DIAS, CPF 338.158.872-91; MISSILENE FERNANDA DE SOUZA MACHADO, CPF 517.255.922-15; SUELI ALVES DE SOUZA, CPF 456.550.302-68; TLEGE CAVALCANTE DA GRAÇA, CPF 436.557.422-15
Advogado constituído nos autos: não há

ACÓRDÃO Nº 3081/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

06 - TC-009.226/2008-4
Interessados: ALMIRO BEZERRA DE LIMA, CPF 016.267.364-72; AMAURY DE BARROS MARINHO, CPF 047.542.390-91; ARAKEN VAZ GALVÃO, CPF 665.951.187-34; EFIGENIO AZEVEDO AMARAL, CPF 003.454.582-49; ENEILDO SCHULZ GUTERREZ, CPF 053.442.390-68; HAROLDO JOSE PEREIRA PALMEIRA, CPF 469.684.077-87; HELIO FERREIRA CARDOSO DOS SANTOS, CPF 026.296.667-00; JOSE CARLOS DE OLIVEIRA, CPF 010.169.466-00; JOSE LUIZ DE ASSUMPÇAO, CPF 189.256.772-53; LEONARDO ARA BRAUNS JANIQUES, CPF 120.683.138-39; LUIZ CARLOS DA COSTA, CPF 262.582.427-15; MANOEL FERNANDES DE ALBUQUERQUE, CPF 001.891.112-91; RUY EBBESEN MARTINS DE MENEZES, CPF 045.987.507-82; WALDEMIR SILVA ALONSO, CPF 213.310.909-97
Advogado constituído nos autos: não há

b) Auditor André Luís de Carvalho (Relação nº 70); e

ACÓRDÃO Nº 3082/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Ministério do Trabalho e Emprego

1. TC-011.445/2007-0 (c/1 volume)
Classe de Assunto: II
Responsáveis: José Raymundo Fernandes de Aguiar, CPF nº 010.555.856-72; Sílvio Mattar, CPF nº 040.737.328-46; Janet Maria Pereira, CPF nº 310.606.251-72; Fábio Caldas Cres, CPF nº 066.288.368-35; Paulo Roberto da Silva, CPF nº 062.473.180-49; Márcio Cândido Alves, CPF nº 528.909.531-49; Elvio Silveira, CPF nº 288.962.629-68; Evandro Scheid Ninaut, CPF nº 398.626.311-04; Fábio Luís Trinca, CPF nº 053.902.988-29; Belmira Neves de Oliveira, CPF nº 119.841.201-15; Antonino Falchetti, CPF nº 028.433.048-57; Márcio Lopes de Freitas, CPF nº 046.067.008-58; Marco Aurelio Fuchida, CPF nº 110.716.398-62; Luís Tadeu Prudente Santos, CPF nº 265.831.431-00; Ramon Gamoeda Belisário, CPF nº 414.530.426-87; José Gerardo Fontelles, CPF nº 002.361.283-53; Gilson Alceu Bittencourt, CPF nº 572.284.509-49; Márcio Antônio Portocarrero, CPF nº 108.690.421-49; Ezio Gomes da Mota, CPF nº 323.107.306-53; Silvio Carlos do Amaral e Silva, CPF nº 018.466.984-72; Sonia Maria Rocha Heckert, CPF nº 088.556.336-00; Ricardo Andrés Cifuentes, CPF nº 260.398.788-78; Sebastião Faustino de Paula, CPF nº 293.295.311-72; Jorceli Pereira de Sousa, CPF nº 074.998.171-72; João Nicédio Alves Nogueira, CPF nº 090.166.433-20; Silvio Silvestre de Carvalho, CPF nº 193.859.351-00; Benjamin de Freitas Pinheiro, CPF nº 249.809.517-91; Evaristo Camara Machado Netto, CPF nº 442.653.108-00; Guntolf Van Kaick, CPF nº 008.672.849-00; Américo Utumi, CPF nº 019.523.828-15; Antônio Chavaglia, CPF nº 025.686.831-04; Remy Gorga Neto, CPF nº 317.374.981-20; Marcelo Barbosa Avelar, CPF nº 109.105.238-78; Raimundo Sergio Campos, CPF nº 138.201.336-15; Carlos Roberto Baena, CPF nº 057.572.231-20; e Jackson Batista de Almeida, CPF nº 564.242.131-04.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP
Exercício: 2006
Advogado constituído nos autos: não há

2. TC-012.395/2007-0
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Roberto Marazi, CPF nº 075.138.521-20; José Marques Zago, CPF nº 038.014.541-34; Haroldo Toti, CPF nº 182.120.346-15; Ramon Gamoeda Belisário, CPF nº 414.530.426-87; Alberto da Silva Braga, CPF nº 594.547.177-15; Francisco de Lima Ferreira, CPF nº 183.511.401-63; Nirceu Werneck Linhares, CPF nº 054.906.421-49; Evandro Scheid Ninaut, CPF nº 398.626.311-04; Fernando Luís Fernandes, CPF nº 279.178.601-59; Hiroshi Uyeda, CPF nº 010.918.081-04; Mauricio Severino Rezende, CPF nº 217.493.531-72; Raimundo Dantas de Lima, CPF nº 373.475.001-68; Gilmar Braz da Rocha, CPF nº 260.517.701-78; Sérgio Luiz da Silva Ramos, CPF nº 296.748.831-34; Eurípedes Magalhães da Silva, CPF nº 179.752.981-15; Humberto Francisco da Silva, CPF nº 400.224.471-72; Natal Gomes da Silva, CPF nº 060.810.881-20; Viviane Hérica Silva Vieira, CPF nº 019.224.634-85; Clarice Lopes de Melo, CPF nº 006.826.196-98; Nerildes Martins Silva de Faria, CPF nº 248.103.391-49; Fernando José Viana Costa, CPF nº 143.610.601-00; Remy Gorga Neto, CPF nº 317.374.981-20; Liliam Cristina da Silva Bastos, CPF nº 703.482.781-87; e Adriano Marrocos de Andrade, CPF nº 335.358.091-34.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP/DF
Exercício: 2006
Advogado constituído nos autos: não há

3. TC-013.008/2007-3
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Carlindo Oliveira Santos, CPF nº 095.803.011-15; Marcus Carvalho Fonseca, CPF nº 403.532.577-53; Marcílio Reinaux Maia, CPF nº 080.538.474-04; Genivaldo de Sousa Carvalho, CPF nº 589.881.654-20; Paulo Teles dos Santos, CPF nº 264.553.231-49; Anália Peres Pimentel, CPF nº 227.572.011-15; Francisco Onildo Moreira, CPF nº 031.089.451-49; Fausto Cirqueira Amorim, CPF nº 815.438.327-68; Andréa de Lima Biscácio, CPF nº 069.810.557-59; Eduardo Machado Silva, CPF nº 521.102.657-87; José de Sousa Vasque, CPF nº 169.305.921-53; Claudizete Carneiro Santos, CPF nº 450.361.601-34; Mário de Castro Pillar, CPF nº 243.583.390-34; Nóris Barbosa C. Menezes, CPF nº 130.650.681-68; Walter Atta Rodrigues B. Junior, CPF nº 149.248.463-68; Edson da Mota Pessoa, CPF nº 130.077.501-72; João Bosco Correa, CPF nº 233.449.541-72; e Lúcia de Fátima da Silva, CPF nº 418.590.064-34.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/TO
Exercício: 2006
Advogado constituído nos autos: não há

4. TC-013.075/2007-6
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Silvio Silvestre de Carvalho, CPF nº 193.859.351-00; Maria Dantas Nobrega, CPF nº 504.059.184-53; José Aurelio Bezerra dos Santos, CPF nº 112.432.602-20; Edna Martins Ferreira, CPF nº 164.393.682-49; Amanda Lia Ward Torquato, CPF nº 663.285.002-20; Daniel Klüppel Carrara, CPF nº 477.977.891-34; José Mendes de Araújo, CPF nº 023.551.081-53; Juarez Pereira de Souza, CPF nº 251.258.501-87; Dalva Conceição da Silva, CPF nº 366.623.219-15; José Soares Lima, CPF nº 065.274.182-72; Sidney Tonello, CPF nº 431.736.599-53; Luiz Torquato Neto, CPF nº 060.523.802-25; Francisco Fernandes de Oliveira, CPF nº 042.299.162-72; Edson Carvalho de Moraes, CPF nº 089.709.802-10; Abilio Dias Peixoto, CPF nº 253.009.201-00; Marcelo Fernandes Medeiros, CPF nº 917.347.622-68; Roseli de Araújo Rosa, CPF nº 300.472.009-44; Evagoras Valetim de Melo, CPF nº 076.481.621-72; e Romeu José Ferst, CPF nº 272.487.040-91.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR/RR
Exercício: 2006
Advogado constituído nos autos: não há

5. TC-013.732/2007-7
Classe de Assunto: II
Responsáveis: José Ramos Torres de Melo Filho, CPF nº 000.082.301-53; Anízio de Carvalho Júnior, CPF nº 042.746.793-49; Flávio Viriato de Saboya Neto, CPF nº 013.442.853-68; Raimundo Eduardo Filho, CPF nº 072.174.393-53; Maria Iêda Teixeira Lima, CPF nº 000.924.793-91; Antonia Duarte de Almeida, CPF nº 540.423.723-68; Lucilene Batista de Lima, CPF nº 538.472.293-20; José Câmara da Silva Tavares Filho, CPF nº 185.843.063-15; Luiz Hildemar Colaço, CPF nº 031.897.163-15; João Nicédio Alves Nogueira, CPF nº 090.166.433-20; Alci Porto Gurgel Júnior, CPF nº 258.558.403-87; Raimundo Reginaldo Braga Lobo, CPF nº 320.652.213-72; Moisés Braz Ricardo, CPF nº 324.071.733-68; e Daniel Klüpper Carrara, CPF nº 477.977.891-34.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR/CE
Exercício: 2006
Advogado constituído nos autos: não há

6. TC-015.146/2007-9
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Agostinho dos Santos, CPF nº 020.448.974-15; José Cauby Pita, CPF nº 048.774.204-44; Maria José Cunha França, CPF nº 020.324.814-72; Alberto Luiz Duarte Marinho, CPF nº 044.942.534-72; Paulo Francisco Monteiro Galvão, CPF nº 063.289.544-68; Mário Márcio V. Batista, CPF nº 395.034.454-34; Gabriel de Menezes Cunha, CPF nº 450.922.734-53; Marcelo Francini Girão Barroso, CPF nº 263.436.258-79; José Luiz Niederauer Pantoja, CPF nº 236.847.980-53; Joseli Xavier de Medeiros Paulino, CPF nº 738.446.674-15; Élson Ribeiro Morais, CPF nº 549.074.114-

72; José Alberto Evaristo da Silva, CPF nº 645.080.724-53; Ronaldo Ferreira Loureiro, CPF nº 024.251.143-00; José Rocha Lucena, CPF nº 048.674.164-87; Tertuliano de Brito Neto, CPF nº 204.088.974-49; Stanley Lira de Souza, CPF nº 205.842.454-91; Antônio Lins de Albuquerque, CPF nº 064.093.424-20; Antônio de Sousa Duarte, CPF nº 160.939.414-34; Djane Almeida de Queiroz, CPF nº 434.483.214-00; e Elisângela Maria de Sousa, CPF nº 799.514.304-49.

Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem e Cooperativismo - SESCOOP/PB

Exercício: 2006

Advogado constituído nos autos: não há

ACÓRDÃO Nº 3083/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 155/2002,em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, fazendo-se as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Ministério do Trabalho e Emprego

7. TC-015.416/2007-6

Classe de Assunto: II

Responsáveis: Josciney Viana de Faria, CPF nº 065.694.552-49; e Marcelino da Silva Pantoja, CPF nº 327.385.532-15.

Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR/RO

Exercício: 2006

Advogado constituído nos autos: não há

7.1. Determinar ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Rondônia - SENAR/RO que exija, obrigatoriamente, documentação de regularidade fiscal e de seguridade social em todas as modalidades licitatórias, inclusive nos casos de contratação com dispensa e inexigibilidade de licitação, em consonância com o disposto no art. 195. § 3º, da Constituição Federal e Acórdãos TCU nºs 457/2005 - 2ª Câmara, e 3016/2006, 2371/2003 e 1126/2003, todos da 1ª Câmara).

8. TC-015.431/2007-2

Classe de Assunto: II

Responsáveis: Assuero Doca Veronez, CPF nº 346.396.758-87; Luiz Saraiva Correa, CPF nº 072.994.868-49; Idalci Dallamaria, CPF nº 187.820.949-34; Jefferson Lunardelli Cogo, CPF nº 138.090.242-87; Alcides Teixeira da Rocha, CPF nº 779.961.278-91; Reinaldo Santos Morais Filho, CPF nº 041.794.668-64; José Luiz Rocha Andrade, CPF nº 550.843.208-63; José Raniere de Souza Prado, CPF nº 138.064.592-15; Maria Sebastiana O. Miranda, CPF nº 340.057.812-68; Manoel da Costa Neri, CPF nº 196.217.362-34; Antonio Roberto Hessel, CPF nº 014.732.049-68; Jorge José de Moura, CPF nº 012.811.722-53; Fábio Ricardo Leite, CPF nº 080.850.148-82; José Thomaz de Melo Neto, CPF nº 557.692.688-91; Wilson Lopes Isquierdo, CPF nº 048.769.971-87; José Niberto Menezes, CPF nº 005.522.378-84; Elias Daier Gonçalves, CPF nº 359.961.452-00; Maria de Fátima Rocha Alves, CPF nº 434.437.292-15; e Vandré da Costa Prado, CPF nº 433.878.702-01.

Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR/AC

Exercício: 2006

Advogado constituído nos autos: não há

8.1. Determinar ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional - SENAR/AC que estabeleça a limitação de pessoal prevista no art. 10, § 3º, do Regulamento de Pessoal da Entidade.

ACÓRDÃO Nº 3084/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara de 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

Ministério do Trabalho e Emprego

9. TC-013.446/2007-6

Classe de Assunto: II

Responsáveis: João Francisco Salomão, CPF nº 277.793.949-72; Joafran Antônio Guedes Nobre, CPF nº 183.112.962-00; João de Oliveira Albuquerque, CPF nº 321.862.827-04; Célio Pereira, CPF nº 181.507.482-53; Wendel Barros Marino, CPF nº 144.720.268-64; Adelaide de Fátima Gonçalves de Oliveira, CPF nº 283.616.522-72; Francisco José da Silva Loureiro, CPF nº 197.121.202-44; Mitisuyo Nishizawa, CPF nº 095.968.282-15; Maria Suzana Abreu da Silva, CPF nº 412.643.042-34; José Afonso Bastos Zaire, CPF nº 024.951.982-87; Erivan Araújo dos Santos, CPF nº 133.467.332-20; José Higino de Souza Filho, CPF nº 000.834.612-72; Solange Maria Chalub Bandeira Teixeira, CPF nº 138.266.892-91; Maria das Graças Nascimento, CPF nº 307.804.032-15; e Raimundo Nogueira da Silva, CPF nº 216.572.112-15.

Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/AC

Exercício: 2006

Advogado constituído nos autos: não há

9.1. julgar regulares, com fundamento nos arts. 1°, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, as contas dos responsáveis Joafran Antônio Guedes Nobre, João de Oliveira Albuquerque, Célio Pereira, Adelaide de Fátima Gonçalves de Oliveira, Mitisuyo Nishizawa, José Afonso Bastos Zaire, Erivan Araújo dos Santos, José Higino de Souza Filho, Solange Maria Chalub Bandeira Teixeira, Maria das Graças Nascimento e Raimundo Nogueira da Silva, e dar-lhes quitação plena;

9.2. julgar regulares com ressalva, com fundamento nos arts. 1°, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, as contas dos responsáveis João Francisco Salomão, Francisco José da Silva Loureiro, Maria Suzana Abreu da Silva e Wendel Barros Marino, e dar-lhes quitação;

9.3. determinar ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/AC que passe a exigir, anualmente, dos Conselheiros e dos servidores ocupantes de cargos comissionados e de funções de confiança a entrega da declaração de bens e rendas, nos termos dos arts. 1º e 4º da Lei nº 8.730/1993, c/c o art. 2º da IN/TCU nº 05/1994.

ACÓRDÃO Nº 3085/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

VISTOS e relacionados estes autos que tratam de Representação formulada pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia acerca de possíveis irregularidades na aplicação dos recursos repassados pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa ao Município de São Gonçalo/BA, por meio do Convênio n. 1005/2000, objetivando a construção de melhorias sanitárias;

Considerando a informação da Funasa de que, ante às irregularidades verificadas na execução do referido convênio, instaurou processo de tomada de contas especial, tendo encaminhado-a à Secretaria de Controle Interno em 1º/4/2008;

Considerando que a Secex/BA, face ao fato supra, propôs conhecer a presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente e dar ciência da deliberação a ser adotada ao representante, ao Município e à Câmara de São Gonçalo;

Considerando que a aludida Unidade Técnica propôs, ainda, tornar sem efeito o item 1.2 do Acórdão n. 258/2008-1ªC (Relação 13/2008 - Gab. Auditor Marcos Bemquerer), adotado quando da apreciação do TC 030.058/2007-9, tendo em vista que foi erroneamente indicada a entidade repassadora dos recursos nele tratados - Fundo Nacional de Saúde ao invés de Fundação Nacional de Saúde;

Considerando, entretanto, que tal proposição deve ser feita no âmbito do TC 030.058/2007-9 e não na presente representação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, 237, inciso IV e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la procedente; fazer a seguinte determinação; e promover seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Prefeituras Municipais do Estado da Bahia

10. TC-015.952/2004-5 (c/1 volume e 1 anexo)

Classe de Assunto: VI

Interessado: Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia

Entidade: Município de São Gonçalo dos Campos/BA

Advogado constituído nos autos: não há

10.1. Determinar à Secex/BA que encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada de cópia das instruções de fls. 278/9 e 284/5, ao Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, à Prefeitura e à Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos/BA e à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

ACÓRDÃO Nº 3086/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Justiça do Trabalho

11. TC-017.578/2007-3

Classe de Assunto: II

Responsáveis: Dulcina de Holanda Palhano, CPF nº 024.285.043-04; José Antonio Parente da Silva, CPF nº 230.223.023-04; Antonio Marques Cavalcante Filho, CPF nº 104.880.653-72; Francisca Regina Magalhães Cavalcante, CPF nº 142.838.833-87; Maria Eveline Lima Fernandes, CPF nº 293.562.883-72; Monica Botelho Moreira de Deus, CPF nº 626.067.433-34; Deven Moura Miller, CPF nº 644.598.884-91; Neiara São Thiago Cysne Frota, CPF nº 223.935.523-91; Antonio Manoelito Castelo Branco, CPF nº 241.401.803-82; Elizabeth Maria Chagas Costa Moura, CPF nº 262.994.453-00; e Astride Pontes Dias, CPF nº 111.242.293-53.

Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 7º Região - TRT/CE

Exercício: 2006

Advogado constituído nos autos: não há

ACÓRDÃO Nº 3087/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara de 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

Ministério do Trabalho e Emprego

12. TC-013.382/2007-7

Classe de Assunto: II

Responsáveis: Manoel Quintela Rodrigues, CPF nº 216.322.192-04; Manoel Rodrigues de Souza Neto, CPF nº 095.614.802-63; Francisca Ivaneide de Oliveira, CPF nº 065.595.652-20; José Ribamar Cordeiro da Silva, CPF nº 121.868.562-04; Maria Ines Sena Cordeiro, CPF nº 119.857.802-59; Maria de Lourdes Vieira Lobo, CPF nº 215.898.602-68; Aguida Gonçalves da Silva, CPF nº 258.798.631-15; Hozana Belchior Lopes Brizola da Silva Batista, CPF nº 227.222.031-20; Luiz Themistocles de Azevedo Filho, CPF nº 021.910.832-34; Jorge Martins da Silva, CPF nº 216.016.582-49; e Terezinha da Cunha Brozzo, CPF nº 079.275.332-15.

Entidade: Delegacia Regional do Trabalho no Acre - DRT/AC

Exercício: 2006

Advogado constituído nos autos: não há

12.1. julgar regulares, com fundamento nos arts. 1°, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, as contas dos responsáveis Manoel Rodrigues de Souza Neto, Francisca Ivaneide de Oliveira, Maria Ines Sena Cordeiro, Maria de Lourdes Vieira Lobo, Aguida Gonçalves da Silva, Hozana Belchior Lopes Brizola da Silva Batista, Luiz Themistocles de Azevedo Filho, Jorge Martins da Silva e Terezinha da Cunha Brozzo, e dar-lhes quitação plena;

12.2. julgar regulares com ressalva, com fundamento nos arts. 1°, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, as contas dos responsáveis Manoel Quintela Rodrigues e José Ribamar Cordeiro da Silva, e dar-lhes quitação;

12.3. determinar à Delegacia Regional do Trabalho no Acre - DRT/AC que:

12.3.1. realize os contatos com as prefeituras e/ou entidades por meio de servidor público federal do quadro permanente do Ministério do Trabalho e Emprego e não por prestadores de serviços terceirizados;

12.3.2. evite a ocorrência de déficit orçamentário, exercendo um controle mais efetivo sobre a despesa realizada.

ACÓRDÃO Nº 3088/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara de 26/8/2008, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

13. TC-014.426/2007-8

Classe de Assunto: II

Responsáveis: Alfredo Fernandes, CPF nº 002.598.101-34; Sidnei Pitteri Camacho, CPF nº 337.438.431-53; Cláudia Pinedo Zottos Volpini, CPF nº 338.043.701-87; Lourival Vieira Costa, CPF nº 487.781.508-25; José Aguilar Monteiro, CPF nº 029.591.271-53; Osmar Inácio Marcelino, CPF nº 104.679.041-20; Annibal Teixido, CPF nº 040.499.001-06; Fábio Garcia de Morais Lemos, CPF nº 199.710.601-91; Eloine Marques de Carvalho, CPF nº 366.039.021-68; Eladir Luiza Trevelin da Silva, CPF nº 957.411.008-72; Osilda Domingues de Oliveira Fernandez; **C**PF nº 456.954.071-68; Jaime Elias Verruck, CPF nº 322.517.771-72; Rodrigo Alejandro Ferrada Benavides, CPF nº 557.661.109-87; Roosevelt Átila Gomes, CPF nº 157.689.291-34; e Etevaldo Benevides Vicente, CPF nº 237.082.801-30.

Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/MS

Exercício: 2006

Advogado constituído nos autos: não há

13.1. julgar regulares, com fundamento nos arts. 1°, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, as contas dos responsáveis Sidnei Pitteri Camacho, Cláudia Pinedo Zottos Volpini, Lourival Vieira Costa, José Aguilar Monteiro, Osmar Inácio Marcelino, Annibal Teixido, Fábio Garcia de Morais Lemos, Eloine Marques de Carvalho, Eladir Luiza Trevelin da Silva, Osilda Domingues de Oliveira Fernandez, Rodrigo Alejandro Ferrada Benavides, Roosevelt Átila Gomes e Etevaldo Benevides Vicente, e dar-lhes quitação plena;

13.2. julgar regulares com ressalva, com fundamento nos arts. 1°, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, as contas dos responsáveis, Alfredo Fernandes e Jaime Elias Verruck, e dar-lhes quitação;

13.3. determinar ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/MS que:

13.3.1. abstenha-se de realizar o pagamento de despesas efetuadas pelo Condomínio constituído para o rateio das despesas comuns existentes como os condôminos FIEMS e SESI-DR/MS, que não guardem correlação com a administração, manutenção e conservação da propriedade da entidade;

13.3.2. abstenha-se de ceder veículos em desacordo com as finalidades institucionais;

13.3.3. observe quando da elaboração da prestação de contas da entidade, as normas regulamentares que disciplinam a matéria.

ACÓRDÃO Nº 3089/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara de 26/8/2008, ACORDAM por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "a", e 212, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, c/c o art. 5º, § 1º, inciso III, da IN/TCU nº 56/2007 e do subitem 9.2 do Acórdão nº 2.647/2007 - TCU - Plenário (in Ata nº 51/2007- Plenário), em arquivar a presente tomada de contas especial e encaminhar cópias desta deliberação, acompanhada de cópias das instruções de fls. 192/3 e 195, ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Prefeituras Municipais do Estado do Maranhão

14. TC-016.516/2003-3
Classe de Assunto: II
Responsável: Sálvio Jesus de Castro e Costa, CPF nº 001.890.733-49.
Entidade: Município de João Lisboa/MA
Advogado constituído nos autos: não há

ACÓRDÃO Nº 3090/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara de 26/8/2008, ACORDAM por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "a", e 212, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, e no art. 5º, § 4º, c/c o art. 10, da IN/TCU nº 56/2007 e do subitem 9.2 do Acórdão nº 2.647/2007 - TCU - Plenário (in Ata nº 51/2007- Plenário), em arquivar a presente tomada de contas especial e encaminhar cópias desta deliberação, acompanhada de cópias das instruções de fls. 66/68, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Prefeituras Municipais do Estado do Paraná

15. TC-003.537/2008-7
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Município de Sertanópolis/PR, CNPJ nº 76.245.034/0001-08; e José Aparecido Rafaeli, CPF nº 175.112.089-91.
Entidade: Município de Sertanópolis/PR
Advogado constituído nos autos: não há

c) Ministro Aroldo Cedraz (Relação nº 29).

ACÓRDÃO Nº 3118/2008 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade:

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

1. Processo TC-023.269/2006-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS)

1.1. Responsáveis: Alberto Oliveira Fontes Junior (CPF 442.379.954-53); Fátima Valéria Araújo Barroso Pereira (CPF 511.322.497-91); Henídio Queiroz Jorge (CPF 509.885.067-34); Lázara Moreira do Santos (CPF 344.325.586-87); Joao Carlos da Silva Costa (CPF 260.821.017-15); Alvaro de Sá Bahia (CPF 116.785.421-72); Pedro Romano Junior (CPF 024.880.818-41); Rafael Schettini Frazão (CPF 366.737.907-25); João Eudes Touma (CPF 097.633.927-72); Ricardo Lima de Souza (CPF 440.800.427-87); Antônio Carlos Pereira Maia (CPF 458.461.977-87); Renato Marques Correia da Silva (CPF 403.102.487-87); Gézio Rangel de Andrade (CPF 408.789.457-68); Marcos Roberto Seixas de Santana (CPF 103.615.615-04); Richard Olm (CPF 289.163.010-68); Francisco José Marques Fernandes (CPF 151.855.831-34); Renato José Gonçalves e Nazareth (CPF 069.056.412-00); Carlos Alberto Siqueira Gomes (CPF 771.775.767-20).

1.2. Entidade: Transportadora do Nordeste e Sudeste S/A - TNS.

1.3. Exercício: 2005.

1.4. Advogados constituídos nos autos: Marcos César Veiga Rios (OAB/DF 10.610), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250).

1.5. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443, c/c o art. 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar as contas dos Srs. Fátima Valéria Araújo Barroso Pereira (CPF 511.322.497-91); Henídio Queiroz Jorge (CPF 509.885.067-34); Lázara Moreira do Santos (CPF 344.325.586-87); Joao Carlos da Silva Costa (CPF 260.821.017-15); Pedro Romano Junior (CPF 024.880.818-41); João Eudes Touma (CPF 097.633.927-72); Ricardo Lima de Souza (CPF 440.800.427-87); Antônio Carlos Pereira Maia (CPF 458.461.977-87); Renato Marques Correia da Silva (CPF 403.102.487-87); Richard Olm (CPF 289.163.010-68); Francisco José Marques Fernandes (CPF 151.855.831-34); Renato José Gonçalves e Nazareth (CPF 069.056.412-00); Carlos Alberto Siqueira Gomes (CPF 771.775.767-20), regulares, e dar quitação plena aos responsáveis;

1.6. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar as contas dos Srs. Alberto Oliveira Fontes Junior (CPF 442.379.954-53); Alvaro de Sá Bahia (CPF 116.785.421-72); Rafael Schettini Frazão (CPF 366.737.907-25); Gézio Rangel de Andrade (CPF 408.789.457-68); Marcos Roberto Seixas de Santana (CPF 103.615.615-04), regulares com ressalvas, e dar quitação aos responsáveis;

1.7. determinar à Transportadora do Nordeste e Sudeste S/A - TNS que:

1.7.1. faça constar do relatório de gestão previsto pelo art. 14, inciso II, da IN/TCU nº 47/2004, todas as informações estabelecidas pelo Tribunal por intermédio da decisão normativa de que trata o §1º do art. 14 daquela norma, em especial as referentes à descrição dos objetivos e metas físicas e financeiras pactuados nos programas sob sua gerência, das ações administrativas contidas no seu plano de ação e dos indicadores e outros parâmetros utilizados para gerenciar a conformidade e o desempenho dos programas governamentais e/ou das ações administrativas;

1.7.2. apresente à Controladoria Geral da União, tempestivamente, as informações necessárias ao exame e certificação da prestação de contas anual, notadamente os relatórios elaborados pela Auditoria Interna da GASPETRO; e

1.8. arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 3119/2008 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; e 27 da Lei 8.443/92, c/c o artigo 218 e seu parágrafo único do Regimento Interno, em dar quitação ao responsável, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imposta, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

1. Processo TC-010.033/2004-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA)

1.1. Responsáveis: Marcio Mendes da Cunha (CPF 844.696.417-15); Dilcar Reynier de Abreu (CPF 482.895.237-34); Pietro Novellino (CPF 083.398.137-49); Benedito Cunha Machado (CPF 072.479.907-91).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio.

1.3. Exercício: 2003.

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

Quitação relativa ao item 9.2. do Acórdão 792/2008, proferido pela Segunda Câmara, em Sessão de 1º/4/2008, Ata nº 9/2008.

Valor original da multa: R$ 2.000,00 Data de origem do débito: 1º/4/2008
Valor recolhido: R$ 2.000,00 Data do recolhimento: 29/4/2008

ACÓRDÃO Nº 3120/2008 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas a seguir relacionadas e dar quitação plena aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

1. Processo TC-015.339/2007-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA)

1.1. Responsáveis: Alberto Monteiro de Queiroz Netto, CPF 843.603.807-04; Augusto Brauna Pinheiro, CPF 331.671.335-20; Carlos Jose da Costa Andre, CPF 834.157.697-04; Daniel Alves Maria, CPF 087.747.768-00; Eduardo Cesar do Nascimento, CPF 316.152.873-53; Leandro Martins Alves, CPF 239.113.281-68; Maria da Graça França, CPF 061.139.076-00; Nelson Rocha Augusto, CPF 083.085.058-99; Rene Sanda, CPF 050.142.628-05; Ricardo Paranhos Goncalves, CPF 735.976.787-34; Sandro Kohler Marcondes, CPF 485.322.749-00.

1.2. Entidade: BB Securities LLC.

1.3. Exercício: 2006.

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3121/2008 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Segunda Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 845/2007 - TCU - 2ª Câmara, prolatado na sessão de 24/4/2007, Ata nº 13/2007, de modo a suprimir daquele **decisum** o subitem "9.9", mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1. Processo TC-003.102/2004-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Geraldo Ferreira Chaves, ex-Prefeito Municipal (CPF 126.013.066-53); José Barnabé de Souza, ex-Presidente da Comissão Permanente de licitação (CPF 838.460.186-00); TCN Engenharia Ltda.(CNPJ 01.790.215/0001-16); Túlio Carlos Nader (CPF 525.297.036-04); Pascoal Engenharia Ltda (CNPJ 01.506.108/0001-13); Agenor Pascoal Lopes Júnior (CPF 385.967.766-72); Conapa Projetos e Construções Ltda.(CNPJ 21.717.202/0001-29); Sebastião da Silva Assis (CPF 244.390.706-63).

1.2. Entidade: Município de Capitão Andrade/MG.

1.3. Advogados constituídos nos autos: Henrique Abi-Ackel Torres (OAB/MG 102.343); André Myssior (OAB/MG 91.357); Jutahy Magalhães Neto (OAB/DF 23.066).

ACÓRDÃO Nº 3122/2008 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Segunda Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 2136/2008 - TCU - 2ª Câmara , prolatado na sessão de 15/7/2008, Ata nº 24/2008, relativamente ao subitem "9.3", onde se lê: "Fundo Nacional de Saúde", leia-se: "Fundo Nacional de Educação - FNDE" , mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1. Processo TC-013.649/2005-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Município de Cambuquira - MG (CNPJ 17.955.386/0001-98); e Amedeo Pannone (CPF 886.862.307-25).

1.2. Entidade: Prefeitura Municipal de Cambuquira - MG.

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3123/2008 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, ACORDAM por unanimidade em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 2139/2008 - TCU - 2ª Câmara, prolatado na sessão de 15/7/2008, Ata nº 24/2008, bem como o relatório e voto que o fundamentam, de modo que onde se lê: "G-COM Gomes Construções ME", "Manuel Nelson da Silveira" e "Manoel Nelson da Silveira", leia-se: "G-CON Gomes Construções ME", "Manoel Nelson Silveira" e "Manoel Nelson Silveira", respectivamente, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ

1. Processo TC-026.288/2006-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Manoel Nelson Silveira, ex-prefeito (CPF 016.153.863-00); José Benedito Silveira, ex-secretário de obras (CPF 092.389.723-20); Luís Carlos Bastos Pinheiro, responsável pela

fiscalização (CPF 117.168.003-15); e G-CON Gomes Construções ME (CNPJ 07.765.233/0001-24).

1.2. Unidade: Prefeitura de Cruz/CE.

1.3. Advogados constituídos nos autos: João Olivardo Mendes (OAB/CE 11.504), Rosa Maria Felipe Araújo (OAB/CE 9.820) e Fernando Luís Melo da Escóssia (OAB/CE 6.569).

ACÓRDÃO Nº 3124/2008 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-001.351/2004-3

2. Grupo: I - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração.

3. Recorrente: Adilton Domingos Sachetti, prefeito municipal.

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Rondonópolis/MT.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secex/MT.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos relativos a embargos de declaração opostos pelo sr. Adilton Domingos Sachetti contra o Acórdão 2030/2008-TCU-2ª Câmara, que não conheceu da

representação formulada pela Construtora Celi Ltda. por ausência dos requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RI/TCU, sem prejuízo de efetivar as seguintes determinações:

"1.4.1 determinar à Prefeitura Municipal de Rondonópolis/MT que não se utilize do Contrato nº 828/2004, resultante da Concorrência 009/2003, tendo em vista os vícios insanáveis apresentados na licitação/contratação, que prevê aplicação de recursos federais que sequer foram definidos (condição para realização da licitação, conforme § 2º, III, e § 6º, do art. 7º, da Lei nº 8.666/93);

1.4.2 encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada de reprodução das fls. 132/153, 197/204 e 271/276 dos autos, ao Tribunal de contas do estado de mato Grosso e ao Ministério público Estadual, para as providências cabíveis.

(...)"

Considerando que os embargos de declaração devem ser conhecidos, porquanto atendidos os requisitos gerais dos recursos (art. 34, § 1º, da Lei nº 8.443/1992), observando-se a singularidade, a legitimidade da embargante, o interesse em recorrer e a adequação do documento, além de objetivar o feito corrigir contradição do Acórdão recorrido, enquadrando-se nas hipóteses do **caput** do artigo mencionado.

Considerando a assertiva do embargante quando declara haver contradição no acórdão embargado, vez que, embora tenha o Tribunal não-conhecido da representação por falta de pressupostos de admissibilidade, em razão da constatação de que não foram utilizados recursos públicos federais para quaisquer dos pagamentos realizados no âmbito do contrato sob apreciação, emitiu juízo de valor quanto ao procedimento licitatório realizado;

Considerando, que, apesar de reconhecer não deter competência para atuar no feito e de não haver comprovação nos autos de que venham a ser alocados recursos oriundos de convênio federal, proferiu determinação à Prefeitura Municipal de Rondonópolis/MT para que não se utilizasse do Contrato 828/2004, resultante da Concorrência 9/2003;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, por unanimidade, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. Adilton Domingos Sachetti, para, no mérito, conceder a eles provimento;

9.2. tornar insubsistentes as determinações constantes dos subitens 1.4.1 e 1.4.2 do acórdão 2030/2008 - TCU - 2ª Câmara; e

9.3 arquivar este processo.

ACÓRDÃO Nº 3125/2008 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, incisos III e V, alínea "a"; e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação e determinar o seu arquivamento, de acordo com o parecer da Secex/MG.

PREFEITURAS MUNICIPAIS DE MINAS GERAIS

1. Processo TC-004.697/2007-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: Controladoria-Geral da União.
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de alterosa/MG.
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3126/2008 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, bem como determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de se efetivar as recomendações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, devendo ser dada ciência ao representante:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

1. Processo TC-006.996/2008-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: Ello Tour Viagens e Turismo Ltda.
1.2. Entidade: Fundação Universidade de Brasília - UnB.
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.
1.4. Recomendações:

1.4.1. recomendar à Fundação Universidade de Brasília que, ao realizar pregão eletrônico:

1.4.1.1. faça constar expressamente do instrumento convocatório orientação aos licitantes para que retirem o edital por meio do Portal Comprasnet, mediante chave de identificação e senha próprios, a fim de assegurar o recebimento de comunicações dos atos e procedimentos relacionados ao certame;

1.4.1.2. caso opte por comunicar via *e-mail* a data para realização de atos ou procedimentos relevantes do certame, a exemplo de reabertura da sessão pública, o faça com pelo menos vinte e quatro horas de antecedência, a fim de assegurar a necessária transparência e isonomia nesse tipo de procedimento;

1.4.2. recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na qualidade de gestor do Portal Comprasnet, que:

1.4.2.1. viabilize rotina de comunicação eletrônica que possibilite ao operador do sistema enviar mensagens a respeito de eventos relevantes do processo licitatório a todos que efetivamente participaram do pregão eletrônico, e não apenas àqueles cujos endereços eletrônicos constaram da relação de licitantes que retiraram o edital no Portal Comprasnet;

1.4.2.2. avalie a possibilidade de estabelecer prazo mínimo razoável, não inferior a vinte e quatro horas, entre a comunicação eletrônica aos participantes da licitação e a abertura do sistema para a realização de procedimentos relevantes do pregão, a fim de assegurar a necessária transparência e isonomia nesse tipo de procedimento.

ACÓRDÃO Nº 3127/2008 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Segunda Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 1752/2008 - TCU - 2ª Câmara, prolatado na sessão de 17/6/2008, Ata nº 20/2008, relativamente ao subitem "3", onde se lê: "CPF 126.820.422-49" leia-se: "CPF 126.860.422-49", mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

1. Processo TC-007.481/2007-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará.
1.2. Órgão/Entidade: Governo do Estado do Pará - Secretaria Executiva de Saúde Pública.
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3128/2008 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, incisos I e II; e 47 da Lei 8.443/92, de 16 de Julho de 1992, c/c os artigos 1º, incisos I e II; 143, inciso V, alínea "g"; e 252 do Regimento Interno, em determinar a conversão do processo adiante relacionado em tomada de contas especial, bem como autorizar a realização das pertinentes citações, sem prejuízo de o Tribunal cientificar, conforme o disposto no artigo 198, parágrafo único, do Regimento Interno, o ministro de Estado supervisor da área ou a autoridade equivalente.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

1. Processo TC-012.283/2008-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo - Secex/SP.
1.2. Entidade: Universidade Federal de São Paulo - Unifesp.
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.
1.4. Determinações:
1.4.1. à Universidade Federal de São Paulo - Unifesp que:
1.4.1.1. edite ato normativo destinado a regular a participação de docentes e de servidores da instituição em congressos e eventos internacionais de capacitação, no qual assegure:
1.4.1.1.1. a igualdade de oportunidades aos docentes, dando-se prioridade aos que promoverão a utilização imediata dos conhecimentos adquiridos;
1.4.1.1.2. a disseminação obrigatória dos conhecimentos adquiridos entre os demais docentes da área de estudo;
1.4.1.1.3. o atendimento aos princípios da moralidade, impessoalidade, finalidade e economicidade;
1.4.1.2. nos processos de concessão de suprimentos de fundos, incluindo os concedidos mediante Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF:
1.4.1.2.1. exija do suprido a prestação de contas, incluindo os comprovantes das despesas efetuadas, dentro do prazo estabelecido pela Portaria de Concessão;
1.4.1.2.2. promova a apreciação das prestações de contas, avaliando a legalidade, legitimidade, economicidade dos gastos em questão;
1.4.1.2.3. no caso de omissão no dever de prestar contas ou de irregularidade nas mesmas, instaure a devida tomada de contas especial, nos termos do art. 8°, caput, da Lei n° 8.443/92, observando-se as disposições da IN TCU 56/2007.
1.4.1.2.4. abstenha-se de adquirir passagens aéreas para servidores ou para dirigentes da entidade na categoria primeira classe, em atendimento ao art. 27, do Decreto n° 71.733/73, alterado pelo Decreto n° 3.643/2000, e ao princípio da economicidade, art. 70, *caput*, da CF/88.
1.4.2. ao Ministério da Educação que, na apreciação de pedidos de afastamento de servidores ao exterior:
1.4.2.1. avalie a economicidade da viagem, exigindo-se do requerente a estimativa de todos os custos envolvidos (tais como, diárias, passagens, etc.);
1.4.2.2. avalie a pertinência da viagem em relação as atribuições do cargo ocupado pelo servidor e a finalidade da instituição a qual integra;
1.4.2.3. avalie o trajeto pretendido pelo requerente e sua compatibilidade com o evento pretendido;
1.4.2.4. verifique se a viagem importa em violação ao regime de dedicação exclusiva, previsto no art. 14 do Decreto n° 94.664/87.

ACÓRDÃO Nº 3129/2008 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em:

1. Processo TC-015.810/2006-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Controladoria-Geral da União.
1.2. Entidade: Prefeitura Municipal de Novo Machado/RS.
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.
1.4. conhecer da presente representação, com fundamento nos artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; e 237, inciso I, do Regimento Interno;
1.5. em observância aos princípios da racionalidade administrativa e da economia processual, determinar o arquivamento dos autos, nos termos do arts. 5º, § 1º, inciso III, e 10, da Instrução Normativa TCU 56/2007.

ACÓRDÃO Nº 3130/2008 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 235; e 237, parágrafo único, todos do Regimento Interno, em não conhecer da presente representação, tendo em vista o não preenchimento dos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, e determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, devendo-se dar ciência ao representante:

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

1. Processo TC-019.138/2006-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Departamento de Polícia Federal - Superintendência Regional no Paraná.
1.2. Entidade: Petrobrás Transporte S/A - Transpetro.
1.3. Advogados constituídos nos autos: Marcos César Veiga Rios (OAB/DF 10.610), Maria Carolina Gomes Pereira Vilas Boas (OAB/RJ 1176-B), Clausdismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969).

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA
(a serem apreciados em relação)

Foram excluídos de pauta, ante requerimento formulado pelos respectivos Relatores, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

a) nº 019.804/1993-8 (Ministro Ubiratan Aguiar); e
b) nº 027.302/2007-8 (Ministro Benjamin Zymler).

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Passou-se, em seguida, ao julgamento e à apreciação, de forma unitária, dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na Pauta sob o nº 30, organizada em 19 de agosto corrente, havendo a Segunda Câmara aprovados os Acórdãos de nºs 3091 a 3117 e 3131 a 3141, que se inserem no Anexo II desta Ata, acompanhados dos correspondentes Relatórios e Votos ou Propostas de Deliberação, bem como de Pareceres em que se fundamentaram (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1º a 7º e 10 e Resoluções TCU nºs 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

a) Procs. nºs 003.409/2000-1, 015.319/2004-8, 020.964/2005-5, 006.249/2007-7 e 030.045/2007-0, relatados pelo Ministro Ubiratan Aguiar;

b) Procs. nºs 008.231/1995-8, 010.539/2000-6, 017.509/2002-5, 005.987/2004-7, 007.579/2004-2, 013.939/2005-2, 006.261/2006-3, 012.929/2006-0, 009.863/2007-2, 028.412/2007-4, 030.609/2007-7 e 005.741/2008-0, relatados pelo Ministro Benjamin Zymler;

c) Procs. nºs 000.391/2004-4, 020.863/2005-2 e 010.598/2006-6, relatados pelo Ministro Ministro Aroldo Cedraz;

d) Procs. nºs 853.702/1997-7, 021.889/2006-1 e 005.735/2007-4, relatados pelo Ministro Ministro Raimundo Carreiro;

e) Procs. nºs 005.310/2005-7, 022.288/2006-6, 008.191/2007-4, 008.317/2007-8, 022.251/2007-4, 022.976/2007-1 e 031.049/2007-4, relatados pelo Auditor Augusto Sherman Cavalcanti; e

f) Procs. nºs 002.821/2003-8, 016.032/2003-0, 019.531/2003-3, 015.906/2006-9, 022.349/2006-3, 008.276/2007-3, 013.940/2007-0 e 003.043/2008-7, relatados pelo Auditor André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

ACÓRDÃO Nº 3091/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: TC-010.539/2000-6 (com 13 volumes e 1 anexo).
2. Grupo: I; Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração.
3. Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional do Distrito Federal - Sesc/DF.
4. Recorrente: Sérgio Koffes, CPF nº 057.181.121-34.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
5.1 Relator da deliberação recorrida: Auditor Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Serur.

8. Advogado constituído nos autos: Airton Rocha Nóbrega, OAB/DF nº 5.369.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Sérgio Koffes, ex-presidente do Sesc/DF, em face do Acórdão nº 991/2006 – TCU – 2ª Câmara, por meio do qual esta Corte, ao apreciar o processo de prestação de contas do Sesc/DF, referente ao exercício de 1999, julgou irregulares as contas do responsável, com fundamento no art. 16, inciso III, alínea "b", da Lei nº 8.443/1992, aplicando-lhe a multa prevista no art. 58, inciso I, da referida lei, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer do presente recurso de reconsideração, com fundamento no art. 32, parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 285, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.2. dar ciência ao recorrente deste Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3091-30/08-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3092/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC 019.531/2003-3 (apenso: TC 002.734/2002-2, com 1 volume).

2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Recorrente: João da Silva Carneiro, ex-Prefeito (CPF 016.574.965-20).

4. Entidade: Município de Côcos/BA.

5. Relator: Auditor André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secex/BA.

8. Advogados constituídos nos autos: José Rossini Campos do Couto Corrêa (OAB/DF 15.932); George Ferreira de Oliveira (OAB/DF 13.438); Nirciene Rosa Laboissière (OAB/DF 21.441); e Nelson Sobral Soares Quintas Netto (OAB/DF 4.172/E).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam embargos de declaração opostos pelo Sr. João da Silva Carneiro contra o Acórdão 1.309/2008 - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência deste Acórdão ao embargante.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3092-30/08-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3093/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC nº 017.509/2002-5

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Raimundo Bezerra Oliveira (ex-Gerente-Geral da Agência Planaltina/DF - CPF nº 166.684.481-00), Akaoni Construtora e Incorporadora Ltda. (CNPJ nº 72.612.575/0001-76), Rezeq Calçados e Confecções Ltda. (CNPJ nº 38.075.206/0001-53), Drogaria Tendy Tudo Ltda. (CNPJ nº 37.247.905/0001-70), Alexon Luiz Félix Santos Ltda. (CNPJ nº 00.405.276/0001-50), Informacon - Informática e Contabilidade Ltda. (CNPJ nº 25.132.556/0001-62), Premoenge - Indústria e Comércio de Pré-Moldados de Cimento Ltda. (CNPJ nº 37.994.142/0001-21), Saraiva e Matias Ltda. (CNPJ nº 00.619.957/0001-10); Supermercado Linhares Ltda. (CNPJ nº 37.059.003/001-57), Jorge Raniele Zansavio Ltda. (CNPJ nº 36.757.748/0001-80) e Biracont - Contabilidade Ltda. (CNPJ nº 36.765.758/0001-68).

4. Entidade: Caixa Econômica Federal - CEF

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: 2ªSecex

8. Advogados constituídos nos autos: Sam de Souza Freitas (OAB/DF nº 16.932), Ocelio Ferreira Gomes (OAB/DF nº 8.746), Sérgio Siqueira (OAB/GO nº 14.265), Guilherme Augusto Arcoverde de Almeida (OAB/DF nº 18.560), Mikael Barbosa Ferreira (OAB/GO nº 18.773).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em razão de irregularidades praticadas na concessão de operações bancárias de crédito na Agência de Planaltina/DF, ocasionando prejuízo financeiro ao patrimônio público, sendo responsabilizados o ex-Gerente-Geral da Agência de Planaltina/DF, Sr. Raimundo Bezerra Oliveira (responsável principal), e solidariamente as empresas correntistas (tomadores/beneficiários de recursos): Akaoni Construtora e Incorporadora Ltda., Rezeq Calçados e Confecções Ltda., Drogaria Tendy Tudo Ltda., Alexon Luiz Félix Santos Ltda., Informacon - Informática e Contabilidade Ltda., Premoenge - Indústria e Comércio de Pré-Moldados de Cimento Ltda., Saraiva & Matias Ltda., Supermercado Linhares Ltda., Jorge Raniele Zansavio Ltda. e Biracont - Contabilidade Ltda.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis Raimundo Bezerra Oliveira (CPF nº 166.684.481-00), Jorge Raniele Zansavio Ltda. (CNPJ nº 36.757.748/0001-80), Biracont - Contabilidade Ltda. (CNPJ nº 36.765.758/0001-68), Informacon - Informática e Contabilidade Ltda. (CNPJ nº 25.132.556/0001-65), Alexon Luiz Félix Santos Ltda. (CNPJ nº 00.405.276/0001-50) e Supermercado Linhares Ltda. (CNPJ nº 37.059.003/0001-00);

9.2. considerar revéis, para todos os efeitos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/92, os responsáveis: Akaoni Construtora e Incorporadora Ltda. (CNPJ nº 72.612.575/0001-76), Razeq Calçados e Confecções Ltda. (CNPJ nº 38.075.206/0001-70), Premoenge - Pré moldados e Engenharia Ltda. (CNPJ nº 37.994.142/0001-21) e Saraiva & Matias Ltda. (CNPJ nº 00.619.957/0001-10);

9.3. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, inciso I, 16, III, alíneas **b**, **c** e **d**, e 19, da Lei nº 8443/92, c.c. art. 209, incisos II, III e IV, do RI-TCU, irregulares as contas dos responsáveis, abaixo especificados, e condená-los em débito, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a' do RI-TCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Caixa Econômica Federal, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir da sua data originária, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.3.1. Responsável: Sr. Raimundo Bezerra Oliveira (CPF 166.684.481-00):

Data	Débito	Ocorrências
30/1/1996 30/1/1996	R$ 9.372,00 R$ 4.362,71	a) favorecimento de clientes, em face da concessão de empréstimos ao arrepio dos atos normativos da CEF, em especial os subitens '11.2.1.2' e '11.2.1.11' do Regulamento de Pessoal, sem garantias, sem observância dos aspectos cadastrais e sem a adequada formalização; b) 'mascaramento' de inadimplência, ao transferi-la de uma agência para outra; c) favorecimento próprio, ao tomar 'empréstimo' de cliente que fora beneficiado por crédito diferido e não honrado, e ainda por manter dois contratos de 'cheque azul' simultaneamente; d) prática de 'jogos contábeis' com o fito de 'mascarar' a regularização das operações financeiras mal concedidas; e) concessão de empréstimos com respaldo em títulos 'frios'; f) contumácia no acatamento de cheques sem provisão de fundos; e g) beneficiar-se do resultado das irregularidades praticadas.

9.3.2. Responsável: Akaoni Construtora e Incorporadora Ltda. (CNPJ 72.612.575/0001-76), solidariamente com o Sr. Raimundo Bezerra Oliveira (CPF 166.684.481-00):

Data	Débito	Ocorrências
7/4/1995	R$ 86.304,79	Beneficiaram-se indevidamente de operações de desconto de títulos, concedidas em afronta a normativos da CEF.

9.3.3. Responsável: Razeq Calçados e Confecções Ltda. (CNPJ 38.075.206/0001-53), solidariamente com o Sr. Raimundo Bezerra Oliveira (CPF 166.684.481-00):

Data	Débito	Ocorrências
10/7/1995	R$ 8.035,90	Beneficiaram-se indevidamente de operação de desconto de títulos, concedida em afronta a normativos da CEF.

9.3.4. Responsável: Drogaria Tendy Tudo Ltda. (CNPJ 37.247.905/0001-70), solidariamente com o Sr. Raimundo Bezerra Oliveira (CPF 166.684.481-00):

Data	Débito	Ocorrências
29/12/1994	R$ 40.941,18	Beneficiaram-se indevidamente da operação de crédito, concedida em afronta a normativos da CEF.

9.3.5. Responsável: Alexon Luiz Félix Santos Ltda. (CNPJ 00.405.276/0001-50), solidariamente com o Sr. Raimundo Bezerra Oliveira (CPF 166.684.481-00):

Data	Débito	Ocorrências
26/6/1995 22/5/1995 6/6/1995 30/12/1994	R$ 6.331,14 R$ 2.627,54 R$ 2.229,88 R$ 2.434,91	Beneficiaram-se indevidamente de operações de desconto de títulos, concedidas em afronta a normativos da CEF.

9.3.6. Responsável: Informacon-Informática e Contabilidade Ltda. (CNPJ 25.132.556/0001-62), solidariamente com o Sr. Raimundo Bezerra Oliveira (CPF 166.684.481-00):

Data	Débito	Ocorrências
16/6/1995 26/6/1995	R$ 9.519,28 R$ 14.503,98	Beneficiaram-se indevidamente de operações de desconto de títulos, concedidas em afronta a normativos da CEF.

9.3.7. Responsável: Premoenge - Pré-moldados e Engenharia Ltda. (CNPJ 37.994.142/0001-21), solidariamente com o Sr. Raimundo Bezerra Oliveira (CPF 166.684.481-00):

Data	Débito	Ocorrências
27/6/1994	CR$ 50.171.164,40	Beneficiaram-se indevidamente da operação de crédito, concedida em afronta a normativos da CEF.

9.3.8. Responsável: Saraiva & Matias Ltda. (CNPJ nº 00.619.957/0001-10), solidariamente com o Sr. Raimundo Bezerra Oliveira (CPF 166.684.481-00):

Data	Débito	Ocorrências
31/10/1996	R$ 104.553,22	Beneficiaram-se indevidamente do Cheque Azul Empresarial, concedido em afronta a normativos da CEF.

9.3.9. Responsáveis: Supermercado Linhares Ltda. (CNPJ 37.059.003/0001-00), solidariamente com o Sr. Raimundo Bezerra Oliveira (CPF 166.684.481-00):

Data	Débito	Ocorrências
10/7/1995	R$ 9.145,10	Beneficiaram-se indevidamente de operação de desconto de títulos, concedida em afronta a normativos da CEF.

9.3.10. Responsáveis: Jorge Raniele Zansavio Ltda. (CNPJ 36.757.748/0001-80), solidariamente com o Sr. Raimundo Bezerra Oliveira (CPF 166.684.481-00):

Data	Débito	Ocorrências
16/6/1995 19/6/1995	R$ 13.140,00 R$ 5.839,27	Beneficiaram-se indevidamente de operações de desconto de títulos, concedidas em afronta a normativos da CEF.

9.3.11. Responsáveis: Biracont Contabilidade Ltda. (CNPJ 36.765.758/0001-68), solidariamente com o Sr. Raimundo Bezerra Oliveira (CPF 166.684.481-00):

Data	Débito	Ocorrências
27/2/1997 27/12/1996	R$ 22.800,30 R$ 22.064,10	Beneficiaram-se indevidamente de operações de desconto de títulos, concedidas em afronta a normativos da CEF.

9.4. Aplicar ao Sr. Raimundo Bezerra Oliveira (CPF 166.684.481-00) a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8443/92, no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), fixando-se-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, de que tratam os subitens 9.3.1 a 9.3.11, retro, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/92, c/c art. 217 do Regimento Interno, a pedido da empresa Drogaria Tendy Tudo Ltda. (CNPJ nº 37.247.905/0001-70), o parcelamento da dívida descrita no subitem 9.3.4 em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze dias), a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta dias), devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor. Alertar à responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, conforme o § 2º do art. 217 do RI-TCU, fixando-se o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, no caso da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar do vencimento das demais, para o responsável comprovar perante o Tribunal o efetivo recolhimento de cada parcela, consoante o art. 214, III, alínea **a**, do RI-TCU;

9.7. encaminhar, com base no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 206, § 6º, RI/TCU, cópia deste Acórdão, bem como do Voto e do Relatório que o fundamentaram, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, para as providências que julgar cabíveis;

9.8. enviar cópia deste Acórdão, do Voto e do Relatório que o fundamentaram, à Diretoria Jurídica da Caixa Econômica Federal - DIJUR/CEF, para que esta unidade o reenvie às respectivas Varas da Justiça Federal, acompanhado das seguintes informações inerentes a cada um dos responsáveis desta TCE: números dos processos judiciais de cobrança e das varas federais para onde foram distribuídos e em que tramitam, comunicando tal providência a este Tribunal.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3093-30/08-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3094/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC nº 007.579/2004-2

2. GRUPO II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Francisco de Vasconcelos Mendes - ex-Prefeito, CPF nº 099.100.853-72 e Empresa Terra Brasilis - Engenharia e Construção e Serviços Ltda.

4. Entidade: : Município de Alvorada do Gurguéia/PI.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: SECEX/PI.

8. Advogado: não atuou.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação de contabilidade do Ministério da Integração Nacional, em decorrência da falhas na execução do convênio nº SEPRE/MPO nº 381/1997, (SIAFI nº 342913), celebrado entre o Ministério do Planejamento e Orçamento/MPO, por intermédio da Secretaria Especial de Políticas Regionais/SEPRE e a Prefeitura Municipal de Alvorada do Gurguéia - PI, objetivando a recuperação de casas de moradores da localidade, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acatar as alegações de defesa da Empresa Terra Brasilis - Engenharia e Construção e Serviços Ltda.;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Francisco de Vasconcelos Mendes, ex-Prefeito, com fulcro nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443/92, concedendo-lhe quitação;

9.3. informar ao Sr. Francisco de Vasconcelos Mendes e à Empresa Terra Brasilis - Engenharia e Construção e Serviços Ltda. o teor da presente deliberação.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3094-30/08-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3095/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: TC-013.939/2005-2 (com 2 anexos).

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Prestação de Contas Anual, exercício de 2002.

3. Responsáveis: Marcos Antonio Siqueira Leite, CPF nº 053.308.744-91, José Jedilson de Góes Costa, CPF nº 019.970.094-04, Waldemir Barbosa Guimarães, CPF nº 024.562.905-59, Adão de Castro Sousa, CPF nº 287.302.753-34, Antonio Denis Rocha, CPF nº 083.114.556-00, Manuel dos Anjos Marques Teixeira, CPF nº 290.575.407-97, Manoel Felipe Rêgo Brandão, CPF nº 231.507.183-68, Luiz Alberto de Almeida Palmeira, CPF nº 270.699.231-04, Raimundo Nonato Soares Lima, CPF nº 207.776.393-00, João Batista de Almeida Fonseca, CPF nº 124.154.642-87, Altair Pereira, CPF nº 327.287.609-00, Antonio Rodrigues de Sousa Neto, CPF nº 051.996.203-63, Leandro Giacomazzo, CPF nº 186.222.241-04, Sônia de Almendra Freitas Portella Nunes, CPF nº 145.470.901-49, Erasmo Veríssimo de Castro Sampaio, CPF nº 210.362.501-30, João Dias Neto, CPF nº 050.273.061-72, Danúsio Cordeiro Studart Gurgel, CPF nº 002.401.333-15, Luciane Pimentel de Lima, CPF nº 958.922.147-53, Ana Lúcia Gatto de Oliveira, CPF nº 416.343.901-30, André Luiz Barreto de Paiva Filho, CPF nº 563.915.520-53 e Ananias dos Reis Almeida, CPF nº 003.037.983-00.

4. Entidade: Banco do Estado do Piauí S/A.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secex/PI.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas anual simplificada do Banco do Estado do Piauí S/A - BEP, relativa ao exercício de 2004.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", e 19, parágrafo único, da Lei nº 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Marcos Antonio Siqueira Leite, ex-presidente do BEP.

9.2. aplicar ao Sr. Marcos Antonio Siqueira Leite a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei nº 8.443/92, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, regulares as contas dos demais responsáveis, arrolados no item 3 deste Acórdão, dando-selhes quitação plena;

9.5. determinar ao Banco do Estado do Piauí S/A que observe o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 8.666/93, abstendo-se de celebrar contratos de prestação de serviços advocatícios, sob o amparo dos permissivos legais que tratam da inexigibilidade e da dispensa de licitação, quando a situação não se enquadre nas exigências ali prescritas.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3095-30/08-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3096/2008- TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC nº 012.929/2006-0

2. GRUPO I - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas

3. Responsáveis: Adiomar Roberto Veronese (CPF:460.222.109-25); Alaine Cantuária de Oliveira (CPF:633.523.542-00); Alberto Pereira Góes (CPF:16596846253); Alfeu Adelino Dantas Junior (CPF:330.603.124-00); Antônio Carlos da Silva Farias (CPF:041.910.562-04); Eli Moreno (CPF:073.980.349-20); Emanuel Silva Pereira (CPF:023.060.772-15); Evandro Bessa de Lima Filho (CPF:021.431.947-49); Genézio Cardoso do Nascimento (CPF:007.980.962-68); Georgett Motta Cavalcante (CPF:051.270.412-00); Gilberto Semblano Oliveira (CPF:032.937.342-00); Joel Nogueira Rodrigues (CPF:136.829.972-53); Jorge Cuauhtemoc Fernandez Rincon (CPF:778.045.208-59); Jaime Domingues Nunes (CPF:146.738.352-04); Josevaldo Bandeira Feitosa (CPF:267.398.792-49); José Quaresma (CPF:060.037.452-15); José Wilson Ribeiro de Oliveira (CPF:030.741.612-72); João Brazão da Silva Neto (CPF:000.915.452-34); João Carlos Calage Alvarenga (CPF:102.341.957-20); João Nascimento Borges Filho (CPF:208.897.042-87); Ladislao Pedroso Monte (CPF:060.008.352-72); Lindalva Martins Mendes (CPF:407.891.523-04); Luiz Iraçu Guimaraes Colares (CPF:042.054.212-49); Marilene Cardoso do Nascimento (CPF:037.395.892-72); Nestor de Souza Moura (CPF:066.940.042-49); Noemia de Sousa Jacob (CPF:263.131.972-91); Oliveira Carneiro da Silva (CPF:102.611.253-20); Paulo Afonso Moura Mendes (CPF:341.840.662-91); Paulo Jorge Viana de Brito (CPF:341.593.472-15); Paulo Roberto Penha Tavares (CPF:144.369.572-68); Paulo Roberto de Almeida Uchôa (CPF:209.106.902-78); Pedro Calmon Pepeu Garcia Vieira Santana (CPF:138.881.291-68); Pedro Paulo Pantoja Creão (CPF:064.625.372-72); Raimundo Reis Nobre (CPF:16390733291); Reinaldo José Teixeira Gonçalves (CPF:004.429.332-15); Rodney Hugo Sbrana (CPF:946.297.068-87); Rosemary Fabião de Araújo (CPF:219.327.944-68); Telma Lucia de Azevedo Gurgel (CPF:182.229.272-72); Vanuza Oliveira Dálmeida (CPF:241.569.302-20).

4. Entidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Amapá - SEBRAE/AP.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: SECEX/SP.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes Prestação de Contas do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Amapá - SEBRAE-AP referente ao exercício de 2005, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas dos responsáveis Sr. Reinaldo José Teixeira Gonçalves (CPF: 004.429.332-15) e Sr. João Carlos Calage Alvarenga (CPF: 102.341.957-20), nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", e 19, parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, e aplicar multa do art. 58 dessa mesa lei a esses responsáveis, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante este Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, com base no art. e 23, inciso III, alínea "a" da citada Lei c/c o art. 214, inciso III, "b" do Regimento Interno/TCU;

9.2. autorizar, desde já, a cobrança judicial das dívidas mencionadas no subitem anterior deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendidas as notificações.

9.3. julgar, com fundamento nos arts. 16, inciso I, e 17 da Lei n. 8.443/1992, regulares as contas dos Adiomar Roberto Veronese (CPF:460.222.109-25); Alaine Cantuária de Oliveira (CPF:633.523.542-00); Alberto Pereira Góes (CPF:16596846253); Alfeu Adelino Dantas Junior (CPF:330.603.124-00); Antônio Carlos da Silva Farias (CPF:041.910.562-04); Eli Moreno (CPF:073.980.349-20); Emanuel Silva Pereira (CPF:023.060.772-15); Evandro Bessa de Lima Filho (CPF:021.431.947-49); Genézio Cardoso do Nascimento (CPF:007.980.962-68); Georgett Motta Cavalcante (CPF:051.270.412-00); Gilberto Semblano Oliveira (CPF:032.937.342-00); Joel Nogueira Rodrigues (CPF:136.829.972-53); Jorge Cuauhtemoc Fernandez Rincon (CPF:778.045.208-59); Jaime Domingues Nunes (CPF:146.738.352-04); Josevaldo Bandeira Feitosa (CPF:267.398.792-49); José Quaresma (CPF:060.037.452-15); José Wilson Ribeiro de Oliveira (CPF:030.741.612-72); João Brazão da Silva Neto (CPF:000.915.452-34); João Nascimento Borges Filho (CPF:208.897.042-87); Ladislao Pedroso Monte (CPF:060.008.352-72); Lindalva Martins Mendes (CPF:407.891.523-04); Luiz Iraçu Guimaraes Colares (CPF:042.054.212-49); Marilene Cardoso do Nascimento (CPF:037.395.892-72); Nestor de Souza Moura (CPF:066.940.042-49); Noemia de Sousa Jacob (CPF:263.131.972-91); Oliveira Carneiro da Silva (CPF:102.611.253-20); Paulo Afonso Moura Mendes (CPF:341.840.662-91); Paulo Jorge Viana de Brito (CPF:341.593.472-15); Paulo Roberto Penha Tavares (CPF:144.369.572-68); Paulo Roberto de Almeida Uchôa (CPF:209.106.902-78); Pedro Calmon Pepeu Garcia Vieira Santana (CPF:138.881.291-68); Pedro Paulo Pantoja Creão (CPF:064.625.372-72); Raimundo Reis Nobre (CPF:16390733291); Reinaldo José Teixeira Gonçalves (CPF:004.429.332-15); Rodney Hugo Sbrana (CPF:946.297.068-87); Rosemary Fabião de Araújo (CPF:219.327.944-68); Telma Lucia de Azevedo Gurgel (CPF:182.229.272-72); Vanuza Oliveira Dálmeida (CPF:241.569.302-20), dando-lhes quitação plena;

9.4. determinar ao SEBRAE/AP que:

9.4.1. na celebração de contratos no âmbito da Entidade, designe um representante para acompanhar e fiscalizar sua execução, de forma a permitir um planejamento mais eficaz na gestão e a adoção de providências estipuladas no art. 31 do Regulamento de Licitações de Contratos do SEBRAE, quando cabíveis;

9.4.2. quando da contratação de empresas, obedeça os princípios constitucionais que regem as contratações no âmbito da Administração Pública, sobretudo o da legalidade, bem como as suas normas internas que regulamentam a matéria, de tal forma a somente contratar empresas regularmente constituídas, possuidoras de CNPJ, e que apresentem a documentação necessária à habilitação em data anterior à assinatura do contrato;

9.4.3. cumpra os ditames do Regulamento de Licitações e Contratos do SEBRAE, máxime o que diz respeito às modalidades licitatórias, dispensa e inexigibilidade de licitação, e exigência dos documentos fiscais dos fornecedores (arts. 9º a 12 do Regulamento de Licitações de Contratos do SEBRAE), bem como observe os princípios que fundamentam as licitações da Administração Pública.

9.4.4. implemente sistema de autuação e numeração de processos para viabilizar o controle e dar mais segurança aos contratos firmados, em atenção aos princípios constitucionais da publicidade e eficiência;

9.4.5. planeje adequadamente suas necessidades de aquisição de material e implemente uma política de compras que não permita o fracionamento indevido de despesas;

9.5. determinar à Controladoria-Geral da União no Estado do Amapá que:

9.5.1. verifique nas próximas contas o cumprimento das determinações dirigidas ao SEBRAE/AP;

9.5.2. em futuras auditorias no SEBRAE/AP, averigúe a eficácia do controle do uso de veículos no SEBRAE/AP, implementado pela Instrução Normativa 23/00, em vigor desde a partir de 01 de abril de 2007, e se tal normativo está sendo efetivamente observado pela Entidade.

9.6. dar ciência da presente deliberação ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Amapá - SEBRAE/AP e aos Srs. Reinaldo José Teixeira Gonçalves e João Carlos Calage Alvarenga.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3096-30/08-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3097/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC 005.310/2005-7

2. Grupo I - Classe de assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Daniel Alves de Souza - CPF 204.240.605-82.

4. Unidade: Prefeitura Municipal de São José do Jacuípe/BA.

5. Relator: Auditor Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira.

7. Unidades técnicas: Secex/BA e 7ª Secex.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE em razão da omissão, do sr. Daniel Alves de Souza, ex-Prefeito, no dever de prestar contas dos recursos repassados ao município de São José do Jacuípe/BA, no exercício de 1998, por força do convênio 40604/1998, Siafi 355037, cujo objeto era garantir, supletivamente, com recursos financeiros, a manutenção das escolas públicas municipais e municipalizadas que atendesse mais de vinte alunos no ensino fundamental, à conta do Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - PMDE,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/92, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as presentes contas e em débito o sr. Daniel Alves de Souza, ex-Prefeito, pela quantia de R$ 30.100,00, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir de 20/8/1998 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar ao responsável a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do término do prazo fixado neste acórdão, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. com fundamento no art. 209, § 6º, do RI/TCU, remeter cópia da documentação pertinente à Procuradoria da República no Estado da Bahia, para o ajuizamento das ações que entender cabíveis.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3097-30/08-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2 Ministro que se declarou impedido: Aroldo Cedraz.

13.3. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3098/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-022.288/2006-6.

2. Grupo: I - Classe de assunto: II - Tomada de contas especial.

3. Responsável: Benedito Ferreira Pires Segundo (CPF 012.222.103-63) e Construtora Fortaleza Ltda. (CNPJ 02.220.050/0001-00).

4. Unidade: Município de Alto Alegre do Maranhão/MA.

5. Relator: Auditor Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Secex/GO.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, tendo como responsáveis o Sr. Benedito Ferreira Pires Segundo, ex-Prefeito Municipal de Alto Alegre do Maranhão/MA, e a Construtora Fortaleza Ltda. em razão da não-aprovação da prestação de contas do Convênio 112/2001 e Termo Aditivo, celebrados com aquela municipalidade, no valor original total de R$ 330.349,00 (trezentos e trinta mil e trezentos e quarenta e nove reais), que tinham por objeto a elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e a implantação de Aterro Sanitário no município,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "c" e § 2º, alínea "b", e 19, *caput*, todos da Lei 8.443/92, julgar as presentes contas irregulares e condenar, solidariamente, os responsáveis Sr. Benedito Ferreira Pires Segundo (CPF 012.222.103-63) e a empresa Construtora Fortaleza Ltda. (CNPJ 02.220.050/0001-00), ao pagamento da importância de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 19/2/2002, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.2. aplicar ao Sr. Benedito Ferreira Pires Segundo (CPF 012.222.103-63) e à empresa Construtora Fortaleza Ltda. (CNPJ 02.220.050/0001-00), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forrem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, e

9.4. remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 6º, do Regimento Interno.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3098-30/08-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3099/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-008.191/2007-4

2. Grupo: I - Classe de assunto: II -Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Sávio Jesus de Castro e Costa (CPF 001.890.733-49).

4. Unidade: Município de João Lisboa/MA.

5. Relator: Auditor Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Secex/MA.

8.Advogado constituído nos autos: não há.

9.Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, de responsabilidade do Sr. Sálvio Jesus de Castro e Costa, ex-Prefeito do Município de João Lisboa/MA, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em decorrência da omissão no dever de prestar contas relativas aos recursos repassados em 26/02/1998 ao município por meio do Convênio 7715/1997, no valor de R$ 30.060,00, objetivando a execução do Programa de Capacitação de Jovens e Adultos, com a capacitação de 42 docentes e obtenção do material didático pedagógico para 1.470 alunos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, as presentes contas irregulares e condenar o Sr. Sávio Jesus de Castro e Costa ao pagamento da quantia de R$ 30.060,00 (trinta mil e sessenta reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que seja comprovado, perante o tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir de 26/02/1998 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar ao responsável, com base no art. 57 da Lei 8.443/92, multa no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas caso não atendida a notificação;

9.4. com fundamento no art. 209, § 6º, do RI/TCU, remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado do Maranhão para o ajuizamento das ações que entender cabíveis.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3099-30/08-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3100/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-008.317/2007-8

2. Grupo: I - Classe de assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Benedito Ferreira Pires Segundo, ex-Prefeito (CPF 012.222.103-63).

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Alto Alegre do Maranhão/MA.

5. Relator: Auditor Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, em exercício, Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade técnica: Secex/MA.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada contra o Sr. Benedito Ferreira Pires Segundo, ex-Prefeito do Município de Alto Alegre do Maranhão/MA, em razão da omissão do dever de prestar contas dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) no exercício de 2004, no valor total de R$ 194.425,47, objetivando atender as despesas para execução do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em:

9.1. julgar as presentes contas irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, e condenar em débito o Sr. Benedito Ferreira Pires Segundo, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento, aos cofres da Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), das importâncias abaixo especificadas, devidamente atualizadas e acrescidas dos juros de mora pertinentes, calculados a partir das datas abaixo indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

Valor (R$)	Data
19.442,55	29/04/2004
19.442,55	24/05/2004
19.442,55	25/06/2004
19.442,55	28/07/2004
19.442,55	13/09/2004
19.442,55	11/10/2004
19.442,55	10/11/2004
19.442,55	27/11/2004
19.442,55	24/12/2004
19.442,55	28/12/2004

9.2. aplicar ao Sr. Benedito Ferreira Pires Segundo a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. remeter cópia da documentação pertinente à Procuradoria da República no Estado do Maranhão para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis, com fundamento no art. 209, § 6º, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3100-30/08-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3101/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-022.251/2007-4

2. Grupo: I - Classe de assunto: II - Tomada de Contas Especial .

3. Responsável: Sandro da Silva Pires (CPF: 335.320.282-04).

4. Unidade: Município de Manaquiri/AM.

5. Relator: Auditor Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Secex/AM.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, de responsabilidade do Sr. Sandro da Silva Pires, ex-Prefeito do Município de Manaquiri/AM, instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em decorrência da omissão no dever de prestar contas relativas aos recursos relativos ao Plano de Ação aprovado pela Portaria 28/MAPS/03, de 31 de janeiro de 2003 e pela Portaria 374/MDS/04, objetivando a execução do Serviço de Ação Continuada no município,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, as presentes contas irregulares e condenar o Sr. Sandro da Silva Pires ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que seja comprovado, perante o tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas de ocorrência indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor (R$)	Data da ocorrência
4.084,80	11/04/2003
12.254,40	24/07/2003
6.127,20	17/12/2003
2.042,40	29/12/2003

9.2. aplicar ao responsável, com base no art. 57 da Lei 8.443/92, multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas caso não atendida a notificação;

9.4. com fundamento no art. 209, § 6º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado Amazonas para o ajuizamento das ações que entender cabíveis.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3101-30/08-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3102/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1.Processo TC-022976/2007-1

2.Grupo: I - Classe de assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3.Responsável: João de Deus Plínio Marques (CPF 020.255.822-34) e José Nivalter Correia Lima (CPF 026.933.802-00).

4.Unidade: Município de Itapiranga/AM.

5.Relator: Auditor Augusto Sherman Cavalcanti.

6.Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7.Unidade técnica: Secex/AM.

8.Advogado constituído nos autos: não há.

9.Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, de responsabilidade dos Srs. João de Deus Plínio Marques, ex-Prefeito do Município de Itapiranga/AM, e José Nivalter Correia Lima, atual prefeito do município, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em decorrência da omissão no dever de prestar contas relativas aos recursos repassados no exercício de 2004 por conta do Programa Nacional de Auxílio ao Transporte Escolar - PNATE,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, as presentes contas irregulares e condenar os Srs. João de Deus Plínio Marques e José Nivalter Correia Lima, solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que seja comprovado, perante o tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas de ocorrência indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor (R$)	Data da ocorrência
3.284,89	28/04/2004
3.284,89	07/06/2004
3.284,89	25/06/2004
3.284,89	28/07/2004
3.284,89	13/09/2004
3.284,89	11/10/2004
3.284,89	10/11/2004
3.284,89	24/12/2004
2.843,58	28/12/2004

9.2. aplicar aos responsáveis, com base no art. 57 da Lei 8.443/92, multa individual no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas caso não atendida a notificação;

9.4. com fundamento no art. 209, § 6º, do RI/TCU, remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado Amazonas para o ajuizamento das ações cabíveis.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3102-30/08-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3103/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-031.049/2007-4

2. Grupo: I - Classe de assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Francisco Hélio Bezerra Bessa (CPF 028.107.602-25).

4. Unidade: Município de Tefé/AM.

5. Relator: Auditor Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, em exercício, Dr. Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade técnica: Secex/AM.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, de responsabilidade do Sr. Francisco Hélio Bezerra Bessa, ex-Prefeito do Município Tefé/AM, instaurada pela Caixa Econômica Federal, em decorrência da omissão no dever de prestar contas relativas aos recursos repassados entre 2000 e 2002 ao município por meio do Contrato de Repasse 091248-33/99/SEDU/PR/CAIXA, no valor histórico de R$ 106.875,00, objetivando a implantação de infra-estrutura urbana em área degradadas, insalubres ou em situação de risco, no âmbito do Programa Pró-Infra,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, as presentes contas irregulares e condenar o Sr. Francisco Hélio Bezerra Bessa ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que seja comprovado, perante o tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Caixa Econômica Federal, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas de ocorrência indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor (R$)	Data da ocorrência
23.250,00	29/06/2000
38.685,00	25/09/2000
44.940,00	27/11/2002

9.2. aplicar ao responsável, com base no art. 57 da Lei 8.443/92, multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas caso não atendida a notificação;

9.4. com fundamento no art. 209, § 6º, do RI/TCU. , remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado do Amazonas para o ajuizamento das ações que entender cabíveis.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3103-30/08-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3104/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC 016.032/2003-0

2. Grupo: I - Classe de assunto: II - Tomada de contas especial.

3. Responsáveis**:** Alcir Mendonça da Silva (CPF 042.057.581-20)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Zé Doca/MA

5. Relator: Auditor André Luís de Carvalho

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira

7. Unidade técnica: Secex/MA
8. Advogado constituído nos autos: Carlos Augusto Macêdo Couto- OAB/MA 6.710

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade do Sr. Alcir Mendonça da Silva, ex-Prefeito do Município de Zé Doca/MA, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE em decorrência da omissão original no dever de prestar contas da aplicação dos recursos transferidos à municipalidade por intermédio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) durante o exercício de 2000.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e IV e § 6º, 210 e 214, inciso III, do RITCU, julgar as presentes contas **irregulares** e em débito o Sr. Alcir Mendonça da Silva, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 54.100,00 (cinqüenta e quatro mil e cem reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 10/7/2000 até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE:

9.2. aplicar ao responsável, com base no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendida a notificação e

9.4. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443, de 1992 c/c o § 6º do art. 209 do RITCU, remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, para adoção das medidas julgadas cabíveis.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3104-30/08-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3105/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC 013.940/2007-0 (com 1 volume)
2. Grupo I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Cíntia Lombardi (CPF 482.407.020-15).
4 Entidade: Conselho nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
5. Relator: Auditor André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secex/RS.
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade da Sra. Cíntia Lombardi, instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ante a não-comprovação da conclusão do curso de Doutorado realizado em Baltimore - EUA, custeado com bolsa de estudos do CNPq no período de 9/1992 a 2/1994, e o não-retorno ao País após o prazo pactuado.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e IV e § 6º, 210 e 214, inciso III, do RITCU, julgar as presentes contas **irregulares** e em débito a responsável, Sra. Cíntia Lombardi, condenando-a ao pagamento da quantia de R$ 147.883,60 (cento e quarenta e sete mil, oitocentos e oitenta e três reais e sessenta centavos), em valores de 18/3/2004, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento do referido valor aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação; e

9.3. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei n.º 8.443/1992 c/c o § 6º do art. 209 do RITCU, remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, para adoção das medidas julgadas cabíveis.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3105-30/08-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3106/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC 003.043/2008-7.
2. Grupo I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Geraldo Braga Cândido Thiago, CPF 545.474.669-04.
4. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
5. Relator: Auditor André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral em exercício Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secex/PR.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Agência Brasileira de Correios e Telégrafos, em desfavor do Sr. Geraldo Braga Cândido Thiago, ex-funcionário da agência dos correios do município de Centenário do Sul/PR, em razão da prática fraudulenta no resgate de títulos de capitalização da empresa Liderança Capitalização e apropriação indébita de numerário da agência dos correios;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", 19, **caput**, e 23 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c inciso I, art. 209, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as presentes contas e condenar o Sr. Geraldo Braga Cândido Thiago ao pagamento da importância de R$ 50.640,41 (cinqüenta mil, seiscentos e quarenta reais e quarenta e um centavos), atualizada monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir de 22/9/2005, até a data da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.2. com fulcro no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, aplicar ao responsável, Sr. Geraldo Braga Cândido Thiago, multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da mesma Lei, atualizada monetariamente, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.4. remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do artigo 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3106-30/08-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3107/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC-005.987/2004-7
2. Grupo I - Classe IV - Admissão.
3. Interessado: Mauro César Pirajá Ribeiro Barbosa
4. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal.
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, discutidos e relatados estes autos de processo de admissão, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, com fulcro no inciso III do art. 71 da Constituição Federal, c/c inciso V do art. 1º e II do art. 39, ambos da Lei nº 8.443/92, em:

9.1. considerar ilegal a admissão de Mauro César Pirajá Ribeiro Barbosa e negar registro ao ato de fls. 1/2;
9.2. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3107-30/08-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3108/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC-006.261/2006-3
2. Grupo I - Classe IV - Admissão.
3. Interessado: Márcio Rodrigues Silva
4. Entidade: Banco do Brasil S/A
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Caribé
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal.
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, discutidos e relatados estes autos de processo de admissão, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, com fulcro no inciso III do art. 71 da Constituição Federal, c/c inciso V do art. 1º e II do art. 39, ambos da Lei nº 8.443/92, em:

9.1. considerar ilegal a admissão de Márcio Rodrigues Silva e negar registro ao ato de fls. 1/2;
9.2. determinar ao Banco do Brasil que adote as seguintes providências, no prazo de quinze dias:
9.2.1. notifique o interessado do inteiro teor desta deliberação
9.2.2. promova o desligamento do empregado e cesse todo e qualquer pagamento decorrente da presente admissão, salvo se o interessado comprovar ter se exonerado de seu cargo efetivo na Administração Federal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade omissa, nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal;
9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe o cumprimento das determinações contidas no subitem 9.2.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3108-30/08-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3109/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-008.231/1995-8
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Carmen Maria Cantinho de Melo
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral em Pernambuco
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal.
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, discutidos e relatados estes autos de processo de aposentadoria, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, com fulcro no inciso II do art. 39 da Lei nº 8.443/92 e no inciso IX do art. 71 da Constituição Federal, c/c § 1º do art. 261 do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. considerar legal a concessão de aposentadoria à servidora Carmen Maria Cantinho de Melo e determinar o registro do ato de fl. 54;
9.2. considerar ilegal a alteração de aposentadoria à servidora Carmen Maria Cantinho de Melo e negar registro ao ato de fl. 55;
9.3. dispensar a devolução das quantias indevidamente recebidas, nos termos do Enunciado n.º 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.4. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral em Pernambuco que, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, contados a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.5. esclarecer ao TRE-PE que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e encaminhamento a este Tribunal, pelo sistema Sisac, de novo ato concessório, desde que retificado o pagamento do valor da opção, para corresponder a 70% do valor-base do CJ-FC-08 (atual CJ-02), estipulado pela Lei n.º 9.421/96, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno;
9.6. determinar que a Secretaria de Fiscalização de Pessoal acompanhe o cumprimento da determinação contida no subitem 9.4.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3109-30/08-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3110/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-009.863/2007-2
2. Grupo II - Classe V - Pensão civil.
3. Interessado: José Paulo de Paiva (filho inválido de Carlos Maria de Paiva Ronco)
4. Órgão: Ministério Público Militar
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal.
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, discutidos e relatados estes autos de processo de pensão civil, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, com fulcro no inciso II do art. 39 da Lei nº 8.443/92, em:
9.1. considerar legal a concessão de pensão a José Paulo de Paiva e determinar o registro do ato de fls. 1/3;
9.2. determinar o arquivamento deste processo.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3110-30/08-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3111/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-028.412/2007-4
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Claudisdete Costa Moraes
4. Entidade: Hospital das Forças Armadas
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal.
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, discutidos e relatados estes autos de processo de aposentadoria, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, com fulcro no inciso II do art. 39 da Lei nº 8.443/92 e no inciso IX do art. 71 da Constituição Federal, c/c § 1º do art. 261 do Regimento Interno deste Tribunal, em:
9.1. considerar legal a concessão de aposentadoria à servidora Claudisdete Costa Moraes e determinar o registro do ato de fls 1/5;
9.2. recomendar ao Hospital das Forças Armadas que considere, no cálculo da proporcionalidade dos proventos, o tempo laborado na iniciativa privada averbado pelo Instituto Nacional do Seguro Social;
9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3111-30/08-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3112/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-030.609/2007-7
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Argemiro Dionísio de Paiva
4. Órgão: Ministério da Defesa
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal.
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, discutidos e relatados estes autos de processo de aposentadoria, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, com fulcro no inciso II do art. 39 da Lei nº 8.443/92 e no inciso IX do art. 71 da Constituição Federal, c/c § 1º do art. 261 do Regimento Interno deste Tribunal, em:
9.1. considerar legal a presente concessão e determinar o registro do ato de fls. 1/5;
9.2. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3112-30/08-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3113/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-005.741/2008-0
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Cláudio Manoel Alves
4. Órgão: Ministério Público Federal
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal.
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, discutidos e relatados estes autos de processo de aposentadoria, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, com fulcro no inciso II do art. 39 da Lei nº 8.443/92, em:
9.1. julgar legal a concessão de aposentadoria a Cláudio Manoel Alves e determinar o registro do ato de fls. 1/5;
9.2. determinar o arquivamento deste processo.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3113-30/08-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3114/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC 015.906/2006-9
2. Grupo I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Ângelo Massatoshi Ebesui (CPF 811.866.148-20)
4. Órgão: Comissão Nacional de Energia Nuclear/MCT
5. Relator: Auditor André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria a servidor inativo da Comissão Nacional de Energia Nuclear;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, e nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em:
9.1. considerar ilegal a concessão inicial de aposentadoria ao Sr. Angelo Massatoshi Ebesui, negando registro ao ato de fls. 2/7;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, com base no Enunciado da Súmula n.º 106 do TCU;
9.3. determinar à Comissão Nacional de Energia Nuclear que, no prazo de 15 (quinze) dias após a ciência do interessado, adote as seguintes medidas:
9.3.1. faça cessar o pagamento decorrente do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, informando-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, em caso de ser negado provimento, não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação;
9.3.3. oriente o Sr. Ângelo Massatoshi Ebesui que é imprescindível o seu retorno à atividade para fins de cômputo de tempo de contribuição necessário à aposentação, ainda que com proventos proporcionais;
9.4. determinar à Sefip que acompanhe a implementação das medidas constantes do subitem 9.3 supra.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3114-30/08-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3115/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: TC 002.821/2003-8
2. Grupo: I - Classe de Assunto: VI - Representação.
3. Interessado: Procuradoria da União no Estado da Bahia
4. Unidade: Município de Serra Preta/BA
5. Relator: Auditor André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secex/BA.
8. Advogados constituídos nos autos: Girlene Matos Pereira Gonçalves, OAB/BA 19.584

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela Procuradoria da União no Estado da Bahia acerca de irregularidades ocorridas no Município de Serra Preta/BA na aplicação dos recursos do Fundef.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, uma vez atendidos os pressupostos de admissibilidade insertos nos arts. 235 e 237, inciso I e parágrafo único, do RITCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Benedito Macedo Gonçalves , ex-prefeito de Serra Preta/BA, quanto à ocorrência de irregularidades elencadas nos itens I "c" a "f" constantes do ofício de audiência de fls. 58/59;
9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Benedito Macedo Gonçalves , ex-prefeito de Serra Preta/BA para as irregularidades apresentadas nos itens I, "a" e "b", II e III do ofício de fls. 58/59;
9.4. determinar ao Município de Serra Preta/BA que proceda o pronto recolhimento do valor de R$ 64.205,62 (sessenta e quatro mil, duzentos e cinco reais e sessenta e dois centavos), com recursos da Prefeitura, à conta do Fundeb do Município, sob pena de se promover a devida tomada de contas especial em desfavor da municipalidade no âmbito do TCU;
9.5. remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da União no Estado da Bahia;
9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de, nos termos do art. 250, II (parte final) do RITCU, determinar à Secex/BA que monitore o cumprimento da determinação contida no item 9.4.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3115-30/08-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3116/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: TC 022.349/2006-3
2. Grupo: I - Classe de Assunto: VI - Representação.
3. Interessado: Dr. Marcos Luiz da Silva , Procurador-Chefe da União no Piauí
4. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral no Estado do Piauí - TRE/PI
5. Relator: Auditor André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secex/PI.
8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pelo Procurador-Chefe da União no Estado do Piauí acerca de irregularidade cometida no âmbito do TRE do Piauí, concernente à concessão e ao pagamento de vantagens pecuniárias a servidor daquele tribunal pelo exercício da função de Chefe de Cartório da 97ª Zona Eleitoral.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, uma vez atendidos os pressupostos de admissibilidade insertos nos arts. 235 e 237, inciso III e parágrafo único, do RITCU, para, no mérito, considerá-la procedente;
9.2. considerar ilegal o ato administrativo que autorizou a equiparação do pró-labore percebido pelo Sr. Leonardo Moraes Júnior ao padrão remuneratório da função comissionada FC-07, bem como o ato que estendeu a eficácia da gratificação percebida pelo exercício da referida atividade laboral, para todos os efeitos legais;
9.3. assinar o prazo de quinze dias, contados da ciência da presente deliberação, com fundamento no art. 71, IX, da Constituição Federal, e art. 45 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 251 do RITCU, para que o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí comunique ao interessado, Sr. Leonardo Moraes Júnior, o inteiro teor do Acórdão ora prolatado, e, logo após, faça cessar os pagamentos das parcelas decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, com fundamento no Enunciado nº 249 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.5. dar ciência do inteiro teor desta deliberação ao Sr. Leonardo Moraes Júnior, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a prolação da presente deliberação, em caso de não-provimento do recurso;

9.6. remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Sr. Marcos Luiz da Silva, Procurador-Chefe da União no Piauí (fl.01), e ao Sr. Marco Aurélio Adão, Procurador da República no Piauí (fl.34);

9.7. determinar que a Secex/PI remeta cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Sefip, para que esta unidade técnica promova a juntada dessa cópia ao processo de concessão de aposentadoria atinente ao Sr. Leonardo Moraes Júnior;

9.8. apensar o presente processo às contas do TRE/PI referentes ao exercício de 2005, sem prejuízo de determinar à Secex/PI que, nos termos do art. 250, II (parte final) do RITCU, monitore o cumprimento da determinação contida no item 9.3 retro.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3116-30/08-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3117/2008 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC-008.276/2007-3

2. Grupo II - Classe VI - Representação

3. Interessado: George Santoro Advogados

4. Unidade Jurisdicionada: Conselho Regional de Psicologia 5ª Região

5. Relator: Auditor André Luís de Carvalho

6. representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo/RJ

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação acerca de possíveis irregularidades na Tomada de Preços nº 003/2007, conduzida pelo Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região, cujo objeto era a contratação de sociedade de advogados para a prestação de serviços pelo período de doze meses, prorrogável a critério da contratante.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com arrimo no art. 43, II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c art. 250, IV, do Regimento Interno, determinar à Secex/RJ que:

9.1.1. promova a audiência dos responsáveis pelo Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativa para a contratação de escritório de advocacia, decorrente da Tomada de Preços 003/2007, apesar do relacionamento de companherismo entre membro do referido escritório e a assessora jurídica do Conselho, com potencial comprometimento da isonomia do certame e com possível afronta aos princípios da moralidade, impessoalidade e transparência, informadores da conduta dos gestores públicos;

9.1.2. promova a audiência dos responsáveis pelo Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se, objetivamente, sobre os critérios utilizados para definição dos valores remuneratórios dos advogados contratados pelo Conselho, por meio de concurso e por meio de provimento em comissão;

9.2. remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região e ao representante.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3117-30/08-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3131/2008 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 010.598/2006-6 (com 1 volume 4 anexos).

2. Gupo II - Classe I - Pedido de Reexame

3. Interessados: Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), União do Policial Rodoviário do Brasil (UPRB), União, representada pelo Advogado-Geral da União, Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Abel Bernanrdo dos Santos (CPF 264.247.707-04), Adalto Quintino da Silva (CPF 030.708.913-49), Adelson Teixeira de Souza (CPF 150.883.834-87), Adilson Campelo Faria (CPF 299.467.947-72), Adilson Ribeiro Soares (CPF 257.146.277-68), Aécio Flávio Fernandes (CPF 048.819.584-53), Ailton das Neves - (CPF 077.658.511-87), Alberto Amaury Ramos (CPF 548.867.838-72), Alberto Benevenuto Aguiar (CPF 109.268.446-87), Alberto Cláudio Barata Pires (CPF 028.614.612-68), Alberto Luiz Fernandes de Pinho (125.371.446-00), Alcimar Luiz Trentin (CPF 081.481.809-97), Alcindo Martins da Silva (CPF 067.025.461-49), Alex Joaquim Gonçalves Gil (CPF 147.532.780-34) Alexandre Ferreira dos Santos Filho (CPF 253.234.407-59), Almir de Castro Cardoso (CPF 257.242.317-00), Almir Ildefonso Carvalho Ramos (CPF 016.506.029-87), Alvacy Cosme Brasil (CPF 036.340.865-72), Álvaro Moraes Filho (CPF 087.324.187-87).

4. Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, em exercício Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Sefip e Serur

8. Advogados constituídos nos autos: autos: Advogado-Geral da União; João Luiz Arzeno da Silva (OAB/PR 23.510-B) e Josilma Saraiva (OAB/DF 11.997)

8.1. Interessados em sustentação oral: João Luiz Arzeno da Silva (OAB/PR 23.510-B) e Josilma Saraiva (OAB/DF 11.997)

9. Acórdão

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de pedido de reexame interposto pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) contra o acórdão 2178/2006-TCU-2ª Câmara e de pedido de habilitação como interessada formulado pela União, representada pelo Advogado-Geral da União.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. preliminarmente à apreciação do mérito do presente Pedido de Reexame, instaurar o Incidente de Uniformização de Jurisprudência, com supedâneo no artigo 91 do Regimento Interno desta Corte;

9.2. determinar à Secretaria das Sessões a constituição de volume anexo aos presentes autos, para que seja examinado o Incidente de Uniformização ora suscitado, nos termos do § 8º do art. 5º da Resolução - TCU 191/2006;

9.3. encaminhar os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal, a fim de que ratifique, se assim o entender, a sua manifestação acerca da divergência jurisprudencial existente no âmbito desta a respeito da recepção da Lei Complementar 51, de 1985, pela Constituição Federal de 1988, e pelas Emendas Constitucionais nos 20, de 1998, 41, de 2003, e 47, de 2005, para dar cumprimento aos termos do art. 91, § 1º, do Regimento Interno/TCU;

9.4. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos interessados.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3131-30/08-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3132/2008 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 000.391/2004-4

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.

3. Embargantes: Ernani Ribeiro Garrido (CPF 007.993.433-15), José Roberto Soares (CPF 001.899.103-30), Maria das Dores Pinheiro Corrêa (CPF 074.943.433-34), Maria das Graças Carvalho Leite (CPF 044.891.013-68), Mário Cella (CPF 022.311.903-20), Moacir Antônio Col Debella (CPF 090.429.030-15), Narcisa Enes Rocha (CPF 207.078.273-53), Nélio Brandão Neves (CPF 013.019.263-53), Nizan Costa do Amaral (CPF 004.253.893-91), Pedro Ribeiro da Silva (CPF 037.892.763-91), Rosário Dias Carneiro (CPF 055.186.523-72), Sylvia Augusta de Amorim Parga (CPF 012.159.223-53), Yêda Stela da Silva Salim Rosa (CPF 269.528.313-04) e Zenir de Jesus Lins Pontes (CPF 074.949.713-00).

4. Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - FUFMA.

5. Relator: ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Advogados constituídos nos autos: José Guilherme Carvalho Zagallo (OAB/MA 4059).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração interpostos pelos ex-servidores da Fundação Universidade Federal do Maranhão acima indicados contra o acórdão 1719/2008 - 2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes e à FUFMA.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3132-30/08-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3133/2008 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 020.863/2005-2 (com 10 volumes e 2 anexos com 4 volumes)

1.1 Apensos: TCs 015.715/2006-7, 016.399/2006-0, 020.698/2006-5, 023.937/2006-0 e 027.222/2006-7

2. Grupo I - Classe VI - Representação

3. Natureza: Representação

5. Interessados: Ouvidoria do Tribunal de Contas da União, Marcos Antônio Ronchetti (CPF 338.992.580-53) e Empresa SP Alimentação Ltda. (CNPJ 02.293.852/0001-40).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: não consta

7. Unidade Técnica: Secex/RS

8. Advogado constituído nos autos: Willian Oliveira Machado (OAB/RS 39.053)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação acerca de possíveis irregularidades ocorridas na terceirização do Programa de Alimentação Escolar no município de Canoas/RS, autuada a partir da Informação da Ouvidoria 4141/2005.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos artigos 237, inciso VII, do Regimento Interno, e no art. 132, VI da Resolução 191/2006, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativas apresentadas pelo Sr. Marcos Anônio Ronchetti;

9.2. determinar, com fulcro no art. 47 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 252 do Regimento Interno-TCU, a conversão do presente processo em tomada de contas especial, para que seja promovida a quantificação do débito, e, posteriormente, a citação dos responsáveis solidários arrolados nos autos, em razão da existência de fortes indícios de sobrepreço praticado, pagamentos indevidos e fornecimento de merenda em quantidade e qualidade inferiores ao previsto no contrato pago com recursos transferidos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE ao Município de Canoas/RS;

9.3. determinar, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno, à prefeitura Municipal de Canoas/RS que:

9.3.1. atente para o disposto na Resolução 32, de 10/8/2006 do FNDE, com as alterações propostas pelas Resoluções 33/2006 e 25/2007;

9.3.2. quando se utilizar do modelo de terceirização no Programa Nacional de Alimentação Escolar:

9.3.2.1. siga os preceitos da Lei 8.666/93, em especial no tocante à não-restrição da competitividade;

9.3.2.1. fixe nos contratos de terceirização as quantidades e a qualidade dos gêneros alimentícios que compõem o cardápio, além de estabelecer que essas quantidades sejam expressas em medidas padronizadas;

9.3.2.2. incremente o controle efetivo da quantidade de refeições servidas, especialmente das repetições;

9.3.2.3. introduza controles gerenciais quanto às quantidades totais de gêneros alimentícios fornecidos para que possam ser realizados cruzamentos de dados relativos às quantidades de cardápios/dia faturados mensalmente;

9.3.3. propicie ao Conselho de Alimentação Escolar as condições necessárias ao pleno funcionamento, o que inclui instalações físicas, adequada composição dos seus membros, fornecimento de materiais, equipamentos e veículos para o exercício da fiscalização, bem como atenda prontamente às solicitações de informações e de apresentação de documentos para fins de análise das prestações de contas, entre outros deveres, conforme as disposições do artigo 13 da Resolução 32/2006 - FNDE;

9.4. dar conhecimento da presente deliberação ao FNDE, enviando cópia do Acórdão, Relatório e Voto, para que avalie a conveniência de rever a aprovação da prestação de contas do PNAE e PNAC, do exercício de 2005, e para subsidiar a análise das prestações de contas dos exercícios seguintes;

9.5. dar ciência da presente deliberação ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul;

9.6. encaminhar cópia do Acórdão, Relatório e Voto ao Procurador da República Flávio Augusto de Andrade Strapason.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3133-30/08-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3134/2008 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 021.889/2006-1 (com 1 volume e 3 anexos)

2. Grupo I, Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração (TCE)

3. Interessados: Gilberto de Souza Mello (CPF 126.244.896-49), ex-Prefeito, e José Carlos Dias Ferreira (CPF 502.452.877-87)

4. Entidade: Município de Galiléia/MG

5.Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, em exercício, Paulo Soares Bugarin

7. Unidades Técnicas: Secex/MG e Serur

8. Advogado constituído nos autos: Renato Nascimento (OAB/MG 62.202)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de Recursos de Reconsideração interpostos pelos Srs. Gilberto de Souza Mello, ex-Prefeito Municipal de Galiléia/MG, e José Carlos Dias Ferreira, contra os termos do Acórdão 3106/2007-TCU-2ª Câmara que julgou suas contas irregulares,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não-conhecer dos presentes Recursos de Reconsideração, com fundamento no art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, mantendo-se os exatos termos do Acórdão 3106/2007-TCU- 2ª Câmara;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, na pessoa do Sr. Renato Nascimento, OAB/MG 62.202.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3134-30/08-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3135/2008 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.735/2007-4 .

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis: Nilva Gregol Nogueira (CPF: 254.635.431-00); Arino Custódio Nogueira (CPF: 394.674.906-25).

4. Órgão/Entidade : Caixa Econômica Federal (Caixa; CNPJ: 00.360.305/0001-04).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Bugarin.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade da Sra. Nilva Gregol Nogueira, ex-empregada da Caixa Econômica Federal (Caixa), e seu esposo, Sr. Arino Custódio Nogueira, que cometeram desfalque de recursos públicos no valor de R$ 52.298,69 (cinqüenta e dois mil, duzentos e noventa e oito reais e sessenta e nove centavos).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas da Sra. Nilva Gregol Nogueira e do Sr. Arino Custódio Nogueira, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d" e § 2º, alínea "a" e "b", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19, **caput**, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, e § 4º, alíneas I e II, 210, § 1º e 214, inciso III, do Regimento Interno, condenando os responsáveis solidariamente ao pagamento dos valores adiante discriminados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento desses valores aos cofres da Caixa Econômica Federal, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora calculados a partir das datas especificadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original	Data
R$ 47.847,73	26/12/2000
R$ 4.450,96	3/9/2003

9.2. aplicar à Sra. Nilva Gregol Nogueira e ao Sr. Arino Custódio Nogueira, individualmente, a multa referida no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a partir das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, seu recolhimento aos cofres da Caixa Econômica Federal, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, o parcelamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. determinar à Secex/SP que inclua nas notificações para os pagamentos dos valores mencionados nos itens 9.1 e 9.2 o disposto nos itens 9.3 e 9.4, com fundamento no art. 15 e no art. 18, inciso II, alínea "a", da Resolução n.º 170, de 30 de junho de 2004;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a cobrança judicial dos valores acima, caso não atendidas as notificações, na forma da legislação em vigor;

9.7. remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, para adoção das providências que julgar pertinentes, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/1992.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3135-30/08-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3136/2008 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº: TC-853.702/1997-7 (com 01 anexo)

2. Grupo II - Classe I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e Celina González Cunha (CPF nº 164.049.556-87)

4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip e Secretaria de Recursos - Serur

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais contra o Acórdão nº 1.725/2007-TCU-2ª Câmara que, dentre outras decisões, considerou ilegal a aposentadoria da servidora Celina González Cunha,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/92, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento;

9.2. julgar legal o ato de alteração de aposentadoria da ex-servidora Celina González Cunha (CPF nº 164.049.556-87), constante às fls. 13/14, determinando o correspondente registro;

9.3. conferir aos itens 9.1 e 9.2 do Acórdão nº 1.725/2007-TCU-2ª Câmara, a seguinte redação:

"9.1. considerar legais e registrar os atos de alteração de aposentadoria de Antônio Pascoal Resende, Celina González Cunha, Clara Mariza Frattini Renault, Franklin Pereira de Almeida, Mariza Maria Pires Fonseca e Selene Guimarães de Araújo constantes de fls. 4/6, 10/12, 13/14, 15/17, 18/20, 21/25, 26/28 e 29/31, respectivamente;

9.2. considerar ilegais e negar registro aos atos de alteração de aposentadoria de Franklin Pereira de Almeida e Mariza Maria Pires Fonseca constantes de fls. 1/3 e 7/9;"

9.4. dar ciência deste Acórdão, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e à Sra. Celina González Cunha.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3136-30/08-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3137/2008 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo 003.409/2000-1

2. Grupo: I - Classe II: Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Naice Gomes Machado, ex-Prefeito (CPF 144.911.765-15), e Acquacem Serviços de Saneamento Ltda. (CNPJ 00.573.043/0001-66)

4. Entidade: Município de Planaltino/BA

5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR

6. Representante do Ministério Público: Maria Alzira Ferreira, Subprocuradora-Geral

7. Unidade Técnica: Secex/BA

8. Advogado: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Controle Interno do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS em nome do Sr. Naice Gomes Machado, ex-prefeito do Município de Planaltino/BA, em razão da omissão original do referido responsável no seu dever de prestar contas dos recursos transferidos ao citado Município com base na Portaria SAS/MPAS 129/98, de 13/3/1998, e no Termo de Responsabilidade inserto às fls. 4/5.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, **caput**, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, as presentes contas irregulares e condenar solidariamente o Senhor Naice Gomes Machado e a empresa Acquacem Serviços de Saneamento Ltda. ao pagamento do valor de R$ 44.433,33 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir de 30/4/1998, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar individualmente aos responsáveis a multa referida no art. 57 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento desse valor ao Tesouro Nacional, atualizado monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado, até a data do efetivo pagamento;

9.3. autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas acima em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443/1992, c/c art. 217 do Regimento Interno, caso solicitado pelos responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3.1. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.5. remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia, consoante disposto no § 3º do art. 16 da Lei n.º 8.443/1992, c/c o § 6º do art. 209 do Regimento Interno, para ajuizamento das ações cabíveis; e

9.6. dar ciência desta deliberação aos responsáveis.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3137-30/08-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Ubiratan Aguiar (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3138/2008 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-015.319/2004-8 - c/ 2 anexos

2. Grupo II - Classe I - Pedido de Reexame

3. Recorrentes: René Teixeira Barreira (ex-Reitor da UFC), Ícaro de Sousa Moreira (Reitor da UFC) e Maria Luíza Araújo Cavalcanti

3.1. Interessada: Maria Luíza Araújo Cavalcanti (CPF 016.457.303-87)

4. Entidade: Universidade Federal do Ceará - UFC

5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR

5.1. Relator da deliberação recorrida: MINISTRO AROLDO CEDRAZ

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidades Técnicas: Serur/Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedidos de Reexame interpostos pela Sra. Maria Luíza Araújo Cavalcanti e pelos Srs. René Teixeira Barreira (ex-Reitor da UFC) e Ícaro de Sousa Moreira (Reitor da UFC), contra o Acórdão 1.801/2007 - 2ª Câmara (Ata 22/2007), que considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria da Interessada em razão do pagamento da rubrica "RT 132/83 D 1971 A 3" e aplicou multa ao Sr. René Teixeira Barreira por não atendimento de diligências.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos Pedidos de Reexame, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 286 do Regimento Interno/TCU, para, no mérito:

9.1.1. negar provimento ao Pedido de Reexame interposto pelo ex-Reitor René Teixeira Barreira, mantendo os itens 9.1 a 9.4 do Acórdão 1.801/2007 - 2ª Câmara;

9.1.2. dar provimento parcial ao Pedido de Reexame interposto pela Sra. Maria Luíza Araújo Cavalcanti, suspendendo a execução dos subitens 9.7.1 a 9.7.2 do Acórdão 1.801/2007 - 2ª Câmara até que haja pronunciamento definitivo do Poder Judiciário nos autos da Ação Ordinária 2004.81.00.022114-5;

9.2. determinar à Universidade Federal do Ceará que, tão logo ocorra o pronunciamento definitivo do Poder Judiciário, se este for em desfavor da Sra. Maria Luíza Araújo Cavalcanti, cumpra os referidos subitens 9.7.1 e 9.7.2, e, caso contrário, comunique imediatamente este Tribunal de Contas para as providências necessárias;

9.3. enviar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Universidade Federal do Ceará, à Sra. Maria Luíza Araújo Cavalcanti e ao ex-Reitor René Teixeira Barreira.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3138-30/08-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Ubiratan Aguiar (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3139/2008 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.964/2005-5 .(com 02 anexos)

2. Grupo I- Classe I - Recurso de Reconsideração

3. Recorrentes: Maria Iranede Veras Rosa (CPF: 110.368.003-00).e Antônio Tadeu Gonçalves Marques(CPF: 069.619.753-72);

4. Entidade: Município de Nova Russas/CE (CNPJ: 07.993.439/0001-01).

5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, em exercício, Paulo Soares Bugarin

7. Unidades Técnicas: Secex/CE e Serur

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recursos de Reconsideração interpostos por Maria Iranede Veras Rosa e Antônio Tadeu Gonçalves Marques, ex-prefeita e ex-Secretário, respectivamente, do Município de Nova Russas/CE, contra o Acórdão nº 3.022/2007-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos Recursos de Reconsideração, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta decisão aos recorrentes, ao Município de Nova Russas/CE e ao Fundo Nacional de Saúde.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3139-30/08-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Ubiratan Aguiar (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3140/2008 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-030.045/2007-0 - c/ 1volume

2. Grupo: I - Classe: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: João Martins Cardoso Filho, ex-Prefeito (CPF 038.234.402-25)

4. Entidade: Município de Moju/PA

5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secex/PA

8. Advogado constituído nos autos: Mauro César Santos (OAB/PA 4.288)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), contra o ex-Prefeito, Sr. João Martins Cardoso Filho, em face da não-aprovação da prestação de contas dos recursos repassados por meio do Convênio nº 271/2000, com vistas à aquisição de uma Unidade Móvel de Saúde Médico-Odontológica, a fim de fortalecer o Sistema Único de Saúde-SUS no Município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. João Martins Cardoso Filho ao pagamento das quantias de R$ 66.666,00 (sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e seis reais) e R$ 0,40 (quarenta centavos), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir de 15/02/2001 e 10/04/2001, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar ao responsável a multa referida no art. 57 da Lei nº 8.443/92, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a" do Regimento Interno), seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizado monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado, até a data do efetivo pagamento;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas caso não atendida a notificação, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/92, c/c art. 217 do Regimento Interno, caso solicitado pelo responsável, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4.1. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. nos termos do § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443/92, remeter cópia da presente deliberação à Procuradoria da República no Estado do Pará, para ajuizamento das ações cabíveis.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3140-30/08-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Ubiratan Aguiar (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3141/2008 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-006.249/2007-7 - c/ 1 anexo

2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração

3. Recorrente: Eduardo Coimbra Passos, ex-Prefeito (CPF 046.619.071-91)

4. Entidade: Município de Cavalcante/GO

5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR

5.1.Relator da deliberação recorrida: MINISTRO AROLDO CEDRAZ

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidades Técnicas: Secex/GO e Serur

8. Advogados: Reginaldo Martins Costa (OAB/GO 7.240); Anne Cristina Naves Godoi (OAB/GO 22.842); Rodrigo Faria da Veiga Jardim (OAB/GO 26.150) e Eduardo Falcete (OAB/GO 23.750)

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Eduardo Coimbra Passos, ex-Prefeito Municipal de Cavalcante/GO, contra o Acórdão 57/2008 - TCU - Segunda Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 31, 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, conhecer do presente recurso de reconsideração, para, no mérito, dar-lhe provimento;

9.2. tornar insubsistentes os subitens 9.1, 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5 do Acórdão 57/2008 - 2ª Câmara;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as presentes contas, dando-se quitação ao responsável;

9.4. dar ciência deste Acórdão ao recorrente;

9.5. encaminhar cópia desta Deliberação, bem como do Relatório e do Voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás.

10. Ata n° 30/2008 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/8/2008 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3141-30/08-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Ubiratan Aguiar (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditores presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Quando da apreciação do processo nº 010.598/2006-6 referente ao Pedido de Reexame interposto contra o Acórdão nº 2178/2006 - 2ª Câmara (Ata nº 28/2006), de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, apresentou sustentação oral, o Dr. João Luiz Arzeno da Silva, em nome do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo e Rondônia.

PEDIDO DE VISTA

Diante de pedido de vista formulado pelo Ministro Ubiratan Aguiar (art. 112 do Regimento Interno), foi suspensa a discussão e votação do processo nº 015.519/2001-4, antes de haver o Relator, Ministro Raimundo Carreiro, proferido seu Voto e respectiva Minuta de Acórdão.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DA PAUTA

A requerimento dos respectivos Relatores, foram excluídos da Pauta nº 30/2008 citada, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

a) nº 015.302/2003-2 (Ministro Ubiratan Aguiar);

b) nºs 012.980/2007-0 (Ministro Benjamin Zymler);

c) nºs 011.353/2005-0 e 002.422/2007-6 (Ministro Aroldo Cedraz); e

d) nº 009.144/2004-4 (Ministro Raimundo Carreiro).

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Benjamin Zymler, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Presidente, Ministro Ubiratan Aguiar.

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos da Segunda Câmara, às dezesseis horas e quarenta e oito minutos e eu, Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos, Subsecretária da Segunda Câmara, lavrei e subscrevi a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidência.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Câmara

Aprovada em 27 de agosto de 2008.

UBIRATAN AGUIAR
Presidente da Câmara

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

DESPACHOS

Processo nº 2008162209

Esta Secretaria de Administração, considerando o contido no processo em epígrafe, com fulcro na Lei nº 8.666/93, art. 25, caput, reconheceu a inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa KLUG DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA., inscrita no CNPJ/MF nº 06.293.467/0001-53, pelo valor de R$ 11.584,00 (onze mil, quinhentos e oitenta e quatro reais) para aquisição de 03 (três) licenças de softwares - ARPO e a cessão de direito de uso de 14 (quatorze) licenças.

Brasília, 27 de agosto de 2008.
MARY ELLEN GLEASON GOMIDE MADRUGA
Secretária de Administração

Ratifico a inexigibilidade de licitação para a contratação supramencionada, tendo em vista as justificativas apresentadas no processo em epígrafe e por atender aos requisitos legais em vigor.

Brasília, 27 de agosto de 2008.
EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
SECRETARIA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 27 de agosto de 2008

Ratifico, na forma do art. 26 da Lei n.º 8.666/1993, a inexigibilidade de licitação, com vistas ao credenciamento da CARPEVIE - Centro de Medicina Integrada Ltda., para prestação de serviços ao Programa de Assistência à Saúde do Tribunal Superior do Trabalho, com fulcro no artigo 25 da Lei n.º 8.666/1993.

ALEXANDRE DE JESUS COELHO MACHADO

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 294, DE 22 DE AGOSTO DE 2008.

Abre, em favor da Justiça Militar da União, Crédito Suplementar para reforço de dotações consignadas no orçamento do presente exercício.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 4º da Lei nº. 11.451, de 07 de fevereiro de 2007, Lei orçamentária Anual e art. 62, da Lei nº. 11.514, de 13 de agosto de 2007, Lei de Diretrizes Orçamentárias;
CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 06/SOF/MP, de 28 de março de 2008;
CONSIDERANDO os termos dos Atos Normativos nºs. 291 e 292, de 31 de julho de 2008 e 06 de agosto de 2008, respectivamente; resolve:
Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da Justiça Militar da União crédito suplementar no valor global de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para atender à programação constante do Anexos I.
Art. 2° Os recursos compensatórios necessários à execução do disposto no artigo 1° provêm de cancelamento parcial de dotações consignadas à Justiça Militar da União para o vigente exercício financeiro, conforme Anexo II.
Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig. Ar FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE

ANEXO I

ORGÃO: 13.000 JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
UNIDADE: 13.101 JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — CRÉDITO SUPLEMENTAR — RECURSO DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	F T E	VALOR
0566 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR									200.000,00
		ATIVIDADES							
02.306	0566.2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							
02.306	0566.2012.0001	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	F	3	1	90	0	100	140.000,00
02.306	0566.2012	AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR							
02.306	0566.2012.0001	AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR	F	3	2	90	0	100	60.000,00
		TOTAL FISCAL							200.000,00
		TOTAL SEGURIDADE							0,00
		TOTAL - GERAL							200.000,00

ANEXO II

ORGÃO: 13.000 JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
UNIDADE: 13.101 JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — CRÉDITO SUPLEMENTAR — RECURSO DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	F T E	VALOR
0566 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR									200.000,00
		ATIVIDADES							
02.061	0566.4225	PROCESSAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA MILITAR							
02.061	0566.4225.0001	PROCESSAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA MILITAR	F	3	2	90	0	100	200.000,00
TOTAL FISCAL									200.000,00
TOTAL SEGURIDADE									0,00
TOTAL - GERAL									200.000,00

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 1.794, DE 16 DE AGOSTO DE 2008(*)

Altera o Capítulo 5.1.1 da Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso das atribuições legais e regulamentares conferidas pelas Leis de n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951, 6.021, de 03 de janeiro de 1974, e 6.537, de 19 de junho de 1978; e Decreto n.º 31.794, de 17 de novembro de 1952, tendo em vista o que consta do Processo nº 13.383/2008 e o que foi apreciado e deliberado nas suas 609ª e 610ª Sessões Plenárias de 11 e 12 de julho e 15 e 16 de agosto de 2008, respectivamente, CONSIDERANDO a necessidade de previsão regulamentar acerca dos princípios e conceitos básicos a serem seguidos na estrutura, organização interna e funcionamento do Conselho Federal de Economia; CONSIDERANDO o que dispõe a Lei n. º 1.411/51, com a regulamentação dada pelo Decreto n.º 31.794/52, donde decorre a competência do Plenário do COFECON para baixar Resoluções, em especial, organizando o seu regimento interno; resolve: Art. 1º - Alterar o Capítulo 5.1.1 (Regimento Interno do Conselho Federal de Economia) da Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista, na forma do Anexo I(*) da presente Resolução. Art. 2º - Revogar quaisquer atos fundamentados na Resolução n.º 1.787/07, bem como outras disposições internas contrárias, passando-se a observar tão-somente o que prevê o regimento interno do COFECON ora alterado. Art. 3º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO CALMON PEPEU GARCIA
VIEIRA SANTANA
Presidente do Conselho

(*) Anexo disponível em www.cofecon.org.br.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃOS DE 25 DE JUNHO DE 2008

Nº 12.366 - Processo Administrativo nº 694/2007 (2 volumes). Nº Originário: s/nº. Requerente: HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO - EDUCAÇÃO CONTINUADA - RESIDÊNCIA EM FARMÁCIA. Requerido: CFF. Relator: Conselheiro Federal JOÃO SAMUEL DE MORAIS MEIRA. Credenciamento de Curso de Especialização em Farmácia Hospitalar. Observância da Resolução nº 444/06 do Conselho Federal de Farmácia. Pelo deferimento do pedido de credenciamento. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em DEFERIR O PEDIDO DE CREDENCIAMENTO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FARMÁCIA HOSPITALAR, nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.377 - Recurso Administrativo nº. 248/2008. Nº. Originário: 33/2007. Recorrente: BERNADETE ÂNGELA DUTRA MOURA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: MARIA CRISTINA FERREIRA RODRIGUES. Ementa: Processo administrativo ético. Infringência à Resolução Nº. 417/04. Provimento parcial do recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO, reformulando a decisão do CRF/MG de multa de três salários mínimos, para aplicar a penalidade de "advertência com o emprego da palavra censura", nos termos do voto da Relatora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.378 - Recurso Administrativo nº. 406/2008. Nº. Originário: 38/2007. Recorrente: MARCOS HELENO GARCIA DIAS. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal MARIA CRISTINA FERREIRA RODRIGUES. Ementa: Processo administrativo ético. Infringência à Resolução Nº. 417/04. Provimento parcial do recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO, reformulando a decisão do CRF/MG de suspensão de três meses do exercício profissional, para aplicar a penalidade de "multa de três salários mínimos", nos termos do voto da Relatora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.379 - Recurso Administrativo nº. 404/2008. Nº. Originário: 266/2006. Recorrente: FABRÍCIO LEONARDO VENDRAMEL. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal GILSIANE PIONER ZUNINO. Ementa: Processo administrativo ético. Infringência à Resolução nº. 417/04. Improvimento do recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto da Relatora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.380 - Recurso Administrativo nº. 97/2008. Nº. Originário: 218/2002. Recorrente: ARANTES BELLINI. Recorrido: CRF/SP. Relatora: Conselheira Federal GILSIANE PIONER ZUNINO. Ementa: Processo ético-disciplinar. Falecimento do recorrente. Extinção da punibilidade. Arquivamento do processo. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pelo ARQUIVAMENTO DO PROCESSO, nos termos do voto da Relatora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.381 - Recurso Administrativo nº. 411/2008. Nº. Originário: 30/2007. Recorrente: SILVANA LÚCIA SERPELONI DE OLIVEIRA. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal JORGE ANTÔNIO PITON NASCIMENTO. Ementa: Processo administrativo ético. Infringência à Resolução nº. 417/04. Improvimento do recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.382 - Recurso Administrativo nº. 157/2008. Nº. Originário: 71/2006. Recorrente: DANIEL TEIXEIRA GOMES. Recorrido: CRF/RJ. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF. Ementa: Processo administrativo ético. Infringência à Resolução nº. 417/04. Improvimento do recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.383 - Recurso Administrativo nº. 902/2007. Nº. Originário: 1246/2007. Recorrente: JOÃO HELOSMAN PEREIRA DE SOUSA. Recorrido: CRF/CE. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF. Ementa: Recurso Administrativo. Pedido de Assunção de R.T. Infringência ao artigo 53 da Lei nº. 5.991/73. Improvimento do Recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.384 - Recurso Administrativo nº. 319/2007. Nº. Originário: 92/2002. Recorrente: ANTÔNIO CARLOS FERREIRA BARCELOS. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ CARLOS CAVALCANTI. Ementa: Processo administrativo ético. Infringência à Resolução nº. 290/1996. Improvimento do Recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por maioria de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, mantendo a decisão do CRF/MG, vencido o voto do relator, nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.385 - Recurso Administrativo nº 405/2008. Nº. Originário: 281/2006. Recorrente: EDUARDO MOREIRA. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal JOSÉ VILMORE SILVA LOPES JÚNIOR. Ementa: Processo administrativo ético. Infringência à Resolução nº. 417/04. Improvimento do recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.386 - Recurso Administrativo nº. 412/2008. Nº. Originário: 54/2007. Recorrente: ELAINE DAMARIS GIROTTO. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal MAGALI DEMONER BERMOND. Ementa: Processo administrativo ético. Infringência à Resolução nº. 417/04. Improvimento do recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto da Relatora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.387 - Recurso Administrativo nº 410/2008. Nº. Originário: 75/2007. Recorrente: SILVIA APARECIDA GIRARDI ALVES. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Federal ELY EDUARDO SARANZ CAMARGO. Ementa: Processo administrativo ético. Infringência à Resolução nº. 417/04. Improvimento do recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.388 - Recurso Administrativo nº. 376/2008. Nº. Originário: 60/2007. Recorrente: CLÁUDIA MARIA RIBEIRO VITAL. Recorrido: CRF/MG. Relator: Conselheiro Federal OSNEI OKUMOTO. Ementa: Processo administrativo ético. Infringência à Resolução nº. 417/04. Improvimento do recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

JALDO DE SOUZA SANTOS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 26 DE JUNHO DE 2008

Nº 12.367 - Processo Administrativo nº 148/2008. Nº Originário: OF. Nº 0350/57 GP CRF AM/RR. Requerente: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CITOLOGIA CLÍNICA - SBCC. Requerido: CFF. Relatora: Conselheira Federal LENIRA DA SILVA COSTA. Credenciamento de Curso de Especialização em Citologia Clínica. Observância da Resolução nº 444/06 do Conselho Federal de Farmácia. Relatório da avaliadora, Dra. Carla Silvana da Silva Santos, opinando pelo deferimento do credenciamento do curso. Pelo deferimento do pedido de credenciamento. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em DEFERIR O PEDIDO DE CREDENCIAMENTO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CITOLOGIA CLÍNICA, nos termos do voto do Relator, do relatório da Avaliadora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.389 - Recurso Administrativo nº 203/2008. Nº Originário: 8487. Recorrente: DROG. COSTA GOMES LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal GILSIANE PIONER ZUNINO. Ementa: Recurso Administrativo. Infringência ao Artigo 15, § 1º, da Lei nº. 5.991/73. Ausência de Assistência Farmacêutica Integral; Improvimento do Recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto da Relatora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

12.390 - Recurso Administrativo nº. 565/2007. Nº. Originário: 7662/2006. Recorrente: ADJANE BORGES ARANTES E DEAN FRANK VICENTE DA SILVA. Recorrido: CRF/GO. Relator: Conselheiro Federal JORGE ANTONIO PITON NASCIMENTO. Ementa: Processo Administrativo Ético. Infringência à Resolução nº. 418/04. Ausência de cumprimento de atos e prazos. Nulidade do Processo. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pela NULIDADE DO PROCESSO, nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.391 - Recurso Administrativo nº 204/2008. Nº. Originário: 8310. Recorrente: SUPERBET DROG. LTDA. Recorrido: CRF/MG. Relatora: Conselheira Federal VANILDA DE OLIVEIRA DE A. SANTANA. Ementa: Recurso Administrativo. Infringência ao Artigo 15, § 1º, da Lei nº. 5.991/73. Ausência de Assistência Farmacêutica Integral. Pedido de desistência do recurso. Arquivamento do Processo. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pelo ARQUIVAMENTO DO PROCESSO, nos termos do voto da Relatora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.392 - Recurso Administrativo nº. 862/2007. Nº. Originário: 159/2006. Recorrente: VANDERLÉIA LOPES DE ALMEIDA. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal ÂNGELA FERREIRA VIEIRA. Ementa: Processo administrativo ético. Infringência à Resolução nº. 417/04. Improvimento do recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto da Relatora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.393 - Recurso Administrativo nº 863/2007. Nº. Originário: 155/2006. Recorrente: TYENE ODA. Recorrido: CRF/PR. Relatora: Conselheira Federal ÂNGELA FERREIRA VIEIRA. Ementa: Processo administrativo ético. Infringência à Resolução nº. 417/04. Improvimento do recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto da Relatora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

JALDO DE SOUZA SANTOS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 31 DE JUNHO DE 2008

Nº 12.368 - Processo Administrativo nº 215/2008 (2 volumes). Nº Originário: s/nº. Requerente: UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO - UNAERP. Requerido: CFF. Relator: Conselheiro Federal MARCO AURÉLIO SCHRAMM RIBEIRO. Credenciamento de Curso de Especialização Latu Sensu em "Farmácia Hospitalar e Clínica". Observância da Resolução nº 444/06 do Conselho Federal de Farmácia. Relatório do avaliador, Dr. Ely Eduardo Saranz Camargo, opinando pelo deferimento do credenciamento do curso. Pelo deferimento do pedido de credenciamento. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em DEFERIR O PEDIDO DE CREDENCIAMENTO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATU SENSU EM "FARMÁCIA HOSPITALAR E CLÍNICA", nos termos do voto do Relator, do relatório do Avaliador e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

12.369 - Processo Administrativo nº 371/2008. Nº Originário: s/nº. Requerente: COLÉGIO BRASILEIRO DE ESTUDOS SISTÊMICOS - CBES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Requerido: CFF. Relator: Conselheiro Federal MARCO AURÉLIO SCHRAMM RIBEIRO. Credenciamento de Curso de Especialização em Farmacologia Aplicada. Observância da Resolução nº 444/06 do Conselho Federal de Farmácia. Relatório da avaliadora, Dra. Zilamar Costa Fernandes, opinando pelo deferimento do credenciamento do curso. Pelo deferimento do pedido de credenciamento. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em DEFERIR O PEDIDO DE CREDENCIAMENTO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FARMACOLOGIA APLICADA, nos termos do voto do Relator, do relatório da Avaliadora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.370 - Processo Administrativo nº 370/2008 (2 volumes). Nº Originário: s/nº. Requerente: COLÉGIO BRASILEIRO DE ESTUDOS SISTÊMICOS - CBES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Requerido: CFF. Relator: Conselheiro Federal VALMIR DE SANTI. Credenciamento de Curso de Especialização em Atenção Farmacêutica. Observância da Resolução nº 444/06 do Conselho Federal de Farmácia. Relatório da avaliadora, Dra. Zilamar Costa Fernandes, opinando pelo deferimento do credenciamento do curso. Pelo deferimento do pedido de credenciamento. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em DEFERIR O PEDIDO DE CREDENCIAMENTO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ATENÇÃO FARMACÊUTICA, nos termos do voto do Relator, do relatório da Avaliadora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.371 - Processo Administrativo nº 857/2007. Nº Originário: s/nº. Requerente: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FARMACÊUTICOS - ABF. Requerido: CFF. Relator: Conselheiro Federal RONALDO FERREIRA PEREIRA FILHO. Converte-se julgamento de mérito em diligência quando solicitada pelo Conselheiro Federal Relator junto à instituição interessada para atualizar o coordenador pedagógico e científico e o quadro atual de professores. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em BAIXAR EM DILIGÊNCIA À INSTITUIÇÃO INTERESSADA, nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.372 - Processo Administrativo nº 858/2007. Nº Originário: s/nº. Requerente: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FARMACÊUTICOS - ABF. Requerido: CFF. Relator: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF. Credenciamento de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Atenção Farmacêutica. Observância da Resolução nº 444/06 do Conselho Federal de Farmácia. Relatório da avaliadora, Dra. Débora Dummer Meira, opinando pelo deferimento do credenciamento do curso. Pelo deferimento do pedido de credenciamento. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em DEFERIR O PEDIDO DE CREDENCIAMENTO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ATENÇÃO FARMACÊUTICA, nos termos do voto do Relator, do relatório da Avaliadora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.373 - Processo Administrativo nº 3/2008. Nº Originário: s/nº. Requerente: INSTITUTO RACINE - RJ. Requerido: CFF. Relator: Conselheiro Federal ELY EDUARDO SARANZ CAMARGO. Credenciamento de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Tecnologia Farmacêutica: Engenharia Farmacêutica. Observância da Resolução nº 444/06 do Conselho Federal de Farmácia. Relatório da avaliadora, Dra. Débora Dummer Meira, opinando pelo deferimento do credenciamento do curso. Pelo deferimento do pedido de credenciamento. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em DEFERIR O PEDIDO DE CREDENCIAMENTO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO E TECNOLOGIA FARMACÊUTICA: ENGENHARIA FARMACÊUTICA, nos termos do voto do Relator, do relatório da Avaliadora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.374 - Processo Administrativo nº 4/2008. Nº Originário: s/nº. Requerente: INSTITUTO RACINE - RJ. Requerido: CFF. Relator: Conselheiro Federal ELY EDUARDO SARANZ CAMARGO. Credenciamento de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Farmácia Magistral. Observância da Resolução nº 444/06 do Conselho Federal de Farmácia. Relatório da avaliadora, Dra. Débora Dummer Meira, opinando pelo deferimento do credenciamento do curso. Pelo deferimento do pedido de credenciamento. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em DEFERIR O PEDIDO DE CREDENCIAMENTO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM FARMÁCIA MAGISTRAL, nos termos do voto do Relator, do relatório da Avaliadora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.375 - Processo Administrativo nº 217/2008 (3 volumes). Nº Originário: s/nº. Requerente: UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO - UNAERP. Requerido: CFF. Relator: Conselheiro Federal MARCO AURÉLIO SCHRAMM RIBEIRO. Credenciamento de Curso de Especialização em Assistência Farmacêutica. Observância da Resolução nº 444/06 do Conselho Federal de Farmácia. Relatório do avaliador, Dr. Ely Eduardo Saranz Camargo, opinando pelo deferimento do credenciamento do curso. Pelo deferimento do pedido de credenciamento. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em DEFERIR O PEDIDO DE CREDENCIAMENTO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, nos termos do voto do Relator, do relatório do Avaliador e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 12.376 - Processo Administrativo nº 425/2008. Nº Originário: s/nº. Requerente: INSTITUTO RACINE - PB. Requerido: CFF. Relator: Conselheiro Federal JORGE ANTÔNIO PITON NASCIMENTO. Credenciamento de Curso de Especialização em Atenção Farmacêutica. Observância da Resolução nº 444/06 do Conselho Federal de Farmácia. Relatório do avaliador, Dr. Nilsen Carvalho Fernandes de Oliveira Filho, opinando pelo deferimento do credenciamento do curso. Pelo deferimento do pedido de credenciamento. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em DEFERIR O PEDIDO DE CREDENCIAMENTO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ATENÇÃO FARMACÊUTICA, nos termos do voto do Relator, do relatório do Avaliador e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

JALDO DE SOUZA SANTOS
Presidente do Conselho

